



Psicologia Jurídica

Perspectivas teóricas e processos de intervenção

Sonia Liane Reichert Rovinski
Roberto Moraes Cruz
organizadores



Psicologia Jurídica

Perspectivas teóricas e processos de intervenção

Sonia Liane Reichert Rovinski
Roberto Moraes Cruz
organizadores



Sonia Liane Reichert Rovinski
Roberto Moraes Cruz
(organizadores)

PSICOLOGIA JURÍDICA

Perspectivas teóricas e
processos de intervenção



VETOR[®]
EDITORA PSICO-PEDAGÓGICA LTDA.
Rua Cubatão, 48 – CEP 04013-000 – SP
Tel. (11) 3146-0333 – Fax. (11) 3146-0340

www.vetoreditora.com.br vendas@vetoreditora.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção / Sonia Liane Reichert

Rovinski, Roberto Moraes Cruz organizadores — 1. ed. — São Paulo : Vetor, 2009.

Bibliografia

1. Prova pericial 2. Psicologia forense I. Rovinski, Sonia Liane Reichert. II. Cruz, Roberto Moraes.

09-01895 CDU-34:15

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia jurídica 34:15

ISBN: 978-85-7585-255-2

Projeto gráfico e diagramação: Patricia Figueiredo

Capa: Ênio Martinho

**O conteúdo dos textos aqui apresentados é de exclusiva
responsabilidade dos autores dos artigos.**

© 2009 – Vetor Editora Psico-Pedagógica Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta publicação, por qualquer meio existente e para qualquer finalidade, sem autorização por escrito dos editores.

SUMÁRIO

Apresentação

Psicologia Jurídica no Brasil e na América Latina: dados históricos e suas repercussões quanto à avaliação psicológica

Sonia Liane Reichert Rovinski

Perícia psicológica e social na esfera judicial: aspectos legais e processuais

Alcebir Dal Pizzol

Avaliação psicológica em processos judiciais nos casos de determinação de guarda e regulamentação de visitas

Saidy Karolin Maciel

Roberto Moraes Cruz

O uso de instrumentos em avaliação psicológica no contexto do direito de família

Vivian de Medeiros Lago

Denise Ruschel Bandeira

O uso da entrevista investigativa no contexto da psicologia forense

Sonia Liane Reichert Rovinski

Lilian Milnitsky Stein

Detectando mentiras em entrevistas forenses

Ray Bull

Leandro da Fonte Feix

Lilian Milnitsky Stein

Violência psicológica contra crianças nas interações

familiares: problematização e diagnóstico

Saidy Karolin Maciel

Roberto Moraes Cruz

Violência doméstica contra a mulher e a Lei Maria da Penha

Blanca Susana Guevara Werlang

Samantha Dubugras Sá

Vivian Roxo Borges

Violência intrafamiliar contra idosos

Schirley dos Santos Garcia

Roberto Moraes Cruz

Grupos de homens autores de violência: possibilidades de intervenções diante das recomendações propostas na Lei Maria da Penha

Adriano Beiras

“Palavra de pulso firme”: a coordenação de grupos com homens acusados de violência de gênero enquanto agente reflexivo e transformador

Gustavo Espíndola Winck

Marlene Neves Strey

A democratização do atendimento a adolescentes privados de liberdade: interface com a justiça restaurativa

Lúcia Capitão

Reintegração do adolescente infrator ao meio social

Paula Inez Cunha Gomide

Perspectivas no abrigo de crianças e adolescentes vitimizados

Ana Celina Garcia Albornoz

Psicoterapia com infratores de alto-risco: trabalhando a mentira, a vergonha e a culpa

Giovana Veloso Munhoz da Rocha

**O atendimento psicológico de crianças e adolescentes
solicitado pelo poder judiciário**

Vera Regina Röhnelt Ramires

Daniele Simone Passarini

Larissa Goulart dos Santos

**Competências profissionais do mediador familiar: método e
instrumento de avaliação**

Fernanda Graudenz Müller

Roberto Moraes Cruz

Carolina Bunn Bartillotti

**Mediação do divórcio: pressupostos teóricos para a prática
sistêmica**

Liara Lopes Krüger

Mediação familiar nos contextos de conjugalidade

Leandro Castro Oltramari

**Impasses do serviço de mediação familiar no cenário das
violências conjugais**

Regina Ingrid Bragagnolo

Psicologia, violência e organizações prisionais

Marcos Erico Hoffmann

Psicologia e sistema prisional: alguns apontamentos

Deise Maria do Nascimento

Prisões femininas: um espaço diferente?

Rosalice Lopes

Sobre os autores

APRESENTAÇÃO

Nos dias atuais não podemos mais caracterizar a Psicologia Jurídica como um campo emergente para os psicólogos brasileiros. Ainda que esta área de atuação tenha iniciado de forma mais tardia em nosso país, já possuímos uma trajetória conceitual e de práticas desenvolvidas junto às instituições que trabalham com a Justiça, que a afirmam como uma área consolidada de atuação do psicólogo brasileiro.

A prática tem demonstrado que, apesar do campo já ser de reconhecimento social, a dinâmica das questões abordadas pelo psicólogo e a constante tensão gerada na relação entre Psicologia e Direito têm trazido uma nova demanda de desafios – exigindo uma reflexão constante frente a prática profissional. Vale destacar os problemas e os enfrentamentos sócio-profissionais no âmbito dos direitos humanos, da violência social e intrafamiliar, das políticas públicas de atenção à infância e juventude, dos conflitos familiares e suas alternativas de resolução, dos processos periciais, da atenção psicológica às vítimas de violência e exclusão social, dos modelos de aprisionamento e suas implicações nos processos de reintegração social dos egressos.

Empreender esforços para discutir os domínios teóricos e melhor fundamentar a intervenção profissional dos psicólogos nas instituições jurídicas é um desafio permanente ao aperfeiçoamento, principalmente porque a ampla atuação dos psicólogos no campo jurídico tem gerado uma crescente diversidade de questões e maior complexidade para seu entendimento. Esta demanda, porém, não parece ter imobilizado o profissional que trabalha nesta área específica do conhecimento psicológico. Cada vez mais temos observado um incremento nas pesquisas acadêmicas que tratam dos mais

variados temas da Psicologia Jurídica. A produção científica tem-se ampliado não só em termos quantitativos, como qualitativos, gerando fundamentos científicos para a prática nos mais diversos contextos jurídicos. São psicólogos refletindo sobre o seu próprio fazer e buscando sustentação teórica para as suas práticas profissionais.

Este livro tem o propósito de ampliar o canal de comunicação entre os psicólogos que buscam seu aperfeiçoamento profissional na área da Psicologia Jurídica, possibilitando a atualização na leitura de pesquisas recentes e relatos de experiências profissionais. São vários autores, com experiências no campo jurídico, que trazem reflexões críticas e propostas de intervenção em torno das responsabilidades sociais, científicas e éticas dos psicólogos frente às demandas de natureza psicológica que se inscrevem e se instalam no âmbito da Justiça, do Direito e da Moral. Temas que são relevantes não só para os profissionais que já se encontram envolvidos neste contexto de trabalho, mas, também, para os estudantes que se encontram interessados, ainda que bastantes desassistidos em relação à bibliografia relacionada a esses temas.

O livro inicia tratando sobre a avaliação psicológica na área forense, no âmbito das questões históricas de nossa realidade brasileira e da América Latina, segue com o tema relacionando-o com as demandas da área de família, principalmente relacionadas à definição de guarda e visitação. Os textos seguintes discutem temas relacionados ao uso de instrumentos e das características próprias da entrevista no contexto forense, bem como aspectos específicos na detecção da mentira em tais situações. Abordando o tema da violência, seguem os capítulos que tratam da violência e vitimização da criança, da mulher e do idoso. Mais adiante, são apresentados textos que abordam o agressor deste tipo de vitimização, com a preocupação de uma ação interventiva. Os três próximos capítulos tratam da situação do jovem infrator, tanto em relação à compreensão de sua situação-problema quanto em relação a propostas de possíveis intervenções, acrescentando-se uma reflexão sobre o

atendimento psicoterápico solicitado pelo Judiciário às crianças vitimizadas. Os capítulos que seguem apresentam diversas abordagens do tema Mediação, discutindo aspectos metodológicos e práticos. Por fim, os capítulos que tratam das questões psicológicas envolvidas no encarceramento e nas tentativas de reinserção social do egresso.

Pelo exposto, estamos certos de que os temas abordados são pertinentes a todos os psicólogos que se preocupam com o tema da Psicologia e a Lei. Esperamos que este livro sirva não só como uma forma de atualização na matéria Psicologia Jurídica, mas propicie inspiração e reflexão extensivas ao contexto de produção do conhecimento e ao desenvolvimento de novas propostas de intervenção dos psicólogos no campo jurídico.

Sonia Liane Reichert Rovinski, Dra.

Roberto Moraes Cruz, Dr.

Organizadores

PSICOLOGIA JURÍDICA NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA: DADOS HISTÓRICOS E SUAS REPERCUSSÕES QUANTO À AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA¹

Sonia Liane Reichert Rovinski

INTRODUÇÃO

Buscar as origens da história da Psicologia Jurídica no Brasil é, no mínimo, desafiante. Algumas tentativas já foram feitas, mas os textos, de maneira geral, tendem a privilegiar aspectos específicos da inserção de seus autores no contexto em que se encontram, perdendo quanto à maior abrangência em relação à ampla realidade nacional. Esse fato não poderia ser diferente, à medida que nos encontramos em um país de dimensões continentais e que se caracteriza pela falta de uma cultura escrita sobre a história da inserção do psicólogo nas diversas instituições. Assim, a proposta do presente texto não é apresentar mais uma versão histórica dos fatos, mas, a partir da revisão do que já vem sendo escrito, repensar os dados colhidos, propondo uma revisão crítica de posições até aqui tomadas, relacionadas, principalmente, à avaliação psicológica.

Os dados de história mais remotos divulgados quanto à Psicologia Jurídica restringem-se a profissionais e serviços prestados no Estado do Rio de Janeiro. Neste Estado, a história da Psicologia Jurídica aparece vinculada diretamente ao surgimento da Psicologia como uma área de conhecimento independente dentro das instituições universitárias e da própria

regulamentação da profissão de Psicólogo. Conforme Jacó-Vilela (1999), muitos foram os profissionais estrangeiros e, posteriormente, seus seguidores, que produziram contribuições importantes neste sentido. Waclaw Radecke chegou ao Brasil na década de 1920, e foi o responsável pela criação do Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro, que, em 1937, foi incorporado pela Universidade do Brasil (atual UFRJ) (CENTOFANTI, 2003; JACÓ-VILELA, 2001). Elizier Schneider, que teve a formação inicial em Direito, e depois dirigiu seu interesse à Medicina Legal e à Psicologia, buscava a compreensão e a discussão da personalidade do criminoso, do papel da punição e a influência do sistema penal na recuperação, ou não, do delinqüente. Mais tarde, Mira y Lopes (1967), em 1955, editou no Brasil, a tradução de seu livro “Manual de Psicologia Jurídica”, um marco para esta área do conhecimento, quando ainda nem a profissão de psicólogo era reconhecida.

Conforme Jacó-Vilela (1999), o professor Elizier Schneider ingressou no Instituto de Psicologia, no ano de 1941, quando esse instituto era apenas um órgão suplementar da Universidade Federal do Brasil (atual UFRJ). Afirmar que, naquela época, a Psicologia se constituía em “saberes e fazeres que se situavam, principalmente, nos campos médico, filosófico, educacional” (p. 334). O trabalho inicial desse professor, e o de tantos outros, foi o de “psicologista”, em que a atividade de aplicação de testes era prática rotineira. Assim, no Brasil, ou em outros países, o estudo e a explicação do comportamento criminoso passou a se desenvolver simultaneamente com o interesse nos estudos de laboratórios para estabelecer medidas de características da personalidade, sendo esperado que, de alguma forma, essas áreas se relacionassem e se influenciassem mutuamente.

Para Jacó-Vilela (1999), Elizier Schneider destacou-se por não permanecer com uma visão exclusivamente psicometrísta para a explicação do crime. Ao continuar seus estudos de Psicologia passou a preocupar-se com as influências sociais, culturais e

econômicas na personalidade do criminoso. Além de desenvolver atividades junto ao Manicômio Judiciário, destacou-se pelo interesse nas atividades docentes e, após a regulamentação da profissão de Psicólogo, passou a atuar em inúmeros cursos de formação, nos quais sempre procurou inserir, nos currículos, a disciplina de Psicologia Jurídica. Na UERJ, conseguiu que esta disciplina fosse inicialmente oferecida no curso de graduação. Posteriormente, foi anexada ao curso de especialização em Psicologia Clínica (1980), caracterizando uma área de concentração denominada “Psicodiagnóstico para fins jurídicos”. Em 1986, esta área tornou-se um curso independente, desde então ligado ao Departamento de Psicologia Social (ALTOÉ, 2001).

Essa trajetória dos psicólogos, iniciando suas atividades em instituições jurídicas da área penal, parece repetir-se com certa semelhança na maioria dos estados do Brasil. Em São Paulo, conforme Saffi (2003), no ano seguinte à regulamentação da Psicologia, das nove unidades prisionais daquele estado, três contavam com o Setor de Terapêutica Criminal, onde eram realizadas provas psicológicas (perícias). A partir da década de 1970, com a crescente preocupação em relação a um trabalho de maior valorização humana e reabilitação, o psicólogo passou a fazer parte das equipes de perícias criminológicas. No ano de 1978, ocorreu o primeiro concurso público para psicólogos no Instituto Oscar Freire, pertencente ao Departamento de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (F.M.U.S.P.), cujos selecionados passaram a fazer parte do I.M.E.S.C. (Instituto de Medicina Social e Criminologia de São Paulo), órgão responsável pelas perícias cíveis e criminais (MARTINS, 2000). Sá (2007), na introdução de seu livro “Criminologia Clínica e Psicologia Criminal”, afirma ter mais de 30 anos de experiência na qualidade de psicólogo clínico junto ao Sistema Prisional, e iniciou suas atividades na área da Psicologia Jurídica, em São Paulo, ainda na década de 70.

No Rio Grande do Sul, o início das atividades relacionadas à Psicologia Jurídica na área criminal ocorreu junto ao Manicômio Judiciário. Coelho e Rodrigues (2006) relatam que em 1966 teve início, no Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso (Porto Alegre), o estágio curricular de psicopatologia, representado por um grupo de oito estagiárias do curso de Psicologia. No ano de 1974, onze psicólogas já trabalhavam nesta instituição. Fernandes (1995) relata que nas demais casas prisionais, o trabalho também iniciou ainda na década de 1960, sendo o papel do psicólogo mais valorizado no Instituto de Biotipologia Criminal, instituição responsável pelas avaliações dos presos solicitadas em juízo.

No Paraná, em período mais recente, os dados encontrados sobre a história da Psicologia Jurídica centram-se, principalmente, na implantação do Programa Pró-egresso, destinado à população egressa dos estabelecimentos penais, para aqueles que ainda mantém alguma vinculação com as Varas de Execução Penais, através do livramento condicional, regime aberto, trabalho externo, etc. Esse programa teve origem em Londrina por iniciativa de um promotor de justiça, incluindo apenas pessoas ligadas à área do Direito. Em 1977, o trabalho foi ampliado e passou a denominar-se Projeto Themis, estendendo-se a várias cidades-pólo do Paraná, quando passou a contar com o apoio das instituições de nível superior, inclusive da Psicologia (GONZAGA; SANTOS; BACARIN, 2002).

Em Santa Catarina, uma revisão sobre o histórico da inserção do psicólogo em instituições de justiça, feita por Costa e Cruz (2005), mostra que, na década de 1970, o psicólogo passou a trabalhar simultaneamente com presos adultos e com jovens vinculados à Fundação Catarinense de Bem-Estar do Menor. Na área penal, o início dos trabalhos ocorreu a partir de 1978, na Penitenciária de Florianópolis, com atividades de avaliação psicológica e de atendimentos individuais, elaboração de laudos e participação na Comissão Técnica de Classificação Criminológica.

Em Minas Gerais, foram encontrados dados sobre a história de inserção do psicólogo na Polícia Militar. Chadid, Batista, Bartholo, Fonseca e Barbosa (1997) referem que foi criado, em 1987, o quadro de oficiais psicólogos, composto de 10 profissionais, os quais passaram a trabalhar no processo seletivo de policiais. Na mesma época, ingressaram no Hospital da Polícia Militar outros dois profissionais com o objetivo de prestar assistência psicológica aos seus usuários.

O ingresso dos psicólogos em atividades relacionadas à área cível do Poder Judiciário veio posteriormente, muitas vezes de modo informal, através de estagiários ou serviços de voluntariado. A implantação do Serviço de Psicologia no Tribunal de Justiça em São Paulo iniciou na década de 1980, quando alguns profissionais iniciaram suas atividades na qualidade de voluntários, com um trabalho de caráter clínico, colaborando com o Serviço de atendimento às famílias. Relata Bernardi (1999), que o objetivo desses profissionais, efetivados apenas em 1985, era o de oferecer apoio às famílias, visando sua reestruturação e à manutenção da criança no lar como medida preventiva da internação. No Distrito Federal, conforme Ribeiro (1999), a história da Psicologia Judiciária vai se firmar exatamente no mesmo período, em 1985, com a criação de uma assessoria psicossocial na 3ª. Vara de Família de Brasília, ligada diretamente ao magistrado daquele juízo, em processos em que pais divorciados litigavam pela guarda dos filhos ou pelo direito de visitá-los. Devido ao sucesso do trabalho daqueles profissionais, a administração do TJDF decidiu estender o serviço às demais Varas do Distrito Federal, transformando aquela unidade em Assessoria Psicossocial Forense. Ao mesmo tempo, surgiram núcleos semelhantes em outros setores ou Varas, por exemplo, no caso das Varas Criminais. Assim, em 1992, através de um provimento, criou-se o Serviço Psicossocial Forense que passou a integrar todos os serviços que existiam e a vincular-se, no organograma da instituição, diretamente à Corregedoria de Justiça. Suas atribuições passaram a compor três seções: assessoria ao juízo da Vara de Execuções Criminais,

assistência à administração do TJDF e assessoria aos juízos que tratam das questões de Direito de Família.

No Estado do Rio de Janeiro, em um período mais atual, Teixeira e Belém (1999) descrevem a inserção do psicólogo junto ao Poder Judiciário apenas em 1992. Relatam que, através da iniciativa individual de um Juiz, foi criado o Núcleo de Psicologia na 2ª. Vara da Infância e Juventude. Esse Núcleo objetivava atender a exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em cujo artigo 150 fica prevista a equipe interprofissional para assessorar a Justiça da Infância e Juventude, que até então contava apenas com técnicos do Serviço Social. Neste mesmo ano iniciou formalmente o trabalho do psicólogo no Poder Judiciário de Pernambuco, com a criação do Centro de Apoio Psicossocial, quando, junto com assistentes sociais, os psicólogos passaram a assessorar juízes das Varas de Família. Em 1998, esse trabalho ampliou-se com a criação do CAP (Centro de Apoio Psicossocial), ligado administrativamente ao Tribunal de Justiça através da Secretaria Judiciária, atendendo Varas de Família, Acidentes do Trabalho, Órfãos e Ausentes. Em 2002, um psicólogo passou a integrar, também, a equipe do serviço de avaliação e acompanhamento de penas alternativas (www.tjpe.gov.br). Nessa mesma época (2001), foi oficializado, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o Projeto Pai PJ junto ao Manicômio Judiciário. Coordenado por uma psicóloga do Tribunal de Justiça (MG), em parceria com instituições de ensino e atendimento especializado, esse projeto objetiva promover a inserção social de condenados criminais portadores de sofrimento mental (OTONI, 2005).

Os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina apresentam uma característica em comum, que os diferencia dos demais estados, a partir dos dados históricos publicados. Em ambos, as atividades iniciais dos psicólogos em instituições criminais ocorreram de forma simultânea às daquelas que iniciaram dentro do Poder Judiciário, através do atendimento de crianças e jovens ligados ao antigo Juizado de Menores. Em

Santa Catarina os trabalhos iniciaram-se na década de 1970. No Rio Grande do Sul, conforme Tabajaski, Gaiger e Rodrigues (1998), as atividades começaram antes mesmo da regulamentação da profissão de psicólogo, exercidas por profissionais que tinham sua formação psicológica em cursos de pós-graduação e trabalhavam, geralmente, em atividades periciais.

A integração dos dados históricos apresentados até este momento, ainda que parciais e não representem toda a realidade brasileira, nos permite fazer algumas constatações. Primeiro, a atuação dos psicólogos brasileiros na área da Psicologia Jurídica teria iniciado antes mesmo do reconhecimento da profissão, na década de sessenta. Em alguns casos, os serviços especializados nesta área foram desenvolvidos por profissionais estrangeiros ou por aqueles que tiveram sua habilitação em cursos de pós-graduação, antecipando a chegada dos profissionais graduados pelos cursos regulares do país. A inserção desses profissionais nas instituições jurídicas iniciou lentamente e, muitas vezes, de modo informal, mediante estágios ou serviços voluntários. A área em que ocorreram as primeiras incursões, seguindo as características da própria história da Psicologia Jurídica, foi aquela relacionada às questões criminais, voltadas ao estudo do perfil do criminoso ou de crianças e adolescentes envolvidos em atos infracionais.

Fica claro que o foco inicial do trabalho do psicólogo foi a compreensão da conduta humana quanto às motivações e possibilidades de reincidência no crime. O uso de técnicas de mensuração, em evidência na década de 1960-70, não tinha tanto o objetivo de análise de funções mentais específicas para avaliar o testemunho (realidade dos primórdios da Psicologia Jurídica na Europa), mas, antes, trazer luz à dinâmica da produção do ato criminal.

No momento da regulamentação da profissão de psicólogo, pelo Decreto 53.464 (1964), as atividades de perícia e emissão de laudos foram legitimadas, ao serem legalmente previstas como

práticas profissionais a ela associada. Em um período mais recente, essas atividades foram ampliadas e detalhadas pelo Conselho Federal de Psicologia, sendo encaminhadas ao Ministério do Trabalho para constarem na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). A última atualização das atividades profissionais, publicada em 2002, discrimina, entre outras, a atividade do Psicólogo Jurídico. Nessa área profissional, o psicólogo exerce atividades de avaliar comportamentos, tratar, orientar e acompanhar indivíduos, grupos e instituições. Da mesma forma, são previstas atividades de educação (aulas, supervisão), pesquisa, coordenação de equipes e realização de tarefas administrativas. Dentro do grupo de atividades de avaliação estão especificadas as tarefas de: entrevistar pessoas, ler processos, investigar pessoas e situações-problema, escolher, aplicar e mensurar instrumentos de avaliação, elaborar diagnósticos, pareceres, laudos e perícias, responder a quesitos técnicos judiciais.

Outro fato importante para o reconhecimento do trabalho do psicólogo na área jurídica foi a promulgação da Lei Federal n. 7.210/84 (Lei de Execução Penal) e da Lei 7.209/84 (a nova parte geral do Código Penal Brasileiro), em que passaram a ser legalmente previstos os exames de personalidade, criminológico e o parecer técnico das Comissões Técnicas de Classificação. Com essas novas determinações, o psicólogo passou a ter seu papel reconhecido também por outros profissionais e a integrar grupos interdisciplinares de trabalho. Na área da Infância e Juventude, um novo marco se estabeleceu com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069 de 13/7/90). Com a determinação de normas voltadas ao atendimento psicossocial da criança, o trabalho do psicólogo torna-se essencial e ampliado, envolvendo atividades destes profissionais tanto na área pericial quanto de acompanhamento, inclusive em instituições para internação por medidas protetivas ou sócioeducativas.

A repercussão dessas medidas pode ser observada no incremento das organizações dos serviços de psicologia nas instituições jurídicas, tanto pelo aumento do número de profissionais na área de trabalho quanto pela legalização dos cargos através de concursos públicos. São exemplos dessas regulamentações o ingresso de concursados para o cargo de psicólogo junto aos Tribunais de Justiça dos Estados de Minas Gerais (1992), do Rio Grande do Sul (1993), Rio de Janeiro (1998) e Santa Catarina (2008). No entanto, deve-se salientar que, devido à grande extensão de nosso país, com peculiaridades muito distintas culturais e de organização da própria Justiça em cada Estado, a inserção do psicólogo tem ocorrido de formas e ritmos muito diversos, tanto frente a sua posição funcional quanto às atividades desenvolvidas, estando, ainda, muitos Estados em processo de construção do espaço institucional, através da criação de cargos específicos para essa atividade.

ÁREAS ATUAIS DA PSICOLOGIA JURÍDICA NO BRASIL

O trabalho técnico do psicólogo junto às instituições de Justiça tem apresentado uma crescente evolução, mas, ainda, marcada por certo desconhecimento, por parte dos profissionais que ingressam no mercado de trabalho, de suas reais possibilidades e de seus limites de atuação. Um fator determinante para esta situação seria a falta de preparo desses profissionais durante sua formação acadêmica. São extremamente raros os cursos de graduação, em nosso país, que ofereçam algum tipo de disciplina, eletiva ou curricular, que discuta a relação da Psicologia com a Lei, exigindo que os profissionais busquem a sua formação complementar em cursos de extensão ou especialização universitárias ou por assessorias diretamente montadas para o exercício da profissão. Os cursos de pós-graduação tendem a privilegiar linhas teóricas muito distintas, em detrimento de uma formação mais generalista. Ainda que, muitas vezes, os cursos tenham a denominação genérica de

“Psicologia Jurídica”, a grade curricular é voltada a áreas específicas de atuação (crime, família ou infância e juventude) e, mesmo nessas áreas, a atividades distintas, por exemplo, de intervenção ou de avaliação.

Com o objetivo de analisar as áreas de atuação do psicólogo brasileiro, na relação de sua prática com a Justiça, fez-se uma pesquisa sobre trabalhos que versavam sobre esta temática entre aqueles apresentados na I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, em São Paulo, em 2000, organizado pelo Conselho Federal de Psicologia (ROVINSKI, 2002). Nessa pesquisa, registrou-se 50 estudos ligados à área da Psicologia Jurídica, em sua grande maioria desenvolvidos por instituições de ensino privadas ou estatais. Observaram-se alguns centros de referência com projetos amplos e integrados com várias instituições da comunidade, por exemplo, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP), a Universidade Estadual do Paraná (Maringá), o Unicentro Newton Paiva de Minas Gerais. Ainda que muitas instituições tenham surgido após o ano de 2000, cabe descrever, aqui, as áreas em que os estudos puderam ser organizados, de forma a caracterizar o trabalho do psicólogo jurídico em nível nacional. As atividades apresentadas pelos psicólogos jurídicos na I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia foram assim organizadas:

Psicologia Policial (civil-militar): os estudos se restringem basicamente à preparação do funcionário através de cursos preparatórios e de reciclagem em academias inseridas dentro das organizações. Também podem ser encontrados centros de atendimentos com enfoque clínico, dirigidos diretamente ao policial civil ou militar e aos seus familiares. Estes centros, geralmente, possuem programas que incluem o tratamento a dependentes químicos.

Psicologia Jurídica junto à Infância e Juventude: esta é a área em que existe um maior número de profissionais trabalhando, e se apresenta como de maior produção científica. Os profissionais centram seu trabalho nas Varas de Infância e Juventude (Poder Judiciário) e instituições de internação para

medidas protetivas e sócioeducativas (Poder Executivo) de todo o país; desenvolvem atividades junto aos Conselhos Tutelares e instituições não-governamentais – como lares de acolhida ou entidades voltadas diretamente à adoção.

Psicologia Jurídica junto ao direito de família: a maior parte dos profissionais está ligada ao Poder Judiciário, e desenvolvem trabalhos de perícia ou acompanhamento às famílias. Propostas inovadoras, no sentido de propiciar um trabalho terapêutico com o núcleo familiar para que possa participar da tomada de decisão quanto à guarda ou visitação, tem sido desenvolvido há algum tempo (Núcleo de atendimento familiar – Foro Central de Porto Alegre/RS) e se estende a vários estados do país. A criação de entidades particulares e não-governamentais com o mesmo fim, de um trabalho interdisciplinar com o direito, tem crescido de forma significativa.

Psicologia Penitenciária: os psicólogos desta área têm trabalhado cada vez mais com o objetivo de inserirem o homem em seu contexto social, e para isso têm deixado as abordagens intramuros para um enfoque psicossocial com utilização dos recursos da comunidade. Os profissionais se inserem, praticamente, em sua totalidade em instituições governamentais de cumprimento de pena, em regimes aberto, semi-aberto e fechado, e em instituições psiquiátricas forenses.

Psicologia do Testemunho: esta é a área de menor desenvolvimento em nosso país. Trata-se de um tema ainda bastante desconhecido para a maior parte dos psicólogos. Apresenta-se apenas um núcleo de pesquisa nesta área, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com enfoque nas falsas memórias.

Psicologia Jurídica e Vitimologia: esta é a área que mais tem se desenvolvido nos últimos anos, tanto no que diz respeito à criação de serviços de atendimento especializado, quanto de pesquisa. As atividades têm se centrado no atendimento à violência doméstica, atendendo mulheres maltratadas e vítimas de abuso sexual. Serviços como CEARAS, do Instituto Oscar Freire em São Paulo, já apresentam larga experiência com

publicações nesta área. Atualmente, pode-se observar a presença do psicólogo em locais inovadores – Delegacias especializadas para a mulher, serviços de acolhida dentro de Institutos Médico Legais – e em serviços especializados criados por Universidades.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA JURÍDICA NA AMÉRICA LATINA

Os dados históricos descritos por diversos autores de países da América Latina quanto ao desenvolvimento da Psicologia Jurídica confirmam uma evolução semelhante àquela descrita no Brasil. Primeiro, o reconhecimento oficial da profissão de psicólogo muito posterior ao desempenho das funções que lhe seriam depois privativas (como o uso de testes psicológicos). Conforme Lupiañez (2002), na Argentina, mesmo já existindo o exercício da psicomетria desde 1903, cargos em que se reconheciam pessoas representantes da Psicologia foram criados somente a partir de 1950, para se efetivar o reconhecimento da profissão em 1967. Este reconhecimento também ocorreu de forma tardia na Venezuela, em 1978 (PALÁCIOS; MANCILLA, 2002), ou espera, ainda, pelo reconhecimento por exemplo, na Republica Dominicana (BENEDICTO, 2002). As atividades iniciais eram dirigidas a questões da área criminal, envolvendo a compreensão da personalidade de jovens e adultos que teriam cometido crimes, geralmente ligada a uma unidade médico-criminológica, por exemplo, na Argentina (LUPIAÑEZ, 2002), no Uruguai (RIAL, 2002) e no Chile (ESCAFF SILVA, 2002).

A formação dos profissionais difere nos diferentes países, mas tende a repetir a mesma situação encontrada no Brasil, com a necessidade de os psicólogos buscarem a formação específica após a sua graduação. Esta situação ocorre no Chile (ESCAFF SILVA, 2002), Uruguai (RIAL, 2002) e Venezuela (PALÁCIOS;

MANCILLA, 2002). Caballero e Prada (2007) relatam um procedimento na Colômbia que provavelmente ocorra com frequência, nos demais países, o da inserção de seminários e temas da Psicologia Jurídica em outras disciplinas lecionadas no período de graduação. Conforme Lupiañez (2002), a Argentina diferencia-se por já ter implantado uma disciplina específica na graduação de todos os cursos de Psicologia de seu país.

As atividades atuais dos psicólogos jurídicos, descritas pelos autores latino-americanos, inserem-se nas áreas já referidas anteriormente na atuação dos psicólogos brasileiros: sejam elas na área cível ou penal, na avaliação ou atendimento de encarcerados ou vítimas, sejam eles jovens ou adultos. Alguns autores, por exemplo, Palácios e Mancilla (2002) e Pávon (2002), salientam a importância de se considerar, nessas atividades, as questões socioeconômicas pelas quais passam seus países, e outros autores, como Armenta (2007), relacionam as atuais limitações desta área de conhecimento com as histórias de dominação cultural e militar.

O FUTURO DA PSICOLOGIA JURÍDICA NO BRASIL

A área da Psicologia Jurídica tem se mostrado uma das mais promissoras dentro da Psicologia no Brasil, com um campo aberto a novas propostas de ação e de investigação. No entanto, observa-se certa dificuldade na integração dos saberes que a constituem, cuja fragmentação tende, muitas vezes, a gerar controvérsias e práticas diferenciadas. Esse fato não pode ser considerado uma característica privativa da Psicologia Jurídica, mas, antes, reflete a situação atual da Psicologia como ciência, que tem, ainda, seu objeto de estudo questionado por estudiosos e pesquisadores.

Pretende-se, aqui, abordar apenas uma destas questões controversas, mais especificamente aquela relacionada à prática da atividade de avaliação forense. Tem-se observado, atualmente, um movimento mais amplo de contestação da

psicologia brasileira à avaliação psicológica, que extrapola o próprio contexto da Psicologia Jurídica, mas que tem, nesta área, suas críticas mais contundentes. Questionamentos, principalmente em relação ao uso de instrumentos (testes), já foram motivo, inclusive, de uma edição da Revista Psicologia: ciência e profissão (2005), editada pelo Conselho Federal de Psicologia. Neste número da revista foram lançadas questões do tipo “É possível avaliar?”, chegando a proposições como “Medições e futurologia, equação impossível”, e os autores discutiram as potencialidades e os limites do trabalho do psicólogo.

Na área da Psicologia Jurídica esse movimento tem se repetido em relação às avaliações psicológicas, quando se procura questionar o valor do trabalho da perícia, realizado nas diversas instituições judiciais (crime e cível). A argumentação da crítica sempre se remete aos fundamentos filosóficos e teóricos que estariam subjacentes às primeiras atividades do psicólogo no campo jurídico que, como foi visto no levantamento histórico, era essencialmente avaliativo. A elaboração dos psicodiagnósticos estava associada a “instrumentos que forneceria dados matematicamente comprováveis para orientação dos operadores do Direito” (BRITO 2005), em que o trabalho se caracterizava como o de “psicometrista” e do qual se gerariam laudos e informações que acabavam facilitando a segregação, a exclusão dos mais vulneráveis (SILVA, apud ALTOÉ, 2001). Nessa linha de pensamento, textos têm sido escritos procurando salientar a importância de que os psicólogos jurídicos “ultrapassem” a prática pericial para buscarem atividades que promovam a possibilidade de abordar questões da subjetividade humana, as particularidades do sujeito e das relações nos problemas psicossociais (BERNARDI, 1999).

Profissionais que vêm trabalhando atualmente no campo da avaliação psicológica, na área jurídica, têm procurado contestar essas críticas, salientando a importância de seu trabalho como uma via de expressão da subjetividade dos sujeitos envolvidos

no processo judicial. Sem a avaliação psicológica dificilmente essa subjetividade chegaria aos autos processuais. As diferenças nos posicionamentos dos profissionais parecem estar baseadas em concepções de avaliação diferenciadas. A pergunta que permanece subjacente é: “De que processo avaliativo está se falando? Daquele realizado anteriormente por profissionais denominados ‘psicometristas’ ou de uma avaliação compreensiva, contextualizada do sujeito?”

A discussão, como tem sido posta por muitos profissionais, apresenta-se de forma dicotômica quanto ao uso do processo de avaliação psicológica, em que o mesmo fica ligado a uma atividade retrógrada, enquanto as atividades não-avaliativas, como mediação, aconselhamento, orientação e prevenção, vinculadas a uma perspectiva de vanguarda na construção da prática da psicologia jurídica. Concorde-se com os críticos da atividade avaliativa, de que os psicólogos não podem tornar-se “juízes ocultos” (LEGENDRE, apud BRITO 2005), realizando verdadeiras sentenças em seu trabalho; contudo, o que se discorda é que essa avaliação psicológica, por concepção, se constitua nessa sentença, estigmatizando aqueles técnicos que dela fazem bom uso.

Algumas considerações a respeito da realização do processo de avaliação psicológica na área jurídica devem ser apresentadas, à medida que esta, ainda, se constitui em uma das demandas mais significativas do Judiciário. Primeiro, a atividade de avaliação forense atual é extremamente ampla, envolvendo temas muito distintos, e não pode ser comparada ao trabalho inicial dos psicometristas, como foi descrito anteriormente sobre os fatos históricos da Psicologia Jurídica. A avaliação psicológica na área jurídica pode ou não utilizar instrumentos psicométricos ou projetivos, que se constituem apenas em elementos auxiliares ao diagnóstico. Da mesma forma, quando se utiliza a palavra “diagnóstico”, principalmente no contexto forense, não se está referindo, necessariamente, a uma entidade nosológica, mas a uma

compreensão psicológica mais ampla e aprofundada do fenômeno que nos foi apresentado.

Um segundo aspecto a ser citado diz respeito à evolução do próprio sistema jurídico. Em um trabalho anterior, Rovinski (2006) discutiu a evolução dos propósitos da avaliação psicológica no contexto jurídico, demonstrando o quanto ela pode ser fundamental para a garantia dos direitos humanos. Com o advento da Constituição Brasileira de 1988 formalizou-se o conceito de dano moral, que abriu a possibilidade de ressarcimento financeiro a pessoas lesionadas em seu patrimônio psíquico. Nesta situação, o psicólogo tem a possibilidade de levar aos autos do processo judicial a realidade psicológica da vítima, que, até então, poderia passar despercebida. Deixar desassistidas essas vítimas em relação a uma perícia que retrate suas necessidades é impedir que reivindiquem seus direitos.

O que se quer demonstrar não são apenas as mudanças no fazer da avaliação psicológica, cuja exigência em relação ao psicólogo é a de que seja realizada dentro de procedimentos técnicos e éticos que não ultrapassem as potencialidades atuais do conhecimento psicológico. A proposta, neste momento, é salientar a importância das mudanças sociais e das transformações das normas legais que têm trazido demandas diferenciadas aos técnicos que trabalham na área jurídica. Atividades psicológicas relacionadas a penas alternativas, projetos de conciliação e mediação, passaram a se tornar possíveis somente dentro das instituições do Poder Judiciário a partir de mudanças nas normas legais e processuais. A crescente “judicialização dos conflitos interpessoais” e as mudanças sociais na dinâmica familiar, com a maior instabilidade dos vínculos familiares, produziram problemáticas diferenciadas daquelas que, inicialmente, eram o objeto de estudo da Psicologia Jurídica. Do psicólogo exigiram-se flexibilização e ampliação de suas intervenções, de forma a responder a necessidades específicas. Melhor do que dizer que este novo profissional conseguiu “ultrapassar” a atividade de

avaliação forense, com suas novas atividades, seria afirmar que ele simplesmente soube ler as novas demandas do judiciário, e, numa atividade conjunta com os agentes jurídicos, criar alternativas para a solução desses novos impasses. A atividade de avaliação psicológica na área forense continua a existir como uma grande demanda, apenas dividindo seu espaço com novas propostas de intervenções. Atividades de avaliação e intervenção (incluindo-se aqui a mediação) não se excluem, se complementam como resposta mais completa e abrangente às necessidades do judiciário.

O foco do problema não pode se restringir à discussão do “fazer ou não da avaliação forense”, mas deve abranger os limites e as interlocuções de todas as atividades que por ele podem ser exercidas na área jurídica. Deve-se ter claro o alcance das intervenções, os limites da prática e o papel que se exerce a cada momento. E este problema não diz respeito apenas à questão da avaliação forense, mas a todas as atividades exercidas pelo psicólogo. Por exemplo, mesmo se sabendo que a mediação ainda é a melhor alternativa de intervenção nos conflitos familiares, ela não pode ser considerada a solução para todos os problemas nessa área. Sabe-se que em determinadas situações, como no caso de violência doméstica, ela pode vir a acirrar posições de poder, colocando a vítima em situação de maior prejuízo. Da mesma forma, pessoas com prejuízos importantes na leitura da realidade não são indicadas para participarem desse tipo de trabalho. Nesses casos, uma avaliação psicológica adequada das pessoas envolvidas pode ser fundamental para a tomada de decisão, não somente dos agentes jurídicos, mas do próprio psicólogo envolvido na situação. Infelizmente, muito pouco se tem escrito sobre essas delimitações e a complementaridade das tarefas, ficando os psicólogos a discorrerem sobre ações que seriam mais “atuais” do que outras.

A preocupação que motivou a escolha do foco desta discussão relaciona-se à observação do modo como têm ocorrido as críticas às avaliações forenses. Em nenhum momento elas são

feitas no sentido de um maior aprimoramento da técnica, gerando um círculo auto-reforçador, em que o trabalho de baixa qualidade justifica a eliminação desta atividade. Brito (2005), em um estudo de investigação com profissionais que trabalham com medidas sócioeducativas, aponta as necessidades destes técnicos no estabelecimento de parâmetros frente à realização das tarefas, incluindo os limites éticos da produção de relatórios. Conclui que estes profissionais estão “aprisionados nos procedimentos avaliatórios”, permanecendo isolados em suas salas de atendimento. Uma leitura diferenciada desses resultados poderia ser de que os próprios psicólogos ainda não têm claro como devem intervir nessas instituições, refugiando-se em uma atividade já instituída e prevista há mais tempo, mas que também não conseguem executar de forma efetiva e eficaz na resolução do problema. Faltaria uma formação adequada tanto para a realização das avaliações forenses quanto para a proposição de novas intervenções. Sá (2007), em seu livro sobre “Criminologia Clínica e Psicologia Criminal”, discute esta questão com propriedade, demonstrando que, mesmo no sistema prisional, a avaliação psicológica (pericial ou para outros fins) tem muito a contribuir, desde que seja realizada dentro de parâmetros éticos e integrada a outras intervenções psicológicas.

Para evitar que profissionais da área da psicologia saiam dos centros acadêmicos desinformados a respeito das práticas forenses é necessário que estas questões sejam incluídas no período de sua formação, e não somente em nível de pós-graduação, diferenciando-se claramente os procedimentos das avaliações forenses daqueles utilizados na clínica. Conforme observado por Oliveira (2007), tem sido muito freqüente a busca de informações junto ao Conselho por parte de psicólogos que trabalham na área jurídica, seja por questões éticas ou técnicas para a realização dos relatórios. Esse fato deve servir de alerta em relação a atual falta de formação dos profissionais, exigindo que o próprio sistema Conselho pense em ações mais afirmativas na preparação desses profissionais e não apenas

aponte suas incapacidades para confirmar, mais uma vez, a impossibilidade de se realizar esse tipo de trabalho.

Finalizando, quanto ao futuro da Psicologia Jurídica no Brasil, reafirma-se que esta é uma das áreas mais promissoras da Psicologia, em que há espaço para as mais variadas atividades pertinentes à ação do psicólogo. Cabe a esses profissionais buscarem a devida formação para que possam responder às demandas crescentes, evitando embates nos quais predomina o nível teórico em detrimento do prático, e que acabam por resultar na restrição do campo e na limitação do atendimento às necessidades daqueles que mais precisam de nosso trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTOÉ, S. *Atualidade da Psicologia Jurídica*. Revista de Pesquisadores da Psicologia no Brasil (UFRJ, UFMG, UFJF, UFF, UERJ, UNIRIO), Juiz de Fora, ano1, n.2, jul/dez. 2001.

ARMENTA, M. F. *El desarrollo de la psicología jurídica en latinoamerica: un breve analisis historico*. Disponível: <http://kunkaak.psicom.uson.mx/maestria/HTML/1-12-frias.htm>. Consulta: 11/09/2207.

BENEDICTO, M. A. C. Situación de la psicología jurídica en la Republica Dominicana. In: URRÁ, J. (Comp.). *Tratado de Psicología Forense*. Madrid: Siglo Veintiuno de Espana, 2002.

BERNARDI, D. C. F. Histórico da inserção do profissional psicólogo no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – um capítulo da Psicologia Jurídica n Brasil. In: BRITO, L.M.T. (Org). *Temas de Psicologia Jurídica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

BRITO, L. M. T. Olhares muito além dos laudos técnicos. *Psicologia: ciência e profissão* - Diálogos, ano 2, n.2, mar. 2005.

CABALLERO, C.; PRADA, A. História de la Psicologia Jurídica y sus campos de aplicación em Colômbia. Disponível: <http://www.psicologiajuridica.org/psj13.html>. Consulta: 30/08/07.

CENTOFANTI, R. O discriminacionismo afetivo de Radecki. *Memorandum*, n.5, p.94-104, 2003.

CHADID, M.F.A.; BATISTA, A.C.A.; BARTHOLO, W.R.; FONSECA, T.M.; BARBOSA, M.A.S. 10 anos de Psicologia na PMMG – construções e contribuições. *Revista de Psicologia – Saúde Mental e Segurança Pública*. Belo Horizonte, v.1, n.1, jan/dez. 1997.

COELHO, E.R e RODRIGUES, S. S. M. O papel do serviço de psicologia no IPFMC. In: SOUZA, C.A.C.; CARDOSO, R. G. *Psiquiatria Forense – 80 anos de prática institucional*.

Porto Alegre: Sulina, 2006.

COSTA, F. N.; CRUZ, R. M. Atuações de psicólogos em organizações de justiça do estado de Santa Catarina. In: CRUZ, R. M.; MACIEL, S. K.; RAMIREZ, D.C. (Orgs.). *O trabalho do psicólogo no campo jurídico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

ESCAFF SILVA, E. La psicologia jurídica en Chile. In: URRRA, J. (Comp). *Tratado de Psicología Forense*. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 2002.

FERNANDES, H.M.R. Além da perícia psicológica. In: FERNANDES, H.M.R. *Psicologia, Serviço Social e Direito: uma interface produtiva*. Recife: Ed. Universitária, 2001.

GONZAGA, M. T. C.; SANTOS, H. M. R.; BACARIN, J. N. B. *A cidadania por um fio*. Maringá: Dental Press, 2002.

JACÓ-VILELA, A.M. Eliezer Schneider: um esboço biográfico. *Estudos de Psicologia*, v.4, n.2, jul/dez.1999.

JACÓ-VILELA, A. M.; ANTUNES, M.; BATISTA, M. Brasileiros e estrangeiros na constituição da psicologia no Brasil. *I Congresso Norte-Nordeste de Psicologia*, Bahia, maio 1999.

LUPIAÑEZ, H. A. La psicología jurídica en la Argentina. In: URRRA, J. (Comp). *Tratado de Psicología Forense*. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 2002.

MARTINS, S.R.C. Psicologia Jurídica – campos de atuação e questões sobre a formação e pesquisa. *Anais do III Congresso Ibero-americano de Psicologia Jurídica*. São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2000.

MIRA Y LÓPEZ, E. *Manual de Psicologia Jurídica*. São Paulo: Mestre JÓU, 1967.

OLIVEIRA, S. Psicologia e Justiça. *Entrelinhas*, CRP 07, ano VIII, n.39, mai/jun. 2007.

OTONI, F. Pai PJ – Os loucos que fazem a diferença. *Psicologia: Ciência e Profissão*, ano 2, n.2, mar/2005.

PALACIOS, E. M. E.; MANCILLA, A. La psicología jurídica y su praxis en Venezuela. In: URRRA, J. (Comp). *Tratado de Psicología Forense*. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 2002.

PAVÓN, F.M. Situación de la psicología jurídica en el Ecuador. In: URRRA, J. (Comp). *Tratado de Psicología Forense*. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 2002.

RIAL, A.M.N. La psicología jurídica en Uruguay. In: URRRA, J. (Comp). *Tratado de Psicología Forense*. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 2002.

RIBEIRO, M. L. A Psicologia Judiciária nos juízos que tratam do direito de família no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. In: BRITO, L. M. T. (Org). *Temas de Psicologia Jurídica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

ROVINSKI, S. L. R. La psicología jurídica en Brasil. In: URRRA, J. (Comp). *Tratado de Psicología Forense*. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 2002.

ROVINSKI, S. L. R. Avaliação psicológica na área forense: demandas atuais na defesa dos direitos humanos. *Revista da Sociedade de psicologia do Rio Grande do Sul*, v.5, n.1, jun. 2006.

SÁ, A. A. *Criminologia Clínica e Psicologia Criminal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

SAFFI, F. O psicólogo no sistema penitenciário do estado de São Paulo. In: RIGONATTI, S.P. (coord). *Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica*. São Paulo: Vetor, 2003.

SILVA, C.V.M.; VASCONCELOS, D.M.C.J; MAGALHÃES, F.S. A experiência do Psicólogo jurídico e o desafio de uma identidade profissional nas Varas de Família. *Psicologia, Serviço Social e Direito: uma interface produtiva*. Recife: Ed. Universitária, 2001.

TABAJASKI, B.; GAIGER, M.; R.B. O trabalho do psicólogo no Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre/RS. *Aletheia*, n. 7, p. 9-18, jan/jun. 1998.

TEIXEIRA, M.F.S.; BELÉM, R.C.C. Breve relato sobre a implantação de um Serviço de Psicologia Jurídica. In: BRITO, L.M.T. (org). *Temas de Psicologia Jurídica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

PERÍCIA PSICOLÓGICA E SOCIAL NA ESFERA JUDICIAL: ASPECTOS LEGAIS E PROCESSUAIS

Alcebir Dal Pizzol

O presente trabalho tem por objetivo apresentar algumas considerações teóricas e técnicas acerca da prática da perícia psicológica e social, realizadas preponderantemente nos procedimentos judiciais afetos ao direito de família, infância e juventude. Tem como pretensão, sem adentrar nos aspectos técnicos, éticos e metodológicos próprios das profissões, subsidiar os profissionais que atuam no campo jurídico em relação aos aspectos e processuais que envolvem a atividade pericial. É dirigido, especialmente, aos psicólogos e assistentes sociais².

Para a melhor compreensão do assunto, faremos considerações acerca das perícias em geral, seguidas de uma abordagem sobre as questões legais da perícia judicial. Para tanto, abordou-se destacadamente vários aspectos legais e processuais da perícia, com ênfase para a atuação do perito psicológico e social. Sem pretender esgotar o tema, procuramos reunir, neste estudo, subsídios legais e doutrinários sobre a perícia psicológica e social judiciárias, com o propósito de contribuir para uma maior aproximação entre profissionais das áreas do direito, da psicologia e do serviço social, especialmente aqueles que exercem suas atividades no Poder Judiciário.

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

Consta da história da civilização romana que a resolução dos conflitos estava a cargo das pessoas que dirigiam suas famílias,

os também chamados *pater familie*. Com o desenvolvimento dos povos e a conseqüente reestruturação das sociedades, os reinados e, posteriormente, os governos, tomaram para si o poder de dizer o direito – prática hoje em execução no mundo civilizado, ou como denominamos, de Estado de Direito. No Estado de Direito, os poderes são exercidos por meio de funções pelas quais o Estado reparte suas atividades; seus órgãos são as diferentes personagens, ou corpos públicos, encarregados de desempenhar as diversas funções do poder. Como ocorre na maioria dos países ocidentais, o Estado Brasileiro é constituído por três poderes, quais sejam: o executivo, o legislativo e o judiciário. A este último, por força constitucional, cabe o poder e o dever de desenvolver todo o sistema da justiça. Este poder é institucionalizado para o julgamento dos interesses e litígios entre os cidadãos brasileiros. Toda a organização do Estado está norteada na Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988 (MORAES, 2006).

A Carta Magna, em seu artigo 5º, XXXV, estabelece que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Por outro lado, segundo o Código de Processo Civil (CPC), o juiz é a autoridade que representa o Poder Judiciário, encarregado de prestar a jurisdição (dizer o direito), independente da instância em que atua. Algumas destas leis tratam do direito em si (direito material), como o Código Civil (CC), por exemplo. Outras se referem à forma como este direito pode ser postulado (buscado) em juízo, com a devida tramitação (direito processual). A principal delas, para as questões civis, é o Código de Processo Civil (BRASIL, 2007; MARINONI e ARENHART, 2006; FILHO, 2005).

O magistrado, no exercício da judicatura, em se tratando de matéria civil, geralmente segue as regras dispostas no Código de Processo Civil. Conforme o caso, deve estar atento aos comandos dispostos nas Leis Especiais, para que o seu trabalho seja realizado conforme a previsão legal devidamente aplicada ao caso concreto em que está atuando. Para auxiliar o juiz em seu trabalho, elenca o Código de Processo Civil, em seu artigo

139, uma série de profissionais designados “auxiliares da justiça”, entre eles o escrivão, o oficial de justiça e os peritos judiciais.

Como visto, o magistrado tem o dever de apreciar qualquer questão em litígio envolvendo cidadãos (pessoas físicas) e/ou pessoas jurídicas (empresas, fundações, autarquias, municípios, etc.). Para o julgamento das questões, se vale de provas, às vezes apresentadas pelas partes, às vezes requeridas por elas ou pelo representante do Ministério Público. Em alguns casos, quando o juiz considera necessário, pode ele mesmo ordenar a produção de provas, em busca da decisão mais justa. Conforme o Código de Processo Civil, dentre as provas possíveis de serem produzidas estão: a prova documental (Art. 364 e seguintes), a prova testemunhal (Art. 400 e seguintes) e a prova pericial (Art. 420 e seguintes).

A prova documental é representada pelos documentos que são juntados pelas partes ao processo, e que serão analisados pelo magistrado. Quando não é possível demonstrar ou apurar os fatos articulados pelas partes através de documentos, a lei faculta que seja produzida a prova testemunhal, que consiste em ouvir pessoas sobre o assunto de que trata o processo. Em regra, a prova testemunhal é realizada em juízo, através de audiências, podendo, em casos excepcionais, ser colhida em outros locais, como em hospitais e até mesmo na casa da pessoa. A prova pericial, como se observará no decorrer deste estudo, é elaborada por profissional especialista em alguma área do conhecimento humano, com o objetivo de assessorar o juiz no esclarecimento da questão em litígio.

Muitos são os ramos do conhecimento científico, ainda mais em um momento histórico em que as ciências se desenvolvem rapidamente. Utópico seria imaginar que, de um magistrado seja exigido o conhecimento científico de todas as áreas do saber, para decidir sobre os litígios que se lhe apresentam na justiça. Daí a necessidade, cada vez mais evidente, por parte do magistrado, de ser assessorado por peritos.

É imprescindível que todos os profissionais que são chamados a desenvolver o relevante trabalho de perito judicial tenham conhecimento técnico e ético sobre o assunto de que vão se ocupar. Em um trabalho feito por um especialista a serviço da justiça, não basta que se esteja atento tão somente ao conhecimento técnico profissional, pois este deve também se desenvolver segundo as regras estipuladas no Código de Processo Civil. Entre os profissionais do conhecimento científico, está o psicólogo e o assistente social, cujas profissões, devidamente reconhecidas e regulamentadas, há muito vem contribuindo com a Justiça, desenvolvendo uma série de trabalhos, entre eles o de perícia psicológica e social. Ainda que a doutrina não seja farta, há alguns trabalhos escritos sobre perícia judicial. Entretanto, as menções à área psicológica e social são raras, carecendo de um esforço maior por quem deseja trilhar por este campo de estudos.

É imprescindível, portanto, estudar, discutir, criar, rever e aprimorar o trabalho de perícia judicial a serviço do processo judicial, em conformidade com a técnica e ética profissional, assim como as regras que norteiam o processo, para que, criando referencial, o psicólogo assim como o assistente social possam prestar melhores serviços à justiça e, por consequência, aos jurisdicionados.

A PERÍCIA

O tema “perícia” remete a um campo de estudos aparentemente restrito, o que não é verdade. O estudioso da matéria, ao se deparar com a pretensão de conhecê-la melhor, não poderá deixar de conceituá-la e de saber como esta vem sendo concebida, assim como a que prática se destina. Segundo Figueiredo (1999, p. 55), “a expressão ‘perícia’ é originária do latim *peritia*, que significa ‘conhecimento’, que por sua vez é adquirido pela experiência”. Como visto, um dos elementos qualificadores da perícia é o conhecimento de um determinado

assunto, e, segundo a análise da palavra originária do latim, deve este advir da experiência. Deve-se ressaltar, portanto, que nos tempos mais remotos os conhecimentos eram repassados mais pela vivência e experiência do que pela aprendizagem acadêmica. Hoje, a habilidade exigida de um perito deve advir não somente da experiência, mas também, e principalmente, pelo conhecimento científico.

É possível observar que o conhecimento humano tem se desenvolvido sobremaneira nos últimos anos em todos os ramos das ciências. A expectativa é de que este desenvolvimento venha a permitir que o homem possa viver mais e melhor. Para tanto, profissionais estão se especializando nos mais diversos ramos do saber, e de forma cada vez mais aprimorada. Este fato oportuniza um conhecimento mais apurado sobre questões específicas, o que leva a crer que, cada vez mais haverá especialistas em áreas até então inimagináveis. Como se pode ver, o campo das especialidades é amplo e remete a todos os ramos do conhecimento, desde as questões de caráter que exigem conhecimento das ciências exatas, assim como das questões de cunho moral, social e psicológico.

Na Língua Portuguesa, o termo “perícia” é habilidade, destreza e, em um entendimento moderno e contemporâneo, deve ser operada por pessoa com conhecimento técnico especializado. Segundo Ferreira (2007), pode-se realizar a perícia através de vistoria ou exame. Apesar de o autor ter demonstrado dois métodos de realização de perícia, considera-se que isso foi exemplificativo, visto que a perícia pode vir a ser realizada de outras formas, como, por exemplo, pela avaliação, como prevê o Código de Processo Civil, em seu artigo 420.

Um outro conceito de perícia remete a um campo supostamente diferente. Rocha (1999, p. 28) a considera “atividade que requer particulares conhecimentos em determinadas ciências ou artes”. A partir deste entendimento, observa-se que muitas das atividades humanas se desenvolvem mais pela arte do que pelo conhecimento técnico e científico. Como exemplo, no campo da pintura, da escultura e da música.

Uma perícia nestas áreas, somente é possível se for realizada por pessoa que domina igualmente este tipo de arte, independente de que o conhecimento advenha do ramo científico e sim pelo desenvolvimento de uma habilidade artística.

Ao partir dos conceitos expostos sobre perícia, deve-se considerar que ela pode se operacionalizar em diversos campos da atividade humana e cumprindo os mais diferentes papéis, conforme a necessidade que se apresenta. Como se percebe, os serviços de perícia têm por objetivo elucidar situações, fazer averiguações e assim por diante. A perícia é exercida por especialistas da sociedade em geral que, conforme o interesse, a desenvolvem para esclarecer as mais diversas situações.

Rangel (1997) explica que há diversos tipos de perícias, tais como a perícia judicial, administrativa, extrajudicial, arbitral e interprofissional. A título exemplificativo, pode-se citar as perícias contábeis, cuja prática é muito utilizada em empresas, para averiguar a situação econômica, situação de caixa, capacidade de endividamento, etc.; no campo das empresas de seguros, é muito comum realização de perícias (através do sistema de exame e vistoria) para averiguar as circunstâncias em que ocorreu a fatalidade, quem deu causa ao evento e apurar o valor a ser percebido pelo segurado ou seus beneficiários; e ainda há as perícias voltadas ao campo psicológico e social.

Diante desses fatos percebe-se que a realização de perícia é comum em nossa sociedade, tendo esta o fim de constituir-se em um documento capaz de embasar decisões. Em um conceito amplo, pode-se considerar que perícia é um trabalho técnico-profissional ou artístico, elaborado por quem tem conhecimento sobre o assunto, o qual deverá servir para elucidar uma questão obscura ou duvidosa. Ocorre que, como já apontado, o Poder Judiciário, representando o Estado, chamou para si o poder de “dizer o direito”, em casos de interesses ou de litígios existentes entre pessoas da sociedade³.

Do juiz não há de se exigir o domínio das diversas áreas do conhecimento humano. No entanto, por possuir o mister de dizer o que tem como certo diante do caso específico, não possuindo o conhecimento técnico para a resolução de uma questão, deve buscar elucidação com pessoas que o detêm, a fim de bem decidir a questão conflituosa⁴. Segundo as regras apostas no artigo 420 e seguintes do Código de Processo Civil, o juiz poderá, se entender necessário, acatar o pedido das partes ou do Ministério Público, assim como, a seu critério, ordenar a realização de perícia, a fim de ampliar o campo das provas que o auxiliarão na decisão da causa. Deve ficar claro, ainda, o entendimento de que a perícia poderá ser feita tanto na esfera judicial, a critério do juiz e a serviço do processo, como no campo extrajudicial, com o propósito de constituir-se em um documento, a serviço de quem a solicitou, para elucidar uma questão de interesse próprio ou administrativo.

A PERÍCIA JUDICIAL

Como já mencionado, ao juiz, no exercício da judicatura, cabe dizer o direito (quem tem razão), nas causas em que é chamado a decidir ou então em casos que não tratam de litígio, mas nos quais a lei exige sua deliberação. Segundo as regras do Código de Processo Civil, artigo 282, VI, cabe à parte, ao ingressar com um pedido em juízo, provar o alegado, mediante os meios que a legislação lhe faculta. Por outro lado, ao requerido cabe o direito de defesa, ou seja, a faculdade de contestar os fatos alegados pelo autor, para que posteriormente o juiz possa fazer o julgamento da questão. Na linguagem jurídica, é chamado de direito ao contraditório, que nada mais é do que se contrapor às alegações feitas pelo autor e com as quais o réu não concorda. Tanto as alegações iniciais quanto a defesa devem ser demonstradas com as provas pertinentes. Afinal, o processo existe para que o juiz, após ouvir as razões das partes com igual atenção, decida a questão. Nada mais correto do que

oportunizar, de forma justa, que ambos exponham seus argumentos, para, posteriormente, proferir a decisão conforme a lei e diante dos fatos que ele considerar mais convincentes.

Como visto, a produção de provas pode, e deve ser feita por ambas as partes. Por vezes, o autor já apresenta algumas provas quando ingressa com a ação e, ainda, no desenrolar do processo. O réu pode apresentar as provas na oportunidade da contestação, assim como algumas delas podem ser requeridas ao juiz, para que sejam produzidas posteriormente, em momento processual próprio. O Ministério Público, por seu promotor de justiça, também pode requerer a produção de provas, visto que acompanha alguns tipos de processos representando o interesse da sociedade, como por exemplo, os que dizem respeito às questões de família. Além das partes e do promotor de justiça, também o juiz pode determinar a produção das provas que ele entender pertinentes, a seu livre arbítrio, visto que é a ele que as provas são dirigidas para a futura decisão.

Como já dito, as partes e o Ministério Público, podem requerer a produção da prova pericial, porém, o profissional que irá efetuar a prova é da confiança do juiz. Dentro do possível, o juiz deve procurar nomear profissional especializado, de sua confiança e que responda fidedignamente, de forma imparcial e com o devido conhecimento técnico. Em regra, o representante do Ministério Público atua como fiscal da lei nas lides processuais civis, acompanhando os processos em que a lei prevê sua intervenção (interesse do Estado, por exemplo). Pode ocorrer que, em outros casos, o promotor de justiça venha a ingressar em juízo como parte – o que ocorre em Ação de Destituição do Poder Familiar, em defesa do incapaz; ou Ação Civil Pública, em benefício da coletividade.

Como se pode observar, por vezes o promotor de justiça funciona como fiscal da lei e em outras como parte. Tanto em um caso quanto em outro, este pode requerer ao juiz a produção de provas em geral, dentre elas a prova pericial. É oportuno acrescentar que um processo judicial poderá estar

instruído com diversos documentos que as partes podem considerar importantes para a causa. Pode inclusive ser instruído com “perícia psicológica ou social”, produzida unilateralmente pelo interessado, efetuada por algum especialista, manifestando-se sobre a questão em discussão. O juiz poderá receber o referido documento (perícia psicológica ou social), assim como os demais. Porém, tal documento não tem força de perícia judicial. Entretanto, nada obsta que o juiz venha a considerá-lo como suficiente para a elucidação da questão e não determine a realização da perícia judicial. Pode também o juiz, com o poder que lhe faculta a legislação, determinar a perícia judicial por profissional igualmente qualificado e de sua confiança (art. 420 do CPC), com o propósito de averiguar a veracidade dos fatos e o confronto das informações. Greco Filho (2003) aponta que a parte pode juntar pareceres técnicos extrajudiciais, mas estas peças não pertencem à perícia, nem são perícias. São apenas para encaminhar o pensamento do juiz.

É oportuno registrar que não há hierarquia entre as provas apresentadas no processo. Cada uma delas tem a sua importância, e é a análise do conjunto que deverá contribuir para o livre arbítrio do juiz; este não está restringido a considerar preponderante alguma delas. Assim trata o artigo 332 do Código de Processo Civil: “Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa”. Vê-se então, a importância da produção de provas processuais, para o direito. Aquino considera (1987): “A perícia judicial é instrumento trazido ao processo para revelar ao juiz a verdade de um fato, ou em outras palavras, elemento que direta ou indiretamente pode justificar os fatos que se investigam; elemento através do qual se adquire o conhecimento de um objeto de prova”.

Rosa (1999, p. 17) entende que “a perícia judicial se distingue da perícia extrajudicial em relação ao meio em que são produzidas, sendo perícia judicial aquela que é feita em

processo judicial, e extrajudicial aquela que não é feita em processo judicial” e Santo (1996, p. 56) salienta que a “perícia consiste no meio pelo qual, no processo, pessoas entendidas e sob compromisso, verificam fatos interessantes à causa, transmitindo ao juiz o respectivo parecer. Em conclusão aos seus estudos, Rosa (1999, p. 27) ensina que:

Perícia judicial, portanto, é atividade técnica e processual, que se materializa no processo através de laudo ou de qualquer outra forma legalmente prevista, na condição de instrumento. Perícia judicial é atividade, é trabalho técnico desenvolvido em processo judicial dentro das normas aplicáveis. A perícia judicial, portanto, resulta tanto de uma atividade técnica como de uma atividade processual.

O ensinamento Rosa (1999) nos faz refletir que a perícia judicial não é atividade tão somente técnica profissional, assim como não essencialmente jurídica. O fato de ser denominada perícia judicial pressupõe a existência de um processo judicial. Como o processo se desenvolve por meio de um procedimento, são as normas que o regulam que irão nortear todo o desenvolvimento da ação judicial. O juiz, segundo as regras processuais é o diretor do processo (art. 125, CPC), ou em outras palavras, é ele o administrador, porém, o faz seguindo as regras estipuladas na lei. Pondera-se, então, que se o próprio juiz, que é autoridade máxima no processo, deve ater-se às normas processuais, tanto mais o seu auxiliar (perito) deve ser, estar e agir de acordo com as regras pertinentes à realização de seu trabalho.

A PERÍCIA PSICOLÓGICA E SOCIAL

O tema perícia psicológica e social vem sendo gradativamente estudado por profissionais que se deparam com determinações ou solicitações da autoridade judicial, a fim de emitirem parecer sobre uma questão de cunho técnico dessas profissões. Como mencionado na introdução deste estudo, as questões técnico-operacionais do exercício da psicologia e do serviço

social, não serão objeto de consideração e sim as implicações a que se reporta um trabalho de perícia.

Questão de importância surge com a observância de que profissionais de outras áreas do conhecimento, quando são chamados a desenvolver um trabalho de cunho técnico e científico, utilizam como meio para demonstrar o seu serviço, o documento chamado “laudo”. Assim, tem-se o laudo médico, o laudo psiquiátrico, o laudo contábil, entre outros. Esta também é a nomenclatura utilizada pelo judiciário, quando se vale de peritos das mais diversas áreas do conhecimento, para auxiliar o juiz nos processos judiciais. Se após realizar o seu trabalho todo perito se manifesta através de laudo, por certo, esta mesma prática poderá ser utilizada pelo profissional da psicologia e serviço social.

Muito se pode questionar sobre a forma de manifestação do profissional em um trabalho judicial. Estudos e observação prática têm demonstrado que por ora o juiz determina a realização de estudo ou avaliação psicológica e social, em outras ocasiões a perícia nessas áreas. A avaliação psicológica e o estudo social são uma valiosa fonte de informação, por meio das quais psicólogos e assistentes sociais irão demonstrar o seu trabalho frente uma situação específica. Verifica-se, no entanto, que o trabalho tanto do psicólogo quanto do assistente social, vem sendo requisitado para esclarecer questões conflituosas, cujo resultado venha determinar, entre outras coisas, vantagens, razão, conquista ou perda de demandas judiciais. Nos últimos anos, estes trabalhos passaram a ter maior importância no campo relacional, emocional, moral e econômico, e por isso a atividade profissional vem sendo mais visada, assim como os interessados vêm exigindo serviços mais aprimorados.

A atividade de quem elabora uma perícia psicológica ou então, um estudo psicológico a princípio não é diferente, ocorrendo a mesma coisa com o estudo e a perícia social. Ambos os trabalhos devem ser feitos com profissionalismo, primando pela aplicação de métodos e técnicas adequadas ao caso

específico. Veja-se, por exemplo, que para a realização de perícia, o profissional faz uso de todo o instrumental técnico utilizado para a realização do estudo psicológico. Quando o trabalho de investigação e diagnóstico do profissional da psicologia constitui-se com objetivo de formar prova para subsidiar decisões conflituosas, deixa de ser tão somente um estudo psicológico e toma característica de perícia psicológica.

Realizado o trabalho de averiguação e depois de estudada e diagnosticada a situação, deve o psicólogo manifestar-se através de “laudo psicológico” e o assistente social através de “laudo social”, instrumento próprio para demonstração de um trabalho de perícia. Consta na legislação e na doutrina, que o perito se manifesta através de laudo. Diante disso, observa-se que o psicólogo e o assistente social, ao se depararem com um serviço de perícia, devem ir assimilando terminologia adequada, conforme o trabalho que realiza. Acredita-se ser um erro profissional desenvolver um trabalho de perícia e, no momento de elaborar o documento, deixar de fazê-lo através do instrumento adequado chamado laudo.

Serviços de perícia psicológica e social vêm sendo desenvolvidos tanto na esfera administrativa quanto na judicial. Importante ressaltar que o trabalho da perícia psicológica e social deve ser realizado levando em conta todo o conhecimento técnico-operativo, assim como os preceitos contidos no Código de Ética e demais normas legais que regulamentam a profissão de psicólogo e a de assistente social. Na esfera judicial, a perícia reveste-se de aspectos legais a serem observados pelos peritos a serviço do juízo que, dentro do possível, também devem ser observados os trabalhos de perícia psicológica na esfera privada. Aspectos como impedimento e suspeição que serão vistos adiante, se observados, mantêm a lisura e imparcialidade de que deve se orientar todo o trabalho pericial.

É importante considerar, ainda, que o trabalho do perito psicológico e do perito social é concebido em um plano descritivo-interpretativo, que envolve sensibilidade, percepção

apurada de fatos e processos subjetivos. O poder do trabalho dos peritos está no conhecimento técnico sobre o assunto e na forma com que o utiliza na emissão de juízo especializado. Deriva deste fato a importância das estratégias e instrumentos utilizados para a coleta de dados, bem como a forma clara e objetiva com que deva expressar o seu trabalho (CRUZ, 2004, ROVINSKI, 2004; DAL PIZZOL, 2005).

No desenvolvimento das perícias, é comum o profissional perceber, em suas averiguações, principalmente em se tratando de perícia social, a possibilidade de intervenção e, inclusive, vislumbre soluções ou acordo para a temática em questão. Entretanto, considera-se que os serviços de perícia não se prestam para efetuar intervenção, e sim para tomar conhecimento e analisar uma situação concreta, emitindo-se o parecer para que a autoridade solicitante tome uma decisão segundo o entendimento técnico demonstrado. Por outro lado, ao perceber-se a possibilidade de acordo em contenda, ou necessidade de intervenção, o perito deve demonstrar tais considerações no final de seu trabalho.

Outra situação em que pode se deparar o perito é no momento em que a perícia tem que ser feita por equipe multiprofissional. Trata-se de um trabalho a ser realizado por vários especialistas, em geral, quando a situação a ser tratada merece atenção de profissionais de diferentes áreas de formação técnica. Esta prática tem previsão legal e ainda é pouco utilizada no judiciário. Considera-se, no entanto, que o trabalho deve ser realizado por cada profissional em separado. Ainda que a coleta de dados e a observação venham ser conjuntas, em geral não é possível redigir o laudo conjuntamente, considerando a especificidade de cada área profissional e a forma de demonstrar seus posicionamentos na linguagem escrita. Recomenda-se que, mesmo quando a determinação da autoridade seja para que a perícia seja realizada por uma equipe multiprofissional, no momento da feitura do laudo, deva ser redigido individualmente por cada profissional.

A forma de redigir o documento deve ser peculiar de cada profissional. Pode ser por meio de redação, com a sucessão de parágrafos, ou em forma de itens para melhor visualização e compreensão. Porém, deve desenvolver-se sempre de forma clara e coordenada, para que a autoridade solicitante não encontre dificuldade em compreender o conteúdo do laudo. Havendo quesitos, devem ser todos respondidos da forma mais clara possível, sem prejuízo de que o perito venha a expor sobre demais questões que considerar importantes para a melhor solução do caso exposto.

Quando o profissional encontra-se diante de um trabalho de perícia, deve estar ciente de que a autoridade solicitante necessita de um parecer técnico que venha a colaborar em sua tomada de decisão. As respostas aos quesitos não podem ser evasivas, a menos que alguns dados não sejam possíveis de verificação. Não havendo quesitos, o perito deve se manifestar de forma clara sobre o que entender ser o ponto central da questão.

Muito se tem discutido, principalmente em se tratando de perícia social, acerca da manifestação no final de um trabalho de estudo ou de perícia social, emitindo um parecer ou deixando de fazê-lo. Acredita-se que o parecer ou a conclusão final tanto do perito psicológico, como do perito social, é importante e deva contribuir substancialmente com a autoridade que pretendeu se assessorar do especialista para melhor proferir sua decisão.

Uma questão de destacada importância é esclarecer que o parecer do perito e a sentença da autoridade são coisas de forma e valores diferentes. O perito deve, em seu parecer ou em suas conclusões, expressar o seu posicionamento técnico sobre os fatos e, se for o caso, sugerir a melhor solução para a situação concreta, sem pretender ou almejar adiantar o que poderá ser decidido, pois seu trabalho não passa de efetuar investigação, diagnóstico e conclusão. A decisão que a autoridade solicitante venha a tomar, por certo, faz parte do

que lhe é assegurado, ou do que lhe é obrigado, pela função que desempenha.

Por fim, o laudo deve ser assinado pelo profissional que realizou o trabalho, contendo o seu nome e número do registro junto ao Conselho Profissional a que pertence o profissional, assim como sua rubrica em todas as laudas que fazem parte do documento.

QUESTÕES LEGAIS DA PERÍCIA JUDICIÁRIA COM ENFOQUES DIRIGIDOS À PERÍCIA PSICOLÓGICA E SOCIAL

As implicações legais referentes à perícia judicial são de relevante importância e devem ser estudadas por todos os profissionais que se propõem a realizar este procedimento; dessa forma, auxilia-se melhor o magistrado ao qual o trabalho se dirige, bem como se contribui para a melhor solução do interesse juridicamente tutelado.

Primeiramente, deve-se considerar que as regras que tratam de perícia judicial (art. 145 e seguintes; art. 420 e seguintes, do CPC) são comuns a todo e qualquer tipo de perícia judicial, independentemente do profissional que irá desenvolver o trabalho. Diante disso e dos já mencionados ensinamentos de Rosa (1999), conclui-se que, na atividade de perito judicial, não basta estar-se atento somente aos conhecimentos profissionais, é preciso ter atenção também às regras processuais. A seguir, passa-se a tratar dos aspectos considerados pertinentes a qualquer perícia, com enfoques dirigidos ao psicólogo e ao assistente social no exercício da atividade pericial.

Nomeação do perito

Como já mencionado, o processo é presidido pelo juiz, a quem é dirigido todo o material (peças) destinado a demonstrar os fatos e a comprová-los (provas pertinentes). As partes, assim

como o promotor de justiça, podem requerer ao juiz a nomeação de perito no início ou no decorrer da marcha processual, pois somente esta autoridade tem o poder de nomear o referido profissional (art. 145, CPC).

Consta do § 1º do artigo 145 do Código de Processo Civil, que os peritos devem ser escolhidos entre profissionais de nível universitário e devidamente inscritos em seus órgãos de classe. Daí a necessidade do profissional estar regulamente inscrito em seu órgão de classe e em pleno gozo do exercício profissional. Nery Junior e Nery (1996, p. 576) referem: “onde não houver profissional habilitado, o juiz poderá servir-se de pessoa de sua confiança para realizar a perícia”. Considera-se, no entanto, que em comarcas com disponibilidade de profissionais com formação superior, esta não é a melhor solução – exceto que o juiz tenha conhecimento de aspectos desabonadores da conduta profissional destes, que se encontrem indisponíveis ou, ainda, fora do pleno exercício profissional.

Manifestação do perito

Conforme dispõe o artigo 421 do Código de Processo Civil, “o juiz nomeará o perito, fixando de imediato o prazo para a entrega do laudo”. Observa-se que o juiz não precisa consultar previamente o perito, pois este irá manifestar a aceitação, ou recusa justificada, somente após ser intimado da nomeação. Caso o profissional não queira ou não possa desenvolver o encargo, por motivo legítimo, poderá recusar o compromisso no prazo de cinco dias (art. 146, § único, CPC), contados a partir da data da intimação. Os motivos legítimos de que trata o referido artigo são os mesmos aos quais se sujeitam todos os serventuários da justiça e os promotores de justiça (art. 138, CPC), assim como os juízes em exercício profissional (arts. 134 e 135, CPC).

As questões que acarretam impedimento, segundo o artigo 134 do Código de Processo Civil, são de ordem objetiva e dizem respeito a processos em que o juiz, o promotor de justiça, o

perito, dentre outros, foram ou são parte; quando parentes até o terceiro grau do profissional designado forem partes. O impedimento, em outras palavras, é um pressuposto processual negativo que poderá prejudicar o deslinde da questão.

Os motivos que dizem respeito à suspeição, são de ordem subjetiva e dizem respeito às questões de afetividade (art. 135, CPC). Questões dessa ordem são a amizade íntima ou inimizade com as partes, ter recebido dádivas antes ou depois de iniciado o processo, estar interessado no julgamento da questão em favor de uma das partes, entre outras. Fatos como estes poderão interferir na imparcialidade do profissional no momento do trabalho pericial e por isso, constituem motivos legítimos, previstos em lei, para que o profissional não aceite o encargo.

Como visto anteriormente, a parte poderá juntar aos autos, com a petição inicial, diversos documentos dirigidos ao convencimento do juiz. Caso um profissional já tenha se manifestado ou atuado, por exemplo, através de uma perícia extrajudicial, ou por um serviço de mediação, deverá informar ao juiz de que, por esse motivo, encontra-se impedido de atuar como perito judicial nos mesmos autos ou sobre os mesmos fatos. Nessas condições, deve o perito se manifestar por escrito ao juiz, que decidirá sobre o pedido. Aceitando o pedido de impedimento ou suspeição, nomeará outro profissional. Em caso de não aceitação, o que não é comum, o perito deverá desenvolver o trabalho com maior isenção possível. Por outro lado, se o perito deixar de manifestar a recusa legítima, ou deixar de entregar o laudo no prazo assinado sem qualquer justificativa, poderá ser punido conforme o dano que causar (art. 424, parágrafo único, CPC). O perito pode, ainda, declarar-se suspeito por motivo íntimo (art. 135, CPC) – o que é tratado com mais detalhes na sequência deste texto.

Quesitos dirigidos ao perito

Após a nomeação do perito o juiz determina a intimação das partes para a apresentação dos quesitos; estas devem se manifestar no prazo de cinco dias (art. 421, inc. II, CPC). Rosa (1999, p. 208) ensina que: “Pelo conceito aceito mansa e pacificamente pela doutrina, quesitos são perguntas que se fazem aos peritos e aos assistentes técnicos, que delimitam a função dos peritos e dos assistentes técnicos”. Na mesma esteira, Vendrame (1997, p. 209) esclarece: “Quesitos são perguntas escritas e articuladas relativas aos fatos a serem periciados, formuladas ao perito e aos assistentes técnicos”. Como se pode perceber, os quesitos são perguntas dirigidas ao perito e assistentes técnicos, para serem respondidas, com objetivo de melhor elucidação da causa.

Os quesitos podem ser formulados pelas partes (art. 421, II, CPC) assim como pelo Ministério Público (art. 80, CPC) nas causas em que atua como parte ou como fiscal da lei, ou, ainda, a critério da autoridade judiciária (art. 426, II, CPC). Considera-se importante destacar que o perito não deve ficar adstrito aos quesitos formulados. Principalmente em se tratando de perícia psicológica e social, em que podem surgir fatos novos, o profissional pode e deve levar aos autos tudo o que considerar interessante e que possa contribuir para um julgamento mais adequado.

É possível que no decorrer da perícia as partes queiram formular quesitos complementares, para que sejam respondidos pelo perito. É o que prevê o artigo 425 do Código de Processo Civil. Os chamados “quesitos suplementares”, quando deferidos pelo juiz, também devem ser respondidos pelo perito.

Prazo para entrega do laudo

Conforme preceituam os arts. 146 e 421 do Código de Processo Civil, o perito tem o dever de entregar o laudo no prazo marcado pelo juiz, devendo envidar esforços para concluí-lo no tempo estipulado. A prática tem demonstrado que nas questões de Direito de Família, Infância e Juventude, os processos

carecem de decisões urgentes, sendo aconselhável maior esforço para entrega do laudo, evitando-se que o prazo determinado seja ultrapassado. Assim, o perito deve demonstrar preocupação e zelo quanto aos prazos, pois do contrário, ao invés de auxiliar o juiz estará prejudicando as partes. Todavia, segundo o que estabelece o art. 432, do CPC, havendo motivo justificado, pode o juiz deferir a prorrogação de prazo para entrega do laudo.

Honorários do perito

Honorários do perito significam o pagamento pelos serviços profissionais prestados. Normalmente, o juiz, ao nomear o perito, solicita sua proposta de honorários; esta deve ser apresentada na primeira manifestação, já que os valores poderão ser depositados em juízo para serem levantados após a entrega do laudo. Pode ocorrer também que o perito necessite retirar parte do valor, para cobrir despesas de locomoção ou material, conforme o caso, para a realização do trabalho. As despesas do perito são pagas pela parte que requer o exame, ou pelo autor, quando o requerimento for de ambas as partes ou mesmo determinado pelo juiz, conforme o artigo 33 do Código de Processo Civil. Na prática, em razão da tramitação por vezes demorada do processo, há possibilidade de levantamento durante ou tão logo seja entregue o laudo psicológico.

Caso o perito seja servidor do juízo, ou mesmo funcionário público, não há que se falar em honorários, visto que sua remuneração advém mensalmente do órgão público e o serviço pode ser efetuado em seu horário de trabalho. No entanto, sugere-se aos colegas que não são funcionários públicos que apresentem proposta de honorários, quando nomeados pelo juiz, pois, sem dúvida, trata-se de uma forma de valorização pessoal e profissional. Há um entendimento jurisprudencial a este respeito: “A assistência judiciária compreende honorários de perito. Seu beneficiário não se acha obrigado a depositar quantia alguma, respondendo pela remuneração o não-

beneficiário, se vencido, ou o Estado, ao qual incumbe a prestação da assistência (Ementa STJ 5, 354, 158). Isso significa que a parte da assistência judiciária não arca com custas processuais, nas quais se incluem os honorários do perito, mas sim o próprio Estado. Portanto, não há motivos reais para que seja o perito a arcar com o ônus de seu trabalho, visto que, como todas as profissões, o exercício desta envolve gastos, dispêndio de tempo, etc.

Assistente técnico

A figura do assistente técnico está prevista no § 1º, inciso I do artigo 421 do Código de Processo Civil. Segundo este preceito legal, o juiz, ao nomear o perito, determina a intimação das partes, para indicarem assistente técnico, se desejarem. Assim, o assistente técnico é o profissional indicado e da confiança da parte (atividade privada), enquanto que o perito é auxiliar da justiça (atividade pública). O assistente técnico não é considerado auxiliar da justiça e, por isso, contra ele as partes não podem levantar impedimento ou suspeição, como pode ocorrer com o perito (art. 422, CPC). Ao final de seu trabalho, o perito apresenta seu laudo (art. 421, CPC), ao passo que o assistente técnico apresenta parecer sobre o trabalho do perito.

Como o assistente técnico oferecerá seu parecer acerca do trabalho e do laudo do perito, esta manifestação não poderá ser feita por alguém que tenha menos conhecimentos profissionais que o próprio perito. Portanto, não seria prudente, por exemplo, que um estagiário figurasse como assistente técnico e se manifestasse sobre o laudo elaborado por um profissional com formação de nível superior.

Dispõe o artigo 433, parágrafo único do Código de Processo Civil: “Os assistentes técnicos oferecerão seus pareceres no prazo comum de 10 (dez) dias após a apresentação do laudo, independentemente da intimação”. Para Brandimiller (1996, p. 118), “ao assistente técnico compete também se manifestar sobre o laudo do perito, a posteriori, concordando ou

divergindo de suas conclusões, através de parecer que não necessita de uma estrutura padrão como o laudo”. Registre-se que o perito deverá desenvolver o seu trabalho independentemente da presença do assistente técnico ou de prévia combinação com este. Entende-se não ser necessário avisar o assistente técnico sobre o dia e hora em que se fará as diligências, bem como da data em que o laudo será entregue. Por outro lado, sendo consultado, é prudente que informe o dia e o horário em que realizará o trabalho. Em hipótese alguma o assistente técnico poderá interferir e muito menos atrapalhar a investigação do perito.

É necessário mencionar que o Código de Processo Civil foi modificado pela Lei nº 8.445, de 24 de agosto de 1992. Destaca-se, dentre as alterações trazidas pela nova lei com relação à prova pericial, que o legislador não mais admite a manifestação conjunta do perito judicial e do assistente técnico, como poderia ocorrer anteriormente. Após a apresentação do laudo, tendo havido ou não indicação de assistente técnico, o juiz manda intimar as partes para que se manifestem sobre o mesmo. Nesta oportunidade, as partes e o Ministério Público se manifestam, se o quiserem, e inclusive podem não concordar com o laudo.

Pode ocorrer também, como já comentado, que em determinado processo a parte tenha juntado um documento consistente em forma de laudo ou mesmo um estudo psicológico ou social elaborado por algum profissional. Em um mesmo processo poderá atuar um profissional que elaborou um serviço técnico cujo parecer foi juntado para embasar a inicial; um outro que será o perito nomeado pelo juízo; também poderá figurar um terceiro, como assistente técnico da parte.

Nunca é demais lembrar que o assistente técnico deverá ser tratado pelo perito judicial com urbanidade, cortesia e respeito, partindo-se da premissa que também ele, ainda que represente os interesses de uma das partes, busca elucidar a questão que será examinada pelo juiz.

Perícia informal

A figura da perícia informal, de que trata o parágrafo 2º do artigo 421 do Código de Processo Civil, foi criada pela Lei n 8.455/92. Dispõe este preceito legal: “Quando a natureza do fato o permitir, a perícia poderá consistir apenas na inquirição pelo juiz, do perito e dos assistentes, por ocasião da audiência de instrução e julgamento a respeito das coisas que houverem informalmente examinado ou avaliado”. Rosa (1999, p. 214) lembra que:

(...) na perícia informal os elementos técnicos, hábeis para provar tecnicamente a verdade dos fatos aduzidos pelas partes que servirão para análise e exame do juiz, chegarão aos autos por via de um depoimento. Permite-se, portanto, que para a instrução baste a opinião dos técnicos levada ao juiz de viva voz e tomada por termo, sem necessidade de apresentação de peça escrita, ou seja, do laudo.

Ainda que a perícia possa ser feita em audiência, o perito deverá ser intimado com certa antecedência, para que possa tomar ciência do caso, consultar os autos, assim como efetuar breve averiguação dos fatos, preferencialmente e se possível no local onde estão acontecendo. O recurso da audiência informal foi criado para resolver casos urgentes, em que se dispensa a preocupação com maiores formalidades. No entanto, sempre que possível deve-se atentar para o rito mínimo necessário, como a intimação do perito com certa antecedência e a indicação prévia dos assistentes técnicos das partes.

Quanto à formulação dos quesitos, acredita-se dispensável, visto que a manifestação do perito é colhida em audiência, oportunizando as partes a formulação de perguntas, assim como os assistentes técnicos poderão emitir seus pareceres sobre os posicionamentos do perito. A manifestação do perito através de termo de audiência tem a mesma validade do laudo, devendo este ser assinado ao final, assim como todas as páginas porventura existentes devem ser rubricadas.

O perito não precisa assinar termo de compromisso (art. 422, CPC) ou prestar compromisso de dizer a verdade, como ocorre

com as testemunhas (art. 415, CPC), porque, apesar de ser ouvido em audiência, o faz na qualidade de perito e não de testemunha; porém, não está isento de manifestar-se em caso de impedimento e suspeição, assim como de envidar esforços no sentido de ser útil à causa, atento às questões da ética e técnica profissional.

Substituição do perito

Durante a perícia judicial, ou mesmo antes de ser ela iniciada, podem ocorrer fatos que motivem a substituição do perito por parte do magistrado. Como já comentado, o perito é pessoa de confiança do juiz, que tem competência para nomeá-lo, podendo também substituí-lo a seu critério ou atendendo requerimento das partes ou do Ministério Público.

Os motivos que ensejam a substituição do perito estão dispostos no artigo 424 do Código de Processo Civil. Dentre estes, está a falta de conhecimento técnico e científico. Veja-se, por exemplo, no caso de indicação de perito psicólogo ou assistente social, assim conhecido na comunidade, mas que deixou de indicar no laudo o número do registro profissional por não ser graduado ou por estar suspenso do exercício da profissão temporariamente, deve o juiz substituí-lo, visto que pode estar ocultando problemas de ordem ética e técnica profissional.

Outro fato é que pode o profissional prestar serviços demonstrando incapacidade para a função, não sendo útil para a causa. Como será visto mais adiante o estudo da situação e a elaboração do laudo são providos de técnica para o levantamento dos dados, assim como para a redação do documento. O laudo deve conter dados suficientes e uma exposição clara e adequada para assessorar com efetividade o magistrado em sua função de julgador.

As implicações legais a que se submetem todos os peritos que prestam serviços desta natureza em juízo devem ser do conhecimento do perito psicológico e social. A técnica e a ética

profissional são de real importância, porém, o perito não pode deixar de estar atento às regras processuais que norteiam a perícia judicial, sob pena de acarretar vícios e invalidação do trabalho. A perícia elaborada com desatenção às regras processuais poderá motivar a substituição do perito.

Como se sabe, o processo se desenvolve por ações subseqüentes praticadas pelo juiz, pelas partes e, em alguns casos, pelo promotor de justiça. Para o efetivo andamento do processo, o legislador previu prazos que devem ser cumpridos por todos. O perito também tem um prazo a cumprir, como já visto anteriormente. Quando o perito deixar de cumprir seu encargo no prazo estipulado pelo juiz, este poderá substituí-lo por outro profissional de sua confiança. Tal substituição não se fará necessária se o perito – entendendo que não poderá efetuar o serviço em tempo por acúmulo de trabalho ou outro motivo que justifique o atraso - solicitar dilação de tempo ao juiz, como preceitua artigo 424, inciso II, do Código de Processo Civil.

O juiz entendendo que o profissional foi displicente com o dever profissional de colaborar com a justiça, poderá comunicar ao seu órgão de classe, assim como fixar multa compatível com o prejuízo causado à parte com o atraso do processo (art. 424, parágrafo único, CPC). Nesse contexto, lembra-se o conteúdo do artigo 339 do Código de Processo Civil: “Ninguém se exime do dever de colaborar com o Poder Judiciário para o descobrimento da verdade”.

Mais uma vez, ressalta-se que o profissional de qualquer área não está obrigado a realizar uma perícia judicial, desde que tenha motivo legítimo para sua escusa. Não se manifestando em cinco dias contados de sua intimação para desenvolver o encargo, seu silêncio dará a entender ao magistrado a aceitação da incumbência. No entanto, se deixar de realizar o trabalho haverá motivo para sua substituição, podendo sofrer com as implicações legais, conforme já mencionado.

Perícia por carta

Nem sempre todos os atos processuais podem ser realizados no juízo em que tramita a ação, principalmente quando se trata de litigantes residentes em diferentes cidades. É bastante comum, nesses casos, o juiz da causa (que atua no processo) solicitar ao juízo da comarca onde a outra parte reside que proceda à perícia sobre fatos que necessitam de comprovação ou mais informações, expedindo-se, do primeiro para o segundo, uma carta precatória.

Consta do artigo 428 do Código de Processo Civil: “Quando a prova tiver de realizar-se por carta, poderá proceder-se à nomeação de perito e a indicação de assistentes técnicos no juízo ao qual se requisitar a perícia”. Fato curioso acontece com a nomeação do perito nestas condições. Viu-se que o perito é um profissional da confiança do juiz que deverá julgar a causa, devendo, dentro do possível, nomear pessoa de sua confiança. No entanto, é comum nas lides (trabalho) forenses, que o juiz deprecante (aquele que atua na causa) solicite a produção de perícia ao juiz deprecado (aquele que irá determinar a realização da perícia), sem se manifestar sobre a nomeação de perito. Neste caso, deve ser entendido que este último nomeará alguém que seja de sua confiança.

Nos trabalhos forenses, é possível a realização de perícia psicológica, ou então, uma perícia social por precatória, principalmente em casos que envolvem famílias, crianças e adolescentes. O profissional deve atuar com o devido zelo, independentemente de que o processo esteja tramitando ou não em sua comarca. O juiz deprecado deve informar ao juiz deprecante a nomeação do perito, para que as partes sejam intimadas a se manifestar sobre um possível impedimento ou suspeição, bem como se desejam, ou não, formular quesitos e indicar seus assistentes.

As regras processuais referentes às cartas precatórias estão contidas no artigo 202 e seguintes do Código de Processo Civil; dentre estas, consta que a cópia da petição inicial que ensejou o processo, assim como das demais peças necessárias, devam acompanhar a carta para que o perito possa adquirir o pleno

conhecimento dos fatos e do objeto de sua perícia. Não é possível, por exemplo, a realização de uma perícia psicológica sem que se tenha informação do teor da petição inicial e, se possível, da contestação, bem como do endereço claro onde deverá ser procedido o trabalho.

Concluída a perícia, o perito deve encaminhar o laudo ao juiz do qual partiu a nomeação para a realização do trabalho – normalmente o que se encontra na jurisdição onde os fatos devam ser avaliados, sendo da competência deste o encaminhamento ao juízo deprecante.

Esclarecimentos em audiência

Como já tratado, o objetivo das provas no processo é esclarecer ao juiz sobre a verdade dos fatos articulados pelo autor, assim como os que forem contestados pela outra parte. Às vezes, a prova se presta simplesmente para confirmar as alegações do autor, quando o processo trata de matéria de jurisdição voluntária, ou seja, aquele em que não há litígio.

Cumprir informar, ainda, que perito e assistentes técnicos podem ser intimados a comparecer em audiência para manifestação sobre seus trabalhos, conforme a previsão legal do artigo 435 do Código de Processo Civil: “A parte que desejar esclarecimento do perito e do assistente técnico, requererá ao juiz que mande intimá-lo a comparecer à audiência, formulando desde logo as perguntas, em forma de quesitos.” Observa-se que se trata de intimação para prestar esclarecimentos sobre o laudo, devendo os interessados formularem as perguntas que desejam ver respondidas, das quais perito e assistentes técnicos poderão tomar conhecimento antes da audiência. As respostas dadas serão colhidas no termo de audiência e, apesar de não fazerem parte do laudo, seu teor terá igual importância ao contido na manifestação escrita.

Importância da perícia judicial

Um processo judicial se faz com uma seqüência de documentos denominados “peças processuais”, que, ao final, são analisados pelo juiz, para proferir a sentença. Os fatos alegados pelas partes devem ser provados através dos meios permitidos em lei. Como já visto, as provas documentais, testemunhais e periciais são trazidas aos autos pelas partes ou produzidas em juízo a seu requerimento, por solicitação do Ministério Público, ou então, por determinação do próprio juiz.

Após a instrução do processo, passa-se à fase de julgamento, com a prolação da sentença, que pode ser proferida pelo juiz na mesma audiência de instrução e julgamento ou posteriormente, em gabinete. Na oportunidade do julgamento, o magistrado usa do poder que lhe é outorgado, analisando todo o conjunto de informações contidas nos autos. O juiz deve ler todas as peças – desde a inicial, a contestação e as provas colhidas – atentando aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, para daí tomar a decisão expressando as razões do seu convencimento, como dispõe o artigo 131 do Código de Processo Civil.

Ao analisar as provas, o juiz não fica adstrito a qualquer delas. Todas devem ser sopesadas com a mesma importância. Normalmente, os juízes não sustentam suas decisões sob uma única prova; pode-se dizer que o veredicto é fruto do somatório de todas elas. Conseqüentemente, a prova pericial, apesar de ser produzida por um especialista no assunto e da confiança do magistrado, não deve, por si só, ser determinante de um posicionamento que o magistrado possa tomar.

Estabelece o artigo 436 do Código de Processo Civil que: “O juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos”. Apesar disso, o Superior Tribunal de Justiça (1993, p. 18.978) já decidiu que: “Sentença que reflete a prova pericial - É certo que o artigo 436 do CPC diz que o juiz não está adstrito ao laudo pericial; mas, por outro lado, nada impede de tê-lo como fundamento de sua convicção”.

A nova perícia e a segunda perícia

Como já visto, a prova pericial tem por objetivo esclarecer os fatos sob a ótica técnico-profissional e é dirigida ao juiz, ainda que as partes tenham interesse e sobre ela possam se manifestar. Caso uma perícia não tenha sido suficientemente esclarecedora no entendimento das partes, do promotor de justiça ou do diretor (juiz) do processo, a legislação prevê que ela pode ser complementada, sem se desconsiderar o que já foi apurado. A previsão legal é do artigo 437 do Código de Processo Civil, que assim dispõe: “O juiz poderá determinar, de ofício ou de requerimento da parte, a realização de nova perícia, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida”. Segundo a jurisprudência (JTJ 141/40): a determinação de realização de segunda perícia, por si só, não atesta que a já realizada seja inválida ou deva ser descartada, pois o CPC 437 cuida de insuficiência e não de invalidade de perícia. O juiz deverá apreciar livremente o valor das duas, por não ser a segunda substituta da primeira.

A hipótese mencionada não é muito difícil de ocorrer, visto que, às vezes, a perícia é solicitada sem a elaboração de quesitos, o que dificulta o desenvolvimento do trabalho pelo perito. Veja-se o conteúdo do artigo 438 do Código de Processo Civil: “A segunda perícia tem por objetivo os mesmos fatos sobre que recai a primeira e destina-se a corrigir eventual omissão ou inexatidão dos resultados a que esta conduziu”. Verifica-se que os dois artigos de lei tratam de corrigir, ampliar dados, confirmar ou prestar novos esclarecimentos do que for necessário, na perícia, para o julgamento do processo.

Impedimento e suspeição

O significado do termo “impedimento”, de acordo com Ferreira (2007, p. 921) corresponde ao: “ato ou efeito de impedir; impedição. Obstáculo, embaraço, estorvo, (...)”. Em

linguagem jurídica, conforme Diniz (1998), o termo significa: a) limitação à liberdade de agir no início ou no desenvolvimento de alguma atividade funcional (Bento de Faria e Paulo Matos Peixoto); b) aquilo que impede ou proíbe a prática de certos atos jurídicos; c) obstáculo; d) oposição legal, moral ou física que venha a tolher a execução de um ato. Ferreira (2007, p. 1.634) destaca que Suspeição, por sua vez, significa: “desconfiança, dúvida, suspeita”. E outra não é a interpretação no mundo jurídico.

Como se sabe, ao proferir decisões em questões judiciais, a atuação do magistrado exige, além de conhecimento técnico para bem fazer o seu trabalho, postura e ética. O juiz deve ser imparcial, para que a decisão seja a mais justa possível. Assim, quando uma das partes for seu parente, ou, por exemplo, seu cônjuge, em algum momento a emoção certamente poderá falar mais alto, prejudicando a prestação jurisdicional. Imagine uma mãe no papel de juíza, tendo que prolatar uma sentença condenatória contra seu filho, ordenando-lhe que vá para a prisão. Buscando evitar constrangimentos, favorecimentos, abusos e outras situações do gênero, a legislação prevê as figuras do impedimento e da suspeição, para que o serviço judiciário não venha a sofrer nenhum prejuízo quando as pessoas que atuam no processo tenham alguma ligação com as que figuram como partes ou interessados na causa. Assim consta do artigo 134 do Código de Processo Civil:

Art. 134. É defeso ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário:

I – de que for parte;

II – em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como órgão do Ministério Público, ou prestou depoimento como testemunha;

III – que conheceu em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido sentença ou decisão;

IV – quando nele estiver postulado, como advogado da parte, ou seu cônjuge ou qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta; ou

na linha colateral até o segundo grau;

V – quando o cônjuge, parente, consangüíneo ou afim de alguma das partes, em linha reta, ou na colateral até o terceiro grau;

VI – quando for órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica, parte na causa.

Todas as questões apontadas no referido artigo são de caráter objetivo e deverão ser comprovadas com documentos. Ao lado dos casos considerados de impedimentos, ocorrem outros, sendo de suspeição do juiz. Os casos de suspeição, regulados pelo artigo 135 do Código de Processo Civil, tratam de questões de ordem afetiva – de situações que por gostar de forma mais íntima, ou, de ter a parte como desafeto – devem afastar o profissional da causa por ser suspeita a sua atuação. Art. 135. Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz, quando:

I – amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes;

II – alguma das partes for credora ou devedora do juiz, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;

III – herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes;

IV – receber dádivas antes ou depois de iniciado o processo; aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa, ou subministrar meios para atender às despesas do litígio;

V – interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.

Parágrafo único. Poderá ainda o juiz declarar-se suspeito por motivo íntimo.

Prevê o inciso IV, que o juiz não pode aconselhar a parte, pois vai ser o julgador do litígio; igualmente, o perito não pode dar conselhos e/ou emitir opinião, muito menos antecipar, dado a sua experiência, o que poderá ser decidido na causa. O recebimento de presentes ofertados pelas partes, que na maioria das vezes o fazem por gratidão, deve ser evitado, a menos que se trate de coisa singela. Tais atitudes podem ocasionar fatos que justificam o pedido de suspeição do profissional por uma das partes.

Na prática, não é fácil, à primeira vista, distinguir caso de impedimento e de suspeição. Em geral, os casos de impedimento são de caráter objetivo e podem ser comprovados com documentos, enquanto os casos de suspeição são de caráter subjetivo e devem ser comprovados, por quem os alega, com fatos. Ressalta-se, ainda, o conteúdo do artigo 138 do Código de Processo Civil, segundo o qual os casos de impedimento e suspeição aplicados aos juízes também se aplicam ao representante do Ministério Público, ao serventuário da justiça, ao intérprete e ao perito – sendo o último objeto de nosso estudo.

O perito pode escusar-se (art. 146, CPC) ou ser recusado (art. 138, III, CPC) de realizar uma perícia, no momento em que for nomeado, ou durante o trabalho de perícia, por quem tem legítimo interesse. O objetivo dessa previsão legal é fazer com que o perito esteja isento de qualquer situação ou fato que o torne parcial no desenvolvimento do trabalho. Conforme consta do parágrafo único do artigo 135 do Código de Processo Civil, o juiz poderá declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo; nesta circunstância não é necessário declinar a causa. Essa regra também é válida para o perito que se encontra em situação desconfortável, mas que não deseja expressar a razão pela qual não se sente à vontade para atuar na causa. Segundo Rosa (1999, p. 93), “não caberá ao juiz ou às partes investigar ou exigir a exposição da causa da declaração de suspeição por motivo de foro íntimo pelo perito”. Vê-se, então, um dispositivo que possibilita ao perito nomeado declinar da honrosa atividade profissional, quando, por algum motivo que não deseja declinar, deva se eximir do encargo.

Implicações penais do trabalho do perito

Todos os operadores do direito têm a obrigação de bem servir ao processo, com zelo, empenho profissional, respeitando as regras processuais, envidando esforços para que a justiça seja aplicada de maneira adequada.

O perito, embora de confiança do juiz, não está isento de arcar com os prejuízos que acarretar às partes, quer nas questões de ordem civil, quer recebendo as sanções penais pertinentes. Dispõe o artigo 147 do Código de Processo Civil: “O perito que, por dolo ou por culpa, prestar informações inverídicas, responderá pelos prejuízos que causar à parte, ficará inabilitado, por 2 (dois) anos, a funcionar em outras perícias e incorrerá na sanção que a lei penal estabelecer”. Nery Júnior e Nery (1996, p. 578) ensinam que “ocorrendo dano à parte ou interessado, o perito, que por dolo ou culpa causou dano com informações inverídicas deve indenizar o prejudicado. Esta indenização é de ordem civil e deve ser pleiteada em ação própria”. Por outro lado, além da sanção civil, há a previsão legal de crime, contida no artigo 342 do Código Penal Brasileiro, a saber:

Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral:

Pena – reclusão, de um a três anos, e multa.

§ 1º Se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito de processo penal:

Pena – reclusão, de dois a seis anos, e multa.

§ 2º As penas aumentam-se de um terço, se o crime é praticado mediante suborno.

§ 3º O fato deixa de ser punível se, antes da sentença, o agente se retrata ou declara a verdade.

As previsões acima dão a dimensão da importância do trabalho desenvolvido pelo perito, que deverá ser tecnicamente bem realizado e, sempre, com atenção às questões éticas e legais que norteiam esta atividade.

Apresentação do laudo

Segundo o contido no *caput* artigo 421 do Código de Processo Civil, “o juiz nomeará o perito, fixando de imediato o prazo para a entrega do laudo”. Conforme já abordado, na linguagem processual jurídica os peritos se manifestam através de laudos. Alonso (1975, p. 12) ensina ser o laudo pericial “(...) uma peça que se insere nos autos destinada à prova de fato que dependa de conhecimento especial”. Na mesma esteira, Rosa (1999, p. 125) leciona:

(...) laudo, portanto, é a expressão da perícia realizada e seu resultado. Nele devem vir as conclusões do perito sobre a perícia levada a efeito, precedidas, como é óbvio, da respectiva fundamentação, ou seja, no laudo pericial o profissional que o elaborou dá o seu pronunciamento técnico sobre determinado fato ou ocorrência, manifestando suas conclusões a respeito do assunto controvertido que foi submetido à apreciação.

Seja qual for sua especialidade, o perito judicial deve expressar o seu trabalho através de “laudo”. Ressalta-se que em outras especialidades, são usuais os termos “laudo médico”, “laudo social”, “laudo contábil”, podendo ser utilizado a linguagem “laudo psicológico” e “laudo social” conforme o caso. Deve-se ter em mente que cada perito, em sua especialidade, possui um sistema de trabalho próprio. O instrumental, a forma de apuração, as técnicas aplicadas, os teste, a linguagem adequada formam os meios utilizados para isso, cujo resultado deve transparecer no laudo – que é o instrumento que, em forma de peça a ser juntada ao processo, demonstrará o trabalho.

CONCLUSÃO

A pretensão dest estudo não é a de levar o profissional da psicologia e do serviço social a aprofundar seus conhecimentos jurídicos pertinentes à perícia judicial, mas possibilitar a compreensão do assunto, para que estes possam atuar com tranqüilidade ao se deparar com um trabalho de perícia psicológica e social no âmbito do judiciário. A atividade do

psicólogo e do assistente social na esfera jurídica é relativamente nova, carecendo de posicionamento, aprimoramento e melhorias em seu instrumental técnico-operativo.

Constata-se que no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, embora esta seja uma legislação recente, ainda há muito a ser feito na prática, especialmente para a eficácia do princípio da proteção integral. Nas questões do direito de família observa-se que, embora tratadas com zelo pelos operadores do direito, somente nos últimos anos passaram a merecer mais atenção por parte dos juízes, promotores de justiça e advogados – inclusive valendo-se do trabalho do assistente social e do profissional da psicologia. Não obstante destacarem-se valiosas experiências, predominava o trato dessas questões legais por pessoas com formação jurídica. Entrementes, nas últimas décadas – mais precisamente após o advento da Constituição Federal de 1988 – uma camada maior de estudiosos de diferentes áreas, assim como a própria população, passou a demonstrar maior interesse nas questões referentes à família, infância e juventude.

Evidencia-se a necessidade de reunir-se o saber das diversas disciplinas das ciências humanas, sociais e psicológicas para responder às complexidades destas demandas – contribuindo-se para a eficácia da prestação jurisdicional e, inclusive, evitando-se nulidades processuais. Os auxiliares judiciais, por sua vez, devem ser conhecedores do compromisso e da missão da Justiça. Devem ter ciência dos serviços que lhes compete e da adequada aplicação de seus conhecimentos profissionais diante da questão judicial em andamento. O trabalho do auxiliar da justiça tanto no aspecto operacional, assim como no oferecimento de subsídios técnicos, deve contribuir substancialmente com o magistrado para que a sentença venha a ser a mais justa, exequível e adequada.

Por outro lado, pode-se observar que o poder da Justiça não está mais fechado no Judiciário ou em seus representantes; tanto quanto em outros órgãos que executam políticas

públicas. O poder da justiça encontra-se no saber de seus operadores, na atuação consciente, na capacidade e na transparência de mostrar o que se deve fazer e o que vem sendo feito, admitindo-se que nenhuma organização que tem o incomensurável encargo de tratar de questões pertinentes à família, à infância e à juventude, é capaz de atuar sozinho e, portanto, que as parcerias são necessárias e indispensáveis. Por fim, espera-se que os esforços aqui empreendidos possam abrir caminho para novos estudos e ao aprimoramento da psicologia e do serviço social no campo judicial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, J.R. *Normas e procedimentos de perícia judicial*. São Paulo: Atlas, 1975.
- ALVIM, J.M.A. *Tratado de direito processual civil*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.
- ALVIM, J.E.C. *Elementos de teoria geral do processo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- AQUINO, J.C.G.X. *A prova testemunhal no processo penal brasileiro*. 1987.
- BRASIL. *Superior Tribunal de Justiça*. Ag. 39595. Rel.: Min. Hélio Mosimann. j. 10.set.1993. DJU de 17 set.1993, p. 18.978.
- BRASIL. *Código de Processo Civil*. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Antônio Luiz de Toledo Pinto; Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt; Luiz Eduardo Alves de Siqueira. 50ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 e 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.
- CRUZ, R. M. Perícia psicológica e laudo. In: CRUZ, R.M; ALCHIERI, J. C.; SARDÁ, J. J. *Avaliação e medidas psicológicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- DAL PIZZOL, A. *Estudo Social ou Perícia Social?*, 1ª Ed. : Florianópolis: Insular, 2005.
- DINIZ, M.H. *Dicionário jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1998. [coleção]
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei Federal n. 8.069/1990
- FERREIRA, A.B.H. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- FIGUEIREDO, A.N.M de. *Roteiro prático das perícias judiciais*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

FILHO, M. *Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento*. Vol. 1, São Paulo: Atlas, 2005.

GRECO FILHO, V. *Direito processual civil brasileiro*. São Paulo: Saraiva, v. 3, 2003.

MARINONI, L.G.; ARENHART, S.C. *Manual do Processo de Conhecimento*. 5. ed. São Paulo: RT, 2006.

MORAES, A. de M. *Direito Constitucional*. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NERY JÚNIOR, N.; NERY, R.M.A. *Código de processo civil comentado - e legislação processual civil extravagante em vigor*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

RANGEL, G. A Elaboração de Perícias. In: *Revista RH*, pp.11-13, 1997.

ROSA, M.V.F. *Perícia judicial - teoria e prática*. Porto Alegre: Fabris, 1999.

ROVINSKI, S. L. *Fundamentos da perícia psicológica forense*. São Paulo: Vetor, 2004.

SANTOS, M. A. *Prova judiciária no cível e comercial*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

THEODORO JUNIOR, H. *Código de Processo Civil anotado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

VERONESE, J.R.P. *Acesso à justiça: a defesa de interesses difusos da criança e do adolescente – ficção ou realidade?* 1994. Tese (Doutorado em Direito). Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BRANDIMILLER, P. A. *Perícia judicial em acidentes e doenças do trabalho*. São Paulo: SENAC/SP, 1996.

VENDRAME, A. C. *Curso de introdução à perícia judicial*. São Paulo: LTr, 1997.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM PROCESSOS JUDICIAIS NOS CASOS DE DETERMINAÇÃO DE GUARDA E REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS

Saidy Karolin Maciel

Roberto Moraes Cruz

As demandas judiciais por avaliações psicológicas, decorrentes do conjunto de problemas e necessidades sociais, têm exigido dos psicólogos uma leitura atualizada das contribuições teóricas, metodológicas e técnicas da ciência psicológica acerca da avaliação e interpretação de conflitos instanciados juridicamente, além dos assuntos de domínio próprios do Direito.

As avaliações psicológicas motivadas por situações que envolvem conflitos familiares são as mais presentes na relação Psicologia e Direito, especialmente em casos de determinação de guarda e regulamentação de visitas. Nesses casos, indicar processos de avaliação psicológica é uma tarefa difícil e comprometedora, em função das repercussões objetivas que têm os seus resultados na vida das pessoas envolvidas.

Perícia psicológica é a denominação do procedimento de avaliação psicológica realizada no âmbito da justiça, principalmente nos fóruns. O que caracteriza esse tipo de avaliação como pericial é o modo como ela ocorre, ou seja, resulta de uma solicitação de uma autoridade judicial, no caso, o juiz, e que tem por objetivo subsidiar as decisões dos magistrados. A perícia psicológica é presença corrente nas práticas contemporâneas de administração da justiça, de tal modo que resulta imprescindível a assistência do perito psicólogo para a leitura dos processos subjetivos nos

respectivos contextos em que eles podem ser evidenciados (situações de trabalho, conflitos familiares e sociais).

A perícia como atividade profissional do psicólogo é recente e deriva da prática da avaliação psicológica junto às organizações sociais e de trabalho, tendo em vista a necessidade crescente de responder às demandas judiciais e extra-judiciais de assessoramento técnico especializado por parte dos psicólogos (CRUZ; MACIEL, 2005). A forma como é conhecida a perícia psicológica no âmbito forense advém, particularmente, da tradição em fornecer laudos psicológicos para servir como peças em procedimentos judiciais. Nesse sentido, a perícia psicológica resulta de uma solicitação legal, com competências e procedimentos delimitados pelos procedimentos jurídicos (Código de Processo Civil e Código de Processo Penal), e pelo Código de Ética Profissional dos Psicólogos, especificamente em seus artigos 17, 18, 19, 20 e 23 (parágrafo 1). Nesse sentido, dispõe o artigo 145 do Código de Processo Civil (CPC):

Quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico, o juiz será assistido por perito, segundo o disposto no art. 421.

§ 1º. Os peritos serão escolhidos entre profissionais de nível universitário, devidamente inscritos no órgão de classe competente, respeitado o disposto no Capítulo VI, Seção VII, deste Código. (Incluído pela Lei nº 7.270, de 1984)

§ 2º. Os peritos comprovarão sua especialidade na matéria sobre que deverão opinar, mediante certidão do órgão profissional em que estiverem inscritos. (Incluído pela Lei nº 7.270, de 1984).

A função do psicólogo como perito é de grande valia para o sistema jurídico, tendo em vista que a perícia é um meio de prova e, por isso, oferece relevantes contribuições técnico-científicas ao processo judicial, além de contribuir para esclarecer aspectos relacionados às dimensões e impactos de processos psicológicos nas demandas configuradas judicialmente. Entretanto, de uma forma geral, a atividade pericial e as atribuições e responsabilidades profissionais a ela associadas, não são objeto de ensino, aperfeiçoamento e

atualização permanente na formação do psicólogo (MACIEL; CRUZ, 2005).

O trabalho do psicólogo no campo jurídico, ainda que tenha se ampliado, não somente no campo pericial, ainda carece de discussão e desenvolvimento curricular que lhe faça referência. Essa deficiência reflete-se, também, nos casos em que são necessárias intervenções dos Conselhos de Psicologia, principalmente dos Comitês de Ética, quando tratam sobre laudos e conteúdos afins, onde é possível observar a escassez de profissionais que trabalham com essa demanda e que apresentem competência técnica específica para compreender a natureza, limites e possibilidades do trabalho pericial.

A perícia, muito embora faça parte das modalidades de avaliação psicológica, requer conhecimentos específicos em processos básicos de investigação: compreensão da demanda instalada e sua relação com o domínio jurídico a ela direcionada, definição das estratégias e instrumentos de exame psicológico mais adequados à demanda instalada, verificação da pertinência dos quesitos apresentados em juízo ao perito, elaboração de comunicação psicológica por meio de laudo. As informações fornecidas por meio do laudo pericial têm um valor diferente de qualquer outro informe psicológico e, nesse sentido, cabe ao psicólogo avaliar a dimensão do impacto que seus resultados trarão à vida das pessoas que foram objeto da sua avaliação. Conhecer essas dimensões implica em selecionar o tipo de informação dada, bem como os limites de seu uso.

O psicólogo, no uso de suas atribuições como perito, conforme deve ater-se ao conhecimento produzido no exame dos processos psicológicos caracterizados nos processos judiciais (aspectos intelectuais, emocionais, interacionais e seus respectivos níveis alteração ou comprometimento), levando em consideração as dimensões biológicas e culturais envolvidos nesses processos, a fim de evitar reducionismos em matéria em que cabe a emissão de juízo crítico de um especialista em condutas humanas (MACIEL, 2002; CRUZ; MACIEL, 2008).

Para Cruz (2004), o laudo pericial é um dos principais instrumentos de comunicação de resultados de uma avaliação psicológica. Sua natureza instrumental é representar, textualmente, a apreensão do(s) fenômeno(s) psicológico(s) estudado(s). Seu objetivo é apresentar um resultado conclusivo de uma perícia psicológica, de acordo com os objetivos propostos, e seguindo as normas técnicas de um documento técnico. Por definição, todo documento técnico representa, materialmente, a formalização de um conhecimento produzido por um especialista em determinado assunto (perito) para fins de consulta, estudo ou prova.

Além disso, cabe ressaltar que é habitual o uso de técnicas de exame psicológico em procedimentos periciais. Por isso, é preciso estar atento à validade e a qualidade dos instrumentos utilizados, bem como as alegações produzidas por advogados para invalidar as perícias, baseadas em critérios doutrinários construídos pelo domínio do Direito ou pela jurisprudência sobre o assunto. O conjunto desses aspectos certamente influencia e, muitas vezes, determina a condução decisória por parte dos juízes.

O psicólogo está compromissado com o diagnóstico da saúde mental dos periciados, com o reconhecimento das dinâmicas relacionais e vínculos por eles estabelecidos. Nos casos de modificação de guarda e regulamentação de visitas, o exame pericial deve privilegiar conteúdos que avaliem a competência parental, não em termos que qualifiquem os cuidadores como bons ou ruins, mas num sentido amplo, ressaltando o modo pelo qual as relações entre os membros da família se estabelecem e de como essas relações eliciam necessidades de cada membro do sistema familiar. Em alguns casos, inclusive, é necessário considerar a família de origem⁵, pois os laços familiares importantes para as crianças contemplam os avós, tios, entre outros. Por tudo isso, é importante compreender a dimensão do conceito *sistema familiar*, pois é a partir dele que se torna possível pensar as relações familiares em termos de estrutura, dinâmica, organização, e funcionamento.

O QUE É UM SISTEMA FAMILIAR?

Segundo Bertalanffy (1975), um sistema é um conjunto de elementos que, num processo dinâmico e contínuo, influenciam-se reciprocamente. Morin (2002) considera que os sistemas são constituídos de ações e interações entre unidades complexas que, em conjunto, formam a organização do sistema. A organização sistêmica, por sua vez, é a configuração de relações que se estabelecem entre os componentes de um sistema. Que definem a sua identidade, determinando um domínio de como esse sistema pode interagir e qual a ordem ou natureza da interação. A organização de um sistema confere ao próprio sistema o sentido de pertencimento a um determinado grupo. Uma das funções familiares é a garantia de unidade, de senso de pertencimento, de identidade social.

Os sistemas familiares em conflito normalmente se desorganizam e produzem estresse em todos os membros da família, incluindo também, muitas vezes, além da família nuclear, os membros da família de origem. Nesse sentido, os sistemas familiares estabelecem uma nova organização sistêmica que determina novas regras de interações entre seus membros e sua rede social. O resultado da organização de um sistema familiar em constante conflito é uma identidade confusa, com vínculos rompidos e adoecidos emocionalmente, configuração essa bastante presente nos processos judiciais que envolvem disputa de guarda e regulamentação de visitas. Dessa forma, uma mudança significativa que altera as relações familiares como um todo, inevitavelmente resulta em modificação na dinâmica da família, pois a dinâmica refere-se à combinação de estrutura e de organização familiar.

As necessidades de ajustes num sistema familiar devem levar em conta as mudanças nos ciclos de vida, tanto dos indivíduos, quanto da família. Desse modo, a saúde da família depende da interação entre os conflitos por ela vivenciados e de como essa família se organiza para resolver seus conflitos. A saúde da

família resulta de um processo de interações constantes entre mudanças e adaptações. Carter e McGoldrick (1995) afirmam que as mudanças no ciclo de vida familiar, principalmente as mudanças consideradas descontínuas, idiossincráticas, ou seja, que não seguem o curso esperado ou natural da vida, se constituem numa transição difícil de ser realizada, geralmente acompanhada de forte estresse e exacerbação das emoções, geradoras de crises, que acabam por restringir a margem de manobra das pessoas com relação ao conflito vivenciado.

O divórcio ou dissolução do vínculo conjugal é considerado uma das mudanças mais complexas na trama familiar, pois gera mudanças em todos os níveis geracionais, que atinge toda a família, nuclear e de origem. Estima-se que, para uma nova organização familiar pós-divórcio, é necessário um tempo relativamente longo, que leva, geralmente, de 1 a 3 anos para que as pessoas possam se reestabilizar e dar continuidade no seu processo desenvolvimental.

O divórcio é considerado um dos rompimentos mais significativos no processo de ciclo de vida familiar, perdendo apenas, para os casos de morte e, nesse sentido se configura como uma das principais causas de estresse e crise familiar. A crise familiar decorrente do divórcio produz conseqüências, por vezes desastrosas, resultando em brigas homéricas na família e também nos tribunais de justiça. As delimitações entre o que é da esfera pública e da particular se confundem ocasionando uma maior exposição da família, levando os conflitos do âmbito doméstico ao conhecimento de uma vasta rede social que, por conseguinte, gera constrangimentos a todos os envolvidos.

A complexidade do divórcio exige que, numa situação de perícia psicológica, o psicólogo necessite atentar para todas as dimensões da vida das pessoas avaliadas ou do sistema familiar a envolvido, ou seja, o olhar tem que ser para além do reducionismo psicológico, conforme citado anteriormente, com o objetivo de esclarecer ao juiz a rede de relações complexas implicadas numa situação de disputa de guarda e regulamentação de visitas. Nos casos em que há solicitação de

perícia, é necessário refletir que a esfera do âmbito privado já foi suficientemente exposta, tendo sido submetida ao crivo de advogados, juízes, promotores, assistentes sociais, entre outros e, ainda não houve argumentos suficientes para compor o convencimento dos julgadores. Sendo assim, as variáveis que interferem nesse processo também já se multiplicaram, interferindo e até exacerbando o conflito, pois a cada etapa vivida, mais fatos são agregados ao processo judicial e mais conflito se experimenta.

A redução de possibilidades nos papéis e funções familiares desempenhadas, geralmente, resulta em adoecimento emocional e leva a rigidez de todo o sistema familiar, que sob tensão e estresse tendem a acumular essas funções e papéis antes distribuídos entre todos, como sendo da responsabilidade de apenas um membro da família. Essa rigidez dificulta a mobilidade e a fluidez da comunicação entre as pessoas e, conseqüentemente, a possibilidade de redefinir problemas, levando à falência das relações familiares.

Sobre a importância do desempenho de papéis no relacionamento familiar, Saprovieri (2005) afirma que os papéis familiares são fundamentais para o desenvolvimento saudável da família e que servem de referência básica para auxiliar na compreensão desses relacionamentos. Desse modo, define papel familiar como a soma das funções de cada membro da família a partir das posições que cada um ocupa nos subsistemas existentes na trama familiar: conjugal, parental, fraterno e filial. Esses papéis, segundo Saprovieri, são avaliados de acordo com a presença ou ausência da possibilidade real de definição, adequação e flexibilidade no sistema familiar. Ackerman (1986) refere que a saúde emocional da família está diretamente relacionada à sua condição em cumprir com as respectivas funções atribuídas para cada subsistema e, nesse sentido, afirma que a família pode ser considerada um agente facilitador de saúde emocional na medida em que cada membro familiar conhece e desempenha suas funções essenciais com relação ao seu papel específico.

As interações familiares, quando vividas em termos de qualificadas ou desqualificadas, ou seja, postas em condições lineares de entendimentos para determinadas funções e enrijecidas numa única possibilidade de existência, debilita e fragiliza o sistema familiar, imprimindo-o a marca de disfuncional, inoperante, incapaz de gerenciar os conflitos por eles gerados, fracassando na árdua tarefa parental, de ensinar e prover saúde à sua família. Com base nesse raciocínio, Andolfi (1985, p. 206) afirma que sistemas familiares com baixa capacidade para gerenciar problemas:

tenderão a produzir um acúmulo de funções e ficarão impossibilitados de modificá-las futuramente. Esse modo de funcionar interferirá na necessidade de diferenciação dos seus membros e diante de tal impedimento a família buscará a seguinte saída: cria uma rede de funções e são reforçadas mutuamente, cristalizando as relações em papéis estereotipados. Conseqüentemente, os membros perdem a oportunidade de realizar novas e diferenciadas experiências e de enriquecer sua informação, pois, estas serão percebidas como uma ameaça contra o equilíbrio do sistema.

Do ponto de vista das relações interpessoais, o cuidado parental é considerado um dos mais importantes fundamentos da vida humana, pois é a partir dele que se aprende a cuidar e ser cuidado, ou seja, se aprende a estabelecer relações com o outro e com a sociedade. Em geral, bons modelos de cuidados refletem em bons cuidadores, salvo, quando outras variáveis interferem nesse processo de desenvolvimento. Da mesma forma que bons modelos de casais refletem boas escolhas de parcerias e de casal. Rosset (2005) descreve que é a partir das experiências com seus pais, e outros casais significativos, que o indivíduo faz suas escolhas conjugais. A autora é enfática ao considerar que a qualidade e a forma do padrão de interação dos pais são definidoras nas escolhas de parceiros que os filhos farão (p. 42).

É fundamental, para os psicólogos que realizam trabalhos com famílias, seja no âmbito clínico ou jurídico, preservar ao máximo as competências apresentadas por cada um dos membros da família. Assim, a idéia é ativar a potência da

família, como um sistema, naquilo que ela apresenta de positivo e trabalhar (ou encaminhar, quando for o caso) terapeuticamente com aquilo que ela apresenta de negativo.

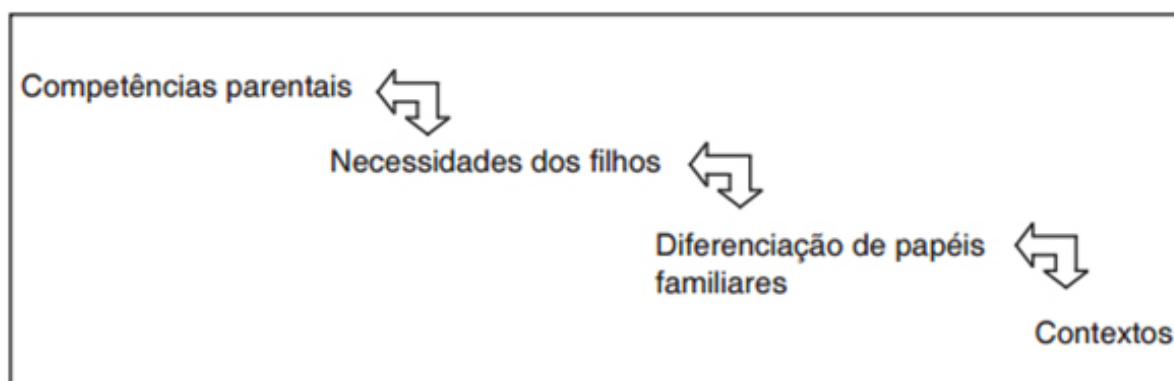
A ênfase no trabalho com os aspectos positivos e qualidades das pessoas se torna importante, pois no âmbito jurídico, geralmente, a análise é realizada com base em culpados e inocentes e, por vezes, é solicitado aos psicólogos que realizem perícias fundamentadas teoricamente, com base na ciência psicológica, de forma a manter a mesma lógica binária habitual de entendimento. Ainda que exista uma mudança conceitual, ao invés de culpado ou inocente, ele pode utilizar normal ou anormal, ou qualquer coisa similar. O importante é ressaltar que o compromisso do psicólogo não é com o modo de como a instituição judiciária opera seu raciocínio de julgamento, pois essa tarefa é de competência dos operadores do direito, mas, sim, com a função de organizar e demonstrar o conhecimento acerca daquela realidade familiar, a natureza e qualidade dos vínculos que nela são desenvolvidos.

Com base na importância das relações familiares para a vida das pessoas é que alguns pontos de análise, para fins de avaliação psicológica, merecem maior atenção. O primeiro deles considera que psicólogos devem trabalhar no sentido de preservar o poder familiar por meio de intervenções que valorizem o papel dos pais na tomada de decisão. Nesse raciocínio, o psicólogo deve compreender qual a sua função nesse processo de trabalho, que deve ir à direção da ajuda, para que os próprios genitores reconheçam as escolhas que estão fazendo e as motivações pessoais para tais decisões. Há ressalvas para o direcionamento desses trabalhos, pois existem intervenções psicológicas bem diferenciadas, que devem ser respeitadas. As ações profissionais podem seguir direções diferentes, mas não podem se sobrepor umas às outras, nem se confundir umas com as outras.

Tradicionalmente, perícia, mediação e psicoterapia são modalidades de intervenções que, por vezes, são solicitadas no âmbito jurídico para auxiliar nas resoluções de problemas

familiares, porém são bem distintas entre si e seguem escopos bem delimitados. É da responsabilidade do psicólogo saber qual modalidade cabe em cada situação, ainda que a demanda requeira uma combinação entre elas. A confusão entre as diferentes modalidades de intervenções, geralmente, se deve ao fato de que é necessário realizar avaliação psicológica em qualquer trabalho que o psicólogo venha a desenvolver, nesse sentido, a observação fundamental centra-se na finalidade do trabalho. Na perícia, a avaliação psicológica é a atividade fim e, nas demais se constitui como atividade meio.

O segundo ponto de análise é uma continuação do primeiro e trata da busca pelo reconhecimento das responsabilidades parentais, com relação às necessidades dos filhos, no qual, o foco de investigação psicológica está na inter-relação entre as competências parentais, as necessidades dos filhos, as diferenciações de papéis familiares e os contextos nos quais está inserida a problemática apresentada, os atores sociais envolvidos e os ciclos de vida individual e familiar.



De acordo com Rovinski (2004), a avaliação pericial baseada na noção de competências requer, em primeiro lugar, uma análise da visão da Lei sobre a competência em questão, pois é importante conhecer as consequências jurídicas que determinado ato pressupõe. É o caso, por exemplo, da destituição do poder familiar – ECA e art. 1.638 do Código Civil, no qual determina: perderá por ato judicial o poder familiar o

pai ou a mãe que: 1) Castigar imoderadamente o filho; 2) Deixar o filho em abandono; 3) Praticar atos contrários à moral e aos bons costumes; 4) Incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo antecedente.

Conforme prevê o Art. 1.637 do Código Civil:

Se o pai, ou a mãe, abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes ou arruinando os bens dos filhos, cabe ao juiz, requerendo algum parente, ou o Ministério Público, adotar a medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e seus haveres, até suspendendo o poder familiar, quando convenha. *Parágrafo único:* Suspende-se igualmente o exercício do poder familiar ao pai ou à mãe condenados por sentença irrecorrível, em virtude de crime cuja pena exceda a dois anos de prisão.

É importante conhecer as decorrências que as decisões judiciais acarretam para a vida das pessoas, justamente para que os psicólogos tenham consciência do valor do seu laudo para uma decisão judicial e, nesse sentido, possam organizar o resultado da perícia na medida da importância da informação produzida para o objetivo visado, resguardando-se em proporcionar interpretações generalizadas ou ambíguas que comprometam o curso da vida das pessoas, inclusive para além da dimensão familiar ou do objeto da lide.

Após a análise da demanda jurídica deve-se avaliar os padrões relacionais, a compatibilidade entre competências parentais e necessidades da criança. Essa modalidade de avaliação visa fornecer dados elementares para o diagnóstico das condições dos pais em dar providências básicas aos filhos. Rivera e colaboradores (2002) sugerem três dimensões de análise que devem ser levadas em conta para avaliar cuidados parentais e necessidades das crianças:

- a) Necessidades de caráter físico-biológico: alimentação, temperatura, higiene, sono, atividade física, integridade física e proteção a riscos reais.
- b) Necessidades cognitivas: estimulação sensorial, exploração e compreensão da realidade física e social, aquisição de um sistema de valores e normas.

- c) Necessidades emocionais e sociais: compreender as necessidades sociais e relacionais com o seu contexto (segurança emocional, identidade pessoal e auto-estima, rede de relações sociais, atividades lúdicas, estabelecimento de limites de comportamento), necessidades sexuais (educação e informação sexual).

COMO AVALIAR A COMPETÊNCIA PARENTAL?

A competência parental é o repertório de comportamentos que os pais utilizam para realizar determinados cuidados e assumir responsabilidades para com seus filhos. As funções de nutrição, continência, prover cuidados básicos que garantam a sobrevivência saudável dos filhos, controle, orientação, organização, noção de limites e contato com a realidade são alguns exemplos das funções mínimas necessárias à competência que os pais devem desempenhar para bem cuidar dos seus filhos.

O modo como se procede numa análise para fins de competência parental, segundo Rovinski (2004), deve contemplar os seguintes passos:

- 1) Iniciar com entrevistas individuais com os progenitores que investigue dados acerca da história pessoal, da relação matrimonial e da relação com os filhos.
- 2) Pesquisar sobre os motivos que contribuíram para a dissolução da relação matrimonial e da disputa de guarda.
- 3) Identificar qual a natureza da relação entre pais e filhos, que inclui o conhecimento acerca da rotina de vida dos filhos, dados da vida escolar, os recursos utilizados nas situações-problema, sistema punitivo e disciplinar, padrões de desenvolvimento desde o nascimento, hábitos de higiene, impacto da separação e problemas decorrentes.
- 4) Após a análise relacional é necessário realizar uma avaliação de personalidade de cada progenitor. Nesse caso, é indicado utilizar instrumentos psicológicos que meçam nível

intelectual, se for o caso, e demais testes de personalidade. Rovinski (2004) sugere o uso do Inventário Fatorial de Personalidade (Casa do Psicólogo, 1997), que oferece a possibilidade de construção de um perfil, com fatores que podem ser relacionados aos cuidados com os filhos (assistência, afiliação, agressão, ordem, entre outros).

5) É necessária uma avaliação da personalidade da criança. É importante investigar sobre as possibilidades de um novo arranjo familiar e de como a criança pensa e sente cada possibilidade desse novo arranjo, que muitas vezes inclui uma nova companhia de um dos genitores, filhos dessa companhia, recasamentos com novos filhos desse novo casal, entre outros.

6) Investigar o que a criança conhece sobre a rotina de cada progenitor e de como se sente com relação a ela.

Nos casos que envolvem mudança de guarda, os motivos que levam ao pedido de guarda unilateral são de natureza generalizada, entre eles estão presentes denúncias por abuso sexual. Pedidos motivados por esta causa são considerados um dos mais complexos de serem avaliados e, geralmente está em jogo a credibilidade do testemunho da criança, pois geralmente esse tipo de violência ocorre somente na presença do abusador e da criança, ou seja, sem testemunha ocular.

O preparo técnico, por parte dos psicólogos para diagnosticar casos que envolvem abuso sexual intrafamiliar requer uma compreensão acerca da natureza da relação entre os atores sociais envolvidos na situação abusiva, as repercussões psicológicas e sociais advindas dessa situação traumática, bem como as possibilidades de ajuda que atendam às demandas específicas.

A complexidade do processo avaliativo envolve uma dinâmica bastante delicada do ponto de vista social, pois envolve a criança que foi abusada, violentada, o agressor e todo o sistema familiar. Esta tríade, geralmente encontra-se muito imbricada, como uma rede cheia de nós, na qual cada parte está atada à outra, sem muita diferenciação, pois os papéis

familiares se confundem devido às fronteiras mal delimitadas e baixa capacidade para prover cuidados.

Uma das principais dificuldades diz respeito à veracidade do testemunho da criança, que constitui um dos questionamentos freqüentes nos tribunais de justiça. A credibilidade no relato de uma criança quanto ao que ocorreu com ela de fato ou se foi fantasia sua resulta no principal argumento levantado a favor dos abusadores, fundamento no qual eles se escondem e se protegem. Há, também, a necessidade de verificar o testemunho da criança, preocupados com a indução que terceiros interessados na lide judicial possam fazer, haja vista que as crianças são consideradas facilmente induzíveis, ou seja, é construído na criança um discurso de que ela tivera sido vítima de um abuso, que ela deve contar para o juiz ou outro profissional que lhe perguntar o que foi feito com ela e lhe é ensinado como fazer o relato e o quê dizer. Por conta de todas essas variáveis é que foi desenvolvido um instrumento para a verificação da credibilidade do testemunho da criança.

A credibilidade do testemunho da criança é possível de ser avaliado, segundo Rovinski (2004), por meio das características do relato da criança, com especial atenção para as discrepâncias, incoerências, entre as declarações acerca das reais vivências contrárias daquelas fabricadas, inventadas ou imaginadas. Avalia a autora que é fundamental prestar atenção às contradições e as incoerências apresentadas no discurso da criança, que quando os relatos correspondem ao fato ocorrido, geralmente vêm acompanhados de detalhes que só poderiam fazer sentido para aquele contexto, na emoção manifesta por uma criança e com a compreensão possível para uma determinada faixa etária.

As variáveis que contribuem para a dificuldade do diagnóstico psicológico de crianças que sofreram abusos sexuais dizem respeito às influências das experiências passadas de diversas entrevistas, pois essas crianças são encaminhadas para diferentes setores dos serviços públicos até encontrar o local adequado para as providências cabíveis ao seu caso específico.

Essas diversas entrevistas podem resultar numa contaminação dos relatos, que não condizem com o evento traumático, remetendo ao problema de falsa memória, que tornaria inválido o seu testemunho.

Outras variáveis importantes, que interferem negativamente no testemunho da criança são os conflitos familiares que podem ser causados em consequência da denúncia, entre os principais estão: os vínculos de lealdade, as ameaças e as repercussões da denúncia quanto aos prejuízos causados ao agressor e à família. Os prejuízos podem abarcar desde um decréscimo nos recursos financeiros, até as rupturas no sistema familiar. No caso dos prejuízos financeiros, a criança pode ser responsabilizada pelas dificuldades financeiras que todos da família irão sofrer, em função de ter contado sobre o abuso sexual sofrido, sendo que a criança será considerada a responsável por essas decorrências (ROVINSKI, 2004).

As rupturas no sistema familiar, em função de uma possível separação entre o casal ou até mesmo, por conta de uma tentativa de fuga por parte do abusador, para isentar-se juridicamente dos seus atos ilícitos. Por vezes, ocorre efetivamente a prisão do abusador e a criança será responsabilizada pela prisão, até mesmo pelos próprios familiares. Nesses casos, geralmente existe uma inversão dos papéis familiares e de responsabilizações, quem deveria proteger é quem necessita de proteção, e quem é violentado se sente na responsabilidade de salvar seu agressor. Uma inversão dessa natureza certamente acarretará em experiências de duplo vínculo, que por sua vez, resultarão em deficiências psicológicas nas dimensões cognitivas, relacionais, afetivas, entre outras.

Para responder a essa demanda, Rovinski (2004) refere sobre uma técnica denominada Avaliação da Validade da Declaração (*Statement Validity Assessment – SVA*), considerada uma das técnicas mais utilizadas no mundo no âmbito judicial. Teve origem na Alemanha, em 1954, por meio de um psicólogo forense chamado Udo Undeutsch, com base na experiência de

investigação de um caso de estupro, em que foram utilizados critérios específicos para discriminar relatos verdadeiros dos falsos. Inicialmente foram desenvolvidos vários tipos de critérios de análise de conteúdo para avaliar a credibilidade do testemunho nos tribunais, por parte de psicólogos alemães e suecos e, que mais tarde, foram sistematizados por Steller e Kohnken (1989, citados por ROVINSKI, 2004). Esta sistematização foi denominada de *Statement Validity Assessment* – SVA e é aceita como evidência em tribunais de vários países da Europa. Mesmo assim, existem restrições por parte de alguns autores, que justificam a técnica como não segura e devidamente validada para ser utilizada como prova (VRIJ, 2000). Realizar uma avaliação pericial conduz a uma reflexão sobre os aspectos éticos no uso/abuso das informações produzidas. Esse aspecto, evidentemente, configura a responsabilidade civil da atividade do perito. Nesse sentido, quando é realizada uma avaliação psicológica para fins periciais é necessário que se conheça o sistema de valores e crenças da família envolvida, os mitos familiares pertencentes a esse sistema, sua organização e estrutura familiar, pois as famílias em situações de crise tendem a utilizar os mesmos recursos, por vezes inúteis, disfuncionais, como tentativa de resolubilidade (MACIEL, 2002; CRUZ; MACIEL, 2005).

O trabalho do psicólogo deve primar pelas potencialidades que essa família oferece, pelas habilidades de cada um dos membros e não apenas, apresentar as dificuldades e incompetências, pois poderá resultar numa crença de que determinada pessoa é incapaz, por toda a sua vida, a exercer novamente determinadas funções e papéis sociais. Reduzir possibilidades não é a melhor opção, proporcionar entendimentos diferenciados, quando é possível, acaba sendo uma escolha ética e acertada para as relações familiares.

No contexto familiar, qualquer acontecimento que contribua para modificar a estrutura e a dinâmica familiar é considerado relevante. A participação de psicólogos nas decisões judiciais nas Varas de Família por meio de perícias técnicas demonstra o

grau de importância que esses profissionais exercem no Sistema de Justiça e, por conseguinte na sociedade e, se a família é a célula social a tarefa dos psicólogos em responder efetivamente a essas demandas é de muita responsabilidade

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKERMAN, N. *Diagnóstico das relações familiares*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

ANDOLFI, M. *Dimensiones de la terapia familiar*. Argentina: Editorial Paidós, 1985.

BERTALANFFY, L. V. *Teoria Geral dos Sistemas*. São Paulo: Vozes, 1975.

CAMPANA, A. O.; PADOVANI, C. R.; IARIA, C. T.; FREITAS, C. B. D.; PAIVA, S. A. R.; HOSSNE, W. S. *Investigação científica na área médica*. São Paulo: Manole, 2001. p. 36-108.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. *As mudanças no ciclo de vida familiar - uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Resolução CFP 002/87. Brasília, 2005.

CRUZ, R. M. Perícia psicológica e laudo. In: CRUZ, R.M; ALCHIERI, J. C.; SARDÁ, J. J. *Avaliação e medidas psicológicas - produção do conhecimento e da intervenção profissional*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 265-277.

CRUZ, R.M; MACIEL, S. K. *Perícia psicológica*. Col. Avaliação Psicológica: Casa do Psicólogo, 2009.

CRUZ, R.M; MACIEL, S. K. Dano psicológico e diagnóstico. In: CRUZ, R.M; MACIEL, S. K.; RAMIREZ, D. C. *O trabalho do psicólogo no campo jurídico*. Casa do Psicólogo, 2005, p. 55-70.

MACIEL, S. K. *Perícia psicológica e resolução de conflitos familiares*. Dissertação. (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2002.

MIERMONT, J.e col. *Dicionário de terapias familiares*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

RIVERA, F. F., MARTÍNEZ, D. S., FERNÁNDEZ, R. A., PÉREZ, M. N. *Psicología Jurídica de la Familia - intervención de casos de separación y divorcio*. Barcelona: Cedecs, 2002.

ROSSET, S. M. *Relações de casal: tempo, mudança e práticas terapêuticas*. Curitiba: Sol, 2005.

ROSSET, S. M. *Pais e filhos uma relação delicada*. Curitiba: Sol, 2003.

ROVINSKI, S. L. *Fundamentos da perícia psicológica forense*. São Paulo: Vetor, 2004.

SAPROVIERI, M. H. A importância dos papéis no relacionamento familiar. In: ROSSET, S. M. *Relações de Casal: tempo, mudança e práticas terapêuticas*. Curitiba: Sol, 2005, p. 95-113.

SILVA, E. Z. M. *Paternidade ativa na separação conjugal*. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 1999.

VRIJ, A. *Detecting lies and deceit*. England: Wiley & Sons, 2000.

O USO DE INSTRUMENTOS EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO DO DIREITO DE FAMÍLIA

Vivian de Medeiros Lago

Denise Ruschel Bandeira

ASPECTOS HISTÓRICOS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PSICOLOGIA JURÍDICA

O histórico da Psicologia Jurídica revela uma freqüente demanda de avaliações psicológicas por parte dos operadores do Direito, inicialmente na área criminal e estendendo-se, posteriormente, à área cível e trabalhista. Para compreender melhor esse interesse em avaliar os atributos humanos, é preciso contextualizar a avaliação dentro da própria história da Psicologia no Brasil. Conforme Hutz e Bandeira (2003), a avaliação psicológica pode ser situada de forma sistematizada a partir do século XIX, quando os testes psicológicos produziram uma grande quantidade de trabalhos de pesquisa, adaptações e traduções, buscando aplicar os conhecimentos desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos para realizar diagnósticos.

Os primeiros psicólogos experimentais do século XIX preocupavam-se com a formulação de descrições generalizadas do comportamento humano, focando sua atenção nas uniformidades e não nas diferenças. O fato de um indivíduo reagir diferentemente de outro quando em condições idênticas era considerado uma forma de erro. Essa atitude frente às diferenças individuais era a que prevalecia em laboratórios

como o de Wundt em Leipzig, em 1879 (ANASTASI; URBINA, 2000). Já o início do século XX foi marcado por uma posição meramente psicométrica, com um enfoque quantitativista. Foram marcantes os trabalhos de Galton, que introduziu o estudo das diferenças individuais, de Cattell, quem utilizou pela primeira vez o termo “teste mental”, e de Binet, que propôs maneiras de medir a inteligência (ANASTASI; URBINA, 2000; CUNHA, 2000).

A partir da década de 1920, emergiu a concepção subjetivista, evidenciada pelas influências da fenomenologia e das teorias psicodinâmicas. Sob essa perspectiva, as formas de avaliação passaram a ser baseadas em juízos subjetivos, prevalecendo a questão da qualidade em detrimento da quantidade. Isso acarretou um avanço em relação ao enfoque psicometrista, uma vez que se deu mais ênfase ao sujeito e passaram a ser consideradas as influências do meio sobre o mesmo (CATÃO; COUTINHO; JACQUEMIN, 1997). É possível identificar, nesse período que abrangeu o fim do século XIX e o início do século XX, uma imagem do psicólogo como um “testólogo”, ou seja, um profissional que aplicava testes. Atualmente, o psicólogo utiliza-se de testagens como um recurso importante do processo, mas não único, usado para encontrar respostas com vistas à solução de problemas (CUNHA, 2000).

O enfoque psicometrista e a utilização de testes fizeram com que a Psicologia fosse identificada como uma prática voltada para diagnósticos realizados por meio de exames e avaliações. De acordo com Brito (2005), os psicodiagnósticos eram vistos como instrumentos que forneciam dados matematicamente comprováveis para a orientação dos operadores do Direito. Esse histórico permitiu a aproximação da Psicologia e Direito, inicialmente na área criminal, com contribuições por meio de avaliações de criminosos.

Após esse período de ascensão da avaliação psicológica, sucedeu-se um período de crise no início da década de 60. O entusiasmo inicial pela importância e poder atribuídos aos testes psicológicos foi seguido por uma postura crítica, o que

levou praticamente ao abandono desses instrumentos até o início dos anos 80. Problemas éticos, questionamentos sistemáticos quanto à fidedignidade e validade dos testes, interpretações mal feitas dos resultados e concepções erradas de sua natureza e de seu objetivo foram aspectos que levaram a reflexões acerca do uso dos instrumentos psicológicos (CATÃO; COUTINHO; JACQUEMIN, 1997; PASQUALI; ALCHIERI, 2001; HUTZ; BANDEIRA, 2003).

No início dos anos 80, nos Estados Unidos, e nos últimos 10 anos, no Brasil, é possível notar a superação dessa crise. Em nosso país podemos evidenciar um grande número de pesquisadores qualificados na área de avaliação psicológica que têm contribuído para um incremento substancial na quantidade e qualidade das publicações científicas (HUTZ; BANDEIRA, 2003).

Esse avanço na área da avaliação psicológica refletiu na expansão das áreas de atuação da Psicologia Jurídica. Dados da história revelam que o interesse dos operadores do Direito na Psicologia deu-se a partir do Direito Penal. Contudo, é possível observar no Brasil, especialmente na última década, uma crescente demanda por avaliações psicológicas nos ramos do Direito Cível, Direito de Família e Direito do Trabalho (LAGO et al., prelo). Nesse sentido, de acordo com Cruz (2002, p. 11):

Estamos, hoje, num patamar histórico em que a área da avaliação psicológica necessita refletir sobre as condições pelas quais ela pode realmente contribuir para o aperfeiçoamento da ciência psicológica e da profissão de psicólogo. Os problemas que envolvem o uso de instrumentos, a carência permanente de especialistas no ensino, as desatualizações curriculares, as dificuldades de responder efetivamente às necessidades sociais e da própria ciência psicológica.

Esses são problemas históricos, presentes no dia a dia dos psicólogos que intervêm em diferentes demandas no campo jurídico por meio do uso de métodos e instrumentos de avaliação psicológica.

ESPECIFICIDADES DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA FORENSE

A avaliação psicológica representa e difunde a Psicologia enquanto ciência na sociedade. Atualmente, a discussão científica centra-se na elaboração de indicadores, critérios e instrumentos dirigidos às necessidades cada vez mais distintas (NORONHA; ALCHIERI, 2002). Assim, é preciso atentar para algumas especificidades que a avaliação psicológica forense apresenta, principalmente quando se avaliam famílias em conflito.

O grande número de conflitos que acompanha a ruptura da configuração familiar nuclear tem exigido o envolvimento crescente de psicólogos e outros profissionais da saúde mental na avaliação de crianças e famílias nos casos de disputa de guarda (EMERY; OTTO; O'DONOHUE, 2005). Os psicólogos exercem importante papel em relação às crianças e ao Judiciário quando fornecem informações competentes, objetivas e imparciais. Para que isso ocorra, é necessário demonstrar um propósito objetivo nos processos de avaliação para determinação de guarda. É preciso deixar clara a natureza e o escopo da avaliação, assim como proceder eticamente. Competências e conhecimento específicos são exigidos nas avaliações para determinação de guarda, de forma a fornecer serviços adequados ao Judiciário. A avaliação para determinação de guarda no contexto de divórcio pode ser uma tarefa extremamente difícil (APA, 1994).

O cuidado para não transformar o processo de avaliação forense em um contexto terapêutico é um desafio para os psicólogos que receberam uma formação acadêmica predominantemente clínica. Há uma tendência desses profissionais a exercer um papel terapêutico, buscando intervenções que procuram gerar mudanças no periciado. Dessa forma, criam situações de conflito ético, especialmente em relação ao nível de confidencialidade. No que concerne às técnicas utilizadas, a avaliação psicológica no contexto forense

não difere de forma substancial daquelas realizadas no contexto clínico. Contudo, são necessárias algumas adaptações dos procedimentos, a fim de evitar procedimentos não-éticos e de levantar descrédito quanto ao alcance do que é informado (ROVINSKI, 2004).

Melton e colaboradores (1997) propuseram seis dimensões para diferenciação do trabalho do psicólogo nos contextos clínico e jurídico: o escopo, a perspectiva do cliente, a questão da voluntariedade e da autonomia, os riscos à validade, a dinâmica do relacionamento, o tempo e o *setting* da avaliação. Em um processo de avaliação psicológica em um consultório, o paciente geralmente se apresenta por vontade própria, ao passo que a avaliação forense pressupõe sempre o encaminhamento de um juiz ou advogado, o que implica clientes resistentes e pouco cooperativos. Em decorrência disso, a dinâmica do relacionamento entre avaliador e avaliado será diferente, devido aos limites da confidencialidade e à motivação do cliente. A validade dos achados psicológicos é posta em risco, uma vez que há uma distorção consciente e intencional do periciado, que se preocupa com a “aprovação” ou “reprovação” em relação à matéria jurídica. É importante que o psicólogo se atenha à precisão da informação e às repercussões do diagnóstico clínico frente aos construtos legais a ele relacionados (TRENTINI; BANDEIRA; ROVINSKI, 2006).

Considerando, ainda, a perspectiva do cliente e a questão da voluntariedade e autonomia, Ramires (2006) observa que nas avaliações forenses o avaliado tem uma participação central, não se tratando apenas de um “objeto de análise”. O processo de avaliação implica um processo de autoconhecimento, de reflexão e de questionamento que deve levar ao desenvolvimento da capacidade de autonomia, independência, discriminação e discernimento da sua participação e responsabilidade nos conflitos em questão. Assim, os resultados desse processo não terão um conteúdo estranho ou alheio ao avaliado, uma vez que foram co-construídos, trabalhados e

discutidos com o próprio periciado, maior interessado na questão em foco.

A informação da perícia deve ser precisa, com vistas a garantir a qualidade do relatório final. É necessário privilegiar os objetivos propostos pelos operadores do Direito, ainda que a visão do perito seja importante. A avaliação forense não deve ficar restrita ao discurso do periciado e, sim, buscar outras fontes de informação relevantes (ROVINSKI, 2004).

A avaliação forense deve ser mais estruturada que a clínica, e para a organização, é exigido um papel mais ativo do examinador. Além disso, é preciso estar atento para a presença de fenômenos como a simulação e dissimulação, mais freqüentes no contexto de avaliação forense. A simulação ocorre quando há a produção ou o exagero intencional de sintomas gerados por incentivos externos. Já a dissimulação é o contrário, ou seja, quando uma pessoa tem interesse em esconder sua patologia para atingir determinados objetivos.

Em relação ao tempo do processo avaliativo, o mesmo é reduzido no contexto forense. Em virtude da pauta do foro e dos limites dos recursos, as possibilidades para contato com o periciado podem ser limitadas. Por isso, conforme ressaltam Melton e colaboradores (1997), é importante salientar os limites da avaliação em relação ao período em que a mesma foi realizada e aos dados que foram coletados.

Num processo de perícia, o examinador ocupa um espaço mais distante do periciado e o questiona com mais freqüência e de modo mais incisivo quanto às informações dúbias ou inconscientes. Os limites da confidencialidade e a preocupação com a manipulação das informações determinam um maior distanciamento emocional entre o perito e o periciado (ROVINSKI, 2004). Essa atitude de distanciamento e postura crítica adotadas não devem ser motivos de preocupação aos psicólogos, uma vez que isso não acarretará prejuízos emocionais ao periciado, por não se tratar de uma relação sustentada pela aliança terapêutica do tratamento clínico (GREENBERG; SCHUMAN, 1997). Contudo, é importante evitar a

iatrogenia, ou seja, a produção de danos nas pessoas avaliadas. Os psicólogos forenses devem estar seguros das práticas que estão realizando para evitar malefícios ao periciado.

O USO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM SITUAÇÕES DE DISPUTA DE GUARDA

Hutz e Bandeira (2003) apontam que a demanda social por avaliação psicológica frequentemente envolve grupos especiais, como adolescentes em conflito com a lei, populações em situação de risco social e crianças alvo de disputa de guarda por seus pais. Avaliações desse caráter exigem do psicólogo um conhecimento acerca de instrumentos e técnicas que sejam efetivamente válidas para essas populações. Além disso, ter o instrumental à disposição, sem o devido treinamento dos profissionais para o uso do mesmo, pode levar a uma avaliação de baixa qualidade. Apesar de muitas técnicas e instrumentos úteis terem sido desenvolvidos nos últimos anos, a disponibilidade desses recursos para os psicólogos ainda é muito precária, em razão da dificuldade de acesso à literatura científica. Embora atualmente as teses e dissertações que produzam esse tipo material estejam disponíveis na Internet, no Brasil a cultura de busca desse tipo de material é pouco difundida em cursos de graduação.

Dentre as dificuldades encontradas pelos psicólogos em um processo de avaliação específico de disputa de guarda, alguns aspectos merecem especial atenção. De acordo com Rovinski (2000), o foco dessas avaliações deve estar na competência parental quanto à relação com a criança, e nunca em uma característica pessoal individual. O pai e a mãe serão sempre avaliados em relação a uma determinada criança e em um certo contexto. A avaliação deve também apreciar os recursos da família extensiva e da própria comunidade. O grau de incongruência entre as habilidades parentais e as necessidades

da criança é que orientarão a tomada de posição no que se refere à retirada ou manutenção do poder familiar.

Os procedimentos e testes utilizados para avaliar as habilidades dos genitores e as necessidades de seus filhos são comumente alvo de debates. De acordo com Brodzinsky (1993), quatro principais tipos de instrumentos são tipicamente utilizados para avaliar a competência dos pais: instrumentos de avaliação intelectual, testes de desempenho para crianças, testes de personalidade e instrumentos para medir as atitudes e crenças dos pais. Contudo, a observância de diferenças nos desempenhos dos testes de ambos os genitores não é suficiente para estabelecer com quem deverá ficar a guarda dos filhos. Devem ser realizadas observações de comportamento das interações pais/filhos e também são sugeridas entrevistas de filhos adolescentes.

Em um nível individual, muitos dos instrumentos de pesquisa que avaliam atitudes parentais podem refletir um preconceito em relação às crenças sobre parentalidade aprovadas pela cultura dominante. Conforme Gray-Little e Kaplan (2002), é fundamental considerar os efeitos da desejabilidade social das respostas dos avaliados aos instrumentos. Nos casos de guarda de filhos, nos quais os avaliados podem perceber suas respostas como determinantes da guarda de seus filhos, a tendência é fornecer respostas socialmente desejadas. Isso pode levar a um perfil que é inválido e não corresponde à real atitude de paternagem/maternagem daquele genitor. Observações diretas das interações pais e filhos, consulta a membros da família ou comunidade que estão familiarizados com o estilo parental do examinado são sugeridas a fim de produzir uma figura mais fiel das habilidades do genitor do que o uso singular de um instrumento de avaliação. É importante entender a história de vida do cliente para situar a interpretação dos resultados em um contexto realista.

Como em qualquer processo de avaliação psicológica, no contexto do Direito de Família é necessário definir um foco e selecionar técnicas e procedimentos adequados para a

produção de resultados objetivos e imparciais. É preciso compreender a dinâmica familiar implícita ou, por vezes, explícita nos processos judiciais que envolvem casais em conflito. Vale destacar ainda que a avaliação é válida para o período em que foi realizada, ou seja, existem casos em que pode recomendar-se a guarda a um dos genitores e sugerir uma nova avaliação após um determinado período. Considerando que a situação de separação desencadeia sentimentos permeados muitas vezes por mágoas e ressentimentos em relação ao ex-cônjuge, pode ser necessário reavaliar esse casal em um momento posterior. O decorrer do tempo faz com que esses sentimentos sejam elaborados e, então, a guarda dos filhos pode ser tratada como uma questão independente do processo de separação e/ou divórcio.

Silva (2006) observa que as principais dificuldades do casal resultantes de processos de separação ou divórcio litigiosos, disputa de guarda, regulamentação de visitas, pedido de pensão alimentícia ou reconhecimento de paternidade, derivam da estrutura de personalidade de cada um dos ex-cônjuges. Assim, reforça-se a importância de avaliar a dinâmica do ex-casal, suas estruturas de personalidade e suas competências parentais, além de avaliar o nível de desenvolvimento dos filhos. Através da integração desses dados, é possível esclarecer os conflitos existentes, descrever as habilidades de maternagem e paternagem e as necessidades das crianças, fornecendo importantes subsídios para a decisão judicial.

A avaliação da competência para a manutenção do poder familiar está relacionada à capacidade dos pais para garantir o bem-estar de seus filhos. A noção de competência pode variar conforme a tarefa exigida ou o contexto em que se está inserido (GRISSO, 1986). Questões referentes à doença mental, retardo mental, idade (muito jovem ou muito velho) e até deficiências físicas não devem ser utilizadas como indicadores de incompetência geral. É necessário realizar uma avaliação adequada e contextualizada da competência individual. Uma sugestão de Rovinski (2004) para dirigir o trabalho é buscar a

compatibilidade entre as necessidades da criança e as potencialidades para o atendimento das mesmas por parte dos pais. Um diagnóstico psicológico (nosológico) só terá sentido nesse contexto se inviabilizar o exercício dessas competências parentais.

Após determinar o objetivo da avaliação, é necessário buscar as formas para avaliar habilidades de maternagem e paternagem, estruturas de personalidade, qualidade dos vínculos parentais e outros aspectos relevantes conforme a situação demandada. Poucos estudos empíricos fornecem informações úteis acerca dos procedimentos que devem ser utilizados em avaliações de disputa de guarda. Dentre eles, destacam-se os estudos de Keilin e Bloom (1986) e Ackerman e Ackerman (1997).

Keilin e Bloom (1986) realizaram uma pesquisa nos Estados Unidos com profissionais experientes no assunto, a partir da qual concluíram que os principais procedimentos utilizados eram entrevistas clínicas com cada um dos genitores e filhos individualmente, testagem de pais e filhos, observações da interação pais-filhos, entrevistas com terceiros e visitas à escola ou às residências dos pais. Os resultados revelaram ainda que 75,6% dos participantes utilizavam testes com os pais, enquanto 74,4% utilizavam com crianças e adolescentes. Para os adultos, os testes mais utilizados foram o Inventário Multifásico Minnesota de Personalidade (MMPI), o Rorschach e o Teste de Apercepção Temática (TAT). Com crianças e adolescentes, os testes psicométricos mais utilizados foram a Escala Wechsler de Inteligência para crianças e adolescentes (WISC), a Escala Wechsler de Inteligência para adultos (WAIS) e o *Stanford-Binet*. Dentre os projetivos, destacaram-se o TAT ou o Teste de Apercepção Temática para Crianças (CAT), desenhos projetivos e o Rorschach.

Dez anos mais tarde, Ackerman e Ackerman (1997) replicaram o estudo conduzido por Keilin e Bloom (1986). Os testes projetivos e os de inteligência mantiveram-se como os instrumentos mais empregados com as crianças. O

MMPI/MMPI-2 e o Rorschach permaneceram como os instrumentos de avaliação mais utilizados para os pais. Muitos avaliadores relataram o uso de instrumentos específicos para o contexto de disputa de guarda. Um terço utilizava o *Bricklin Perceptual Scales* (BRICKLIN, 1990), enquanto 16% utilizava o *Perception of Relationships Test* (BRICKLIN, 1989). Poucos respondentes (11%) utilizavam o *Ackerman-Schoendorf Scales for Parent Evaluation of Custody* (ACKERMAN; SCHOENDORF, 1992). Ressalte-se que à época da pesquisa de Keilin e Bloom (1986) não existiam instrumentos de avaliação específicos para essa área. A elaboração de escalas desse tipo demonstra a necessidade de instrumentos para a área jurídica, e não apenas um “empréstimo” dos instrumentos existentes e utilizados na área clínica.

O teste que apareceu na lista dos mais utilizados para a questão específica de avaliação da guarda foi o *Bricklin Perceptual Scales* (BRICKLIN, 1990). Essa escala não possui tradução nem validação para o Brasil. Testes como esse, idealizados especialmente para determinação de guarda, apontam a necessidade de investigar aspectos como a aparência e apresentação dos pais, as interações dos mesmos com os outros e com a criança. Autores brasileiros com experiência no assunto concordam com a sugestão e acrescentam a importância de avaliar o relacionamento entre pais e filhos, a percepção da criança sobre os pais, o envolvimento, a comunicação, a disciplina e a orientação dos pais e também a personalidade dos pais (SHINE, 2003; ROVINSKI, 2004). A avaliação da personalidade é importante para buscar a existência de quadros psicopatológicos e a estruturação psíquica. Um histórico detalhado, contendo informações sobre educação, adaptação atual ao trabalho, tratamento psiquiátrico ou psicológico prévio, outros problemas médicos, história de problemas com a lei, abuso sexual e história prévia de relação conjugal também devem ser investigado.

De forma geral, é possível concluir que o psicólogo deve estar em condições de avaliar a dinâmica do ex-casal que disputa

judicialmente os filhos e, também, de compreender o desenvolvimento normal e patológico da criança. Através de uma seleção de procedimentos e instrumentos, é necessário detectar como a criança vivencia suas figuras parentais e o tipo de apego que tem a elas, considerando primordialmente o bem-estar e o desenvolvimento intelectual e afetivo saudável da criança (CASTRO, 2005).

Cabe observar que o papel do perito forense concretiza-se no laudo pericial. Esse documento deve ser redigido de forma clara e objetiva, tendo em mente que os argumentos, conclusões e recomendações ali dispostos exercerão muita influência sobre as decisões dos juízes na definição de guarda e nas questões de visitação da criança (TABORDA; CHALUB; ABDALLA-FILHO, 2004).

O USO DE INSTRUMENTOS PSICOLÓGICOS NA ÁREA FORENSE NO ÂMBITO INTERNACIONAL

No mundo anglo-saxão a situação dos instrumentos para uso na área forense é bem diferente da realidade atual encontrada no Brasil. Existem instrumentos de avaliação delineados especificamente para responder à demanda legal, os chamados Instrumentos Específicos de Avaliação Forense (*FAIs – Forensic Assessment Instruments*). Eles visam a garantir a padronização de métodos quantitativos com os quais se possa observar, identificar e medir comportamentos diretamente relevantes às questões legais sobre as competências e capacidades do homem (Grisso, 1986). Conforme salienta Rovinski (2004), a produção de instrumentos desse tipo deveria ser estimulada em nosso meio, pois facilitaria a comunicação no contexto legal entre técnicos e agentes jurídicos e permitiria o desenvolvimento de pesquisas empíricas para a fundamentação de laudos. O uso de testes específicos de avaliação forense permite maior uniformidade nos procedimentos, evitando-se erros e desvios, além de

permitir a construção de amostras normativas que favoreçam a interpretação da conduta com normas e a comparação entre resultados de diferentes examinadores.

No que diz respeito à questão da disputa de guarda, existem instrumentos que foram desenvolvidos especificamente para esse contexto. Dentre eles, destacam-se o *Bricklin Perceptual Scales* (BRICKLIN, 1990), o *Perception of Relationships Test* (BRICKLIN, 1989) e o *Ackerman-Schoendorf Scales for Parent Evaluation of Custody* (ACKERMAN; SCHOENDORF, 1992). O *Bricklin Perceptual Scales* é um instrumento projetivo que avalia a percepção da criança sobre cada genitor nas áreas de competência, apoio e consistência parental, e a presença de traços admiráveis de personalidade. Através do uso de cartões de pontuação, as crianças avaliam cada um de seus genitores em 32 diferentes atividades, consideradas relevantes para essas quatro capacidades. O genitor que receber o maior número de pontuação positiva é identificado como “o genitor escolhido”. O *Perception of Relationships Test* é uma técnica gráfica projetiva, em que são pontuadas sete tarefas de desenho completadas pela criança para identificar o genitor cuidador. Esse instrumento avalia o grau em que cada criança procura por interações positivas com cada um dos genitores e o tipo de tendências comportamentais, tanto adaptativas quanto mal-adaptativas. O *Ackerman-Schoendorf Scales for Parent Evaluation of Custody* (ASPECT) é uma abordagem avaliativa que reúne dados dos pais e dos filhos através de uma entrevista estruturada e de testes de inteligência e de personalidade. Os escores dos testes são utilizados para calcular o índice parental de guarda para cada genitor, que indicam a efetividade parental.

Emery e colaboradores (2005) apontam que os instrumentos acima descritos e outros também construídos para o contexto de disputa de guarda encontram significativas limitações. Os referidos autores reforçam a inexistência de publicações científicas de estudos que investigassem as propriedades de tais instrumentos. Schuman (2002) questiona a possibilidade de

existir um instrumento que contemple todos os fatores relevantes para a definição da guarda dos filhos. Emery (1999) destaca que os critérios para definir o “melhor interesse dos filhos” não estão claros e precisos, o que torna a validade dos instrumentos contestável.

PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DE DISPUTA DE GUARDA NO BRASIL: DADOS EMPÍRICOS

Diante do desconhecimento acerca da forma como as avaliações nessa área forense vêm sendo realizadas no Brasil, Lago (2008) realizou sua pesquisa de mestrado com o objetivo de investigar as práticas de psicólogos com experiência em avaliação para determinação de guarda. Tratou-se de uma pesquisa de levantamento (COLIN, 1993) com 51 profissionais de diferentes regiões do Brasil, visando a fornecer um panorama mais fidedigno da realidade brasileira, já que nosso país possui muitas diversidades regionais. Os resultados deste estudo estão publicados no artigo intitulado “As Práticas em Avaliação Psicológica envolvendo Disputa de Guarda no Brasil” (LAGO; BANDEIRA, 2008).

Embora a avaliação psicológica de famílias envolvidas em uma disputa judicial exija individualização, existem alguns procedimentos, técnicas e até mesmo instrumentos que são mais comuns de serem utilizados. O estudo de Lago (2008) revelou que as entrevistas são o recurso utilizado unanimemente por todos os participantes, ainda que em modalidades diferentes: com os pais separadamente e/ou em conjunto, com os filhos separadamente e/ou em conjunto com pai e/ou mãe e também entrevistas com avós, babás, vizinhos, professores. Destacam-se as entrevistas com terceiros, que são mais freqüentes na área forense, uma vez que objetivam colher informações de diferentes fontes ou até mesmo confrontá-las.

Esses dados corroboram os encontrados nas pesquisas de Keilin e Bloom (1986) e Ackerman e Ackerman (1997).

Em relação ao uso de testes, os resultados do referido estudo apontaram que cerca de 25% dos participantes da amostra não utilizam testes psicológicos em suas avaliações para determinação de guarda. Foi possível evidenciar que os respondentes da região Sul valorizam e utilizam em maior escala os instrumentos psicológicos do que os participantes das demais regiões. A história nos ajuda a compreender esses dados. De acordo com Alchieri e Bandeira (2002), o estado do Rio Grande do Sul, através do seu Conselho Regional, foi o precursor no Brasil de um movimento iniciado na década de 80 para discutir com profissionais e professores da área sobre testes psicológicos. Diante das constantes queixas sobre a credibilidade dos testes, a comunidade acadêmica passou a realizar avaliações das condições de ensino da avaliação psicológica. A partir desse momento, foram realizados diversos estudos, com o propósito de discutir e aprimorar a escolha de instrumentos a ensinar e a forma de ministrar o conteúdo. A preocupação com a formação dos psicólogos e a presença de tradicionais pesquisadores no estado na área de Avaliação Psicológica, tais como Jurema Alcides Cunha, Claudio Hutz e Cícero Vaz, talvez tenham valorizado o uso dos testes em especial nessa região brasileira.

Entretanto, a maioria dos respondentes (75%) recorre ao uso dos testes psicológicos para fundamentar os documentos produzidos a partir da avaliação psicológica. Conforme Shine (2003), os testes são muito usados por fornecerem indícios mais acurados quanto às necessidades, defesas psicológicas e prejuízos psíquicos decorrentes da situação conflitiva que levou as partes ao Judiciário. Brodizinsky (1993) ressalta também que o uso dos testes é um diferencial para os psicólogos, os únicos profissionais da área da saúde mental que podem fazer uso dos mesmos. Enquanto psiquiatras e assistentes sociais, em diferentes graus, são treinados para entrevistas e observações clínicas, apenas os psicólogos são treinados para administrar e

interpretar testes psicológicos. Dessa forma, o uso de testagens é uma forma de fortalecer perante o Judiciário a consistência e validade dos achados apresentados através de uma avaliação psicológica.

De acordo com os resultados do estudo de Lago (2008), o principal objetivo da utilização de testagens com os pais em situações de disputa de guarda é a avaliação da personalidade. Os instrumentos psicológicos mais utilizados com adultos são os testes projetivos, como o HTP, o Rorschach e o TAT. Com crianças e adolescentes, a testagem é utilizada com o propósito de buscar o diagnóstico de queixas apresentadas por uma das partes. Os testes mais utilizados são o HTP e o Desenho da Figura Humana (DFH), além do Teste das Fábulas. Percebe-se que os testes mais citados são praticamente os mesmos que apareceram nos estudos de Shine (1995), Silva (2000) e Felipe (1997), em que foram referidos o Rorschach, TAT, CAT, HTP, Desenho da Família, Teste Desiderativo, Fábulas de Düss e Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister.

Em relação ao HTP e do Desenho da Figura Humana, é importante observar que o uso desses instrumentos possa estar relacionado ao baixo custo dos mesmos e à facilidade de aplicação. Hutz e Bandeira (2000) apontam que o DFH é uma técnica muito atrativa devido à sua abrangência, simplicidade e aparente objetividade. Além de ser uma técnica que requer apenas lápis e papel (baixo custo), é uma tarefa de fácil execução e de boa aceitação especialmente por crianças. Arteche e Bandeira (2006) destacam ainda a importância do desenho na compreensão das emoções, sentimentos e ações, sendo utilizado amplamente como técnica de avaliação psicológica.

Uma breve análise sobre os testes que são mais comumente utilizados permite concluir que aspectos como os vínculos da criança com seus genitores não parecem ser avaliados por testagens, mas sim através de entrevistas e observações clínicas, procedimentos citados no estudo. Em virtude da escassa disponibilidade de instrumentos psicológicos para os

casos de determinação de guarda, o estudo de Lago (2008) também questionou a opinião dos participantes sobre a construção de uma escala para avaliar o relacionamento entre pais e filhos. A maioria dos participantes considerou a idéia boa, sugerindo que a escala possa ser aplicada tanto aos pais quanto aos filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O breve histórico da avaliação psicológica, aqui apresentado, permite evidenciar a importância do uso de instrumentos psicológicos como forma de fundamentar a validade dos achados de um processo de avaliação desse tipo. A expansão da Psicologia Jurídica reflete-se na constante demanda por avaliações psicológicas na área forense, especialmente no contexto do Direito de Família, em que as situações de disputa de guarda ganham destaque.

Embora em países da Europa e nos Estados Unidos a questão da avaliação forense seja abordada há mais tempo, os estudos sobre o tema no Brasil são muito recentes, desenvolvidos principalmente na última década. Esse fato torna restrito o acesso à informação por parte de muitos profissionais, em razão das dificuldades de obtenção de artigos e livros de literatura científica internacional.

A dificuldade de acesso à literatura internacional, aliada às deficiências da formação acadêmica na área da Psicologia Jurídica, torna necessária a realização de estudos que discutam mais o tema da avaliação psicológica forense em seus diferentes contextos. Da mesma forma, é necessário o desenvolvimento de trabalhos científicos nessa área para fundamentar a prática dos psicólogos com dados representativos de nossa realidade. Neste sentido, merece destaque a necessidade da construção de instrumentos psicológicos específicos para o contexto forense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACKERMAN, M. J.; ACKERMAN, M.C. Custody evaluation practices: a survey of experienced professional (revisited). *Professional Psychology: Research and Practice*, n. 28, p. 137-145, 1997.
- ACKERMAN, M.; SCHOENDORF, K. *ASPECT: Ackerman-Schoendorf Scales for Parent Evaluation of Custody*. Los Angeles, CA: Western Psychological Services, 1992.
- ALCHIERI, J. C.; BANDEIRA, D. R. Ensino da avaliação psicológica no Brasil. In: PRIMI, R. *Temas em avaliação psicológica*. Campinas: IBAP, 2002.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Guidelines for child custody evaluations in divorce proceedings. *American Psychologist*, n. 49, p. 677-680, 1994.
- ANASTASI, A.; URBINA, S. Antecedentes históricos da testagem moderna. In: ANASTASI, A.; URBINA, S. *Testagem psicológica*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- ARTECHE, A. X.; BANDEIRA, D. R. O Desenho da Figura Humana: Revisando mais de um século de controvérsias. *Revista Iberoamerica de Diagnóstico y Evaluación Psicológica*, n. 22, p.133-156, 2006.
- BRICKLIN, B. *Perception of Relationships Test*. Furlong, PA: Village Publishing, 1989.
- BRICKLIN, B. *Bricklin Perceptual Scales*. Furlong, PA: Village Publishing, 1990.
- BRITO, L. M. T. Reflexões em torno da Psicologia Jurídica. In: CRUZ, R. M., MACIEL, S. K.; RAMIREZ, D. C. *O trabalho do psicólogo no campo jurídico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- BRODZINSKI, D. M. On the use and misuse of psychological testing in child custody evaluations. *Professional Psychology: Research and Practice*, n. 24, p. 213-219, 1993.
- CASTRO, L. R. F. *Disputa de guarda e visitas: no interesse dos pais ou dos filhos?* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- CATÃO, M. F. M.; COUTINHO, M. P. L. D.; JACQUEMIN, A. Avaliação psicológica: do quantitativismo à participação. In: Sociedade Brasileira do Rorschach (Ed.) *Anais do I Congresso da SBRO*. São Paulo, Brasil: SBRO, 1997.
- COLIN, R. *Real World Research: A Resource for Social Sciences and Practitioner-Researcher*. Oxford: Blackwell, 1993.
- CRUZ, R. M. O processo de conhecer em avaliação psicológica. In: CRUZ, R. M.; ALCHIERI, J. C.; SARDA Jr., J. J. *Avaliação e Medidas Psicológicas*. São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo, 2002.
- CUNHA, J. A. Fundamentos do psicodiagnóstico. In: CUNHA, J. A. et al. *Psicodiagnóstico V*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- EMERY, R. E. *Marriage, divorce, and children's adjustment*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1999.
- EMERY, R. E.; OTTO, R. K.; O'DONOHUE, W. T. A critical assessment of child custody evaluations. *Psychological Science in the Public Interest*, n. 6, p. 1- 29, 2005.

FELIPE, S. S. R. *A contribuição do Teste de Apercepção Infantil (CAT-A) e procedimento de desenhos da família com estórias (DF-E) na avaliação de crianças envolvidas em disputas judiciais*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 1997.

GRAY-LITTLE, B.; KAPLAN, D. A. Interpretation of psychological tests in clinical and forensic evaluations. In: SANDOVAL, J.; FRISBY, C. L.; GEISINGER, K.F.; SCHEUNEMAN, J. D.; GRENIER, J. R. *Test Interpretation and Diversity Achieving Equity in Assessment*. Washington, DC: APA, 2002.

GREENBERG, S.; SCHUMAN, D. Irreconcilable conflict between therapeutic and forensic roles. *Professional Psychology: Research and Practice*, n. 28, p. 50-57, 1997.

GRISSE, T. *Evaluating competencies*. New York: Plenum, 1986.

HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R. Desenho da Figura Humana. In: CUNHA, J. A. et al. *Psicodiagnóstico V*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R. Avaliação psicológica no Brasil: situação atual e desafios para o futuro. In: YAMAMOTO, O. H.; GOUVEIA, V. V. *Construindo a Psicologia brasileira: desafios da ciência e prática psicológica*. São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo, 2003.

KEILIN, W. G.; BLOOM, L. J. Child custody evaluation practices: a survey of experienced professionals. *Professional Psychology: Research and Practice*, n. 17, p. 338-346, 1986.

LAGO, V. M. *As Práticas em Avaliação Psicológica nos Casos de Disputa de Guarda de Filhos no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

LAGO, V. M.; BANDEIRA, D. R. As Práticas em avaliação psicológica envolvendo disputa de guarda no Brasil. *Avaliação Psicológica*, n. 7, p. 223-234, 2008.

LAGO, V. M.; AMATO, P.; TEIXEIRA, P. A.; ROVINSKI, S. L. R.; BANDEIRA, D. R. Um breve histórico da Psicologia Jurídica no Brasil e seus campos de atuação. *Estudos de Psicologia*. No prelo.

MELTON, G.; PETRILA, J.; POYTHRESS, N.; SLOBOGIN, C. (1997). *Psychological evaluations for the court*. New York, USA: Guilford, 1997.

NORONHA, A. P. P.; ALCHIERI, J. C. Reflexões sobre os instrumentos de avaliação psicológica. In: PRIMI, R. *Temas em Avaliação Psicológica*. Campinas, Brasil: Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), 2002.

PASQUALI, L.; ALCHIERI, J. C. Os testes psicológicos no Brasil. In: PASQUALI, L. *Técnicas de Exame Psicológico – TEP*. Volume I: Fundamentos das técnicas psicológicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

RAMIRES, V. R. R. Elaboração de laudos e outros documentos. In: RAMIRES, V. R.; CAMINHA, R. *Práticas em saúde no âmbito da clínica-escola: a teoria*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ROVINSKI, S. Perícia psicológica na área forense. In: CUNHA, J. A. *Psicodiagnóstico – V*. Porto Alegre, Brasil: Artmed, 2000.

ROVINSKI, S. L. *Fundamentos da perícia psicológica forense*. São Paulo, Brasil: Vetor, 2004.

SHINE, S. Aplicações das técnicas de exame psicológico na área da justiça. *Boletim de Psicologia*, v. 15, p. 63-65, 1995.

SHINE, S. *A espada de Salomão: a psicologia e a disputa de guarda de filhos*. São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo, 2003.

SCHUMAN, D. W. The role of mental health experts in custody decisions: Science, psychological tests and clinical judgment. *Family Law Quarterly*, n. 36, p. 135-162, 2002.

SILVA, D. M. P. *Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

SILVA, M. T. A. O uso dos testes psicológicos no trabalho de perícia das varas da família e das sucessões do fórum João Mendes Jr. *Boletim da Sociedade de Rorschach de São Paulo*, v. 10, 2000.

TABORDA, J. G. V.; CHALUB, M.; ABDALLA-FILHO, E. *Psiquiatria Forense*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TRENTINI, C. M.; BANDEIRA, D. R.; ROVINSKI, S. L. R. Algumas considerações acerca do psicodiagnóstico nos contextos jurídico/forense e clínico. In: NORONHA, A. P. P.; SANTOS, A. A. A.; SISTO, F. F. (Eds). *Facetas do fazer em avaliação psicológica*. São Paulo, Brasil: Vetor, 2006.

O USO DA ENTREVISTA INVESTIGATIVA NO CONTEXTO DA PSICOLOGIA FORENSE

Sonia Liane Reichert Rovinski

Lilian Milnitsky Stein

INTRODUÇÃO

A entrevista psicológica é o principal instrumento utilizado pelo psicólogo para chegar ao conhecimento do outro. A origem etimológica salienta a idéia de “uma visão entre” duas pessoas, onde fica suposta a presença de uma comunicação ou diálogo. Conforme Almeida (2004), as conceituações de entrevista psicológica chegam a ser tantas quanto as pessoas que sobre este tema se debruçam, demonstrando a dificuldade em se chegar a uma conceituação única. Em uma revisão sobre o tema, o autor chama a atenção para dois aspectos comuns que aparecem nas diversas definições: a comunicação e o objetivo com o qual o psicólogo a utiliza. Groth-Marnat (2003), ao diferenciar a entrevista psicológica de uma simples conversação, também salienta o fato da primeira apresentar seqüência e organização em torno de um tema específico e importante – o qual determinará seus objetivos. De maneira geral, esses objetivos estão relacionados a uma busca de informações, que de outra forma seriam difíceis de serem obtidas. Para Tavares (2000), a entrevista possibilitaria testar os limites de aparentes contradições, que possam ser encontradas no processo de avaliação, e de explicitar, contextualizar, características levantadas pelos instrumentos padronizados, dando a eles a validade clínica necessária. A estrutura de uma entrevista pode ser mais ou menos aberta, as técnicas de coleta

de dados podem variar de forma significativa, desde que atendam aos objetivos a ela propostos.

Na área forense, a entrevista psicológica pode estar relacionada a vários objetivos, dependendo da demanda jurídica a que estiver associada. Conforme Melton e colaboradores (1997), nas avaliações psicológicas forenses o objetivo será buscar, através da compreensão psicológica do caso, a resposta a uma questão legal expressa pelo juiz ou por outro agente jurídico. As demandas das avaliações forenses, geralmente, versam sobre situações da vida real, como cuidar de filhos, capacidade para o trabalho, ou outras que envolvam previsibilidade de condutas, extrapolando questões exclusivamente voltadas a um diagnóstico clínico. Um outro diferencial destas avaliações, conforme discutido por Rovinski (2004), é a necessidade dos entrevistadores forenses lidarem constantemente com a possibilidade da simulação ou dissimulação dos entrevistados. Aqui não se faz referência à possibilidade de resistência no relato das informações por conflitos inconscientes, mas a atuações premeditadas de distorção e omissão. De modo geral, poder-se-ia dizer que a entrevista no contexto de avaliação forense deve extrapolar o objetivo da investigação do mundo interno do avaliando, para valorizar, também, aspectos de sua realidade objetiva.

Poole e Lamb (1998), ao apresentar as características da entrevista forense, também salientam a importância dos entrevistadores em discriminar os contextos de avaliação forense e de avaliação clínica, para não incorrerem em condutas antiéticas. Dizem as autoras que muitas das técnicas que fazem sentido nos contextos clínicos não são apropriadas para aqueles em que se buscariam subsídios psicológicos para a tomada de decisões legais. No contexto forense a técnica de entrevista ultrapassaria a simples “confirmação de hipóteses” para buscar uma verdadeira “testagem de hipóteses”, onde o psicólogo deveria a todo o momento questionar a validade de seus próprios achados e dos próprios métodos utilizados. Esta postura mais crítica traz uma maior exigência em relação à

validação científica dos dados levantados e uma maior limitação à intuição e interpretação das condutas verbais e não-verbais do entrevistado.

Outro aspecto salientado por Köhnken (1995), nas entrevistas realizadas no contexto do judiciário, diz respeito à necessidade de se recuperarem informações a respeito de fatos ocorridos no passado. Nestes casos, a palavra da vítima ou testemunha adquire fundamental importância para a resolução do processo judicial e o trabalho realizado na entrevista dirige-se à obtenção destas informações. A avaliação das emoções, atitudes e opiniões toma uma menor importância em relação aos dados que deverão ser lembrados das situações vivenciadas no passado. Para o autor, sempre que a entrevista exigisse um foco na recuperação de dados da memória a técnica a ser utilizada deveria ser diferenciada daquela utilizada na clínica, caracterizando a chamada “entrevista investigativa”.

Um exemplo típico das demandas atuais do judiciário são as avaliações psicológicas que envolvem crianças com suspeita de abuso sexual. O encaminhamento desses casos, geralmente, não visa verificar os prejuízos emocionais que a criança possa ter sofrido por uma possível vivência de abuso, mas, antes, confirmar se essa experiência possa ter realmente ocorrido. Ainda que, neste momento, a avaliação das condições emocionais da criança seja importante para a compreensão do caso, é fundamental para o processo judicial que a criança possa relatar com detalhes a experiência sofrida, trazendo as informações necessárias aos autos. O trabalho do entrevistador, neste caso, fica centrado na recuperação dos fatos relacionados ao evento traumático, exigindo uma técnica especializada de intervenção – a entrevista investigativa - que será apresentada a seguir.

A ENTREVISTA INVESTIGATIVA

A entrevista investigativa tem como objetivo elucidar fatos que possam ter ocorrido e que sejam de interesse, ou não, da Justiça. Sua aplicação independe do sistema legal instituído em cada país e pode ser utilizada para casos criminais ou da área cível. Para Milne e Bull (2006), o objetivo principal desta entrevista é responder a duas questões básicas: o que aconteceu (se algo realmente ocorreu) e quem fez isso. A busca destas respostas dirige o interesse diretamente àquelas pessoas que podem fornecer um maior volume de informações: as testemunhas e vítimas das situações que se está investigando.

A entrevista investigativa não é de uso exclusivo do psicólogo, sendo indicada a todas as pessoas que precisam colher estas informações, como policiais, assistentes sociais, etc. No entanto, sua fundamentação teórica está baseada em pesquisas empíricas da área da Psicologia Cognitiva, que envolvem estudos sobre a memória e cognição geral, e sobre a dinâmica da comunicação social (PERGHER; STEIN, 2005). Conforme Milne e Bull (2006), o objetivo destes estudos empíricos é possibilitar o aprimoramento de técnicas para que se possa obter a melhor qualidade e a maior quantidade de informações sobre os eventos investigados.

Estudos têm mostrado o quanto a memória pode ser influenciada por diversos fatores (internos e externos) com o passar do tempo e o quanto pode ser sugestionada no momento da coleta de dados (QUAS; GOODMAN; BIDROSE; PIPE; CRAW; ABLIN, 2001; CECI; BRUCK, 1993). Compreender e minimizar estas influências passa a ser uma preocupação constante em situações de entrevistas com testemunhas e vítimas, cujas informações prestadas passam a ter um papel preponderante nos processos judiciais e de investigação policial. Em muitos casos, o andamento destas investigações vai depender unicamente da capacidade da testemunha em buscar em sua memória detalhes específicos da situação vivenciada.

Para ajudar os entrevistados a aumentar o número de informações fornecidas, sem prejudicar a qualidade das mesmas, Fischer e Geiselman (1992) desenvolveram a Entrevi-

ta Cognitiva. Esta técnica de entrevista investigativa, que surgiu através de intensa pesquisa prática, por mais de 30 anos, foi desenvolvida com abordagem eclética e multidisciplinar. O único compromisso mantido desde o início das pesquisas foi o de comprovar cientificamente a proposta que viria a ser oferecida. Antes de divulgar os pressupostos da Entrevista Cognitiva e de treinar pessoal para o seu uso, foram realizados, inicialmente, dois estudos independentes sobre sua eficácia. No estudo desenvolvido nos Estados Unidos (FISCHER; GEISELMAN; AMADOR, 1989), observou-se que os policiais, após o treino na técnica da entrevista cognitiva, conseguiram obter 47 % mais informações em relação ao que obtinham antes do treinamento. No estudo britânico (GEORGE, 1991), o incremento de dados colhidos chegou a 55% depois do treinamento. Inúmeros estudos desenvolvidos posteriormente demonstraram que as vantagens da Entrevista Cognitiva não se resumem apenas a recuperar um maior número de informações, mas também a garantir que as informações colhidas sejam mais confiáveis (MEMON, 1991; ASCHERMANN; MANTWILL; KÖHNKEN, 1991).

Um estudo pioneiro no Brasil (STEIN; MEMON, 2006), mostrou a eficácia da Entrevista Cognitiva com testemunhas típicas de países em desenvolvimento. Na comparação com técnicas de entrevista usualmente utilizadas com testemunhas, os resultados desse estudo apontaram que não só a Entrevista Cognitiva produziu um maior número de informações verdadeiras, mas também que qualitativamente essas informações possuem relevância jurídica (NYGAARD; FEIX; STEIN, 2006). Para os psicólogos mentores da técnica da Entrevista Cognitiva, Fisher e Geiselman (1992), sua indicação primária está dirigida para casos de investigação (por exemplo, crimes) onde as evidências físicas não são abundantes, e seus resultados serão melhores com entrevistados que se mostrarem cooperativos - pois o objetivo da técnica não é romper com predisposições intencionais de ocultação dos fatos. A técnica exige preparo e treinamento do entrevistador,

principalmente para as tomadas de decisão que precisará realizar durante sua aplicação.

OS DESAFIOS NA RECUPERAÇÃO DOS DADOS DE MEMÓRIA

Lembrar de fatos do passado exige que estes já tenham sido armazenados na memória. Pesquisadores descrevem o processo de uso da memória através da presença de três estágios: a codificação, o armazenamento e a recuperação. Para Fisher e Geiselman (1992), este processo de trabalho não pode ser compreendido como a simples criação de um arquivo, como num computador, quando se poderia retomar o mesmo sempre que se quisesse.

O processo de memória humana é bem mais complexo e reflete uma rede intrincada de relações entre o evento, o contexto, o estado de espírito e o conhecimento do observador a respeito dos fatos que ocorreram. Após a codificação, durante o período de armazenamento, as lembranças continuam a sofrer interferências de outras fontes internas e externas ao sujeito. As crenças e estereótipos do observador e as novas informações que passa a receber, a partir do contato com outras pessoas, são exemplos destas interferências. No momento da recuperação das informações armazenadas as dificuldades não diminuem. Na medida em que o processo de recuperação se dá, geralmente, através de um controle consciente, ocorre o erro comum das pessoas acreditarem que os fatos, uma vez memorizados, podem ser acessados sempre que se quiser. A crença popular é de que os fatos “estão” ou “não estão” armazenados em nossa memória, sem considerar que estes podem ter sido codificados, mas não disponíveis ou não encontráveis pelos caminhos de acesso que foram empregados, ou ainda estarem sujeitos a distorções.

O foco da entrevista investigativa está centrado nesta última etapa do processo de memorização, nos mecanismos de recuperação. No momento de realização da entrevista não se

tem acesso a informações de como se deu o processo de codificação e nem se sabe que tipos de dados puderam ser codificados. Toda a fonte de informação do entrevistador restringe-se ao seu próprio entrevistado. Assim, conforme Pinho (2006), a estratégia da entrevista deve ser no sentido de guiar a testemunha dos fatos na busca de informações que estão armazenadas em sua memória e que possam ter relevância para a questão legal, facilitando a comunicação das mesmas ao entrevistador.

Memon (1998), ao comentar a evolução da Entrevista Cognitiva, afirma que inicialmente a preocupação era exclusivamente com as técnicas cognitivas de recuperação de informações. Nesse sentido, os trabalhos de Tulving e Thomson (1973), quanto à recriação do contexto original para favorecer a recuperação dos dados armazenados, foram de grande importância para a constituição da técnica. A autora cita, ainda, as contribuições de Bower (1967) sobre a teoria do traço múltiplo, onde sugere a busca de caminhos múltiplos de acesso às informações, em função das mesmas estarem armazenadas sob sistema de rede. Assim, foram criadas técnicas de entrevista como: recriação do contexto, “conte tudo” (relato livre), mudança de perspectiva e o relato em ordem inversa. Estudos de acompanhamento, com aqueles profissionais que passaram a fazer uso destas técnicas, comprovaram um incremento significativo na coleta de informações pertinentes e acuradas. No entanto, problemas ainda foram identificados. Verificou-se que muitos profissionais falhavam em habilidades sociais na interação com seus entrevistados. Logo se percebeu que para facilitar a recuperação de fatos guardados na memória não bastavam recursos cognitivos diferenciados de acesso à informação, mas, também, a criação de um ambiente acolhedor ao entrevistado. Foram revistas as técnicas originais e propostas mudanças de forma a valorizar a construção de um *rapport*⁶, a necessidade de se utilizar técnicas de focalização da memória, a preocupação com a construção de perguntas que fossem compatíveis com o nível de compreensão do entrevistado e o

desenvolvimento de uma postura (verbal e não verbal) de suporte.

A Entrevista Cognitiva Revisada, desenvolvida a partir da década de 1990, por Fischer e Geiselman (1992), passou a ser considerada a mais efetiva técnica investigativa para a busca de informações armazenadas na memória de testemunhas e vítimas que se tem até o momento. A partir dela foram criadas novas propostas, principalmente relacionadas ao uso com crianças. Conforme descreve Alberto (2006), a aplicação da Entrevista Cognitiva com crianças necessitou de certa adaptação, em função de limitações cognitivas que estas possam apresentar. Lembra que para as crianças o processo de se colocar em diversos pontos de vista espaciais e em seqüências temporais é extremamente difícil, podendo gerar confusões em sua evocação, discurso e, inclusive, interferir em suas memórias futuras.

Alberto (2006) descreve diversas propostas atuais de entrevistas com crianças, que têm sido usadas no mundo todo e que foram desenvolvidas com base na Entrevista Cognitiva revisada – em todas elas há uma ênfase em relação à fase da narrativa livre. É o caso da “entrevista estruturada” elaborada na Alemanha e na Grã-Bretanha e do “Memorando das boas práticas” elaborado pelo Ministério do Interior e Departamento de Saúde da Inglaterra e do País de Galles. Esta orientação na linha da Entrevista Cognitiva também foi adotada por organizações proeminentes no estudo e intervenção do abuso sexual, como a Sociedade Profissional Americana para as Crianças Abusadas (*American Professional Society on the Abuse of Children- APSAC*) e o Instituto Nacional de Saúde da Criança e do Desenvolvimento Humano (*National Institute of Child Health and Human Development*).

A ENTREVISTA INVESTIGATIVA COM CRIANÇAS

Bull (1998) refere que as pesquisas sobre a memória infantil intensificaram-se a partir da década de 1980, quando se começou a questionar a capacidade das crianças em deporem em juízo. Naquela época, as situações de abuso sexual passaram a ser mais investigadas, trazendo à discussão a credibilidade do depoimento de vítimas de pouca idade. Diz o autor que era comum acreditar-se que as crianças mentiriam mais que os adultos e que seriam incapazes de distinguir entre fantasia e realidade. Os estudos sobre a memória que se desenvolveram desde então vieram a desmistificar estas crenças, demonstrando que a acurácia e a confiabilidade dos relatos não estariam relacionados diretamente à idade. Diferenças desenvolvimentais foram encontradas quanto à forma de operacionalizar o sistema da memória, mas que necessariamente não dariam maior ou menor credibilidade aos relatos infantis. Estudos de Poole e Lamb (1998) evidenciaram que casos de falsas acusações de abuso sexual em crianças estariam mais relacionados a entrevistas conduzidas de maneira sugestiva pelos adultos, do que as possíveis distorções produzidas por déficits cognitivos relacionados às condições maturacionais das crianças.

Para Lamb, Sternberg, Orbach, Hershkowitz e Esplin (1999) não só as características do contexto forense exercem uma ação inibidora em relação a um relato mais espontâneo das situações abusivas por parte das crianças, mas, também, o tipo de relação social que as crianças tendem a estabelecer com os adultos – quando não percebem a necessidade do detalhamento das situações vividas. Assim, a habilidade do entrevistador em abordar essa criança, conhecendo seus limites e potencialidades, é condição *sine qua non* para a obtenção de relatos mais detalhados e acurados, evitando uma atitude sugestiva para a produção da prova esperada.

Uma contribuição importante para a entrevista investigativa com crianças foi dada por Poole e Lamb (1998), quando propuseram o “Protocolo Flexível de Entrevista”. Conforme Alberto (2006), nesta adaptação integrou-se os fundamentos

cognitivos da Entrevista Cognitiva, considerando os aspectos de desenvolvimento da memória infantil, com aqueles relacionados à dinâmica de relacionamento da criança com o adulto que a entrevista. Os autores propõem um protocolo dividido em duas grandes fases – a fase da pré-entrevista e a fase da entrevista propriamente dita. A fase da pré-entrevista tem por objetivo o planejamento da fase seguinte. O entrevistador deverá recolher informações sobre a estrutura e a dinâmica familiares, as rotinas e as pessoas com quem a criança interage, de forma a preparar-se melhor para receber a criança. No momento da entrevista com a criança deve-se, inicialmente, investir na construção do espaço relacional. A construção deste inicia com o desenvolvimento de um *rapport*, com apresentação das pessoas, do local e do objetivo da entrevista. A seguir o entrevistador deve trabalhar aspectos relacionados à capacidade da criança em discernir entre verdade e mentira, de relatar apenas aquilo que aconteceu (e não suposições), além de testar sua capacidade para poder contestar afirmações possivelmente não verdadeiras e de negar-se a responder questões para as quais não tenha resposta. Antes de iniciar a narrativa livre, a técnica recomenda trabalhar a criança em relação a exercício de um discurso mais descritivo dos fatos, iniciando com temas neutros, unicamente com a finalidade de explicar na prática o esperado quanto ao detalhamento de seu discurso, baseado em suas lembranças.

Um aspecto que deve ser salientado no uso da Entrevista Cognitiva, com crianças ou adultos, é a importância de seu registro por meios eletrônicos de gravação, seja em vídeo ou áudio. Milne e Bull (2006) descrevem algumas razões para esta prática. As principais relacionam-se diretamente com o processo de investigação. A gravação permite a retenção de um maior número de dados que puderam ser levantados durante a entrevista. Uma pesquisa desenvolvida por Lamb e colaboradores (2000) mostrou que, quando a entrevista não é gravada, a perda de informações pode chegar a 25 %. Isto decorre porque o número de informações é sempre muito

grande e os entrevistadores costumam ter um julgamento ou crença a respeito daquilo que vão investigar. Estas idéias pré-formadas dos entrevistadores tendem a dirigir sua atenção, sua memória e a sua compreensão do problema. Assim, os dados levantados que são compatíveis a estes pré-julgamentos tendem a ter sua relevância aumentada e a dirigir o encaminhamento das perguntas. Detalhes e inconsistências só são, muitas vezes, percebidos *a posteriore*, quando do exame da gravação da entrevista. Outros estudos levantados pelos autores demonstraram que a gravação também se mostrou importante no sentido da preocupação dos entrevistadores quanto a melhorar seu desempenho. A possibilidade de analisar as intervenções feitas e as conseqüentes respostas do entrevistado permite constatar a eficácia das mesmas, além de perceber possíveis vícios de linguagem. O hábito em promover esta autocrítica em relação ao trabalho possibilita o constante aprimoramento do entrevistador. Por fim, a gravação da entrevista possibilita manter os dados guardados por tempo indeterminado, identificado por sua fonte de origem (quem relatou os fatos), trazendo maior valor e confiabilidade para sua apresentação aos representantes legais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrevista realizada no contexto forense difere daquela de características clínicas porque possui distintos objetivos. Enquanto a entrevista clínica busca a investigação do mundo interno, com a descrição de sua dinâmica e percepções idiossincráticas, a entrevista forense tem, entre suas exigências, a valorização do mundo externo e a discriminação da experiência interna em relação aquelas realmente vividas. Neste sentido, a entrevista forense exige uma abordagem metodológica diferenciada, caracterizada pela entrevista investigativa. A revisão da literatura mostra que em vários países a abordagem atual desta proposta tem privilegiado a

Entrevista Cognitiva como uma forma eficaz de se obterem dados mais ricos e acurados, quando a situação exigir recuperação de informações da memória, além de estabelecer uma relação de respeito às condições psicológicas do entrevistado.

A prática forense dos psicólogos no Brasil, no entanto, mostra que muitos profissionais ainda têm se utilizado de procedimentos clínicos para responder a questões judiciais que exigem a busca de informações pontuais, desconsiderando fatores específicos deste contexto como a simulação e a impossibilidade de se fazerem inferências sobre sintomas clínicos que pudessem comprovar a ocorrência de fatos específicos do passado. Nestes casos, o trabalho geralmente não atinge seus objetivos porque não responde às solicitações do Judiciário (que sempre extrapolam as conclusões clínicas de um diagnóstico) ou porque acaba por fazer inferências causais que não podem ser realizadas.

Concluindo, podemos dizer que a desinformação e a incapacidade em discriminar entre contextos forense e clínico têm levado a freqüentes erros na utilização de uma metodologia de avaliação e, conseqüentemente, em ações não éticas na condução da investigação psicológica. Os dados levantados neste tipo de contexto perdem em credibilidade e os resultados finais geralmente ultrapassam as possibilidades de inferência. É de responsabilidade do profissional saber discriminar o papel a ser desempenhado em cada área de atuação e a escolher a metodologia correta para chegar aos seus objetivos, de forma a manter uma conduta ética e de responsabilidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTO, I.M. Abuso sexual de crianças: o psicólogo na encruzilhada da ciência com a justiça. In: FONSECA, A.C.; SIMÕES, M.R.; SIMÕES, M.C.T.; PINHO, M.S. (Ed.). *Psicologia Forense*. Coimbra: Almedina, 2006.

ALMEIDA, N.V. A entrevista psicológica como um processo dinâmico e criativo. *PSIC – Revista de Psicologia da Vetor Editora*, v. 5, n. 1, 2004, p. 34-39.

ASCHERMANN, E.; MANTWILL, M.; KOHNKEN, G. An independent replication of the cognitive interview. *Applied Cognitive Psychology*, n. 5, p. 489-495, 1991.

BOWER, G. A multicomponent theory of memory trace. In: SPENCER, K.W; SPENCER, J.T. (Ed). *The psychology of learning and motivation*. 1. New York: Academic Press, 1967.

CECI, S.; BRUCK, M. Suggestibility of the child witness: a historical review and synthesis. *Psychological Bulletin*, n. 113, p. 403-439, 1993.

FISHER, R.P; GEISELMAN, R.E. *Memory-enhancing techniques for investigative interviewing*. Illinois: Charles C. Thomas, 1992.

FISHER, R.P.; GEISELMAN, R.E.; AMADOR, M. Field test of the cognitive interview: Enhancing the recollection of actual victims and witnesses of crime. *Journal of Applied Psychology*, n. 74, p. 722-727, 1989.

GEORGE, R. *A field and experimental evaluation of three methods of interviewing witnesses/victims of crime*. Unpublished manuscript. Polytechnic of East London. London, 1991.

GROTH-MARNAT, G. *Handbook of Psychological Assessment*. 4 ed. New Jersey: Wiley & Sons, 2003.

KÖHNKEN, G. Interviewing adults. In: BULL, R.; CARSON, D. *Handbook of Psychology in Legal Contexts*. New Jersey: Wiley & Sons, 1995.

LAMB, M. E; STERNBERG, K. J.; ORBACH, Y.; HERSHKOWITZ, I.; ESPLIN, P.W. Forensic Interviews of children. In: MEMON, A.; BULL, R. *Handbook of the Psychology of Interviewing*. England: Wiley & Sons, 1999.

MELTON, G.; PETRILA, J.; POYTHRESS, N.; SLOBOGIN, C. *Psychological evaluations for the court*. 2ed. New York: Guilford, 1997.

MEMON, A. *Introducing the cognitive interview as a procedure for interviewing witnesses*. Paper presented at the Annual Conference of the British Psychological Society, Bournemouth.

MEMON, A. Telling it all: the cognitive interview. In: MEMON, A.; VRIJ, A.; BULL, R. *Psychology and Law*. Cambridge: McGraw-Hill, 1998.

MILNE, B; BULL, R. Interviewing victims of crime, including children and people with intellectual disabilities. In: KEBBELL, M. R.; DAVIES, G. M. *Practical psychology for forensic investigation and prosecutions*. New Jersey: Wiley & Sons, 2006.

NYGAARD, M. L.; FEIX, L. F.; STEIN, L. M. Contribuições da psicologia cognitiva para a oitiva da testemunha. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 61, p. 147-180, 2006.

PERGHER, G. K.; STEIN, L. M. Entrevista cognitiva e terapia cognitivo-comportamental: do âmbito forense à clínica. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, v. 1, n. 2, 2005.

PINHO, M.S. A entrevista cognitiva em análise. In: FONSECA, A.C.; SIMÕES, M.R.; QUAS, J.A; GOODMAN, G.S.; BIDROSE, S.; PIPE, M-E.; CRAWES, S.; ABLIN, D.S.

Children's long-term remembering, forgetting and suggestibility readings. In: BULL, R. (Ed). *Children and the law: essential readings*. Oxford: Blackwell Publisherd, 2001.

SIMÕES, M.C.T.; PINHO, M.S. (Ed.). *Psicologia Forense*. Coimbra: Almedina, 2006.

POOLE, D.A.; LAMB, M. E. *Investigative interview of children: a guide for helping professionals*. Washington DC: American Psychological Association, 1998.

STEIN, L. M.; MEMON, A. Testing the efficacy of the Cognitive Interview in a developing country. *Applied Cognitive Psychology*, n. 20, p. 597-635, 2006.

ROVINSKI, S.L.R. *Fundamentos da perícia psicológica forense*. São Paulo: Vetor, 2004.

TAVARES, M. A entrevista clínica. In: CUNHA, J.A. *Psicodiagnóstico V*. 5ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TULVING, E.; THOMSON, D. M. Encoding especificity and retrieval processes in episodic memory. *Psychological Review*, n. 80, p. 353-370, 1973.

DETECTANDO MENTIRAS EM ENTREVISTAS FORENSES

Ray Bull

Leandro da Fonte Feix

Lilian Milnitsky Stein

Adultos e adolescentes, suspeitos de terem cometido algum delito, podem ser entrevistados em contextos legais por uma variedade de razões e por diferentes profissionais, incluindo assistentes sociais, advogados, juízes, policiais, médicos, psicólogos e outros. Durante a entrevista é imperativo obter informações completas, acuradas e inalteradas dos fatos envolvido no delito, com vias a aumentar a eficiência da investigação e do litígio.

Tradicionalmente, em diversos países tem sido função dos policiais entrevistarem suspeitos. Porém, por muitas décadas nenhuma publicação foi feita no sentido de auxiliar os profissionais a realizar essa tarefa de forma mais efetiva. Cientistas sociais e do comportamento, incluindo psicólogos, por muito tempo ignoraram esse importante tópico sobre técnicas de entrevista com suspeitos, possivelmente pela dificuldade dos pesquisadores em terem acesso aos registros de entrevistas realizadas por policiais com suspeitos.

No final da década de 80, foi lançado nos Estados Unidos um livro intitulado “Interrogatório criminal e confissões” (*Criminal interrogation and confessions*), por Inbau, Reid, e Buckley (1986), baseado em versões anteriores do mesmo livro de Inbau e Reid, que recomendava uma série de procedimentos que poderiam ser usados para detectar mentirosos e persuadir pessoas, supostamente culpadas, em confessar. Esses procedimentos norte-americanos foram logo adotados, além

dos EUA, por um considerável número de organizações policiais ao redor do mundo. Todavia, trabalhos científicos subsequentes desenvolvidos por psicólogos (GUDJONSSON, 1992; 2003; MEMON; VRIJ; BULL, 2003) que buscaram testar a eficácia do método Inbau para detectar mentiras em entrevistas com suspeitos, mostraram que, dentre outros resultados negativos, esses procedimentos poderiam levar a falsas confissões.

Segundo Griesel e Yuille (2007), o depoimento de um suspeito, ou de uma testemunha, pode ser classificado em três categorias: (1) informações corretas baseadas na memória do indivíduo (podendo conter alguns erros), (2) enganoso / mentiroso (relato de informações inverídicas com a intenção de induzir o entrevistador ao erro), ou (3) uma narrativa equivocada, mas subjetivamente verdadeira (relato baseado em lembranças de informações que não correspondem exatamente com que foi vivenciado, mas que para o entrevistado são lembranças sem intenção de induzir o entrevistador ao erro). Este último tipo é referido na literatura como falsas memórias, que podem ser criadas durante uma entrevista forense ou clínica e que não será contemplado neste capítulo (para uma revisão sobre falsas memórias, ver STEIN, no prelo).

Grande parte das técnicas de detecção de mentira baseia-se no pressuposto que a intenção de simular cria conseqüências emocionais e cognitivas que podem ser detectáveis através do comportamento do indivíduo que está mentindo. A mentira é definida como uma tentativa deliberada de enganar os outros (DEPAULO et al., 2003). Esta definição difere a mentira das falsas memórias (NEUFELD et al., no prelo), tendo em vista os aspectos interpessoais e intencionais implicados no ato de simular⁷ (ZUCKERMAN; DRIVER, 1985).

Nos últimos anos, muitos livros têm sido publicados, na área da Psicologia Forense, com o objetivo de explicar e diagnosticar como as pessoas mentem ou simulam. Alguns desses livros têm o propósito de revelar sinais comportamentais da mentira e

propor técnicas de interrogatório que permitiriam detectar quando o entrevistado está mentindo (BOETIG, 2005; INBAU; REID; BUCKLEY, 1986). Essas publicações, em sua maioria, estão baseadas nas crenças de policiais e outros profissionais, com experiência na investigação de delitos, sobre quais comportamentos seriam indicadores de que a pessoa está mentindo, e não em resultados de pesquisas científicas.

Outro problema que deve ser considerado é que essas publicações, sem sólido embasamento científico, foram adotadas por um número representativo de forças policiais ao redor do mundo. Uma possível explicação para a aceitação dessas publicações é que muitos dos procedimentos ali preconizados assentam-se numa crença, amplamente compartilhada pelos policiais, de que o principal objetivo da entrevista com um suspeito é obter uma confissão. Neste sentido, estudos como o de Stephenson e Moston (1994), apontam que 80% dos policiais acreditam que o principal objetivo em suas entrevistas com suspeitos é obter uma confissão. Além disso, neste estudo, antes do começo das entrevistas com cada suspeito, quando os policiais foram questionados se acreditavam que o suspeito era culpado, a maioria deles (cerca de 70%), disse sim.

Resultados de pesquisas, desenvolvidas por psicólogos no campo da Psicologia Forense nos últimos dez anos, têm mostrado que muito dos sinais comportamentais referidos nessas publicações não estão relacionados à mentira. Isto é, embora em diversos países os profissionais da área (policiais e psicólogos) e leigos partilhem das mesmas crenças sobre esses supostos indicadores de mentira, estas crenças estão, em grande parte, equivocadas (MOSTON; STEPHENSON; WILLIAMSON, 1992; VRIJ, 2008). Ademais, vários dos procedimentos recomendados por essas publicações podem levar a pessoas inocentes confessarem por delitos que não cometeram (GUDJONSSON, 1992; 2003; MEMON; VRIJ; BULL, 2003).

Uma recente revisão de estudos sobre os sinais comportamentais da mentira revelou que as pessoas pensam que os mentirosos evitam estabelecer o contato visual (como olhar fixamente no olho de outra pessoa), movem mais as mãos e os pés, mudam mais a sua posição corporal, gesticulam mais e tocam mais o seu próprio corpo (BULL, 2004). A razão pela qual as pessoas pensam isto, provavelmente, tem a ver com o fato de que tais comportamentos estão associados à ansiedade. Assim, se os mentirosos estão nervosos (ansiosos), então eles devem se comportar desta forma.

Muitas das crenças sobre os sinais de mentir partem da premissa de que, quando as pessoas mentem, elas experimentam emoções e, em função disso, necessitam fazer um grande esforço mental para pensar sobre as mentiras (DEPAULO et al., 2003; GRANHAG; STROMWALL, 2004; VRIJ, 2008). Aliás, várias das técnicas de interrogatório associadas ao uso do polígrafo (equipamento que, através de medidas fisiológicas como alterações na pressão arterial e ritmo respiratório, suor nas mãos, é conhecido popularmente como “detector de mentiras”) estão assentadas nestes mesmos pressupostos, e tem sido amplamente utilizadas em vários países, incluindo o Brasil. Todavia, o problema com estes pressupostos é que as pessoas que dizem a verdade também podem se comportar de forma semelhante. Por exemplo, suspeitos inocentes podem vivenciar emoções, com elevada intensidade, e ter que pensar bastante enquanto estão sendo interrogados pela polícia. Isso tende a ocorrer especialmente quando os entrevistadores são mais incisivos, coercivos ou até mesmo agressivos.

Ao longo das últimas décadas, pesquisas na área de Psicologia têm evidenciado que, quando as pessoas sentem fortes emoções, frequentemente torna-se mais difícil para elas se lembrarem dos eventos. Assim, mesmo experiências recentes podem não estar acessíveis à memória, o que pode levar as pessoas a ficarem ansiosas ao tentar recuperar as informações de sua memória, em especial, em situações como as de um

interrogatório. Dado a falta de respaldo científico para o uso de técnicas baseadas nestes pressupostos, já há vários anos alguns países europeus, incluindo os do Reino Unido, não consideram, por exemplo, o uso do polígrafo adequado para detecção de mentiras, tanto em entrevistas forenses com suspeitos, quanto (a exemplo dos EUA) no processo de seleção de pessoal para empresas (BPS, 2004).

Por outro lado, alguns criminosos podem não se sentirem mobilizados emocionalmente pelos seus crimes, nem durante as entrevistas forenses (as quais eles podem ter experimentado diversas vezes). Além disso, eles podem, em alguns casos, estar preparados para o interrogatório, praticando a sua versão inventada dos fatos, de modo que as lembranças venham à mente com muita facilidade. Deste modo, especialmente criminosos experientes conseguiriam desenvolver certa naturalidade ao simular durante uma entrevista.

Outro ponto diz respeito ao conhecimento do mentiroso. Parece haver um forte consenso entre as pessoas sobre os sinais que elas acreditam indicar uma mentira, então os mentirosos também compartilharão deste conhecimento. Portanto, eles evitarão apresentar estes sinais quando estiverem mentindo. Essa é uma provável explicação do surpreendente, porém consistente, achado de diversas pesquisas de que as pessoas são geralmente ineficazes em detectar mentiras (BULL, 1989).

O que de fato tem sido revelado pelas investigações científicas acerca de como as pessoas se comportam quando estão mentindo? Revisões recentes de dezenas de estudos sobre este tema, realizados em diversos países, concluíram que não há sinais comportamentais confiáveis para detectar a mentira (BULL, 2004). Foram examinados mais de 150 possíveis indicadores de que a pessoa está mentindo. Embora alguns estudos tenham encontrado um sinal que discriminasse, em certo grau, entre dizer a verdade e a mentira, outros estudos não encontraram esses mesmos resultados. Uma limitação que pode ser apontada nesta literatura, é que a maioria dessas pesquisas não envolveu situações reais, ou seja, situações em

que as consequências por serem detectadas suas mentiras fossem mais sérias. Porém, mesmo aqueles estudos que examinaram casos reais, não obtiveram resultados significativos no que concerne a indicadores comportamentais do mentir.

O QUÃO BOM SÃO OS PROFISSIONAIS EM DETECTAR A MENTIRA?

A maior parte das pesquisas realizadas sobre detecção de mentiras envolve estudantes universitários, e não profissionais experientes. Assim, uma questão que pode ser levantada é que, talvez profissionais se saíssem melhor em detectar mentiras do que os estudantes.

Em um importante artigo, Vrij (2004) revisou pesquisas publicadas sobre o desempenho de profissionais (por exemplo, policiais experientes) ao detectar mentiras a partir de sinais comportamentais e verbais. Esta revisão mostrou que o desempenho dos profissionais não diferiu muito daquele dos estudantes. Por exemplo, ao examinar dez estudos com profissionais, Vrij encontrou uma taxa de precisão média na detecção de mentiras de 55%, o que não é significativamente diferente do acaso (igual a 50%), nem do que foi atingido pelos não-profissionais. Em apenas alguns poucos estudos, os profissionais se saíram melhor do que o acaso (64%, no caso dos agentes do serviço secreto norte-americano). Novamente, uma das principais limitações verificadas em quase todos esses estudos envolvendo profissionais é de que os vídeos apresentados para eles não foram de pessoas mentindo em situações reais, mas, geralmente, de universitários mentindo para fins do experimento.

Um das poucas pesquisas sobre detecção de mentiras por policiais com base em casos reais foi possível graças à colaboração entre as Forças Policiais Britânicas e psicólogos

forenses (MANN; VRIJ; BULL, 2004). Neste estudo, as entrevistas com policiais e suspeitos reais foram gravadas em vídeo e, posteriormente, foram observadas e analisadas por uma grande amostra de policiais (não envolvidos nas investigações desses casos). Foi encontrada uma taxa de precisão média entre mentira/verdade de 65%, que é significativamente melhor do que o acaso. Além disso, aqueles policiais mais experientes em entrevistas investigativas tiveram um melhor desempenho.

Curiosamente, aqueles policiais cujas crenças sobre sinais comportamentais de mentira coincidiam com aquele do estereótipo que a pessoa leiga possui (como a crença sobre o mentir e a aversão do olhar) foram os menos eficazes em detectar a simulação. Por outro lado, aqueles profissionais, que foram mais hábeis em discriminar mentira e verdade, mencionaram terem prestado mais atenção ao conteúdo do relato do suspeito (ou seja, quantidade de detalhes, contradições), e menos no seu comportamento não verbal.

Então, porque muitos profissionais experientes, como policiais, estão longe de serem perfeitos na detecção de mentiras? Psicólogos têm sugerido uma série de razões que são baseadas em teoria e pesquisa psicológica. Em primeiro lugar, as dezenas de pesquisas atuais, sobre a forma como as pessoas realmente se comportam quando mentem, têm revelado resultados inconsistentes. Quando se compara as situações em que as pessoas estão mentindo, algumas pessoas apresentam aumento de determinados comportamentos, enquanto que outras pessoas mostram diminuição ou nenhuma mudança nos mesmos comportamentos. Além disso, em algumas situações de simulação, os comportamentos de uma pessoa podem aumentar, mas os comportamentos da mesma pessoa podem diminuir em outras situações em que está mentindo. Portanto, parece não haver um padrão confiável de comportamentos para a detecção da simulação e há vários motivos possíveis para isso.

Uma das razões é que, quando os riscos são mais elevados, como no estudo envolvendo entrevistas reais com policiais e

suspeitos, as emoções que estão em jogo podem ser intensas, podendo influenciar ainda mais no comportamento do entrevistado (MANN; VRIJ; BULL, 2004). Outra explicação para a dificuldade da tarefa de detecção de mentira é a de que muitas pessoas, quando estão mentindo, se esforçam para não revelar aqueles comportamentos que acreditam que os outros buscam para tentar identificar mentirosos. Como resultado disso, pode ocorrer uma diminuição desse tipo de comportamentos, em especial quando houve tempo de preparação e praticar as mentiras. Este é o caso de criminosos experientes, que já passaram por diversas entrevistas com policiais.

Quando foi analisado o comportamento de suspeitos de casos reais e comparado com outras evidências que foram levantadas acerca destes casos, Mann, Vrij e Bull (2002) conseguiram mostrar que a mentira não está associada com as pistas comportamentais que as pessoas normalmente acreditam estar, mas sim com:

- Declínio nos comportamentos de piscar e mover a mão/braço;
- Aumento de pausas no discurso.

Assim sendo, parece que outra razão pela qual os profissionais mostram-se ineficazes em detectar mentiras é que eles tendem a concentrar seus esforços na análise do comportamento da pessoa (especialmente sinais, como esquiva do olhar entre outros, alguns dos quais são, de fato, os comportamentos mais fáceis dos mentirosos conseguirem controlar), em vez de se concentrarem no conteúdo do que é dito por ela, e maneira como o fazem. Tal foco equivocado no comportamento não verbal parece ser improdutivo, já que a literatura científica tem mostrado que é no discurso do suspeito que podem ser encontradas as melhores pistas para se detectar mentiras (VRIJ, 2008; VRIJ et al., 2004). No entanto, se a polícia conduz entrevistas com suspeitos de forma que não incentiva efetivamente os suspeitos a falarem, eles irão produzir poucos

indícios verbais, o que inviabiliza a produção de elementos consistentes no discurso dos suspeitos para a detecção de mentira. Esta é uma das razões pelas quais polícias e entrevistadores despreparados e não devidamente treinados podem cometer erros na detecção de mentiras quando entrevistam suspeitos, podendo levar a falhas na identificação de um culpado.

COMO OS PROFISSIONAIS PODERIAM SE TORNAR MELHORES EM DETECTAR A MENTIRA?

Primeiramente, eles precisam de treinamento adequado sobre como conduzir entrevistas investigativas com a finalidade de obter o máximo de informações (BULL, 1992; BULL; CHERRYMAN, 1996; MEMON; BULL, 1999; MEMON; BULL; SMITH, 1995). Eles precisam ser capacitados em técnicas de entrevista desenvolvidas com base na literatura científica e não em crenças equivocadas de indicadores estereotipados sobre o mentir. Então, os profissionais devem tomar conhecimento de quais indicadores podem servir como melhores pistas para a simulação, reconhecendo de que mesmo esses nem sempre são sinais de simulação. Além disso, os profissionais precisam superar outras falsas crenças, tais como: (1) pessoas honestas ou atraentes mentem menos (MASIP; GARRIDO; HERRERO, 2003); e (2) de que as pessoas que parecem nervosas são mentirosas (quando elas estão, provavelmente, apenas socialmente ansiosas ou são introvertidas).

No treinamento dos entrevistadores é importante ressaltar que se eles se comportarem de maneira acusatória ou agressiva, baseados em suspeitas, isso em si pode resultar no aparecimento de indícios no comportamento do entrevistado, que os profissionais tendem a acreditar serem de mentir. Essa é uma das razões que tende a dificultar o treinamento com profissionais, pois usualmente é muito difícil para as pessoas

ignorarem suas próprias crenças (ainda que falsas) sobre quais sinais indicam mentiras e, por isso, se beneficiam pouco do treinamento (BULL, 1989; BULL, 2004).

Além de buscar utilizar sinais úteis no comportamento e no discurso do suspeito para a detecção de simulação, pesquisas (BULL; MILNE, 2004) também tem mostrado que o profissional precisa evitar revelar logo no início da entrevista as informações de que dispõem sobre o caso e o suspeito. Primeiramente, o entrevistador deve buscar obter o maior número de informações do entrevistado. Assim, o entrevistador terá melhores condições de avaliar, não só se existem possíveis indicadores de mentira no discurso do suspeito, mas também em que momento e quais informações que possui devem ser relevadas no decorrer da entrevista.

DETECTANDO A MENTIRA A PARTIR DO COMPORTAMENTO

Existe uma série de livros publicados (por exemplo, INBAU; REID; BUCKLEY, 1986) que prometem melhorar a capacidade da pessoa em detectar mentiras através de sinais revelados pelo comportamento. No entanto, muitos dos comportamentos que esses livros afirmam serem indicadores de mentiras, como foi visto anteriormente, não são válidos, conforme os resultados de pesquisas científicas qualificadas. Dentre essas pesquisas, cabe destacar a de Kassin e Fong (1999). Eles realizaram um experimento envolvendo o treinamento de um grupo de estudantes em sinais comportamentais que um livro deste tipo, afirmava estar relacionado a mentiras. Os pesquisadores observaram que o grupo que recebeu treinamento se saiu pior do que o grupo que não recebeu qualquer treinamento em uma tarefa subsequente de detecção de mentira.

Bull (1989, 2004) mostrou que, mesmo quando as pessoas são informadas sobre quais indicadores podem realmente ajudar a discriminar o comportamento de mentir e dizer a verdade, os efeitos desse tipo de treinamento têm sido, geralmente,

insatisfatórios (BULL; MILNE, 2004). Porter, Woodworth, e Birt (2000) realizaram um treinamento para agentes de condicional e universitários, que envolveu: dissolução de mitos, ou seja, informações de que crenças comuns sobre sinais de mentira estão geralmente erradas; descrição de sinais que alguns estudos têm encontrado que indicam mentiras em algumas pessoas; comentários sobre quão precisas foram as suas decisões sobre detecção de mentira (*feedback*). De maneira geral, após o treinamento, observou-se uma melhoria no desempenho em detectar mentiras, tanto no grupo de agentes quanto de universitários. Este estudo destacou a importância de receber *feedbacks* sobre a precisão dos julgamentos na tarefa de detectar mentiras, que é algo que os profissionais raramente recebem. Tendo por base o *feedback* que recebiam, os participantes puderam avaliar sistematicamente sua eficácia na detecção de mentira e aprender mais efetivamente com a prática.

O USO DE TÉCNICAS DE ENTREVISTA

Milne e Bull (1999) revisaram os principais estudos publicados sobre o que acontece nas entrevistas policiais com suspeitos no Reino Unido. Até aquele momento, existiam poucos estudos publicados sobre este tópico em outros países, salvo pelo estudo de Leo (1996), nos EUA. Desde 1986, a legislação britânica havia determinado que todas as entrevistas com suspeitos na Inglaterra e País de Gales fossem inteiramente gravadas em áudio ou vídeo, tornando possível que estas entrevistas pudessem ser analisadas. Tal legislação é relativamente rara em vários outros países, incluindo o Brasil.

No fim dos anos 80, pesquisas baseadas em entrevistas gravadas, conduzidas na Inglaterra e País de Gales (MILNE; BULL, 1999), revelaram que estas eram, freqüentemente, de pobre qualidade e mostrando uma clara falta de habilidade dos entrevistadores em conduzir as entrevistas. Ainda que a

legislação desses países recomendasse que qualquer confissão não pudesse ser obtida através de coação, sendo raramente empregadas táticas não éticas, os entrevistadores pareciam não saber o que fazer se os suspeitos não confessassem, especialmente quando eles haviam revelado aos suspeitos todas as evidências policiais contra eles, logo no início das entrevistas. Quando essas evidências eram fortes, muitos suspeitos realmente confessavam, mas quando eram moderadas a fracas, relativamente poucos suspeitos o faziam, e os entrevistadores pareciam então desistir. Os resultados destas pesquisas apontaram que poucos suspeitos mudaram seu testemunho da negação para a confissão no decorrer das entrevistas.

À luz dos achados desses estudos, a Associação dos Chefes de Polícia da Inglaterra e País de Gales e o *Home Office* desenvolveram um novo método para a entrevista de suspeitos e testemunhas, que foi chamado de método *PEACE*, que começou a ser implementado no início dos anos 90 (BALDWIN, 1992). Esta mudança iniciou com o curso de treinamento, de uma semana no método *PEACE*, de todos os policiais responsáveis pelas entrevistas com suspeitos. Cabe ressaltar que grande parte deste treinamento estava assentada em achados de pesquisas da Psicologia nesta área. Os pressupostos básicos dessa nova abordagem *PEACE* para entrevistas investigativas com suspeito são os seguintes:

P = planejamento/preparação (antes da entrevista)

E = engajar suspeito (em conversação)

A = obter um relato livre do suspeito (sem interrupções)

C = fechamento (incluindo o resumo)

E = avaliar a entrevista.

Além de implementar a capacitação dos policiais britânicos no *PEACE*, baseado em evidências das pesquisas psicológicas, a Associação dos Policiais Britânicos decidiu não mais treinar policiais nos sinais comportamentais de mentira. Atualmente, a Polícia Britânica segue enfatizando o treinamento em técnicas de entrevista investigativas, que favoreçam a obtenção do

maior número de informações e detalhes. Todavia, mesmo após a implementação do método *PEACE*, ainda que as entrevistas dos policiais com suspeitos ficaram livres de coerção ou pressão antiética, persistiam muitas dificuldades, mesmo com entrevistadores mais habilidosos, tanto em termos de falta de flexibilidade na condução das entrevistas, como no uso de perguntas fechadas, e emprego inapropriado de pausas e silêncios (BULL; CHERRYMAN, 1996; MEMON; BULL, 1999). Tendo em vista essas dificuldades, o *Home Office* convidou especialistas para identificar eventuais lacunas em termos de habilidades dos policiais em entrevistas com suspeitos (em especial, entrevistas envolvendo casos mais graves e/ ou suspeitos com baixo QI). Na análise dos especialistas, policiais experientes foram consultados sobre quais eram as habilidades mais importantes que um entrevistador deveria possuir para conduzir uma boa entrevista com suspeitos. Com base nas respostas dos policiais, bem como na literatura científica da área, foi elaborado um questionário para aplicação em uma amostra representativa de policiais britânicos. O questionário avaliava o quão necessário era cada habilidade listada e o grau no qual essas competências eram usadas por eles nas entrevistas. As habilidades consideradas mais importantes incluíam a escuta, a preparação antes da entrevista, o questionar adequadamente, o conhecimento do caso, flexibilidade, capacidade de se relacionar com o entrevistado e empatia.

Em um segundo momento, foi analisado um grande número de gravações de entrevistas com suspeitos conduzidas por policiais especializados neste tipo de tarefa. Estas entrevistas foram avaliadas por quatro pesquisadores *experts* nesta área, com base em 28 habilidades específicas identificadas no levantamento obtido no questionário do estudo anterior. Havia onze habilidades que discriminavam entre mais os entrevistadores habilidosos daqueles menos habilidosos, quais sejam: capacidade de comunicação; empatia; flexibilidade; manter entrevistados em tópicos relevantes; responder ao que

o entrevistado pergunta; uso de perguntas abertas; uso apropriado de pausas e silêncio. Contudo, mesmo nas boas entrevistas, algumas habilidades não estavam tão presentes (por exemplo, apropriado uso de pausas e silêncio; flexibilidade; empatia). Por outro lado, mesmo nas más entrevistas, foram observadas algumas habilidades fundamentais, como não revelar todas as informações logo de início na entrevista, bem como não foram observadas interrupções inapropriadas e pressões indevidas.

Recentemente, um grupo de policiais britânicos experientes re-avaliou o treinamento *PEACE* (SOUKARA; BULL; VRIJ, 2002), enfatizando que: a) O planejamento e preparação para a entrevista, assim como as habilidades do entrevistador, são de extrema importância; b) O tipo de crime e características individuais do suspeito deveria influenciar a escolha da abordagem ou táticas usadas; c) As evidências disponíveis deveriam determinar o estilo de entrevista; d) A entrevista deveria buscar os fatos e não meramente uma confissão.

DETECTANDO MENTIRAS A PARTIR DA ANÁLISE DO CONTEÚDO DO RELATO

Na Alemanha, nos anos 50, a Suprema Corte externou sua preocupação relativa ao julgamento de casos de abuso sexual infantil por, muitas vezes, contarem apenas com informações fornecidas exclusivamente por uma ou mais crianças, para condenar alguém por um grave crime como este. Por este motivo, foi solicitado que especialistas designados pela Corte, no sistema de justiça criminal alemão, analisassem os depoimentos testemunhais, indicando se os eventos que as crianças estavam descrevendo haviam realmente acontecido. A partir dessa situação, alguns psicólogos iniciaram um estudo aprofundado sobre o funcionamento da memória, da linguagem e em técnicas de entrevista investigativa, que

resultou na técnica denominada Análise da Validade das Declarações (*Statement Validity Analysis* – SVA) (STELLER; KOEHNKEN, 1989).

O SVA é composto por três componentes: (1) uma entrevista estruturada (como a Entrevista Cognitiva), (2) Análise de Conteúdo Baseada em Critérios (*Criteria Based Content Analysis* CBCA), e (3) o *Checklist* de Validade para analisar o resultado do CBCA. Inicialmente, esse procedimento foi desenvolvido para avaliar declarações de crianças, vítimas de abuso sexual. Com o passar dos anos foi ampliada a utilização do CBCA também para adultos (VRIJ et al., 2001; VRIJ et al., 2006). Esta técnica vem sendo empregada, desde a década de oitenta nos tribunais de países como Alemanha, Suécia e Holanda, como prova psicológica para orientar as decisões judiciais em crimes de diversas naturezas.

Um das premissas que o CBCA propõe é que o conteúdo do relato de uma pessoa está baseado em memórias de experiências reais, que diferem quanto à qualidade e conteúdo dos relatos fabricados. Portanto, a pergunta que o examinador deve responder ao final do procedimento é: “Esta pessoa, dado suas habilidades cognitivas, experiências, e conhecimento, levando em conta as circunstâncias específicas do evento (por exemplo, característica do evento, tempo transcorrido desde o evento até a entrevista), assim como o que ocorreu entre o evento e o relato (como o número e forma das entrevistas), poderia ter produzido este relato, com estas qualidades particulares de conteúdo, sem que a pessoa tenha realmente vivido este evento?” (KOEHNKEN, 2008). A análise do relato da pessoa é, portanto, uma avaliação do desempenho, e não uma interpretação de expressões e comportamentos. Trata-se de um procedimento compreensivo de diagnóstico de caso. O CBCA é composto por dezenove diferentes critérios que são utilizados ao se analisar a fidedignidade do relato do entrevistado, seja testemunha, vítima ou suspeito. Estes critérios dizem respeito a: (1) características gerais do relato, como a quantidade de detalhes; (2) contextos específicos (por exemplo, reprodução de

diálogos, complicações inesperadas durante o incidente); (3) motivações relacionadas ao conteúdo (e.g., a pessoa se corrigindo espontaneamente durante seu relato dos fatos), e (4) detalhes característicos do tipo de situação.

Nos últimos 20 anos, mais de 30 estudos analisaram a eficácia do CBCA (VRIJ; MANN, 2006). Os resultados sugerem que, em geral, essa análise pode discriminar entre verdadeiro e falso em 72% dos casos para relatos de crianças e adultos. Embora esse índice seja elevado, ainda está longe da perfeição. No entanto, os diferentes estudos encontraram diferenças na capacidade dos 19 critérios em discriminar entre verdadeiro e falso. Embora a maioria desses estudos tenha sido conduzida em laboratórios, não em situações reais, os resultados sugerem uma proporção razoável de declarações verdadeiras que diferem das falsas, em termos do seu conteúdo. Isso pode ter uma significativa relevância ao se examinar os depoimentos de mentirosos (os quais não estão atentos para os aspectos analisados pelo CBCA).

Outra abordagem que tem sido empregada na análise do conteúdo do discurso para detecção de mentiras é do Monitoramento da Realidade (MR). O MR fundamenta-se no pressuposto de que os relatos baseados em memórias acerca de eventos vivenciados (fontes externas) podem ser diferenciados daqueles baseados na imaginação, pensamento e raciocínio (fontes internas). Assim, memórias sobre eventos que realmente aconteceram (verdades) são diferentes, em certo grau, de relatos inventados (mentiras). Segundo a abordagem do MR, informações perceptuais também são armazenadas na memória para eventos que foram vividos. Assim, relatos baseados em memórias verdadeiras normalmente contêm informações de natureza contextual (espaço e tempo), sensoriais (forma, cores), e auditiva (fala). Já as mentiras normalmente não apresentam estas informações perceptuais, pois não são fruto de registros de eventos, mas sim de processos de pensamento.

A literatura tem apontado que a precisão média de detecção verdade/mentira, utilizando a abordagem do MR gira em torno de cerca de 70%. Entretanto, os estudos divergem em quais critérios do MR seriam mais úteis (MASIP et al., 2005). Até o presente momento, os estudos publicados acerca do MR para análise de relatos foram em situações artificiais, onde as pessoas mentiram ou contaram a verdade seguindo a instrução do pesquisador. Dessa forma, são necessários estudos complementares, em situações reais, para que achados mais conclusivos sejam produzidos acerca dessa abordagem.

CONCLUSÕES

Desde 1992, cientistas têm aconselhado os entrevistadores a adotar uma abordagem que busque obter tantas informações quanto possível dos entrevistados. Esta diretriz começou com a pioneira publicação do *Memorando de Boas Práticas em Entrevistas Gravadas em Vídeo com Crianças Testemunhas de Processos Criminais*, do governo inglês (INGLATERRA, 1992). Esse material preconiza a realização da entrevista em etapas, de forma similar aos principais passos na abordagem *PEACE*.

É sabido que uma abordagem acusatória na entrevista com suspeitos (com o predomínio de perguntas fechadas) não exige muita demanda cognitiva dos mesmos e, portanto, não resulta em muita informação. Vrij, Mann e Fisher (2006) apontaram que, quando entrevistados por policiais que empregaram uma abordagem de obtenção de mais informações, incentivando o relato livre e perguntas abertas, os suspeitos relataram que sua entrevista havia sido mais demandante em termos cognitivos, do que suspeitos entrevistados pelos mesmos policiais adotando uma abordagem acusatória. Este estudo também revelou que os mentirosos experimentaram uma maior carga cognitiva do que as pessoas que falaram a verdade. As entrevistas com estilo acusatório, que geralmente permitiam ao suspeito falar através de poucas palavras e simples negações,

continham menos indicadores verbais de mentira, se comparadas com as entrevistas que visavam obter maior quantidade de informações (VRIJ; MANN; FISHER, 2006).

Mais recentemente, Vrij e colaboradores (2008) mostraram que suspeitos que recebiam a instrução de fazer seus relatos em ordem inversa no tempo (ou seja, do fim ao início), o que é provavelmente bastante demandante cognitivamente, apresentavam alguns sinais mais detectáveis de mentira. Além do mais, os mentirosos que fizeram seus relatos em ordem inversa foram mais facilmente detectados por policiais do que mentirosos que fizeram seus relatos na ordem usual. Os autores acreditam que a demanda cognitiva pode ter um potencial considerável para aumentar a capacidade para a detecção de mentiras e, portanto, mais estudos que investiguem esse aspecto são necessários para o desenvolvimento de técnicas mais eficazes.

Ao longo desse capítulo buscou-se salientar que todos os procedimentos utilizados para se tentar detectar mentiras possuem algumas limitações, muitas das quais são inerentes à natureza do mentir e, portanto, de difícil superação. Mesmo as melhores técnicas de detecção de mentira disponíveis apresentam índices de erro que estão longe de serem insignificantes. Portanto, fatores como o treinamento e a experiência não são garantias absolutas na detecção de mentirosos. Assim sendo, uma abordagem de entrevista investigativa que enfatize o uso estratégico da informação pode ser muito eficiente para romper *a máscara da mentira*. Neste sentido, já há alguns anos, diversos países (tais como, Nova Zelândia, Noruega e Reino Unido) têm dado ênfase ao treinamento especializado de entrevistadores de suspeitos, onde foram excluídas técnicas de detecção de mentira baseadas em sinais comportamentais (como, por exemplo, esquiva do olhar), já comprovadamente ultrapassadas. Neste treinamento é destacada a importância de que haja um período de planejamento antes da realização da entrevista, onde sejam reunidas todas as informações confiáveis acerca do caso (por

exemplo, provas materiais, relatos de testemunhas, entre outras).

O entrevistador deve buscar motivar o suspeito a fornecer um relato o mais completo possível da sua versão dos fatos, encorajando-o a falar o máximo possível desde o início da entrevista. Somente depois de ter fornecido informações suficientes é que o entrevistador pode desafiar mais efetivamente as inconsistências do relato do suspeito, com base nas informações que coletou antes da entrevista. Esse método parece corroborar não apenas com resultados de pesquisas recentes, mas também com o enfoque psicológico sobre o motivo pelo qual, muitos criminosos, ao final da entrevista, escolhem voluntariamente por confessar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDWIN, J. *Video-taping of police interviews with suspects – An evaluation*. Police Research Series, Paper n. 1. London: Home Office, 1992.

BOETIG, B. Reducing a guilty suspect's resistance to confessing: Applying criminological theory to interrogation theme development. *FBI Law Enforcement Bulletin*, August, p.13-20, 2005.

BRITISH PSYCHOLOGICAL SOCIETY. *A review of the current scientific status and fields of application of polygraphic deception detection*. Leicester: BPS. Disponível em: <http://www.bps.org/publications>, link para "Working Party reports", 2004.

BUCKLEY, J. The Reid Technique of interviewing and interrogation. In: WILLIAMSON, T. (Ed.) *Investigative interviewing: Rights, research and regulation*. Cullompton: Willan, 2006. p. 190-206.

BULL, R. Can training enhance the detection of deception? In: YUILLE, J. (Ed.) *Credibility assessment*. Deventer: Kluwer, 1989.

BULL, R. Obtaining evidence expertly: The reliability of interviews with child witnesses. *Expert Evidence*, n. 1, p. 5-12, 1992.

BULL, R. Training: General principles and problems regarding behavioural cues to deception. In: Granhag, P.A.; Stromwall, L. (Eds.) *Detecting deception in forensic contexts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BULL, R.; BARON, H.; GUDJONSSON, G.; HAMPSON, S.; RIPPON, G.; VRIJ, A. *The scientific basis and effectiveness of polygraphic lie detection*. Leicester: British Psychological Society, 2004.

BULL, R.; CHERRYMAN, J. *Helping to identify skills gaps in specialist investigative interviewing*. London: Home Office Police Department, 1996.

BULL, R.; MILNE, R. Attempts to improve police interviewing of suspects. In: LASSITER, G.D. (Ed.) *Interrogations, confessions and entrapment*. New York: Plenum, 2004.

DEPAULO, B. M.; LINDSAY, J. J.; MALONE, B. E.; MUHLENBRUCK, L.; CHARLTON, K.; COOPER, H. Cues to Deception. *Psychological Bulletin*, v. 129, n. 1, p. 74-118, 2003.

GRANHAG, P. A.; STROMWALL, L. *The detection of deception in forensic contexts*. New York: Cambridge University Press, 2004.

GRIESEL, D.; YUILLE, J. C. Credibility Assessment in Eyewitness Memory. In: TOGLIA, M.P.; READ, J.D.; ROSS, D.F.; LINDSAY, R.C.L. (Eds.) (2006). *Handbook of Eyewitness Psychology : Volume 1. Memory for Events*. Lawrence Erlbaum Associates, 2007.

GUDJONSSON, G. *The psychology of interrogations, confessions and testimony*. Chichester: Wiley, 1992.

GUDJONSSON, G. *The psychology of interrogations and confessions*. Chichester: Wiley, 2003.

INBAU, F.; REID, J.; BUCKLEY, J. *Criminal interrogation and confessions* 3. ed. Baltimore: Williams and Wilkins, 1986.

INGLATERRA. *Memorandum Of Good Practice On Video Recorded Interviews With Child Witnesses For Criminal Proceedings*. Londres: Home Office, 1992.

KASSIN, S.; FONG, C. "I'm innocent!": Effects of training on judgements of truth and deception in the interrogation room. *Law and Human Behavior*, n. 23, p. 499-516, 1999.

KOEHNKEN, G. Curso de extensão em Avaliação da Credibilidade do Testemunho, em Porto Alegre, em outubro de 2008.

LINDSAY, D. S.; READ, J. D. Psychotherapy and memories of childhood sexual abuse: A cognitive perspective. *Applied Cognitive Psychology*, n. 8, p. 281-338, 1994.

LOFTUS, E. F. The reality of repressed memories. *American Psychologist*, n. 48, p. 518-537, 1993.

MANN, S.; VRIJ, A.; BULL, R. An analysis of authentic high-stake liars. *Law and Human Behavior*, n. 26, p. 365-376, 2002.

MANN, S.; VRIJ, A.; BULL, R. Detecting true lies: Police officers' ability to detect suspects' lies. *Journal of Applied Psychology*, n. 89, p. 137-149, 2004.

MASIP, J.; GARRIDO, E.; HERRERO, C. Facial appearance and judgments of credibility: the effects of facial babyishness and age on statement credibility. *Genetic, social, and general psychology monographs*, v. 129, n. 3, p. 2003.

MASIP, J.; SPORER, S. L.; GARRIDO, E.; HERRERO, C. The detection of deception with the reality monitoring approach: a review of the empirical evidence. *Psychology, Crime and Law* v. 11, n. 1, p. 99-122, 2005.

MEMON, A.; BULL, R. *Handbook of the psychology of interviewing*. Chichester: Wiley, 1999.

MEMON, A.; BULL, R.; SMITH, M. Improving the quality of the police interview: Can training in the use of cognitive techniques help? *Policing and Society*, n.5, p.53-68, 1995.

MEMON, A.; VRIJ, A.; BULL, R. *Psychology and law: Truthfulness, accuracy and credibility* (2 ed.). Chichester: Wiley, 2003.

MILNE, R.; BULL, R. *Investigative interviewing: Psychology and practice*. Chichester: Wiley, 1999.

MOSTON, S.; STEPHENSON, G. M.; WILLIAMSON, T. The effects of case characteristics on suspect behaviour during police questioning. *British Journal of Criminology*, n. 32, p. 23-40, 1992.

NEUFELD, C. B., BRUST, P.; STEIN, L. M. Compreendendo o fenômeno das falsas memórias. In: STEIN, L. M. (Org.). *Falsas Memórias: Fundamentos científicos e aplicações clínicas e jurídicas*. Porto Alegre: ArtMed, (no prelo).

PORTER, S.; WOODWORTH, M.; BIRT, A. Truth, lies and videotape: An investigation of the ability of federal parole officers to detect deception. *Law and Human Behavior*, n. 24, p. 643-658, 2000.

SOUKARA, S.; BULL, R.; VRIJ, A. Police detectives' aims regarding their interviews with suspects: Any changes at the turn of the millennium? *International Journal of Police Science and Management*, n. 4, p. 110-114, 2002.

STEIN, L. M. (Org.). *Falsas Memórias: Fundamentos científicos e aplicações clínicas e jurídicas*. Porto Alegre: ArtMed, (no prelo).

STELLER, M.; KOEHNKEN, G. Statement analysis: credibility assessment of children's testimonies in sexual abuse cases. In: RASKIN, D.C. (Ed.), *Psychological methods in criminal investigation and evidence*. New York: Springer, 1989. p. 217-245.

STEPHENSON, G.; MOSTON, S. Police interrogation. *Psychology, Crime, and Law*, n. 1, p. 151-157, 1994.

VRIJ, A. Why professionals fail to catch liars and how they can improve. *Legal and Criminological Psychology*, n.9, p.159-181, 2004.

VRIJ, A. *Detecting lies and deceit: pitfalls and opportunities* (2. ed). Chichester: Wiley, 2008.

VRIJ, A.; AKEHURST, L.; SOUKARA, S.; BULL, R. Detecting deceit via analysis o verbal and nonverbal behaviour in children's and adults. *Human Communication Research*, v. 30, p. 8-41, 2004.

- VRIJ, A.; EDWARD, K.; BULL, R. Stereotypical verbal and nonverbal responses while receiving others. *Personality and Social Psychology Bulletin*, v. 27, p. 899-909, 2001.
- VRIJ, A.; EDWARD, K.; ROBERTS, K.; BULL, R. Detecting deceit via analysis of verbal and nonverbal behaviour. *Journal of Nonverbal Behaviour*, v. 24, p. 239-263, 2000.
- VRIJ, A.; FISHER, R.; MANN, S.; LEAL, S. Detecting deception by manipulating cognitive load. *Trends in Cognitive Sciences*, v.10, p.141-142, 2006.
- VRIJ, A.; MANN, S. Criteria-Based Content Analysis: An empirical test of its underlying processes. *Psychology Crime and Law*, v. 12, n. 4, p. 337-349, 2006.
- VRIJ, A.; MANN S.; FISHER, R. Information-gathering vs. accusatory interview style: Individual differences in respondents' experiences. *Personality and Individual Differences*, v. 41, p. 589-599, 2006.
- VRIJ, A.; MANN, S.; FISHER, R.; LEAL, S.; MILNE, R.; BULL, R. Increasing cognitive load to facilitate lie detection: The benefit of recalling an event in reverse order. *Law and Human Behavior*, v. 32, n. 3, p. 253-265, 2008.
- ZUCKERMAN, M.; DRIVER, R. E. Telling lies: verbal and nonverbal correlates of deception. In: SIEGMAN, A.W.; FELDSTEIN, S. (Eds.), *Multichannel integration of nonverbal behavior*. Hillsdale, N.Y.: L. Erlbaum Associates, 1985. p. 129-147.

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA CRIANÇAS NAS INTERAÇÕES FAMILIARES: PROBLEMATIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Saidy Karolin Maciel

Roberto Moraes Cruz

VIOLÊNCIA E VIOLÊNCIA FAMILIAR

O vocábulo violência é originado da palavra latina *vis*, que significa força, exercer superioridade física sobre alguém, constranger. O conceito de violência é definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como sendo “o uso da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (OMS, 2002, p. 5). Esse conceito expressa diferentes tipos e categorias de violência com base em suas manifestações empíricas: dirigidas da pessoa contra si mesma (auto-inflingida), violência interpessoal e violência coletiva. Na categoria de violência interpessoal se insere a violência que ocorre no âmbito da família, denominada de intrafamiliar.

Por violência intrafamiliar entende-se aquela que ocorre entre os membros da família, nos diferentes subsistemas (conjugal, parental, fraternal), principalmente no ambiente da casa, porém, não exclusivamente nele. As principais formas de manifestação da violência familiar são percebidas por meio de comportamentos agressivos, com ou sem lesão corporal; comportamentos negligentes, principalmente em consequência

da baixa percepção acerca da diferenciação de papéis e funções parentais; comportamentos abusivos, nos quais o uso/abuso de substâncias psicoativas e transtornos psicológicos estão presentes. Com base nessa compreensão é possível afirmar que as crianças, por sua condição de dependência, são as que mais correm riscos, ou seja, as que mais se encontram em situação de vulnerabilidade familiar.

A violência praticada contra os membros da família, em especial às crianças e adolescentes, constitui uma condição reprodutora da violência social, uma cadeia circular de retroalimentações de processos coercitivos e de submissão com efeitos negativos para todos. Filmus (2003) entende que a violência doméstica é um elemento desencadeador do que poderia ser denominado de cadeia de violências ou reprodução de violências. Pais e mães violentos que têm os filhos como suas vítimas que, por sua vez, se tornariam violentos, fazendo outras vítimas. Destaca, ainda, que a faixa etária mais próxima da infância é o alvo preferencial das violências intrafamiliares.

Dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002) mostram que as crianças são, no âmbito da estrutura familiar, os membros que mais sofrem maus-tratos e que, em 80% dos casos, os pais são os agressores, seguidos dos irmãos mais velhos. Esses dados demonstram que a violência é um fenômeno que se aprende nas inter-relações, via-de-regra, sob uma condição hierárquica e disciplinar, e se configura como uma forma de comunicação que determina regras, crenças e contribui para a construção de mitos familiares.

A natureza da violência, de acordo com estudos realizados por Guerra (1998), Rosa (2004), Alberton (2005) e Minayo (2006) pode ser classificada quanto ao seu modo de expressão e modalidades, a saber:

- a) violência física, quando há o uso da força física, intencional, ou de intenção percebida, não acidental, por parte de uma pessoa contra a outra. O dano físico pode ter diferentes

dimensões que vão desde a imposição de uma leve dor, passando por uma tapa, até situações de assassinato;

- b) violência psicológica, quando há agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, rejeitar, humilhar, restringir a liberdade ou isolar uma pessoa de seu convívio social. Fere moralmente, faz com que a auto-estima seja abalada, que priva do afeto, da atenção, dos cuidados, de bem-estar e conforto;
- c) violência sexual, em que o ato ou jogo sexual, as relações hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de dezoito anos, tem por finalidade estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre a sua pessoa ou de outrem;
- d) negligência, configura-se por meio da omissão, ausência, recusa de cuidados necessários a alguém que deveria receber atenção e cuidados e que deveria agir de modo a prevenir riscos e danos à saúde dessas pessoas.

Dentre as modalidades de violência explicitadas é importante salientar que, geralmente, na modalidade de violência física é que são encontradas publicações científicas em maior quantidade, inclusive com referências às repercussões que afetam na saúde das crianças. Essas repercussões implicam em diferentes conseqüências que são norteadas pela gravidade da violência praticada, que podem variar entre os sentimentos de dor, representando um grau menor de severidade, até uma lesão corporal grave, parcialmente incapacitante ou incapacitante que, segundo Cruz e Maciel (2005), é definido como dano. Em contrapartida, raramente são encontradas referências científicas acerca das dimensões da violência psicológica no comprometimento da saúde humana, salvo publicações referentes às doenças incapacitantes e acidentes de trabalho e de trajeto, na qual a violência psicológica geralmente é defensável na caracterização da violência ou assédio moral.

Todas as formas de violência, perpetrada contra alguém, expressam, em algum grau, situações de desconforto, constrangimentos, sofrimento, tensão ou estresse, o que torna a

investigação sobre violência psicológica relevante e necessária. Há que se afirmar, entretanto, que a violência psicológica não está vinculada, necessariamente, à violência física, isto é, vinculada à incidência de dor ou lesão corporal, o que torna particularmente difícil caracterizar traumas psicológicos, pois a violência psicológica não deixa marcas físicas visíveis, sendo difícil, até mesmo para a própria vítima, identificar que está sob essa forma de violência.

Montero (2000) avalia que não existe uma dicotomia entre abuso físico e abuso psicológico e que a violência possui sempre um efeito bidimensional, atuando nocivamente sobre a vítima, tanto no plano físico quanto psicológico. Nesse contexto, em função da elevada prevalência de violência intrafamiliar contra crianças, conhecer a magnitude da violência psicológica perpetrada contra as crianças permite avaliar as condições de saúde e vulnerabilidade familiar em que elas se encontram.

A preocupação com a saúde das crianças que sofrem violência por parte dos seus familiares tem sido pauta de políticas e programas de ação social em praticamente todo o cenário mundial. Os dados acerca da violência contra crianças e adolescentes no mundo e no Brasil, discriminados em termos de magnitude, prevalência, incidência, mortalidade e letalidade, são alarmantes e expressam uma forma de epidemia social (SCHERER; SCHERER, 2000). Medrondo (2003) assevera que a constatação de indicadores de agravo à saúde, os chamados dados epidemiológicos, permitem identificar o foco primário e a cadeia de acontecimentos que originam uma epidemia, identificando ou corrigindo informações contidas na notificação ou subnotificação de casos de violência.

No Brasil, estima-se que 20% das crianças e adolescentes são vítimas de alguma forma de violência. Segundo o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), anualmente 6,5 milhões de crianças sofrem algum tipo de violência intrafamiliar e cerca de 18 mil são espancadas diariamente.

Com base nos dados apresentados, e em função da frequência, prevalência e incidência com que esse fenômeno ocorre, na maioria das vezes no âmbito familiar, justifica-se a necessidade de intensificar estudos de caráter epidemiológico sobre a natureza da violência familiar e, ao mesmo tempo, desenvolver métodos de aferição das condições psicológicas das crianças vítimas de violência, visando contribuir para o aperfeiçoamento da produção do conhecimento e da intervenção profissional neste âmbito.

ASPECTOS HISTÓRICOS NA PROBLEMATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS

As mudanças sociais em relação ao abuso contra crianças surgiram na primeira metade do século XIX, porém numa perspectiva moral, na qual as crianças que apresentavam comportamentos desviantes ou delinquentes deveriam ser encaminhadas para um reformatório, nos quais recebiam orientação religiosa. Não havia uma preocupação real acerca dos problemas de abusos e maus-tratos contra as crianças.

Na França, o primeiro trabalho escrito sobre maus tratos infantis é atribuído a Tardieu, em 1860, pioneiro na utilização do termo “criança espancada”. Neste trabalho são analisadas as mortes de 18 crianças com idade inferior a cinco anos, cujas lesões e morte eram incompatíveis com as explicações fornecidas pelos pais. Na década de 1940-50, nos Estados Unidos, Caffey e Silverman publicaram achados sobre observações de lesões e alterações radiológicas em crianças que não apresentavam relação clínica ou patológica com quadros clínicos semelhantes, concluindo que as lesões eram causadas por traumatismos provocados por outras pessoas (PIRES; MIYAZAKI, 2005).

Nos anos de 1924, em Genebra e de 1952 em Viena, aconteceram duas reuniões internacionais, com o objetivo de

discutir sobre o bem-estar da criança. Em 1959, a Assembléia Geral da ONU aprovou e proclamou a Declaração dos Direitos da Criança. Nesta declaração estão dispostos os dez princípios que regem os principais cuidados para com a criança e garantem a indispensável proteção de que as crianças necessitam para seu desenvolvimento saudável. Em 1962, Kempe e seus colaboradores organizaram um Simpósio sobre o Abuso Infantil e deflagaram uma discussão sobre a situação na qual se encontravam as crianças vítimas de maus-tratos, na sua maioria causados por seus familiares. Os autores apresentaram um trabalho denominado “A síndrome da criança maltratada”, que deu origem a uma campanha em prol das denúncias de casos de abuso infantil. O ano de 1979 foi considerado o Ano Internacional da Criança, em comemoração aos vinte anos da Declaração dos Direitos da Criança. (FERRARI, 2002; AZEVEDO; GUERRA, 1998; KEMPE; KEMPE, 1985).

Em 1989, ano de comemoração dos trinta anos da Declaração dos Direitos da Criança, foi realizada a Convenção sobre os Direitos da Criança, na qual assuntos relativos ao trabalho infantil e exploração sexual ganharam notoriedade e foram considerados como incompatíveis aos direitos humanos. Em 1990, a UNICEF organizou um Encontro Mundial de Cúpula pela Criança e foram estabelecidas metas para o combate à exploração infantil, entre elas: a) redução da taxa de mortalidade infantil para crianças menores de 5 anos e maternas; b) redução da desnutrição entre crianças menores de 5 anos; c) acesso universal à educação fundamental e redução das taxas de analfabetismo adulto; d) acesso universal à água limpa e saneamento básico; e) melhoria na proteção da criança que vive em situações especialmente difíceis.

No Brasil, na década de 70, surgem as primeiras denúncias médicas, realizadas por Hélio de Oliveira Santos, médico de Campinas, que levou ao conhecimento do público, por meio da imprensa, um caso de violência física que deixara uma criança gravemente ferida, internada na UTI, mobilizando estudos, reuniões e ações jurídicas. Mas, somente em 13 de Julho de

1990 foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente, que visa assegurar às crianças e aos adolescentes a garantia da proteção integral e o lugar na sociedade como cidadãos sujeitos de direitos (ALBERTON, 2005).

As violências às quais as crianças foram historicamente submetidas reservaram a elas uma condição de assujeitamento e negação de sua existência social que, ainda hoje, apesar da valorização na criança como pessoa em condições especiais de desenvolvimento, encontra-se, no imaginário coletivo, a representação da criança coisificada, a qual é possível de ser identificada por conta dos índices significativos de práticas violentas perpetradas contra as crianças.

O século XXI, segundo Krinsky e colaboradores (1985), é apontado como “século da criança”. Ela passa a ser valorizada e exaltada na sociedade como ser humano em condições especiais de desenvolvimento. A família passa a ser a principal responsável por tudo de mau que lhe aconteça. São ressaltadas as necessidades dos cuidados maternos e a caracterização da infância como período básico e fundamental da existência do homem. Porém, ainda que o ECA disponha sobre a proteção integral a criança e defina quais as tarefas a serem cumpridas por pais, instituições e profissionais que lidam com crianças, bem como as consequências das ações e omissões contra as crianças, a política efetiva para que o disposto no Estatuto seja cumprido, apresenta reais dificuldades. A instância responsável pela elaboração de políticas sociais em prol da saúde das crianças (Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente) e as instâncias executivas (Conselhos Tutelares da Infância e Juventude) apresentam atribuições e competências diferentes e não estão em condições de garantir a cidadania das crianças. Nesse sentido, a lei de proteção às crianças também está desprotegida e a infância brasileira continua marginalizada, tendo que viver em situação de vulnerabilidade.

Einstein e Souza (1993) assinalam situações de risco que podem prejudicar o processo de crescimento e desenvolvimento das crianças, entre as quais, os distúrbios

alimentares, violência na família, desagregação familiar, síndrome pós-traumática e pós-perda, distúrbios afetivos e de conduta, depressão e ansiedade, distúrbios de personalidade e de pensamento, idéias suicidas e homicidas, distúrbios de aprendizagem, uso de drogas, álcool e outras substâncias tóxicas, prostituição, abuso sexual, doenças sexualmente transmissíveis e Aids, gestação precoce e não protegida, abandono, maus-tratos, trabalho insalubre, exploração, poluição ambiental, traumas, acidentes, violência física, extermínio e morte precoce.

De acordo com Ferreira (2005), em seu artigo intitulado *Acompanhamento de crianças vítimas de violência: desafios para a pediatria*, todas as pesquisas apontam para as grandes proporções com que a violência ocorre na faixa etária pediátrica, sendo praticadas, principalmente, por seus próprios familiares, apesar de subestimada oficialmente em todo o mundo. Ainda, conforme Ferreira (2005), no ano de 2000, considerando apenas os casos notificados às agências de proteção à criança nos EUA e que foram confirmados, 12 de cada 1.000 crianças haviam sido vítimas de maus-tratos. De acordo com as categorias convencionalmente tipificadas sobre formas de violência familiar (física, psicológica, sexual e negligência) a distribuição dos dados, referentes a essa estatística, deu-se da seguinte maneira: negligência – 62,8%, abuso físico – 19,3%, abuso sexual – 10,1% e abuso psicológico – 7,7%, considerando que nem todos os casos são notificados e nem todas as notificações são verificáveis, esses dados representam apenas uma aproximação da realidade, mas, certamente, deflagram a situação de desamparo social no qual as crianças vivem. No Brasil, estima-se que 20% das crianças e adolescentes sejam atualmente, vítimas de alguma forma de violência.

No México, o índice de maus-tratos contra as crianças e os jovens é considerado alto, porém, segundo Suárez (2006) e Menkes (2006), não existe, atualmente, uma entrevista nacional dirigida a estudar a violência exercida de pais para filhos, ainda

que pese uma alta incidência de crianças que são levadas aos centros de saúde por terem sido violentadas no interior das famílias. De acordo com a *Dirección de Asistencia Jurídica* do México (2005), sobre os indicadores selecionados sobre maus-tratos infantis, relatam que é evidente a necessidade, que chamam de primordial, de realizar estudos que contemplem a violência intrafamiliar e os fatores que a determinam.

No cenário nacional, dados da Polícia Civil – Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul - apontam que, no ano de 2002, 1.400 crianças foram vítimas de violência; destas, 872 ou 62% foram vítimas de violência sexual. Em 2003, 1.763 foram vítimas de violência; destas, 1.166 ou 66,14% de violência sexual. De janeiro a julho de 2004, de 525 crianças vítimas de violência, 333 ou 63,43% estavam relacionadas à violência sexual. Dados do programa Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Risco para Violência, da cidade de Curitiba (PR), evidenciam 1.356 notificações de maus-tratos no ano de 2003. Dessas, 17,6 % foram casos de abuso sexual, sendo 75,6% do sexo feminino e 24,4% do sexo masculino.

Esses números refletem a crueldade social do mundo infantil, indicando que a violência sexual é a que tem sido mais denunciada e acompanhada por esses órgãos públicos, não se podendo considerá-los, no entanto, como um índice de prevalência dentro da proporção de todos os tipos de maus-tratos cometidos contra crianças e adolescentes. Os indicadores de ocorrência da violência sexual são mais evidentes, normalmente caracterizados por lesões nas regiões genitais, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez.

O Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (CLAVES, 1994) realizou uma investigação que analisou os registros das ocorrências de violências cometidas contra crianças e adolescentes, nos diferentes âmbitos sociais, na faixa etária de 0 a 19 anos de idade, em todas as Delegacias Policiais do Município do Rio de Janeiro, no ano de 1990. Os dados de morbidade dessa pesquisa

são analisados por Assis e Souza (1995), nessa análise, as autoras apontam para a existência de 8000 registros de eventos violentos cometidos contra a faixa etária de 0 a 19 anos de idade, somente no ano de 1990, no Município do Rio de Janeiro.

O fenômeno da violência doméstica, segundo Deslandes (1994), pode se manifestar pela omissão, supressão e transgressão dos direitos das crianças e dos adolescentes, classificando-a em: física, sexual, psicológica e negligência/abandono. Informações obtidos por este autor em um banco de dados de fichas de ocorrências policiais relativas a atos violentos cometidos contra crianças de 0 a 5 anos de idade, no ano de 1990, no Município do Rio de Janeiro, revelaram que, das 105 ocorrências, 84 eram relacionadas à morbidade (80%), enquanto 21 se referiam à mortalidade (20%). Numa segunda classificação, ao se categorizar cada evento ocorrido, predominaram, os eventos relativos à agressão física, com 30 ocorrências, representando 28,6% do total. É importante ressaltar, que as categorias dos fatos violentos não são excludentes, ou seja, por trás de uma categoria pode estar presente outra. Assim, por exemplo, uma queimadura pode ser uma agressão física também, como um afogamento acidental pode ser produto de um abandono.

A constatação de que a agressão física é o tipo de evento violento mais comum, também foi encontrada nos estudos de Cunha (1994) e Deslandes (1994). A explicação para isso se refere ao fato de que provavelmente esse tipo de maus-tratos está associado “a um modelo cultural arraigado que justifica e reforça a punição corporal como medida educativa” (Deslandes, 1994, p. 183). Os cinco principais tipos de agressores identificados foram: pai (16,2%); vizinho (13,3%); mãe (7,6%); conhecido da criança (6,7%) e padrasto (5,7%). Se forem somados os casos em que um dos pais foi o autor do evento violento, verifica-se que há um predomínio com 23,8% no conjunto das ocorrências, apesar de que, em 40% dos casos, foi difícil constatar a predominância quanto aos agressores, uma vez que em 42 ocorrências não havia esse tipo de informação.

O estudo de Cunha (1994), realizado também na cidade do Rio de Janeiro, identificou, enquanto agressor, a mãe com 50,3%, seguida do pai com 15,3%. Essa predominância também foi encontrada na pesquisa de Deslandes (1994), realizada no Estado de São Paulo, que aponta a mãe na categoria de agressor em 31% a 48%, nos serviços estudados; seguida do pai com percentuais entre 15,7% a 32,0%. O local da ocorrência da violência foi predominantemente o domicílio, correspondendo a 70,5%, dos casos.

Um breve resgate histórico acerca da classificação da violência praticada contra crianças vai demonstrar que houve poucas mudanças nos conceitos e nos elementos que as compõem, variando, de certa forma, apenas no termo utilizado. Os diferentes termos utilizados para caracterizar violência, na literatura atual, também variam, embora sejam utilizados como sinônimos e aparecem nos seguintes conceitos: abuso, maus-tratos e agressões. Essa confusão na denominação dos termos pode ocorrer, justamente em função da construção, ao longo do tempo, da classificação dos tipos de violência.

VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA

A violência doméstica, praticada contra crianças e adolescentes, segundo o Ministério da Saúde (2002), engloba os maus-tratos físicos, abusos sexual e psicológico e negligência/abandono. Scherer & Scherer (2000), informa que no Simpósio da Academia Americana de Pediatria, em 1941 com relação aos tipos de agressões existentes no âmbito social foram caracterizadas quatro categorias de violência: 1) violência física; 2) abandono físico ou moral; 3) exploração sexual e 4) maltrato psicológico. De acordo com Zapata-Villa (1987), os elementos que compõem cada uma das categorias de agressões explicitadas acima, são os seguintes:

- 1) *violência física* – quando a ação é realizada de forma direta (pontapés, bofetadas, beliscões, etc.), ou indireta (com

instrumentos de castigo);

2) *abandono físico ou moral* - não provimento de cuidados básicos como alimentação e higiene (físico) e não provimento de um lar (moral), deixando a criança na rua, exposta a sérios perigos como vícios e más companhias;

3) *exploração sexual* - agressão sexual por um adulto;

4) *maus-tratos psicológico* - agressão verbal, intimidação, insultos, que produzem sérios traumas psicológicos na criança. Em 1990, no Estatuto da Criança e do Adolescente, as formas de violência praticadas contra a infância são caracterizadas por meio das categorias: 1) violência física; 2) violência psicológica; 3) violência sexual e 4) negligência, nas quais também são apresentados os elementos que as definem.

Uma forma de violência física, segundo Fanelli (2006) que acomete crianças no âmbito doméstico é a “Síndrome do Bebê Sacudido” (*Shaken Baby Syndrome*). Esta Síndrome é caracterizada por lesões causadas em função de sacudidas dadas na criança de colo, que deixa seqüelas mais ou menos graves, dependendo da intensidade da ação perpetrada contra a criança. As conseqüências desses atos violentos podem resultar em cegueira ou lesões oftalmológicas, atraso no desenvolvimento, convulsões, lesões da espinha, lesões cerebrais, hemorragias ou até mesmo morte. O espancamento também é citado como uma forma regular de violência contra a criança no âmbito familiar. As conseqüências do espancamento, geralmente, resultam em lesões muito graves na pele no sistema esquelético e no sistema nervoso. Via de regra, os espancamentos são atos violentos que ocorrem repetidas vezes, por diferentes razões, gerando na criança terror e redução da sua margem de manobra para escapar do contexto violento.

A violência psicológica pode ser identificada por meio de atos depreciativos e de humilhação realizados por seus pais ou responsáveis contra as crianças. Os comportamentos e atitudes que evidenciam a violência psicológica envolvem excesso de

punições, agressividade, abandono e o uso da criança para atender às necessidades psíquicas dos adultos como é possível identificar, por exemplo, nos casos de separações conjugais, nas quais a criança é utilizada como meio de controlar o comportamento de um dos cônjuges, bem como se tornar instrumento de graves brigas judiciais para regulamentar guarda e visitas de um dos pais. Há, nos autos dos processos judiciais, fotos de crianças arranhadas, cortadas por estilhaços de vidros da janela do carro, local por onde ela foi violentamente puxada, para não permanecer no mesmo local em que a namorada do pai estava, entre outros exemplos mais ou menos dramáticos. Situações como essas, se caracterizam como violência psicológica (embora o corpo apresente lesões), quando é possível identificar o motivo pelo qual a violência física ocorreu, pois não era para machucar a criança e sim, atingir o pai e a namorada, privando-os da companhia da criança.

A violência psicológica pode ser expressa por meio de palavras, olhares e atos que criam marcas psíquicas, que relacionados às relações de poder e opressão. Milo (2000) afirma que histórias de abuso têm como impacto na vida das pessoas os distúrbios psicológicos e, geralmente, apresentam experiências de pânico crônicas. Marques (in SISTO, 2000, p. 205-223) lista cinco categorias de violência psicológica identificadas empiricamente por Hart e Brassard (1991), transcritas abaixo:

- 1) Tratamento desdenhoso ou com desprezo: tipo de castigo ou correção verbal que é uma combinação de rejeição e degradação hostil, incluindo atos como a imposição de culpa, insultos humilhação pública, de repelir ou recusar a ajuda da criança (esse tipo de tratamento não reconhece o valor nem as necessidades da criança ou do adolescente).
- 2) Tratamento terrorista ou com terrorismo: atos ou ameaças que causem extremo medo ou ansiedade na criança, expondo-a à violência ou ameaças direcionadas a uma

pessoa amada (essa ação faz a criança acreditar que o mundo é hostil, é instaurado um clima de medo).

- 3) Isolamento: separação da criança de colegas, trancando-a sozinha em armários ou quartos, ou impedindo que ela desenvolva vínculos com outras pessoas (o sujeito dessa ação é levado a crer que está sozinho no mundo).
- 4) Exploração e/ou corrupção: atos anti-sociais ou socialização da criança com comportamento desviado dos padrões – o que inclui encorajá-la ao comportamento criminoso, abuso de drogas, participação na produção de pornografia – e tratá-la como empregado ou serviçal.
- 5) Negar reciprocidade emocional: ignorar a tentativa da criança de interagir, permanecendo separado e/ou destacado e sem envolvimento, e respondendo sem demonstrar afeição (nessa ação a criança não encontra estímulo para seu desenvolvimento emocional e intelectual).

A negligência, segundo Azevedo (1998), caracteriza-se pelo abandono da criança por parte do adulto, que deveria cuidar de suas condições de sobrevivência física e emocional. As condutas que caracterizam a negligência são inúmeras, mas são facilmente reconhecidas, porém, dificilmente provadas, pois não deixam marcas visíveis, salvo em situações em que há denúncias e testemunhas. Alguns exemplos de comportamentos negligentes para com as crianças são descritos por Azevedo e Guerra (1998): deixar a criança sozinha em casa; não protegê-la do contato com produtos químicos, medicamento, fogão; não supervisioná-la em ambientes como piscina, rua; não lhe dar o cuidado necessário como trocar fraldas, adequar a temperatura da água nos banhos; não “cuidar efetivamente”, negando-lhe amparo e presença, entre outras ações. Nesse sentido, trata-se do desinteresse dos familiares pela criança, deixando-a ao sabor de sua própria sorte, de seus impulsos.

O grupo de pesquisa e intervenção em negligência, da Universidade do Québec, elaborou um documento no qual apresenta a Teoria Ecossistêmica da negligência contra

crianças. Lacharité e colaboradores (2005) organizou a compreensão sobre a negligência por meio da identificação das condições de risco de acordo com o contexto no qual estão inseridas, das figuras parentais e das próprias crianças e das conseqüências para as crianças que sofrem em função da negligência. As condições de risco identificadas pelo grupo são:

- a) *Quanto ao contexto*: estresse crônico intra e extrafamiliar;
- b) *Em relação às figuras parentais*: fertilidade excessiva (não-planejadas), problemas de saúde mental (toxicômanos, depressão, transtorno de personalidade, habilidades sociais deficitárias (impulsividade, baixa auto-estima, insegurança) e habilidades de resolução de conflitos deficitária;
- c) *Em relação às crianças*: características negativas (irritabilidade, problemas de comportamento).

Os mecanismos da negligência e suas manifestações se dão em função da perturbação do vínculo entre a família e a coletividade, com comportamentos de isolamento das figuras parentais e das crianças, e por meio da perturbação da relação entre pais e filhos, em função da baixa interação pais e filhos e da qualidade negativa das interações. As manifestações da negligência se dão pela carência significativa ou ausência de cuidados responsáveis, tanto de ordem psicológica, quanto educativas, para com as crianças.

As conseqüências da carência ou ausência de cuidados para com as crianças resultam, em mortalidade ou morbidade psíquica, outros tipos de maus-tratos (abuso psicológico, físico ou sexual), restrições das condições normais de desenvolvimento e seqüelas desenvolvimentais. A violência sexual contra crianças no contexto familiar é caracterizada por ser deflagrada por parte de um dos pais, padrastos, madrastas, irmãos, ou seja, membros da família e são identificadas por meio de atitudes como carícias, relações sexuais, incesto, estupro, sodomia, exibicionismo e exploração sexual nos quais as crianças são forçadas ou induzidas a praticar tal ato.

De acordo com Fanelli (2006), cumpre ressaltar que o abuso sexual, assim como todas as formas de violência, se baseiam

numa relação de poder, na qual o adulto se utiliza da criança para obter satisfação sexual. A autora atenta para o fato de que se deva observar que nessa relação de poder, a criança muito nova ainda não está preparada psicologicamente para o estímulo sexual, e mesmo que não possa saber da conotação ética e moral da atividade sexual, quase invariavelmente acaba desenvolvendo problemas emocionais depois de sofrer a violência, exatamente por não ter habilidade diante desse tipo de estimulação.

A violência familiar cometida contra crianças provoca significativas alterações psicológicas com repercussões na sua vida social. Segundo Faleiros (1997), as crianças que sofreram algum tipo de violência familiar apresentam uma desestruturação da imagem simbólica de proteção do adulto cuidador, desestruturação dos referenciais culturais da família como formadora da identidade, da socialização e mesmo da ideologia da convivência familiar e que comprometem, indubitavelmente a saúde das crianças.

As interações familiares são caracterizadas pelas relações estabelecidas entre os membros de uma mesma família que compreende desde a família nuclear até a família ampliada (gerações anteriores). Uma das variáveis que contribuem para a violência nas interações familiares é a assimetria nas relações. Essa variável pressupõe que um dos membros da relação exerce mais poder sobre o outro, mantendo-o em condições de ameaça e, possivelmente, em relações baseadas em duplo-vínculo. Geralmente, a qualidade dos vínculos familiares também se configura como variável significativa para a ocorrência da violência.

Com base na assimetria relacional, é evidente que as crianças se tornam vítimas em potencial da violência familiar. Seguramente, que sistemas familiares nos quais há ocorrência de violência são caracterizados como sistemas familiares disfuncionais. Nesse sentido, é possível afirmar que existem fatores de risco na família que contribuem para o fenômeno da violência. Quando as fronteiras familiares não são estabelecidas

de forma nítida ocorrem distorções nos papéis e funções familiares que são indicadores seguros de disfunção familiar, ou seja, o fracasso em organizar a família de acordo com a hierarquia estrutural, característica do sistema familiar, é um dos fatores de risco para a violência.

A comunicação também tem função importante no processo de saúde familiar. Satir (1980) afirma que quando a comunicação deixa de ocorrer de forma clara, direta, passa a se configurar de forma disfuncional e adquire um caráter diferente da sua finalidade, que é de possibilitar à família, que seus membros entendam seus papéis e funções e que, a partir dessas aprendizagens, se desenvolvam tanto nos ciclos de vida individual quanto familiar. Se por um lado a comunicação funcional é um dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento saudável da família, por outro lado a comunicação disfuncional se caracteriza como um dos fatores importantes que contribuem para a doença emocional no sistema familiar.

DIAGNÓSTICO DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NO CONTEXTO FAMILIAR

O processo de diagnóstico constitui tarefa importante na caracterização de fenômenos humanos que não são claramente identificáveis, principalmente fenômenos de natureza complexa como a violência psicológica no âmbito intrafamiliar. Esse processo deve demonstrar o tipo de evento e os indicadores da ocorrência do fenômeno a ser estudado, as variáveis que o constituem, bem como a frequência e a intensidade com que ocorrem, assim como as conseqüências que trazem para a saúde das pessoas. A organização do processo de diagnóstico requer que seja realizada uma compreensão teórica acerca do fenômeno a ser investigado: conceituar o fenômeno, definir o contexto no qual ele ocorre, conhecer os atributos do fenômeno e relacioná-los entre si.

Essas etapas são importantes para se estabelecer o processo de diagnóstico.

De acordo com Alchieri e Cruz (2003, p.11), “a avaliação psicológica é fruto das tentativas de respostas e de ampliação do conhecimento sobre o desempenho das funções psicológicas e suas repercussões sobre o estado do organismo e sobre o perfil das condutas humanas”. Ainda segundo os autores, as dimensões de análise do processo de avaliação psicológica, necessariamente, incluem: 1) a dimensão observacional, na qual, o foco de atenção é na ação e o conteúdo investigado é o comportamento; 2) a dimensão representativa, na qual o foco é no comportamento e o conteúdo investigado é a ação representada e 3) a dimensão inquiridora, operada por meio de entrevistas e questionários ou inventários, nas quais o conteúdo a ser investigado resulta da relação entre avaliador e avaliando, numa expressão dialógica.

Isso significa dizer que o processo de diagnóstico, meio de realização de uma avaliação psicológica, está respaldado no foco da análise no comportamento, pois somente é possível diagnosticar sobre fenômenos que possam ser definidos e representados objetivamente. Essa representação é evidenciada por meio da manifestação, direta ou indireta dos processos psicológicos, das reações identificadas em termos de comportamento, no qual deverá ser possível identificar a constância e o padrão de ação e reação das pessoas frente às exigências do meio. O propósito final do processo diagnóstico é criar condições para se realizar encaminhamentos profissionais adequados à necessidade apresentada e elaborar uma idéia de trabalho, métodos de intervenções profissionais condizente com a demanda solicitada.

A violência, segundo Koller (1999) e Loll (1993), é caracterizada como sendo o conjunto de ações e/ou omissões que podem cessar, impedir, deter ou retardar o desenvolvimento pleno dos seres humanos. Afirmam os autores que aqueles que violentam os outros tomam decisões sobre a vida deles, e não avaliam as necessidades básicas e os

desejos que possam ter, levando em conta, unicamente, as suas próprias necessidades e seus próprios desejos. Na prática do ato violento, pelo menos três papéis são desenvolvidos efetivamente e estão caracterizados como vítimas, perpetradores e testemunhas.

O diagnóstico de violência psicológica contra crianças no âmbito intrafamiliar é fruto de uma apreciação da dinâmica familiar, na explicitação do exercício funcional dos papéis dos membros familiares. No papel de vítima, as crianças, no papel de perpetradores da violência, os familiares que se relacionam diretamente com as crianças, e no papel de testemunhas, todos aqueles que se relacionam com as crianças e familiares, ou seja, toda a rede relacional da qual as crianças fazem parte. Na análise das decorrências psicológicas na saúde das crianças que sofrem violência familiar, numa perspectiva ecológica, é importante contemplar os diferentes níveis sistêmicos nos quais essas crianças vivem, entre eles, o macrosistema, o exosistema e o microsistema (figura 2).

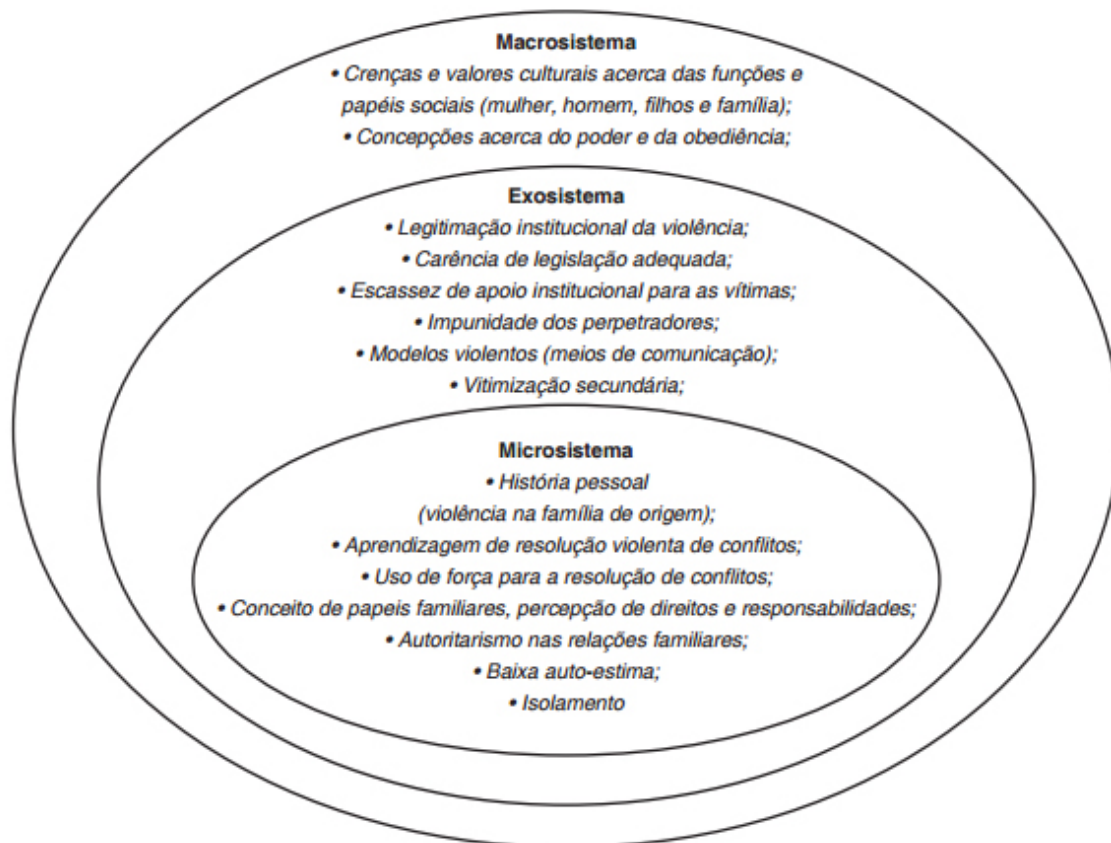


Figura 2 - Modelo ecológico aplicado à violência familiar.

No *macrosistema* estão contempladas as relações mais distantes da criança, porém que causam influência na sua vida. Nesse âmbito, segundo Corsi (2004), estão as relações desenvolvidas com a cultura, baseadas nas crenças culturais associadas ao problema da violência familiar e do modo como são compreendidas e repassadas essas crenças ao longo das gerações familiares. Um exemplo elucidativo da importância da crença cultural é o modelo de sociedade patriarcal, que atribui uma compreensão vertical nas relações familiares, nas quais as regras relacionais são impostas de cima para baixo, rigidamente, do homem para a mulher e dos pais para os filhos, com base numa prática disciplinar de abuso de poder e autoritarismo. Esse sistema de regras familiares irá formar os conceitos nos quais se desenvolvem os modos de agir de cada membro familiar, bem como o desempenho dos papéis

familiares, os direitos e responsabilidades de cada membro da família. Como consequência dessa estruturação familiar, calcada no modelo vertical de poder é que as noções de cidadania irão se compor e obviamente, se pode estabelecer uma relação direta, no plano macrosistêmico de análise, com o problema da violência social.

No *nível exosistêmico* estão as relações de âmbito social, tais como, as instituições educativas, recreativas, de trabalho, judiciais, religiosas, entre outras. Dizem respeito às relações que as pessoas estabelecem, mas que não estão intimamente ligadas a ela. A influência do nível exosistêmico na produção da violência familiar se dá pela reprodução do funcionamento do modelo verticalizado de poder e autoritarismo, que acabam utilizando métodos violentos para resolver seus conflitos, a exemplo das crenças culturais arraigadas. Dessa forma, Corsi (2004) enfatiza que o modo de resolução de conflitos por meio da violência, nas instituições sociais, se transforma num espaço simbólico legítimo para a aprendizagem das condutas violentas num nível individual. É evidente, pois se a cultura ensina que se aprende de cima para baixo e que se deve seguir os modelos conforme são ensinados, a lógica implícita é a de que a cultura, como entidade maior ensina a sociedade, representada pelas instituições sociais, que ensina os indivíduos, organizados em instituições menores como a família, a reproduzir as mesmas estratégias de enfrentamento para os possíveis conflitos e crises nas relações interpessoais.

Os meios de comunicação de massa são considerados por Corsi (2004), como componentes especialmente poderosos de modelos violentos que fazem parte do exossistema, pois atingem um grande número de pessoas ao mesmo tempo e dado seu caráter potencialmente multiplicador os modelos violentos que retratam são decisivos na geração de atitudes e na legitimação dessas condutas. Nesse sentido, são considerados como fator de risco que contribuem para a violência: a violência familiar contra crianças, o contexto econômico e de trabalho, uso/abuso de substâncias psicoativas,

entre outros fatores, que geram estresses e aumentam as possibilidades de ocorrência da violência.

A inoperância das instituições sociais, a carência de mecanismos eficazes que caracterizem a violência na família como condutas socialmente puníveis aliadas ao fracasso no combate às formas violentas de resolução de problemas sociais também são importantes fatores de riscos que devem ser considerados como pertencentes ao nível exossistêmico, mas que têm forte influência no nível microsistêmico.

O *microssistema*, com base no modelo ecológico, é composto pela família, os elementos estruturais e os padrões de interação estabelecidos entre os membros familiares, bem como as histórias individuais de cada um deles. Essas relações são consideradas como sendo de caráter íntimo. As famílias que apresentam padrões de interações violentos, geralmente, apresentam em sua estrutura os mesmos modelos ditados pela cultura na qual estão inseridos, nesse exemplo, os modelos de relações autoritárias, verticalizadas. Num âmbito privado, são modelos que repetem históricos de violência na família de origem, contra si mesmos ou que tenham sido testemunhas de atos violentos. Numa relação de aprendizagem familiar, não conseguem distinguir o ato violento do ato disciplinador e os usa para os mesmos fins, ocasionando um elo recursivo de relações. As famílias com histórico de violência, principalmente na infância, segundo Corsi (2004) apresentam um fator em comum: a baixa auto-estima em todos os membros da família.

Com base na articulação realizada entre os três níveis sistêmicos - macro, exo e microsistêmico - e entre os indicadores de avaliação de violência intrafamiliar, oferecidos pela *National Center on Child Abuse and Neglect* (1997), foram construídas a tabela 2 e tabela 3. Na tabela 2 está a descrição dos tipos de violência praticada contra as crianças no âmbito familiar, sua forma de manifestações, bem como as conseqüências para a sua saúde.

Tabela 2 - Tipos de violências, formas de manifestação,

consequências psicológicas na criança

Tipos de violência	Formas	Consequências psicológicas
Física	Ativa	Comportamento agressivo/bullying, depressão, ansiedade.
Sexual	Ativa	Depressão, ansiedade, comportamento sexualizado incompatível para a idade, alterações cognitivas.
Psicológico	Passiva	Depressão, medo, desajuste social, fobias.
Negligência	Passiva	Timidez, baixa auto-estima.

Os fatores de risco⁸ são considerados os indicadores⁹ mais importantes na caracterização da violência familiar e os maus-tratos e abusos contra as crianças são caracterizados como fatores de risco potencialmente traumáticos e que produzem consequências deletérias ao desenvolvimento das crianças, como o desenvolvimento de diversos transtornos psicológicos. A frequência e intensidade em que os maus-tratos acontecem na vida das crianças são indicadores seguros para avaliar o grau de saúde ou doença, na qual as crianças se encontram (tabela 3).

Tabela 3. Tipos de violências, fatores de risco e proteção presentes na família

Tipos de violência	Fatores de risco	Fatores de proteção
Física	<ul style="list-style-type: none"> - Transmissão geracional de práticas disciplinares severas; - Pais com histórico de violência em sua família de origem; - Estresse decorrente das dificuldades financeiras; - Idade precoce e inexperiência materna; - Conflitos conjugais; - Psicopatologia parental; - Violência na comunidade; 	<ul style="list-style-type: none"> - Práticas disciplinares nas quais há predominância de autoridade e não de autoritarismo; - Atividades realizadas em conjunto com os membros da família; - Presença de redes de apoio; - Comunicação funcional; - Ausência ou baixo uso de drogas.

	<ul style="list-style-type: none"> - Descontrole emocional; - Falta de responsabilidade; - Comunicação disfuncional; - Uso de álcool e outras drogas; - Ausência dos pais ou de um deles; - Ausência de redes de apoio. 	
Sexual	<ul style="list-style-type: none"> - Pais com histórico de violência sexual em sua família de origem; - Conflitos conjugais; - Psicopatologia parental; - Descontrole emocional; - Falta de responsabilidade; - Comunicação disfuncional; - Uso de álcool e outras drogas; - Ausência dos pais ou de um deles; - Ausência de redes de apoio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades realizadas em conjunto com os membros da família; - Presença de redes de apoio; - Comunicação funcional; - Ausência ou baixo uso de drogas.
Psicológico	<ul style="list-style-type: none"> - Transmissão geracional de práticas disciplinares severas; - Pais com histórico de violência em sua família de origem; - Estresse decorrente das dificuldades financeiras; - Idade precoce e inexperiência materna; - Conflitos conjugais; - Psicopatologia parental; - Descontrole emocional; - Falta de responsabilidade; - Comunicação disfuncional; - Uso de álcool e outras drogas; - Ausência dos pais ou de um deles; - Ausência de redes de apoio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio emocional.
Negligência	<ul style="list-style-type: none"> - Transmissão geracional de falta de cuidados parentais; - Pais com histórico de violência em sua família de origem. 	<ul style="list-style-type: none"> - Presença de redes de apoio; - Comunicação funcional.

<ul style="list-style-type: none"> - Idade precoce e inexperiência materna; - Conflitos conjugais; - Psicopatologia parental; - Descontrole emocional; - Falta de responsabilidade; - Comunicação disfuncional; - Uso de álcool e outras drogas; - Ausência dos pais ou de um deles; - Ausência de redes de apoio. 	
---	--

O grau de saúde psicológica em crianças vítimas de violência familiar pode ser identificado pelo fator resiliência, que é caracterizado como um processo dinâmico que envolve a capacidade do indivíduo ou grupo familiar para enfrentar os estresses oriundos da violência e as adversidades encontradas perante tal contexto (LUTHAR; CICCHETTI; BECKER, 2000). A compreensão dos processos de resiliência ou vulnerabilidade deve ser contextualizada na interação entre fatores de risco e proteção, pois os efeitos dos maus-tratos ao desenvolvimento das crianças são mediados por diferentes elementos constituintes, tanto dos fatores de risco individuais, quanto dos fatores de proteção do microsistema, exosistema e macrosistema (MARGOLIN, 2005).

O diagnóstico da violência psicológica é necessário para apontar o estado de saúde em que as crianças vítimas de violência familiar se encontram, porém, na perspectiva da complexidade, o diagnóstico deve ultrapassar a categorização de seqüelas e danos psicológicos resultantes da exposição ao risco, oferecendo entendimento sobre os modos pelos quais as crianças superam as adversidades por meio dos processos de resiliência. Nesse sentido, o diagnóstico de violência psicológica deve resultar em propostas de intervenções profissionais, voltadas para uma compreensão integral do desenvolvimento humano.

CONCLUSÃO

As discussões sobre as conseqüências da violência física contra crianças no contexto familiar são conhecidas e consideradas como um fator de risco para a saúde dessas crianças, bem como para a saúde da sociedade em geral, porém o conhecimento científico acerca das conseqüências da violência psicológica em crianças vítimas de violência familiar é pouco explorado, resultando em baixa produção do conhecimento sobre os indicadores de comprometimentos psicológicos para as crianças decorrentes de um contexto familiar violento.

Há, derivada dessa articulação entre violência familiar e conseqüências psicológicas, uma premissa de que se a violência cometida contra crianças ocorre por parte dos seus próprios cuidadores, essa relação repercute de forma negativa e compromete em algum grau, a saúde dessas crianças. Nesse sentido, oferecer uma compreensão integrada da criança, nas suas dimensões biológica, social e psicológica contribui para o entendimento daquilo que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na sua doutrina da Proteção Integral à Criança. A necessidade da criação de um dispositivo legal que regulamentasse a conduta entre adultos e crianças, nos diferentes âmbitos sociais, entre eles na família, se deu, justamente, pelo reconhecimento da condição dos abusos cometidos contra a população infanto-juvenil.

Diante desses aspectos sociais e jurídicos, compreender a natureza da violência psicológica, suas formas de expressão e níveis de comprometimento à saúde das crianças vítimas de violência familiar é um desafio não somente teórico, mas principalmente metodológico e instrumental. Construir processos de diagnóstico, no sentido de auxiliar na tomada de decisões sobre as condições psicológicas de crianças vítimas de violência, baseados em conhecimento técnico-científicos,

possibilita ampliar o grau de interferência dos psicólogos que atuam no campo jurídico em prol da saúde das crianças.

A investigação e diagnóstico das diferentes formas de violências às quais as crianças são submetidas, principalmente no seio familiar, requerem do profissional psicólogo conhecimentos acerca de métodos eficazes para descrevê-las, compreendê-las e posicioná-las tecnicamente, por meio da organização de informações relevantes e necessárias a cada caso, com cuidado e zelo devidos. A atitude ética por parte dos psicólogos que trabalham neste campo pressupõe exercitar constantemente o respeito às crianças, que não lhe foi oferecido por parte dos seus familiares, conferindo-lhes o caráter afetivo, emocional e legitimando seu existir social.

Por fim, uma intervenção profissional positiva, do ponto de vista ético, consiste em construir um espaço relacional afetivo, consistente, calcado na preocupação que as ações profissionais dos psicólogos exercerão na vida do outro, com vistas a potencializá-los na sua autonomia e valor humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTON, M. S. *Violação da infância. Crimes abomináveis humilham, machucam, torturam e matam!* Porto Alegre: AGE, 2005.

ALCHIERI, J. C.; CRUZ, R. M. *Avaliação psicológica: conceitos, métodos e instrumentos*. Casa do Psicólogo: São Paulo, 2003.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família* (L'Enfant et la Vie familiale sous l'Ancien Régime). 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. Morbidade por violência em crianças e adolescentes do Município do Rio de Janeiro. *Jornal de Pediatria*, 1995, v. 6, p. 303-312,

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. *Infância e violência fatal em família*. São Paulo: Iglu, 1998.

BARROS, N. V. *Violência intrafamiliar contra criança e adolescente. Trajetória histórica, políticas sociais, práticas e proteção social*. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Psicologia, 2005.

BELLAMY, C. *Situação Mundial da Infância - 2000*. Editora UNICEF; versão em Português sob responsabilidade do Escritório do Representante do UNICEF no Brasil, Brasília, DF, 2000.

Boletim Brasileiro de Tecnologias de Saúde. *Glossário*. Junho/2006, ano I, n. 1.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1999.

CICCHETTI, D.; TOTH, S. L. Child maltreatment. *Annual Review of Clinical Psychology*, v. 1, p. 409-438, 2005.

CLAVES. Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde “Jorge Carelli”. *Estudo sócioepidemiológico da morbi-mortalidade de crianças e adolescentes vítimas de violência, no município do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense* (projeto de pesquisa). Rio de Janeiro: CLAVES/ENSP/FIOCRUZ, 1994.

COOPER, H. M. The problem formulation stage. In: COOPER H.M. (Ed.). *Integrating research: a guide for literature reviews*. Newbury Park: Sage Publications, 1994.

CORSI, J. *Violência familiar: uma mirada interdisciplinar sobre um grave problema social*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

CUNHA, J. M. *Atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: impasses e desafios*. Rio de Janeiro. 127p. Dissertação (Mestrado), Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, 1994.

DESLANDES, S. F. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 10, p. 177-187, 1994.

DESLANDES, S.F. *Prevenir a violência: um desafio para profissionais de saúde*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/CLAVES, 1994.

ECHEBURÚA, H.; CORRAL, P. AMOR, P.J. Mujeres maltratadas en convivencia prolongada con el agresor: variables relevantes. *Acción psicológica*, v. 2, p. 135-150, 2002.

EINSTEIN, E. ; SOUZA, R. P. *Situações de risco à saúde de crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

FALEIROS, V. de P. *A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário*. Trabalho apresentado na Oficina de Indicadores da Violência Intra-familiar e da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Ministério da Justiça, Brasília, 1997.

FERRARI, C. A.; VECINA, T. C. *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Agora, 2002.

FERREIRA, A. L. Acompanhamento de crianças vítimas de violência: desafios para o pediatra. *Jornal de Pediatria* (Rio Janeiro), v. 81(5Supl), p. 173-180, 2005.

FILMUS, D. *Violência na escola: América Latina e Caribe*. Brasília: UNESCO, 2003.

GUERRA, V. N. A. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

IBGE. *Indicadores sociais – crianças e adolescentes*. v. 5. Rio de Janeiro, 1991.

KEMPE, R.S.; KEMPE, C.H. *Niños maltratados*. Madri: Ediciones Morata, 1985.

KOLLER, S. H. Violência doméstica: uma visão ecológica. In : AMENCAR (Org.). *Violência doméstica*. Brasília: UNICEF, 1999. p. 32-42.

LACHARITE, C. et al. *Programme d'aide personnelle, familiale et communautaire: Nouvelle generation*. Trois-Rivières (Quebec): GRIN/UQTR, 2005.

LOLL, S. *Violência contra la mujer*. Trabalho apresentado nas jornadas Mujer y prostitución em nuestro médio e Prostitución: Microcosmos de la situación de la mujer. Lima, Peru, 1993.

LUTHAR, S. S.; CICCETTI, D.; BECKER, B. The construct of resilience: A critical evaluation and guidelines for future work. *Child Development*, v. 71, p. 543-562, 2000.

MACIEL, S. K.; CRUZ, R. M. Dano psicológico e diagnóstico. In: CRUZ, R. M.; MACIEL, S. K.; RAMIREZ, D. C. *O trabalho do psicólogo no campo jurídico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, p. 55-70.

MARGOLIN, G. Children's exposure to violence: exploring developmental pathways to diverse outcomes. *Journal of Interpersonal Violence*, v.20, p.72-81, 2005.

MARQUES, M. A. B. Abuso Psicológico de Crianças e Adolescentes. In: SISTO, F. (Org.). *Leituras de Psicologia para Formação de Professores*. Petropolis: Vozes, v. 1, 2000, p. 205-223.

MEDRONDO, R. A. *Epidemiologia*. São Paulo: Atheneu, 2003.

MERCHAN-HAMANN, E.; TAUIL, P. L.; COSTA, M. P. Terminologia das medidas e indicadores em epidemiologia: Subsídios para uma possível padronização da nomenclatura. *Inf. Epidemiol. Sus*, v. 9, n.4, p. 276-284, dez., 2000,

MÉXICO. *Desarrollo Integral de la Familia. Indicadores seleccionados sobre maltrato infantil*, 1995 a 2004. México, Dirección de Asistencia Jurídica, 2005. Acessada em 05/08/2006, disponível em <http://www.inegi.gob.mx/est/default.aspx?c=2381>

MILO, L. A. The impact of abuse history functional outcomes in individuals with chronic pain. *UMI Pro Quest Digital Dissertations – 24 page preview*, 2000. The University of Akron. Acessado em 09/01/01, http://www.hb.umi.com/dissertations/previw_page/99634/8/4-24

MINAYO, M. C. de S.; ASSIS, S. G. de; SOUZA, E. R. de; NJAINE, K.; DESLANDES, S. F.; SILVA, C. M. F. P. da; FRAGA, P. C. P.; GOMES, R.; ABRAMOVAY, M.; WAISELFISZ, J. J.; MONTEIRO, M. da C. N. *Fala Galera: Juventude, Violência e Cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 1990.

MINAYO, M. C. de S. *Violência e Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1992.

MINUCHIN, S. *Família, funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

THE NATIONAL CENTER ON CHILD ABUSE AND NEGLECT. National child abuse and neglect data system. EUA, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Violência - um problema mundial de saúde pública. In: Organização Mundial de Saúde. *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra: OMS, 2002, p. 1-22.

PIRES, A. L..D.; MIYAZAKI, M.C.O.S. Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. *Arq Ciênc Saúde*, v. 12, n. 1, jan-mar/2005, p. 42-9.

ROSA, E. M. *Radiografia de um processo social*: um estudo sobre o discurso jurídico a respeito da violência contra crianças. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SATIR, V. *Terapia do grupo familiar*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980.

SCHERER, E. A.; SCHERER, Z. A. P. A criança maltratada: uma revisão da literatura. *Revista latino-americana de enfermagem*, v. 4, p. 22-29, 2000.

SOUZA, E. R.; ASSIS, S. G. Mortalidade por violência em crianças e adolescentes no Município do Rio de Janeiro. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 45, n. 2, p. 85-94, 1995.

SUÁREZ, L.; MENKES, C. Violência familiar ejecida em contra de los adolescentes mexicanos. *Revista Saúde Pública*, v. 40, n. 4, p. 611-9, 2006.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E A LEI MARIA DA PENHA

Blanca Susana Guevara Werlang

Samantha Dubugras Sá

Vivian Roxo Borges

Não há país ou comunidade a salvo da violência e, embora esta sempre tenha feito parte da história, na atualidade, seu crescimento desenfreado coloca-a como uma das principais causas de óbito em todo o mundo. Este fenômeno faz parte das relações humanas e sociais, em que estão em jogo dominações e interesses alcançados por meio do uso da força, da ameaça e/ou de agressões, sejam elas simbólicas ou de confrontação física (SOUZA et al., 2001, 2002). A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que há uma relação clara entre a intenção do indivíduo que apresenta ou se envolve num comportamento violento e o ato ou a ação praticada. Neste sentido, Dahlberg e Krug (2003) e Krug e colaboradores (2003), lembram que a OMS define a violência como o uso intencional de força ou de poder físico, de fato ou como ameaça, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que cause ou tenha muita probabilidade de causar lesões, morte, danos psicológicos, transtornos de desenvolvimento ou privações.

Vale lembrar que uma das razões pela qual se tem considerado a violência como uma questão de saúde pública é a falta de uma definição clara do problema, pois a violência é um fenômeno difuso e complexo. A noção do que são comportamentos aceitáveis e inaceitáveis, ou de que constituem um dano, está influenciada pela cultura e encontra-se submetida a uma contínua revisão na medida em que os valores e as normas sociais se modificam (OMS, 2002).

Entendida dessa forma pode-se dizer que, sem dúvida, a violência é um fenômeno pluricausal, ou seja, a sua ocorrência e as suas origens não podem ser explicadas ou compreendidas através de um só fator. Para que se possa conhecê-la e entendê-la é necessário abordar aspectos individuais, psicológicos, biológicos bem como componentes familiares, além de fatores culturais, sociais e econômicos. Hermann (2000) afirma que alguns aspectos podem ser designados como facilitadores do comportamento violento, podendo, dentre eles, ser citados o alcoolismo, a pobreza, o desemprego e, ainda, o fácil acesso a armas de fogo e a facilidade em obter-se autorização para usá-las (porte).

Todavia, a inclusão da palavra “poder”, e a idéia de “uso intencional de força física”, proposto na definição da OMS amplia a natureza do ato de violência, incorporando nele todas as ações de desleixo ou os atos por omissão, maus tratos físicos, sexuais e psíquicos, além dos atos de violência por ações auto e heteroagressivas mais evidentes. Isto revela o reconhecimento cada vez mais efetivo por parte de investigadores e profissionais, da necessidade de incluir os atos de violência que não causam lesões ou morte, mas que apesar de tudo, impõem uma carga substancial aos indivíduos, às famílias, às comunidades e aos sistemas de assistência sanitária no mundo. Numerosas formas de violência contra mulheres, crianças e idosos, podem provocar problemas físicos, psíquicos e sociais que não necessariamente terminam em lesão, invalidez ou morte. Essas conseqüências podem ser imediatas ou se estender por muitos anos após os maus tratos iniciais. Um ponto fundamental que deve ser mencionado a respeito da intencionalidade nas ações ou atos violentos é a distinção entre a intenção de machucar, ferir e a intenção de fazer uso da violência (DAHLBERG; KRUG, 2003).

Especialistas lembram que a violência está determinada, entre muitos aspectos, pela cultura. Neste sentido, constata-se que muitas pessoas têm a intenção de ferir ou machucar a outros com base em seus antecedentes culturais e em suas crenças

mas, assim procedendo, não consideram estar praticando violência. Um exemplo bastante elucidativo é o que se verifica com indivíduos que, pelo seu modo preconceituoso de vida e educação, não conseguem livrar-se de resquícios machistas e com inspiração nestes, agem de forma truculenta sem se considerarem violentos. Entretanto, para compreender a violência deve-se ter em conta a sua relação com a saúde e o bem-estar das pessoas, pois certos comportamentos tais como agredir física ou psicologicamente o cônjuge, ainda que possam ser considerados por algumas pessoas como práticas culturais admissíveis, devem ser classificados como atos de violência reprováveis, com efeitos significativos na saúde dos indivíduos (DAHLBERG; KRUG, 2003; HEISE; GARCIA-MORENO, 2003).

No Brasil, a violência é apontada, desde a década de 1970, como uma das principais causas de morbi-mortalidade, despertando, no setor da saúde, uma grande preocupação com essa temática que, progressivamente, deixa de ser considerada como um problema exclusivo da área social e jurídica para ser também incluída no universo da saúde pública. É certo que no universo da violência há inúmeras formas de delitos a considerar, até mesmo algumas ações humanas delituosas que, a primeira vista, possam ser consideradas como destituídas de violência, e que ainda assim, contém traços agressivos. À parte tais delitos e considerando tão só a violência nos conflitos domésticos, há um sem número de ações em que essa violência aparece com maior ou menor intensidade. Dentre todos os tipos de violência contra a mulher, aquela praticada no ambiente familiar é uma das mais cruéis e perversas. O lar, ambiente que deveria ser acolhedor, passa a ser nestes casos, um ambiente de perigo contínuo que resulta num estado de medo e ansiedade permanentes. Envoltos no emaranhado de emoções e relações afetivas, a violência doméstica contra a mulher se mantém, até hoje, como uma sombra na sociedade.

A violência contra a mulher é um problema social e de saúde pública, que consiste num fenômeno mundial que não respeita fronteiras de classe social, raça/etnia, religião, idade e grau de

escolaridade. O *locus* da violência continua sendo, como expressam Amaral e colaboradores (2001) originado no âmbito familiar, sendo que a chance de a mulher ser agredida pelo pai de seus filhos, ex-marido, ou atual companheiro, é muitas vezes maior do que o de sofrer alguma violência por estranhos. Neste sentido, os ditados populares como “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” ou ainda “ele pode não saber por que bate, mas ela sabe por que apanha” retratam, em princípio de brincadeira, a convivência da sociedade para com a violência dentro do lar.

Nos últimos trinta anos, a violência contra a mulher tem despertado o interesse da sociedade que, a partir da pressão dos movimentos sociais feministas, tem buscado formas para o enfrentamento do problema, a exemplo da criação das delegacias de defesa da mulher e das casas-abrigo. A trajetória do movimento feminista e de mulheres no Brasil em relação à publicidade e ao combate à violência contra as mulheres iniciou-se praticamente em fins de 1970, como resposta ao regime de torturas instaurado com a ditadura militar. As campanhas e as denúncias públicas foram intensas, culminando com a gênese de algumas políticas públicas direcionadas ao combate à violência de gênero. A mais consolidada foi a Delegacia de Defesa da Mulher – DDM, criada no país em 1985. Contudo, existe apenas cerca de 340 delegacias em todo o território nacional, isso significa menos de 10% dos municípios brasileiros. Muitos estados, principalmente nas regiões norte e nordeste, contam com uma única delegacia (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2006).

Como questão de saúde, a violência contra a mulher somente passa a ter alguma importância no Brasil na década de 80, com a implantação do Programa de Assistência Integrada à Saúde da Mulher (PAISM), que incorporou a violência doméstica e sexual como parte das necessidades a serem supridas. Todavia, esta iniciativa não significou, na época, mudanças expressivas na atenção à mulher em situação de violência, pois somente na

década de 90 foram tomadas medidas mais efetivas com a criação de serviços de atenção à violência sexual para a prevenção e profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis, de gravidez indesejada e para a realização de aborto legal quando necessário (SCHRAIBER; D´OLIVEIRA, 2000).

Há apenas pouco mais de uma década, foi que, na Organização das Nações Unidas, em reunião verificada em Copenhagen, no ano de 1993, um movimento de mulheres reivindicou uma modificação na “Declaração Universal dos Direitos do Homem” para que passasse a se denominar “Declaração Universal dos Direitos Humanos” (ONU, 2004). Neste documento, a ONU reconheceu a violência contra a mulher como um obstáculo ao desenvolvimento, à paz e aos ideais de igualdade entre os seres humanos. Também, considerou que a violência contra a mulher é uma violação aos direitos humanos e que esta violência se baseia, principalmente, no fato da pessoa agredida pertencer ao sexo feminino (CEPIA/CEDIM, 2000). Em decorrência disso foi que se incluiu nessa Declaração um capítulo relativo à condenação de qualquer tipo de agressão contra as mulheres, exercida por seus cônjuges, pais ou outros membros da família ou da sociedade.

Em 2004, ano da mulher no Brasil, foi realizada a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, coordenada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), contou com a participação de cerca de 120 mil mulheres de diversos segmentos, tais como Organizações Não Governamentais, Universidades públicas e particulares. Nesta I Conferência, cujo tema foi *“Políticas para as Mulheres – Um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero”*, foram traçadas as diretrizes da política nacional para as mulheres na perspectiva da igualdade de gênero, considerando a diversidade de raça e etnia, o que culminou com a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). As ações previstas no PNPM envolvem quatro eixos de atuação, quais sejam: 1) Autonomia,

Igualdade no Mundo do Trabalho e Cidadania; 2) Educação inclusiva e não sexista; 3) Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; e, 4) Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES, 2006).

Ainda assim, de um modo geral, o sistema social atual parece não levar em consideração a alta potencialidade lesiva do conflito doméstico, que ocorre em um âmbito privado e tende a aumentar gradativamente (HERMANN, 2000). Um Relatório de Pesquisa do Senado Federal de 2005, intitulado “Violência Doméstica Contra a Mulher”, apresentou os resultados de uma pesquisa realizada com 815 mulheres a partir dos 16 anos, residentes nas 27 capitais brasileiras. Das entrevistadas, 17% declararam já ter sofrido algum tipo de violência doméstica e desse total, mais da metade (55%) afirmaram ter sofrido violência física seguida de violência psicológica (24%, violência moral (14%) e, violência sexual (7%). Os resultados lamentavelmente mostram que o principal agressor das mulheres no ambiente doméstico é o marido ou o companheiro (65%). Em seguida, o namorado (9%) e o pai (6%). No Rio Grande do Sul o sistema da Polícia Civil, no Estado, registrou entre setembro de 2006 e fevereiro de 2007, 9 mil 653 ocorrências de crimes contra a mulher. Desses registros, 434 são estupros, 26.236 casos de lesões corporais e 72 homicídios.

A violência conjugal, por ocorrer em âmbito familiar, tende a ser silenciada por suas vítimas e velada aos olhos da sociedade, circunstâncias que tendem a ocultar a magnitude do problema, facilitando desta forma, distorções sobre a verdadeira realidade do conflito e as estatísticas sobre o mesmo. A ideologia de que a mulher é propriedade do homem, serve para negar-lhe a oportunidade de perceber sua própria vitimização sexual. Frequentemente, os casais que se envolvem em violência doméstica formam vínculos patológicos que se retro-alimentam em uma progressiva onda de violência em que coexistem o ódio e o rancor. A dinâmica agressor/vítima cumpre um importante papel nestes casos. Porém, a patologia

de um dos cônjuges pode ser amplamente predominante, e o sentimento de uma catástrofe interna, que pode ser vivenciada frente à possível perda do objeto “amado”, pode levar o indivíduo a utilizar como defesa atos intimidatórios, agressões verbais e físicas evoluindo, muitas vezes, até o homicídio. Alguns dos principais motivos relacionados à violência doméstica e ao homicídio praticado contra as companheiras podem ser considerados a tentativa ou rompimento do relacionamento conjugal por parte delas. O ciúme e o temor de perder a esposa transformam-se constantemente na causa do crime passional. A violência doméstica é a causa de 50% dos homicídios perpetrados contra mulheres (CARMO et al., 2001), que representam o último degrau da violência conjugal, que muitas vezes tem seu início com o abuso psicológico (BRAGA, 2008).

Mesmo com compreensões sociais e psicológicas, é preciso dizer que não é fácil entender como um indivíduo, seja por dificuldades pessoais e familiares ou por desconfiar de sua companheira, é capaz de xingar, beliscar, empurrar, espancar, queimar e até levar à morte a pessoa que diz amar e, mormente, chegar ao extremo de matar a própria prole, deixando um legado de horror e indignação no meio que o cerca e, nas mais das vezes, acreditando estar agindo de forma a “defender” ou “lavar” a própria honra. Assim, a violência doméstica é, sem dúvida, um problema importante de saúde pública.

A violência doméstica é definida como qualquer tipo de abuso físico, sexual ou emocional perpetrado por um parceiro contra o outro, em um relacionamento íntimo passado ou atual. A violência contra a mulher pode ser conceituada como qualquer ato que resulta ou possa vir a resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade em público ou na vida privada, assim como castigos, maus tratos, pornografia, agressão sexual e incesto (ZILBERMAN; BLUME, 2005; KRONBAUER; MENEGHEL, 2005). Já as Nações Unidas definem

violência contra a mulher como: “qualquer ato de violência baseado na diferença de gênero, que resulte em sofrimentos e danos físicos, sexuais e psicológicos da mulher; inclusive ameaças de tais atos, coerção e privação da liberdade seja na vida pública ou privada” (ONU, 1992).

Assim sendo, apesar de se saber que ao lado das pulsões amorosas, sempre estão as agressivas, acredita-se que a família deva ser um ambiente acolhedor e de conforto, em que haja tolerância, apego, empatia e compreensão, mas parece que os sentimentos que predominam nos lares onde ocorrem violências passionais são a desconfiança, a hostilidade e a agressividade, que acabam por contribuir para a ruptura e a destruição da estrutura familiar. Esse “lar” se torna o palco de um regime de terror, violência e de perigo contínuos, que resultam num estado de medo, provocados por alguém em quem essa família deveria poder confiar.

Estudos relatam elevadas taxas com respeito à violência doméstica contra a mulher nas diferentes sociedades. O problema é subnotificado, mas sabe-se que a violência perpetrada pelo parceiro íntimo, oscila entre 4 e 23% até valores em torno de 33 a 39% quando considerada a violência no período total de vida dessas mulheres (KRUG et al., 2003). De acordo com Adeodato e colaboradores (2005), ao se referirem a dados mundiais, asseveram que um em cada cinco dias de absenteísmo ao trabalho feminino decorre da violência doméstica. Afirmam também que, nos Estados Unidos, um terço das internações de mulheres em unidades de emergência é consequência de agressões sofridas em casa e, na América Latina, a violência doméstica incide sobre 25% a 50% das mulheres. Sobre a realidade brasileira, os mesmos autores asseveram que 23% das mulheres estão sujeitas à violência doméstica; a cada quatro minutos, uma mulher é agredida, sendo que em 85,5% dos casos de violência física contra mulheres, os agressores são seus parceiros.

Sabe-se que a vivência de violência doméstica causa inúmeras consequências físicas e psicológicas em suas vítimas, calcula-se

que 60% das mulheres maltratadas têm problemas psicológicos moderados ou graves, sendo os sintomas mais frequentes: depressão, ansiedade, tristeza, perda de auto-estima, labilidade emocional, fadiga permanente até transtorno de estresse pós-traumático (AMOR, 2000). Como lesões físicas permanentes estão àquelas relacionadas a problemas crônicos, tais como cefaléia, dor abdominal, infecções vaginais e até doenças cardíacas (GIFFIN, 1994). O sofrimento das mulheres vítimas de violência doméstica se traduz em graves conseqüências à saúde física e mental, podendo ser responsável pelo desenvolvimento de depressão e baixa auto-estima. Assim, mulheres que vivem com parceiros violentos têm maiores dificuldades para cuidar de si próprias, procurar emprego, estudar e desenvolver formas de viver com conforto e autonomia, contribuindo ainda mais para sua baixa auto-estima, sofrimento psíquico e social. As mulheres vítimas da violência doméstica que desenvolvem depressão podem ter sentimentos inapropriados de desesperança desprezando-se como pessoa e até mesmo se culpando pela doença ou pelo problema dos outros, sentindo-se um peso morto na família, já que se encontram adoecidas pela violência vivenciada (ECHEBURÚA; CORRAL, 2006).

Todos esses efeitos colaboram para a “Síndrome da Mulher Maltratada”, preconizada por Walker (1989), ao tentar explicar por que algumas mulheres em situação de violência doméstica, não percebem a existência de alternativas que lhes permitiriam protegerem-se de tais maus-tratos. Dessa forma, o que parece, é que as mulheres maltratadas se adaptam à situação, incrementando suas habilidades para conviver com tal adversidade. Corroborando com tal afirmação, o mesmo Walker (1989), acrescenta que essas mulheres apresentam distorções cognitivas como a minimização, a negação ou a dissociação, que lhes permitem conseguir suportar os incidentes de maus-tratos agudos. A situação da mulher maltratada acaba por deteriorar de forma significativa a sua auto-estima, pois tem um pobre conceito acerca de si mesma (PÉREZ SEDEÑO, 1999).

Interessante lembrar que foi em 1940 que o Código Penal brasileiro veio a caracterizar a agressão física do marido contra a mulher como delito passível de punição, embora com penas um tanto quanto brandas. Contudo, somente no dia 7 de agosto de 2006, é que foi sancionada a Lei N.º 11.340, batizada Lei Maria da Penha, criando mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal de 1988, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher.

A partir desta Lei, todo caso de violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher é crime e deve passar por um inquérito policial que será remetido ao Ministério Público. Os crimes deverão ser julgados nos Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, instrumentos criados a partir dessa legislação, ou, enquanto estes não existirem, nas Varas Criminais. Dentre outras conquistas, a lei no seu art. 7º tipifica os casos de violência doméstica conceituando a violência física como toda e qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal; a violência psicológica como qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da auto-estima, que prejudique ou possa perturbar o pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir, ou qualquer outro meio que cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; a violência sexual como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao casamento, à gravidez, ao

aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; a violência patrimonial como qualquer conduta ilegítima que configure perda, retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; a violência moral como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

A lei Maria da Penha proíbe, ainda, a aplicação de penas pecuniárias aos agressores, prevê a prisão em flagrante de agressores, amplia a pena a eles imputada de até 1 ano para até 3 anos, afastamento do homem do ambiente familiar (medida protetiva) e a possibilidade de sua prisão preventiva ser decretada; e determina o encaminhamento das mulheres em situação de violência, assim como de seus dependentes, a programas e serviços de proteção e de assistência social. A mulher poderá, também, ficar até seis meses afastada do trabalho sem perder o emprego se for constatada a necessidade de manutenção da sua integridade física ou psicológica.

O processo judicial também sofre modificações com a Lei Maria da Penha, pois possibilita ao juiz conceder, no prazo de 48 horas, medidas protetivas de urgência a serem aplicadas de acordo com a situação apresentada tais como a suspensão do porte de armas do agressor, o afastamento do agressor do lar e o distanciamento da vítima. O juiz do juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher passa a ter competência para apreciar o crime e os casos que envolverem questões de família tais como pensão, separação e a guarda de filhos. Ainda, o Ministério Público apresentará denúncia ao juiz e poderá propor penas de 3 meses a 3 anos de detenção, cabendo ao juiz a decisão e a sentença final. Esta lei entrou em vigor em 22 de setembro do mesmo ano em que foi sancionada e recebeu o nome de lei “Maria da Penha” em homenagem a Sra. Maria da Penha Maia Fernandes, símbolo da luta contra a violência familiar e doméstica que, em 29 de maio de 1983, após muitos

anos de suplício e tortura na vida conjugal, ficou paraplégica após duas tentativas de homicídio perpetradas por seu marido, Marco Antônio Heredia Viveiros. O agressor era um professor universitário, evidenciando que o problema da violência doméstica ultrapassa as fronteiras das classes sociais, estando presente em todas. Maria da Penha recorreu à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão integrante da OEA (Organização dos Estados Americanos), que terminou por condenar o Estado Brasileiro pela delonga injustificável no processo penal de responsabilização do agressor que só veio 19 anos e 6 meses depois. Também, diante da denúncia, a Comissão da OEA publicou o Relatório nº 54/2001, que, dentre outras constatações, recomendou a continuidade e o aprofundamento do processo reformatório do sistema legislativo nacional, visando mitigar a tolerância estatal à violência doméstica contra a mulher no Brasil (PORTO, 2007).

A lei Maria da Penha foi recebida com desdém e desconfiança, alvo de ácidas críticas e rotulada de indevida, de inconveniente. Mas todos esses ataques revelam a injustificável resistência a uma nova postura no enfrentamento da violência que tem origem em uma relação de afeto. Finalmente, uma proposta de mudança cultural e jurídica com o objetivo de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, seja na relação marital ou de afetividade ou por qualquer pessoa com quem conviva no âmbito doméstico ou, ainda, com quem mantenha ou tenha mantido relação íntima. Este estatuto não tem somente caráter repressivo, mas, sobretudo, preventivo e assistencial, criando mecanismos aptos a coibir essa modalidade de agressão. No entanto, as pessoas que não tenham vínculo doméstico, familiar ou de afetividade, não são alcançadas pela lei, exceto se agirem em concurso com aqueles que têm vínculo. A Lei 11.340/2006 trata da violência doméstica em suas mais variadas formas, não somente a física, mas a violência moral, na qual se incluem a psicológica e a patrimonial, buscando não só a aplicação de sanção penal eficaz contra o agressor, mas também a aplicação dos princípios da

responsabilidade civil nas relações de família. Pode-se dizer que é o primeiro diploma legal a reconhecer expressamente que a prática de ato ilícito sujeita o ofensor à condenação por perdas e danos.

Assim, considera-se que a Lei Maria da Penha vem para desagregar a estrutura patriarcal sedimentada ao longo dos tempos, colocando a questão feminina como um tema a ser repensado, pois desafia e propõe uma nova concepção cujo objetivo é a relação dos seres entre si e com a sociedade e a cultura em que vivem. Entretanto, a Lei 11.340/06, para funcionar e produzir os efeitos desejados exige do aparelho estatal, especialmente do Poder Judiciário, um esforço concentrado, a partir da implantação imediata dos Juizados de Violência Doméstica os quais deverão ter funcionamento diferenciado. A previsão de uma equipe multidisciplinar de atendimento pouco servirá se aos processos judiciais não se der um tratamento diferenciado no sentido de dinamizar, descomplicar e, sobretudo, entender-se o drama familiar que se esconde atrás de cada um dos processos. O desafio maior, portanto, é o treinamento adequado da equipe que virá atender a essas mulheres. É fundamental aí, o papel do Psicólogo não só no atendimento das mulheres vítimas, mas também, no suporte à equipe como um todo.

Conclui-se ressaltando que a Lei Maria da Penha está intimamente ligada à necessidade de concretização do princípio da igualdade, uma vez que procura diminuir a desigualdade da pessoa humana, diante das agressões sofridas pelas mulheres na intimidade doméstica. A lei adota medidas mais do que necessárias e adequadas na busca pela igualdade material entre homens e mulheres no âmbito das relações domésticas e/ou familiares, conferindo, dessa forma, força normativa e não apenas força semântica à nossa Constituição Federal. Mas é importante e necessário ressaltar que esta nova realidade social, igualitária e progressista, está distante de milhões de mulheres. Sabe-se que compromissos assumidos para combater a desigualdade existem em abundância, bem como

leis de qualidade, entretanto a maioria da população feminina as desconhece. Para que existam a igualdade e a dignidade plenas, é preciso que os compromissos contraídos sejam praticados e as leis rigorosamente cumpridas.

É fundamental, também, que a mulher vítima da violência doméstica se proponha a tomar uma atitude, em que se reconheça como tal, se sinta realmente agredida e disposta a buscar os meios para acabar com a violência. Certamente ainda irá levar algum tempo para que isso se efetive, porque também a mulher vem se colocando em uma posição de inferioridade durante séculos. As mulheres, em sua maioria, desconhecem os seus direitos civis, vivendo ainda sob o temor que a ultrapassada legislação ajudou a disseminar. Assim, convivem por muito tempo em relações marcadas pela dominação masculina, à sombra de valores como a importância do matrimônio como garantia de status.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEODATO, V. G. et al. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. *Saúde Pública*, v. 39, n. 1, p. 108-113, 2005.

AMARAL, C. et al. *Dores Visíveis: violência em delegacias da mulher no Nordeste*. Fortaleza: Edições EDOR/NEGIF/UFC, 2001.

AMOR, P. Perfil psicopatológico de las mujeres maltratadas. *Comunicaciones del Seminario de la Universidad Internacional Menéndez y Pelayo*. Valencia, 5-9 de junio de 2000.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. *Código Civil Brasileiro*. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha.

BRAGA, M. H. P. *O silêncio é cúmplice da violência: violência doméstica e saúde pública*. Disponível em: http://www.geocities.yahoo.com.br/uma_menina_qualquer/domestica.htm. Acesso em 30 nov. 2008.

CARMO, C; MEDEIROS, M.A; MENDES, S.A. *A violência “invisível” contra a mulher*. Pesquisa FAPESP, n. 68 Suppl, p. 6-7, 2001.

CEPIA/CEDIM. *Violência contra a mulher: Um guia de defesa, orientação e apoio*. 2000. Disponível: <http://74.125.47.132/search?q=cache:mVkECBccpwUJ:www.cepia.org.br/doc/cartilha2000.pdf+CEPIA+CEDIM+2000&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=2&gl=br>. Acesso em: 25 dez. 2008.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. La violencia, un problema mundial de salud pública. In: KRUG, E.G. et al. *Informe Mundial sobre la violencia y la salud*. Washington: Organización Panamericana de la Salud, 2003. p. 2-23

ECHEBURÚA, E.; CORRAL, P. *Manual de Violencia Familiar*. Madrid: Siglo XXI, 2006.

GIFFIN, K. Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, n.10, p. 146-155, 1994.

HEISE, L.; GARCIA-MORENO, C. La violencia en la pareja. In: KRUG, E.G. et al. *Informe Mundial sobre la violencia y la salud*. Washington: Organización Panamericana de la Salud, 2003. p. 97-124

HERMANN, L. *Violência Doméstica: A dor que a lei esqueceu. Comentários à Lei nº9099/95*. Campinas: CEL-LEX, 2000.

KRONBAUER, J. F. D.; MENEGHEL, S. N. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. *Revista Saúde Pública*. v. 39, n. 5, p.695-701, 2005.

KRUG, E. G. et al. Cómo proceder: recomendaciones. In: KRUG, E.G. et al. *Informe Mundial sobre la violencia y la salud*. Washington: Organización Panamericana de la Salud, 2003. p. 264-277

KRUG, E. G. et al. La Violencia, Un Problema Mundial de Salud Pública. *Informe Mundial Sobre la Violencia y la Salud*. Washington: EUA, 2003.

OMS (Organização Mundial da Saúde). *Oficina Regional para las Américas. Informe mundial sobre la violencia y la salud*. Washington: OMS, 2002.

ONU (Organização das Nações Unidas). Conselho Social e Econômico. *Relatório do Trabalho de Grupo na Violência contra a Mulher*. Viena: Nações Unidas, 1992.

ONU (Organização das Nações Unidas). *Declaração dos Direitos Humanos*, 2004. Disponível em: www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php. Acesso em: 23 dez. 2008.

PÉREZ SEDEÑO, E. ¿El poder de una ilusión? *Ciencia, Género y Feminismo. Feminismo: del pasado al presente*, Universidad de Salamanca: VVAA, 1999.

PORTO, P. R. F. *Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – Lei 11.340/06 – Análise Crítica e Sistêmica*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SCHARAIBER, L. B.; D´OLIVEIRA, A. N. P. L. *Estudo Multi-Países Sobre Saúde da Mulher e Violência Doméstica* (WHO – VAW Multycountry Study). São Paulo: FMUSP/Medicina Preventiva, 2000.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES (SPM). *Retrospectiva*. Brasília: Presidência da República: SPM, 2006.

SOUZA, E. R. et al. Morbi-mortalidade por causas violentas no Brasil, 1999. *Cadernos de Saúde Pública*, 2001. Disponível em: www.claves.fiocruz.br/boletim%203>. Acesso em: 30 nov. 2008.

SOUZA, E. R. et al. Padrão de Mortalidade por Homicídios no Brasil, 1980 a 2000. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 7, n. 2, 2002. Disponível em: <www.claves.fiocruz.br/cenepi.htm>. Acesso em: 30 nov. 2008.

WALKER, L. Psychology and violence against women. *American Psychologist*, v. 44, n. 4, p. 695-702, 1989.

ZILBERMAN, M. L. E BLUME, S. B. Violência doméstica, abuso de álcool e substâncias psicoativas. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 27, n. 2, p. 51-55, 2005.

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA IDOSOS

Schirley dos Santos Garcia

Roberto Moraes Cruz

VIOLÊNCIA CONTRA IDOSOS E O PAPEL DOS PSICÓLOGOS JURÍDICOS

A população idosa vem crescendo a cada ano que passa e, conforme dados do IBGE, até 2050 o país atingirá o número de 259,8 milhões de brasileiros com uma expectativa de vida de 81,3 anos, demonstrando um envelhecimento acentuado da população. No ano 2000, a população idosa era de apenas 5% em relação à população jovem e até 2050 esses dois grupos serão igualados em 18% da população brasileira (IBGE, 2007).

O envelhecimento, juntamente com a violência, vem crescendo e, conforme dados da *National Center on Elder Abuse* (Centro Nacional de Abuso em Idosos dos EUA, 2008), a violência contra idosos passa a ser considerado um problema mundial, que atinge todas as populações, independentes dos fatores sociais, econômicos e culturais, conforme também apontam Gibbs e Mosqueda (2007), Nelson e colaboradores (2004) e Levine (2003).

Para Lachs e Pillemer (2004) a violência ou abuso podem ser definidos como uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de causar lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. A violência nas relações de grupo, classe ou gênero se estabelecem nas mais diferentes formas, meio e métodos de aniquilamento do outro

ou de sua coação direta ou indireta, trazendo como conseqüências, danos físicos, mentais e morais.

A existência de atos violentos de negligência e maus tratos contra o idoso é um fenômeno que somente nas duas décadas começou a despertar o interesse da comunidade (CALDAS, 2003) e o estudo de sua prevalência aponta o ambiente familiar do idoso como o principal lócus da violência, vivenciado, muitas vezes, pela vítima como um segredo familiar (MELO et al., 2006). A violência contra idosos é considerada, mundialmente, como violação de direitos, uma questão não somente social, mas de saúde pública embora com expressões variadas em diferentes contextos (SCHRAIBER; D' OLIVEIRA; COUTO, 2006).

De fato, a violência é um fenômeno social que sempre existiu nos grupos humanos e, somente recentemente, a partir da década de 1960, é que pode evidenciar o surgimento de políticas públicas para lidar com os diferentes aspectos da violência (MINAYO, 2003). Nos anos de 1993 e 1994, a Organização Mundial da Saúde (OMS), incorporou a violência como um dos cinco problemas principais das políticas públicas específicas da América Latina até o século XXI. Mas, foi somente com a criação do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003), através da Constituição Federal e da Política Nacional do Idoso, que os idosos brasileiros passaram a receber proteção jurídica plena.

O trabalho desenvolvido por psicólogos no campo jurídico no Estado de Santa Catarina é algo novo, atualmente existem apenas três Delegacias no Estado prestando atendimentos aos idosos e estes atendimentos são realizados nas Delegacias de Proteção a Criança ao Adolescente e Proteção a Mulheres dos municípios de Tubarão, Joinville e Criciúma. O Psicólogo Jurídico poderá atuar juntamente com os Conselhos de idosos, Delegacias de Polícia Especializadas e Ministério Público. Quando averiguado algum tipo de abuso contra idoso o procedimento inicial é o registro de boletim de ocorrência para a averiguação dos fatos, instauração de Termos Circunstanciado

e ou Inquéritos Policiais e encaminhamento para Ministério Público. Em casos de denúncia de abuso contra idosos, geralmente é realizada investigação policial e acionado o Conselho do Idoso do município.

O psicólogo jurídico, nesse âmbito, desempenha papel de mediador e conciliador entre os membros de uma família, uma vez que 90% dos casos de abuso contra os idosos acontecem no âmbito familiar. Quando necessário, o psicólogo poderá fazer avaliações psicológicas e acompanhar os idosos e familiares nas audiências nas Varas da Família, pois enquanto a saúde física ou psíquica do idoso estiver exposta ao perigo, cabe ao Psicólogo Jurídico juntamente com outros profissionais da justiça intervir: “É obrigação do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade como pessoa humana e sujeito de diferentes civis, políticos individuais e sociais garantidos na Constituição e nas Leis” (Lei 10.741-Estatuto do Idoso).

MARCOS CIENTÍFICOS SOBRE A PREVALÊNCIA DE MAUS TRATOS CONTRA IDOSOS

Dois marcos históricos importante sobre a história da produção científica sobre violência contra pessoas idosas são do início da década de 1970: a publicação dos artigos de Baker (1975) e Burston (1975) sobre o *granny battering* (espancamento de avós), em duas prestigiosas revistas médicas britânicas, respectivamente, *Modern Geriatrics* e *British Medical Journal*

De acordo com Ahmad e Lachs (2002) existem muitas controvérsias nas definições referentes ao abuso de idosos. Em 1987, a Associação Americana de Medicina (AMA) relacionou abuso com dano ou ato de omissão que resulte em ameaça, dano físico e prejuízo à saúde mental do idoso. O abuso ou maus tratos também inclui agressão física e mental, retenção de alimentos, vestuário, falta de assistência médica em que

coloquem em risco ou não o idoso. Conforme o *National Center on Elder Abuse* (2008) existem seis tipos de abusos contra os idosos: o abuso físico, abuso sexual, abuso psicológico, abuso material, negligência, abandono e auto-negligência.

Kurrie (2004) classifica a violência contra os idosos em maus-tratos físicos e psicológicos, abuso financeiro ou material, abuso sexual, negligência e abandono. Wei e Herbers (2004) definem a violência intrafamiliar contra o idoso como abuso físico, abuso psicológico, abuso financeiro e negligência. O abuso físico pode ser entendido como ações agressivas e brutais que podem ocasionar prejuízo na saúde física, como fraturas, hematomas entre outros. Por abuso psicológico entende-se por privações ambientais, sociais, e verbais, bem como negação de direitos, humilhações, ou o uso de palavras e expressões que insultem ou ofendam o idoso com preconceito e exclusão do convívio social. A exploração econômica ou abuso financeiro pode ser definido como apropriação de rendimentos ou uso ilícito de fundos e propriedades e outros ativos que pertencem ao idoso. A negligência pode ser entendida quando existe uma situação na qual o idoso experimenta sofrimento por omissão de atenção do cuidador. É considerada negligência ativa quando o ato é deliberado e passivo quando resulta de conhecimento inadequado das necessidades do idoso ou de estresse do cuidador em atender prolongadamente o idoso. Por abuso sexual entende-se por qualquer contato sexual sem o consentimento da pessoa, expondo-a em constrangimento pessoal. O abandono significa ausência da pessoa responsável pelo idoso à prestação dos cuidados necessários (NATIONAL CENTER ON ABUSE, 2008).

Os tipos de abusos mais freqüentes em idosos, conforme Ghent e colaboradores (1995), são abuso físico, negligência, sonegação de alimentos, descuido no manuseamento, isolamento, confinamento, falta de atenção, intimidação, abuso verbal ou psicológico, roubo, desvio de fundos, sonegação de fiança, fraude, abuso financeiro, cuidados médicos, sonegação de alimentos ou pessoais.

Independente dos tipos e conceitos de violência utilizados pelos autores acima mencionados a violência contra idosos é considerada crime, cuja pena máxima poderá chegar a quatro anos. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando o seu acesso as operações bancárias, desdenhar, humilhar, menosprezar, discriminar, apropriar-se ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento, deixar de prestar assistência, ou quando a fizer, colocar em risco a vida do idoso, dificultar sua assistência à saúde, agredir fisicamente, expor ao perigo a integridade física ou psíquica do idoso são crimes de ação penal pública incondicionada. Todas essas condutas criminosas estão contemplados no Estatuto do idoso dos Crimes (do Art. 93 ao 108), ou seja, tipificam a natureza do ato criminoso e as normas legais que protegem os idosos dos crimes de negligências, abuso psicológico, abuso sexual, ameaça, abuso financeiro, abandono, abuso físico entre outros crimes.

De acordo com Jayawardena e Liao (2006) os tipos de maus tratos mais freqüentes contra os idosos é a negligência com 49% se tornando muitas vezes um fator de risco para a morte, o abuso emocional ou psicológico com 35%, o abuso físico com 30%, o abuso financeiro com 26% o abandono com 4% e o abuso sexual com 1% .

A prevalência de abuso em idosos varia de 2% a 10%, dependendo do tipo de população estudada bem como os locais de pesquisa como comunidades, ou em lares protegidos. Nelson (2008) menciona que 4% a 6% da população idosa experimentam alguma forma de abuso doméstico. Muitos jovens e idosos estão vulneráveis fisicamente e emocionalmente a violência, estima-se que nos EUA, um milhão de idosos são vítimas de negligência e abuso financeiro por membros da família. As violências mais freqüentes incluem a negligência, ameaça, abuso financeiro, roubo e abuso psicológico (GHENT et al., 1995). Até 2030 cerca de 3% a 4% dos idosos nos Estados Unidos, ou seja, quase 2,5 milhões da população de idosos serão vítimas de maus tratos (GIBBS;

MOSQUEDA, 2007). Estima-se que no Canadá 4% da população idosa já sofreu algum tipo de violência, e as formas de maus tratos mais freqüentes incluem desde agressão física, abuso financeiro, exploração de propriedade e abuso verbal, negligência e violência familiar (GOODBLOOM et al., 1994).

De acordo com Minayo (2003) acidentes e a violência são consideradas a sexta causa de morte em idosos no Brasil. Para Gibbs e Mosqueda (2007) e Jogerst (2003) os idosos vítimas de abuso físico e negligência apresentam maior risco de mortalidade do que os idosos que não são vítimas de violência e os que sobrevivem podem ficar com várias seqüelas. Brandl e Daniels (2002) afirmam que foi realizado um estudo com vinte e oito artigos com o objetivo de levantar a prevalência e os tipos de violência mais freqüentes contra os idosos. Esta pesquisa envolveu vários autores considerados pioneiros de estudos voltados para a violência doméstica como Greenberg, Anetzberger, Wolf, Mckibben, Raymond, Raymond, Brownell, Berman, Salamone, Pan, Ristock, Patterson, Lachs, Pillemer entre outros, desde do ano de 1997 até o ano de 2000. É possível constatar nesses artigos a dificuldade de fazer comparações sobre a freqüência dos diferentes tipos de violência, pois a maioria dos estudos utilizam definições e métodos diferentes sobre os significados de abuso contra os idosos e o contexto sócio-cultural também se tornou um outro fator relevante nos resultados.

Gonçalves (2006) afirma que o abuso contra o idoso está relacionado com muitas transformações que vem ocorrendo nas últimas décadas na sociedade, desde alterações na estrutura social, até alterações nos valores e atitudes das pessoas perante a vida. Diante das explicações dos autores acima citados podemos afirmar que a violência é um forte fator de risco para a saúde e vida dos idosos independente da situação sócio-cultural e econômica ele passa a ser uma vítima deste processo de globalização da violência em todo o mundo, pois o próprio envelhecimento natural trás esta situação de calamidade para a pessoa idosa.

VIOLÊNCIA CONTRA IDOSOS E FATORES DE RISCO

Conforme a Organização Mundial da Saúde (2002), o desencadeamento da violência contra idosos pode estar relacionado com alguns fatores de risco como relações familiares desgastadas, dificuldades financeiras, dependência financeira do idoso, fatores culturais e sócio-econômicos, distribuição de heranças e migração de alguns componentes familiares.

As famílias vêm sofrendo uma série de modificações estruturais em razão das separações, divórcios, instabilidade financeira, crescimento da população feminina no mercado de trabalho, migrações nacionais e internacionais em busca de oportunidade em grandes capitais. Parte dessas modificações está relacionada à deterioração na qualidade das relações familiares, contribuindo cada vez para as mais variadas situações conflituosas com os idosos (KARSCH, 2003).

Ramos e colaboradores (2005) e Organização Mundial da Saúde (OMS, 2008) salientam que a existência de alguns fatores de risco para a ocorrência da violência e maus tratos contra o idoso pode-se incluir também a demência, o controle financeiro, a depressão e a limitação física dos idosos. Carney e coplaboradores (2003) ressaltam que a violência contra o idoso indiferente dos sexos vem crescendo por se tratar de pessoas que não mais se encontram no sistema produtivo, e muitas vezes passam a ser vista como um estorvo social, vulnerável à exploração econômica pelos familiares e pelo próprio estado, recebendo pensões injustas sem o direito de se aposentar com conforto e dignidade. A violência contra o idoso é decorrente conforme Freitas e colaboradores (2006) da fragilidade, do estado fisiológico e da vulnerabilidade da própria velhice, podendo ser decorrente muitas vezes também pelo despreparo da família e pelas condições sócias econômicas precárias.

Para Fay e Barbosa (2003) e a OMS (2008) os indicativos de risco de violência contra os idosos podem estar relacionados

com a idade elevada, com a deficiência no estado de saúde, com a deteriorização cognitiva, com as mudanças comportamentais no ambiente familiar, com a dependência física e psíquica, isolamento social e antecedentes de maus tratos. Swagerty e colaboradores (2006) ressaltam que a utilização de álcool, a falta de privacidade e autonomia por parte dos idosos também representam um fator relevante para a ocorrência da violência. Para Laks e colaboradores (2006) os fatores de riscos envolvidos no caso da violência variam conforme o tipo de abuso ou maus-tratos, sendo que a prevalência seria maior entre idosos que apresentam demência e que vivem em famílias marcadas pelos conflitos e tensões.

Espindola e Blay (2007) e Ahmad e Lachs (2002) salientam que o medo é um forte aliado da violência contra os idosos, pois os mesmos temem a denúncia e a possível perda dos laços afetivos e assim se permanecem em silêncio sem se manifestar. Na maioria dos casos, o idoso, vítima de violência, recusa ajuda, deseja privacidade, esconde de outros componentes da família e se tornam tolerantes a denuncia para evitar conflitos no seio da família. Muitos idosos apresentam receio de represálias por parte dos familiares e medo da perda da autonomia e da alteração do local em que habitam. Subjacente ao silêncio, estariam os sentimentos de culpa, de baixa auto-estima e vergonha em denunciar os maus tratos (PETERSON et al.,1994; AHMAD; LACHS, 2002).

Melo e colaboradores (2006) destacam que um dos principais problemas relacionados com a violência contra o idoso esta ligado intimamente com este silêncio da vítima. Mendes e colaboradores (2005) ressaltam que com a chegada do envelhecimento começa há existir perdas na posição de comando e poder, se tornando visível a inversão de papéis nas relações entre pais e filhos . O arranjo domiciliar mostra que o idoso em nosso país vive majoritariamente dividindo o domicílio com os filhos e netos, diferentemente de países desenvolvidos onde a maioria mora com os cônjuges ou vive só (RAMOS, 2003). Os idosos que vivem com as famílias são os que

mais possuem probabilidade de serem vítimas de violência, uma vez que as situações de vulnerabilidade e dependência são predisponentes da fadiga e da tensão (SALIBA, 2007).

Homens e mulheres estão sujeitos à violência, e o agressor geralmente tem algum grau de parentesco com a vítima de violência. Os maus tratos podem ocorrer, também, por meio dos cônjuges, sendo que as agressões sofridas pelos homens tendem a ser as mais graves do que pelas mulheres. Em termos de perfil, os idosos, vítimas de maus tratos, têm aproximadamente 75 anos de idade, são pessoas que precisam de muita atenção, não possui bom relacionamento com a família, estão com a saúde fragilizada e possui histórico de violência familiar (GOODBLOOM et al., 1994).

As vítimas de maus tratos geralmente estão na idade de 65 a 75 com mais prevalência do sexo feminino do que masculino, vivem com os agressores, sentimentos de culpa e vontade de morrer, depressão, infelicidade, vergonha são constantes em suas vidas. Idosos com depressão são mais propensos aos maus tratos, e muitos morrem um ano após as agressões (BRANDL; DANIELS, 2002).

De acordo com Powel e Berman (2006) 50% dos idosos que sofrem violência estão na idade de 70 a 89 anos de idade, 10 a 15% estão na idade de 60 a 69 anos de idade e apenas 1 a 2% estão na idade de 90 a 99 anos de idade. Estudos mostram que muitas mulheres, hoje idosas, já sofriam violência por parte do marido, na relação conjugal, há pelo menos dez anos. Em geral, em torno de 4% dos inquéritos policiais envolvem mulheres idosas vítimas de violência doméstica.

Os idosos, vítimas de abuso físico e negligência, podem apresentar várias seqüelas, desde feridas pelo corpo, fraturas, depressão, isolamento social, resistência ao tratamento (GIBBS; MOSQUEDA 2007). Acierno e colaboradores (2003) ressaltam que os idosos que sofrem violência física, psicológica e sexual podem desenvolver alguns tipos de transtorno como depressão maior, síndrome de pânico, fobia social, transtorno de ansiedade generalizada e depressão maior.

De acordo com Zilberman (2005) a violência pode ser evidenciada em lares que oferecem risco tanto para a saúde, quanto para a segurança e o bem estar do idoso. Segundo este autor, os maus tratos em relação aos velhos praticados pela família e cuidadores são causados mais freqüentemente pela falta de preparo do que pela intenção de maltratá-los. Reaye e Browne (2001) afirmam que a inexperiência do cuidador e falta de vontade de cuidar do idoso, conflitos familiares, cuidador que também tem uma família para cuidar, que esta desempregado passando por uma alto nível de estresse, que sofre problemas de saúde física e mental, história de abuso sexual, violência familiar, abuso de álcool e drogas e problemas com depressão e ansiedade, em geral, são os que mais praticam violência nos idosos.

PSICOPATOLOGIA DOS AGRESSORES DE IDOSOS

A maior parte das agressões sofrida pelos idosos é de natureza intrafamiliar, geralmente praticada por filhos ou netos. De acordo com Sanches (2008) os responsáveis em 90% das agressões contra o idoso (maus tratos, abandono ou exploração financeira) são familiares mais próximos como os filhos. Minayo (2003) destaca que o perfil do abusador familiar com freqüência costuma ser, em primeiro lugar, os filhos homens mais que as filhas mulheres e a seguir noras, genros e esposas. Lachs e Pillemer (2004), Powell e Berman (2006) e Moon e colaboradores (2006) referem, ainda, que esta situação de agressão por parte dos filhos se caracteriza pelo fato dos mesmos viverem em coabitação com o idoso, e serem filhos dependentes financeiramente da família. Ahmad e Lachs (2002), por outro lado, salienta que as mulheres são as que mais causam violência nos idosos e que o estresse nem sempre esta relacionado com as agressões que o meio social e cultural destas famílias influenciam bastante na procedência da violência contra os idosos. Em termos estatísticos, Powell e

Berman (2006) indicam que 44% dos agressores estão na idade de 40 a 59 anos de idade, que 30% estão na idade de 20 a 39 anos, com 15 anos a 29 anos correspondem a 20% e com 60 a 79 anos de idade estão 9% e com apenas 2% estão com idade de 80 a 89 anos.

As causas do abuso contra idosos vêm sendo estudadas há algum tempo e um conjunto de pesquisas mostra que os seus agressores são pessoas consideradas dependentes sócio afetivamente. Salientam, ainda, que a depressão, a incontinência urinária a prevalência de doenças crônicas não estão associadas com os motivos do abuso, via de regra identificados como problemas emocionais relacionados à família, à história de agressões físicas e humilhações sofridas por esses agressores quando eram crianças e às dificuldades enfrentadas por eles, quando adultos, em superar esses problemas emocionais por si próprios, passando a assumir o papel de agressor, uma espécie de inversão na condição de vítima anterior, passa a infligir e dar continuidade a uma história de subserviência, humilhações e negligências anteriormente sofridas, sem condições de uma efetiva reação à época. Neste perfil de agressor, outros determinantes devem ser também considerados: o envolvimento com substâncias psicoativas, problemas cognitivos-mentais, histórico de transtorno de humor, especialmente a depressão, comportamentos antisociais e de negação da condição de abusador (BRANDL; DANIELS, 2002).

Para Homer e Gilleard (1990), Compton (1997), Williamson e Shaffer (2001), Dyer (2002), Lachs e Pillemer (2004) e Ramos e colaboradores (2005), o comportamento do agressor pode estar associado com a psicopatologia deste: problemas de depressão, demência, história de álcool, drogas e problemas de saúde mental. Collins (2006) destaca como fatores de risco do agressor para o abuso os recursos econômicos escassos, a baixa escolaridade, as alterações psicológicas e personalidade patológica, a história anterior de violência. Souza e colaboradores (2004) e Anderson e colaboradores (2007)

ressaltam que o problema da violência praticada pelo agressor está intimamente relacionada com a utilização de álcool e outras drogas ilícitas, muitas vezes já acentuada por deterioração de funções mentais.

Para a OMS (2008), existem ligações recorrentes entre álcool e o abuso contra os idosos, inclusive os usuários são pessoas financeiramente dependentes das vítimas e costumam ser negligentes, violentos com os idosos e costumam explorá-los financeiramente. Nos EUA 44% dos abusadores de idosos que ingerem álcool são do sexo masculino e apenas 14% do sexo feminino. No Canadá cerca de 15% a 20% das vítimas sofreram abuso físico, psicológico e financeiro por causa do envolvimento do agressor com álcool. No Reino Unido o consumo do álcool, por parte do agressor, resultam mais em abuso físico do que a negligência, enquanto que nos EUA está mais estreitamente associado com a auto-negligência do idoso. Na África do Sul são mais freqüentes a negligência, o abuso físico e o sexual, geralmente associados ao uso do álcool.

Wolf (1997) e Acierno e colaboradores (2003) destacam a dificuldade em estabelecer a patologia mental como fator de risco para a agressão, uma vez que existem resultados de pesquisa insuficientes e pouca pesquisa nesta área. Segundo estes autores os agressores apresentam, além de dependência financeira e psicológica do idoso, também um isolamento social e familiar bem como uma história anterior de violência física e sexual, problemas cognitivos e dependência de álcool e drogas. Segundo dados da OMS (2008), o agressor portador de doença mental na família é uma sobrecarga adicional e uma condição de periculosidade aos membros da família. Homer e Gilleard (1990) advogam que os agressores intrafamiliares, que apresentam transtornos de personalidade ou distúrbios mentais, mostram preferência por vítimas mulheres acima de 65 anos, e que os tipos de violência mais utilizados são abuso físico e psicológico.

Bell e colaboradores (2006) afirmam que um dos motivos principais para a proliferação da violência doméstica é a

utilização do álcool por parte do agressor, que os homens costumam beber mais que as mulheres. E que a depressão e a discórdia conjugal também aparecem freqüentemente como motivos das agressões. O mito da casa como porto seguro vem sendo repensando e os maus tratos, no entanto, aparecem apenas como uma parte da constelação familiar. Atualmente 90% dos agressores foram vítimas de violência quando criança incluindo muitas vezes também a violência sexual são usuários de álcool, drogas e tem problemas psiquiátricos na qual muitas vezes à forma de resolver o problema é com a internação do agressor (GILMORE, 1983).

Um dos fatores de risco também está associado com a figura do cuidador principal na qual, muitas vezes, não se mostram preparados para prestar os cuidados básicos para o idosos (COONEY 2006). Wyandt (2004) afirma que existem cinco tipos de abusadores de idosos, os oprimidos, aqueles que prejudicam os narcisistas, os dominadores, e os sádicos. O oprimido é o cuidador que ultrapassa os seus limites em cuidar do idoso e desenvolve um nível de stress na qual ultrapassa a sua capacidade de cuidar. Ele passa agredir verbalmente o idoso e não mais oferece os cuidados básicos e pode ser tornar até mesmo negligente com a vítima. O abusador que prejudica é aquele que inicialmente está bem intencionado, mas tem dificuldades em prestar o cuidado necessário ao idoso dependente, devido a problemas com doença mental, idade avançada e a própria incapacidade em gerenciar as finanças da casa, uso de medicamentos entre outros, resultando às vezes em agressão verbal e física. Os narcisistas são motivados pelo ganho pessoal e não pelo desejo de ajudar o idoso, eles são pessoas egoístas e tratam os idosos como objetos com o único objetivo de usufruir os bens materiais dos idosos com meio para atingir suas posses. O abusador narcisista está preocupado com a herança, com a pensão, o salário dos idosos e todos os aspectos relacionados com dinheiro e os maus tratos mais freqüentes são a negligência e a exploração financeira. O dominador é um abusador manipulador que tem poder e

autoridade com os idosos, frequentemente tem surtos de raiva e desvio de comportamento, fazem acreditar que o idoso vítima da violência são merecedores do abuso e podem se tornar pessoas violentas quando não respeitados e cumpridas a suas ordens. As características do abusador sádico é a falta de humildade, a falta de culpa, vergonha, nem remorso de nenhum tipo de comportamento. Ele infringe a lei e pode ser caracterizado como um psicopata que se envolve em torturas e até mesmo assassinato.

Conforme o Estatuto do Idoso (2003) as medidas de proteção são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos por lei forem ameaçados ou violados, ou seja, por omissão da sociedade ou do Estado, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento. Cabe ao Ministério Público ou o Poder Judiciário e aos Conselhos de idosos supervisionar, acompanhar, fiscalizar averiguar e avaliar estas infrações. Os membros da família e, especificamente, o cuidador desempenham um papel fundamental nos cuidados básicos dos idosos e cabe a eles promoverem e protegerem a sua saúde e dignidade. É dever da família cuidar do idoso.

CONCLUSÃO

A violência não é considerada um fator novo em nossa sociedade, ela existe há muitos séculos e continuará existindo se os Municípios, o Estado e os nossos Governantes nada fizerem. Sabemos o quanto às camadas com menos recursos financeiros são afetados pela proliferação da violência. Pôde-se constatar através de vários autores pesquisados que atualmente a violência ocorre em vários países, em alguns com mais e outros com menos freqüência, ou seja, ela se tornou globalizada e compartilhada em todo o nosso planeta.

Nesse contexto, o idoso devido à própria fragilidade do envelhecimento se torna vítima deste cenário impregnado de maus tratos que ocorre das mais variadas formas que vai desde

agressões verbais até agressões físicas. O Estatuto do Idoso criando em 1º de Outubro de 2003 através da Lei 10.741 surge com o intuito de proteger os idosos, mas, infelizmente, muitos idosos devido a esta situação desumana e decadente não conseguem sobreviver e morrem antes da Lei ser aplicada. O silêncio das vítimas é outro fator alarmante, pois muitos idosos não denunciam a violência por medo de represálias dos agressores que na maioria das vezes são os próprios cuidadores. Estes na maioria das vezes filhos, noras, genros e netos, ou seja, familiares, pois se sabe que 90% das violências ocorridas contra os idosos são por parte dos familiares. Não podemos deixar de salientar que estes agressores são pessoas que apresentam quadro patológico com históricos de álcool, drogas, problemas neurológicos, transtornos de personalidades entre outros. São pessoas que cuidam dos idosos, mas ao invés de proteger coloca em risco a saúde tanto física como psíquica dos idosos. O Psicólogo Jurídico neste contexto desempenha papel fundamental entre os componentes da família e o Poder Judiciário, pois ele pode não somente acompanhar o processo judicial como emocional, como pode servir como mediador e conciliador das partes envolvidas. Mas, mesmo assim, sabemos que muitas vezes não é o suficiente, porque, em geral, as violências contra idosos não são denunciadas. Sabemos que é dever do Município, do Estado e do Governo Federal divulgar a Lei que protege os idosos, a fim de protegê-los e assegurar mais dignidade às suas vidas.

Cabe a nós, psicólogos, em nosso exercício profissional e na nossa conduta social, promover a cidadania dos idosos – na denúncia contra os maus tratos físicos e psicológicos, na participação de políticas públicas voltadas à construção e manutenção de seus direitos, em processos de intervenção de melhoria da qualidade de vida dos idosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIERNO R; RESNICK H; KILPATRICK D; RIEMER W.S. Assessing elder victimization demonstration of a methodology. *Sociedade de Psychiatry Epidemiology*, v. 38, p. 644-653, 2003.

AHMAD M; LACHS M. Elder Abuse and neglect: What physicians can and should do. *Clinical Journal of Medicine*. n.69, p. 801-808, 2002.

ANDERSSON N; FOSTER AH; MICHELL S; SCHEEPERS E; GOLDSTEIN S. Risk factors for domestic physical violence: national cross-sectional household surveys eight southern African countries. *BMC Women's Health*, n. 7, p. 1-13, 2007.

BAKER, A.A. Granny Battering. *Modern Geriatrics*, n. 8, p. 20-24, 1975.

BELL N. S; HARFOR T. C; FUNCHS C. H.; McCARROL J. E.; SCHWARTZ, C. E. Spouse Abuse and Alcohol Problems Among White, African American, and Hispanic U.S. Army Soldiers *NIH Public. National Institutes of Health*, n. 30, p. 1721-1733, 2006.

BRANDL, B.; DANIELS, L. C. Domestic Abuse in Later Life. *VAW Research Forum*, v. 1, n. 12, 2002.

BURSTON, G. R. Granny Battering. *British Medical Journal*, n. 3, p. 592, 1975.

CALDAS C. P. Envelhecimento com dependência. *Caderno de Saúde Pública*, n.19, p. 773-781, 2003.

CARNEY, M. T; KAHAN, F. S; PARIS, B. E. C. Elder Abuse. Is Every Bruise a Sign of Abuse? *The Mount Sinai Journal of medicine*, n. 70, p. 69-74, 2003.

COLLINS, K. A. Elder Maltreatment: A Review. *Archives of Pathology and Laboratory Medicine*. n. 130, p. 1290-1291, 2006.

COMPTON, S. A; FLANAGAN P.; GREGG W. Elder Abuse in people with dementia in Northern Ireland: prevalence and predictors in cases referred to a psychiatry of old age service. *Geriatr Psychiatry*, n. 12, p. 632-634, 1997.

COONEY, C.; HOWARD, R.; LAWLOR, B. Abuse of vulnerable people with dementia by their carers: can we identify most at risk. *International Journal of Geriatric Psychiatry*, n. 21, p. 564-571, 2006.

DYER, C.; CONNOLLY, M.; MCFEELEY, P.; The clinical and medical forensics of elder abuse and neglect. *National Academy Press*, n. 48, p. 102-108, 2002.

ESPINDOLA, C. R.; BLAY, S. L. Prevalência de Maus Tratos na Terceira Idade: Revisão Sistemática. *Rev. Saúde Pública*, n. 41, p. 301-306, 2007.

ESTATUTO DO IDOSO. Coordenação Estadual do Idoso. Governo de Santa Catarina-Lei nº 10.741. de 1º de Outubro de 2003.

FAY, S. K; BARBOSA, E. C. Why Elder Abuse Continues to elude the Health Care System. *The Mount Sinai Journal of medicine*, n. 70, p. 65-66, 2003.

FREITAS, E. V. F.; CANÇADO, F. A. X; DOLL, J.; GORZONI, M. L. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Guanabara Koogan: São Paulo, 2006.

GHENT, W. R.; SYLVA, N. P. D.; FARREN, M. E. Family violence : guidelines for recognition and management. *Cad. Med Assoc*, p.132-541, 1985.

GIBBS, L. M; MOSQUEDA, L. The Importance of Reporting Mistreatment of the Elderly. *American Academy of Family Physicians*, n. 75, p. 123-127, 2007.

GILMORE, A. Psychiatrists look at violence. *Caderno de Medicina e Associação*, n. 129, p. 1135-1138, 1983.

GONÇALVES, C. A. Idosos: Abuso e Violência. *Rev Port Clin Geral*. Lisboa, n. 22, p. 739-745, 2006.

HOMER, A. C.; GILLEARD, C. Abuse of elderly people by their cares. *Departamento de Geriatric Medicine*, n. 301, p. 1359-1361, 1990.

IBGE. Perfil dos Idosos responsáveis pelo domicílio. Pesquisa Nacional por Amostragem domiciliar. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso set. 2007.

JAYAWARDENA, M. K. Elder Abuse at End of Life. *Journal of Palliative Medicine*, n.9, p.127-136, 2006.

JOGERST, G. J; DALY, J.M.; BRININGB, M. F.; DAWSON, J.D; SCHMUCH, G. A; INGRAM, J. G. *Domestic Elder Abuse and the Law*. v. 93, n. 12, p. 2131-2136, 2003.

KARSCH, U. M. Idosos Dependentes: Família e Cuidadores. *Caderno de Saúde Pública*, n. 19, p. 862, 2003.

KURRIE, S. Elder Abuse. *Australian Family Pshysicia*,. v. 33, n. 10, p. 807-809, 2004.

LACHS, M. S; PILLEMER, K. Elder Abuse. *Elsevier*, n. 364, p. 1263-1272, 2004.

LAKS, J.; WERNER, J.; SALVADOR, L. e SÁ, M. Psiquiatria Forense e Direitos Humanos nos pólos da vida: Crianças, adolescentes e idosos. *Revista Brasileira Psiquiátrica*, n. 28, p. 581-586, 2006.

LEVINE, J. M. Elder neglect and abuse. A primer for primary care physicians. *Geriatrics*, n. 58, p. 37-44, 2003.

MELO, V. L; CUNHA, J. O. C; NETO, G. H. F. Maus Tratos contra idosos no município de Camaragibe, Pernambuco. *Revista Brasileira Maternal e Infantil*. n. 6, p. 543-548, 2006.

MENDES, R.S.S.B; GUSMÃO, J.L; FARO, A.C.M.; LEITE, R. C. B. A situação social do Idoso no Brasil: Uma breve consideração. *Acta Paul. Enfermagem*, n. 18, p. 422-426, 2005.

MINAYO, M.C.S. Violência contra Idosos: Relevância para um velho problema. *Caderno de Saúde Pública*, v. 19, n. 3, p. 783-791, 2003.

MOON, A.; LAWSON, K.; CARPIAC, M.; SPAZIANO, E. Elder Abuse and neglect Among Veterans in Gireater Los Angeles: Prevalence, types, and Intervention Outcomes. *Elder Abuse Mistreatment*, n. 46, p.187- 284, 2006.

NATIONAL CENTER ON ELDER ABUSE. Types of Elder Abuse in Domestic Settings. *American Public Human Services Associaton*. Disponível em: www.ncea.aoa.gov. Acesso julho de 2008.

NELSON, H.D. Violence against elderly people a neglected problem. *The Lancet*. 360:18. 2002. Disponível em: www.thelancet.com. Acesso set. 2008.

NELSON, H.D.; NIGREN, P.; MCLNERNEY, Y.; KLEIN, J. Screening Women and Elderly Adults for Family and Intimate Partner Violence: A Review of the Evidence for the U.S. preventive Services task Force. *Clinical Guidelines*, n. 140, p. 387-396, 2004.

OMS. Organização Mundial de Saúde. *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*, 2002.

PATERSON, C.; SPITZER, W.O.; MICKELSON, P.; DINGLE, J. Periodic Health examination. 1994 update: 4 Secondary prevention of elder abuse and mistreatment. *Can med Assoc.* n. 151, p. 1413-1435, 1994.

POWELL, M.E.; BERMAN, J. Effects of Dependency on Compliance rates Among Elder Abuse Victims at the New York City Department for the Aging, Elderly Crime Victim's Unit. *Elder Abuse and Mistreatment*, n. 46, p. 229-247, 2006.

RAMOS, A.M.; KAMIZONO, S.; FERNANDES, M.S.L.; XAVIER, F. Maus-Tratos em Idosos: Relato de caso e comentários sobre as intervenções médicas. *Revista AMRIGS*, n. 49, p. 175-177, 2005.

RAMOS, L.R. Fatores do envelhecimento saudável em idosos residentes em centro urbano: Projeto Epidoso, São Paulo. *Caderno da Saúde Pública*. n. 49, p. 186-188, 2003.

REAY, A.M.C.; BROWNE, K.D. Risk factor characteristics in carers who physically abuse or neglect their elderly dependants. *Aging & Mental Health*, n. 5, p. 56-62, 2001.

SACHES, C.J. *Mandatory reporting of Injuries inflicted by intimate Partner Violence*, 2008.

SALIBA, O.; GARBIN, C.A.S.; GARBIN, A.J.I.; DOSSI, A.P. Responsabilidade do profissional de saúde sobre a notificação de casos de violência doméstica. *Revista de Saúde Pública*, n. 41, p. 473-477, 2007.

SCHRAIBER, L.B.; OLIVEIRA, A.F.; COUTO, M.T. Violência e Saúde: Estudos Científicos Recentes. *Revista Saúde Pública*, n. 40, p. 112-120, 2006.

SOUZA, A.S.; MEIRA, E.C.; NERI, I.G.; SILVA, J.Á.; GONÇALVES, L.H.T. Fatores de Risco de Maus-Tratos na relação idoso/Cuidador em convivência intrafamiliar. *Unati – Universidade Aberta da Terceira Idade*, n.7, p. 1-15, 2004.

SWAGERTY, D.L.; TAKAHASHI, P.Y.; EVANS, J. *Elder Maltreatment*. University of Kansas Medical Center e Mayo Clinic and Mayo Foundation Rochester, Minnesota, n. 13, p. 371-378, 2006.

WEI, G.S.; HERBERS, J.E. Reporting Elder Abuse: A Medical Legal, and Ethical Overview. *Journal of the American medical Women's Association*, n. 59, p. 248-253, 2004.

WYANDT, M.A. A Review of Elder Abusive Literature: An Age Old problem Brought to Light. *Californian Journal of Health Promotion*, n. 2, p. 40-52, 2004.

WILLIAMSON, G.M.; SHAFFER, D.R. Relationship quality and potentially harmful behaviors by spousal caregivers: how we were then, how we are now. *Psychol Aging*, n. 16, p. 217-226, 2001.

WOLF, R.S. Elder abuse and neglect: and update. *Reviews in clinical Gerontology*, n. 7, p. 117-182, 1997.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Elder Abuse and Alcohol*, 2008. Acesso em www.inis.ie

ZILBERMAN, M.L.; BLUME, S.B. Domestic violence, alcohol and substance abuse. *Rev. Brasil. Psiquiatr*, n. 27, p. 51-55, 2005.

GRUPOS DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES DIANTE DAS RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS NA LEI MARIA DA PENHA¹⁰

Adriano Beiras

O trabalho com o tema violência intrafamiliar é um desafio a ser trilhado por psicólogos que atuam no campo jurídico e psicossocial. A maioria das intervenções é direcionada à atenção às vítimas que, em muitos casos, são mulheres, crianças ou adolescentes. A conscientização de que para uma atuação mais efetiva é fundamental intervir junto ao(a) autor(a) de violência também, seja ele(a) menor de idade ou adulto, tem crescido nos últimos anos.

Aproximações entre estudos sobre violência e masculinidades são necessárias para o entendimento mais eficaz e adequado sobre a violência masculina. A partir de indicações das Conferências Internacionais de População e Desenvolvimento, organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e realizadas em Cairo (1994) e Beijing (1995), tem havido um crescimento da atenção ao público masculino, e em consequência sobre a violência masculina, nas políticas públicas de diversos países. Uma das principais preocupações está relacionada à violência contra a mulher. Ocorreram mudanças nas legislações de países, tais como Espanha, Portugal, entre outros e mais recentemente no Brasil. Em algumas destas legislações, a pena contra qualquer agressão

tornou-se mais rígida. Percebe-se também uma maior criminalização do autor de violência.

No campo assistencial, diversos países (Canadá, EUA, México, Costa Rica, Argentina, Espanha, Portugal, Peru, entre outros) têm se preocupado em atender a demanda de atenção a homens que cometem violência, discutindo meios de intervenção, criminalização, questões de gênero, família, entre outros temas relacionados. Em algumas legislações, indica-se o encaminhamento daqueles que cometeram atos de violência a grupos reflexivos e educativos sobre violência. No Brasil, esta discussão e o campo concreto de ação ainda é recente, havendo iniciativas isoladas em algumas cidades, principalmente capitais.

Estes programas grupais de intervenção com homens autores de violência tiveram início nos Estados Unidos e no Canadá, no início da década de 1980, com o objetivo de complementar os serviços de atenção e prevenção da violência contra a mulher. A maioria destes programas busca a responsabilização destes homens frente à violência cometida, por meio de um trabalho grupal psicoeducativo e reflexivo, focando aspectos relacionados às idéias sexistas e estereótipos de gênero, em alguns casos sob um viés feminista. Nos anos 1990, estes programas passaram a ser replicados em diferentes países tais como Austrália, França, Reino Unido, entre outros. Na América Latina, o primeiro país a reproduzir estes serviços foi a Argentina e posteriormente o México, havendo também iniciativas em alguns países da América Central e no Peru. Apenas a Espanha e Honduras possuem programas de caráter governamental, embora haja em muitos destes locais a intenção de ampliar estas atuações em termos governamentais, após mudanças recentes na legislação desses países.

No que se refere à legislação brasileira, em agosto de 2006 foi sancionada a lei 11.340/2006, que popularmente passou a ser conhecida como Lei Maria da Penha. Esta nova lei altera o Código Penal Brasileiro triplicando a pena para agressões domésticas contra mulheres e, em consequência, aumentando

os mecanismos de proteção às vítimas. Possibilita que autores de violência sejam presos em flagrante e extingue penas pecuniárias. Medidas preventivas para proteger a mulher nestas situações também estão previstas nesta lei, entre elas: a promoção de estudos e pesquisas com a perspectiva de gênero relacionada à violência familiar contra a mulher e a celebração de convênios e parcerias com o objetivo de implementar programas de erradicação da violência nestes contextos. Outro aspecto contemplado nesta lei, que merece especial atenção é a recomendação de que o juiz deve determinar o comparecimento obrigatório do autor de violência a programas de recuperação e reeducação.

Este processo de mudança na legislação brasileira com relação a violência contra a mulher evidencia a necessidade de pesquisas que aprofundem questões ligadas a estas temáticas. Diante deste contexto, este artigo tem por objetivo apresentar um estudo teórico sobre as possibilidades de interlocuções entre o enfoque relacional-sistêmico e as intervenções grupais com homens autores de violência, a partir das recomendações da lei Maria da Penha.

CONTEXTUALIZANDO A QUESTÃO...

A violência intrafamiliar tem sido considerada um problema de saúde pública (KRUG et al., 2002). Este tema é de difícil conceituação, devido a violência surgir como uma forma própria de relação pessoal, política, social e cultural, ou ainda como resultante de interações sociais que, muitas vezes, tornam-se “naturalizadas”. Desta forma, a violência acaba, frequentemente, sendo banalizada estando presente de diferentes formas e em diversos contextos da interação humana (MINAYO; SOUZA, 1999).

A discussão desta temática tem recebido maior destaque, ultrapassando o campo jurídico e de segurança pública. Segundo Dantas-Berger e Giffin (2005), no contexto brasileiro,

estudos têm abordado esta questão com base em registros de instituições policiais e jurídicas desde a década de 80. Grande parte destes trabalhos são influenciados pelo movimento feminista que vem lutando e conquistando mudanças nas ações assistenciais e na própria legislação.

Estes autores apontam, ainda, que tanto no estudo pioneiro de Heise e colaboradores (1994), o qual foi realizado em 24 países sobre a violência contra a mulher, quanto no *World Report on Violence and Health*, editado por Krug e colaboradores (2002) e apresentado à Organização Mundial de Saúde em 2002, ficou estatisticamente comprovada a alta incidência de violência de homens contra mulheres. No entanto, pelo menos no contexto brasileiro, ainda são poucos os estudos populacionais e operacionais nos serviços, o que impossibilita um melhor conhecimento sobre a questão no âmbito assistencial e atuações profissionais sob esta temática.

Apesar de a maioria dos estudos sobre o tema de violência ser diretamente direcionado a atenção às vítimas, tem ocorrido um crescimento, embora tímido, de pesquisas e intervenções com autor de violência, principalmente por iniciativas de Organizações Não Governamentais (ONG) que, incentivadas por organizações internacionais, trabalham com esta temática. Por outro lado, nota-se uma expressiva dificuldade dos profissionais do campo da Psicologia em trabalhar com autores de violência, necessitando um trabalho pessoal intenso e importante de modo a romper preconceitos (criminalização, essencialização de características e atitudes, patologizações, psicologizações, entre outros aspectos) e ressonâncias¹¹ que venham a interferir na atuação.

Em concordância com Connell (1995), podemos afirmar que toda cultura apresenta uma definição de conduta e sentimentos que são vistos como “apropriados” para homens. Em consequência, homens jovens são estimulados a agir e a sentir a partir desta conduta, de forma a se distanciarem de comportamentos caracterizados como femininos. Para Connell (1995), o conceito de masculinidade é necessariamente

relacional, ou seja, ele só existe em contraste com a feminilidade. Em consequência, segundo o autor, uma sociedade, que não tratasse as mulheres e os homens como portadores de tipos característicos polarizados, não teria um conceito de masculinidade da maneira que temos na sociedade euro-americana.

Nos estudos de Connell (1995), Kimmell (1997) e Almeida (1995; 1996), entre outros, observa-se que existe um consenso entre estes autores com relação à existência de um modelo de masculinidade idealizado e hegemônico, o qual muitos homens buscam alcançar. Este seria um modelo que corresponderia ao homem branco, ocidental, da classe dominante, provedor, heterossexual, forte e viril. Paniagua (2000), em um estudo sobre o modelo masculino tradicional realizado no Chile com camadas médias e populares, percebeu que as sociedades geralmente exigem que os homens passem por provas que atestem sua masculinidade, sendo que esta aparece como uma qualidade muito desejada e difícil de ser alcançada.

No entanto, Connell (1995, p.189) afirma, também, que “diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social”. Este autor, em estudos mais recentes, relativiza o conceito de masculinidade hegemônica, afirmando que a masculinidade é necessariamente uma construção social, raramente existindo apenas uma masculinidade na sociedade, o que justifica o uso deste termo no plural. Segundo ele, diferentes masculinidades são produzidas ao mesmo tempo, diante de um complexo processo que envolve uma negociação ativa em relações sociais múltiplas. Dessa forma, não podemos ver a masculinidade como um objeto isolado e, sim, como um aspecto de uma estrutura bem maior. O conceito está relacionado a diversas categorias tais como: trabalho, estrato social, família, sexualidade, homofobia, globalização, corporeidade, entre outras. Nesse sentido, a construção das masculinidades deve ser pensada como um projeto tanto coletivo quanto individual.

Tornar a subjetividade masculina um objeto de investigação, problematização e intervenção é um evento relativamente recente. Durante muito tempo houve um silêncio em torno dos homens os quais eram vistos como representantes da espécie e invisíveis como gênero. Quanto a estudos sobre a violência masculina na conjugalidade, esta visibilidade torna-se importante para o incremento de ações eficazes neste setor, em termos de ações e políticas públicas, e nas recomendações de conferências internacionais da ONU. Machado (1998) aponta que a violência exercida por homens está enraizada na construção simbólica do masculino. É possível afirmar que a conexão existente entre o exercício de poder e masculinidade é significativamente estreita e a violência masculina intrafamiliar, muitas vezes, surge como uma maneira desesperada de manter o homem numa posição de poder e dominação diante da mulher. Em consequência, trabalhos interventivos que atuem diretamente na conscientização destes homens quanto a aspectos de sua socialização diante de um modelo de masculinidade opressivo, possibilitando sua resignificação e problematização apresentam-se como alternativas muito eficazes no combate à violência masculina na conjugalidade.

Para o trabalho com violência, o (a) profissional deve estar atento às ressonâncias que surgem em sua atuação e estar em constante trabalho pessoal. Trabalhará no acolhimento e criação de medidas de proteção à vítima, na construção de redes de apoio, no reconhecimento dos direitos da vítima, na responsabilização da violência quando o trabalho é com o (a) autor (a), no estancamento e prevenção de atos de violência e na escuta e no reconhecimento da história individual de cada um dos envolvidos na situação problema. Nestas atuações, procura-se sempre ter em mente o cuidado de não cristalizar esse indivíduo em uma posição marginalizada e estigmatizada, relacionando assim esse sujeito novamente com uma sociedade que possa aceitá-lo (OLIVEIRA, 2003). Neste sentido, torna-se importante que profissionais que estiverem atuando no

combate a violência não fixem posições de “vítima” e “agressor”, criando assim a possibilidades de mudança, dando voz e escuta a cada um dos sujeitos envolvidos. Esta postura possibilita um trabalho mais adequado e efetivo, ampliando a eficácia do serviço e a prevenção de atos futuros de violência.

Nesta área, o conhecimento minucioso e detalhado da lei, além da própria Constituição Federal, e dos procedimentos jurídicos envolvidos é essencial para a adequada atuação do psicólogo. Independente de linha teórica escolhida por este profissional em sua atuação, o trabalho com violência é um campo interdisciplinar, exigindo o conhecimento de outras disciplinas que auxiliem em atuações tanto assistenciais quanto preventivas sobre violência.

Outro aspecto relevante é a importância da inclusão da rede familiar na atuação com o tema violência, visto que a intervenção deve levar em conta o lugar que cada um ocupa no sistema familiar, sendo o trabalho mais efetivo quando realizado de forma relacional. Nesta mesma direção, Araújo (2005) apresenta uma proposta de atendimento familiar para casos de violência, desenvolvido dentro do enfoque psicossocial, apreendendo-se os aspectos psicológicos, interacionais, sociais, econômicos e culturais presentes na história da família. A perspectiva de gênero é introduzida buscando-se entender as relações de poder que transformam as diferenças, seja de gênero ou geração, em desigualdades com fins de dominação-exploração.

Quanto a este aspecto, Ravazzola (2007), enfatiza que a violência em uma família somente acontece quando existem condições facilitadoras, o que ela chama de “circuito da violência”. Nestes sistemas familiares, idéias rígidas mantidas em conjunto, a respeito da família e de papéis de cada um neste contexto, justificam maus tratos e condutas estereotipadas. Segundo esta autora, existem contextos que:

reforçam as anestesias, ao naturalizar as aberrações das iniquidades e das injustiças. São os contextos de promoção da impunidade, de corrupções, de discriminações, e da legalização e justificação da violência (como o

contexto da guerra, por exemplo), a promoção do consumismo, das competências (trapacear e lucrar em cima do outro), e das reivindicações. (RAVAZZOLA, 2007, p. 19).

Além da inclusão da rede familiar no trabalho com o tema violência, o trabalho em equipe e a criação de uma rede de contatos e de apoio para os profissionais e para o projeto de atuação são fundamentais. Segundo esta autora, as principais intervenções na área de violência familiar (e mais eficazes), foram aquelas propostas por terapeutas de linhas feministas. Contemporaneamente, estes modelos de intervenção têm sido complementados com a leitura sistêmica (e outros aportes) e incluem a equipe de profissionais como parte deste todo.

Neste sentido, existe uma preocupação com os profissionais que atuam nesta área. Ocorre, desta forma, um maior reconhecimento dos efeitos e problemas que surgem em decorrência do trabalho com a temática violência (*burnout* e desgastes), maior atenção a reflexões sobre a importância da proteção destes sujeitos (cuidados das equipes, proteções legais, etc.) e da promoção de redes de apoio também para os profissionais. Trabalhar com este contexto, portanto, exige uma atenção e capacitação continuada, para a manutenção de intervenções adequadas e eficazes. Em complemento, faz-se importante destacar que a violência deve ser considerada um problema de saúde pública e a ampliação de atuações governamentais e políticas públicas neste setor é imprescindível.

MODELO GRUPAL COM AUTORES DE VIOLÊNCIA

APRESENTADO POR JORGE CORSI

O modelo de intervenção grupal com autores de violência apresentado por Jorge Corsi parte de um enfoque multidimensional, de diferentes dimensões psicológicas e reconhecendo diversificados mecanismos de mudança tais como: o *insight*, a experiência emocional corretiva, a

reestruturação cognitiva, a modificação do comportamento e a modificação de pautas comunicacionais. Cada um destes mecanismos é ativado no trabalho interventivo por meio de técnicas específicas.

Jorge Corsi baseia-se no modelo ecológico proposto por Urie Brofenbrenner, adaptado pelo autor para problemática da violência familiar, que permite a integração de todas as técnicas desenvolvidas por ele (CORSI, 1994). Este modelo apresenta uma concepção de sujeito em desenvolvimento e ressalta o dinamismo da existência humana, sempre em interação ativa e dialética com o seu meio, modificando e sendo modificada por ele. Considera-se simultaneamente os diferentes contextos no qual o sujeito se desenvolve, a saber:

- O macrosistema: constituído pelo contexto mais amplo, relacionado às formas de organização social, sistema de crenças e estilos de vida existentes em uma cultura ou subcultura (valores culturais sobre masculinidade, por exemplo). Referem-se a padrões generalizados existentes em diferentes níveis em uma sociedade;
- O exosistema, que é composto pela comunidade mais próxima, ou seja, instituições que mediam a cultura e o indivíduo como escola, igreja, meios de comunicação, organismos judiciais, entre outros;
- O microsistema, constituído pelo contexto mais próximo, ou seja, as relações diretas que formam a rede mais próxima de um sujeito, sendo a família a principal referência, sendo considerada a estrutura básica deste sistema.

Um modelo integrativo para a reabilitação de homens autores de violência trabalharia com todos os elementos que formam o problema, sem centrar-se exclusivamente em fatores intrapsíquicos, ou apenas na resignificação de masculinidades e outras atribuições de gênero, no entanto, sem deixar de trabalhar também estes aspectos (CORSI; SOTÉS, 2006). O

modelo ecológico apresenta-se como um formato mais integrador, a violência masculina é colocada em um enquadre metodológico que procura modificar o que o autor chama de “modelo de isolamento e privacidade” que garante a perpetuação da conduta violenta. Esta modalidade grupal de intervenção possui um caráter psicoeducativo, não sendo visto nem como um grupo psicoterapêutico, nem como de aprendizagem, mas sim integrando objetivos e procedimentos que são próprios destes outros formatos.

Os estereótipos culturais, as idéias de valorização do masculino e feminino, entre outros aspectos presentes no macrosistema são revisadas no grupo, em conjunto com a análise de condutas do cotidiano de cada participante, de forma a considerar as relações de reciprocidade causal que existe em cada sistema. Busca-se que na tarefa grupal haja um esforço conjunto de maneira a constituir um espaço próprio onde ninguém será julgado ou ridicularizado por ter expressado seus medos, sentimentos e preocupações. É no grupo de pares que se abre a primeira possibilidade, para muitos dos participantes expressarem seus afetos. Um espaço protegido no qual podem ser escutados e sentirem-se respeitados em seus sentimentos. No entanto, esse espaço reserva limites firmes e fundamentos diante de qualquer tentativa de direcionamento das questões para a culpabilização do outro, externalização de responsabilidades ou ainda minimização da própria conduta violenta.

Durante o trabalho grupal, há uma atenção fundamental no aspecto comunicacional. Procura-se quebrar barreiras comunicacionais e outras formas de falta de comunicação visando a desconstrução de um verdadeiro monólogo que muitos participantes apresentam nos primeiros encontros, mostrando-se como paredes inquebráveis em suas colocações e convicções. No processo grupal, busca-se que este monólogo torne-se um diálogo e que o participante aprenda a ouvir também, além de ser ouvido. A forma comunicacional utilizada no contexto familiar é reproduzida no processo grupal pelos

participantes e trabalhada para que novas formas comunicacionais sejam aprendidas. O grupo torna-se, assim, um espaço no qual as dificuldades comunicacionais de cada participante se convertem em um espelho para os outros homens que ali estão. Discursos estereotipados, carentes de dados reais que permitam o entendimento claro dos fatos passam a ser identificados pelos outros integrantes do grupo, os quais, assim como seus novos companheiros, costumavam comunicar-se desta forma truncada sem se darem conta de que o faziam.

Formato, organização e objetivos dos grupos

O principal objetivo buscado na realização de grupos com homens autores de violência está em fazer que os participantes deixem de utilizar a violência física ou emocional como método de exercício de poder na família. Além deste objetivo principal, outros são almejados, a saber: revisão de condutas, estereótipos e atribuições de gênero, revisão de racionalizações utilizadas para justificar qualquer conduta violenta, controle dos impulsos, revisão de aspectos da história individual de cada membro, treinamento de novas habilidades sociais, diminuição do isolamento social e aumento da autoestima.

O formato e organização destes grupos, no modelo proposto por Corsi e Sotés foi inspirando inicialmente na proposta de Sonkin e Dorphy, dos Estados Unidos e David Currie, do Canadá. Estes modelos grupais são de duração limitada, com tarefas psicoeducativas programadas, segundo explicam os autores argentinos. Posteriormente com a experiência, foram introduzidas diversas modificações a fim de melhor adequar a realidade social e cultural latino-americana (CORSI; SOTÉS, 2006).

A partir disso, foram definidos dois níveis grupais: um inicial e outro avançado. O primeiro é aberto, ou seja a entrada de novos membros pode ser feita permanentemente. O principal objetivo desta etapa é a detenção de atos de violência,

privilegiando-se assim o pólo comportamental. Busca-se que estes homens se responsabilizem pelos seus atos, deixando de atribuir-los a fatores exclusivamente externos. Nesta etapa, os participantes mais antigos colaboram compartilhando com os mais novos suas experiências. Os autores apontam também que ocorre uma diminuição notável dos esforços destes homens em minimizar, negar ou ainda ocultar sua conduta violenta, visto que observam nos outros integrantes uma atitude de responsabilidade diante da violência. A passagem deste nível para o outro depende de duas condições, segundo Corsi e Sotés (2006), a saber:

1. *Que haya cesado la conducta violenta (hecho verificado por el testimonio de la mujer, en el caso en que la convivencia continúe).*
2. *Que exprese claramente su necesidad de cambio, asumida como decisión propia y no como resultado de presiones externas*¹² (p. 139).

Os grupos de segundo nível são semi-fechados e o trabalho passa a ser semi-personalizado, ou seja, com maior compromisso com a tarefa de cada participante. Esta etapa focaliza o trabalho na violência emocional, por meio de técnicas de *role-playing*, treinamento da assertividade e comunicação interpessoal. Busca promover o encontro de cada membro do grupo com suas próprias emoções. Trabalham-se também aspectos dolorosos da história dos participantes que, muitas vezes, são sobreviventes de variadas formas de abuso, maltrato e abandono, durante a infância.

A saída do grupo acontece de forma individual, após uma avaliação positiva de mudança apreciada pelo autor de violência, sua família e pelos coordenadores. No entanto, Corsi e Sotés (2006) ressaltam que os integrantes do grupo não devem em nenhum momento considerarem-se “curados”, quanto a questão da violência, “*se redefine la nueva habilidad que han adquirido para resolver conflictos interpersonales de forma no violenta, pero ello requiere una tarea permanente de autocontrol y de afianzamiento de los logros obtenidos*”¹³ (CORSI, 2006, p. 140). Há também, segundo recomendações da *Commission on*

Minimum Standards for Batterer s Treatment (Florida, 1994), apontadas por esses autores, algumas contra-indicações relevantes quanto ao trabalho interventivo com homens autores de violência. Não são recomendados:

- Modelos de intervenção que culpabilizem ou intimidem a vítima ou a coloque em situação de risco;
- Terapias familiares ou de casais durante o processo de intervenção psicoeducacional. Estes tratamentos são indicados somente após o autor de violência ter completado o trabalho grupal e cessado a violência;
- Métodos que identificam fatores psicopatológicos como causa primária de violência;
- Intervenções exclusivamente psicodinâmicas que somente exploram causas inconscientes para os atos de violência;
- Modelos baseados na teoria sistêmica que tratem a violência como um processo circular, colocando a vítima em um mesmo nível de responsabilidade.

MODELO GRUPAL REFLEXIVO DE GÊNERO UTILIZADO PELO INSTITUTO NOOS

O Instituto NOOS - Instituto de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais, localizado na cidade do Rio de Janeiro, é uma ONG formada por terapeutas de casais e famílias. Com suas atividades iniciadas em 1998, este instituto busca desenvolver ações conjugadas com serviços governamentais e não-governamentais, de forma a colaborar na prevenção da violência. Foi criado com o objetivo de levar a terapia de família e de casais a camadas populares, surgindo posteriormente diversos outros projetos. Uma das principais atividades está relacionada à violência intrafamiliar, com a realização de terapia de família e casais, grupos reflexivos de

gênero com homens e mulheres, grupo de acolhimento daqueles que estão em fila de espera para atendimento de casal e família, capacitações, entre outras atividades.

Neste texto, será dado ênfase à experiência do NOOS com os grupos reflexivos de gênero com homens, sob um enfoque sistêmico, embasado nos processos reflexivos de Tom Andersen¹⁴ (1996). Está fundamentada também em autores tais como Maturana (1995), Sluzki (1997) e Pakman (1995), no que se refere ao trabalho com redes sociais, entre outros que fundamentam a teoria sistêmica e o construcionismo social.

O trabalho grupal visa a reconstrução de significados sobre padrões de masculinidades e relações de gênero, contrapondo com as ações cotidianas dos participantes. O grupo reflexivo torna-se um espaço no qual os participantes permitem incluir seus sentimentos, subjetividades, criando um sistema grupal de convivência e reflexão sobre diversos temas cotidianos do contexto masculino e geral. Nesse sentido, torna-se também, em termos sistêmicos, uma forma de prevenção e interrupção da violência. Esse formato de trabalho grupal, provoca o compartilhamento de experiências comuns em situações semelhantes. Proporciona, com as conversações, a identificação e diferenciação de maneiras distintas de expressão da masculinidade, de forma que os participantes possam desenvolver alternativas saudáveis e pacíficas para trabalhar as diferenças e os conflitos vivenciados em seu cotidiano (ACOSTA; ANDRADE; BRONZ, 2004). De forma semelhante ao modelo apresentado por Corsi, esta metodologia de trabalho desenvolve o grupo, os sujeitos e promove a ação reflexiva de todo o processo, seja individual ou coletivo. Atitudes, comportamentos, falas tudo é trabalhado no grupo, assim como narrativas e a linguagem não verbal, que promovem diferentes ressonâncias nos participantes.

Os autores deste modelo ressaltam que não se trata de um grupo psicoterapêutico, embora apresente efeitos terapêuticos. Estes acreditam, assim como Corsi e Sortés (2006), que não seria indicado propor terapias como primeira medida para autores

de violência intrafamiliar, pois “nesses casos a terapia pode descaracterizar a autoria da violência do homem contra a vítima, podendo levá-la a negociar a situação de violência e a renunciar às ações judiciais (ACOSTA; ANDRADE; BRONZ, 2004, p. 23). Além disso, o grupo reflexivo é entendido como complementar e não substitutivo a ações policiais, médicas e psicológicas contra a violência intrafamiliar. Sempre que se julgue necessário, os integrantes do grupo são encaminhados a estes outros serviços.

Os grupos reflexivos acontecem semanalmente, durante cinco meses, com uma duração de duas horas e meia por encontro. Totalizam 20 encontros com no máximo 12 homens de diferentes faixas etárias. Os grupos são conduzidos por dois facilitadores (técnicos ou agentes comunitários) e um estagiário ou voluntário, além de uma equipe reflexiva, de acordo com o modelo de Tom Andersen. Antes do encontro iniciar, realiza-se uma reunião “pré-grupo” de uma hora com o objetivo de avaliar as sessões grupais anteriores com base nos relatórios e narrativas da equipe, atento a sentimentos, valores, crenças, expectativas, dúvidas, preconceitos, além de princípios éticos. A equipe reflete sobre o aprofundamento de determinados temas, situações mais complexas, necessidade de atendimentos individuais ou outros encaminhamentos, entre outros aspectos. Também são discutidas as percepções de cada membro da equipe sobre o processo grupal, a interação entre os participantes, sempre relacionando ao cotidiano e meio familiar de cada um deles. Após estas pontuações, a equipe planeja a dinâmica ou recurso técnico que será utilizado e organiza o encontro.

Inspirados nos escritos e na experiência de Tom Andersen, após o encontro realizam o “pós-grupo”, quando as discussões iniciadas no pré-grupo e questões referentes ao encontro são retomadas e discutidas. Estes momentos tornam-se, portanto, espaços de reflexão e planejamento de como proceder no processo grupal de forma a otimizá-lo (ACOSTA; ANDRADE; BRONZ, 2004). Na palavra dos autores:

O espaço técnico-reflexivo, comumente denominado supervisão, de acordo com a perspectiva sistêmica, é delimitado pela visão compartilhada do trabalho que, em nosso caso, se refere ao desenvolvimento dos grupos de recepção, entrevistas preliminares, grupos reflexivos – compromisso de convivência, levantamento temático, oficinas reflexivas –, construção de recursos técnicos e aprimoramento de habilidades, discussão de casos, atendimentos de apoio e articulação da rede de prevenção à violência intrafamiliar e de gênero, preparo e discussão sobre o *follow-up* (ACOSTA; ANDRADE; BRONZ, 2004, p. 31).

Diversas dinâmicas são utilizadas como geradoras de conversas em cada encontro. São utilizados variados recursos tais como: exercícios corporais, jogos de aquecimentos, dramatizações, entre outros. Desta forma, os grupos tornam-se espaços no qual ocorre a continência de estados afetivos, estímulos ao diálogo interno e externo, ajudando no entendimento de como situações de violência se constroem nas relações humanas e são reforçadas cotidianamente pela nossa cultura (ACOSTA; ANDRADE; BRONZ, 2004). Resumidamente, o modelo apresentado pela equipe do NOOS constitui-se nas seguintes atividades e recursos técnicos e metodológicos:

- atividades preparatórias: grupos de recepção e entrevistas preliminares;
- grupos reflexivos de gênero: pré-grupo, o grupo propriamente dito (compromisso de convivência e não-violência ativa, levantamento temático e dinâmicas geradoras de conversas) e pós-grupo;
- recursos complementares: atendimentos de apoio, grupos de acompanhamento *follow-up* e redes;
- pesquisa e avaliação: questionário e grupo focal;
- equipe técnica: facilitadores, estagiário e/ou voluntário e equipe reflexiva; e
- capacitação e espaço técnico-reflexivo – “supervisão”.

No encontro de recepção, os futuros participantes são informados sobre cada etapa de trabalho do grupo reflexivo, a saber: três entrevistas preliminares de triagem e/ou

encaminhamentos ao grupo; aplicação de questionário socioeconômico e sobre violência intrafamiliar de gênero; vinte encontros semanais de grupos reflexivo de gênero, com duração de 2 horas e 30 minutos cada; atendimentos de apoio; grupo focal de avaliação do trabalho e cinco encontros de acompanhamento dos participantes.

O modelo utilizado no instituto NOOS apoia-se em três importantes aspectos teóricos e metodológicos comumente utilizados em terapia familiar sistêmica ou fundamentado no construcionismo social: a equipe reflexiva de Tom Andersen, técnicas narrativas e a atenção especial no desenvolvimento de redes sociais.

Equipe reflexiva

Originalmente utilizada em terapia familiar, a equipe reflexiva é um recurso clínico criado por Tom Andersen em sua experiência como terapeuta familiar na Noruega. No formato proposto pela equipe do NOOS, ela acontece com quatro membros, sendo formada por alunos de capacitação, agentes comunitários, operadores do Direito, especialista na área de violência ou ainda ex-participantes do grupo reflexivo. A equipe pode ocupar a mesma sala do encontro grupal ou utilizar uma sala de espelhos, constituindo-se como um grupo distinto da equipe de facilitadores. Sua função está em observar cada membro da própria equipe reflexiva, do grupo reflexivo, observar a dinâmica do grupo. Consiste em uma observação participante, na qual o observador deve estar atendo a seus sentimentos, percepções e diálogos internos, assim como às narrativas, sentimentos e expressões corporais do processo grupal.

Passado algum tempo do encontro (na experiência dos integrantes do NOOS isto ocorre após dois terços do tempo total do processo grupal), a equipe pode intervir ou ser solicitada a emitir suas percepções. Neste momento os integrantes da equipe reflexiva expressam seus diálogos internos diante do

grupo em atendimento. No entanto, estes diálogos ocorrem apenas entre os membros da equipe como um sistema autônomo e não em interação direta com os participantes do grupo. Na sequência, o grupo passa a refletir sobre o que foi comentado.

Sobre as técnicas narrativas

Muito utilizadas para o trabalho clínico, as técnicas narrativas mostram-se como importantes instrumentos para se explorar no grupo significados associados a padrões de masculinidade, feminilidade, crenças, valores entre outros aspectos. As histórias que contamos e recontamos de nós mesmos constituem narrativas pessoais repletas de crenças, valores e sentimentos que guiam nossa maneira de ser e se posicionar diante o mundo. Estas tornam-se histórias dominantes que nos subjetivam, em detrimento de outros fatos de nossas vidas que são desconsiderados para que esta história faça sentido (WHITE, 1994). Assim, no processo grupal, cada integrante tem oportunidade de vivenciar a diversidade de significados e percepções sobre si apresentandos e vividos no grupo, na medida que ocorre a reflexão grupal, promovendo a mudança e o desenvolvimento de novas formas de ver e vivenciar determinadas questões.

Grandesso (2000), em seu livro sobre a reconstrução do significado, enfatiza que o ser humano vive imerso em uma trama de significados construídos por ele mesmo em seu convívio e no diálogo entre pares, os quais são organizados pela linguagem como narrativas. Estas narrativas tornam-se organizadoras da própria experiência humana, atribuindo valor a ela, funcionam como uma matriz de significados que dão sentido aos acontecimentos cotidianos. Fundamentando-se em autores do construcionismo social, Grandesso ressalta que:

São as narrativas que determinam a seleção de aspectos da experiência para serem expressos e as direções nas vidas e relacionamentos das pessoas (White, 1991; White & Epston, 1990; Epston, White & Murray, 1992).

Considera-se que algumas narrativas favorecem para que as pessoas organizem sua experiência e sigam evoluindo para níveis de complexidade cada vez maior no seu ciclo evolutivo. Contudo, outras funcionam como verdadeiras âncoras que impedem, restringem ou dificultam essa caminhada evolutiva. (GRANDESSO, 2000, p. 31).

Segundo a autora, um terapeuta construtivista/construcionista social busca “criar um espaço conversacional que permita que o novo, o inesperado, se apresente na construção de realidades alternativas mais libertadoras” (GRANDESSO, 2000, p.31 e 21). Neste sentido, segundo Acosta, Andrade e Bronz (2004), os facilitadores que trabalham sob esta perspectiva no modelo apresentado pela equipe do NOOS fazem uso das técnicas narrativas “para estimular os participantes a encontrarem novos significados associados às experiências violentas que têm vivido, o que pode propiciar novas formas de se relacionar com esse problema, mudando suas atitudes e comportamentos” (p. 25).

A atenção ao desenvolvimento de Redes Sociais

Um importante recurso utilizado proveniente da teoria sistêmica para trabalhar a violência é a metáfora de redes sociais. Identificamos a rede social de um integrante do grupo ao perguntarmos sobre suas relações significativas. A metáfora de redes pode ser útil na identificação dos envolvidos em uma determinada situação de violência, de forma a explorar os sentidos e significados surgidos em determinados contextos e promover a resignificação, de forma a provocar a mudança e transformação. Sluzki (1997), de forma semelhante às indicadas por Jorge Corsi, referenciado anteriormente, afirma que uma das condições facilitadoras da violência é a segregação, o isolamento social e o sigilo profissional, enfatizando assim a importância do trabalho em grupo, em redes, em instituições de forma a quebrar o segredo e socializar as informações e integrando a família em um sistema de apoio.

A equipe do NOOS utiliza o recurso de redes sociais não apenas nos grupos específicos com homens autores de violência, como também em ações e políticas de prevenção e responsabilização. Vivemos em redes, sejam estas formadas por pessoas, ou organizações, grupos, comunidade. Estas redes nos auxiliam a desenvolver narrativas, redes comunicacionais, sentidos e significados para cada vivência humana, sempre influenciada por aspectos socioculturais. Entre as diversas possibilidades de redes, podemos classificar, no caso de violência familiar, cinco tipos: a familiar, a comunitária, a de segurança pública, a de justiça e a de saúde. Estas precisam ser constantemente ativadas e conectadas durante o processo interventivo sob o olhar sistêmico.

Nos grupos reflexivos do gênero do NOOS, estimula-se que os participantes do grupo estabeleçam vínculos fraternos entre si, de maneira a tornar-se um recurso contra a reincidência da violência. Busca-se também valorizar e fortalecer, quando não criar, a rede significativa de cada integrante, ou seja, amigos, colegas, familiares, comunidade de forma que construam condições de enfrentamento da violência. Procura-se estreitar a ligação entre cada integrante do grupo por processos de identificação, dinâmicas de integração, compromissos de convivência e conotação positiva¹⁵ de relações de cooperação, respeito, confiança. A partir deste processo no grupo, segundo a experiência realizada no NOOS, muitos dos integrantes passam a valorizar e fortalecer suas redes fora do grupo também, com seus familiares, amigos, comunidade, em decorrência de suas novas experiências de vínculos e parcerias no grupo reflexivo.

MESCLANDO, REFLETINDO, INTEGRANDO – POR QUE ATUAR SISTEMICAMENTE

Dada a complexidade do tema violência intrafamiliar e do trabalho interventivo com o autor de violência, cada vez mais

estamos convencidos de que intervenções convencionais, muitas destas buscando causas para o comportamento violento, um perfil do autor de violência, ou explicações exclusivamente intrapsíquicas, não são satisfatórios ou suficientes. Ravazzolla (2007) aponta esta questão, indicando a utilização de grupos de conversação e reflexão no trabalho com o tema violência intrafamiliar. Grupos estes que busquem formas de flexibilizar e construir masculinidades não violentas, no caso de homens, e nos grupos de mulheres, constituir um espaço de compartilhamento e fortalecimento. Para re-socializar, cada vez mais são valorizados modelos grupais que promovam novas aprendizagens nas relações familiares e sociais baseadas no limite e respeito.

Os principais grupos interventivos realizados no âmbito latino-americano em países como Honduras, Peru, Argentina e México são propostos por linhas feministas (BEIRAS et al., 2007), ocupando-se da atenção tanto de homens quanto das mulheres, muitos destes baseados em grupos de auto-ajuda (como é o caso de um grupo realizado na cidade do México) ou ainda grupos de caráter psicoeducativos e terapêutico divididos em níveis (México, Peru e Argentina). Estes grupos são fundamentados por variadas abordagens teóricas e são, em sua maioria, interdisciplinares.

A despeito das iniciativas pioneiras de diversos países, cabe destacar, em termos de Brasil, iniciativas em fase de implementação, em decorrência das recomendações da nova Lei Maria da Penha. Estas iniciativas reforçam a importância de pesquisas na área interventiva sobre violência masculina contra a mulher. Uma destas é da Secretaria de Valorização da Vida e Prevenção da Violência, em Nova Iguaçu - RJ. onde está sendo implantado o Centro de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência de Gênero. Esta iniciativa inspira-se em discussões e programas já desenvolvidos na América Latina e programas anteriores realizados por ONGs, como o Instituto NOOS, que há alguns anos vem realizando este tipo de intervenção com homens e, em paralelo, com mulheres

também, na cidade do Rio de Janeiro. Esta cidade se destaca como pioneira (contando inclusive com experiências de grupos de homens autores de violência em Tribunais de Justiça da Capital e região metropolitana) já muito antes da regulamentação da Lei Maria da Penha, em intervenções deste porte.

A tendência, para os próximos anos é que haja uma expansão destes centros, considerando a recomendação existente na Lei Maria da Penha. O projeto de Nova Iguaçu pretende ser uma possibilidade no município para as penas restritivas de liberdade, mediante a recomendação do juiz em participar de programas de educação e responsabilização. Os homens serão encaminhados pelo poder judiciário, pelos centro de atendimentos às vítimas, Varas de Infância e Juventude, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), organizações não governamentais, serviços de saúde, havendo também a emergência de demanda espontânea. Grupos como estes têm sido implementados em diferentes cidades e Estados brasileiros, embora ainda timidamente, a saber: Florianópolis (na Delegacia da Mulher da Capital), Blumenau (serviço municipal), Belo Horizonte, São Paulo, Vitória, Recife, entre outras iniciativas em vias de implementação. Certamente, o desenvolvimento de estudos sobre esta temática pode ampliar a discussão sobre o autor de violência e romper barreiras culturais, sociais e institucionais. Autores tais como Ravazzola (2007) e Zuma (2004) ressaltam que a leitura sistêmica muito tem enriquecido intervenções com o autor de violência, como estas apresentadas anteriormente, reconhecendo a complexidade da questão e trabalhando em diferentes frentes, considerando todo o contexto, relações e redes envolvidas. A visão sistêmica auxilia na identificação de padrões repetitivos e desenvolve a possibilidade de desativá-los, evita rótulos fixos sobre os participantes e facilita a percepção de resiliências pessoais e familiares (RAVAZZOLA, 2007).

Quanto à interdisciplinaridade, Beiras e Moré (2007) destacam a necessidade de superação da fragmentação e dicotomização

de ações em saúde, comuns no modelo cartesiano de formação. A aceitação do desafio que a realidade nos impõe na contemporaneidade nos coloca de frente com a interdisciplinaridade e comunicação entre diferentes saberes. Além disso, diante do raciocínio sistêmico, faz-se importante destacar nossa co-responsabilidade na construção de realidades, relações e complexidades, promovendo ações integrativas. Portanto, o trabalho interventivo com o autor de violência, atento à rede de relações, ao contexto e aos significados e sentidos narrativos, tomando por base a lógica relacional-sistêmica promove uma compreensão menos simplista desta problemática, vislumbrando o ser humano em sua complexidade e ampliando as possibilidades de atuação e alcance destas ações.

Em minha experiência de pesquisa e participação *in loco* em grupos de homens autores de violência em países da América Latina e EUA¹⁶, conheci diversas atuações, com diferentes enfoques. Reconheço que o pensamento sistêmico aliado à teoria feminista e aos estudos de masculinidades são os recursos que se apresentam como mais completos e eficazes para intervenções com este público. Sem desmerecer outras abordagens e experiências, penso que a teoria sistêmica está atenta a complexidade desta temática, a interdisciplinaridade, a necessidade de atuação em todo o contexto ao invés de atuações específicas, pontuais e individuais. Além disso, busca desconstruir rótulos, papéis fixos e narrativas que colaboram para violências de gênero.

A leitura sistêmica de grupo, as experiências históricas da terapia familiar e de casais, a atenção a redes sociais e o construcionismo social vão ao encontro de atuações mais profícuas, estando de acordo com diversas recomendações de organismos internacionais e estudiosos desta temática. Intervir contra a violência atendendo somente as vítimas seria atuar de uma forma incompleta, superficial, sem estancar o problema. Atuar com homens autores de violência auxilia a prevenir futuros atos de violência, incorporando os homens e

responsabilizando-os pelos seus atos de forma a integrá-los a questão não apenas como o problema, mas sim como parte da solução. A atuação em diversos níveis, macro, meso e micro, focado pelo pensamento sistêmico demonstra coerência quanto a complexidade da questão.

A construção e reconstrução de identidades, visões de mundo, reflexões culturais e de gênero, nas experiências apresentadas, promove ações de saúde menos individualizantes e fragmentadas e, sim, mais próximas à construção de igualdade de gênero, direitos humanos e cidadania. A interseção entre o pensamento sistêmico e as teorias de gênero e masculinidades, assim como diversos estudos de violência apresentam-se como uma alternativa eficiente para intervenções neste setor, merecendo novos estudos e maior destaque no âmbito da saúde pública, jurídico e nos estudos sobre a violência intrafamiliar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, F.; ANDRADE, A. F.; BRONZ, A. *Conversas Homem a Homem: Grupo Reflexivo de Gênero. Metodologia*. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 2004.

ALMEIDA, M. V. *Senhores de Si - uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.

ALMEIDA, M. V. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. *Anuário Antropológico/95*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

ANDERSEN, T. *Processos reflexivos*. Rio de Janeiro: Instituto NOOS-ITF, 1996.

ANDERSEN, T. Reflexões sobre a Reflexão com as Famílias. In.: McNAMEE, S.; GERGEN, K. J. *Terapia como Construção Social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ANDOLFI, M. *A Terapia Familiar*. Lisboa: Vega Editorial, 1981. p. 69-85.

ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo* (Maringá), v. 7, n. 2, jul/dez. 2002. Disponível em: www.scielo.org.

BEIRAS, A.; OCAMPO, C. L. M. O Psicólogo na comunidade: a busca pela integração e interdisciplinaridade nas intervenções comunitárias. *Psicologia Brasil*, n. 40, p. 26-29, abr. 2007.

BEIRAS, A.; CLÍMACO, D. A.; LODETTI, A. S.; LAGO, M. C. S.; TONELI, M. J. Programas de Atenção a Homens Autores de Violência Latino-Americanos – A Importância da Ampliação de Discussões Referentes à Violência Masculina, após um Ano de Lei Maria da Penha. In: XIV Encontro Nacional da ABRAPSO: Diálogos em Psicologia

Social, Rio de Janeiro. 31 de out a 03 de nov. 2007. *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO: Diálogos em Psicologia Social*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, 2007.

CONNELL, R. W. *Masculinities*. Berkeley: University of California Press, 1995.

CORSI, J. *Violencia familiar*. Una mirada interdisciplinaria sobre un grave problema social, Buenos Aires, Paidós, 1994.

CORSI, J.; DOHMEN, M.; SOTÉS, M. Á.; MÉNDEZ, L. B.. *Violencia masculina en la pareja*. Una aproximación al diagnóstico y a los modelos de intervención. Buenos Aires: Paidós, 2006.

DANTAS-BERGER, S. M.; GIFFIN K. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? *Cad. Saúde Pública*, v. 21, n. 2, Mar./Apr. 2005.

ELKAIM, M. Autoreferência e sistema terapêutico. *Nova Perspectiva Sistêmica*, n. 5, p. 6-15, jun. 1994.

FERREIRA, A. B. H. *Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GRANDESSO, M. A. *Sobre a reconstrução do significado*. Uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

HEISE L.; PITANGUY J.; GERMAIN A. *Violencia contra la mujer: la carga oculta sobre la salud*. Washington DC: Organización Panamericana de la Salud/ Organización Mundial de la Salud; 1994.

KIMMEL, M. S. Homofobia, temor, vergüenza y silencio em la identidad masculina. In: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. (Org.). *Masculinidades*. Santiago: Isis Internacional; FLACSO Chile, 1997. p. 49-62.

KRUG, E. G.; DAHLBERG, L. L.; MERCY, J. A.; ZWI, A. ; LOZANO, R. (Ed.) *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization, 2002.

MACHADO, L. Z. Matar e morrer no feminino e no masculino. In: OLIVEIRA, D.; GERELDES, E.; LIMA R. B. (Org). *Primavera já partiu*. Retratos dos homicídios femininos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 96-121.

MATURANA, H. Biología y violencia. In: CODDOU, F. et al. *Violencia en sus distintos ámbitos de expresión*. Santiago de Chile: Dolmen, 1995.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.4, n.1, p.7-23, 1999.

OLIVEIRA, R. C. O atendimento psicanalítico com autores de agressão. In: GRYNER, S.; RIBEIRO, P. M. C. M.; OLIVEIRA, R. C. *Lugar de palavra*. Rio de Janeiro: Núcleo de Atenção à Violência (NAV), 2003, p. 63-69.

PANIAGUA, H. A. Discontinuidades en el modelo hegemónico de masculinidad. In: GOGNA, M. (Org.). *Feminidades y Masculinidades. Estudios sobre salud reproductiva y sexualidad en Argentina, Chile y Colombia*. Buenos Aires/Argentina: CEDES, 2000. p. 193-244.

PAKMAN, M. Redes: una metáfora para práctica de intervención social. In: DABAS, E. NAJMANOVICH, D. (Org.). *Redes, el lenguaje de los vínculos*. Buenos Aires: Paidós,

1995

RAVAZZOLA, M. C. Violência nas Relações Familiares: Por que uma visão sistêmica e de gênero? *Pensando Famílias*, v. 11, n. 1, p. 11-28, jul, 2007.

SLUZKI, C. E. *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

WATZLAWICK, P.; WEAKLAND, J.; FISCH, R. *Mudança. Princípios de formação e resolução de problemas*. São Paulo: Cultrix, 1973

WHITE, M. *Guias para una Terapia Familiar Sistemica*. Barcelona: Gedisa, 1994.

ZUMA, C. E. *A violência no âmbito das famílias: identificando práticas sociais de prevenção*. 2004. 40f. Monografia (Especialização em Gestão de Iniciativas Sociais) - LTDS/COPPE/UFRJ e SESI/DN. Rio de Janeiro, 2004.

“PALAVRA DE PULSO FIRME”: A COORDENAÇÃO DE GRUPOS COM HOMENS ACUSADOS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO ENQUANTO AGENTE REFLEXIVO E TRANSFORMADOR

Gustavo Espíndola Winck

Marlene Neves Strey

REFLEXÕES INICIAIS: A “PALAVRA DE PULSO FIRME”

“Claro que a última palavra é o homem quem dá. A gente tem que dar a palavra na hora certa, a palavra de pulso firme”. O significado implícito desta fala, transcrita a partir de entrevista realizada com um dos participantes da pesquisa sobre violência de gênero que realizamos, a partir de documentação em nosso Diário de Campo, representa a razão principal pela qual percebemos que este texto deveria ser escrito. Diferentemente de grande parte dos trabalhos ao estudo desta temática, propomos o diferencial de escrevê-lo sob a perspectiva masculina, fundamentando-se na experiência de um homem enquanto coordenador de grupos formados por acusados de violência de gênero: ao mesmo tempo em que discutiremos o tema do ponto de vista empírico, refleti-lo-emos também do ponto de vista subjetivo, enquanto parte de um mesmo universo significador da masculinidade.

Quando o participante, acima referido, conceitua a palavra do homem como a “palavra de pulso firme”, há nesta expressão

um sem-número de referenciais, normas e valores, em uma linha temporal que talvez nem conseguíssemos precisar em que momento exato começou. A expressão “pulso firme” passa uma idéia de fortaleza, de dominância, e sua associação com “palavra” pode ser mais análoga do que inicialmente pareça: as palavras têm força, sim; a palavra é um dos maiores instrumentos de transformação e também de coerção de que dispomos. Através dela são transmitidos todos os valores e signos que irão influenciar desde simples padrões relacionais individuais até a complexidade entrópica de uma identidade social; ainda são as palavras que também nos ajudam a fundamentar o aprendizado da repressão e do subjugo de tudo aquilo que consideremos impróprio, afrontador e “desnecessário” (GUARESCHI; HÜNING, 2005). É justamente na importância desta “força” que argumentamos o ponto central de discussão deste texto: através da coordenação de grupos de reflexão junto a homens acusados de violência de gênero, indagamo-nos o quanto a interação proporcionada por esta atividade pode ser capaz de instituir um real processo de reflexão (e de posterior transformação) em todos os envolvidos - coordenador e participantes - acerca dos diversos aspectos subjetivos e sociais ali intrínsecos.

Como estratégias de intervenção no contexto da violência de gênero, trabalhos sociais voltados à prevenção têm demonstrado maior eficácia do que a própria aplicação de punições em âmbito judicial. Junto a isto, uma mudança de paradigmas no âmbito acadêmico, buscando efetivamente levar a ciência até a população através de intervenções orientadas por novas perspectivas de aplicação social do conhecimento, tende também a gerar maiores progressos – especialmente no campo das relações de gênero (COOK; KOSS, 2001; VAN SOEST, 2004; CORTEZ; PADOVANI; WILLIAMS, 2005; WINCK; STREY, 2006). Saffioti (2003), por sua vez, considera especificamente o grupo de reflexão com homens acusados de violência de gênero como a intervenção com maior potencial junto a esta demanda, pois, além de colocá-los em uma posição

auto-reflexiva, com isso exerce também um indispensável papel pedagógico.

Pesquisa realizada por Echeburua, Fernandez-Montalvo e Amor (2006) com agressores confessos em prisões espanholas, por exemplo, demonstrou que a realização de grupos pode promover uma significativa mudança nas crenças subjacentes à violência de gênero – a agressão, física ou psicológica, é, simultaneamente, comportamento e símbolo. Uma vez que a representação do ato seja tomada como prioridade, o investimento em uma tentativa também de “reaprendizado” da violência e das relações de gênero adquire enorme valor (WINCK; STREY, 2008).

Lorber e O’Leary (2004) identificaram que mais de 60% dos homens que violentaram fisicamente suas companheiras em um relacionamento prévio repetiram esta conduta em pelo menos um dos seus três relacionamentos seguintes, trinta dias após a punição judicial. Isso, para os autores, sugeriu que seria muito provável a perseveração da violência doméstica enquanto não se desenvolvessem estratégias de intervenção junto aos homens agressores. Mais ainda: a violência não cessa por si só apenas a partir de sua pura e simples contenção física; é preciso encontrar meios de identificar e dismantelar toda a complexidade de fatores estruturais anteriores à sua perpetração (HUMPHREYS; JOSEPH, 2004; ARRIAGA; CAPEZZA, 2005).

Os serviços de saúde, especialmente aqueles localizados nas comunidades, são fundamentais à promoção de assistência e de acolhimento. Tais serviços representam um importante fator de proteção e de estímulo à busca por apoio em situações de violência doméstica, e os/as profissionais encarregados/as precisam não somente estar conscientes desta responsabilidade, como também estar tecnicamente instrumentalizados/as para dela darem conta. Quando a rede pública de assistência às vítimas de agressões funciona e desempenha bem o seu papel, contribui para a diminuição da violência, porque a retira do território da banalidade. Contudo,

para tanto, é necessário investimento e capacitação (MCKIE, 2003; FRANÇOIS et al., 2004; PUREWAL, 2003; KLEIN, 2004; GOODMAN et al., 2005; KRISHNAN, 2005; SOKOLOFF; DUPONT, 2005).

Sendo assim, a partir do momento em que o objetivo de pesquisar sobre as percepções masculinas acerca da violência e das relações de gênero foi estabelecido, percebemos que tal compreensão poderia ter grande potencial quando associada a uma aproximação, indo além da capacitação técnico-teórica. Portanto, daqui em diante, propomos que o texto seja escrito em primeira pessoa, tornando-se um relato franco e direto da experiência vivenciada por um dos autores, Gustavo Espíndola Winck, pois coube a ele toda a etapa de intervenções e entrevistas. A base fundamental para o conteúdo estará nas anotações datadas no supracitado Diário de Campo, o qual se tornou um companheiro inseparável ao longo de todos os meses investidos na pesquisa, registrando um vasto repertório de reflexões e sentimentos. Dessa forma, a proposta central é, dentro das possibilidades, tentar compreender e discutir o fenômeno da masculinidade a partir das premissas e potencialidades que a experiência de refleti-lo, e não somente de estudá-lo, pode proporcionar.

ESTUDOS DE GÊNERO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Primeiramente, é preciso sempre lembrar que gênero não é sinônimo de sexo. Enquanto o sexo remete à dimensão biológica, o gênero é compreendido, basicamente, a partir da interseção de quatro elementos inter-relacionados: os símbolos culturais, os conceitos normativos que significam estes símbolos, as organizações e instituições sociais e, por fim, a identidade social subjetiva (relacionada às forças históricas e culturais). Assim, a própria dicotomização - e conseqüente oposição - entre os dois termos pode vir a obnubilar aquele que é o grande foco dos estudos de gênero: como são percebidas e

significadas as diferenças relacionais entre homens e mulheres (independentemente do sexo), procurando, assim, compreender as incongruências e disparidades nos seus papéis sociais (SCOTT, 1995; FEMENÍAS, 2003; RODRÍGUEZ, 2002; STREY, 2004).

O estabelecimento dos estudos feministas (origem dos estudos sobre gênero), através da produção acadêmica e das militâncias políticas e sociais, valorizou o papel histórico e social das mulheres como elemento essencial não somente para relações de gênero mais eqüitativas, mas também para a busca de uma sociedade mais eqüitativa. Conseqüentemente, isso se refletiu na realização de um grande número de estudos, resgatando e pautando as suas vicissitudes, representações, e os processos históricos que arbitrariamente lhes atribuíram um papel coadjuvante e segregado. Este papel, mesmo que seja hoje combatido ou repudiado, mantém-se e renova-se no cotidiano, através de discursos, práticas e relacionamentos, fazendo com que a legitimação da violência também seja produto de práticas e de valores sociais que as próprias relações de gênero ajudem a preservar e a fortalecer (SAFFIOTI, 1987; PETERSEN, 1999; STREY, 2002, 2004).

Identificar quais seriam as raízes dessas percepções é um dos objetivos centrais das pesquisas na área, pois tais percepções podem levar à produção de concepções cada vez mais polarizadas acerca dos papéis de gênero. O estabelecimento dos estudos feministas, especialmente a partir de movimentos iniciados ainda no século XIX, representou (e ainda representa) a proposta de permanente reflexão acerca destes e de tantos outros paradigmas, em prol de uma aproximação entre os papéis de gênero e os estudos sociológicos, históricos e antropológicos (GARCIA, 1998; ANDERSON; UMBERSON, 2001).

Assim, a problematização acerca das funções e das representações de gênero na sociedade contemporânea insurge na tentativa de transformar – ou de, ao menos, desacomodar – paradigmas já tão constituintes de determinados valores, ditames e paradoxos. Mesmo sendo este um processo

extremamente complexo, as suas expressões em nível individual já demonstram sinais de uma maior conscientização de responsabilidade e de busca por direitos antes negligenciados. Isso permite que, hoje em dia, sejam trazidas à tona denúncias de violência doméstica que, há não muito tempo atrás, ficariam limitadas ao ambiente familiar, sufocadas pelo medo e por motivações circunscritas a questões morais legitimadoras da submissão feminina (PETERSEN, 1999).

A experiência na coordenação de grupos com homens acusados de violência de gênero permitiu-me identificar com mais clareza o quanto a legitimação de uma postura mais agressiva e autoritária do homem passa pela prática de valores culturalmente instituídos. Uma pesquisa realizada no Brasil pelo Instituto Patrícia Galvão (2004) trouxe alguns dados ilustrativos desta situação, perguntando a 2002 participantes (52% mulheres e 48% homens) “O que a sociedade pensa sobre a violência contra as mulheres”: 38% das pessoas entrevistadas concordaram com a afirmação “mulher que trai o homem até que merece apanhar”, e 16% referiram existir, claramente, situações nas quais seria plenamente justificada a agressão do homem à mulher. É como se existisse claramente uma justificativa para a mulher resignar-se, pelo simples e irrefutável fato de que seu agressor é um homem em seu direito de agredir. Do homem é, mais uma vez, o direito à voz de comando, à ação concreta e não mais simbólica da “palavra de pulso firme” (WERBA, 2004).

O GRUPO: SOMOS TODOS HOMENS (E AGORA?)

Após um período de muitas incertezas e ressalvas, a proposta foi enfim apresentada a um Fórum da região metropolitana da cidade de Porto Alegre/RS, onde a sua conseguinte efetivação ganhou contornos através de uma importante iniciativa da instituição, a qual integraria a participação nos grupos de reflexão às suas audiências judiciais: os homens enquadrados

nas queixas de violência doméstica estariam obrigados a frequentar os grupos de reflexão, durante um tempo mínimo de três meses, sem faltas ou reincidências, conforme compromisso assinado pelo acusado em juízo.

Ser o coordenador do grupo não me isentava em nenhum momento de estar sujeito às mesmas normas e valores daqueles aos quais se voltava minha atenção profissional. Os mais de dois meses de aguardo até a formação do primeiro grupo, período no qual assisti a muitas audiências de conciliação, fizeram-me pensar no que poderia estar por trás do baixo comparecimento das vítimas em expedientes de violência doméstica, sabendo-se que ambas as partes teriam sido intimadas. Não poderiam estar elas intimidadas pelos seus agressores, ou então desacreditadas quanto à eficácia das medidas possíveis?

O próprio medo, por parte das vítimas, pode ser um dos maiores portos-seguros do agressor. Em uma acusação de ameaça de morte, por exemplo, talvez seja mais fácil criticar a mulher que “desperdiçou” a única chance que teria para judicialmente conclamar os seus direitos, do que se dar conta de que ela ali não compareceu justamente pelo simples fato de estar ameaçada de morte. Este critério pode parecer ainda mais coerente quando associado à convivência junto de um companheiro que já provou cumprir suas ameaças, e que faz questão de, periodicamente, mantê-las verossímeis.

Pois assim, após um período de ansiedades e expectativas, o dia para o início do primeiro grupo finalmente chegou. O horário combinado para o grupo foi o final de tarde, quando então eu poderia utilizar a sala onde as audiências de conciliação eram realizadas. A comunidade onde a pesquisa foi desenvolvida é fortemente caracterizada em seu mercado de trabalho pelo setor industrial, então um horário após o expediente era essencial.

Foi então que, naquele entardecer de agosto, o grupo enfim adentrou a sala. Eles possivelmente não sabiam, mas o ineditismo e o receio frente ao novo não eram sensações

exclusivas suas: para mim, a própria atividade de coordenação de grupos também estreava naquele dia, tomando emprestados sentimentos muito parecidos: medo, insegurança, dúvidas. Algo que não era possível abstrair da relação que se iniciava entre o grupo e eu era a implícita representação de “autoridade” na qual, naquela situação, eu me inseria. Isto especialmente levando-se em conta o lugar onde estávamos (e que, por conseguinte, eu supostamente estava representando) e o papel que eles representavam diante deste lugar.

Todos ocuparam uma das cadeiras, dispostas em círculo, como usual. Algo que procurei deixar claro desde o início foi que o grupo não era um castigo, uma punição, um lugar onde ficariam recebendo lições de moral ou sendo julgados - questões certamente pertinentes de serem discutidas tomando-se como referência os valores que um Fórum representa enquanto instituição social associada a castigo e severidade (BERGER; LUCKMANN, 2004). Tentei descrever aquele como um espaço livre, no qual todos poderiam falar o que pensavam e o que sentiam a respeito dos temas que nos propuséssemos a discutir, com espontaneidade e sem ter necessariamente que passar por cerceamentos moralistas – mesmo a presença deles não sendo tão espontânea quanto o ideal.

Daquele dia em diante, passei a ter a oportunidade de conhecer as suas histórias e os seus pontos de vista sobre as circunstâncias que ali os trouxeram. Passaram a, pouco a pouco, sentirem-se mais à vontade e a expressarem como se sentiam enquanto acusados: o que pensavam a respeito disto, bem como a maneira pela qual percebiam o lugar que ocupavam na vida social e no ambiente familiar.

CONVERSA DE HOMEM: “NESSAS HORAS A GENTE QUER SER MACHÃO”

Uma questão que, desde o primeiro encontro, revelou-se bastante importante foi o conceito que cada um dos participantes tinha acerca de violência. A grande maioria apresentou um entendimento que somente relacionava-a com agressões físicas diretas: socos, pontapés, tapas, etc. Empurrões e puxões de cabelo raramente entravam nesta categorização, já que não eram considerados propriamente atos de violência. Conseqüentemente, muito menos reconhecimento ainda tinham quaisquer demonstrações de violência psicológica, tais como ofensas, humilhações e xingamentos.

Uma das melhores ilustrações para esta questão ocorreu em uma tarde na qual eu observava as audiências, quando então as advogadas atendiam a um caso no qual a vítima dizia ter sido agredida por dois rapazes que a teriam chamado de vagabunda. Ao finalizar, um dos rapazes interpelou-se à discussão afirmando que “chamar de vagabunda não é agressão”. O outro ainda complementou que, se tivesse agressão, teria que ter marcas no corpo - nada mais categórico e evidente para exemplificar a noção pragmática e limitada que atende, muitas vezes, ao significado socialmente reconhecido para a violência (SCOTT, 1995; PETERSEN, 1999; PEREIRA, 2004; STREY, 2004).

Algo que percebi de imediato era a necessidade de propor uma reflexão acerca destes conceitos, pois o tempo, aliado à assimilação de valores sociais específicos, havia se encarregado de criar referenciais que eram interpretados já como naturais. Já estava legitimada uma série de representações sociais para as relações de gênero, algo que a cultura e a história fortificaram, de modo que uma suposta interpelação ou tentativa de transformação poderiam mostrar-se em demasiado pretensiosas, supérfluas – e, por isso, muitas vezes fadadas ao insucesso. O mesmo secular processo que precede a legitimação das incontáveis variáveis que constituem as relações de gênero anestesia a sociedade contra o próprio veneno que inocula (MOSCOVICI, 2003; BERGER; LUCKMANN, 2004).

É importante, neste contexto, apontar que a violência de gênero pode ser entendida, segundo Saffioti e Almeida (1995), como a forma de agressão mais democrática que existe, pois não escolhe etnia e classe social. É mito associá-la somente a camadas economicamente menos favorecidas, pois o maior diferencial neste aspecto está no receio pela busca de assistência profissional e/ou institucional. Independentemente de quaisquer fatores deste tipo, o papel de submissão associado à mulher é freqüentemente um fator bastante impeditivo para que ela rompa um ciclo de violência ou deixe de sujeitar-se a diferentes animosidades, sejam elas vivenciadas com o companheiro ou no cotidiano social (SAGER, 2005).

Os próprios referenciais, a partir dos quais a mulher se percebe neste contexto, podem mostrar-se mais que suficientes para a mesma resignar-se e refugiar-se nos seus próprios mitos como o de, por exemplo, simplesmente por ser mulher, dever saber perdoar, compreender as intempestividades do marido, fazer qualquer coisa para preservar a sua família e contentar-se em ser coadjuvante na vida em sociedade, na convivência familiar e, sobretudo, no relacionamento conjugal (GRACIA; HERRERO, 2006). Esta é uma ilusória e demagógica pseudo-valorização do feminino, amplamente respaldada pela própria mídia e que, por si só, cumpre o papel de perseverar as relações de poder socialmente institucionalizadas entre homens e mulheres. É preciso que nos demos conta de que tais relações de poder não estão aí por acaso, muito menos surgiram “do nada; sejam elas implícitas ou explícitas, sejam intencionais ou já absorvidas pela naturalização, é fundamental que nos apropriemos destas questões, percebendo a quem (e a que) elas estejam servindo (WINCK, 2006, 2008; WINCK; STREY, 2006).

Estudos e discussões contemporâneas parecem estar, cada vez mais, contribuindo para a socialização dos temas relacionados às relações de gênero, indo de encontro a estruturas opressoras e estigmatizadoras já há tanto tempo institucionalizadas. São estas mesmas estruturas que, muitas vezes, estão no centro de toda a problemática da violência de gênero, fazendo parte de

um complexo sistema que exclui, desvaloriza e oprime a mulher - baseando-se em pressupostos fundamentadores de uma verticalização do poder e da representação social (SAFFIOTI, 1987; SCOTT, 1995; PETERSEN, 1999, RODRÍGUEZ, 2002; D'CRUZE; RAO, 2004; PEREIRA, 2004; STREY, 2004).

Sendo assim, não é a toa que a própria violência de gênero, muitas vezes, passa a ser mais um recurso para a legitimação destes mesmos pressupostos. A notória ascensão da mulher no meio social, através de um amplo processo de re-significação de antigos paradigmas de gênero, pode servir de exemplo a isto. Através de uma progressiva inserção da mulher na política e no trabalho, sua representação social também mudou – o que, de certa forma, “assustou” muitos homens, colocando-os em uma espécie de “crise”. Conseqüentemente, a então chamada “crise da masculinidade” acabou por gerar grande insegurança e desconforto naqueles que, por um direito supostamente adquirido, até então se encontravam em uma posição de poder e de representação social bem mais tranqüila e assegurada.

A violência, física ou psicológica, para certos homens, surge a partir do momento em que se impõe a necessidade de assumir novos, porém inaceitáveis papéis – levando, assim, a uma ameaçadora intervenção (ou inversão) na “normalidade” com a qual estavam até então habituados (SAFFIOTI, 1987; NOLASCO, 1995a; SCOTT, 1995; STREY, 2002, 2004; GUARESCHI; HÜNING, 2005). Um estudo de Mahalik et al. (2005), por exemplo, aponta que os comportamentos controladores e coercitivos próprios às relações de gênero podem estar fortemente relacionados à vivência subjetiva de sentimentos de medo e insegurança. A transformação do lugar do homem na cultura e na sociedade colocou-o em um papel transitório, por vezes incômodo, que destituiu grande parte de um poder que lhe parecia implícito e lhe trouxe dúvidas acerca de sua própria masculinidade na identidade social – interrompeu-se a sua própria continuidade histórica, ao passo que a mesma foi substituída por incertezas. Isto fez com que os homens não apenas se sentissem perdendo o seu papel de gênero, ou então tendo que se adaptar a uma

“nova masculinidade”, mas também colocando-os em uma situação até então sem precedentes e conhecida somente pelas mulheres: uma sensação de “não-pertencimento” e de exclusão (RUTHERFORD, 1992; NOLASCO, 1995B; MACINNES, 1998).

Existe, pois, uma cultura da masculinidade, que naturaliza determinadas práticas e conceitos. Baseados nisto, muitos homens, apropriam-se destes pressupostos e os trazem à realidade “concreta” através da violência contra a mulher. A violência de gênero, portanto, adquire freqüentemente o papel de expressão (e de demarcação) para a dominação masculina na relação, configurada em tentativas inconseqüentes para a reafirmação ou a recuperação de um *status quo* supostamente destituído. Os estereótipos viris do “machão” e do provedor ainda reverberam-se pungentes na identidade masculina, mostrando-se argumentos ideais para tudo que pareça inconcebível através de outros tipos de análise (NOLASCO, 1995a; STREY, 2004).

Nesse sentido, as falas de diversos participantes a partir da pergunta “o que justificaria um homem impor-se diante de uma mulher” mostraram-se bastante ilustrativas (os participantes serão separados por “/”): “Eu acho que o homem não aceita ser mandado pela mulher” / “Não aceito ninguém gritar comigo” (...) “Aquela vontade está dentro, de se impor” (...) “Às vezes, o cara chega da firma e desconta” / “Ela tenta gritar comigo, mas eu não fico quieto pra ela. (...) Na casa da gente é a gente que manda. (...) “Na minha casa, ninguém grita mais alto do que eu” / “Vem de pai, isso” / “Quando tem dinheiro, está tudo bem” / “O cara tem que ter a voz mais alta, mas na hora certa”.

Noutro encontro, quando a pergunta foi “qual seria o papel do homem no relacionamento conjugal, as verbalizações também foram categóricas: “É o chefe da família; isso vem de geração, de passado, que o homem é ‘o cabeça’ da família” (...) “Claro que a última palavra é o homem quem dá; a palavra mais forte pra definir alguma coisa que, pro bem do casal” (...) “[O homem] faz isso, faz aquilo e a mulher só fica esperando. Claro,

tem mulher que corre, faz isso e aquilo, mas daí? Quem é que é o cabeça? O cabeça é o cara que está junto ali, é o esteio. Nós somos o esteio da casa, e se nós não ‘se dirigir’, e deixar por elas, daí o quê? O que vão pensar da gente?”.

Estava ali evidente uma série de valores seculares sobre a masculinidade que, definitivamente, definem muito do que se entende por ser homem nos dias de hoje. Culturalmente, diversos termos associados ao feminino são relacionados a idéias de fraqueza, de insegurança e de submissão, ao mesmo tempo em que palavras masculinas remetem à fortaleza, à segurança e à independência. Isto faz com que se criem protótipos normativos e valorativos para “ser homem” ou “ser mulher”, mutuamente exclusivos e excludentes. À mulher, por conseguinte, ficou reservado o espaço de menor representatividade, tanto dentro quanto fora de casa, deixando-a, ao mesmo tempo, cercada e sufocada por um sentimento de inferioridade e por uma instituída necessidade de dependência ao homem - o que era, inclusive, oficialmente legitimado e proclamado através de leis, doutrinas, teorias científicas e filosóficas (DORAIS, 1994; STREY, 2002).

A constituição da sociedade ocidental, a partir de sua procura por normas reguladoras que viabilizassem a sua própria existência funcional e possibilitassem a sua homeostasia enquanto sistema, instituiu o princípio da hierarquia como um de seus conceitos reguladores fundamentais. A hierarquização, por sua vez, fundamenta-se no pressuposto da detenção do poder, tornando-o a partir de então parte constitutiva e indelével às relações e às representações sociais que nela ocorram. Logo, o relacionamento social mostra-se pautado, antes de tudo, em relações de poder – contexto no qual os papéis de gênero constituem um dos maiores e ilustrativos exemplos (SCOTT, 1995; MOSCOVICI, 2003; GUARESCHI; HÜNING, 2005).

Assim, os princípios dualistas vinculados às relações de gênero, quando institucionalizados, expressam-se (e expandem-se) desde a família nuclear até as instituições sociais.

Muitos casos de violência conjugal têm seu escrutínio evitado por uma ideologia que, aqui no Brasil, chamamos de “em briga de marido e mulher não se mete a colher” – a qual, inclusive, foi corroborada por 66% dos/as participantes entrevistados na supracitada pesquisa do Instituto Patrícia Galvão (2004). Isto demonstra que algumas formas de violência, de acordo com certas referências culturais, podem ser até aceitas ou, ao menos, justificáveis, permanecendo assim “invisíveis” à esfera pública. Os crimes contra a mulher freqüentemente não chegam às estatísticas justamente porque ficam estritamente associados a questões consideradas como sendo privativas ao casal (BEVACQUA; BAKER, 2004; D’CRUZE; RAO, 2004; HOPKINS; KOSS, 2005).

Para ilustrar, outro participante, em determinado momento, comentou como se comportava diante da esposa quando estava embriagado: “Nessas horas a gente quer ser machão” (sic). Assim, segundo contou, não era incomum mandá-la calar a boca quando julgasse apropriado, e “botar para correr” (sic) quem quer que se opusesse em seu caminho: “Saio pra beber e volto só no outro dia (...) “O cara fica mais machista quando ‘tá’ no álcool, tem mais coragem” (sic). Procurou justificar o seu comportamento dizendo que já avisa a mulher previamente para não lhe dirigir a palavra quando chega em casa naquele estado, instruindo-lhe a deixá-lo quieto. Como ela não segue a sua “recomendação”, ele a agride, já que, segundo a sua opinião, “ela avança” (sic), acusando-o de ter uma amante. Ao lhe perguntar acerca desta situação, ele assume que “apronta um pouco”, tendo de fato outra mulher há dois anos. Quando, então, pergunto se a sua esposa reclamaria justamente por saber disto, diz que ela não pode afirmar nada, pois nunca viu, não tem nenhuma prova. Conta ainda que já quis separar-se duas vezes, mas a separação seria algo “muito pesado” (sic) para ele: teria que dividir ou ceder muito patrimônio à mulher.

Sobre as agressões propriamente ditas, o mesmo participante disse que quase já tentou matar a mulher duas vezes, o que comentou com certa ironia. Quando lhe perguntei como isso

aconteceu, assim ele narrou uma das situações: “Agarrei num pau, dei na nuca.” (sic). A outra foi assim mencionada: “Dentro de casa, passei a mão numa faca” (sic). Quanto às brigas dentro de casa, diz que há muito tempo brigam na frente dos filhos e das filhas. Relatou ainda que o menino mais velho, já adolescente, estava mostrando-se violento, querendo “avançar” (sic) nele e também na mãe.

Outro participante assim relata: uma ocasião sua companheira, estando ele cochilando na cama, teria pegado uma faca e ficado em posição de golpeá-lo. Neste momento, disse ter acordado e lhe acertado um chute: “Toquei-lhe o pé nela, dei um coice nos peitos dela!”, disse rindo. Ainda falou que, recentemente, a mesma havia brigado com outra mulher, no local onde moravam, por causa das desconfianças com relação à sua fidelidade conjugal. Então o perguntei sobre o que sentia por ela: “Não gosto mais dela, mas vou ‘güentar’, nem que seja de arrasto! (...) Ela não quer me largar, não tem jeito, que nem carrapato; ela me avança, e eu não quero bater nela. O dia que eu der um tapa, vou matar ela”.

Um bom exemplo para ilustrar os limites (ou a sua falta) nas relações de gênero é quando acabam os argumentos e a violência acaba sendo o recurso disponível. Porém, tal qual nos tempos primitivos, tal recurso é assegurado somente à parte mais “forte” (muito mais no sentido figurado do que, necessariamente, no sentido físico). Neste sentido, convém lembrar que discussões e desentendimentos que levem à violência podem ocorrer tanto pelo lado do homem quanto pelo da mulher; contudo, a agressão masculina é muito mais freqüente, perigosa e presumida (JANSSEN et al., 2005; RENAUER; HENNING, 2005). As mulheres, portanto, normalmente estão em desvantagem nestas situações, fazendo com que, quando vitimizadas, demonstrem tentativas menos freqüentes de defesa ou de procura por ajuda quando comparadas às (muito raras) situações nas quais seriam os homens as vítimas de violência (WILLIAMS; HEBL, 2005).

A noção que os participantes apresentavam acerca das qualidades e dos predicados de suas companheiras também é algo interessante de ser comentado. Enquanto um disse que a melhor maneira de deixar a mulher mais tranqüila era ficar dando-lhe dinheiro, outro falou que a sua mulher era uma “boa pessoa”, porque limpava a casa. A respeito do que consideravam necessário para “tratar bem” as mulheres, as respostas também foram peculiares: tomar chimarrão, fazer sexo e não deixar faltar nada (material) no lar mostraram-se freqüentes. Um deles comentou que, quando ainda estavam juntos, considerava essencial que ele e a ex-esposa tivessem, todos os dias, dez minutos para conversarem.

O “HOMEM COM H”: DISCUTIR PARA TRANSFORMAR

De certa forma, muitas das questões de gênero discutidas no grupo me soaram estranha e infelizmente familiares. Quando crianças, meninos geralmente são bombardeados, tanto dentro quanto fora de casa, com frases do tipo “homem não chora”, “seja homem”, dentre tantas outras. Parece haver uma espécie de esforço conjunto para que os meninos correspondam o mais cedo possível a todas as expectativas machistas e autocráticas que lhes são dirigidas, assim como acontece inversamente com as mulheres. É preciso que, o quanto antes, os meninos tornem-se verdadeiramente os tais exemplares conhecidos pelo jargão popular de “homem com H” (NOLASCO, 1995B; TREVISAN, 1998; CUSCHNIR; MARDEGAN, 2001).

O estereótipo do masculino advém diretamente da antítese de um feminino abertamente identificado como incondicionalmente delicado, carente e emotivo. Ao homem, por outro lado, cabe cumprir a função de bastião social e familiar: é ele quem pode (e deve) ser viril, protetor e independente. A superficial delicadeza no surgimento e no uso de uma expressão como “sexo frágil” vem a cumprir o seu grande e talvez único papel no teatro da vida real: garantir a

coexistência de um “sexo forte”. Nisso, o próprio homem aprisiona a si mesmo: para quem é reservado o papel de forte e provedor, não há espaço para a emoção, a humildade e a sensibilidade. Para certos homens, é grande a angústia de precisar compulsoriamente corresponder a um lugar-comum cheio de prerrogativas que, por vezes, mostram-se paradoxalmente tão convenientes quanto extenuantes (DANTAS-BERGER; GIFFIN, 2005; GOMES, 2008).

Cada vez mais acuadas e inseguras quanto ao seu valor e à sua representatividade social, muitas mulheres estão progressivamente mais propensas a aceitar a vitimização como sendo parte da sua própria condição de mulher, enquanto o sobrepujo do homem é entendido e tolerado, da mesma forma, como parte da essência da masculinidade (GIFFIN, 1994; HEISE, 1994; BOONZAINER; DE LA REY, 2003). Expressões machistas já estão tão culturalmente aceitas, que tentativas de questionamento facilmente soariam demagogicamente moralistas e de importância duvidosa.

Portanto, a violência de gênero, retomamos, não precisa necessariamente do corpo para imprimir-se; antes disto, está por trás de nossas posturas e concepções mais sutis e cotidianas. Mantemo-nos em permanente relação de cumplicidade e omissão diante do preconceito escancarado e irrestrito na abordagem cotidiana que estabelecemos frente às relações de gênero. O valor lídimo da mulher transforma-a em um objeto a mais para a administração e o usufruto do homem, ou seja, quem detém o poder que assim lhe instituiu (GIFFIN, 1994; ROCHA, 2003; WINCK; STREY, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: EXPANDINDO FRONTEIRAS

Repensar a masculinidade e os papéis de gênero não é tarefa fácil, porém é extremamente necessária. Se cada um de nós, no grupo, fosse um cadeado, eu diria que os nossos encontros procuraram ser a chave para tentar abri-lo; cabe então uma

decisão individual em usá-la ou não – e, mais importante, como usá-la. Os estereótipos de gênero, assim como estão na atualidade, podem transformar-se. Para isso, é necessário que repensemos novas significações, novos sentidos para as relações de gênero, é preciso que abramos os cadeados que nos prendem ao “normal” e expandamos as nossas próprias fronteiras em busca de coisas relativamente simples no âmbito dos relacionamentos e valores pessoais, mas que acabaram ficando em segundo plano.

Podem ser muito bonitos os discursos acerca da igualdade, porém temos de tomar cuidado com este termo. Somos (ou deveríamos ser), sim, iguais enquanto cidadãos e cidadãs, independentemente de sexo ou de sexualidade, mas somos também muito diferentes individualmente. Não limitemos-nos ao lugar-comum de que há diferentes necessidades e particularidades entre homens e mulheres, o que é evidente, mas assumamos que existem inúmeras diferenças de homens para homens e também de mulheres para mulheres: “Homem é tudo igual”, “mulher é tudo igual”, quantas vezes já ouvimos ou dissemos estas frases? Antes de sermos homens e mulheres, somos pessoas, estas diferentes entre si, e que deveriam estar, aí sim, em pé de total igualdade de direitos, de responsabilidades e de representatividade. Igualdade, não esqueçamos, não é sinônimo de equidade.

Pessoalmente, o grupo com os homens incutiu-me transformações íntimas e fundamentais, pois percebi que, para lidar com um assunto destes em uma demanda tão específica, teria eu de estar primeiramente disposto a trabalhar também os meus próprios pressupostos, valores e discursos. Quando verdadeiramente damo-nos conta de nossos próprios disparates e incoerências, podemos vivenciar a sensação de que as coisas enfim tomam os seus devidos lugares – passando então a revelarem-se um tanto absurdos os lugares que anteriormente ocupavam.

Quando as pessoas perguntam sobre o resultado efetivo do grupo, respondo que ele não existe visando o resultado, mas

sim o processo. Certamente a receptividade e a importância às questões lá discutidas não foram as mesmas para todos, porém acredito que esta atividade pôde, em certos casos e em certos momentos, revelar-se de grande valia neste propósito. Novos homens e novas mulheres são possíveis e viáveis diante das nossas urgências no campo das relações de gênero, e podemos passar a sê-los e sê-las a partir de já, na medida em que dispormo-nos para tanto – e isto pode, no final das contas, não se mostrar tão difícil assim.

Assim, não mais será necessária qualquer exigência, incoerência ou violência; poderemos abolir o “pulso firme” das palavras e das atitudes para então podermos conviver com as nossas diferenças, sem deixar de reconhecer também as nossas semelhanças. A força da palavra, conforme foi mencionado no início do texto, adquiriu um novo significado através do grupo, tanto para mim quanto para os participantes – não enquanto instrumento para impor-se ou subjugar, mas sim para, essencialmente, mobilizar, conscientizar e transformar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, K.; UMBERSON, D. Gendering violence: Masculinity and power in men's accounts of domestic violence. *Gender & Society*, v. 15, n. 3, p. 358-380, 2001.

ARRIAGA, X. B.; CAPEZZA, N. M. Targets of partner violence: The importance of understanding coping trajectories. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 20, n. 1, p. 89-99, 2005.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 24 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BEVACQUA, M.; BAKER, C. “Pay no attention to the man behind the curtain”: Power, privacy and the legal regulation of violence against women. *Women & Politics*, v. 26, n. 3-4, p. 57-83, 2004.

BOONZAIER, F.; DE LA REY, C. “He’s a man, and I’m a woman”: Cultural constructions of masculinity and femininity in South African women’s narratives of violence. *Violence Against Women*, v. 9, n. 8, p. 1003-1029, 2003.

COOK, S.; KOSS, M. Action research: Informing interventions in male violence against women. *Integrating behavioral and social sciences with public health*. Washington: American Psychological Association, 2001.

CORTEZ, M. B.; PADOVANI, R. C.; WILLIAMS, L. C. Terapia cognitivo-comportamental com homens agressores. *Estudos de Psicologia*, v. 22, n. 1, p. 13-21, 2005.

CUSCHNIR, L.; MARDEGAN, E. *Homens e suas máscaras: A revolução silenciosa*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DANTAS-BERGER, M.; GIFFIN, K. A violência nas relações de conjugalidade: Invisibilidade e banalização da violência sexual? *Cadernos de Saúde Pública*, v. 21, n. 2, p. 417-425, 2005.

D'CRUZE, S.; RAO, A. Violence and the vulnerabilities of gender. *Gender & History*, v. 16, n. 3, p. 495-512, 2004.

DORAIS, M. *O homem desamparado*. São Paulo: Loyola, 1994.

ECHEBURUA, E.; FERNANDEZ-MONTALVO, J.; AMOR, P. Psychological treatment of men convicted of gender violence: A pilot study in spanish prisons. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, v. 50, n. 1, p. 57-70, 2006.

FEMENÍAS, M. L. *Judith Butler (1956)*. Madrid: Ediciones del Orto, 2003.

FRANÇOIS, I. et al. Domestic violence: What are the difficulties for practitioners? *Presse Medicale*, v. 33, n. 22, p. 1561-1565, 2004.

GARCIA, S. M. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In: ARILHA, M.; RIDENTI, S.; MEDRADO, B. *Homens e masculinidade*. São Paulo: Ecos/Editora 34, 1998.

GIFFIN, K. Violência de gênero, sexualidade e saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 10, supl. 1, p. 146-155, 1994.

GOODMAN, et al. Women's resources and use of strategies as risk and protective factors for reabuse over time. *Violence Against Women*, v. 11, n. 3, p. 311-336, 2005.

GOMES, R. *Sexualidade masculina, gênero e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

GRACIA, E.; HERRERO, J. Acceptability of domestic violence against women in the European Union: A multilevel analysis. *Journal of Epidemiology and Community Health*, v. 60, n. 2, p. 123-129, 2006.

GUARESCHI, N. M.; HÜNING, S. M. *Foucault e a psicologia*. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2005.

HEISE, L. *Violence against women: The hidden health burden*. Washington: World Bank Discussion Papers, 1994.

HOPKINS, C. Q.; KOSS, M. Incorporating feminist theory and insights into a restorative justice response to sex offenses. *Violence Against Women*, v. 11, n. 5, p. 693-723, 2005.

HUMPHREYS, C.; JOSEPH, S. Domestic violence and the politics of trauma. *Women's Studies International Forum*, v. 27, n. 5-6, p. 559-570, 2004.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. *O que a sociedade pensa sobre a violência contra a mulher*, 2004.

JANSSEN, P. A. et al. Of mice and men: Will the intersection of social science and genetics create new approaches for intimate partner violence? *Journal of Interpersonal Violence*, v.20, n.1, p. 61-71, 2005.

KLEIN, R. Sickening relationships: Gender-based violence, women's health and the role of informal third parties. *Journal of Social and Personal Relationships*, v. 21, n. 1, p. 149-165, 2004.

KRISHNAN, S. Do structural inequalities contribute to marital violence? *Violence Against Women*, v. 11, n. 6, p. 759-775, 2005.

LORBER, M. F.; O'LEARY, K. D. Predictors of the persistence of male aggression in early marriage. *Journal of Family and Violence*, v. 12, n. 6, p. 329-338, 2004.

MACINNES, J. *The end of masculinity: The confusion of sexual genesis and sexual difference in modern society*. Buckingham: Open University Press, 1998.

MAHALIK, J. R. et al. The role of insecure attachment and gender role stress in predicting controlling behaviors in men who batter. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 20, n. 5, p. 617-631, 2005.

MCKIE, L. Gender, violence and health care: Implications for research, policy and practice. *Sociology of Health and Illness*, v. 25, n. 1, p. 120-131, 2003.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: Investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NOLASCO, S. A desconstrução do masculino: uma contribuição crítica à análise de gênero. In: NOLASCO, S. (Org.) *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995A.

NOLASCO, S. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995B.

PETERSEN, A. Discutindo o uso da categoria gênero e as teorias que respaldam estudos de gênero. In: STREY, M. (Org.). *Gênero por escrito: Saúde, identidade e trabalho*. Porto Alegre: EdUPUCRS, 1999.

PEREIRA, V. L. Gênero: Dilemas de um discurso. In: STREY, M. N.; CABEDA, S. T.; PREHN, D. R. *Gênero e cultura: Questões contemporâneas*. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2004.

PUREWAL, J. Gender, violence, sexuality and health: Redefining the matrix. In: THARA, R.; PATEL, V. *Meeting the mental health needs on developing countries: NGO innovations in India*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2003.

RENAUER, B.; HENNING, K. Investigating intersections between gender and intimate partner violence recidivism. *Journal of Offender Rehabilitation*, v. 41, n. 4, p. 99-124, 2005.

ROCHA, K. B. Retratos da fama. In: GUARESCHI, P.; BIZ, O. (Orgs.). *Diário Gaúcho: Que discurso? Que responsabilidade social?* Porto Alegre: Evangraf, 2003.

RODRÍGUEZ, E. Por qué le llaman género cuando quieren decir sexo? Uma aproximación a la teoría de la performatividad de Judith Butler. *Athenea*, n. 2, p. 30-41, 2002.

RUTHERFORD, J. *Men's silences*. Londres: Routledge, 1992.

SAFFIOTI, H. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 115-136, 2003.

SAFFIOTI, H.; ALMEIDA, S. Cidade maravilhosa: A outra face. In: *Violência de gênero: Poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAGER, R. (Produtora e diretora) *Canto de Cicatriz* [filme/documentário], 2005.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SOKOLOFF, N.; DUPONT, I. Domestic violence and the intersections of race, class and gender: Challenges and contributions to understanding violence against marginalized women in diverse communities. *Violence Against Women*, v. 11, n. 1, p. 38-64, 2005.

STREY, M. Aprendendo a ser inferior: as hierarquias de gênero. In: STREY, M.; LYRA, A.; XIMENES, L. (Org.) *Gênero e questões culturais: A vida de mulheres e homens na cultura*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

XIMENES, L. Violência de gênero: uma questão complexa e interminável. In: STREY, M.; AZAMBUJA, P.; JAEGER, F. *Violência, gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2004.

TREVISAN, J. *Seis balas num buraco só: A crise do masculino*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VAN SOEST, D. What social workers can do about violence: learnings from the lives of 37 men. *Social Work in Health Care*, v. 38, n. 3-4, p. 435-453, 2004.

WERBA, G. C. Quero ficar no teu corpo feito tatuagem: reflexões sobre a violência contra o corpo da mulher. In: STREY, M.; CABEDA, S. *Corpos e subjetividades em exercício interdisciplinar*. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2004.

WINCK, G. E. Entrar na mídia para sair da média: Considerações sobre gênero, mídia e Ideologia. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 7 - Gênero e preconceitos: anais*. Florianópolis: Mulheres, 2006.

WINCK, G. E. Saindo da mídia para entrar na média: Masculinidade e relações de gênero nos discursos midiáticos. In: STREY, M.; WILKE, M. E.; BALESTRIN, V. (Org.). *Encenando gênero: Cultura, arte e comunicação*. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2008, p. 289-305.

WINCK, G. E.; STREY, M. N. Considerações sobre gênero a partir da coordenação de grupos com homens acusados de agressão. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 7 - Gênero e preconceitos: anais*. Florianópolis: Mulheres, 2006.

WINCK, G. E.; STREY, M. N. Percepções sobre o gênero em homens acusados de agressão. *Psico*, v. 3, n. 38, p. 246-253, 2007.

WINCK, G. E.; STREY, M. N. “A voz mais alta, mas na hora certa”: A naturalização da violência de gênero enquanto recurso legitimado ao homem. *Ártemis*, v. 9, p. 113-133, 2008.

WILLIAMS, M. J.; HEBL, M. R. Warding off the attacker: Self-defense in theory and in practice. *Journal of Applied Psychology*, v. 35, n. 2, p. 366-382, 2005.

A DEMOCRATIZAÇÃO DO ATENDIMENTO A ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE: INTERFACE COM A JUSTIÇA RESTAURATIVA

Lúcia Capitão

INTRODUÇÃO

A dimensão interdisciplinar da sócio-educação visando a democratização do atendimento na privação de liberdade clama por um saber profissional compartilhado, colocado à disposição de outros atores sociais, tanto profissionais da área sócio-educativa, quanto adolescentes, familiares e profissionais das demais políticas públicas. Tal compartilhamento agrega o conhecimento técnico, em sua amplitude ético-política com o conhecimento daqueles que vivenciam a privação de liberdade: educadores sócio-educativos, adolescentes e familiares.

O aprimoramento do atendimento sócio-educativo certamente encontra-se para além dos muros institucionais. As consequências da *instituição total*¹⁷, profundamente estudadas por Goffman, somente serão amenizadas à medida que o poder do conhecimento, tanto teórico quanto vivencial, ceder lugar à democratização do atendimento, oportunizando a comunicação e o entrelaçamento dos saberes para a efetiva construção sócio-educativa. Dessa forma, por meio da ênfase na comunicação entre os atores sociais é possível estabelecer proposições coletivas de responsabilização compartilhada. Redirecionar assim a ação, partindo de uma proposta vertical para a ação participativa em termos de responsabilização.

A pesquisa que ora se apresenta permitiu vislumbrar novas possibilidades na democratização do atendimento sócio-educativo na medida de internação o que pode ser apreendido nesta síntese que busca apresentar as vivências dos atores sociais na trajetória da proposta da Justiça Restaurativa na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE). Importante ressaltar que a sócio-educação, depois da Constituição de 1988 e com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, vem num crescente. Houve avanços, mas se encontra num período intermediário, num momento em que é possível retroceder, por isso a necessidade de ações garantidoras de direitos humanos aos jovens em cumprimento de medida sócio-educativa privativa de liberdade.

Essa possibilidade de retrocesso do atendimento sócio-educativo é questionada pela Justiça Restaurativa que surge como uma possibilidade de maior articulação com as políticas públicas, num avanço do atendimento sócio-educativo. O exercício profissional em uma instituição sócio-educativa privativa de liberdade conta com grades, trancas de ferro e cadeados como “auxiliares pedagógicos”, defrontando-se com idéias pré-concebidas e deterministas. A inovação, portanto, nestes espaços rígidos deve ser firme, paulatina e constante. Firme o suficiente para não sucumbir aos “conservadores de plantão”. Paulatina e constante para não gerar receio de perda de controle e conseqüentes movimentos desastrosos que possam colocar em risco a integridade física de adolescentes e servidores. A instituição tem sua história, e esta deve ser considerada no intuito de se avançar na busca de alternativas, para eficácia de sua função, pautadas em evoluções vanguardistas de políticas públicas para a juventude.

A proposta da Justiça Restaurativa possibilita o reconhecimento do outro, de suas necessidades e de suas potencialidades sinalizando, portanto, fragilidades e fortalecimentos dos usuários das políticas públicas, bem como, das próprias políticas públicas a fim de contribuir para a satisfação das necessidades. Escancara os limites profissionais e

institucionais com o objetivo de dar transparência à violação de direitos humanos, de colocar na responsabilidade de todos a garantia da cidadania.

SITUANDO A PESQUISA¹⁸

A Justiça Restaurativa é definida pelo Conselho Econômico e Social da ONU (2002, s/p) como “qualquer processo no qual a vítima e o ofensor e, quando apropriado, quaisquer outros indivíduos ou membros da comunidade afetados por um crime participam ativamente na resolução das questões oriundas do crime, geralmente com a ajuda de um facilitador”. Na interface com a sócio-educação no âmbito da privação de liberdade, o tema das práticas de Justiça Restaurativa foi objeto de pesquisa de mestrado e descortina a conexão da Justiça Restaurativa com a execução da medida sócio-educativa de internação, examinando a possibilidade de sua contribuição na democratização do atendimento a adolescentes privados de liberdade.

O projeto piloto na FASE foi organizado de forma a se realizarem círculos restaurativos na composição da avaliação semestral do interno envolvendo um representante técnico da equipe de atendimento, o jovem, a família, a comunidade e a rede de atendimento, com o objetivo de trabalhar a responsabilização sobre o ato infracional, a compreensão das necessidades no momento do ato, caminhar para um acordo e elaborar, de forma integrada, um plano de atendimento com vistas ao retorno comunitário. Os círculos restaurativos foram realizados sem a participação presencial da vítima, sendo o conflito lembrado pelo coordenador, abordando as consequências para a família, para o adolescente e comunidade.

A investigação vem ao encontro da inquietação científica da pesquisadora, produzida pela prática profissional como Assistente Social, na época, fazendo parte da equipe de trabalho

da FASE na execução das medidas privativas de liberdade. Tal inquietação está intrinsecamente relacionada à proposta de atendimento sócio-educativo a esses sujeitos adolescentes, autores de ato infracional, privados de liberdade, diante das contradições que se apresentam na difícil realidade de retorno ao convívio comunitário e que também se referem às expectativas sociais de “transformação” da consciência dos sujeitos mediante a internação.

Como objetivos específicos a pesquisa voltou-se para desvendar os desafios contemporâneos de garantia de direitos humanos para adolescentes autores de ato infracional e seus rebatimentos na política de atendimento da privação de liberdade. Buscou identificar os pressupostos ético-políticos, técnico-operativos e teórico-metodológicos da Justiça Restaurativa na FASE/RS e sua inter-relação com os pressupostos do Serviço Social. O estudo objetivou, ainda, analisar como se estabelece a relação entre a proposta da Justiça Restaurativa na FASE e as possibilidades de afirmação da garantia de direitos humanos de adolescentes autores de ato infracional na política de atendimento da privação de liberdade, além de conhecer a experiência dos adolescentes, familiares, comunidade e técnicos da FASE e da rede de atendimento participantes do piloto da Justiça Restaurativa no que se refere à garantia de direitos humanos dos adolescentes privados de liberdade.

CONTEXTUALIZANDO A SÓCIO-EDUCAÇÃO

A normatização de um Sistema de Garantia de Direitos para crianças e adolescentes a partir dos marcos da Constituição Federal – CF de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece as diretrizes da execução de medidas protetivas e sócio-educativas, entre elas a internação. Contudo, ainda se tem muito a caminhar, especialmente, diante dos desafios que contemporaneamente se redesenham com o

embate e invasão do pensamento conservador na sócio-educação em suas novas faces, poupadoras de direitos, neste início de século.

De forma enfática se discute o que preconiza a própria legislação, como no momento, a discussão da redução da maioria penal, discussão que vem a tona tomando-se por base situações extremas, mas que não contempla nem considera a real situação da juventude de nosso país, muito menos as condições da execução da medida sócio-educativa de privação de liberdade no âmbito da garantia de direitos e democratização das ações.

Estudar a política de atendimento para o adolescente autor de ato infracional nos faz incursionar sobre a história do atendimento sócio-educativo no país e os rumos desta política na contemporaneidade a fim de compreender a concepção de liberdade e o compromisso com a garantia de direitos aos adolescentes privados de liberdade neste tempo histórico, quando há um risco eminente de retrocesso na garantia de direitos humanos no campo específico da política da juventude.

A privação de liberdade do jovem autor de ato infracional está regida, a partir do ECA, pelos princípios da brevidade, excepcionalidade e do respeito à condição peculiar, devendo garantir ao jovem o direito a tratamento digno, programa em condições adequadas e realização de atividades externas. No intuito de ratificar o compromisso de garantia de direitos aos adolescentes em conflito com a lei, o Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo – SINASE¹⁹ define parâmetros da gestão pedagógica no atendimento sócio-educativo assinalando que:

o adolescente deve ser alvo de um conjunto de ações socioeducativas que contribua na sua formação, de modo que venha a ser um cidadão autônomo e solidário, capaz de se relacionar melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra a sua circunstância e sem reincidir na prática de atos infracionais. (SINASE, 2006, p. 46)

Na contemporaneidade, é possível verificar, que os avanços instituídos na política de atendimento da criança e do

adolescente, pós-ECA, ainda não são suficientes para sedimentar a proteção integral. É importante salientar que o cumprimento da medida sócio-educativa privativa de liberdade, não garante em si a não reincidência quer por condicionantes próprios da situação particular de cada adolescente e família quer em função do contexto econômico e social cujas determinações incidem na prática do ato infracional. A exigência ou expectativa criada de que a família deve contribuir para garantir um conteúdo ético-pedagógico no cumprimento da medida sócio-educativa deve ser considerada a partir das condições deste grupo familiar. A atenção às famílias deve partir da concepção de que os problemas trazidos por jovens e famílias estão relacionados à vida familiar na estrutura social. É fundamental focar para além do individual deslocando-se o olhar para uma intervenção a partir do entendimento de que não apenas um membro da família necessita de atenção, mas a família como um todo na perspectiva de totalidade.

Tais processos de atenção produzem mudanças na forma como a instituição vê as pessoas de origem do adolescente privado de liberdade. Permite uma desmistificação e contribui para uma atitude de respeito e consideração na interação institucional no decorrer do cumprimento da medida sócio-educativa. Atitude esta, com certeza, que influencia na forma como a família é vista no âmbito do sistema, desde a visita na unidade de atendimento até a presença e participação nas audiências, que carecem de uma reorganização do espaço físico, propiciando um ambiente mais acolhedor e garantindo maior esclarecimento sobre o ritual, estimulando, assim, a participação.

Na unidade de internação estão os adolescentes autores de ato infracional, mas, muitas vezes, internados também estão os profissionais, técnicos ou monitores, que experimentam o dissabor da vivência do intramuros institucional, pelo contingente da privação da liberdade e da peculiaridade da situação própria do tensionamento da detenção. Este profissional diversas vezes se vê imerso no cotidiano

institucional voltado para o diagnóstico do interno/adolescente e de sua família numa percepção recheada de “clichês”. A visão do desleixo sobre a educação, orientação e acompanhamento e a possibilidade de ação conjugada e abonada pela família com relação ao envolvimento infracional com definições pré-estabelecidas de família desestruturada, família permissiva ou família negligente integram esses “clichês”. Tais conceitos interferem na sugestão a ser apresentada ao juiz para subsidiar a decisão da medida sócio-educativa a ser aplicada, por ocasião das avaliações semestrais. Dessa forma, tem-se que o ato infracional na ótica conservadora importa menos do que a visão sobre a organização do grupo familiar.

A história deste ser é importante e deve ser vista não com a finalidade de fundamentar sua delinquência, como destaca Foucault (2004, p. 211): “o delinqüente se distingue do infrator pelo fato de não ser tanto seu ato quanto sua vida o que mais o caracteriza”, mas no intuito de reverenciar suas possibilidades e de construir novas estratégias de satisfação de suas necessidades. Sendo assim, considerar o quadro familiar não significa manter a medida privativa de liberdade, mas contribuir para as transformações familiares e sociais necessárias para a ampliação das políticas de sócio-educação.

Faz-se necessário buscar outras formas de significar a medida, de co-responsabilizar a sociedade, e os órgãos públicos oferecendo ao jovem e à família o fortalecimento e a possibilidade de construir uma trajetória de inclusão e cidadania. Na perspectiva da garantia de direitos é que se quer estudar a proposta da Justiça Restaurativa. A contribuição desta forma alternativa de solução de conflitos, embasada em princípios éticos de respeito, horizontalidade, participação, inclusão, protagonismo pode ser vital na política de atendimento sócio-educativo a fim de democratizar ações para o enfrentamento das expressões que se manifestam no modo e condição de vida dos adolescentes autores de ato infracional.

É possível perceber a existência destes princípios no SINASE, porém é necessário efetivar práticas sócio-educativas que

permitam ao adolescente, em cumprimento de medida sócio-educativa, sua família e comunidade ser sujeitos de sua própria história, interagindo com outros atores para perceber suas vivências e suas estratégias diante do contexto econômico e social.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa apresentada é do tipo exploratório, realizada com base no método dialético-crítico, buscando desvendar o real num movimento de investigação e intervenção, aprofundando a análise na busca da transformação e novas sínteses a partir do vivido. Conhecer o vivencial, na investigação proposta, permitiu uma aproximação com o atravessamento do real sobre os encaminhamentos realizados no decorrer do cumprimento da medida sócio-educativa e no estudo proposto e reconhecer as facilidades e as dificuldades na concretização do estabelecido na reavaliação dessa medida. Dessa forma, investigar a política de atendimento sócio-educativo de privação de liberdade e dialogar com os sujeitos envolvidos na proposta da Justiça Restaurativa e na elaboração do plano de atendimento oportunizou aprofundar a análise a partir da revelação dos desafios contemporâneos de reafirmação de direitos e da visão que se tem sobre o objeto estudado e como se percebem nesse contexto.

Alcançar a experiência social de adolescentes, familiares e profissionais, permitiu, portanto, aprofundar o entendimento sobre a medida sócio-educativa de internação e as interfaces com a proposta da Justiça Restaurativa na FASE, sob os pressupostos do Serviço Social, oportunizando-se, assim, uma aproximação com os significados, para os sujeitos de pesquisa, da democratização do atendimento na perspectiva da garantia de direitos humanos. Os dados qualitativos, aludindo Minayo (1992), são importantes na construção do conhecimento e

podem permitir o início de uma teoria ou a sua reformulação, refocalizando ou clarificando abordagens já consolidadas.

As categorias analíticas do método, utilizadas como referências no estudo foram: a contradição, sob o aspecto de negação inclusiva; historicidade, considerando o momento, o processo e o devir; e a totalidade, que é a articulação das múltiplas determinações, numa constante relação entre os fenômenos. Já as categorias teóricas explicativas da realidade propostas para a pesquisa são: garantia de direitos humanos da juventude; política de atendimento sócio-educativo de privação de liberdade e Justiça Restaurativa.

O universo da pesquisa foi de 165 adolescentes autores de ato infracional em cumprimento de medida de internação na FASE, seus familiares e profissionais envolvidos nos procedimentos restaurativos na instituição. Por constituir-se, portanto em pesquisa qualitativa e no intuito de se aprofundar o entendimento sobre a contribuição da Justiça Restaurativa na privação de liberdade, os sujeitos da pesquisa abrangeram três segmentos, quais sejam adolescentes, familiares e profissionais.

Para a realização da coleta de dados, utilizou-se como técnicas a pesquisa documental, revisão bibliográfica e coleta coletiva. A pesquisa documental efetivou-se com base em documentos contemporâneos primários como: Legislação Internacional e Nacional da Infância e Juventude; Documentos do Sistema de Justiça da Infância e da Juventude: Registros oficiais existentes na FASE sobre o planejamento e implantação da experiência piloto da Justiça Restaurativa na instituição, bem como documentos estatísticos: Prontuários dos cinco adolescentes que participaram da experiência piloto da Justiça Restaurativa na FASE e Entrevistas - banco de dados de entrevistas do Núcleo de Pesquisa em Ética e Direitos Humanos da PUCRS - com os casos do projeto piloto da FASE e documentos relativos à pesquisa sobre o Projeto Justiça para o Século 21, desenvolvido pela 3ª Vara do Juizado Regional de Porto Alegre, tendo a FASE como parceira. Para a revisão bibliográfica utilizou-se como fontes livros, congressos e conferências, relatórios técnicos,

periódicos, teses, reportagens da imprensa falada e escrita, cinema, televisão e artigos sobre a política de atendimento sócio-educativo de privação de liberdade e a Justiça Restaurativa. Já a coleta coletiva deu-se com um grupo de discussão, realizado em um único encontro, com a participação de técnicos de áreas distintas da rede de atendimento envolvidos na experiência da Justiça Restaurativa na FASE.

A análise e interpretação dos documentos e dos dados realizaram-se a partir do referencial teórico norteador das categorias teóricas do método e das categorias explicativas da realidade além daquelas categorias que emergiram do contato com os documentos e dos contatos com os profissionais na coleta coletiva.

A JUSTIÇA RESTAURATIVA E A GARANTIA DE DIREITOS NA DEMOCRATIZAÇÃO DO ATENDIMENTO A ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE

Reitera-se a importância do estudo sobre a Justiça Restaurativa no aprimoramento da política de atendimento sócio-educativo de privação de liberdade. Diante da carência de material disponível sobre o tema, o Serviço Social tem uma contribuição importante a fazer. Em primeiro lugar, porque os princípios da Justiça Restaurativa se identificam com os princípios da profissão sendo que a relação entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e a Justiça Restaurativa em sua experiência na privação de liberdade de adolescentes autores de ato infracional, permite estabelecer um paralelo naquilo que concerne ao respeito e dignidade humana de ofensor e vítimas, numa defesa de direitos humanos, de forma horizontal e pluralista, comprometida com a inclusão e justiça social. Sendo assim, o projeto profissional tem a contribuir com a Justiça Restaurativa, especialmente na vinculação ao processo de construção de uma nova ordem societária. Em segundo lugar,

porque os Assistentes Sociais compõem as equipes do atendimento. Essa proposta que foi vivenciada na FASE está em avaliação e monitoramento, cabendo, portanto, aos profissionais apropriarem-se da mesma visando à qualificação do atendimento sócio-educativo e à garantia de direitos humanos à população usuária das políticas públicas.

Já na relação entre os princípios da gestão pedagógica apresentados no SINASE e a proposta da Justiça Restaurativa na experiência desenvolvida na FASE é possível ratificar que o espaço da internação não é contraditório à garantia de direitos humanos. A concepção democrática com a garantia de direitos civis e sociais deve efetivar-se também sob a condição da subtração de um dos direitos elementares de ser humano: a liberdade. Sendo assim, democratizar o atendimento sócio-educativo significa abertura à participação, interação com outras políticas públicas dos adolescentes, familiares e profissionais, no planejamento das ações, no monitoramento e avaliação numa perspectiva de responsabilização compartilhada das decisões. A lei escrita não garante a mudança de cultura que exige movimentos constantes, persistentes e em grupos. Paradoxalmente, o conservadorismo permanece lado a lado com as mudanças, por isso o embate é constante e às vezes exaustivo.

A análise dos dados apresentados desvela a contribuição da Justiça Restaurativa com base em seus princípios éticos de respeito, horizontalidade, participação, inclusão, protagonismo e suas repercussões na democratização da política de atendimento sócio-educativo para o enfrentamento das expressões de naturalização da reprodução das violências, que se manifestam no modo e condição de vida dos adolescentes autores de ato infracional e, inclusive, nas práticas institucionais. Sendo assim, o contexto social é limitador em termos de possibilidade de efetivação do plano de atendimento proposto no desligamento institucional, o que exige, portanto, uma pedagogia sócio-educativa permeada de uma visão crítica e realista da sociedade. O reconhecimento dos adolescentes

privados de liberdade e seus familiares em sua condição de sujeitos na sua relação com o social é importante na busca da ampliação dos espaços para expressão de sua autonomia. As experiências de respeito, de diálogo e de protagonismo no círculo familiar possibilitam o reforço das potencialidades destes atores sociais para os enfrentamentos múltiplos do convívio social.

As categorias teóricas explicativas da realidade propostas para a pesquisa foram acrescidas da categoria experiência social²⁰. Tais categorias podem ser visualizadas a seguir valendo-se das falas dos atores sociais pesquisados. Antes se apresenta a fala de um adolescente que é carregada de sentido em suas experiências sociais no que diz respeito à vida em liberdade, à vida na privação de liberdade e à sobrevivência. *“Vocês têm que mudar quem tá lá na FASE. Quem quer se dá bem na vida, né, tem que mudar. Porque assim como é boa a vida do crime, é e não é, né. É muito arriscado. Mas pelo um lado às vez é melhor tá lá dentro do que tá aqui fora, né. Que têm muitos que tão lá dentro que, quando ficam ali fora correm vários risco de morte, né, ou passam fome. Às vez tem uns até que pede pra ficar um pouco mais na FASE porque não têm o que comer, entendeu. Então pelo um lado eu também entendo, né, a situação de alguns. Na parte do roubo, não na parte da morte, né. Na parte do roubo, eu, né, alguns roubam porque passam necessidade mesmo, né. Então, eu acho que é uns bagulhos, assim, que tinha que existir no Brasil, né, que é ajudar mais as pessoas aquelas que são pobre, né, que passam fome, necessidade, e aquelas que tão querendo entrar na vida do crime pra não entrar, tentar ajudar, tirar, né”. (adolescente D).*

A **experiência social** dos atores sociais revelou a condição de vida desses sujeitos, dos adolescentes e familiares, a condição de trabalho desses profissionais e o modo de vida desses adolescentes e seus familiares. Os adolescentes com relação à experiência social do ato infracional trouxeram o ato infracional como uma possibilidade de sobrevivência, ou até como uma emoção, aquilo que eles vivem e com que se

defrontam diante da possibilidade de estarem realizando um ato infracional. Muitas vezes questionaram o próprio ato, associando-o também ao grupo de amigos e à drogadição. Os adolescentes falavam de futuro associado à mudança de comportamento e expressavam a certeza da morte caso isso não acontecesse. *“No caso de eu continuar nesta vida, é a morte. Né, se o cara, ou dá uma reviravolta, tá louco, ter uma família, filhos, arrumar um emprego, é isso. Ver tudo unido de novo”*. O jovem conseguiu, enfim, falar em perspectiva de vida baseado em suas vivências no passado. *“Porque que tu vai, mas, pô por dia, momentos, tudo é momento. Hoje ta fazendo, amanhã ou depois tu não ta, amanhã depois tu ta morto, ou ta aqui. Até na rua também. Na rua, não era muito de usar drogas. Eu era só de misturar com gente. Ninguém me obrigava, era porque eu queria, né, mas agora eu não ganhei nada, to mais uma vez aqui. Uma distância um pouco senão bah, nesta vida é a morte e a prisão né!”* (adolescente C).

As experiências sociais de adolescentes e familiares falavam de subjetividades e objetividades das interações com o grupo familiar, os amigos, a escola, a profissionalização, o mercado de trabalho, as dificuldades materiais de moradia e de condições econômicas. O futuro, então, estaria associado a essas condições, a morte e a vida que se intercalam como parte de um jogo. A morte tão próxima da vida, quando, ainda adolescentes, os pais geram e perdem a vida, por isso a pressa em gerar, para sobreviver, para continuar a própria história.

A experiência social na condição de trabalho dos profissionais revelou sobrecarga de trabalho e *déficit* profissional com relação ao número de usuários nas instituições de trabalho. Iamamoto (2004 b, p. 292) assegura que “as condições e relações de trabalho que circunscrevem o exercício profissional condicionam as atribuições, o conteúdo e a qualidade do trabalho realizado, assim como os procedimentos técnicos”. Os profissionais reconheceram que o atendimento está aquém do que seria de direito a esses adolescentes e seus familiares. Falaram também da estrutura do trabalho, da dificuldade com

relação ao espaço físico, salas para atendimento e equipamentos. Produtividade, eficiência, as pressões dos prazos e das rotinas a serem observadas tendem a comprometer a qualidade impressa ao conteúdo do trabalho e dos procedimentos utilizados na sua realização.

Sobre a **privação de liberdade** os adolescentes ressaltaram a relação limite e sobrevivência: limite externo, aquilo que segundo eles significa a própria sobrevivência, porque têm reconhecimento de que a continuidade dos atos infracionais possivelmente os levaria à morte. Em sua reflexão sobre a internação o adolescente diz: *“Isso, se não tivesse acontecido, eu ia continuar, independente do meu filho nascer ou não. Acho que eu ia continuar. Acho que, depois que eu saí dali, eu mudei, fiquei uma outra pessoa. Tá certo, não vai mudar o que aconteceu. Aconteceu, independente, mas eu saí, com metas, assim, com objetivos. Entendeu? Acho que se fosse lá em 2003, eu não seria essa pessoa. É mais ou menos por aí”*.

Os familiares expressaram a privação de liberdade como escola e prisão numa contradição: prisão, porque segrega, porque tira do convívio familiar. *“Estamos aqui, eles estão nos atendendo aqui, mas o que será que acontece lá dentro? Será que não é alguma coisa um pouco disfarçada do que nos mostram aqui, daquilo que realmente acontece atrás das grades com os nossos filhos?”* Escola como espaço de garantia de direitos, pois com a internação, os adolescentes passam a acessar direitos antes não garantidos, como o atendimento à saúde e as especializações: atendimento odontológico, psiquiátrico, neurológico além de outras áreas como o Direito.

A contradição na privação de liberdade é referida também pelos profissionais na dicotomia entre o Código de Menores e o ECA. Os profissionais manifestaram dúvidas sobre a resolutividade e eficácia da medida sócio-educativa para os adolescentes e familiares. *“É carceragem! É a lei, é a lei! Passamos anos e anos prendendo adolescentes de todo o Estado. Bastava ser suspeito. Tínhamos o Código de Menores. Eu trabalhei onde todo e qualquer jovem preso depositavam lá. Tem*

muitas pessoas que trabalham hoje e trabalhavam na época do Código de Menores”.

Já a categoria **garantia de direitos** tem relação com Justiça Restaurativa no que diz respeito à garantia de direitos humanos. Os adolescentes trouxeram a possibilidade de participação na elaboração do seu plano de atendimento individual e a possibilidade de acesso a cursos e a políticas públicas com base nas necessidades manifestas no decorrer do círculo restaurativo familiar. Os familiares associaram ao convite e a participação nos círculos restaurativos a idéia de inclusão e respeito, pois puderam fazer parte das decisões acerca do plano individual do adolescente.

Os profissionais reforçaram a idéia de democratização, de transparência, visto que juntos estão os adolescentes, familiares, profissionais da rede de atendimento e profissionais da Fundação. A transparência é porque há o entendimento de que o círculo valendo-se da horizontalidade, do respeito, da valorização pelo protagonismo, pela participação faz com que as situações apareçam. Sobre a transparência: *“À medida que se dialoga dentro de uma estrutura dada com regra, é uma estrutura que não engessa e permite que muita coisa venha nesse diálogo. Permite também muita transparência. É um lugar também onde o lado obscuro de ameaças aos direitos vai aparecer, vai surgir. Não tem como tu abafares, então, por isso, eu considero importante.”* (profissional 4g)

A categoria **Justiça Restaurativa** trouxe a visão dos sujeitos da pesquisa sobre o desenvolvimento desta proposta na privação da liberdade: os adolescentes associaram a Justiça Restaurativa à idéia de ser reconhecido como ser humano, reconhecimento de si por meio da fala do outro, por meio da fala da própria família, por meio da fala dos profissionais da instituição de atendimento. A responsabilidade ativa de poder se sentir participante, responsável por aquilo que fez e por aquilo que ele vai ter que construir dar conta depois do acordo, do próprio plano de atendimento.

Os familiares ratificaram a idéia de apoio e de desconcentração de poder, tanto no círculo quanto nas audiências. Ter espaço garantido de fala e escuta e poder depois, na audiência perceber que houve outra forma de olhar a família e o adolescente.

A aproximação e a qualificação do atendimento são expressões dos profissionais. Sobre aproximação, os profissionais, tanto da Fundação quanto da rede de atendimento, falaram de uma possibilidade na experiência da Justiça Restaurativa de aproximação de adolescentes com seus familiares, de adolescentes com os profissionais, tanto da Fundação quanto da rede de atendimento, uma vez que os profissionais vêm para o círculo antes de o adolescente receber a progressão da medida.

Falaram também de uma aproximação entre os profissionais das distintas instituições, dos profissionais da rede de atendimento, podendo fazer uma aproximação maior com esse fazer institucional da FASE. Qualificação do atendimento, porque, no entendimento desses profissionais, a Justiça Restaurativa vem trazendo, sim, uma qualificação para o atendimento sócio-educativo nesses espaços em que tem sido possível trabalhar com protagonismo, com horizontalidade, com participação, com respeito, com responsabilização compartilhada.

Qualificação. *“Eu senti que a Justiça Restaurativa contribuiu (...) em alguns aspectos importantes. Primeiro, esta aproximação entre os profissionais, isto é, facilitou conhecer as pessoas, conhecer a realidade, entrar lá dentro. Depois, a possibilidade de nesse espaço do círculo conhecer o adolescente, conhecer a história familiar, as relações familiares, a dinâmica familiar e poder, a partir do círculo, ter um plano de atendimento a partir do acordo. No momento em que a gente passa por meio da FASE nesse círculo, o plano já é construído então anteriormente, caso haja a progressão. Bem, então, eu acho que isso facilita e qualifica o desenvolvimento da medida sócio-educativa em meio aberto”.* (profissional 3 a)

A PESQUISA EM SUA SÍNTESE PROVISÓRIA

A experiência da FASE com a proposta da Justiça Restaurativa está em processo e, talvez, por isso tenha avanços e retrocessos. Avanços motivados pelo interesse de profissionais em dar um novo sentido ao atendimento sócio-educativo, trabalhando em uma proposta em que a ética pedagógica se sobreponha à dimensão da segurança nas unidades de privação de liberdade. Retrocessos compreensíveis porque faz parte do não usual, daquilo que exige investimento e, portanto, reconhecimento por parte dos profissionais da sócio-educação, dos gestores do sistema sócio-educativo e dos atores das demais políticas públicas dentro da visão da intersectorialidade.

Estabelecer o novo, abrir com o usuário do serviço a possibilidade de diálogo, de planejamento conjunto e de avaliação constante, requer um movimento interno de repensar a prática, de estar aberto às mudanças, de garantir direitos e de evitar sanções sobrepostas. A democratização do atendimento sócio-educativo perpassa aspectos pertinentes à cultura institucional. Mudanças frutificam a partir do entendimento dos gestores, imprimindo o novo às vivências instituídas, com respaldo às ações inovadoras, avaliando e sedimentando como parte da cultura institucional.

A análise da experiência até aqui trilhada sinaliza a importância do cuidado técnico, ético e político com todas as etapas do procedimento restaurativo, incluindo pré-círculo, círculo e pós-círculo, buscando, assim, garantir a apropriação pelos participantes dos objetivos do encontro, garantindo a voluntariedade em todo o processo e a efetivação dos valores restaurativos.

O momento é de aprimoramento, de reconhecimento dos valores restaurativos, como possibilidade de qualificação do atendimento sócio-educativo, numa proposta de agregar o componente democrático nas relações estabelecidas entre os atores da sócio-educação. Necessário ultrapassar a lógica

inercial, na qual se mudam os métodos, mas não os propósitos. Assim, com face democratizante, em novos gestos profissionais e até mesmo em nome das melhores intenções, violam-se direitos, reinando o conservadorismo nas práticas sócio-educativas. Por outro lado, os planos de atendimento vêm revelando a contribuição da Justiça Restaurativa na reversão de lógicas opressivas no cotidiano das práticas institucionais, alterando suas usuais condições de verticalidade, tradicionalmente imposta, para a condição horizontal, em que se delega, também, aos adolescentes, familiares e rede de atendimento a responsabilidade da construção e da realização deste plano.

Em termos de impactos da Justiça Restaurativa no atendimento das famílias dos adolescentes privados de liberdade que participam dos círculos, observa-se que essas famílias revelam uma experiência da maior participação, com possibilidade de manifestação sobre o entendimento do plano de atendimento do adolescente e mesmo sobre a dinâmica institucional porque podem expressar a sua visão da privação de liberdade. A Justiça Restaurativa desacomoda o instituído, reorganiza os lugares pré-estabelecidos dos adolescentes, familiares e profissionais tanto da FASE quanto da rede de atendimento das políticas públicas. A noção de avaliação, para o desligamento institucional, passa a ser dividida entre atores interessados na construção da dignidade destes sujeitos e na alteração da realidade e do quadro de criminalidade numa perspectiva democrática de convívio social. Torna-se um caminho para a democratização efetiva do atendimento sócio-educativo, mas não o único. Com a certeza de que muito ainda tem que ser feito, registra-se a relevância de prevalecer a pauta dos pressupostos restaurativos como pressupostos institucionais. Garantir a possibilidade de fala, de tomada de decisão, de protagonismo, com relação ao plano individual de atendimento para o desligamento institucional, mas, também, perseguir dentro da instituição uma mobilização em prol da abertura efetiva de espaços de participação, não só para os

internos, mas também para os profissionais. Valorizar o saber constituído, e que não pode ser negado, mas, ao mesmo tempo, promover a troca de informações, compartilhar preocupações e estabelecer um elo de responsabilidades. Essa é uma proposta real e pode ser um grande passo para a transformação da vida da sociedade para com a violência.

A Justiça Restaurativa traz, portanto, uma nova perspectiva que precisa ser minuciosamente estudada e trabalhada, pois o objetivo a que se propõe é nada mais nada menos do que o cumprimento de leis e regras já estabelecidas, mas que usualmente falham sob a égide do caráter retributivo da lógica conservadora vigente. Trata-se, portanto, da possibilidade de fortalecimento do que foi proposto pelo ECA. O novo paradigma, há tanto clamado, desde o rompimento com a doutrina da situação irregular, necessita de suporte para estabelecer uma privação de liberdade que vislumbre um ressignificado à medida sócio-educativa.

A pesquisa oportunizou verificar que as práticas restaurativas na FASE repercutiram na ampliação das possibilidades de participação dos adolescentes e familiares na elaboração do plano de atendimento. Contudo, são identificadas necessidades de aprimoramento na abordagem da Justiça Restaurativa que não descuidem da garantia do acesso à informação – patamar primeiro do exercício da cidadania e da possibilidade de afirmação de relações mais democráticas no âmbito do atendimento na sócio-educação. Em termos de impacto da Justiça Restaurativa na privação de liberdade é possível sinalizar significativas alterações da lógica opressiva no cotidiano das práticas institucionais, perpassando também o atendimento às famílias. A idéia de incompletude institucional, preconizada pelo ECA e referendada pelo SINASE, é reforçada por meio da articulação com a rede de atendimento das políticas públicas da infância e juventude, oportunizando aos atores profissionais o descortinamento da co-responsabilidade das intervenções institucionais na perspectiva de um Sistema de Garantia de Direitos para adolescentes privados de liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, 1990.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2006.

CABRAL, E.A. et al. *Sistema de garantia de direitos: um caminho para a proteção integral*. Recife: CENTRO DOM HELDER CAMARA DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL-CENDHEC, 1999.

CAPITÃO, L. *Sócio-educação em xeque: interfaces entre justiça restaurativa e democratização do atendimento a adolescentes privados de liberdade*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, 2008. Disponível em <http://www.pucrs.org.br/biblioteca>

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de Ética dos Assistentes Sociais*. Aprovado em 13/03/1993. Brasília: Coletânea de Leis, 1993.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

IAMAMOTO, M.V. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área jurídica. In: SALES, M. A. et al. (Org). *Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2004. (b)

MARTINELLI, M.. O uso das abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In: MARTINELLI, M. L. (Org.) *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999.

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Princípios básicos para utilização de programas de justiça restaurativa em matéria criminal*. Resolução 2002/12. Versão portuguesa produzida por PINTO, R.S. Disponível em: <http://www.idcb.org.br>. Acesso em 12.01.08.

SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO-SINASE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: CONANDA, 2006

REINTEGRAÇÃO DO ADOLESCENTE INFRATOR AO MEIO SOCIAL

Paula Inez Cunha Gomide

Nada mobiliza tanto a mídia e a sociedade como crimes cometidos por jovens infratores. Em todas as ocasiões que pessoas são assassinadas por adolescentes vêm a tona a discussão da eficácia da Lei 8069 (Estatuto da Criança e do Adolescente) que determina um máximo de três anos de internamento para este tipo de ato infracional. A discussão do tema não deve ser nem romântica e nem ingênua. Estatísticas brasileiras devem ser feitas, comparadas às taxas de reincidência de outros países, para que a avaliação da eficácia desta lei possa ser discutida com propriedade. Discutir tão somente se a punição aplicada de três anos é adequada e suficiente para crimes violentos pressupõe que quanto mais anos de encarceramento menor a reincidência. Os dados do Departamento de Justiça Americano de 2006, apontam que dois terços dos presos liberados, após três anos, são novamente presos por novos crimes independentemente dos anos de encarceramento (WORMITH et al, 2007).

Os pesquisadores da área de tratamento de infratores estão preocupados em avaliar as intervenções técnica-metodológicas aplicadas pelos diferentes programas de atendimento de jovens infratores no mundo todo. A avaliação da eficácia dos programas tradicionalmente é feita através das taxas de reincidência. Reincidência é definida pela reencarceração por qualquer razão: prisão com condenação e prisão por um novo crime (que difere tecnicamente da violação da correccional). Alguns estudos definem reincidência como volta à prisão pelo crime que tinha sido objeto do tratamento (abuso sexual, abuso

de drogas), mas também têm considerado a severidade do ato como um fator para avaliar a reincidência. Avaliação de 35 anos de Programas baseados em intervenção cognitivo-comportamental mostrou a redução da reincidência em até 15% (WORMITH et al., 2007).

Vê-se, pelos dados acima apresentados, que os resultados obtidos estão longe de atenderem ao clamor da sociedade e do sistema judiciário. A questão que se coloca, portanto, é a de que este tipo de “problema social” é de difícil solução. Muito investimento em estrutura, treinamento, recursos, precisa ser feitos para que se obtenham resultados discretos. Por outro lado, se nada for feito os resultados serão desastrosos. Após 18 anos de existência do ECA ainda são poucas as unidades sócioeducativas de internação que apresentam programas pedagógicos e estrutura adequados para a reintegração do jovem à sociedade. As Comissões da Criança e do Adolescente da OAB e de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (2006) realizaram uma ampla inspeção às unidades de internação para adolescentes em Conflito com a Lei do país. Trinta unidades em 22 estados da nação foram visitadas por uma comissão mista composta por conselheiros da OAB e do CFP. Os dados coletados são preocupantes e revelam pouco avanço das políticas públicas no tocante ao atendimento às determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 56,6% das unidades visitadas a comissão OAB/CFP recebeu reclamações explícitas de espancamento e 80% delas tinha alojamentos inadequados, superlotados, com falta de higiene ou insalubres. Dezessete por cento das unidades estavam sem qualquer tipo de escolarização e 50% não tinham cursos de qualificação profissional. Verificou-se ainda a inexistência de programas de Acompanhamento de Egressos e que a grande maioria não seguia qualquer tipo de Programa Pedagógico (ORDEM DO ADVOGADOS DO BRASIL; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2006).

Os estudiosos do comportamento infrator (PATTERSON; REID; DISHION, 1992; GOMIDE, 1998, 2004, 2006; GALLO, 2006;

ROCHA, 2008) têm demonstrado a correlação entre as práticas parentais e o desenvolvimento do comportamento anti-social. Os estudos mostram que pais que monitoram comportamento de seus filhos, reconhecem e atuam positivamente diante de seus problemas, mantêm afeto positivo estável, estabelecem e cumprem regras para o convívio social e ensinam valores morais aos filhos que previnem comportamento anti-social e infrator. Outro fator enfatizado pela literatura que tem sido um ótimo preditor de comportamento infrator envolve a relação com pares desviantes (BRANK; LANE; TURNER; FAIN; SEHGAL, 2008). Os autores chamam este convívio de “treinamento em comportamento desviante”, pois o grupo reforça positivamente o “quebrar regras” e encoraja comportamentos de risco. Para eles três medidas de vida violenta podem ser preditivas de comportamento violento futuro: (1) observar violência; (2) ter amigos violentos e (3) ser vítima de violência. De maneira que qualquer programa de recuperação de jovens infratores que quiser ter sucesso deve buscar melhorar a relação pais e filhos e encorajar e proporcionar o desenvolvimento de relações de amizade não infratoras.

Uma das características marcantes dos infratores crônicos é a sua distorção cognitiva, a auto-justificação de seus pensamentos, a avaliação equivocada das pistas sociais, déficit do comportamento moral e os esquemas de dominância mantidos para justificar suas ações (LIPSEY; CHAPMAN; LANDENBERGER, 2001). Infratores com este tipo de distorção cognitiva reagem em situações não ameaçadoras como se fossem ameaçadoras, por exemplo, estão sempre predispostos a interpretar comentários ou brincadeiras como desrespeito ou ataque pessoal. Eles agarram-se a conceitos sobre si mesmos, sobre os outros e sobre o mundo, que justifiquem seus atos anti-sociais, por exemplo, “ninguém confia em mim”, “todos são contra mim”, “a sociedade não irá me dar uma chance”. Seu comportamento pode ser orientado por conceitos e regras disfuncionais sobre como as pessoas devem se comportar, por exemplo, “você deve punir quem ‘suja’ com você ou não será

respeitado”, “você deve desobedecer autoridades ou irão dominá-lo”. Além disso, os infratores têm déficits em habilidades cognitivas para planejamento de longo tempo, dificuldades para resolução de problemas e decisões apropriadas, fatores estes que em conjunto contribuem para a manutenção dos comportamentos rígidos e mal adaptados. Neste sentido, os tratamentos cognitivos-comportamentais para infratores são planejados para corrigir estes padrões criminogênicos e disfuncionais de pensamento. Técnicas de *role-play* e práticas em situação real são utilizadas para consolidar novos caminhos que os ajudarão a lidar com estas situações. Estas técnicas enfocam o manejo da raiva, promovem a aceitação da responsabilidade pelo seu comportamento (por exemplo, infratores tendem a responsabilizar a vítima, a sociedade ou outras circunstâncias que estão fora de seu controle), desenvolvem uma perspectiva moral e empática da relação interpessoal (por exemplo, colocar-se no lugar da vítima), planejam atividades para resolução de problemas e traçam objetivos de curto, médio e longo prazos e desenvolvem habilidades pró sociais para facilitar relacionamentos interpessoais com grupos não infratores. Um programa de prevenção à recaída, normalmente é incluído, onde se ensina os infratores a lidar com estratégias que evitem situações de risco, desencadeadores de comportamento desviante. Lipsey, Chapman e Landenberger (2001), em uma revisão de 20 estudos descrevendo tratamento para infratores com abordagem cognitivo-comportamental, encontraram uma redução de reincidência de 20 a 30% em comparação a grupos que não foram tratados. As intervenções tipicamente variavam de 11 a 20 semanas e eram em grupo e o *follow up* pós-tratamento foi de 13 a 16 semanas.

Wilson e Lipsey (2000) avaliaram os efeitos de programas de tratamento para infratores e verificaram que os melhores resultados na redução do comportamento infrator tinham sido obtidos em programas que combinavam intensa atividade física associada à intervenção terapêutica especializada. Os

participantes eram imersos em atividades que diretamente mudavam suas habilidades e autoconceito. Estes programas baseavam-se na filosofia do “learning by doing” (aprender fazendo). As atividades físicas buscavam desenvolver padrões de sucesso e construir confiança, auto-estima e maior controle de impulsos. Eram atividades não familiares e desafiantes, onde os problemas a eles apresentados eram concretos e aumentavam gradualmente os níveis de dificuldades; o estresse era usado de forma construtiva e os erros utilizados como parte do processo de crescimento. Estes programas além da atividade física mantinham grupos para desenvolvimento de habilidades de relacionamento pró-sociais, enfatizando interação e cooperação. Os autores dos programas partiram do princípio de que os déficits de controle de impulso, a baixa auto-estima e a baixa habilidade em interação social positiva constituíam a base para o desenvolvimento dos comportamentos infratores. De forma que estabelecendo atividades que aumentem o controle de impulsos, a auto-estima e as habilidades de interação, conseqüentemente os comportamentos infratores se reduzirão.

Existem, ao menos, quatro formas de se regular o comportamento criminoso. A *Punitiva* ou *Retributiva*, em que a ênfase é no alto controle e baixo apoio, tende a estigmatizar as pessoas rotulando-as de forma negativa e é representado pelo sistema prisional comum brasileiro. A forma *Permissiva* ou *Reabilitadora* caracteriza-se pelo baixo controle e alto apoio e tende a proteger as pessoas das conseqüências de seu comportamento, e pode ser encontrada em alguns programas filantrópicos que fornecem benefícios sem acompanhamento das ações negativas ou positivas de seus assistidos. A forma *Negligente*, onde o baixo controle e o baixo apoio vigoram, representa uma abordagem caracterizada pela indiferença e passividade. E a forma *Restaurativa* ou *Reintegradora* caracterizada pelo alto controle e alto apoio, que se propõe a confrontar e desaprovar as transgressões, ao mesmo tempo em que oferece condições para a reintegração do infrator.

Tratamentos baseados em punição, medo e focalizando o mau comportamento não têm tido sucesso. Seligman (2004) propõe a Psicologia Positiva que promove idéias e princípios que facilitam o desenvolvimento da saúde física e mental em contraposição a doença e pensamentos, sentimentos e comportamentos disfuncionais. Estudando o comportamento, a cognição e o emocional de pessoas felizes e examinando seus propósitos, produtividade, variáveis de futuro, empatia, sabedoria e coragem, a Psicologia Positiva tem identificado variáveis que podem facilitar uma vida mais satisfatória. Isto inclui satisfação no trabalho, ajudar outros, ser um bom cidadão, desenvolver a espiritualidade e integridade, realizar seu potencial e regular seus impulsos.

O ECA estabelece medidas sócio-educativas a serem executadas em meio aberto: Reparação de Dano (art. 116), Prestação de Serviço à Comunidade (Art. 117), Liberdade Assistida (Art .118) e Regime de Semi-Liberdade (Art 119), e uma medida para ser cumprida em Internação com restrição de liberdade (art. 121 a 125). Independentemente da execução da medida ser em meio aberto ou fechado, os programas metodológicos de recuperação devem ser desenvolvidos e avaliados quanto a sua eficácia para que possamos dar uma resposta apropriada ao clamor da sociedade. Um pai que perde um filho assassinado seja por um jovem ou por um adulto quer e tem o direito de confiar no tratamento a que o transgressor será submetido. Infelizmente, as taxas de comportamento violento entre adolescentes são alarmantes. Gomide e Pinheiro (2006) fizeram um levantamento de presos por homicídio, adultos e adolescentes, no Estado do Paraná e encontraram que dos 9200 adultos sentenciados, 957 (10,40%) haviam cometido homicídio e dos 416 adolescentes internos 129 (31%) haviam praticado ato infracional de homicídio (dados fornecidos pelo DEPEN e IASP do Paraná). Várias são as explicações para este aumento de violência entre os jovens, até mesmo, que estão sendo utilizados pelo crime organizado para executar pessoas. Porém, os dados daqueles que atuam diretamente com o

tratamento de infratores mostram que eles têm cometido assassinatos, em sua maioria, em função de brigas, disputas por ponto de droga ou acertos de contas (ROCHA, 2008).

De maneira que, avaliando-se a inserção do jovem no mundo infracional, que se inicia na família através de práticas parentais abusivas e deficientes afetivamente, com concomitante fracasso acadêmico e subsequente evasão escolar e inserção em grupos desviantes, pode-se inferir que programas de recuperação de jovens infratores, sejam eles em meio aberto ou fechado, são de difícil execução e requerem capacitação de médio e longo prazo.

Um Programa de Egresso é aquele conjunto de atividades que aumentam a chance de permanência no trabalho, na escola, em moradia fixa e diminuem os riscos de reincidência criminal de indivíduos, adolescentes ou adultos, que cometeram delitos. Na verdade, são estes quatro fatores os indicativos de sucesso de um programa de recuperação de infratores: trabalhar, estudar, morar em residência fixa e não reincidir. Estes comportamentos são incompatíveis com a vida criminal e, portanto, podem ser utilizados como indicadores de resultados positivos na avaliação de um programa de reinserção social de infratores. Wormith e colaboradores (2007) definem reabilitação como um conjunto de ações dentro de um programa e de serviços psicossociais que são elencados com o objetivo de assistir infratores para atender suas necessidades e promover a realização de uma vida produtiva e satisfatória.

Os princípios filosóficos da Justiça Restaurativa parecem ajustar-se perfeitamente a esta finalidade, pois sendo uma filosofia do sistema de justiça juvenil, apresenta-se como uma alternativa aos paradigmas da justiça criminal atual. Esta forma de abordar atos infracionais é baseada nos mecanismos utilizados pelos Maori, na Nova Zelândia, anterior à colonização Irlandesa. A ênfase desta ação se dá na comunidade, enquanto que os processos tradicionais de reabilitação de infratores fundamentam-se em tratamentos individuais; já os programas modernos de reabilitação envolvem tanto o indivíduo, como a

família, como a comunidade. Trata-se de uma nova maneira de abordar a justiça penal enfocando a Reparação do Dano causado às pessoas em vez de punir, tão somente, os transgressores. Ou seja, a Justiça Restaurativa é definida como um procedimento orientado primariamente para se fazer justiça reparando o dano causado pelo crime. No entanto, o processo de Justiça Restaurativa somente poderá ser aplicado àqueles infratores que admitirem a sua culpa. Não é um processo exclusivo da justiça juvenil, embora a maioria dos relatos científicos se dê nesta área. Este procedimento é também apropriado para questões da área cível, incluindo bem estar e proteção de crianças, disputas em escolas e em empresas. O que diferencia a justiça restaurativa da retributiva é o dialogo e a negociação entre as partes envolvidas (vítima, agressor e comunidade) e o papel ativo da comunidade, que oferece os recursos necessários para que a reparação do dano ocorra (empregos, estágios, qualificação profissional, oportunidades de lazer, moradia, etc) (DALY, 2002).

A Justiça Restaurativa considera o crime como uma violação das relações sociais e familiares e não apenas um ato de violação da lei; tem como objetivo reparar o dano causado ao outro ou ao patrimônio e não apenas punir o transgressor; a vítima deve ser parte do processo de justiça, deve expressar seus sentimentos e a forma do dano ser reparado; o transgressor deve ser responsabilizado pelo crime, deve engajar-se no processo de justiça, deve reparar o dano pelo ato infrator; a comunidade deve oferecer os recursos necessários para que a reparação do dano se efetive e o sistema judiciário deve privilegiar esta forma de responsabilização pelo crime em lugar da encarceração.

De maneira que a Justiça Restaurativa é um processo colaborativo que envolve os afetados diretamente por um crime, chamados “partes interessadas principais”, também denominadas primárias, composta pelo o agressor, a vítima e pessoas com relação muito íntima (irmãos, maridos, pais), cuja função é expressar os sentimentos e as condições necessárias

para que o dano seja reparado: quem foi prejudicado? Quais as suas necessidades? Como atender a estas necessidades? E aqueles que compõem as partes denominadas secundárias, composta pelas famílias e a comunidade (vizinhos, escola, igreja, empresas), cuja função é dar apoio e condições para que a reparação do dano seja efetivada. Ou seja, a essência da Justiça Restaurativa é a resolução do conflito de forma colaborativa. Este tipo de processo tem várias vantagens: desenvolve responsabilidade e competência no transgressor e nos vários membros envolvidos com o programa; dá voz à vítima, ao transgressor e à comunidade, oferecendo reparação do dano e transfere o poder do Estado para a comunidade²¹.

Um Programa de Reinserção Social de Adolescente infrator deve definir atividades que assegurem o desenvolvimento das várias áreas envolvidas, ou seja, comportamental, cognitiva e emocional, que se encontram em déficit. Algumas atividades a seguir apresentadas foram desenvolvidas pela minha equipe durante os dois programas acima descritos (GOMIDE, 1998; ROCHA, 2008). Estes programas envolviam as seguintes atividades: (1) Moradia; (2) Documentação Pessoal; (3) Escolarização; (4) Qualificação Profissional; (5) Curso de Comportamento Moral; (6) Curso de habilidades Sociais; (7) Tratamento de Álcool e Drogas; (8) Tratamento de Saúde; (9) Atividades de Lazer; (10) Atividades Esportivas; (11) Emprego e (12) Psicoterapia familiar e/ou individual.

O primeiro passo após o desinternamento, ou em um programa em meio aberto, é avaliação da **moradia** do adolescente, seja na casa dos pais, parentes, repúblicas ou pensões. Muitas vezes, após o cumprimento de uma medida de internação e dependendo do grau de envolvimento com o crime não é conveniente que o adolescente volte a residir no bairro em que seus atos criminosos ocorreram; lá estão seus “amigos” e “inimigos”. Nestes casos deve-se ajudar o adolescente a encontrar um local de moradia o mais distante possível deste ambiente. Recomenda-se que caso a escolha seja pela pensão que os senhorios sejam informados sobre o

programa e que a equipe se disponibilize para resolver todos os problemas que poderão surgir ao longo da estadia do adolescente neste local. Os técnicos deverão instruir os senhoriais para estabelecer regras com clareza (horários, visitas, uso de bebidas ou drogas, barulho, etc.) e informar as dificuldades surgidas imediatamente. Visitas semanais ao local de moradia, seja na família ou pensões, são convenientes, pois permitem que os problemas sejam equacionados imediatamente, sem que se acumulem. Novas oportunidades para os deslizes devem ser dadas desde que os danos sejam reparados. Pagar estragos, devolver objetos ou dinheiro furtados, pedir desculpas, fazer tarefas domésticas, etc., são algumas ações que podem ser utilizadas para reparar o dano. A vítima deve expressar seu aborrecimento com o delito e apresentar a forma de reparar o dano que a satisfaça e o adolescente deve ouvir a reclamação e externar seu arrependimento e concordar com a ação reparadora.

Os técnicos deverão acompanhar e/ou orientar o adolescente para a obtenção de toda sua Documentação Pessoal, a saber: registro de nascimento, carteira de trabalho, carteira de reservista, CPF, título de eleitor e histórico escolar. Via de regra, os adolescentes chegam aos programas oficiais sem qualquer documentação, pois no mundo infrator são requisitos dispensáveis.

Parte fundamental de um Programa de Reinserção Social é a Escolarização. Deve-se promover o aumento da escolaridade do adolescente através da efetivação de sua matrícula em rede pública, garantir aulas de Reforço Escolar, inserí-lo em atividades esportivas, culturais, musicais ou de artes. A diminuição do déficit de escolaridade aumenta as chances de estabelecimento de relacionamento com pares não desviantes e aumenta as possibilidades de obtenção de emprego. O déficit educacional tem sido apontado pela literatura especializada (GALLO, 2006; PATTERSON; REID; DISHION, 1992), como um, senão o principal, fator de risco para o início da carreira infracional. Em alguns estudos estes déficits chegam a ser de

sete anos escolares (GOMIDE; ROCHA; WATANABE, 2005). A escolarização e a profissionalização andam juntas, pois para que um adolescente possa concorrer a uma vaga de emprego é preciso que ele tenha concluído o Ensino Fundamental. Enquanto permanecem na escola os alunos estão exercitando hábitos sociais de convivência entre pares, submissão às normas e autoridade e aquisição de conhecimentos básicos. Todos estes comportamentos são fatores de proteção ao desenvolvimento do comportamento anti-social. Crianças que seguem normas respeitam a autoridade, tiram notas boas, estudam e brincam com seus colegas, não se envolvem com grupos marginais. Patterson Reid e Dishion (1992) demonstraram que a escalada para a marginalização passa necessariamente pelo fracasso escolar, tanto de desempenho acadêmico, como de relacionamento com colegas e professores. Baixo rendimento escolar, abandono da escola e inserção nos grupos desviantes fazem parte das variáveis responsáveis pelo ingresso na vida marginal. Por outro lado, sucesso acadêmico, inserção nas atividades esportivas e artísticas, inserção em grupos não infratores promovem o aumento da auto-estima, que é um dos principais antídotos ao comportamento infrator.

A procura e a colocação do adolescente em emprego dependem, inicialmente, de um programa adequado de Qualificação profissional. Para tal é preciso realizar convênios com escolas técnicas para inserir o adolescente em cursos profissionalizantes, se possível, de acordo com suas aptidões e respeitando sua escolarização para o curso. Deve-se fazer a avaliação semanal do desempenho do adolescente no local do estágio e somente após o término do curso buscar emprego compatível com suas habilitações. Estes passos favorecem a manutenção do adolescente no emprego e aumentam as chances de integração com o novo grupo funcional (GOMIDE, 1998). Para o encaminhamento ao Emprego é preciso treinar entrevista de seleção de emprego, acompanhar ou orientar o adolescente para procurar emprego, avaliar e orientar

semanalmente o seu desempenho no trabalho, orientar os funcionários que trabalham com o ele, de início semanalmente e, à medida que as relações de trabalho se tornem estáveis, o acompanhamento poderá ser espaçado. É conveniente que a equipe mantenha convênios com empresas da comunidade para a efetivação desta atividade.

Dois programas para desenvolvimento de habilidades fundamentais para a inserção do adolescente infrator ao meio social são o Curso de comportamento moral e o de Habilidades Sociais, ambos fornecem um repertório apropriado para o adolescente enfrentar um ambiente com regras sociais a qual ele não está habituado e, muitas vezes, sequer reconhece. O Curso de comportamento moral visa propiciar condições para o desenvolvimento de algumas das principais virtudes (polidez, honestidade, obediência, justiça, empatia, solidariedade, generosidade, amizade, verdade/mentira, arrependimento/culpa e vergonha) que são inibidoras dos comportamentos anti-sociais. Este programa poderá ser obtido em Gomide (no prelo) e consta de 12 sessões com filmes, *role-playing*, músicas, desenhos, parábolas, fábulas, etc., que, individualmente ou em grupo, ajudam o adolescente a compreender e praticar virtudes até então nunca experienciadas. Pesquisadores como Nurco e Lerner (1996) verificaram que em famílias cujos pais têm alto nível de comportamento moral não foram encontrados filhos com comportamentos anti-sociais e usuários de drogas. O Curso de habilidades sociais visa desenvolver habilidades não-infradoras de interação social que facilitem as relações pessoais, escolares e de trabalho, procura favorecer o desenvolvimento de habilidades para lidar com as emoções positivas e negativas. Este curso ocorre em 12 sessões, utilizando-se de filmes, *role-playing*, músicas, pintura, entrevistas, desenho, etc., e pode ser realizado individualmente ou em grupo (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001).

As pesquisas sobre o perfil de adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas de internação têm mostrado uma

forte correlação entre ato infracional e uso de álcool e drogas. Wormith e colaboradores (2007) enfatizam que, em função da alta prevalência de abuso de drogas entre os infratores, os programas para tratamentos de dependentes devem ser prioritariamente oferecidos à população encarcerada e dar continuidade para os egressos, principalmente tendo em vista a alta chance da recaída. No caso de adolescentes cumprindo medidas de internação, estes tratamentos devem ser iniciados durante o encarceramento para preparar o egresso ao retorno social. São estes programas os que obtêm melhores resultados. Os especialistas apontam que sessões educacionais e de conscientização sobre o uso e abuso de drogas não tem qualquer impacto sobre a o uso posterior de drogas e comportamento criminoso. Quando o programa institucional não contar com equipes especializados os dependentes devem ser encaminhados para centros especializados (CAPS-AD, Alcoólicos Anônimos, ALANON, Ambulatórios e hospitais especializados em drogadição, etc) e os técnicos devem acompanhar o adolescente durante o tratamento, principalmente nos episódios de recaída.

Faz parte das atividades da equipe técnica acompanhar ou orientar o Tratamento de saúde para fazer as vacinas (Hepatite, gripe, etc.), realizar exames de DST e uso de preservativos. Infratores não sabem utilizar o Sistema Único de Saúde (SUS) e precisam ser treinados apropriadamente para sua utilização.

As atividades de Lazer são igualmente importantes em um programa de reinserção. Deve-se preparar o adolescente para o convívio social, treinando, em vivo, habilidades básicas de convivência (esperar na fila, comprar bilhetes, pedir licença, etc.). As programações devem incluir teatro, cinema, zoológicos, museus, estação de águas, lanchonete, etc. O responsável acompanha, dando modelo e orientando o adolescente na situação. Todo esforço para se evitar o convívio do adolescente com seu antigo grupo marginal poderá ser perdido caso não se efetivem atividades de lazer interessantes e motivadoras para o jovem. Não se pode retirar o indivíduo de

um grupo social e deixá-lo solto no ambiente, sem inseri-lo em outro grupo não infrator, mas que tenha características adequadas para a sua idade, escolaridade e nível social. Paralelamente, as atividades esportivas orientadas devem ser cuidadosamente escolhidas. Estas atividades devem promover o desenvolvimento de regras, cooperação, competição, aumento da auto-estima e principalmente favorecer o controle de impulso.

A Psicoterapia é considerada uma atividade fundamental para o tratamento do adolescente infrator (ROCHA, 2008). Seu objetivo é proporcionar a criação e manutenção de vínculos afetivos, favorecer a reflexão dos atos infracionais, preparar o adolescente e a vítima para realizar a reparação do dano (pedido de desculpas, devolução de objetos, etc.), elaborar os planos para o futuro, trabalhar a externalização da culpa, desenvolver os sentimentos de vergonha e culpa, que funcionam como inibidores do comportamento anti-social (GOMIDE, no prelo). As sessões psicoterápicas poderão ser individuais, de família ou em grupo, de acordo com o nível de desenvolvimento de cada participante.

Uma equipe técnica para um programa pedagógico e terapêutico com chances de modificar comportamentos desviantes deve ser capacitada em médio e longo prazo e precisa, prioritariamente, avaliar as suas ações para alterar os procedimentos que se mostrarem ineficazes. A equipe poderá ser composta por:

- (1) Psicóloga que deverá ter como função estimular o transgressor, membros da família e/ou membros da comunidade a ingressarem no programa, realizar os cursos de comportamento moral, habilidades sociais, acompanhar o adolescente em suas atividades junto aos órgãos especializados de atendimento à alcoolismo e drogas, reunir-se periodicamente com funcionários, familiares, professores, senhorios para acompanhar e promover a melhor convivência possível entre o adolescente e as pessoas; preparar as partes

envolvidas no delito (agressor e vítima) para a reunião de Reparação do Dano;

(2) Assistente social que irá acompanhar o adolescente na busca de moradia, fará a avaliação das condições familiares para retorno ou visita, irá ajudar o adolescente a fazer a documentação (carteira de trabalho, Identidade, CPF, Título de Eleitor, Registro de Nascimento, Certificado de Reservista), o acompanhará aos postos de saúde para fazer as vacinas e aprender a usar o SUS;

(3) Terapeuta ocupacional que terá como função acompanhar o adolescente nas atividades de lazer, de qualificação profissional e de procura de emprego, preparando-o para entrevistas e orientando-o para solucionar suas dificuldades nas relações de trabalho;

(4) Pedagoga que irá buscar vagas no setor educacional público e acompanhará as atividades escolares, providenciando reforço escolar quando necessário;

(5) Professor de Educação Física, que irá organizar atividades esportivas, competições, que tenham como principal função o aumento da auto-estima através do sucesso nestas atividades;

(6) Estagiários, cada área deverá ter estagiários que irão acompanhar individualmente o adolescente e sua família;

(6) Psicoterapeuta, cujo serviço técnico especializado poderá ser feito através de convênios com centros especializados de tratamento de infratores, com sessões semanais, de forma individual ou grupal com os adolescentes e suas famílias. Na Faculdade Evangélica do Paraná funciona o LEFOR (Laboratório de Estudos Forenses) que atende jovens infratores e suas famílias.

Em suma, este programa precisa de uma equipe de técnicos especializados ou em treinamento com supervisor experiente e recursos financeiros especificamente alocados para este fim. O sucesso de um acompanhamento de egresso depende basicamente da identificação imediata do problema e da apropriada intervenção. As visitas semanais da equipe técnica ao local de trabalho, à escola e à moradia do adolescente

forneirão as informações necessárias para a atuação reparadora. Dificuldades devem ser resolvidas na hora com o adolescente e a pessoa envolvida através da intervenção apropriada. Convém às equipes novas, inexperientes com acompanhamento de egresso, que permaneçam sob supervisão de um orientador capacitado até que desenvolvam repertório próprio para enfrentamento das dificuldades (GOMIDE, 1990). O relacionamento com o sistema de justiça juvenil deve ser feito periodicamente através de relatórios informativos e avaliativos. Os acordos entre vítima e transgressor devem ser homologados pelo Ministério Público e Poder Judiciário, de forma a dar um caráter legal para as ações firmadas. Em caso de descumprimento do acordo a justiça poderá então modificar a medida sócio-educativa, revertendo-a e aplicando uma mais severa, de maneira que o adolescente tenha consequência imediata para o seu ato infracional.

A resposta aos anseios populares sobre a violência dos jovens não se encontra em mudanças da lei 8069, mas sim no enfrentamento das dificuldades para a implantação e avaliação de programas pedagógicos de tratamento de jovens infratores. A demonstração dos resultados positivos desses programas e o diagnóstico de adolescentes infratores de alto risco, que não respondem apropriadamente aos tratamentos planejados, devem ser expostos com clareza. É preciso reconhecer que alguns casos, felizmente poucos, não respondem às intervenções propostas e requerem maior tempo de internação. Aceitar que adolescentes com Transtorno de Personalidade Anti-social Grave requerem diagnóstico e tratamento de longo prazo não significa negar um dos principais princípios básicos do ECA - manter os adolescentes infratores em regime de privação de liberdade o menor tempo possível. Significa por outro lado, reconhecer que alguns indivíduos exigem tratamento diferenciado e que a legislação deverá contemplar estas excepcionalidades. Os movimentos a favor da redução da maioria penal são equivocados, pois partem do princípio de que se todos os jovens com mais de 16

anos forem para penitenciárias comuns, a reincidência será menor. Não é o que demonstram as pesquisas. Certamente o convívio com infratores adultos será ainda mais pernicioso para o jovem em formação. A saída é a implantação de programas de reintegração competentes, tanto em meio aberto como em instituições para infratores que cumprem medida de privação de liberdade. Infelizmente, no Brasil a produção científica nesta área é muito pequena, pois são raros os centros de pesquisa que estão produzindo conhecimento sobre intervenção e avaliação de programas para reintegração de infratores jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANK, E.; LANE, J.; TURNER, S.; FAIN, T. E SEHGAL, A. An experimental Juvenile Probation Program: Effects on Parent and Peer Relationship. *Crime & Delinquency*, v. 54, n. 2, 193-224, april, 2008.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*: Lei Federal 8069 de 13 de Julho de 1990.
- DALY, K. Restorative justice: The real story. *Punishment Society*, n. 4, p. 55-79, 2002.
- DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. *Psicologia das Relações Interpessoais: Vivências para o Trabalho em Grupo*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GOMIDE, P.I.C. *Menor Infrator a caminho de um novo tempo*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 1998.
- GOMIDE, P. I. C. Efeitos das práticas educativas no desenvolvimento do comportamento anti-social. In: CABALLO, V.; MARINHO, M.L. (Orgs.). *Psicologia Clínica e da Saúde*. Londrina, PR: UEL, 2001. p. 33-52.
- GOMIDE, P. I. C. *Pais Presentes, Pais Ausentes: Regras e Limites*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GOMIDE, P. I. C. *Inventário de Estilos Parentais - IEP: Modelo Teórico, Manual de Aplicação, Apuração e Interpretação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- GOMIDE, P. I. C. Estilos parentais e comportamento anti-social. In: DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. (Orgs.), *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem – Questões Conceituais, Avaliação e Intervenção*. Campinas: Alínea, 2003.
- GOMIDE, P. I. C.; ROCHA, G. M.; WATANABE, A. *Avaliação de desempenho escolar em adolescentes de alto-risco*. Apresentação de Trabalho/Comunicação em Congresso – ABPMC, 2005.
- GOMIDE, P.I.C.; PINHEIRO, D.P.N. *Parricídio*. In: CALDAS, M.; TONIN, M.M. (Orgs). Os vários olhares do direito da criança e do adolescente. Coleção Comissões: Comissão da Criança e do adolescente, v. 5, Parana: OAB, 2006. p. 127-138.

GOMIDE, P.I.C. (Org). *Programa para o Desenvolvimento das Virtudes*. Petrópolis, RJ: Vozes, (no prelo).

GALLO, A. *Adolescentes em conflito com a lei: perfil e intervenção*. Tese de doutorado defendida no Programa de Educação especial da UFScar, 2006.

LIPSEY, M. W.; CHAPMAN, G. L.; LANDENBERGER, N.A. Cognitive-Behavioral Programs for Offenders. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*. 578- 2001.

ORDEM DO ADVOGADOS DO BRASIL; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA . *Uma Amostra das Unidades de Internação de Adolescentes em Conflito com a Lei*. Brasília: AdPeople Comunicações, 2006.

PATTERSON, G.; REID, J.; DISHION, T. *Antisocial Boys*. Eugene, Oregon: Castalia Publishing Company, 1992.

NURCO, D.; LERNER, M. Vulnerability to narcotic addiction: Family structure and functioning. *Journal of Drug Issues*, n. 26, p. 1007-1025, 1996.

ROCHA, G. V. M. *Psicoterapia analítico-comportamental com adolescentes infratores de alto-risco: modificação de padrões anti-sociais e diminuição da reincidência criminal*. Tese Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Clínica – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, SP, 2008.

SELIGMAN, M.E.P Positive psychology network concept paper. <http://www.psych.upenn.edu/seligman/ppgrant.htm>, 2004.

WILSON, S.J.; LIPSEY, M. W. Wilderness challenge programs for delinquent youth: a meta-analysis of outcome evaluations. *Evaluation and Program Planning*, n. 23, p. 1-12, 2000.

WORMITH, J.S; ALTHOUSE, R.; SIMPSON, M. ; REITZEL, L. R.; FAGAN, T.J.; MORGAN, R. D. The Rehabilitation and Reintegration of Offenders: The Current Landscape and Some Future Directions for Correctional Psychology. *Criminal Justice and Behavior*, n. 34; p. 879-892, 2007.

PERSPECTIVAS NO ABRIGAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VITIMIZADOS

Ana Celina Garcia Albornoz

É indiscutível que a família - quando cumpre o papel de promover e preservar a integridade e o desenvolvimento físico, psíquico e social – é o melhor lugar para a criança. Segundo Winnicott (1988), através do cuidado suficientemente bom que os cuidadores dispensam ao bebê, este vai podendo desenvolver suas capacidades inatas, integrar os diversos aspectos do seu ego e construir um *self*. Para Bowlby (1988; 1990) é essencial que a criança tenha a vivência de uma relação afetiva calorosa, íntima e contínua com a mãe ou com uma pessoa que desempenhe regular e constantemente este papel, sendo que esta relação deve ser prazerosa e satisfatória para ambas. É esta relação dos primeiros anos de vida que está na base do desenvolvimento da personalidade.

A qualidade dos cuidados parentais que uma pessoa recebe na infância é vital para a sua sobrevivência e para a sua saúde mental. No entanto, a realidade aponta que nem sempre acontece dessa forma. Muitas famílias fracassam no cumprimento do seu papel junto aos seus filhos. As graves falhas do contexto familiar se traduzem numa extrema miséria física e afetiva, gerando quadros danosos ao desenvolvimento infantil. O abandono e os maus tratos – como a negligência, o abuso físico, o abuso sexual e o abuso emocional – são freqüentes nessas situações.

A vitimização é um fenômeno complexo e multicausal, envolve uma conjunção de fatores. As crianças vitimizadas em geral são oriundas de famílias em situação de aflição psicológica e social e com problemas múltiplos (MORALES-HUET, 1999),

cujos pais sofreram abandono e ou maus tratos na infância (ALBORNOZ, 2006), a mãe, o pai, ou ambos, possuem algum grau de doença mental crônica (BOWLBY, 1988), e estão envolvidos com álcool ou drogas, com a criminalidade, com o desemprego, com a miserabilidade e sofrem exclusão social (MORALES-HUET, 1999). São famílias problemáticas, que não protegem seus membros e falham em atender as necessidades de suas crianças (OGATA; SILK; GOODRICH; LOHR; WESTERN; HILL, 1990). Cabe ressaltar que a miséria e o uso de álcool por si só não são causadores de violência, porém, eles rompem o frágil equilíbrio que contém o impulso violento e tem parte importante como desencadeantes para a vitimização.

Para além das questões individuais que determinam o comportamento abusador, a falta de condições de saúde, econômicas, sociais e culturais que realmente atendam as necessidades da população e a ausência de políticas públicas de prevenção primária e secundária de abordagem à família potencialmente violenta ou da família de fato violenta, são fatores que também contribuem para o problema. Sendo assim, os fracassos familiares são também fracassos sociais (SPITZ, 1988). As famílias envolvidas com a vitimização dos seus filhos não são as únicas responsáveis por tal condição, elas fazem parte de um sistema maior que também é falho. As famílias abandonantes ou maltratantes também foram abandonadas pela sociedade.

PRIVAÇÃO NA INFÂNCIA

A criança sofre privação quando passam a faltar as características essenciais da vida familiar, que não estão representadas nos vínculos biológicos, sociais ou legais, mas sim nas relações estabelecidas, no partilhar uma intimidade e na assistência às necessidades dos seus componentes, especialmente no caso das crianças e adolescentes.

A história das privações no Brasil é antiga. Remonta ao seu descobrimento. Os navios portugueses que aqui chegavam traziam muitas crianças à bordo. Tais crianças, abandonadas à própria sorte pelas suas famílias portuguesas pobres, em troca do seu sustento, cumpriam o papel de serviçais nessas viagens. Durante o percurso, eram maltratadas e abusadas pelos ocupantes desses navios. Quando sobreviviam, e solitárias aqui chegavam, faziam das ruas a sua moradia e fonte de sustento (PRIORE, 1999). Essa triste e remota história permanece presente até os dias de hoje. Atualmente, milhões de crianças sofrem privações de toda ordem e estão desamparadas ou vivem em instituições.

O abandono é a condição de privação da presença e do acompanhamento dos familiares ou responsáveis durante o desenvolvimento da criança. Pode se dar por meio de exclusão, quando a criança é excluída do lar, ou por evasão, quando os familiares se retiram do convívio, abandonam a moradia comum e vão embora sem levar a criança. O abandono envolve uma ou várias perdas e gera angústia. Pode se considerar também que há abandono mesmo quando não houve uma separação real, mas há desatenção, rejeição ou perda do amor.

Já o abuso infantil, se caracteriza como um problema de saúde pública e envolve toda ação ou omissão do adulto cuidador, que resulta em dano ao desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social da criança (FARINATTI; BIAZUS; LEITE, 1993). Implica de um lado em transgressão do poder ou do dever de proteção do adulto, e de outro, na negação do direito da criança de ser tratado como sujeito em condição peculiar de desenvolvimento (GUERRA, 1998). O abuso pode ser de ordem sexual, quando ocorre o envolvimento da vítima em atividades sexuais impróprias para a sua idade, pode ser físico, quando envolve castigos que causam dano físico, e pode ser psicológico, quando envolve desatenção, humilhação e outros sofrimentos psíquicos. O abuso psicológico está presente em todas as formas de abuso (ALBORNOZ, 2006).

Eventos de vida negativos como esses tem graves efeitos no campo da saúde mental individual, especialmente quando esses eventos ocorrem em períodos de grande vulnerabilidade, como na infância e na adolescência. O registro marcante dessas vivências permanece ativo por toda a vida e faz com que as crianças lembrem-se para sempre das experiências traumatizantes de não terem sido acolhidos e cuidados adequadamente (WINNICOTT, 2006). Cada falha no cuidado da criança interrompe a continuidade do desenvolvimento, causando paradas ou mesmo retrocessos, e enfraquecendo o ego ainda incipiente (WINNICOTT, 1988). As vivências abusivas instauram na mente da criança um processo de distribuição de energia psíquica que faz com que a personalidade dos jovens se estruture a partir do forte impacto da adversidade e em função dele, abafando as chances de desenvolvimento da tendência natural de cada indivíduo (ALBORNOZ, 2006).

A falta de cuidados parentais adequados, especialmente até os 6 anos de idade, determina, com frequência, o desenvolvimento de uma personalidade perturbada. Os prejuízos causados à saúde mental pela privação de cuidados adequados dependerão do grau desta privação. As conseqüências podem ir desde o sentimento de angústia e instabilidade emocional, até uma incapacidade total para estabelecer relações afetivas saudáveis com outras pessoas (BOWLBY, 1988). O abandono e a violência sexual e física geram grande aflição e tem efeitos duradouros e muitas vezes irreversíveis para a personalidade (HEIM; NEMEROFF, 2001). A violência intrafamiliar causa maiores prejuízos aos indivíduos em desenvolvimento quando comparada aos efeitos da violência de outra ordem. Ambientes familiares caóticos ou mesmo os rígidos são perturbadores do desenvolvimento emocional das crianças (KENT; WALLER, 2000). A falta de comunicação e de apoio, própria dos lares abusivos, dificulta o entendimento e a adequada expressão das experiências emocionais. Como decorrência, as crianças apresentam dificuldades para lidar com os seus próprios sentimentos e para avaliar a realidade, vivendo como se

estivessem permanentemente em risco (PAIVIO; LAURENT, 2001). Uma grave consequência da dinâmica abusiva é a saída do jovem em direção à rua, onde passa a sofrer uma série de novos abusos, e tem alimentada a própria capacidade de perpetuar a condição de abusador no futuro.

Em geral, crianças abusadas sexualmente apresentam muito mais sintomas físicos, psicológicos e comportamentais do que crianças *não-abusadas* (KNOPP; BENSON, 1996). Enquanto do ponto de vista comportamental, crianças vítimas de abuso físico têm um incremento de impulsos hostis que fazem com que elas sejam agressivas com outras crianças e estejam mais propensas a atos anti-sociais na adolescência, bem como a serem violentas com seus filhos e esposas (os) na idade adulta (ALBORNOZ, 2006). As vítimas de violência desenvolvem um repertório extenso de reações habituais destrutivas como uma forma alternativa de solução de problemas (BROHL, 1996; FERIGOLO; ARBO; MALYSZ; BERNARDI; BARROS, 2000), o que interfere negativamente na sua adaptação aos contextos familiar, escolar, social ou institucional.

Segundo Spitz (1988), crianças privadas de alimento afetivo têm como único caminho a violência e a destrutividade da ordem social da qual são vítimas. Crianças sem amor terminarão como adultos cheios de ódio. A relação de violência que fez ou faz parte da vida do agressor é estendida à vida das novas vítimas (AFFONSO; MOTA; PEREIRA, 2000) estabelecendo-se um ciclo de violência que pode afetar a esfera social mais ampla. Esse estado de sofrimento reflete a falta de capacidade do indivíduo para sentir interesse e empatia para consigo mesmo e para com os outros. A constituição de um frágil psiquismo, conseqüente às significativas privações vividas na infância pode levar a mente a apresentar quadros psicopatológicos graves como a psicose e a personalidade anti-social quando adultos (MULLER; GOEBEL-FABRI; DIAMOND; DINKLAGE, 2000; WINNICOTT, 1988). Especialmente nos casos de vivências de abuso sexual na infância, é comum que os

indivíduos afetados apresentem uma grave estruturação de personalidade *borderline* na idade adulta (OGATA et al., 1990).

Nos estudos descritos anteriormente, as crianças expostas a várias formas de violência tendem a apresentar alto risco de prejuízos no curso do seu desenvolvimento, além de quadros psicopatológicos na idade adulta. A situação é similar no caso dos adolescentes. Avanci, Assis, Oliveira, Ferreira e Pesce (2007) realizaram uma pesquisa com o objetivo de investigar os problemas de saúde mental de adolescentes escolares e identificar alguns aspectos individuais, sociais e familiares associados ao seu desenvolvimento. Eles constataram que a violência psicológica é um evento que tem grande potencial para comprometer a saúde mental dos adolescentes.

Nos casos de vitimização é necessária a avaliação da vulnerabilidade e do risco a que a criança ou o adolescente estão expostos e deve ser determinada uma ação protetiva e terapêutica para cada caso. Dessa forma, pode ser resgatado o potencial desenvolvimental da criança e podem ser aumentadas as suas condições de ter uma personalidade mais saudável no presente e no futuro. Diversas medidas podem ser adotadas nesse sentido, entre elas tratamentos psicoterápicos, psiquiátricos, ambientoterápicos, e, também, a institucionalização da criança ou do adolescente. Essa última visa não só oferecer recursos terapêuticos propriamente ditos para a sua recuperação, mas também, pretende oferecer condições ambientais terapêuticas. Para Winnicott (2006), prover as crianças de cuidados adequados às suas necessidades, é provê-las de saúde mental.

CONTEXTUALIZANDO A INSTITUCIONALIZAÇÃO

Uma série de circunstâncias pode determinar que um filho não possa ser cuidado pelos seus pais biológicos. Crianças que não podem ser cuidadas pelas suas famílias necessitam de cuidados especializados. A transferência dos cuidados parentais

para uma instituição especializada é uma das alternativas terapêuticas mais utilizadas para os casos de abandono e maus tratos. A vitimização, muito mais do que a orfandade, é uma das principais causas para a institucionalização.

Para recuperar as crianças vitimizadas, Bowlby (1988, 1990) e Winnicott (1987), consideram que é necessário que se restabeleçam os vínculos com sua família de origem, ou, quando isto for impossível, por intermédio de um substituto. Para as crianças vítimas de abuso no ambiente familiar, o abrigo pode ser a única forma de prevenir a recorrência e de interromper o ciclo da violência. A institucionalização tem como objetivo resolver um problema vivencial para a criança. No entanto, essa concepção inovadora de institucionalização, que deixa de lado a necessidade de controle social e está voltada especialmente para o atendimento das necessidades dos jovens, faz parte do ideário da sociedade pós-moderna.

No passado, tendia a adotar uma outra concepção frente ao problema: vigiar e punir. No século XIX, no Brasil, havia uma concepção negativa da natureza humana em que os menores de rua, assim como as prostitutas, os desocupados e os mendigos eram vistos como um segmento social desclassificado, pobre e potencialmente criminoso, que representava um perigo para a ordem social e deveria estar sob o controle do Poder Público. O atribuído risco à sociedade justificava a atitude repressiva com que esses indivíduos eram tratados (VARGAS, 1994). As crianças ficavam reclusas em locais que tinham condições estruturais e organizacionais impróprias ao seu desenvolvimento e careciam de investimentos específicos às suas necessidades.

O rápido crescimento comercial e populacional que ocorreu no século XX gerou a necessidade de criação de instituições. No entanto, não se alterou a concepção de controle diante da população marginalizada. Muitos hospitais, hospícios e prisões foram criados nessa época com uma função básica predominantemente assistencialista e não terapêutica, de abrigar os doentes, as crianças e os velhos abandonados, os

criminosos e os doentes mentais. Nesse período, a fiscalização dessa população era veiculada por diversos segmentos da sociedade: autoridades, polícia, imprensa, empresários e pela própria medicina (MORELLI; SILVESTRE; GOMES, 2000; WADI, 1994).

O advento da modernidade trouxe um impulso normatizador que suplantou as dinâmicas tradicionais abertamente repressivas e estabeleceu mecanismos de controle mais modernos. A função reguladora e de proteção social antes exercida pela boa vontade de algumas pessoas e pelas redes filantrópicas foi substituída pela responsabilização do Estado. O governo passou a ser o responsável pelas práticas modernas de proteção através de instituições especializadas que colocaram em descrédito as práticas e discursos até então instituídos (SCHEINVAR, 1998). Em suma, o Estado passou a centralizar o controle sobre a população em risco.

Na concepção moderna, a Lei 6697/1979 do Código de Menores regia o tratamento dispensado às crianças e adolescentes vitimizados. Essa Lei dispunha sobre a assistência, a proteção e a vigilância de menores até dezoito anos de idade. Tal documento, elaborado ainda sob o reflexo da concepção de controle social e da Constituição Federal de 1969, tinha cunho ditatorial, e não apresentava uma visão realmente protetiva aos jovens. Calcado na doutrina do menor, via a criança como um objeto facetado, incapaz e sem direitos. Era um documento discriminatório, que servia aos interesses da sociedade. Baseado no poder sócio-econômico e na cultura, fundamentava decisões subjetivas tendenciosas em prol do *melhor interesse do menor*. Na sua vigência, os menores eram arbitrariamente afastados de suas famílias e de sua comunidade, eram internados em instituições, muitas vezes sem direito à defesa, e perdiam totalmente a liberdade. Apoiadas no Código de Menores, as instituições criadas nessa época tinham o cunho de controle social. A realidade que se conhecia nas instituições não levava em conta a noção de integralidade, nem contemplava a questão das necessidades próprias da infância, estava ainda

muito distante do conceito pós-moderno de indivíduo em desenvolvimento.

O atendimento dos menores carentes, abandonados e infratores era orientado pelas normas da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, a Funabem, cuja política assistencialista e excludente era executada pela Fundação Estadual do Bem Estar do Menor, a Febem. Instituição criada sob essa égide, presente em diversos Estados da União, a Febem se manteve como a instituição de maior porte do país com a responsabilidade de manter crianças e adolescentes sob seus cuidados. Esse gigantesco órgão, no Rio Grande do Sul, era conhecido como Febem/RS e era tutelado pelo Poder Executivo do Governo do Estado. Sua estrutura, funcionamento e propósitos eram especialmente voltados para o controle social. A Febem do Rio Grande do Sul, assim como as demais, tinham características deveras limitantes. A realidade que se conhecia na Febem era a dos macro institutos, onde as crianças eram agrupadas em grandes prédios, de acordo com a sua idade e sexo. Ao ingressarem na instituição, os numerosos agrupamentos de irmãos, comuns nas famílias de baixa renda, eram totalmente dissociados. Em função dos critérios de organização da instituição, eram rompidos os vínculos entre os irmãos ingressantes e cada criança era encaminhada para um lugar diferente, sem ser levada em conta a perniciosidade dessa medida.

Nos grandes institutos havia os dormitórios coletivos, o refeitório, o berçário, a sala de ensino, os horários rigidamente determinados para tudo, o toque da Alvorada para acordar e o toque do silêncio para recolher, entre outras particularidades. Dali, as crianças não saiam para nada, nem mesmo para ir à escola, já que os conhecimentos eram ministrados nessas instituições. Devido à grande quantidade de crianças agrupadas, em torno de 80 crianças em cada instituto, só era possível atendê-las em larga escala. Os cuidados eram padronizados, sem respeitar as diferenças individuais; o vestuário e os pertences eram compartilhados. As relações estabelecidas não

tinham como não ser impessoais. Zelar pelos cuidados físicos e pelo controle eram as principais metas desses institutos. O ambiente afetivo não era considerado importante ou mesmo possível dentro desse esquema. Com isso, perdia-se a troca afetiva que há na admissão de cuidados físicos individualizados e a possibilidade da criança se sentir amada, por ser tratada como alguém especial e única. Por conseguinte, perdiam-se os requisitos básicos para que uma criança desenvolva uma personalidade saudável. Desta forma, devido a falta de investimentos emocionais, o destino de cada uma dessas crianças era traçado e o mundo dos psicóticos e anti-sociais só tendia a crescer e a ameaça à sociedade também.

Bowlby (1988) refere que crianças que não tem possibilidade de formar vínculos afetivos em seu lar provisório não desenvolvem padrões nesse sentido. De acordo com este autor, nas instituições, a privação das crianças com relação a este cuidado é quase que total, pois o comum são relações que não possibilitam um vínculo íntimo e caloroso nem promovem o sentimento de segurança na criança. As crianças que passam os seus primeiros anos de vida em instituições com essas características e limitações são inacessíveis ou têm uma limitada capacidade para estabelecer relações afetivas. Porém, o autor faz uma ressalva, diz ele que se durante o abrigo numa instituição alguém se afeiçoar à criança e ela receber “cuidados maternos extras” prestados por um substituto, os efeitos prejudiciais da institucionalização podem ser reduzidos. Isto é possível, segundo Winnicott (1987), porque a criança não tem a capacidade de reter na lembrança o objeto perdido por muito tempo, então ela transfere anseios e sentimentos para um outro objeto presente. Novos interesses surgem onde os antigos fracassaram. Essa concepção justifica a inclusão de cuidadores substitutos.

Para se recuperar da perda sofrida, a criança precisa ser cuidada por outra pessoa que lhe seja confiável. Essa pessoa deve agir como uma figura substituta, a quem a criança irá se ligando gradualmente, e, assim, poderá aceitar a perda sofrida

anteriormente e reorganizar sua vida (BOWLBY, 1988; 1990). Mas quando o cuidado ambiental é reimposto, as crianças o testam muito para ver se ocorrerá um novo abandono. Elas exercem todo o seu poder de destrutividade e procuram parecer desprezíveis. Praticam todos os atos reprováveis possíveis para ver se dessa forma conseguem afastar o novo cuidador. No entanto, se há a continuidade do cuidado, elas vêm a saber que existe uma fantasia de destruição que é diferente da realidade, e é isto que precisam aprender, pois não aprenderam enquanto bebês (WINNICOTT, 1994). Elas precisam aprender que não são capazes de destruir tudo e todos, que não são as responsáveis pela falta de seus pais e assim aprendem também que podem ser capazes de merecer o amor das pessoas. Para Winnicott (1987) e para Bowlby (1988), se a criança que vivenciou falhas ambientais importantes for acolhida por uma instituição e esta desempenhar um cuidado adequado, é possível a melhora ou até mesmo, a sua recuperação total.

NOVAS PERSPECTIVAS

No Brasil, ainda na década de 70, foi iniciada uma série de movimentos sociais em defesa dos direitos das minorias. A infância foi um dos focos desses movimentos. Tais ações resultaram em grandes conquistas: em 1988, a promulgação da nova Constituição Brasileira; em 1990, o país tornou-se signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e do Adolescente; foi promulgada a Lei 8.069/90, que revogou o antiquado Código de Menores para dar lugar ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O ECA, importante e inovadora Lei, vigente desde 13 de julho de 1990, caracteriza-se pela garantia de direitos (artigo 15) e pela visão integrada de sujeito. As crianças e os adolescentes são considerados pessoas em peculiar condição de desenvolvimento, que necessitam de proteção integral e gozam

de prioridade absoluta (artigo 4). (BRASIL, 1990). Nessa concepção, a criança toma um valor supremo e torna-se sujeito da proteção. O conceito de infância passa a envolver: afeto, cuidado, relação histórica e política. A família, por sua vez, passa a ser considerada como lugar privilegiado de promoção do desenvolvimento. Diferentemente do Código de Menores, muito mais do que a garantia de direitos, do que a oferta de um ambiente digno e de cuidados de saúde, o ECA estabelece propósitos que buscam preservar a identidade das crianças e adolescentes abrigados.

A família, a comunidade, a sociedade em geral e o poder público devem assegurar aos jovens, com absoluta prioridade, os direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, e passam a cumprir importante papel (BRASIL, 1990). Além disso, o ECA legitimou o trabalho realizado pelas organizações da sociedade civil, como as entidades não-governamentais (ONGs) e as entidades das mantenedoras religiosas, que passaram a ter um importante papel social na abrigagem de jovens. Com base nessa nova visão, uma série de abrigos vem sendo inaugurados, e se somam aos abrigos governamentais na oferta de trabalho na área da proteção de crianças e adolescentes.

A partir do ECA (BRASIL, 1990), e dos seus desígnios (artigo 92), as entidades que desenvolvem programas de abrigo tiveram que se reformular e adotar os seguintes princípios: preservação dos vínculos familiares; integração em família substituta quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; oferecer atendimento personalizado e em pequenos grupos; desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; não desmembramento de grupos de irmãos; evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; participação na vida da comunidade local; preparação gradativa para o desligamento; participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

A FEBEM, órgão governamental de abrigagem de crianças e adolescentes, precisou se reordenar para atender os preceitos do ECA. A Febem de Porto Alegre foi pioneira nessa iniciativa e criou um programa que se tornou referência nacional denominado Núcleo de Atendimento às Unidades Residenciais (NAUR), que hoje leva o nome de Núcleo de Abrigos Residenciais (NAR) e desde a extinção da Febem/RS passou a fazer parte da Fundação de Proteção Especial (FPE). O Programa NAR começou a ser idealizado em 1990 com a promulgação do ECA, e passou a ser efetivado entre 1991 e 1992. A pedra fundamental foi o desmonte do Instituto Samir Squeff, grande prédio que abrigava muitas crianças. Inicialmente constituíram-se um pequeno número de moradias comportando grupos de 12 abrigados cada uma, que passaram a atender as cerca de 80 crianças oriundas daquele Instituto. À medida que a atividade confirmava o êxito de tal proposta, outro grande instituto era desmontado e eram inauguradas novas unidades residenciais. Esse programa foi e continua sendo um grande desafio para a instituição na medida em que envolve alta especialização e grande investimento financeiro. Atualmente, pode-se considerar que o NAR atingiu grandes proporções, é composto por cerca de 35 casas, localizadas nos diversos bairros de Porto Alegre, e atende aproximadamente 500 crianças e adolescentes, grande parte da população da FPE.

O NAR remete à proposta de trabalho desenvolvida por Winnicott (1987), na Inglaterra, na época da Segunda Guerra Mundial, quando participou da criação e supervisionou abrigos destinados a atender crianças órfãs ou que estavam afastadas de suas famílias. Essas crianças tinham vivido algum grau de privação na relação inicial com a sua família de origem e apresentavam graves problemas de comportamento. Elas eram abrigadas em alojamentos de pequeno porte, cujo principal instrumento de trabalho era a relação estabelecida entre as crianças e os seus cuidadores, que servia como um novo modelo de relacionamento para essas crianças vitimizadas. O autor tinha como principal meta criar condições para que as

crianças recuperassem as condições de saúde mental. A proposta dos abrigos residenciais do NAR também contempla esse objetivo e representa um grande avanço na política de atendimento às crianças e aos adolescentes vitimizados. Suas características e estrutura de funcionamento buscam minorar os efeitos da institucionalização e oferecer condições para um desenvolvimento saudável e pleno às crianças e aos adolescentes.

O NAR também está em consonância com a proposta da Conferência Norte-Americana sobre a Criança, ocorrida na Casa Branca em 1908, que preconizou que as crianças devem crescer em um ambiente aberto, o mais parecido possível com uma casa (BAROWITZ, 2004). Os abrigos residenciais do NAR são bem diferentes dos grandes institutos, assemelham-se a um ambiente familiar, a um lar comum, e estão inseridos na comunidade. São ambientes abertos, portanto, não tem características deveras limitantes como as macro instituições. São casas comuns, com seus diversos cômodos: sala, cozinha, quartos, banheiro, área de serviço e pátio, integradas à comunidade, localizadas em diferentes bairros de Porto Alegre. Cada casa abriga em média 15 crianças. Nessas casas, as crianças ficam 24 horas sob os cuidados de duplas fixas de cuidadores, sendo preferencialmente um homem e uma mulher, que se alternam em plantões. Cozinheiras e serventes também atendem as casas. Todos são funcionários da instituição. As casas são coordenadas por uma equipe administrativa e são supervisionadas por uma equipe técnica composta por psicólogos, assistentes sociais, técnicos em educação, técnicos em recreação, nutricionistas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e enfermeiros. Os abrigados mantêm uma relação de interação com a comunidade e se servem dos recursos disponíveis para o atendimento das suas necessidades. As crianças e adolescentes freqüentam as escolas, clubes, hospitais, áreas de lazer, clínicas de atendimento e cursos da comunidade, estando, dessa forma, inseridos num contexto sociocultural comum.

As crianças e adolescentes do NAR são encaminhadas pelo Juizado da Infância e da Juventude ao Núcleo de Ingresso da FPE, que os abriga nas suas diversas casas conforme a disponibilidade de vagas. As casas se destinam ao acolhimento de crianças e adolescentes do sexo feminino e masculino, de 0 a 18 anos de idade ou idade superior nos casos dos portadores de necessidades especiais. O programa preserva os laços de consangüinidade e mantém convivendo na mesma casa os agrupamentos de irmãos.

Em geral, as crianças e adolescentes abrigadas estão afastadas da família por serem vítimas de abandono, negligência, abuso físico e abuso sexual. No entanto, ainda existem crianças abrigadas por motivos assistenciais como a pobreza, embora esse motivo não seja contemplado pelo ECA. As crianças do NAR já vivenciaram privação de alguma ordem e algum evento potencialmente traumático. Seus familiares apresentam alguma das seguintes patologias: retardo mental, psicose, perversão, alcoolismo, dependência química ou tem Transtorno Anti-social. É comum que estejam em hospitais psiquiátricos, em casas de detenção ou sejam andarilhos, o que confirma a associação entre doença mental nos pais e vitimização dos filhos apontada pela literatura científica.

Percebe-se que, no momento do seu ingresso no NAR, os sintomas psicológicos mais comumente apresentados pelas crianças e adolescentes são: imaturidade, confusão entre fantasia e realidade, ansiedade, distúrbios da esfera oro-alimentar, terror noturno, baixa auto-estima, bloqueios intelectuais com defasagem escolar, dislalias, distúrbios na identidade, atrasos no desenvolvimento psicosssexual e neuropsicomotor, adição à comida, agressividade, enurese, furto, masturbação compulsiva, genitalização precoce, depressão, entre outros. A origem desses sintomas está muito clara na história de vida de cada criança e indicam a necessidade de tratamentos psicológicos.

As crianças e adolescentes permanecem abrigadas até atingirem a maioridade ou até o momento em que o Juizado da

Infância e Juventude determina o seu desligamento para retorno à família de origem, inclusão em família substituta (adoção) ou devido a uma mudança de medida nos casos de adolescentes que entram em conflito com a lei e tem medida sócio-educativa de restrição de liberdade (contravenção penal com internação em casa fechada), sendo que esta última possibilidade raramente ocorre. Essa modalidade de abrigo, bem diferente dos moldes tradicionais de institucionalização, oferece à criança e ao adolescente a oportunidade de vivenciar situações que se aproximem de uma vida familiar. Cada criança tem a sua casa, o seu nome, as suas roupas, a sua cama, o seu material escolar, os seus brinquedos, a sua festa de aniversário. As necessidades individuais são respeitadas e valorizadas. Os cuidadores, que são as pessoas que cuidam das crianças na condição de “pais substitutos”, realizam os cuidados necessários ao desenvolvimento destas crianças. No desempenho dessa atividade ocorre um envolvimento afetivo por parte dos cuidadores, que protegem e estimulam estas crianças, apresentando-lhes a realidade e proporcionando-lhes as limitações necessárias ao amadurecimento.

Da mesma forma ocorre com as crianças, é comum que algumas delas elejam algum cuidador e o chamem de “mãe” ou de “pai”, pela relação especial que estabelecem, embora a verdade da natureza do vínculo esteja sempre presente. Pela tendência natural para o desenvolvimento presente nas crianças, a maioria aceita os cuidadores como figuras especiais e restauradoras após submetê-los aos seus anseios e testagens. Esse impacto de cuidado e afeto é decisivo na formação da personalidade das crianças e jovens abrigados. Para ser saudável, a criança e o adolescente precisam de alguém para amar, odiar, ver que não foi destruído e poder reparar. Ao desempenhar o papel de uma maternagem secundária reparadora, representando uma mãe continente, predizível, suficientemente boa, não retaliadora, já que o cuidado se mantém, o Abrigo lança as bases para a saúde mental, pois acode o pedido de cuidado e propicia o reforço ao ego frágil,

não ficando falhas capazes de desenvolver os quadros anti-sociais e as psicoses. Nesse caso, a institucionalização funciona como um recurso terapêutico essencial na recuperação das mentes estraçalhadas pelo abandono e pelo abuso. Assim, a garantia de direitos somada ao acolhimento afetivo e eficiente, são medidas essenciais ao desenvolvimento físico e psicológico das crianças e adolescentes vitimizados. A resposta destas crianças e adolescentes se dá na retomada do desenvolvimento emocional e físico, em sua continuidade de existência, em sua busca afetiva, em seus ideais estabelecidos, em sua identidade integrada e em sua vivência construtiva, balizados por uma auto-estima mais adequada.

As relações estabelecidas entre as crianças, os adolescentes e os cuidadores funcionam como uma adoção provisória e são facilitadores de vínculos posteriores quando da inclusão das crianças em famílias substitutas (guarda definitiva e adoção). O exercício de troca libidinal que se dá nessa relação alimenta e mantém a capacidade da criança para estabelecer e preservar vínculos afetivos e a sua capacidade para amar e ser amada, não permitindo que as vivências de privação sejam totais e incapacitantes (ALBORNOZ, 1998). Pode-se afirmar que o caráter terapêutico dessa abordagem está centrado na possibilidade de reparar vivências passadas traumáticas, as quais vão sendo diluídas pela porção de afeto incluída nas relações de cuidado. O seu caráter preventivo está centrado na possibilidade de restaurar um ambiente fundamental, permitindo que novas ligações se estabeleçam e que o desenvolvimento possa seguir o seu rumo natural.

Os fatores de sucesso que contribuem para a recuperação das crianças e dos adolescentes são, entre tantos, a oferta de um ambiente estável e seguro, a oportunidade para expressão de sentimentos, a possibilidade de compreensão da própria história, o estímulo à retomada do desenvolvimento, a existência de figuras de identificação e de novos modelos de relação, e, principalmente, a crença na possibilidade de recuperação. Esse cuidado leva a criança a estabelecer uma

melhor relação consigo mesma e com os outros, a uma melhora na capacidade produtiva, a progressos na aprendizagem e a um incremento na curiosidade e na criatividade. Como resultados do cuidado, os índices de psicoses, de transtornos anti-sociais e de dependência química na própria infância e na adolescência são reduzidos.

No entanto, cuidar das crianças e dos adolescentes vitimizados não é uma tarefa fácil. A problemática da clientela gera grandes dificuldades ao trabalho, especialmente quanto ao seu manejo. São crianças que carregam dentro de si uma história sofrida, com muitas dores e poucos amores, o que faz com que num primeiro momento depositem pouca confiança nos novos relacionamentos. Elas podem se mostrar muito resistentes à aproximação, muitas vezes apresentando um comportamento extremamente hostil e reagindo com grande agressividade frente a qualquer tentativa de contato. Essas barreiras impostas pelos passados trágicos das crianças são difíceis de romper, causando grande desgaste emocional para quem se encarrega delas. Em contrapartida, diante das dificuldades de se lidar com o abandono, muitas vezes, são mobilizados sentimentos de frustração e de impotência nos cuidadores. Como reação, podem ser despertadas nos cuidadores atitudes defensivas frente ao estabelecimento do vínculo, como sentimentos de rejeição ou de indiferença frente a determinadas crianças.

Além das dificuldades enfrentadas no contato com a clientela, também é muito difícil para os cuidadores estabelecerem com clareza os limites frente ao envolvimento e o distanciamento ótimos na relação com os abrigados. Saber se ligar, de que forma se ligar e também saber se desligar deles no momento certo são também grandes desafios. A abordagem nesses casos requer um entendimento profundo acerca do funcionamento, das patologias e das necessidades apresentadas pelos jovens extremamente carentes. Esse trabalho exige do cuidador um grande amadurecimento pessoal, uma grande capacidade de tolerância e ao mesmo tempo muita firmeza. Todos esses

sentimentos necessitam ser detectados e trabalhados para que o programa possa cumprir os seus objetivos.

A segregação social é outra barreira encontrada no desempenho dessa proposta de trabalho. As projeções da sociedade, que necessita manter-se à distância dos seus próprios infortúnios, geram um quadro severo de marginalização. A população abrigada encontra dificuldades para ser aceita no dia-a-dia da comunidade e profissionalmente, o que reforça a sua baixa auto-estima e a falta de credibilidade nos relacionamentos. Tal situação interfere negativamente na eficácia do trabalho pois produz uma nova situação de abandono naqueles que tentam superar as seqüelas do abandono parental. É necessária uma mudança de paradigmas na sociedade com vistas a possibilitar a reinserção social de crianças e adolescentes excluídos e evitar assim a sua revitimização.

SOBRE O PAPEL DO PSICÓLOGO NOS ABRIGOS

A presença do psicólogo é essencial ao trabalho em abrigos, cujo desafio é possibilitar construir, naqueles que acolhe, uma identidade diante da fragilidade, fragmentação e multiplicidade das referências sociais tradicionais. Inserido no contexto, o psicólogo trabalha dando suporte aos abrigos para que as crianças e adolescentes sejam atendidos no que é essencial para o seu desenvolvimento global e, em especial, emocional. Escutar cada história, torná-la significativa para o seu portador, e propiciar a sua reparação, é a meta principal. Abrir espaços de escuta, decodificar mensagens dos ditos e dos não-ditos, seja na forma de falas, atitudes ou de sintomas, corrigir distorções e estimular ampliações, são algumas das funções dessa praxis. O psicólogo auxilia no trabalho de prover as crianças e os adolescentes, na medida do possível, do que lhes faltou um dia, com o intuito de que elas possam, em algum momento de suas vidas, acreditar que viver bem é possível.

Abrir um espaço terapêutico para levar os cuidadores a refletir sobre os sentimentos despertados na difícil tarefa de assumir as crianças e suas histórias também são atribuições muito importantes do psicólogo. Permitir a catarse, conter a angústia, instrumentalizar com conhecimentos e dar apoio, são fundamentais nesse contexto. O papel de dar suporte às equipes envolvidas no cuidado de crianças e adolescentes sensíveis é um grande desafio, pois nessa tarefa são despertados sentimentos conscientes e também inconscientes, como motivações e como resistências, e, por vezes, a história passada dos próprios agentes do desenvolvimento de crianças e adolescentes sensíveis. Essa tarefa de cuidar dos cuidadores é delicada e essencial, pois dela depende as condições de saúde mental da própria instituição como um todo.

Atividades como avaliações psicológicas, psicoterapias individuais e em grupo, acompanhamentos terapêuticos, reuniões clínicas, grupos operativos com cuidadores, oficinas de capacitação, entre outras, são práticas comuns ao psicólogo que trabalha em abrigos. O trabalho do psicólogo implica em articular as necessidades próprias da infância com as necessidades e possibilidades institucionais. Muito mais do que tratar desajustes, envolve a reconstrução das mentes e a prevenção de distúrbios psíquicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se tem um porto seguro e ele fracassa, se pensa que tudo está perdido. A família é o porto seguro, e quando ela fracassa, se pensa que os seus filhos não terão mais jeito. Diante das conseqüências nefastas do abandono e da violência, em especial da violência intrafamiliar, há que se considerar a proposta dos abrigos e *semear em terra arrasada*. Um investimento de cuidado e de afeto, um novo olhar, uma nova escuta, as novas ligações estabelecidas, as novas vivências reparadoras, são revigorantes. A grande conquista da

modalidade de institucionalização apresentada aqui está em fazer nascer um novo sujeito, mais forte e saudável.

Cabe salientar que o afastamento de uma criança ou de um adolescente do seu lar de origem deve ser a última alternativa a ser tomada, mas, quando a violência está instalada na relação, é necessário proteger os indivíduos vulneráveis. Não se trata de fazer uma apologia à institucionalização, mas sim, de explicitar os benefícios advindos de um cuidado institucional bem fundamentado, nos casos em que viver em família é uma impossibilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO, R.; MOTA, E.; PEREIRA, A. A construção de um modelo clínico de atendimento psicológico a famílias vítimas de violência da cidade de São Paulo. *Psikhê*, v. 5, n. 2, p. 26-40, Jul./Dez. 2000.

ALBORNOZ, A. C. Os efeitos preventivos e curativos dos cuidados parentais substitutos com relação à doença mental grave. *Aletheia*, n. 7, p. 27-33, jan./jun., 1998.

ALBORNOZ, A. C. *Psicoterapia com Crianças e Adolescentes Institucionalizados*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

AVANCI, J. Q.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C; FERREIRA, R. M.; PESCE, R. P. Fatores associados aos problemas de saúde mental em adolescentes. *Psicologia, teoria e pesquisa*, v. 23, n. 3, p. 287-294, jul./set., 2007.

BAROWITZ, J. A Associação Judaica de Atendimento à Criança. In: AZAMBUJA, M. R. F.; SILVEIRA, M. V.; BRUNO, D. D. (Orgs.). *Infância em família: um compromisso de todos*. Porto Alegre: Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2004. p. 93-108.

BOWLBY, J. *Cuidados maternos e saúde mental*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BOWLBY, J. *Formação e rompimento dos vínculos afetivos*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BRASIL. *Lei Federal 8.069 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, 1990.

BROHL, K. *Working with traumatized children – a handbook for healing*. Washington DC: Child Welfare league of America Inc., 1996.

FARINATTI, F.; BIAZUS, F.; LEITE, M. *Pediatria social*. Rio de Janeiro: MEDSI, 1993.

FERIGOLO, M.; ARBO, E.; MALYSZ, A; BERNARDI, R.; BARROS, H. Aspectos clínicos e farmacológicos do uso de solventes. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 49, n. 9, p. 331- 341, set., 2000.

GUERRA, V. N. A . *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisada*. São Paulo: Cortez, 1998.

HEIM, C.; NEMEROFF, C. B. The role of childhood trauma in the neurobiology of mood and anxiety disorders: preclinical and clinical studies. *Biol. Psychiatry*, v. 49, p. 1023-39, 2001.

KENT, A.; WALLER, G. Childhood emotional abuse and eating psychopathology. *Clinical Psychology Review*, v. 20, n. 7, p. 887-903, 2000.

KNOPP, F.; BENSON, A. *A primer on the complexities of traumatic memory of childhood sexual abuse*. Broomfield: Safer Society Press, 1996.

MORALES-HUET. As psicoterapias mães-bebê a domicílio. In: GUEDENEY, A; LEBOVICI, S. *Intervenções Psicoterápicas Pais/Bebê*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p. 73-90.

MORELLI, A ; SILVESTRE, E.; GOMES, T. Desenho da política dos direitos da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo*, v. 5, n. 1, p. 65-84, 2000.

MULLER, R.; GOEBEL-FABBRI, A.; DIAMOND, T.; DINKLAGE, D. Social Support and the relationship between family and community violence exposure and psychopathology among high risk adolescents. *Child Abuse & Neglect*, v. 24, n. 4, p. 449-464, 2000.

OGATA, S.; SILK, K.; GOODRICH, S.; LOHR, N.; WESTERN, D.; HILL, E. Childhood sexual and physical abuse in adult patients with borderline personality disorder. *Am J Psychiatry*, n. 147, p. 1008-1012, Ag., 1990.

PAVIO, S. C.; LAURENT, C. Empathy and emotion regulation: reprocessing memories of childhood abuse. *Journal of clinical psychology: In session: Psychotherapy in practice*, n. 57, v. 2, p. 213-226, fev., 2001.

PRIORE, M. Del . *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

SCHEINVAR, E. Anotações para pensar a proteção à criança. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, n. 10, v. 2/3, p. 66-79, 1998.

SPITZ, R. *O primeiro ano de vida*. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

VARGAS, A. Moralidade, autoritarismo e controle social em Porto Alegre na virada do século 19. In: MAUCH, C.; VARGAS, A; ELMIR, C.; LOURO, G.; BARCELLOS, J.; BAKOS, M.; VARGAS, P.; PESAVENTO, S.; PETERSEN, S.; WADI, Y. *Porto Alegre na virada do século 19 – cultura e sociedade*. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. Universidade/ UFRGS/Ulbra/UNISINOS, 1994. p. 25-42.

WADI, Y. M. (1994). Um palácio para guardar doidos: a construção do Hospício São Pedro e o surgimento da psiquiatria no Rio Grande do Sul. In: MAUCH, C.; VARGAS, A; ELMIR, C.; LOURO, G.; BARCELLOS, J.; BAKOS, M.; VARGAS, P.; PESAVENTO, S.; PETERSEN, S.; WADI, Y. *Porto Alegre na virada do século 19 – cultura e sociedade*. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. Universidade/ UFRGS/Ulbra/UNISINOS, 1994. p. 43-62.

WINNICOTT, C. *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

WINNICOTT, D. *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WINNICOTT, D. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

WINNICOTT, D. *Os bebês e suas mães*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PSICOTERAPIA COM INFRATORES DE ALTO- RISCO: TRABALHANDO A MENTIRA, A VERGONHA E A CULPA

Giovana Veloso Munhoz da Rocha

A psicoterapia com transgressores é um desafio que ilustra os casos considerados no trabalho clínico como difíceis, refratários e resistentes à mudança. O contato direto com os agentes de atos infracionais violentos e abusivos mostra-se uma experiência impactante e reveladora, que possibilita o vislumbre do complexo sistema coercitivo que favorece a existência dos horrores relatados e vividos por estes indivíduos. Atender transgressores em psicoterapia exige elevado nível de especialização, profundo conhecimento da literatura de pesquisas na área e o desenvolvimento de habilidades específicas de manejo profissional, que se somarão a uma gama de características comportamentais técnicas e teóricas do terapeuta.

O infrator, via de regra, é oriundo de ambientes altamente coercitivos, nos quais a violência física e o abandono são constantes. Desta forma, acabam por reproduzir em sua relação com o mundo um padrão de comportamento conhecido como anti-social. O comportamento anti-social pode ser definido como aquele que viola e desrespeita os direitos alheios, ou seja, aquele que a todo custo busca beneficiar-se, desconsiderando os possíveis danos que isso possa causar a outrem (KAZDIN; SIEGEL; BASS, 1992).

Segundo Patterson, Reid e Dishion (1992) demonstrações de comportamento anti-social podem acontecer desde os dois anos de idade, quando as crianças são consideradas de

temperamento difícil, forte, com tendência a destruir objetos e agredir seus cuidadores. Pesquisas apontam que este padrão de comportamento desobediente, impulsivo, socialmente inadequado e impaciente tende para o estabelecimento do chamado Transtorno Desafiador de Oposição (CAPALDI; CHAMBERLAIN; PATTERSON, 1997; REPPOLD; PACHECO; HUTZ, 2005). Este por sua vez, quando persistente, facilita a exclusão do grupo de iguais na adolescência, o que é um dos critérios diagnósticos para o transtorno de conduta na adolescência e anti-social na vida adulta.

Alguns fatores de risco para o desenvolvimento de problemas de comportamento como delinquência ou distúrbio anti-social são: (1) práticas parentais familiares negativas; (2) presença de problemas de comportamento durante a infância; (3) ocorrência de comportamento anti-social em algum membro da família e (4) abandono ou fracasso escolar (REPPOLD; PACHECO; BARDAGI; HUTZ, 2002; PATTERSON et al., 1992).

A ligação entre a carência afetiva e o crime, assertiva esta baseada na proposição de que a carência prejudica fortemente a capacidade para constituir relações afetivas com os outros, leva, segundo Feldman (1979), ao desenvolvimento de comportamento infrator futuro, ou seja, o indivíduo que viveu em ambiente com carência ou ausência de relações afetivas consistentes poderá prejudicar o outro (a vítima) sem remorsos. A vítima potencial é aquela que representa o algoz do transgressor ou que, simplesmente, nada significa. Isto porque os vínculos afetivos que, sequer foram desenvolvidos com os pais, não poderão, portanto, ser generalizados para estranhos. Esta falta de remorso é um dos aspectos que devem ser compreendidos para o trabalho psicoterápico com transgressores de alto-risco. Resumindo, o infrator de alto-risco não sente remorso nem empatia, usualmente comete atos com alto grau de violência, freqüentemente reincide criminalmente, participa de rebeliões em instituições correcionais, agride funcionários das instituições e é resistente a intervenções-padrão.

Tendo estabelecido um breve perfil do infrator de alto-risco, é preciso citar que não existe no Brasil estatística de quantos infratores institucionalizados ou que já passaram por algum tipo de encarceramento podem ser considerados de alto-risco, mas sabe-se que no final de 2002 existiam cerca de 10.000 adolescentes em instituições de privação de liberdade no Brasil, dos quais 90% eram do sexo masculino, mais de 60% negros e 76% com idades entre 16 e 18 anos. As infrações cometidas por estes adolescentes eram: roubo (29,5%), homicídio (18,6%), furto (14,8%) e tráfico de entorpecentes (8,7%). Destes jovens 51% não freqüentavam mais a escola quando cometeram o delito, 49% não trabalhavam e quase 50% não chegaram a completar o ensino fundamental. O uso de drogas era comum a 85,6% dos adolescentes (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2002). Macagnan da Silva (1999) relatou em sua dissertação de mestrado um índice de 61,8% na reincidência na internação privativa de liberdade (que é uma das possíveis medidas sócioeducativas para adolescentes infratores), indicando a pequena eficácia dos tratamentos ofertados pelas instituições governamentais responsáveis (quando ofertados!), apesar de não fornecer dados acerca da metodologia para o cálculo deste índice.

No ano de 2006 (no dia 15 de março) uma inspeção organizada conjuntamente pela Ordem dos Advogados do Brasil e Conselho Federal de Psicologia, foi realizada concomitantemente em 30 unidades de internamento em 21 estados brasileiros e no Distrito Federal. O relatório (OAB; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2006), fruto das visitas que aconteceram simultaneamente, denuncia um panorama precário na maioria das unidades. A comissão recebeu queixas de espancamentos em 56,66% das unidades e puderam observar as lesões provocadas nos adolescentes. Em 17% não havia nenhum tipo de escolarização, 50% não possuíam atividades de profissionalização e 80% possuíam estrutura física inadequada. Quanto à assistência jurídica, 56,66% não a oferecia aos internos e em 18 das 30 unidades houve denúncias acerca das condições

de higiene e precariedade ou inexistência do atendimento à saúde. Porém, ainda mais alarmante foi que em nenhuma unidade visitada, foram disponibilizados qualquer tipo de Programa Socioeducativo para atingir os objetivos definidos pelo ECA – o de reeducar e reintegrar o jovem à família e à sociedade. Portanto, frente a este quadro percebe-se o despreparo, descaso e ineficácia das políticas estaduais para efetivamente cumprirem o que determina a lei. Ou seja, as unidades de internamento freqüentemente têm problemas em gerenciar comportamentos violentos e disruptivos dos adolescentes e inexistem programas de tratamento na maior parte delas, bem como em alguns locais os profissionais temem os adolescentes (OAB; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2006).

No sistema penitenciário brasileiro a realidade não é diferente. Salvo pouquíssimas exceções, como, por exemplo, algumas penitenciárias industriais (Penitenciária Industrial de Guarapuava – PR) e outras semi-privatizadas (Presídio Estadual de Piraquara – PR), o panorama carcerário nacional é terrível (falta de espaço, ociosidade, condições precárias de higiene, alimentação e segurança, etc.), conforme é possível observar pela exposição na mídia.

Gomide (1998) anos antes já tinha afirmado que a realidade das unidades de internamento não está próxima das premissas do ECA. Em uma instituição na qual implementou um programa que encaminhava adolescentes para trabalhar em uma estatal conveniada, dos 12 adolescentes selecionados apenas seis iniciaram o processo de integração. Uma hipótese para explicar o resultado pouco promissor foi que o despreparo e a falta de habilidades e conhecimento dos adolescentes durante o internamento tivesse sido uma das causas do não engajamento. Gomide (1998) relatou ainda que as escolhas dos adolescentes pelas oficinas de profissionalização se davam na grande maioria pelo instrutor que fosse mais permissivo e tratasse os adolescentes como “camaradas” (p.67).

Há poucos estudos (OAB; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2006; GOMIDE; ROCHA; WATANABE, 2005; MENEZES, 2006) que mostram a realidade brasileira, na qual as intervenções com adolescentes infratores que sofreram abuso na infância são ineficazes na promoção do desenvolvimento social e emocional destes jovens (HUTZ, 2002). Este autor levanta dois principais fatores como impeditivos da modificação do comportamento infrator nas instituições de internamento: a conduta inadequada dos trabalhadores das unidades e o treino na delinquência que acontece entre o grupo de iguais. Os trabalhadores deveriam apresentar modelos adequados de comportamento, inclusive daqueles alternativos à violência, bem como deveriam reforçar, além de facilitar o aparecimento, de comportamentos adequados e de ligação afetiva com outros adolescentes e adultos. Porém, os grandes grupos de adolescentes, e também de adultos, acabam servindo para reforçar e ensinar comportamentos agressivos que deveriam ser eliminados. A persistência do padrão anti-social na vida adulta explica a superlotação dos presídios.

COMO ENTÃO DEVERIA SER CONSTITUÍDO UM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO PARA INFRATORES DE ALTO-RISCO?

A análise do comportamento demonstra ser uma abordagem psicológica apropriada para programas de intervenção com adolescentes e adultos infratores, pois trabalhos que efetivamente modificam arranjos de contingências sociais são descritos na literatura (TEIXEIRA, 2002; CHEQUER; MARTINELLI, 2004a; CHEQUER; MARTINELLI, 2004b; CIRINO, 2005; GOYOS; ROSSIT, 2005; TOLAN; GORMAN-SMITH, 1997; ROSENBLAT; ROSENBLAT, 1998; THOMPSON, 1998; WOOD, 1998; VIEN; BEECH, 2006), possibilitando sua réplica e utilização em outros ambientes. Porém, pouquíssimos destes trabalhos referem-se à população de adolescentes e adultos infratores de

alto-risco. Ainda assim, parece que quando se utiliza uma abordagem calcada em princípios científicos, os benefícios de uma intervenção podem ser mais facilmente divulgados e compreendidos por um maior número de pessoas, aumentando sua aplicabilidade.

Feldman (1993) diz que dois grandes marcos podem ser observados na literatura sobre o tratamento de infratores: um acentuado declínio nas abordagens amplamente psicodinâmicas e um aumento concomitante na ênfase comportamental; e paralelamente a isto um aumento na qualidade metodológica das pesquisas divulgadas – “embora ainda haja um longo caminho até que o nível ideal da literatura sobre tratamentos clínicos seja atingido” (p. 380). Afirma ainda que a esmagadora maioria de programas de tratamento refere-se a infratores adolescentes ou pré-infratores, ou seja, muitos dos programas descritos são preventivos. Feldman (1993) descreve diversos estudos (GOTTSCHALK; DAVIDSON; GENSHEIMER; MAYER, 1987) que realizaram levantamento bibliográfico sobre tipos e resultados dos tratamentos para infratores. Ele destaca que os mais eficazes têm a presença da psicoterapia comportamental (ou modificação do comportamento) individual, e reconhece a importância do envolvimento dos pais e/ou familiares no tratamento, mas ressalta que raramente estes estão disponíveis para tratamento, ao contrário dos programas preventivos.

Florsheim, Behling, South, Fowles e DeWitt (2004) dizem que muito se sabe através de pesquisas sobre o desenvolvimento de criminosos juvenis perigosos, mas que pouco se sabe cientificamente sobre quais os componentes do atual sistema de tratamento e recuperação destes jovens são mais efetivos.

Cowles e Washburn (2005) apontam que as abordagens nas quais se baseiam os programas de tratamento das instituições para adolescentes infratores variam muito e podem incluir intervenções cognitivo-comportamentais, atividades recreativas terapêuticas, treino de desenvolvimento moral, treino de habilidades específicas e psicoterapia tradicional. Os

autores apontam ainda que várias entidades americanas têm contratado assessoramento para reestruturar suas unidades de manejo intensivo e disciplinar. Esta assessoria psicológica e comportamental visa implementar procedimentos para a modificação do padrão comportamental ao invés de isolar ou apenas punir o adolescente.

No Brasil, a existência de redes de apoio, sejam elas familiares ou sociais/governamentais são precárias. Portanto, as alternativas que não envolvem, principalmente, a participação da família, são importantes para viabilizar tratamentos eficazes, e conseqüentemente, se torna de grande relevância dar atenção às intervenções utilizadas durante os internamentos ou encarceramentos, nas quais *não* se prescinde da presença de familiares.

Nestes ambientes, onde há restrição de liberdade, a abordagem cognitivo-comportamental apresenta os melhores resultados na redução da reincidência. Andrews e colaboradores (1990) ressaltam que além da abordagem teórica adequada, deve ser cuidadosamente considerada a estrutura de intervenção em grupo, pois o diálogo aberto em grupos formados por infratores graves é um fator criminogênico e deve ser evitado a todo custo com infratores de alto-risco.

Estas informações levaram à busca de estudos que descrevessem a utilização de estratégias individualizadas de tratamento para infratores anti-sociais. A importância de tratamentos individuais, segundo Feldman (1993), reside na evidência empírica de que a psicoterapia de grupo pode aumentar os níveis de reincidência criminal (ADAMS; VETTER, 1981), pois seria uma situação onde se promovem relações entre os pares além de ser uma forma na qual a interação com o profissional segue com o estigma carregado há anos pelas histórias das instituições correcionais. Fica assim, identificada a psicoterapia individual como o tratamento mais indicado para populações de alto-risco.

Um dos estudos encontrados (TIMMERMAN; EMMELKAMP, 2005) relata uma experiência bem sucedida de tratamento

individualizado com infratores graves em uma prisão especial na Holanda. A intervenção visava a modificação de habilidades mal-adaptativas de relacionamento e de habilidades sociais, o aumento de percepção social, redução de comportamentos opositores e egoístas, além da diminuição de possíveis queixas psicológicas. Todos os 39 participantes desta experiência cometeram crimes graves tais como agressões violentas, agressões sexuais e incêndio criminoso. Em uma análise global houve um decréscimo significativo nos comportamentos opositores e uma melhora nas habilidades de relacionamento.

A psicoterapia é uma atividade realizada por um profissional especialmente habilitado que faz uso da relação interpessoal para ajudar as pessoas a desenvolver uma compreensão sobre elas mesmas, possibilitando que façam modificações em suas vidas. Deve consistir em uma relação claramente contratada e que segue princípios a fim de permitir às pessoas obterem ajuda para analisar e solucionar questões interpessoais e intrapessoais (CASTONGUAY; BEUTLER, 2006; GRANT, 1997).

Teoricamente, são inegáveis os benefícios que a psicoterapia pode oferecer aos indivíduos que não se adaptam às normas sociais e vivem à margem dos grupos. Autores como Feldman (1993), Reid, Patterson e Snyder (2002) destacam a abordagem comportamental como a psicoterapia mais adequada para infratores encarcerados. Hutz (2002) concorda que o adolescente com histórico infracional deve aprender novos repertórios comportamentais sobre ele mesmo e sobre o mundo, desenvolvendo novas maneiras de se relacionar e beneficiando-se das situações de aprendizagem ofertadas pelo ambiente, e não apenas aprender através de métodos coercitivos aquilo que não deve fazer. “Uma forma de fornecer esta base é a implementação de psicoterapias cognitivo-comportamentais dentro das instituições, durante o período no qual o jovem cumpre sua medida sócioeducativa” (p.178).

O objetivo geral da psicoterapia analítico-comportamental é o de criar novas condições de aprendizagem de estratégias de ação, avaliação e modificação, buscando alterar o

comportamento desajustado. Compreende a identificação e a análise das funções que os comportamentos ditos problemáticos têm, a fim de que sejam estabelecidos objetivos de aprendizagem de novos comportamentos, que possam ser implementados e treinados (SÉNÉCHAL-MACHADO, 2002).

O terapeuta analítico-comportamental deve se apresentar como audiência não-punitiva a fim de minimizar o sofrimento do cliente. Ele deve ser um agente reforçador, que proporciona situações nas quais o cliente pode aumentar sua tolerância a emoções aversivas (CORDOVA; KOHLENBERG, 1994). Isso está de acordo com Skinner (1974/1953) que definiu a terapia como uma situação cuja função maior seria reduzir os efeitos gerados pela punição. Dentre estes efeitos estariam reações emocionais de revolta, resistência, medo, ansiedade, raiva e depressão, decorrentes das principais agências controladoras: escola, governo, religião e família.

A interação com o terapeuta constitui-se em uma oportunidade para que o cliente reproduza o padrão que tem lhe trazido problemas. Desta forma o terapeuta proporciona interações que ajudem o cliente a aprender formas mais efetivas de responder (CAHILL; CARRIGAN; EVANS, 1998; FOLLETTE; NAUGLE; CALLAGHAN, 1996; KOHLENBERG; TSAI, 2001; ROSENFARB, 1992). O terapeuta deve apresentar, diante das formas problemáticas de interação, consequências diferentes daquelas apresentadas no ambiente natural do cliente já que estas têm mantido seus comportamentos-problema (FOLLETTE et. al., 1996; ROSENFARB, 1992).

Marshall e Serran (2004) realizaram um estudo de levantamento bibliográfico acerca da importância dos comportamentos do terapeuta nas estratégias de psicoterapia com criminosos, especialmente com abusadores sexuais e concluíram que a relação terapêutica pode ser utilizada pelo terapeuta, também com os criminosos, para construir aproximação e confiança. Ressaltaram, ainda, a importância destas habilidades do terapeuta serem especialmente desenvolvidas durante a formação profissional.

Garotos com desordens comportamentais, com história de abuso de substâncias e que estão engajados com grupos de pares desviantes ou que possuem extenso registro de comportamento infrator estão sob maior risco de fracassar nos processos de recuperação e reinserção social, portanto parece coerente admitir que também estejam sob maior risco de fracassar na psicoterapia. O infrator não possui habilidades de relacionamento interpessoal e de resolução de problemas fora do grupo desviante (FELDMAN, 1993), estes fatores podem de fato dificultar a formação de uma aliança terapêutica necessária ao sucesso da psicoterapia e devem ser objeto de atenção extra dos profissionais que trabalham com estas populações.

No ambiente restrito de atendimento a infratores sob privação de liberdade, o psicoterapeuta rapidamente pode se tornar figura de referência no dia a dia do indivíduo. Vários fatores parecem contribuir para isso. Primeiro, a aversividade do ambiente de encarceramento representada pela instituição que tem a função de manter a ordem e o seguimento de regras leva o indivíduo a perceber o ambiente da psicoterapia como um momento privilegiado no qual ele pode se expressar de maneira franca e aberta sem a presença de outras pessoas da instituição.

Segundo, em unidades nas quais os alojamentos limitam a interação entre os internos (seja por comportarem um número reduzido de presos ou até por serem individuais) a oportunidade de deixar o alojamento (ou cela) já é algo que pode ser reforçador. Portanto, como a psicoterapia acontece em locais reservados, afastados dos alojamentos, este já pode ser um fator que faz com que o indivíduo “deseje” fazer psicoterapia. Feldman (1993) afirma: “É questionável se muitos dos infratores privados de liberdade compartilham dos objetivos com o psicoterapeuta, ou ao invés disso têm um outro tipo de desejo (por exemplo, no contexto da prisão) por um ambiente tranquilo e bem organizado no qual ninguém causa problemas para ninguém” (p. 402).

Terceiro, o uso de técnicas e atividades que estejam de acordo com as preferências do cliente facilita a percepção de que o profissional constitui-se em uma audiência não-punitiva e os efeitos disso são claros: sem o receio de ser punido o indivíduo apresenta seus comportamentos inadequados e possibilita ao psicoterapeuta trabalhá-los no momento em que ocorrem, de forma que o cliente sente-se aceito e percebe que de fato tem mais um indicativo de que pode confiar no psicoterapeuta. O vínculo é fundamental para que o objetivo global da psicoterapia como diminuição da reincidência criminal seja atingido.

Um dos indicadores de que a psicoterapia com infratores teve efeitos satisfatórios é a diminuição ou a não-reincidência criminal. Reduzir reincidência é tarefa complexa e, segundo McNeill, Batchelor, Burnet e Knox (2005), diz respeito essencialmente à aquisição de mudanças positivas na vida dos infratores. O ponto de partida para a mudança é demonstrado através de resultados de pesquisas recentes sobre as necessidades, realizações e características demográficas do infrator sob supervisão especializada. Sendo que os infratores têm altos níveis de necessidades, isto significa que além de trabalhar com o cliente-infrator e seu comportamento socialmente inadequado, os profissionais freqüentemente têm que lidar com problemas relacionados a práticas parentais deficitárias, de abuso, de negligência, relações danificadas, pares anti-sociais e criminosos, baixo nível de escolaridade, pobreza, situação de moradia precária ou falta de moradia.

A tarefa do psicoterapeuta ao tratar do infrator de alto-risco tem características que diferem do trabalho com outros clientes em consultório. O envolvimento do psicoterapeuta não ficará restrito ao consultório e nem apenas ao cliente, o que deixa evidente a primeira característica necessária para trabalhar com o comportamento anti-social do infrator: a disponibilidade do psicoterapeuta. Quando se tratam de clientes considerados “desafios clínicos”, Beck (2007) aponta que o psicoterapeuta geralmente se sente sobrecarregado porque tenta se

responsabilizar e (ou) então não consegue estabelecer limites apropriados. Ou seja, esta clientela demanda comportamentos diferenciados se comparada às demais. É importantíssima a capacidade do psicoterapeuta de modular o grau de empatia, por exemplo, de acordo com o cliente, de forma que a empatia seja uma facilitadora para o fortalecimento da aliança terapêutica e não um obstáculo à mesma se for confundida pelo indivíduo com pouco repertório pró-social, neste caso o infrator, como permissividade ou fraqueza.

Um estudo sobre uma unidade americana de manejo intensivo (INDERBITZIN, 2007) que abriga apenas infratores graves mostra que os profissionais que lá trabalham possuem características peculiares quanto ao valor que o trabalho com aquela população possui para a sociedade, sendo estes valores o que os mantém neste trabalho tão desafiador. A autora descreve que a natureza do trabalho requer que os profissionais desempenhem vários papéis simultâneos: conselheiro, agente de segurança, treinador e pai substituto. Alguns destes profissionais são psicoterapeutas por formação universitária.

No trabalho psicoterápico com adolescentes infratores, por exemplo, é possível observar padrões de comportamento descritos claramente pela literatura e que diferem dos padrões comportamentais da população não anti-social. Os comportamentos mais emblemáticos desta população são: a hostilidade, a mentira, atribuição de culpa ao outro, a falta de vergonha, falta de autocritica e a falta de expressão adequada de sentimentos e a dificuldade de estabelecer vínculos (ROCHA, 2008).

Em um trabalho com adolescentes infratores de alto-risco, Rocha (2008) estabeleceu dois grupos de comportamentos para orientar a ação do terapeuta, bem como para avaliar o andamento e os resultados das intervenções psicoterápicas. Um dos grupos é o de comportamentos indesejáveis, ou anti-sociais, que são o alvo da modificação de comportamento, e outro de comportamentos desejáveis ou pró-sociais que são as metas da psicoterapia em termos de aquisição comportamental. No

grupo de comportamentos indesejáveis ou inadequados estão a hostilidade, a mentira e a atribuição de culpa dos próprios atos aos outros, e são os dois últimos comportamentos o foco deste capítulo, sendo preciso associar à discussão a questão da vergonha.

A vergonha é um sentimento humano básico, atualmente abordado como um sentimento moral (ARAÚJO, 1999). Possui papel regulador nas relações interpessoais e intrapessoais e segundo Araújo (1999) pode ser considerada como um dos sentimentos mais relevantes para nossa experiência com o mundo. A vergonha pode se refletir sobre o corpo do sujeito, dependendo da situação em que surge, se na interrupção de uma relação interpessoal ou se em uma exposição pública. Nos infratores raramente estas reações corporais de vergonha são observadas.

Segundo Darwin (1872, *apud* ARAÚJO, 1999) a vergonha é uma característica da espécie humana, representada pelo rubor da face; ele acreditava ser este sentimento o mais peculiar e mais humano de todas as expressões e que seu surgimento depende de dois elementos: a reflexão sobre si mesmo de alguma característica de aparência pessoal e o pensamento sobre o que os outros pensam de nós. Se então os infratores não parecem expressar este sentimento, é possível supor que não procedem a estas avaliações sobre eles mesmos ou de como parecem aos olhos de outras pessoas, o que impele a refletir sobre como chegaram a este padrão de comportamento. É preciso então, em psicoterapia, “ensinar” o indivíduo a refletir de forma que possa envergonhar-se.

A vergonha geralmente é vista como um sentimento atrelado à culpa, mas alguns autores declaram que embora muitas vezes possam se manifestar juntos são sentimentos de natureza distinta e não podem ser confundidos. Boonin (1983, *apud* ARAÚJO, 1999) define que a culpa tem um papel fundamental na tarefa de regulação das condutas humanas pelas regras, enquanto que a vergonha desempenha um papel correspondente em regular a existência humana em termos de

valores e ideais. A culpa é fundamentalmente relacionada a transgressões e violações, a vergonha relaciona-se a fracassos, imperfeições, inadequações e fraquezas.

Vergonha e Culpa são nomes dados aos relatos de comportamentos verbais encobertos, chamados de sentimentos, que estão associados ao desenvolvimento do comportamento moral. Ambos estão relacionados à apresentação ou à ausência de comportamentos anti-sociais, pois servem como fortes inibidores de atos inadequados, restando a emissão de comportamentos que foram no passado correlacionados a conseqüências punitivas. Os seres humanos aprendem desde cedo a discriminar estados corporais próprios da interação do organismo com eventos ambientais. Aprendem com a comunidade verbal a nomear esses estados com nomes de sentimentos. Vistos desta forma, os sentimentos, tal como os comportamentos, são funções das contingências de reforçamento em operação.

Seguindo esta linha de pensamento, Skinner (1974/1953) afirma que aquilo que chamamos de vergonha e culpa são produtos do controle comportamental exercido pelas agências controladoras (governo e educação, por exemplo) e seus representantes (lei e família, respectivamente).

Este controle, chamado de “controle ético” define comportamentos em termos de certo e errado, bom e mau, legal e ilegal. Os grupos sociais tornam punições contingentes a determinados comportamentos com o objetivo de reduzir a probabilidade de nova ocorrência do mesmo, porém, como explica Skinner (1974/1953), é improvável que a punição *per se* enfraqueça o comportamento. O que ocorre é a produção de estímulos aversivos condicionados, dos quais alguns efeitos serão associados pelo sujeito à vergonha, por exemplo, de algo com significado para aquele grupo social.

Com base nessas definições e conhecendo o que a literatura aponta como sendo os padrões de comportamento do infrator, bem como o padrão de comportamento das famílias anti-sociais, é possível sustentar que se a culpa relaciona-se à

transgressão e estes jovens não tem suas condutas guiadas por regras e normas, pois não aprenderam este comportamento em suas famílias ou núcleos cuidadores, é compreensível que não sintam culpa. Também se pode imaginar, de acordo com o mesmo pensamento, que se uma pessoa não sente culpa porque não aprendeu a discriminar as contingências necessárias para tal, é possível que ela aprenda a discriminar as contingências e passe a nomear o sentimento de culpa, que pode ser um inibidor para comportamentos que prejudiquem outras pessoas por exemplo. O processo semelhante poderia explicar o não reconhecimento da vergonha e conseqüente expressão, bem como a maneira como poderia ser aprendida por indivíduos cuja falta de vergonha implica em prejuízo àqueles que o cercam. Lewis (1993) define que a culpa é um estado emocional que ocorre quando a pessoa avalia negativamente seu comportamento, mas pode livrar-se desse sentimento se realizar uma ação que repare a ação negativa. Isto se chama de reparação.

Feldman (1979) afirma haver evidência de que os julgamentos morais não são estáveis e não dependem apenas do estágio de desenvolvimento alcançado; eles são alteráveis através de técnicas e situações padronizadas. Concluiu Feldman (1979) sobre o desenvolvimento moral que os estágios podem ser sucessivos, mas são adquiridos através da aprendizagem, e pode-se também alterar a direção do desenvolvimento por meio de experiências de aprendizagem adequadas. Tanto o ritmo quanto o acontecimento de mudança não são imutáveis, dependem de experiências específicas. Sendo assim, torna-se possível acreditar que é aprendida e, portanto, passível de ser ensinada, a capacidade de realizar julgamentos morais no repertório de um indivíduo, especialmente em infratores que não possuem tal repertório.

Estando claro que infratores de alto-risco não apresentam julgamento moral que os levem a sentir vergonha e culpa, é possível também supor que o processo de psicoterapia, no qual o psicoterapeuta munido da análise funcional e do

conhecimento desta teoria acerca do desenvolvimento moral, poderá modificar esta falta de julgamento moral do infrator. A aquisição da capacidade de reconhecer estes sentimentos de vergonha e culpa e a sua expressão certamente são objetivos de uma psicoterapia com infratores.

Sobre o comportamento inadequado do infrator de culpar outras pessoas pelos próprios atos, livrando-se da responsabilidade, Gibbs (1991) relata que o adolescente típico com uma desordem de conduta anti-social possui falhas no desenvolvimento sócio-moral de forma que torna evidente um grau desordenado de tendência hedonista e um julgamento moral imaturo. Na base do atraso de desenvolvimento sócio-moral estão certas distorções cognitivas, especialmente a externalização (atribuição) da culpa e a rotulação errônea. Esta característica é bastante observada em adolescentes e adultos infratores de alto-risco: não se responsabilizam pelos próprios atos, culpando os outros pelas próprias infrações. Por exemplo, matou determinada pessoa porque ela merecia, a culpa era da vítima porque ela fez alguma coisa que não era para fazer, ou simplesmente porque estava no local errado, na hora errada.

A mentira tem sido estudada por analistas do comportamento como um comportamento operante verbal que não possui correspondência com as contingências de fato compreendidas no fato descrito. Segundo definição do dicionário Houaiss (1995) a palavra mentira refere-se ao ato ou efeito de mentir; “engano, falsidade, fraude; hábito de mentir; afirmação contrária à verdade a fim de induzir a erro; qualquer coisa feita na intenção de enganar ou de transmitir falsa impressão; pensamento, opinião ou juízo falso; aquilo que é enganador, que ilude, que se aproxima da verdade ou é real apenas na aparência; ilusão, fábula, ficção”.

Para Smith (1953) a mentira é qualquer comportamento que tenha a intenção de fornecer às pessoas informações falsas ou privá-las das verdadeiras. Já para Ballone (2006), a mentira é mais uma maneira de enganar alguém, não contando para isso o teor e a amplitude da deturpação da verdade. Juridicamente,

é ligada ao dolo (intenção) de prejudicar alguém com tal informação, como o falso testemunho. Segundo este autor, a mentira não é apenas uma invenção deliberada, pois não podemos considerar mentira a arte e os filmes apenas porque não são verídicos; para ele a mentira seria dirigir a alguém algo falso, desde que quem a conta saiba que é falso.

Consequências reforçadoras específicas (receber atenção, evitar punição) podem controlar o relato, mais especificamente, o comportamento de mentir pode estar sob controle de consequências que o indivíduo visa. No caso do infrator a mentira tem função principal de evitar punição. Em segunda instância, já durante o processo terapêutico, a mentira pode adquirir diferentes funções além da já citada (evitar punição), como por exemplo, manter atenção do terapeuta, receber afeto, adquirir benefícios, etc.

Para Ballone (2006) o quadro mais grave em que a mentira aparece como sintoma é o Transtorno Anti-Social da Personalidade (TASP), um dos casos encontrados entre infratores de alto-risco. O autor diferencia a mentira banal da psicopática, sendo que o psicopata (termo popularmente utilizado para os casos mais graves de TASP) usa a mentira como uma ferramenta. De tão habituado a mentir, é difícil a detecção de suas falsidades, inclusive, ele mente olhando nos olhos das pessoas, neutra e relaxadamente. Destaca, ainda, que o psicopata sabe que está mentindo, não se importando, tendo vergonha ou qualquer arrependimento. Usualmente, segundo Ballone (2006) a pessoa portadora do TASP diz o que é perfeitamente conveniente e adequado para uma circunstância. O autor ressalta ainda a habilidade do psicopata em mentir com o corpo, teatralizando algumas situações favoráveis a ele, mascarando ou simulando sentimentos e situações, que podem chegar à insinuação de um suicídio. Porém, ao contrário de algumas informações equivocadas veiculadas pela mídia, apenas 40% da população carcerária é portadora de TASP, e destes, felizmente apenas de 3 a 8% podem ser considerados psicopatas²². Este dado é importante, tendo em

vista que as pesquisas sobre tratamentos mostram relativo sucesso junto a portadores de TASP, enquanto que não se conhecem dados satisfatórios de tratamentos com psicopatas.

Ainda em relação ao trabalho de Rocha (2008), os resultados apontam para a importância do manejo das variáveis mentira, culpa e vergonha. Dos onze participantes do estudo, todos infratores de alto-risco, seis não reincidiram após dois anos de acompanhamento, dois reincidiram parcialmente²³, dois reincidiram e sobre um não se tem informação. Dos não reincidentes é possível afirmar que deixaram de ocorrer no contato com a terapeuta os comportamentos de mentir e de culpar os outros pelos próprios atos, bem como passaram a expressar vergonha e relatar culpa por comportamentos inadequados e pelos crimes cometidos. É interessante citar que dois participantes do estudo foram diagnosticados como psicopatas, um deles reincidiu e o outro não manteve contato com a terapeuta-pesquisadora.

CONCLUSÃO

Quando se assume a necessidade de trabalhar comportamentos *alternativos* (se comparados com intervenções tradicionais, que apenas visavam à supressão de comportamentos criminosos) com transgressores, tais como autoconhecimento, auto-revelação, sentir vergonha e culpa, falar a verdade e responsabilizar-se pelos próprios comportamentos abre-se a possibilidade de instalar um novo repertório nestes indivíduos. Um repertório que além de inibir o comportamento infrator, oferece a possibilidade de novos relacionamentos familiares, pessoais e de trabalho que podem fortalecer a auto-estima do indivíduo em um ambiente antes desconhecido para ele, o não-transgressor.

Alguns autores defendem a necessidade de se desenvolver trabalhos que não visem apenas suprimir o comportamento criminoso pela punição (SIDMAN, 1995; COLE, 1994; WORMITH;

ALTHOUSE; SIMPSON; REITZEL; FAGAN; MORGAN, 2007), pois sabe-se que a punição não ensina como comportar-se adequadamente.

Escrever um capítulo sobre tratamento de transgressores de alto-risco não é tarefa simples, da mesma forma que ao ler este capítulo os leitores deverão ter claro que o trabalho junto a esta população é complexo a tal ponto que é necessário um alto nível de preparo e especialidade. Para trabalhar com infratores, transgressores graves, é preciso que se tenha também disponibilidade. É uma tarefa capaz de consumir longas horas de nossas mais profundas reflexões, provoca reações e emoções ora desagradáveis, ora incomensuráveis, faz-nos questionar valores humanos e o que é importante de fato em nossas vidas. Sendo assim, se compreendermos que o transgressor mente porque dizer a verdade não lhe foi funcional ao longo da vida, que ele não sente vergonha, pois não vê o outro, que não sente culpa porque não possui empatia, é possível delinear uma forma de trabalho mais humana e eficaz junto a esta população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, R.; VETTER, H.J. Social structure and psychodrama outcome: A ten-year follow-up. *Journal of Offender Counseling Services ; Rehabilitation*, n. 6, p. 111-119, 1981.

ANDREWS, D. A.; ZINGER, I.; HOGE, R. D.; BONTA, J.; GENDRAU, P.; CULLEN, F. T. Does correctional treatment work? A clinically relevant and psychologically informed meta-analysis. *Criminology*, n. 28, p. 369-403, 1990.

ARAÚJO, U. F. *A vergonha como um regulador moral*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BALLONE, G. J. *Sobre a Mentira*. PsiqWeb [On-line], 2006. Disponível: <http://virtualpsy.locaweb.com.br/index.php?art=395;sec=35>. Recuperado em 20/08/2006.

BECK, J. S. *Terapia Cognitiva para desafios clínicos*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*: Lei Federal 8069, de 13 de Julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Justiça - *Sistema nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase*, 2006. Disponível em <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/spdca/sinase/sinase.pdf> acesso em 15/06/2007.

CAHILL, S.P., CARRIGAN, M.H., ; EVANS, I.M. *The future of the relationship between behavior theory and behavior therapy: Challenges and promises*. In: EIFERT, G.; PLAUD, J. (Eds.), *From behavior theory to behavior therapy*. Boston: Allyn; Bacon, 1998.

CAPALDI, D.; CHAMBERLAIN, P.; PATTERSON, G. Inneffective Discipline Conduct Problems in Males: association, late adolescents outcomes and prevention. *Aggressive and violent behavior*, n. 2, p. 343-353, 1997.

CASTONGUAY, L. G.; BEUTLER, L. E. Principles of therapeutic change: What do we know and what do we need to know? In: BEUTLER, L. E.; CASTONGUAY, L. G. (Eds.), *Principles of effective therapeutic change that work*. New York: Oxford University Press, 2006.

CAVELL, T. *Working with Parents of Agressive Children: a practitioner's guide*. Washington: American Psychological Association, 2000.

CHEQUER. M.A.A.; MARTINELLI, J.C.M. Análise do comportamento responsabilidade social e formação profissional na Univalle. In: CRUVINEL, A.C. et al. (Orgs). *Ciência do Comportamento: conhecer e avançar*. Santo André: ESETec, 2004a.

CHEQUER. M.A.A.; MARTINELLI, J.C.M. O contexto de prestar serviços na clínica comportamental e responsabilidade social. In: CRUVINEL, A.C. et al.(Orgs) *Ciência do Comportamento: conhecer e avançar*. Santo André: ESETec, 2004b.

CIRINO, S.D. Educação, ensino e formação de professores: contribuições da análise do comportameto. In: GUILHARDI, H.; AGUIRRE, N.C. (Org). *Sobre Comportamento e Cognition: expondo a variabilidade*. Santo André: ESETec, v. 16, 2005, p. 279- 286.

COLE, A. Transgressores. In: SCOTT, J.; MARK, J.; WILLIAMS, G.;BECK, E. A. T. (Orgs.) *Terapia Cognitiva na Prática Clínica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

CORDOVA. J.V. E KOHLENBERG, R.J. Acceptance and the therapeutic relationships. In: HAYES, S.C.; JACOBSON, N.S.; FOLLETTE, V.M.; DOUGHER, M.J. (Eds.) *Acceptance and change: content and context in psychotherapy*. Reno, USA: Context Press, 1994.

COWLES, C.A; WASHBURN, J.J. Psychological Consultation on Program Design of Intensive Management Units in Juvenile Correctional Facilities. *Professional Psychology: Research and Practice*. v. 36, n.1, p. 44-50, 2005.

FELDMAN, M. P. *Comportamento Criminoso: uma análise psicológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

FELDMAN, M. P. *The Psychology of Crime*. New York, USA: Cambridge University Press, 1993.

FLORSHEIM, P.; BEHLING, S.; SOUTH, M.; FOWLES, T.R.; DEWITT, J. Does the Youth Corrections System Work?: Tracking the Effectiveness of Intervention Efforts With Delinquent Boys in State Custody. *Educational Publishing Foundation*. v. 1, n. 2, p. 126-139, 2004.

FOLLETTE, W.C., NAUGLE, A.E. E CALLAGHAN, G.M. Useful constructions of the client-therapist relationship. *Psychotherapy*, v. 33, n. 3, p. 381-390, 1996.

GARFIELD, S.L. *Psychotherapy: an eclectic-integrative approach*. New York: John Wiley ; Sons, 1995

GIBBS, J.C. Toward an integration of Kohlberg's and Hoffman's theories of morality. In: KURTINES, W.M; GEWIRTZ, J.L. (Eds.). *Handbook of moral behavior and development* (v.3). Hillsdale, NJ, USA: Lawrence Erlbaum Associates Inc, 1991.

GOMIDE, P.I.C.; Rocha, G.V.M.; Watanabe, A. *Avaliação de desempenho escolar em adolescentes infratores de alto risco*. Apresentação de Trabalho/Comunicação em Congresso, 2005.

GOMIDE, P.I.C. *Menor infrator: a caminho de um Novo Tempo*. Curitiba: Juruá Editora, 1998.

GOMIDE, P.I.C. Estilos parentais e comportamento anti-social. In: DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z.A.P. (Orgs.). *Habilidades Sociais, Desenvolvimento e Aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção*. Campinas: Alínea Editora, 2003.

GOMIDE, P.I.C. *Inventário de Estilos Parentais*. Petrópolis: Vozes, 2006.

GOTTSCALK, R.; DAVIDSON II, W.S.; MAYER, J.P.; GENSHEIMER, L.K. Behavioral approaches with juvenile offenders: A meta-analysis of long-term treatment efficacy. In: MORRIS, E.K.; BRAUKMANN, C.K. (Eds.). *Behavioral Approaches to Crime and Delinquency*. New York: Plenum Press, 1987.

GOYOS, C.; ROSSIT, R.A.S. Contribuições da análise comportamental para o ensino de matemática para indivíduos com deficiência mental. In: GUILHARDI, H.; AGUIRRE, N.C. (Org). *Sobre Comportamento e Cognição: expondo a variabilidade*. Santo André: ESETec, 2005. v. 16, p. 230-250.

GRANT, J. *Conference of the Standing Conference of Educators and Trainers in Counselling and Psychotherapy*. Edith Cowan University, 1997.

HOUAISS/KOOGAN. *Enciclopédia e dicionário*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

HUTZ, C.S. *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

INDERBITZIN, M. A look from the inside: balancing custody and treatment in a juvenile maximum-security facility. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, n. 51, p. 348-362, 2007.

KAZDIN, A.E.; SIEGEL, T.C.; BASS, D. Cognitive Problem- Solving Skills Training and Parent Management Training in the Treatment of Antisocial Behavior in Children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, v. 60, n. 5, p. 733- 747, 1992.

KOHLBERG, R.J.; TSAI, M. *Psicoterapia Analítica Funcional*. Santo André: ESETec Editores Associados, 2001.

LEWIS, M. Self-conscious emotion: embarrassment, pride, shame and guilt. In: LEWIS, M.; HAVILAND, J. J. (Eds.). *Handbook of emotions*. Nova Iorque: Guilford Press, 1993.

MACAGNAN DA SILVA, D.F. *Estilo atribucional em adolescentes infratores e não-infratores*. Dissertação de mestrado não publicada, Curso de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 1999.

MARSHALL, W.L.; SERRAN, G.A. The role of the therapist in offender treatment. *Psychology, Crime and Law*, v. 10, n. 3, p. 309 – 321, 2004.

MCNEILL, F.; BATCHELOR, S.; BURNET, R.; KNOX, J. *21st Century Social Work: Reducing Re-offending – key practice skills*. United Kingdom: Scottish Executive, Social Work Inspection Agency, 2005.

MENEZES, M.V. *Contingências Identificadas nos Relatos Verbais dos Educadores Sociais em Internação com Adolescentes em um Centro de Sócioeducação*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2006.

MEYER, S.B. *Quais os requisitos para que uma terapia seja considerada comportamental?* Programação do IV encontro Paranaense de Psicologia. Curitiba, Paraná, 1995.

MEYER, S.B.; VERMES, J.S. *Relação Terapêutica*. In: B. RANGE (Org.) *Psicoterapias Cognitivo-comportamentais: um diálogo com a psiquiatria*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

OAB; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA *Uma amostra das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei*. Relatório da inspeção nacional às unidades de internação, 2006.

PATTERSON, G., REID, J.; DISHION, T. *Antisocial Boys*. EUA: Castalia Publishing Company, 1992.

REID, J. B., PATTERSON, G.R.; SNYDER, J. *Antisocial behavior in children and adolescents: a developmental and model for intervention*. Washington, D. C.: APA, 2002.

REPPOLD, C.T.; PACHECO, J.; BARDAGI, M.; HUTZ, C. *Prevenção de Problemas de Comportamento e Desenvolvimento de Competências Psicossociais em Crianças e Adolescentes: Uma Análise das Práticas Educativas e dos Estilos Parentais*. In: HUTZ, C. (Org.) *Situações de Risco e Vulnerabilidade na Infância e na Adolescência: Aspectos Teóricos e Estratégias de Intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

REPPOLD, C.T.; PACHECO, J. ; HUTZ, C. *Comportamento Agressivo e Práticas Disciplinares Parentais*. In: HUTZ, C. (Org.) *Violência e Risco na Infância e Adolescência: pesquisa e intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

ROCHA., G. V. M. *Psicoterapia Analítico-Comportamental com Adolescentes infratores de Alto-Risco e diminuição da reincidência criminal*. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2008.

ROSENBLATT, A.; ROSENBLATT, J.A. *Perpetrators of Physical Abuse*. In: SINGH, N.N. (Org.) *Application in Diverse Populations*. Oxford, UK: Pergamon Press, 1998.

ROSENFARB, I.S. A behavior analytic interpretation of the therapeutic relationship. *The Psychological Record*, n. 42, p. 341-354, 1992.

SÉNÉCHAL-MACHADO, A. M. *Sobre terapia comportamental: questões freqüentes da comunidade*. In: TEIXEIRA, A. M. S.; ASSUNÇÃO, M. R. B.; STARLING, R. R.;

- CASTANHEIRA, S. S. (Orgs.). *Ciência do comportamento: conhecer e avançar*. 1. ed. Santo André/SP: ESETec Editores Associados, 2002.
- SIDMAN, M. *Coerção e suas implicações*. Campinas, Editorial Psy, 1995.
- SKINNER, B.F. *Ciência e Comportamento Humano*. São Paulo: Martins Fontes, 1953/1974.
- SMITH, D. L. *Por que mentimos: os fundamentos biológicos e psicológicos da mentira*. Tradução de Why we lie. Marcello Lino. Rio de Janeiro: Elsevier, 1953/2006.
- STATTIN, H.; KERR, M. Parental Monitoring: A Reinterpretation. *Child Development*, v. 71, n. 4, p. 1072-1085, 2000.
- TEIXEIRA, A.M.S. A individualização do ensino em uma pré-escola: uma intervenção comportamental na educação infantil. In: TEIXEIRA, A.M.S. et al. (Orgs) *Ciência e Comportamento: conhecer e avançar*. Santo André: ESETec, 2002.
- THOMPSON, D.W. Street Gangs. In: SINGH, N.N. (Org.) *Application in Diverse Populations*. Oxford, UK: Pergamon Press, 1998.
- TIMMERMAN, I.G.H.; EMMELKAMP, P.M.G. The Effects of Cognitive-behavioral treatment for forensic inpatients. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, n. 49, p. 590-606, 2005.
- TOLAN, P.; GORMAN-SMITH, P. Treatment of Juvenile delinquency: between punishment and therapy. In: STOFF, D.; BREILING, J.; MASER, J. (Orgs.). *Handbook of antisocial behavior*. EUA: John Wiley; Sons, 1997.
- VIEN, A.; BEECH, A.R. Psychopathy: theory, measurement, and treatment. *Trauma, Violence, Abuse*, v. 7, n. 3, p. 155-174, 2006.
- WOOD, I.K. Violent and Chronic Offenders. In: Singh, N.N. (Org.). *Application in Diverse Populations*. Oxford, UK: Pergamon Press, 1998.
- WORMITH, J. S.; ALTHOUSE, R.; SIMPSON, M.; REITZEL, L. R.; FAGAN, T.J.; MORGAN, R. D. The Rehabilitation and Reintegration of Offenders: The Current Landscape and Some Future Directions for Correctional Psychology. *Criminal Justice and Behavior*, n. 34, p. 879, 2007.

O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOLICITADO PELO PODER JUDICIÁRIO

Vera Regina Röhnelt Ramires

Daniele Simone Passarini

Larissa Goulart dos Santos

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é discutir o atendimento psicológico de crianças e adolescentes, vítimas de violência doméstica ou que atravessam litígios familiares altamente conflituos, quando esse atendimento é iniciado a partir do encaminhamento do Poder Judiciário. Essa discussão é feita com base em estudos desenvolvidos na Linha de Pesquisa “Clínica da Infância e da Adolescência”, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Unisinos, e na experiência com esses atendimentos do Programa de Ação Social na Área da Saúde da mesma universidade (UNIPAS – Saúde), Programa que abriga a clínica-escola de Psicologia. Propõe-se uma análise a respeito dos alcances, dos limites, dos impasses desses atendimentos, a respeito das demandas da criança ou do adolescente, das suas famílias e as demandas do Sistema Judiciário, refletindo-se sobre as concepções de infância, de proteção integral e do melhor interesse da criança.

O Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNISINOS possui forte ênfase na pesquisa aplicada, no sentido de que prioriza a investigação voltada para os problemas e demandas da região onde está inserido. Isso implica na busca de produção

de um saber contextualizado, e que alia a pesquisa à intervenção. Por essa razão, articula-se ao trabalho desenvolvido no UNIPAS – Saúde, que se constitui como um importante campo de pesquisa-intervenção para seus docentes e mestrandos. O UNIPAS – Saúde desempenha um importante papel no município e na região do Vale dos Sinos, no sentido da promoção de saúde mental e, nesse escopo, no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, problema significativo na região.

Inicia-se tecendo algumas considerações sobre as possibilidades de atuação do psicólogo no campo da Psicologia Jurídica e sobre as interfaces entre as áreas da Psicologia e do Direito, para então abordar a evolução da legislação de proteção da criança e do adolescente e suas implicações para essas áreas. Na seqüência, discutem-se o atendimento psicológico de crianças e adolescentes solicitado pelo Poder Judiciário, as demandas em jogo, os alcances, limites e impasses desses atendimentos, as questões éticas, o papel da família e da rede de proteção da infância e juventude. Finaliza-se considerando alguns desafios para profissionais e pesquisadores, em termos de possibilidades de intervenção e prevenção da problemática associada à violência na infância e juventude em nosso contexto.

A PSICOLOGIA, O DIREITO E A LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Psicologia Jurídica é uma especialidade recente se comparada a outras especialidades no campo da Psicologia (CESCA, 2004; FRANÇA, 2004). O psicólogo jurídico atua no âmbito da Justiça, em instituições governamentais e não-governamentais, colaborando no planejamento e execução de políticas de cidadania, direitos humanos e prevenção da violência. Para tanto, sua atuação é centrada na orientação do

dado psicológico repassado não só para os juristas como também aos sujeitos que carecem de tal intervenção. Contribui, também, para a formulação, revisões e interpretação das leis (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005). Trata-se, portanto, de uma área emergente da Psicologia, que se relaciona com o Direito, com a Justiça, com o Sistema Judiciário.

França (2004) enfatiza que o psicólogo jurídico pode atuar fazendo, além de perícias psicológicas, orientações e acompanhamentos, contribuir para políticas públicas preventivas, estudar os efeitos do jurídico sobre a subjetividade do indivíduo, entre outras atividades. Tais atividades situam essa especialidade numa área de interface entre a Psicologia e o Direito, o que implica em alguns impasses e dificuldades, mas também em possibilidades.

Enquanto a Psicologia tem como objeto de estudo o comportamento humano, em estreita articulação com os fenômenos psíquicos, o Direito, as instituições judiciárias, lidam com os efeitos desse comportamento (BARROS, 1998). Além disso, Psicologia e Direito têm concepções de sujeito que diferem ou até mesmo, dependendo da perspectiva, se contrapõem. O sujeito do Direito, assinala Barros, é suposto como aquele que tem o livre arbítrio, é consciente de seus atos, tem o controle das suas vontades, é dotado de razão. É o Sujeito Cartesiano. Por outro lado, de uma perspectiva psicanalítica, o sujeito da Psicologia é também o sujeito do inconsciente, sujeito cujo comportamento é sobre-determinado por razões e situações que muitas vezes ele desconhece, por determinações inconscientes, por conflitos, contradições, ambigüidades.

O mecanismo social demanda uma instituição que regule as relações sociais, os atos humanos. Nesse sentido, as instituições judiciárias trabalham para objetivar o subjetivo, normatizando-o através das regras do Direito. Desta forma, a lei geral é diferente das leis particulares de cada um. Porém, se isso pode significar um impasse ou dificuldade, ao mesmo tempo legitima que exista um campo de interdisciplinaridade entre o Direito e

a Psicologia. Pereira (1997) assinala que o Direito já não pode mais, como ciência, desconsiderar a subjetividade que permeia a sua objetividade, o que também fundamenta a interface existente entre as duas áreas. Assim, para que as leis particulares sejam escutadas e consideradas, o Judiciário pode contar com a colaboração da Psicologia.

Tal possibilidade revela-se como especialmente profícua no campo do Direito de Família, com sua demanda de intervenção sobre os conflitos familiares, e no campo dos Direitos da Criança e do Adolescente, que conta hoje em nosso país com uma legislação avançada, mas carente ainda dos dispositivos necessários para sua plena implementação. Uma análise sobre a legislação brasileira permite identificar três correntes jurídico-doutrinárias em relação à proteção da infância em nosso país, desde o século XIX (PEREIRA, 2000). A primeira delas inspirava-se nos Códigos Penais de 1830 e 1890 e é conhecida como a **Doutrina do Direito Penal do Menor**. Preocupava-se especialmente com a delinquência, e baseava a imputabilidade no entendimento do “menor” a respeito da prática do ato criminoso. Posteriormente, passou a vigorar a **Doutrina Jurídica da Situação Irregular**, com o advento do Código de Menores de 1979. Pereira destaca que o período de vigência do Código de Menores foi marcado por uma política assistencialista, política esta fundada na proteção do menor abandonado ou infrator.

As decisões tomadas em nome da lei norteadas por essa Doutrina eram marcadas pela “competência de caráter penal e tutelar do Juiz; sua interferência ocorria nas hipóteses de prática do ato infracional e nas demais situações caracterizadas como problemas sociais” (PEREIRA, 2000, p. 13). As situações de perigo ou irregulares estavam associadas ao abandono material ou moral, considerando-se que poderiam conduzir o “menor” à criminalidade. Compreendia-se que tais situações irregulares, via de regra, eram consequência da situação irregular da família, principalmente da sua desagregação.

Marques (2000) assinala o paternalismo das instâncias voltadas para a infância e a adolescência nesta Doutrina, já que a criança e o adolescente eram tomados como *objetos* de medidas de proteção, em uma perspectiva tutelar, receptores de uma prática assistencialista, tida “como benesse e, portanto, sem considerar seus direitos à convivência familiar e comunitária, à opinião, ao respeito e à dignidade” (p. 468).

A Doutrina Jurídica da Situação Irregular foi substituída pela **Doutrina Jurídica da Proteção Integral**, que passou a vigorar no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988. O Código de Menores, da mesma forma, deu lugar ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990). Conforme Pereira (2000), a Doutrina Jurídica da Proteção Integral teve suas bases no movimento de mobilização do início da década de 1980, marcado por intenso debate acerca da proteção da infância e da adolescência. O Brasil alinhou-se às diretrizes e Documentos Internacionais de proteção da infância. Já em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas destacou, para as crianças, o “direito a cuidados e assistência especiais”. Em 1959, a Declaração Universal dos Direitos da Criança determinaria, em seu Segundo Princípio que: a criança gozará de proteção especial e disporá de oportunidade e serviços, a serem estabelecidos em lei ou por outros meios, de modo que possa desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade. Ao promulgar leis com este fim, o aspecto fundamental a que se atenderá será o interesse superior da criança.

Os direitos estabelecidos nas Declarações são princípios, não representando obrigações para os Estados, diferentemente das Convenções, que delineiam políticas legislativas a serem adotadas pelos Estados-Partes. Assim, em 1989, no ano em que se comemorava 30 anos da Declaração Universal dos Direitos da Criança, foi aprovada por unanimidade a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, em sessão de 20 de novembro da Assembléia Geral das Nações Unidas, após o

trabalho árduo de 43 países membros da Comissão de Direitos Humanos. O Brasil ratificou esta Convenção em 24 de setembro de 1990, através do Decreto 99.710, que assegura, em seu artigo 3.1, o seguinte: “todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem-estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, o interesse maior da criança”.

Observa-se uma mudança de foco na legislação brasileira de proteção da infância, que se desloca da exclusão e da repressão para a proteção com prioridade absoluta, que não é mais obrigação exclusiva da família e do Estado: é um dever social. Passa-se ao enfoque da inclusão social, da prevenção e da promoção do desenvolvimento integral da infância. Na Doutrina Jurídica da Proteção Integral à criança, que antes era tomada como *objeto* das ações do Estado, do Poder Judiciário e da própria família, passa a ser reconhecida como *sujeito de direitos*, como alguém em condição peculiar de desenvolvimento. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, contempla o princípio do melhor interesse da criança, ao estabelecer que

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) incorporou o princípio do melhor interesse da criança em seus dispositivos, especialmente ao considerar a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e ao assumir a doutrina da proteção integral, assegurando assim os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana (RAMIRES; RODRIGUES, 2003). Em seus artigos 4º., 5º. e 7º. tais dispositivos ficam bem explicitados:

Art. 4º: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos

referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5º: Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão punida na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 7º: A criança e o adolescente têm direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Essa perspectiva redireciona todas as questões relacionadas a crianças e adolescentes, tanto na esfera das políticas governamentais como nas decisões judiciais. De uma postura mais assistencialista e punitiva ocorre o deslocamento para uma nova postura, voltada para cuidar, proteger, educar. No que diz respeito à violência contra a criança e o adolescente, além do artigo 5º. do ECA exposto acima, os artigos 13º, 18º e 56º dispõem, também, sobre a necessidade de proteção e as responsabilidades dos educadores e demais profissionais. O artigo 87º, inciso III, a respeito da política de atendimento, estabelece como uma das linhas de ação “serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão”.

Sabe-se, porém, que apenas uma legislação avançada não garante o cumprimento e a efetivação de todos os seus dispositivos. É necessário mais do que isso: vontade política, a sensibilidade, o envolvimento e o comprometimento dos gestores, investimentos, articulação entre as várias esferas de governo, entre outros requisitos. No que diz respeito à proteção da criança e do adolescente das várias formas de violência doméstica constata-se a precariedade da rede de proteção (CESCA, 2004; FRANÇA, 2004) e a quase inexistência de boas alternativas de atendimento na esfera pública. A sobrecarga de trabalho e a escassez de infraestrutura dos Conselhos Tutelares

são um obstáculo importante ao que preconiza nossa legislação, assim como o reduzido número dos Centros de Atenção Psicossocial para a Infância e a Adolescência (CAPS) instalados. Os ambulatorios e as clínicas-escolas das universidades têm sido, muitas vezes, a única alternativa para todas aquelas famílias que não têm acesso a outras opções de atendimento.

A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE E O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO SOLICITADO PELO PODER JUDICIÁRIO

Entre as principais causas de morte das crianças brasileiras de 1 a 6 anos encontram-se os acidentes e as agressões. “A violência contra a criança é compreendida como qualquer ação ou omissão que provoque danos, lesões ou transtornos ao seu desenvolvimento. Pressupõe uma relação de poder desigual e assimétrica entre o adulto e a criança” (UNICEF, 2005, p. 21). É preocupante o fato de que na maioria das vezes a violência contra a criança acontece dentro de casa, e é praticada pela família. Isso se deve ao fato de que existem fatores bastante complexos, de ordem cultural, social, psicológica, econômica. O UNICEF (2005) apresenta uma classificação dessas relações que não cumprem sua função de proteção à infância. São elas:

- decorrentes de práticas educacionais que lançam mão de violência física: castigo, palmadas, surras, entre outros;
- acidentes, negligências, abusos, incluindo o sexual;
- ações ou omissões que levam à morte.

Esses fatores muitas vezes fazem com que a criança se afaste de casa, ou que ela seja afastada do convívio familiar, o que pode levá-la a outras formas de violência, que podem ocorrer nas ruas ou em abrigos. Por outro lado, como ocorre em geral

em espaços privados, a violência pode ficar encoberta por meses e até mesmo por anos. Crianças pequenas não têm como denunciar a violência que sofrem, e nem sempre sua palavra é considerada, podendo ser tomada como fantasia. O medo, a vergonha e os sentimentos de culpa também são fatores que contribuem para o silêncio das vítimas, dificultando a proteção das crianças e a intervenção sobre tais situações (ROSAS; CIONEK, 2006).

A literatura, em geral, considera quatro tipos de violência doméstica contra crianças: a violência física - que corresponde ao emprego de força física no processo disciplinador de uma criança, ou a toda ação que causa dor física; a violência sexual – que corresponde a todo ato ou jogo sexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, que tem por finalidade a obtenção da satisfação sexual do adulto; a violência psicológica – que se manifesta pela depreciação da criança ou do adolescente, humilhações, ameaças, impedimentos, causando sofrimento psíquico e minando sua auto-estima. Pode manifestar-se também por atitudes de rejeição ou de abandono afetivo; e a negligência – que seria a ausência de cuidados físicos, emocionais e sociais, falta de assistência e de cuidados necessários ao bom desenvolvimento da criança (ROSAS; CIONEK, 2006; SILVA, 2002).

Segundo levantamento do Laboratório de Estudos da Criança (LACRI), do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP), a modalidade de violência contra crianças e adolescentes até 19 anos que apresenta maior incidência é a negligência (LACRI/IPUSP, 2007). Os dados disponíveis nesse estudo são relativos a 70 municípios de 14 estados brasileiros, mais o Distrito Federal, e referem-se a três meses do primeiro semestre de cada ano. Assim, dos casos notificados em 2006, entre as crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, 41,1% foi vítima de negligência. Em 2007 esse percentual se elevou para 46,3%. A violência física aparece em segundo lugar, atingindo 26,7% dos casos notificados em 2006 e 25,1% em 2007. Ela é seguida pela violência psicológica, que vitimou 18,9% das

crianças e adolescentes em 2006 e 19,5% em 2007. A violência sexual esteve presente em 13,2% dos casos notificados nos municípios pesquisados em 2006, e em 9,0% dos casos em 2007. No Rio Grande do Sul, em 2007, foram pesquisados 9 municípios e o tipo de violência mais freqüentemente notificada foi a violência física (LACRI/IPUSP, 2007).

A violência doméstica tem um grande impacto em todas as esferas do desenvolvimento da criança e do adolescente, podendo atingir as dimensões afetiva, cognitiva, social, física e neurológica desse desenvolvimento. Devido à grande quantidade de casos e à magnitude das seqüelas causadas na pessoa que sofre violência doméstica, pesquisadores a consideram um dos mais graves problemas de saúde pública (GONÇALVES; FERREIRA, 2002; HABGZANG; CAMINHA, 2004; HABGZANG; KOLLER; AZEVEDO; MACHADO, 2005, 2006; PFEFFERBAUM; ALLEN, 1998; POLANCZYK; ZAVASCHI; BENETTI; ZENKER; GAMMERMAN, 2003; RIBEIRO; FERRIANI; REIS, 2004). Crianças que vivenciam atos violentos cotidianamente podem desenvolver uma dessensibilização emocional à violência, passando a percebê-la como um componente normal da realidade. Quando adultos, podem apresentar dificuldades nos seus relacionamentos interpessoais, transtornos de personalidade, e podem também se tornar pais e mães que maltratam seus filhos, repetindo o ciclo da violência sofrida.

Na experiência do UNIPAS – Saúde, Programa que abriga a clínica-escola em Psicologia da Unisinos, a maior parte dos encaminhamentos que emanaram da Vara da Infância e Juventude e da Vara de Família do município, nos anos de 2007 e 2008, estavam relacionados a processos de Medida de Proteção, ou vinculados a conflitos familiares como disputas por Guarda, Regulamentação de Visitas e Ação de Alimentos. Das 83 solicitações de atendimento analisadas, 43 demandavam “avaliação psicológica” e 40 solicitações “atendimento psicológico”. Muitas das solicitações de avaliação psicológica resultaram em indicação de atendimento psicológico, individual, grupal ou familiar.

Esses processos psicoterapêuticos têm sido objeto de estudo de alguns projetos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia que visam, entre outras coisas, analisar suas possibilidades, limites e dificuldades. Tais psicoterapias possuem particularidades e especificidades que as distinguem das outras: em primeiro lugar, uma vez que envolvem crianças e famílias que atravessam um processo judicial de caráter litigioso, em geral caracterizam-se por dinâmicas altamente conflitivas e perturbadas; em segundo lugar, essas pessoas não buscam o atendimento psicológico espontaneamente, mas vêm como resultado do encaminhamento feito pela autoridade judicial (pelo juiz ou pelo promotor da infância e juventude). Essa condição não garante o necessário *insight* a respeito da importância e da necessidade da psicoterapia; muitas vezes, a vinda está relacionada apenas ao objetivo de obedecer à solicitação judicial, atingir o resultado esperado no processo, vencer uma disputa etc.

Uma terceira particularidade resulta do fato de se tratar da psicoterapia de uma criança ou adolescente, fator por si só complexo, na medida em que tais processos psicoterapêuticos não dependem e não se sustentam apenas pela motivação e aliança de trabalho com a criança ou adolescente, mas implicam na participação e no envolvimento dos pais ou responsáveis. Nos casos que envolvem violência doméstica ou outros litígios familiares, um fator complicador e agravante é justamente o fato dos pais ou responsáveis estarem relacionados à situação de abuso físico ou psicológico, ou ao conflito familiar, o que constitui a quarta particularidade desses atendimentos.

Uma quinta particularidade que deve ser considerada está relacionada ao fluxo de tais processos psicoterapêuticos, que se vê atravessado pelas demandas do Sistema Judiciário. O psicoterapeuta muitas vezes é solicitado a encaminhar relatórios, laudos ou pareceres para a autoridade judicial, o que pode restringir a liberdade da criança ou adolescente quanto ao que necessitaria ou poderia expressar. Determinados

conteúdos poderão implicar em sanções para seus pais ou responsáveis, ou também em rupturas e separações, saídas de casa de algum genitor ou da própria criança para um abrigo ou casa de passagem, entre outros desdobramentos possíveis. Existem, portanto, as exigências do Rito Jurídico. Existe a demanda de constituição de provas e algumas vezes de atribuição de culpa. As limitações de tempo e de confiabilidade. Todos esses aspectos produzirão seus efeitos no atendimento psicológico.

Apesar dessas dificuldades, a intervenção psicoterapêutica é importante para a criança e para o adolescente no contexto da violência doméstica ou dos conflitos familiares litigiosos. As crises, dificuldades e os traumas resultantes da violência intrafamiliar requerem alguma forma de elaboração psíquica. Caso contrário, produzirão sofrimento e sintomas importantes, não só para aqueles que os vivenciaram diretamente, mas também implicarão em persistências transgeracionais (FONAGY, 1999; KANCYPER, 1999; KAËS et al., 2001; CORREA, 2003).

Albornoz (2006) refere que a psicoterapia psicanalítica pode ser aplicada aos casos de maus-tratos com grande êxito, melhorando a qualidade de vida das pessoas beneficiadas, permitindo projetar-lhes um futuro melhor. Considera essa modalidade psicoterápica como uma técnica de construção, resolução e restauração do mundo interno, especialmente com crianças e adolescentes. Ela permite o resgate das histórias de vitimização, através das memórias, mas principalmente, através do que é revelado por cada um dos pacientes como efeito das experiências originárias e que dão forma às interpretações construídas pelo terapeuta. Através dessa técnica, as crianças podem exercer sua capacidade de expressar e elaborar seus conflitos, dando forma e conteúdo aos seus registros primitivos mais arcaicos, escondidos e rechaçados. A possibilidade de mergulhar no mundo interno de cada um, aliada à presença de um ambiente continente e estável, torna-se um “elemento restaurador das vidas paralisadas pelo peso do

passado” (p.148). A autora conclui que de nada adiantam as políticas assistencialistas de atendimento às vítimas da violência se o sujeito não for resgatado individualmente, e a psicoterapia psicanalítica propicia esse resgate.

A história traumática vivenciada existe e não pode ser modificada. Porém, tais relacionamentos caóticos e conturbados geram representações, vínculos de apego que possuem determinadas características e estas sim, estas representações podem ser remanejadas e modificadas a partir da psicoterapia. Diante dos danos e prejuízos causados na organização do *self* pelas vivências de maus-tratos, e da necessidade de intervir sobre os mesmos, justifica-se a relevância de se buscar estratégias de prevenção e de intervenção para abordagem do problema. Conflitos e traumas, em maior ou menor grau, fazem parte da vida mental de todo ser humano, mudando apenas a forma e o “equipamento psíquico” com o qual se lida com eles. Quando esse enfrentamento se der em condições desfavoráveis ou de vulnerabilidade, dada a história e o contexto do indivíduo, devemos intervir sobre os mesmos, possibilitando uma re-escrita dessa história (que não é destino) e uma modificação desse contexto. As distorções do *self* não são irreversíveis (BATEMAN; FONAGY, 2003). A aquisição da capacidade de criar uma narrativa dos próprios pensamentos e sentimentos - capacidade de mentalizar, pode superar falhas na organização do *self* que resultaram da desorganização do apego precoce.

A família ocupa um importante e complexo papel no processo psicoterapêutico dessas crianças. Situadas na origem do problema e do encaminhamento, implicam em significativas dificuldades e resistências para o seu desenvolvimento. Siquier e Salzberg (2002) enfatizam que

se a criança está numa estrutura familiar que a precede e determina seu lugar, marcado pelas histórias próprias dos pais, e que ela assume, ao analista compete trabalhar nessa dupla vertente: por um lado, com a posição subjetiva da criança frente ao desejo parental de quem deverá se separar, por outro, com a possibilidade de que os pais também modifiquem

algo de seu fantasma frente à criança. Quando não se consegue isto, a análise geralmente se interrompe (p. 110).

A análise do atendimento dessas crianças vem mostrando que a interferência na dinâmica familiar nem sempre é bem aceita pela família. Diversos aspectos nesse sentido implicam em desafios e inclusive em questões éticas importantes para o psicoterapeuta. Ferreira e Schramm (2000) discutem os casos em que o aspecto da violência é levantado pelo profissional, mas não é reconhecido pela família como um problema, os casos em que a própria criança relativiza a agressão de que foi vítima no lar e os casos em que a criança quer a interrupção do abuso, mas não deseja a punição do abusador, o que poderia acarretar-lhe um novo dano e sofrimento (separação ou prisão do abusador, por exemplo, desorganização da família). As autoras questionam os limites da atuação dos profissionais e do Estado nos casos de violência doméstica e lançam questões como:

temos o direito de interferir nos casos em que o problema da violência não é trazido espontaneamente como queixa? Devemos interferir quando a própria criança não sente o abuso como problema? A partir de que patamar de violência temos que interferir? Que tipo de intervenção deve ocorrer? Até onde deve ir nossa interferência? (FERREIRA; SCHRAMM, 2000, p. 663).

Alguns princípios que regem as relações entre pais, crianças e Estado são citados por Ferreira e Schramm (2000), numa tentativa de apontar caminhos para o trabalho com a violência doméstica contra crianças e adolescentes. O princípio da integridade familiar considera a autonomia dos pais e a privacidade familiar. O princípio do *parens patriae* legitima que o Estado assuma a responsabilidade pela criança nos casos em que a família falha em seu papel. E o princípio do melhor interesse da criança enfatiza como primordial o bem-estar e o interesse da criança. Entretanto, pode-se considerar que o equilíbrio entre eles, ou a determinação do que seja “o melhor interesse da criança” nem sempre é algo fácil de identificar.

É necessário questionar da perspectiva de quem se considera “o melhor interesse da criança”? Parece necessário problematizar o próprio conceito de infância e adolescência, bem como buscar a compreensão dos dispositivos de construção social, política, legal e psicológica da infância e da adolescência, para que crianças e adolescentes possam ser reconhecidos, efetivamente, como sujeitos de direito, conforme preconiza nossa legislação.

James e James (1999) oferecem uma perspectiva muito interessante sobre essa questão, ao contextualizar no tempo e no espaço o conceito de infância e ao chamar atenção para o papel de uma postura que reconhece e valoriza a competência da criança para construir suas experiências de infância. Ouvir suas vozes, então, se tornou algo valorizado desde os anos 70, tanto dentro como fora da academia e se antes as crianças eram consideradas como o simples resultado das práticas da sua criação e cuidados, hoje em dia se dá destaque à diversidade de experiências de infância e para o reconhecimento da criança como ator social. Os autores lembram que, no século 20, o modelo da “criança naturalmente em desenvolvimento” passou a ser visto como uma das pedras fundamentais dos modernos sistemas educacionais e a “criança inconsciente” tomada como um conceito chave para explorar a origem infantil dos dilemas e contradições do adulto.

James e James (1999) lembram que em qualquer época ou qualquer contexto cultural é possível identificar modelos particulares ou idéias sobre a criança, que dão diretrizes para pensar sobre a infância e para dirigir a vida das mesmas através de práticas sociais, econômicas e legislativas. Cada um desses modelos posiciona a criança de uma determinada forma em termos do seu status social e como participante mais ou menos ativo no mundo social. Também a posicionam em relação a uma compreensão que leva mais em conta as particularidades locais ou, alternativamente, uma compreensão que parte de uma perspectiva mais global ou universalizante. Os autores acreditam que esses modelos permitem discutir e compreender

a infância contemporânea em seus diferentes espaços – a escola, a família, a rua, o local de trabalho, ou outros tipos de espaço social, cultural ou institucional. Entre esses, um espaço de importância crescente para a criança e suas experiências na infância é o da lei. É sobre esse que focalizam sua atenção, considerando-o ainda como bastante centrado nos adultos.

Discutindo o impacto do Estatuto da Criança de 1989 na Inglaterra e no País de Gales, James e James (1999) consideram que ele reverte em parte esse quadro, mas deixa algumas lacunas. Embora essa lei se volte para o bem-estar da criança e para a importância da escuta dos seus desejos e necessidades, ela é principalmente aplicada nos casos de direito privado e nesses casos o princípio da autonomia da família prevalece para determinar as decisões acerca da criança.

O que está emergindo, então, no entender de James e James (1999), é uma nova ortodoxia do bem-estar da criança, que refletem alguns, mas não todos, os princípios do Estatuto da Criança: nomeadamente, que o contato continuado com ambos os pais biológicos deveria ser buscado como uma meta; que é o conflito entre os adultos o que causa mais danos às crianças; e que o melhor caminho para assegurar que o bem estar delas está protegido é o empenho para promover harmonia e consenso entre os pais, mais do que deixar as decisões nas mãos da justiça. O que não está acontecendo, entretanto, é a abertura de oportunidades para que as crianças expressem, elas mesmas, os seus interesses. Para os autores, o Estatuto levanta, então, algumas questões: o que constitui o bem estar da criança? Que peso deveria ser dado aos desejos e sentimentos das crianças? As reivindicações e habilidades das mães e pais são consideradas como iguais? Qual o equilíbrio que deve ser dado entre as visões dos pais e seus filhos?

Considera-se útil e interessante a análise proposta por James e James (1999), na medida em que nos possibilita questionar alguns paradigmas presentes nas pesquisas e na literatura disponível a respeito das crianças e suas experiências no contexto do seu atendimento pelo Sistema Judiciário e pelos

profissionais da área da saúde e assistência social. Essa análise tem o mérito de estimular uma revisão acerca de nossas concepções da infância, do que se chama de “melhor interesse da criança” e de até que ponto seus interesses e necessidades são efetivamente os que norteiam as decisões que lhes dizem respeito. Também abre a questão da importância e necessidade de desenvolver métodos para ouvir as crianças, alertando para os vários poderes que estão em jogo nessa escuta.

Torna-se claro o quanto o atendimento psicológico de crianças e adolescentes encaminhados pelo Poder Judiciário é complexo e delicado e, para além do foco no mundo interno desse jovem, não pode ser desvinculado da sua realidade externa, do seu contexto familiar, comunitário, social, cultural. Uma abordagem que se proponha a garantir efetivamente o melhor interesse da criança deve necessariamente assumir uma perspectiva complexa, levando em conta os vários e multifacetados aspectos em jogo sempre. Não há regras e soluções universais e aplicáveis em todas as situações. Tampouco o melhor interesse da criança será o mesmo em todos os casos, em todas as idades e, por vezes, numa mesma família para todas as crianças envolvidas (RAMIRES; RODRIGUES, 2003).

ALGUMAS PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Para romper com a violência é necessário voltar a atenção para a família como um todo, e não apenas para a criança. Famílias com dinâmicas violentas em geral enfrentam mais exclusão social do que as famílias que não apresentam essa dinâmica. Para o UNICEF, “a ampliação, a articulação e a integração de programas e projetos de apoio sócio-familiar são, portanto, as principais diretrizes da política de convivência familiar” (2005, p. 35). A política de assistência social no Brasil foi marcada por uma mudança de paradigma nesse sentido, tendo elegido a família como a unidade básica para a ação. Essa

política busca estimular que no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) os trabalhos preventivos de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários sejam ampliados. Esse é um desafio que merece a dedicação dos gestores, dos estudiosos e da sociedade brasileira em geral.

O atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar, portanto, deve ser realizado em rede, envolvendo profissionais das áreas do Direito, da Psicologia, da Saúde, da Assistência Social, da Educação. Somente com o aporte de distintos olhares e de diferentes instrumentais a complexa trama da violência pode ser compreendida, revista e, talvez, reorganizada.

Uma vez que a questão da violência é complexa e sua compreensão demanda uma abordagem transdisciplinar, da mesma forma a intervenção que se faz necessária requer a constituição de equipes interdisciplinares, capazes de fazer frente a todas as facetas do problema. Pode-se afirmar que há unanimidade na literatura em torno dessa questão (ADED et al., 2006; AZAMBUJA, 2005; AZEVEDO, 2001; CESCO, 2004; DEBLINGER; LIPPMAN; STAUFFER; FONKEL, 1994; FRÖNER, 2008; HEIMANN; ETTIN, 2001; JUNQUEIRA, 2002; KOSHIMA, 2003).

A psicoterapia é uma intervenção importante para esses casos. Mesmo quando desencadeada pelo encaminhamento do Poder Judiciário, e em que pesem todas as dificuldades suscitadas por essa forma de encaminhamento discutidas aqui, significa uma importante oportunidade de re-organização para a criança ou adolescente e sua família e deve ser valorizada e estendida ao maior número de casos possível. É compromisso dos profissionais e dos pesquisadores a atualização constante de suas teorias e métodos, permitindo o aprimoramento das possibilidades de intervenção e prevenção do problema da violência doméstica.

A psicoterapia é condição necessária, mas não é suficiente para a superação do problema da violência doméstica. Para essa superação é indispensável a estruturação efetiva e

mobilização de toda uma rede de proteção dessas crianças e suas famílias. É compromisso dos gestores públicos a proposição e a implementação de políticas públicas que garantam o investimento necessário para dar suporte ao que a legislação brasileira preconiza no campo dos direitos da criança e do adolescente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADED, N. L. O.; DALCIN, B. L. G. S.; MORAES, T. M.; CAVALCANTI, M. T. Abuso sexual em crianças e adolescentes: Uma revisão de 100 anos de literatura. *Revista de Psiquiatria Clínica*, v. 33, n. 4, p. 204-213, 2006.
- ALBORNOZ, A. C. G. *Psicoterapia com crianças e adolescentes institucionalizados*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- AZAMBUJA, M. P. R. Violência doméstica: Reflexões sobre o agir profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 25, n. 1, p. 4-13, 2005.
- AZEVEDO, E. C. Atendimento psicanalítico a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 21, n. 4, p. 66-77, 2001.
- BARROS, F. O. Laudos periciais: da escrita à escritura, um percurso ético. Mimeo, 1998.
- BATEMAN, A. W.; FONAGY, P. The development of an attachment-based treatment program for borderline personality disorder. *Bulletin of the Menninger Clinic*, n. 63, p. 187-211, 2003.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Lei Federal de 1988. 3.ed. São Paulo: Jalovi, 1989.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8.069/1990. São Leopoldo: UNISINOS, 1990.
- CESCA, T. B. O papel do psicólogo jurídico na violência intrafamiliar: possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade*, v. 16, n. 3, p. 41-46, 2004.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil*. Disponível em <http://www.pol.org.br>. Acesso em 17 jul. 2005.
- CORREA, O. B. R. Transmissão psíquica entre as gerações. *Psicologia USP*, v. 14, n. 3, p. 35-45, 2003.
- DEBLINGER, E.; LIPPMANN, J.; STAUFFER, L.; FINKEL, M. Personal versus professional responses to child sexual abuse allegations. *Child Abuse & Neglect*, v. 18, n. 8, p. 679-682, 1994.
- FERREIRA, A. L.; SCHRAMM, F. R. Implicações éticas da violência doméstica contra a criança para profissionais de saúde. *Revista de Saúde Pública*, v. 34, n. 6, p. 659-665, 2000.

FONAGY, P. Peristencias trangeracionales del apego: uma nueva teoria. *Aperturas Psicoanalíticas*, 23, 1999. Disponível em <http://www.aperturas.org/23fonagy.html>. (Acesso em 29/11/2007).

FRANÇA, F. Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 6, n. 1, p. 73-80, 2004.

FRÖNER, J. P. *A escuta da criança vítima de abuso sexual intrafamiliar na perspectiva de profissionais da área da saúde e operadores do Direito*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UNISINOS, São Leopoldo, 2008.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. *Situação da Infância Brasileira 2006*. Brasília, 2005, 232 p.

GONÇALVES, H. S.; FERREIRA, A. L. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais da saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 18, n. 1, p. 315-319, 2002.

HABGZANG, Luiza et al. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 21, n. 3, p. 341-348, 2005.

HABGZANG, Luiza et al. Fatores de risco e Proteção na rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 379-386, 2006.

HABGZANG, Luiza; CAMINHA, Renato. *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

HEIMAN, M. L.; ETTIN, M. F. Harnessing the power of the group for latency-aged sexual abuse victims. *International Journal of Group Psychotherapy*, v. 51, n. 2, p. 265-281, 2001.

JAMES, A. L.; JAMES, A. Pump up The Volume: Listening To Children in Separation and Divorce. *Childhood*, v. 6, n. 2, p. 189-206, 1999.

JUNQUEIRA, M. F. da S. Violência e abuso sexual infantil: Uma proposta clínica. *Cadernos de Psicanálise*, v. 18, n. 21, p. 209-226, 2002.

KAËS, R. et al. *Transmissão da vida psíquica entre gerações*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

KANCYPER, L. *Confrontação de gerações. Estudo Psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

KOSHIMA, K. Palavra de Criança. In: G. G.; H. B. (Orgs.), *Construindo uma história: Tecnologia social de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes*. Salvador: CEDECA-BA2003, p. 133-144,

MARQUES, M. T. S.. Melhor Interesse da Criança: do Subjetivismo ao Garantismo. In: PEREIRA, T. S. (Coord). *O Melhor Interesse da Criança: um Debate Interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 467-494.

PEREIRA, R. C. *Direito de Família. Uma abordagem psicanalítica*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

PEREIRA, T. S. (Coord). *O Melhor Interesse da Criança: um Debate Interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

PFEFFERBAUM, B.; ALLEN, J. R. Stress in children exposed to violence: reenactment and rage. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*. v. 7, n. 1, p. 121-135, 1998.

POLANCZYK, G. V. et al. Violência sexual e sua prevalência em adolescentes de Porto Alegre, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 37, n. 1, p. 8-14, 2003.

RAMIRES, V. R. R.; RODRIGUES, M. A. As transições familiares e o melhor interesse da criança: as perspectivas do Direito e da Psicologia. *Estudos Jurídicos*, v. 36, n. 97, p. 211-242, mai./ago. 2003.

RIBEIRO, M. A.; FERRIANI, M. G. C.; REIS, J. N. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas á vitimização nas relações familiares. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 20, n. 2, p. 456-464, 2004.

ROSAS, F. K.; CIONEK, M. I. G. D. O Impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem. *Conhecimento Interativo*, v. 2, n. 1, p. 10-15, jan./jun. 2006.

SILVA, L. M. P. *Violência Doméstica Contra a Criança e o Adolescente*. Recife: UDUPE, 2002.

SIQUIER, M. L.; SALZBERG, B. A difícil articulação entre pais-filhos na psicanálise com crianças. In: ROSENBERG, A. M. S. (Org.) *O lugar dos pais na psicanálise de crianças*. 2.ed. São Paulo: Escuta, 2002. p. 78-111.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Psicologia. Laboratório de Estudos da Criança – LACRI. *Pesquisando a violência doméstica contra crianças e adolescentes*. 2007. Disponível e < <http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/index2.htm>>. Acesso em 2 de outubro de 2007.

COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DO MEDIADOR FAMILIAR: MÉTODO E INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

Fernanda Graudenz Müller

Roberto Moraes Cruz

Carolina Bunn Bartillotti

Um mediador facilita a comunicação, promove o entendimento, leva as partes a se focarem em seus interesses e procura soluções criativas que deixem as partes livres para chegar a um acordo próprio.

(Prefácio do *Standards of Conduct for Mediators*, citado por Kovach e Love, 2004, p. 107).

INTRODUÇÃO

O termo mediação advém do latim *mediatione* com significado de intercessão, intermédio, intervenção e derivado do verbo latino *mediare* – mediar ou intervir. A mediação é um procedimento estruturado e não adversarial de gestão de conflitos no qual um terceiro qualificado é aceito pelas pessoas em conflito, para lhes auxiliar a que cheguem, por si, a saídas para a situação nas quais ambas saiam satisfeitas (MÜLLER, 2005; MÜLLER e CRUZ, 2007).

O destaque dessa técnica não adversarial de gestão de conflitos é que o mediador não decide ou julga a questão posta, ao contrário, o que busca fazer é empoderar os envolvidos para que eles cheguem às soluções consentâneas como uma forma de perceber o conflito. Dito de outra forma, na mediação, não é

um terceiro estranho à relação que dirá quem está “certo” e quem está “errado”, que julgará (como ocorre na justiça estatal e na arbitragem). O mediador tem como função primordial abrir o canal de comunicação e fazer com que as pessoas passem novamente a se ouvir e, principalmente, se escutar; e com isso consigam perceber que existem possibilidades para o desentendimento que podem ser adequadas a ambos (HOFFMANN, MÜLLER e CRUZ, 2007).

Neste texto será primeiramente abordado o tema das competências profissionais do mediador de conflitos. Em seguida, apresentada a construção do instrumento de medida das competências do mediador, incluindo as dimensões dessas competências em mediar conflitos e, finalmente, serão expostos os resultados da pesquisa e as respectivas conclusões.

COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DO MEDIADOR DE CONFLITOS

Tenho a convicção de que para mediar não basta possuir habilidades e técnicas específicas, é preciso dominar a difícil tarefa de se integrar emocionalmente com os outros. Auto se designar mediador ignorando este fato significa um mau começo. Mediar é uma “arte” (e como tal, reclama o homem por inteiro) de conduzir um procedimento carregado de intensidades (RODRIGUES, 1999, p. 03).

Existe, na atualidade, uma discussão acerca da importância em formar profissionais capacitados a atuar numa seara tipicamente de embates, bem como, questionamentos sobre quem deve ser o mediador: o advogado, o assistente social, o médico, o administrador, o pedagogo ou o psicólogo. Essa preocupação é recente no Brasil, mas em países como os Estados Unidos, Canadá, França, Espanha e Argentina, a cultura da mediação vem sendo absorvida há mais de três décadas (SALES, 2004), junto com seus naturais questionamentos.

Conforme Birkhoff e Warfield (1999), a preocupação sobre como treinar profissionais competentes e éticos na resolução de

conflitos fez com que os dirigentes da Universidade de George Mason (EUA) criassem, no Instituto de Análise e Resolução de Conflitos (IÇAR), um programa de Pós-Graduação em resolução de conflitos. O foco desse programa é “produzir profissionais reflexivos” (ob. cit, p. 398). A importância da reflexão para os mediadores é também referida por Folger e Bush (1999), dado que para eles esses terceiros qualificados e imparciais, os mediadores, podem percorrer conscientemente uma abordagem que possibilite e auxilie aos participantes a desfrutar das oportunidades que o conflito revela para a autodeterminação e para o reconhecimento ou empatia, ao que denominam de potencial transformativo do conflito. Folger e Bush abordam em suas obras (1996, 1999) o potencial e os efeitos transformativos do conflito.

Para que o reflexo transformativo decorra do conflito eles advogam que o mediador: deve gerar e apoiar um contexto em que as próprias partes tomem as decisões; não julgar as partes ou seus pontos de vista; considerar as competências e os motivos das partes; ser responsivo à expressão de emoções; ensejar e explorar a ambigüidade das partes; estar concentrado no aqui e agora da interação do conflito; garimpar o passado em busca de seu valor para o presente; entender a intervenção como um ponto dentro de uma estrutura de tempo mais ampla e, finalmente, os mediadores transformativos extraem satisfação de seu ofício quando oportunidades de capacitação e reconhecimento [das partes] são reveladas no processo e quando é possível ajudar as partes a reagir nesse sentido.

A proposta de Fonkert (1999) é na direção de que, em geral, uma transformação terapêutica faz parte do processo de mediação. Essa autora, numa visão integradora e de base “sistêmica construcionista social” (p. 169), sustenta que terapia e mediação, apesar das singularidades e indicações específicas, podem ser complementares e que há situações nas quais ambos os processos trazem benefício. Contudo, especificamente em relação ao ofício do mediador, a autora refere que ele é mais ativo do que o terapeuta: levanta informações, esclarece, define

e organiza a situação, busca um diálogo mais colaborativo, estrutura as sessões, gerencia o conflito, focaliza os temas, auxilia na redação do acordo. A autora sustenta que o mediador também não é responsável pela melhoria da saúde emocional, apesar de a mediação ser menos estressante do que as intervenções competitivas de resolução de conflitos, o que gera menos ansiedade nos participantes. Um ponto que ressalta: quando os afetos aparecem nas sessões de mediação eles devem ser identificados, esclarecidos e levados em consideração, apesar de não serem o principal objeto da mediação, que possui temas, metas e tempo limitados e enfatiza o presente.

Para Schinitman (1999b, p.106), o ofício do mediador está consubstanciado em auxiliar os “participantes a encontrar seu itinerário, sua própria solução para o conflito. Um convite à compreensão e à escuta ativa, às reflexões e às conversações com a própria experiência e a dos outros”. Nesse sentido, um dos mais importantes atributos que o mediador de conflitos deve desenvolver, conforme Bacellar (2003) é a “escuta não nervosa”, que significa, simplificada, demonstrar calma, interesse e respeito pelo que está sendo dito, atitude que vem aliada à capacidade de demonstrar empatia.

A empatia²⁴ é referida por Zimerman e Osório (1997), Ávila (2002) Vezzulla (2006) como essencial ao mediador. Pode ser descrita como a facilidade em identificar e compreender (e expressar tal compreensão) afetos, percepções, intenções, problemas, motivos e interesses dos outros, de maneira sensível e acurada, o que ocorre por intermédio da leitura e da compreensão de comportamentos não verbais de comunicação, tais como expressões faciais, tom de voz e postura corporal (QUEROZ; NÉRI, 2005; SIQUEIRA; BARBOSA; ALVES, 1999). Seu conceito, segundo Falconi (2006), abrange três componentes: a) *cognitivo*, que é a capacidade de inferir com precisão o estado subjetivo de alguém; b) *afetivo*, caracterizado por um sentimento genuíno de compaixão e de interesse pela outra

pessoa; c) *comportamental*, que consiste nas expressões, verbal e não verbal, da compreensão acerca do estado do outro.

No entendimento de Moore, em sua obra *O processo de mediação* (1998), o mediador tem como função precípua facilitar a comunicação e buscar o respeito mútuo. Por isso, as características que o mediador deve desenvolver estão relacionadas a uma postura imparcial, neutra e ética, atuando em conjunto com os envolvidos. Breitman e Porto (2001) preceituam que o mediador, e mais especificamente, o mediador familiar, deve conhecer as intrincadas relações interpessoais; possuir habilidades em gerenciamento de conflitos e negociação e ter noções de Direito de Família. Deve ainda, aduzem Haynes e Marodin (1996), ser percebido pelos mediados como um terceiro equilibrado, imparcial e que pode auxiliar na criação e no desenvolvimento de alternativas para a solução de seus problemas, além de ser o administrador do processo de mediação.

Conforme Sales (2004), o mediador de conflitos deve propiciar um novo encontro entre as pessoas envolvidas num conflito e que recebem sua intervenção. Esse interventor, contudo, não pode esquecer que ele é um condutor, um guia, e as partes são as protagonistas na solução de sua contenda, aspecto relacionado ao alicerce, em mediação de conflitos, denominado de princípio da autonomia da vontade ou princípio da autodeterminação das partes, como referido e habilmente tratado por Kovach e Love (2004).

Dado que a profissão do mediador é nova e exercida por profissionais advindos de distintas áreas, não é possível dizer que exista um melhor mediador, apenas que, em sendo a mediação familiar, o facilitador deve estar capacitado para lidar com conflitos que envolvam aspectos emocionais (CEZAR-FERREIRA, 2004a).

Finalmente, segundo Mello (2005), o mediador necessita integrar conhecimentos de distintas áreas, em especial da Psicologia e do Direito, para responder às exigências singulares de sua atuação, às demandas sociais e de mercado de trabalho.

Resultam dessa coerência teórico-instrumental, habilidades e atitudes que contribuem na formação de um perfil profissional aperfeiçoado em mediação, notadamente os familiares. O conceito de competência profissional pode ser compreendido como a capacidade de atuar, expressa por meio de habilidades que afetam significativamente o desempenho de um papel social e profissional, continuam os últimos autores.

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DO MEDIADOR FAMILIAR (Q-CMF)

A fim de levantar as competências profissionais do mediador de conflitos familiares foi criando um instrumento de medida, com base em estudo realizado Müller e Cruz (2007). O Serviço de Mediação Familiar (SMF) de Florianópolis, Santa Catarina, foi o principal contexto de pesquisa, tendo em vista ser o projeto pioneiro, público e gratuito de mediação familiar para famílias carentes no âmbito do Estado de Santa Catarina. Os participantes foram mediadores, mediados e operadores da mediação do SMF de Florianópolis e de São José, Joinville, Camboriú, em Santa Catarina e mediadores particulares.

Uma medida psicológica tem como principal objetivo investigar uma amostra do comportamento, com base em estimulações previamente definidas pelo pesquisador. É por meio da medida que são atribuídas representações quantitativas das variações de desempenho observado, cuja validade pode ser comprovada empiricamente (ANASTASI; URBINA, 2000; PASQUALI, 2004; ALCHIERI; CRUZ, 2006). O processo de construção de uma medida psicológica exige que o pesquisador percorra algumas etapas, e a primeira delas é delimitar o construto que se pretende medir, explica Pasquali (1999).

Para a definição do construto competência, no contexto especificado (mediação de conflitos familiares), foi inicialmente

realizado um levantamento, na literatura especializada, dos estudos sobre competências e aspectos que caracterizam o trabalho do mediador de conflitos familiares. Dado que esse é ofício incipiente, notadamente no Brasil, a literatura pesquisada não abarca ou discrimina as dimensões das características da atuação profissional do mediador familiar em sua integralidade. Os estudos sobre competências do mediador, ou equivalentes, geralmente não descrevem suas características ou significados socialmente demonstráveis no exercício da atividade de mediar.

Esses limites conceituais fizeram com que a pesquisa bibliográfica também investigasse, além de mediadores nacionais (BREITMAN; PORTO, 2001; VEZZULLA, 2006, dentre outros) e internacionais (BUSH; FOLGER, 1996; SUARES, 1996; MOORE, 1998; FOLGER; BUSH, 1999), ofícios outros com características afins ao do mediador de conflitos familiares, tais como o de psicoterapeuta (FIORINI, 1999; ROGERS, 1983), e, também, de psiquiatras (KAPLAN, SADOCK E GREBB, 2006). Exemplo disso é a dimensão *estabelecer rapport*, cuja definição foi construída com base na descrição do trabalho do psicoterapeuta. Portanto, por meio desse processo, as dimensões foram sendo definidas conceitualmente para serem compreendidas como da natureza do ofício do mediador.

As competências descritas, derivadas das dimensões investigadas, representam os principais comportamentos que demonstram o exercício do trabalho de mediar conflitos familiares. A elaboração do rol de dimensões que compõe as competências do mediador foi tarefa complexa, dado que não foram encontradas, no estado da arte da literatura pesquisada, uma abordagem metodológica consistente sobre a caracterização e verificação de competências do mediador familiar por meio de técnicas e instrumentos construídos ou validados para este fim. Ou seja, os autores geralmente enfatizam qualidades e limites do trabalho do mediador, todavia sem validar essas qualidades em processos empíricos e teóricos demonstráveis.

Após essa fase de revisão teórica e conceitual, foram sintetizadas oito (8) dimensões do trabalho do mediador familiar, que foram aperfeiçoadas e ajustadas a cada etapa do processo de construção do Questionário de Avaliação de Competências Profissionais do Mediador Familiar (Q-CMF): 1. Enquadrar o processo de mediação (EQ); 2. Estabelecer *rapport* (RAP); 3. Demonstrar empatia (EM); 4. Escutar ativamente (EA); 5. Demonstrar atitude colaborativa (AC); 6. Equidistar-se das partes (EQUI); 7. Promover o reconhecimento recíproco (REC); 8. Aperfeiçoar conhecimento sobre vínculos familiares (VIN).

Com base nessas dimensões, foram criados 96 itens descritores de comportamentos do mediador familiar, definidos como competências profissionais, que compuseram o Q-CMF. De posse das definições das competências profissionais e de seus respectivos itens, foi realizada a análise de conteúdo das dimensões do Q-CMF, obtida por meio do julgamento de juízes (peritos no assunto e/ou pesquisadores). A análise dos resultados da *validade de conteúdo* permitiu eliminar cinco itens e aperfeiçoar semanticamente outros 18 – considerados comportamentos importantes – a fim de aumentar a precisão e correlação com as definições das dimensões, as quais também sofreram modificações semânticas para a devida adequação, tendo em vista as observações feitas pelos juízes. Por fim, esse processo também resultou na criação de uma nova dimensão denominada de “demonstrar conhecer aspectos jurídicos em mediação familiar (JUR)”, a qual foi inserida, com quatro itens.

Em decorrência dessa análise, também foram elaborados oito itens, dos quais quatro negativados para atender a um dos critérios fundamentais da construção dos itens que é o da variedade²⁵, ou como é definida por outros psicometristas como o *controle do efeito da desejabilidade social* (ALCHIERI; CRUZ, 2006). Outros itens, descritos anteriormente em sua forma positiva, foram negativados pelo mesmo motivo.

Após a análise dos resultados da apreciação dos juízes, da criação da nova dimensão (JUR) e dos novos itens, foi solicitado aos juízes a análise desses 30 itens e, tal como na fase anterior, o

objetivo foi realizar a validade de conteúdo. Nessa segunda fase, cinco juízes foram os respondentes. Dessa etapa resultou que quatro itens não alcançaram 70% de concordância – percentual necessário para que o item fosse mantido sem alteração. Um deles foi mantido, melhorado e transferido para outra categoria e os demais foram retirados, em função de outro item conter comportamento correlato. Também como resultado dessa fase, nove itens foram eliminados por descreverem comportamentos similares.

Para complementar a validade de conteúdo, foi realizado outro processo de verificação da qualidade semântica dos itens construídos, nesse caso, para avaliar a compreensão do conteúdo dos itens por parte do respondente, denominado de *validade de face*.²⁶ Para proceder à validade de face foi aplicado o Q-CMF em duas pessoas, uma de escolaridade fundamental incompleta e outra com nível superior incompleto. Como resultado, sete itens foram adaptados a uma linguagem mais acessível à população em geral. Ao final, o instrumento contou com 91 itens, avaliados pelos participantes com base em uma escala ordinal: *não se aplica* (0), *pouco importante* (1), *importante* (2), *muito importante* (3).

COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DO MEDIADOR DE CONFLITOS

A seguir está descrita a versão final das dimensões ou competências profissionais do mediador familiar que compõem o Q-CMF.

Enquadrar o Processo de Mediação – EQ

Capacidade do mediador de apresentar-se e informar acerca da mediação de conflitos, com linguagem simples e clara, expressando sua intenção de auxiliar às partes na solução dos

conflitos, explicando o que é a mediação e suas diferenças da justiça estatal e de outros métodos de resolução de disputas, destacando o caráter voluntário e sigiloso da mediação e as suas atribuições de mediador. O mediador com capacidade de enquadre presta informações gerais sobre o processo de mediação e quais as regras que o compõe, respondendo dúvidas, explicitando o que é esperado das partes, notadamente o respeito mútuo a que devem observar, assim como, que cada um terá seu momento para falar.

Estabelecer Rapport - RAP

Capacidade do mediador de criar mecanismos que gerem entendimento, confiança recíproca e vínculo positivo entre ele e os mediandos, o que depende da capacidade do mediador de equilibrar os papéis de ouvinte empático e especialista capaz de auxiliar na busca de soluções para a situação. As estratégias para o *rapport* em mediação incluem uma abordagem inicial com possíveis assuntos de interesse mútuo dos envolvidos que não gere controvérsia entre eles, bem como em encontrar pontos comuns entre as partes e o mediador, possibilitando a que os mediandos se identifiquem com algo que foi referido pelo mediador.

Demonstrar Empatia - EM

Capacidade do mediador de demonstrar que está genuinamente interessado nos afetos, percepções e diferentes pontos de vista das pessoas envolvidas, mostrando capacidade de colocar-se em seu lugar e que compreende sua experiência subjetiva, o que proporciona uma sensação tranquilizadora naquele que fala, sinalizando que há envolvimento e preocupação por parte do mediador, que o demonstra sem perder sua condição equidistante. A empatia é estabelecida quando o mediador mostra que sua atenção está focada na situação e inclui olhar a pessoa que fala e comunicar – em

especial corporal e gestualmente – que está compreendendo o que é falado.

Escutar Ativamente – EA

É a capacidade do mediador de demonstrar que é um interlocutor que ouve e intervém apropriadamente, e certifica a quem fala que está sendo ouvido e que sua mensagem está sendo compreendida, bem como a emoção nela contida, estimulando o comportamento verbal da pessoa que narra. Para tanto, o mediador emprega intervenções que incluem enumerar corretamente o que ouve, fazendo um resumo com as palavras de quem falou, redefinindo, clarificando ou solicitando esclarecimentos de algo que não tenha compreendido. Escutar ativamente significa ouvir o relato sem fazer ou aceitar interrupções impertinentes, sem referir o final da frase que está sendo dita, sem completar frases e sem dizer que já sabe do que se trata.

Demonstrar Atitude Colaborativa – AC

É a capacidade do mediador de mostrar-se cooperativo, firme e seguro, tanto em relação às situações narradas, como em relação às consequências de uma possível solução mediada – de forma acolhedora – inibindo a confrontação típica do processo judicial. O mediador percebe e inventaria junto com as partes as opções para o conflito, organizando a discussão com atitudes pró-ativas, levando-as a refletir sobre seu futuro com elas mesmas construindo seu acordo, com perguntas sondadoras que as auxilie na tomada de consciência e na responsabilização pelo que estão dizendo e decidindo; ele auxilia sem decidir. O mediador cooperativo entende as manifestações dos mediandos como parte das expressões de cada um, sem valorizá-las ou desqualificá-las, mas identifica interesses e reais necessidades das partes, diferenciando-os de suas posições e

pretensões, criando padrões objetivos para a solução das diferenças.

Eqüidistar-se das Partes - EQUI

É a capacidade demonstrada pelo mediador de se colocar à mesma distância das partes, tratando-as igualitariamente. O mediador eqüidistante não se coloca a favor nem contra os mediandos e demonstra não ser tendencioso em relação a eles, agindo desinteressadamente e destacando que as conseqüências do que for decidido (acordo mediado) não lhe atingem. Comportamentos que demonstram eqüidistar-se incluem manter contato visual com ambos os mediandos, alternando-o com freqüentes trocas de olhares entre o casal, não realizar gestos ou manifestações de julgamento, propiciar discussões equânimes ou justas, lembrando, quando necessário, que as regras do processo de mediação valem para os dois e agindo nesse sentido.

Promover o Reconhecimento Recíproco - REC

Capacidade do mediador de fomentar entendimento recíproco em relação às situações referidas pelos mediandos, desobstruindo o canal de comunicação entre eles, tornando-o funcional e possibilitando a que cada um dos envolvidos consiga compreender a perspectiva do outro. Para isso, o mediador demonstra humildade em conhecer menos que as partes acerca de suas vidas podendo usar estórias e metáforas que facilitem tal entendimento, valorizando o que o casal viveu e construiu junto, para que encarem com menos mágoa, rancor e dor o que não conseguiram realizar. As intervenções do mediador que conduzem à compreensão da situação sob o prisma do outro incluem o uso de recursos psicodramáticos como a troca de papéis (*role-play*), enquadrar positivamente o que é dito pelas partes (parafraseio) e intervir nas falas reformulando-as para que o outro compreenda melhor.

Aperfeiçoar Conhecimento sobre Vínculos Familiares - VIN

Capacidade do mediador de demonstrar familiaridade e conhecimento sobre a área em está mediando, a familiar, explicando didaticamente que o processo de rompimento conjugal deve ocorrer de maneira pacífica, principalmente para que os vínculos entre pais e filhos sejam preservados, bem como, sua saúde emocional (psicológica). O mediador salienta a importância de os filhos terem contato contínuo com ambos os pais para o seu desenvolvimento saudável, sendo a separação um fato da vida e, como tal, não deve causar sentimentos de culpa. Ele também ressalta que não é a separação em si que gera sofrimento ou dano psicológico aos filhos, mas sim a disputa acirrada e irracional entre eles e o abandono de um dos genitores em relação à prole, após a separação.

Demonstrar Conhecer Aspectos Jurídicos em Mediação Familiar - JUR

Capacidade do mediador de demonstrar conhecimento de noções de Direito de Família aplicadas à mediação familiar para casais separandos – tanto em relação aos que são casados como aqueles que vivem em união estável – tais como acerca de pensão alimentícia, guarda, visitação e poder familiar, bens do casal e sobrenome da mulher.

No Q-CMF as competências profissionais do mediador familiar estão distribuídas em 9 dimensões: 1. Enquadrar o processo de mediação (EQ); 2. Estabelecer *rappport* (RAP); 3. Demonstrar empatia (EM); 4. Escutar ativamente (EA); 5. Demonstrar atitude colaborativa (AC); 6. Equidistar-se das partes (EQUI); 7. Promover o reconhecimento recíproco (REC); 8. Aperfeiçoar conhecimento sobre vínculos familiares (VIN); 9. Demonstrar conhecer aspectos jurídicos em mediação (JUR). No total, o

instrumento de pesquisa contou com 91 itens alusivos a comportamentos de mediar conflitos familiares.

A análise e discussão privilegiarão as médias das respostas obtidas em cada dimensão (média das respostas das dimensões), e o foco incidirá nas dimensões de tendências opostas. A média das respostas das dimensões foi feita da seguinte maneira: 1) verificou-se o valor máximo de soma possível em cada dimensão. Por exemplo: na dimensão EM, composta de dez itens, a soma máxima de pontos seria 30; 2) equiparou-se o valor máximo a um número estabelecido pela pesquisadora – 12. Desta forma, levando-se em consideração o exemplo da dimensão EM, foi feita uma regra de três simples pareando 30 – 12; 3) o próximo passo foi calcular a média de cada dimensão (soma de todas as respostas dos participantes nos itens que compõem a dimensão, dividido pelo número de participantes) e projetar este valor de média no número estabelecido (12). Exemplo.: caso a média da dimensão EM tenha sido 21,2, calcula-se 30 está para 12, como 21,2 está para x .

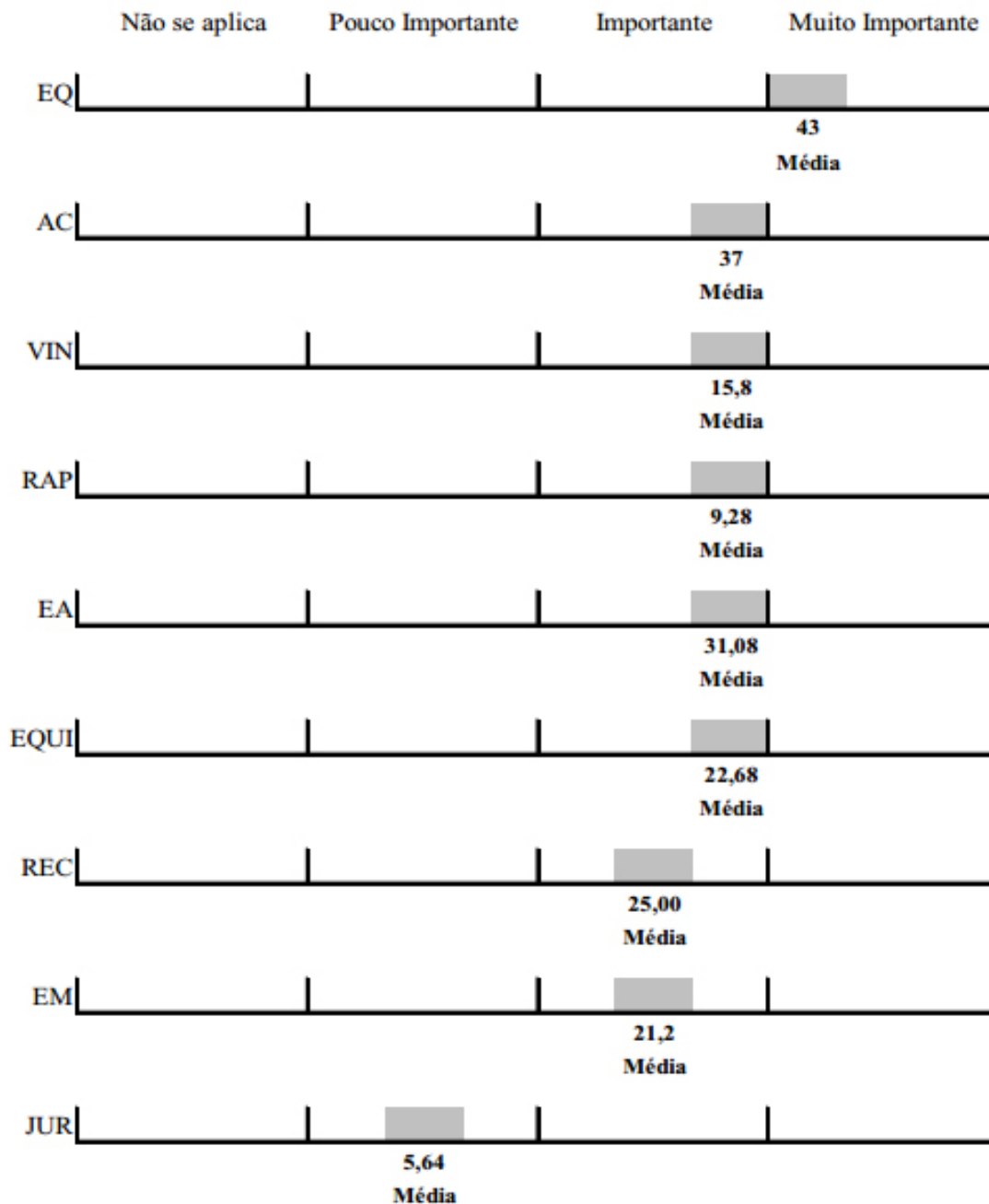


Figura 1: Distribuição das médias proporcionais obtidas por dimensão.

Após calcular todos os valores equivalentes, estes foram alocados em um *continuum* contendo as categorias *não se aplica*, *pouco importante*, *importante* e *muito importante* (Figura 1).

A Figura 1 mostra que, em média, as dimensões ficaram dispostas da seguinte forma: em primeiro lugar, Enquadrar o Processo de Mediação – EQ: *muito importante*; em segundo lugar: Demonstrar Atitude Colaborativa – AC; Aperfeiçoar Conhecimentos sobre Vínculos Familiares – VIN; Estabelecer *Rapport* – RAP; Escutar Ativamente – EA e Equidistar-se das Partes: *importante* quase *muito importante*; em terceiro lugar: Demonstrar Empatia – EM – e Promover o Reconhecimento Recíproco – REC: *importante*; em quarto lugar: JUR – Demonstrar Conhecimentos Jurídicos em Mediação Familiar: *pouco importante*.

O que sobressai é a competência considerada *muito importante* em oposição à que foi considerada *pouco importante*. A média mais alta de respostas foi a de EQ. Ou seja, de todos os comportamentos listados no questionário, aqueles atinentes ao *enquadrar o processo de mediação* foram percebidos como mais relevantes, ou apresentam tendência nesse sentido.

O oposto é observado na dimensão JUR, para o qual a média das respostas foi *pouco importante*. Isso evidencia que os comportamentos do mediador em demonstrar conhecimentos legais relacionados ao rompimento do vínculo conjugal no processo de mediação apresentaram tendência a serem considerados menos importantes. Essas são as tendências opostas observadas na Figura 1.

Então, se por um lado, o mediador deve, como refere Perrone, citada por Breitman e Porto (2001), verificar se as pessoas sabem o que é mediação, se estão efetivamente interessadas e se a aceitam como forma de resolver suas diferenças, dentre outros comportamentos típicos do *enquadre* – por alguns denominado de pré-mediação – por outro lado, genericamente é pouco importante que ele demonstre conhecimentos de questões jurídico-legais. A partir das respostas obtidas é dedutível que, caso o mediador demonstre conhecimentos da esfera legal, poderá perder sua neutralidade ou, como denominado nesta pesquisa, sua capacidade de equidistar-se

das partes. Ou seja, conforme as médias das respostas, para que o mediador consiga demonstrar imparcialidade ele deve procurar não entrar no mérito jurídico das questões que estão sendo discutidas, pois nesse caso, poderia transparecer parcial ou ir ao encontro do que Kovach e Love (2004) denominam de função avaliadora.

O seguinte exemplo elucida melhor a situação: digamos que na mediação de um casal uma das partes questione ao mediador acerca do entendimento legal sobre o valor a ser pago de pensão alimentícia aos filhos menores. Ainda que o mediador refira que esse entendimento não é dele e, sim, legal, jurisprudencial ou dos tribunais acerca do tema, frente à pessoa responsável por prestar alimentos – o alimentante – ele poderá perder credibilidade se, ao responder, referir um montante diferente daquele esperado ou desejado. Por isso, a solução encontrada nos SMF para quando surgem dúvidas de cunho jurídico é chamar o advogado plantonista.

Por outro lado, em relação a essa questão, é conveniente salientar que a maioria dos respondentes dessa pesquisa tem como profissão de origem Psicologia e Serviço Social. É factível que mediadores familiares advindos do Direito entendessem mais relevantes comportamentos que demonstrassem conhecimentos relacionados ao campo jurídico propriamente dito. Essa observação está vinculada ao que Highton e Álvarez (1999) expõem: a mediação surgiu de saberes multiprofissionais que a enriqueceram; todavia, esse atributo tem confundido o seu sentido de identidade; “e, na forma como o mediador vê sua profissão, tem um papel importante o próprio conhecimento como tal, mas também há elementos que variarão dependendo de sua profissão de origem” (p. 191).

O mediador, continuam as autoras, é tentado a moldar a sua ótica no acordo e a conseguir o que, em sua visão, é o melhor, conforme seus conhecimentos profissionais ou, ainda, poderá ficar tentado a “confundir sua preparação profissional prévia com a preparação do mediador” (p. 192). Mas o mediador deve abrir mão do poder²⁷ a ele atribuído (ainda que no processo de

mediação a relação de poder é menos clara, ela existe, haja vista que existem pessoas com problemas aceitando a intervenção de um terceiro que as auxiliará a solucionar tais questões).

Por isso, o mediador, segundo Highton e Álvarez (1999), deve definir o campo no qual está atuando e, assim, realizar sua tarefa, que para elas, é controlar o processo, ensejando a que os envolvidos sejam os senhores do conteúdo e do resultado. Sobre como os mediadores trazem aspectos de sua profissão de origem e podem mostrar dificuldades frente a outros conhecimentos, Breitman e Porto (2001) ilustram que ao supervisionar casos de mediação em estágio prático de curso de mediação familiar junto a uma universidade, observaram que os alunos com formação em Direito demonstravam estranheza frente a certas intervenções utilizadas em mediação por mediadores-psicoterapeutas, tais como a redefinição ou reformulação²⁸ ou conotação positiva²⁹.

CONCLUSÕES

O tênis [litígio judicial] é um jogo feroz e ameaçador, cuja meta é derrotar o adversário. O bom jogador é aquele que sabe o ponto fraco do adversário, e é para aí que dirige a sua cortada - palavra sádica que indica cortar, interromper, derrotar. Termina com a alegria de um e a tristeza de outro. O frescobol [mediação de conflitos] se parece com o tênis. Só que, para o jogo ser bom, nenhum dos dois pode perder. Se a bola veio meio torta, não é de propósito e se faz esforço para devolvê-la bem. Não há adversário porque não há ninguém a vencer. Ou os dois ganham ou ninguém ganha (Rubem Alves).

Teoria e prática foram reunidas e trabalhadas de maneira a ensejar sentido à primeira e compreensão à segunda. A mediação de conflitos familiares é o método de resolver disputas que, respeitando as diferenças, leva em consideração a autonomia de vontades do envolvidos, sua autodeterminação. Considera a capacidade destes em alcançar uma percepção do outro menos como um inimigo a aniquilar, a derrubar, e mais

como um parceiro com quem se divide questões-problemas a serem gerenciadas e resolvidas. Da lógica destrutiva, adversarial, binária, para a lógica cooperativa, conjunta, ternária. Do jogo de tênis ao de frescobol.

Para alcançar essa lógica – erigida com base no (re) encontro – a medição de conflitos, em seu sentido específico, pressupõe uma atuação basicamente facilitadora por parte do interventor mediador. Caso esse facilitador desborde dessa função, atuando mais avaliativa e sugestivamente, ele estará se aproximando de outras maneiras de gerenciamento ou resolução de conflitos. Talvez não melhores, nem piores, mas, certamente, outras.

Contudo, quando o desejado é auxiliar a que as próprias partes cheguem a entendimentos consentâneos com suas regras pessoais e ou familiares (as famílias têm suas próprias normas e o mediador precisa respeitá-las), o interventor tem como função precípua facilitar, abrir o canal de comunicação. Como visto, o mediador não é um magistrado que julga, ou um advogado que defende, ou ainda, um terapeuta que busca a cura – apesar de mais próximo deste.

A busca desse facilitador é em conseguir diálogos constantes entre as percepções e entendimentos dos envolvidos, de maneira a auxiliá-los a que se escutem reciprocamente, sem reagir defensivamente. Que, mediante colaboração recíproca, considerem os pontos de vista alheios e identifiquem possibilidades criativas para o conflito. Que alcancem resultados os quais efetivamente almejam e que se encaixam em suas possibilidades (não necessariamente prescritas em leis ou em jurisprudência).

O mediador pode auxiliar a que os envolvidos passem do desentendimento ao diálogo, de pontos fechados a conversações abertas e fincadas na responsabilização relacional. Relações pautadas no medo e em subordinações podem sair da estagnação, mudar, não por meio de submissão ou imposições, mas do diálogo. Essa é a proposta da mediação de conflitos.

Para conseguir intervir em contextos repletos de afetos, o mediador necessita apresentar uma postura própria e desenvolver um conjunto de conhecimentos e habilidades. Nessa pesquisa, evidenciou-se que a **postura** apontada é, primeiramente, a de um profissional independente, capaz de equidistar-se e atuar colaborativamente para auxiliar os envolvidos a vislumbrarem soluções eqüitativas. Também foi referida a importância do contato empático, capaz de estabelecer *rapport*.

Entre as **habilidades** destacadas, radicam aquelas que ensinam a que os envolvidos compreendem a situação menos como disputantes, contendores, competidores, e mais relacionalmente, como parceiros. São habilidades albergadas nas competências denominadas nesta pesquisa de escutar ativamente e promover o reconhecimento recíproco, também chamadas de habilidades interventivas comunicacionais.

Em relação aos **conhecimentos** percebidos como mais necessários ao mediador familiar são o de enquadrar o processo de mediação, e, subseqüentemente, os que tratam da família, da separação conjugal e das funções de parentalidade (aperfeiçoar conhecimentos sobre vínculos familiares). Num segundo plano, de forma menos importante, emergiram os conhecimentos jurídicos relacionados ao rompimento do vínculo conjugal, nominados, neste trabalho, de demonstrar conhecer aspectos jurídicos em mediação familiar.

Ademais, é possível trasladar a quase integralidade dessas competências para qualquer tipo de mediação de conflitos. Apenas aquelas reativas aos vínculos familiares (VIN) e ao conhecimento jurídico em mediação familiar (JUR) é que devem ser ajustadas ao tipo de conflito. Por exemplo: quando o embate for trabalhista, os conhecimentos psicológicos necessários são notadamente da esfera relacional organizacional, bem como os conhecimentos legais, da esfera jurídico-laboral. Já os demais conhecimentos apontados (EQ), bem como as habilidades (EA e REC) e atitudes (AC, RAP, EM,, EQUI) referidas, são fundamentais para qualquer mediador.

Finalmente, este trabalho caracterizou e estruturou um conjunto de competências profissionais do mediador de conflitos capaz de responder necessidades sociais e científicas relacionadas ao tema. Não se limitou a um estudo teórico, mas validou essas qualidades por meio de processos empíricos, considerando o conhecimento declarado acerca do ofício. Nesse sentido, poderá auxiliar na capacitação de profissionais para essa nova prática de facilitar diálogos em situações de conflituosidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCHIERI, J. C.; CRUZ, R. M. *Avaliação Psicológica: conceitos, métodos, medidas e instrumentos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ÁVILA, E. M. *Mediação familiar*. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, 2002.

ÁVILA, E. M. *Le transfert de pratiques de médiation familiale: une étude Québec-Brésil*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade de Montréal, Canadá, 1999.

ÁVILA, E. M. *Juizados Especiais: a Nova Mediação Paraprocessual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BACELLAR, R. P. Palestra acerca da mediação de conflitos, no *IIº Congresso Catarinense de Direito Processual Civil, Penal e Juizados Especiais*, Joinville, Santa Catarina, 14 a 16 de junho de 2001.

BARBOSA, A. A. Mediação familiar: instrumento para a reforma do judiciário. In Pereira, R. D. *Afeto, ética e familiar e o novo Código Civil*. Belo Horizonte: DelRey, 2004.

BIRKHOFF, J.; WARFIELD, W. O desenvolvimento da pedagogia e da prática. In Schnitman, D. F.; Littlejohn, S. *Novos Paradigmas em mediação*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BREITMAN, S.; Porto, A. C. *Mediação familiar: uma intervenção em busca da paz*. Porto Alegre: Criação Humana, 2001.

BUSH B.; FOLGER J. P. *La promesa de mediación*. Buenos Aires: Granica, 1996.

FALCONE, E. M. de O. Empatia: Conceito, Evolução e Impacto Social. *Anais da 4ª Mostra de Terapia Cognitivo-Comportamental*, UERJ, Recuperado em dez./2006, de http://www.atc-rio.org.br/docs/ANAIS_4a_MOSTRA.doc, 2006.

FAUSTINO, R. *Apostila do Curso de mediação e arbitragem do CCRC*. Florianópolis: Centro Catarinense de Resolução de Conflitos, 2002.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Aurélio - Século XXI* [versão eletrônica]. São Paulo: Nova Fronteira, 2001.

FIORINI, H. *Teorias e técnicas de psicoterapias*. São Paulo: Summus, 1999.

FOLGER, J. P.; BUSH, R. A. B. Mediação transformativa e intervenção de terceiros: as marcas registradas de um profissional transformador. In: SCHNITMAN, D. F.; LITTLEJONH, S. *Novos Paradigmas em mediação*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FONKERT, R. Mediação familiar: recurso alternativo à terapia familiar na resolução de conflitos em famílias com adolescentes. In: SCHNITMAN, D. F.; LITTLEJONH, S. *Novos paradigmas em mediação*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

HIGHTON, E. I.; ÁLVAREZ, G. S. A mediação no cenário jurídico: seus limites – a tentação de exercer o poder e o poder do mediador segundo sua profissão de origem. In: SCHNITMAN, D.; LITTLEJONH. *Novos Paradigmas em mediação*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

HOFFMANN, M. H.; MÜLLER, F. G.; CRUZ, R. M. Mediação de conflitos familiares: problemas contemporâneos à Psicologia e ao Direito. *Revista de Direito do CESUSC*, n. 3, jul./dez., p. 105-113, 2007.

HAYNES, J. M.; MARODIN, M. *Fundamentos da mediação familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

KOVACH, K.; LOVE, L. Mapeando a Mediação: Os Riscos do Gráfico de Riskin. In: AZEVEDO, A. G. (Org.). *Estudos em arbitragem, mediação e negociação*. Brasília: Grupos de Pesquisa, 2004.

MELLO, G. T. de. O perfil do mediador no processo de mediação familiar no Fórum da Comarca de São José/SC. *Trabalho de Conclusão de Curso* (Graduação em Psicologia) – Universidade do Vale do Itajaí: Centro de Educação Biguaçu, 2004.

MOORE, C. W. *O processo de mediação*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MÜLLER, F. G. Insuficiência da justiça estatal, mediação e conflito. In: CRUZ, R. M.; MACIEL, S. K.; RAMIREZ, H. D. (Orgs). *O trabalho do psicólogo no campo jurídico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

MÜLLER, F. G; CRUZ, R. M. *Competências profissionais do mediador de conflitos familiares*. Dissertação. (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2007.

PASQUALI, L. (Org.). *Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração*. Brasília: LabPam, 1999.

PASQUALI, L. *Psicometria: Teoria dos testes na psicologia e na educação*. Petrópolis: Vozes, 2004.

QUEROZ, N. C.; NÉRI, A. L. Bem-estar psicológico e inteligência emocional entre homens e mulheres na meia-idade e na velhice. *Psicologia Reflexão e Crítica* [versão eletrônica], v. 18, n. 2. Porto Alegre, 2005.

RODRIGUES, J. Prefácio. In: WARAT, L. A. *Em nome do acordo: a mediação no direito*. Buenos Aires: Almed. 2. ed, 1999.

ROGERS, C. *Em Busca da Vida*. São Paulo: Summus, 1983.

SALES, L. M. de M. *Justiça e mediação de conflitos*. Belo Horizonte: Delrey, 2004.

SIQUEIRA, M. M. M., BARBOSA, N. C.; ALVES, M. T. Construção e validação fatorial de uma medida de inteligência emocional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* [versão eletrônica], n. 15, p. 143-152, 1999.

SUARES, M. *Mediación, conducción de disputas, comunicación y técnicas*. Buenos Aires: Paidós, 1996.

VEZZULLA, J. C. *A mediação de conflitos com adolescentes autores de ato infracional*. Florianópolis: Hábitus, 2006.

MEDIAÇÃO DO DIVÓRCIO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA A PRÁTICA SISTÊMICA

Liara Lopes Krüger

Historicamente, é possível afirmar que a atividade de mediar conflitos não é uma idéia nova, pois na Antigüidade já era o principal recurso para resolver desacordos. Culturas judaicas, cristãs, islâmicas, hinduístas, budistas e confucionistas são apontadas na literatura como possuindo efetiva tradição na prática da mediação para resolver diferenças civis e religiosas (MOORE, 1998).

Somente no início do século XX a mediação foi institucionalizada como uma prática ocupacional, em que os mediadores passam a se especializar por meio de treinamentos específicos. A prática da mediação cresceu exponencialmente nos últimos trinta anos, sendo esse crescimento atribuído ao reconhecimento mais amplo dos direitos humanos, à expansão das aspirações pela participação das pessoas em todos os níveis sociais e políticos, e em especial a uma maior tolerância na convivência com as diversidades. Essas questões geram, ainda, uma crescente insatisfação com processos autoritários de tomada de decisões, acordos impostos em nome de verdades que não se relacionam adequadamente aos interesses genuínos das pessoas envolvidas nos conflitos (KRÜGER, 2003).

A mediação do divórcio, tema deste ensaio, transita na fronteira de diferentes disciplinas com o campo jurídico, condição que insere esta prática no conjunto de abordagens que surgiram com as mudanças que se estabeleceram a partir da segunda metade do século XX, período histórico que se tem nomeado de pós-modernidade ou contemporaneidade.

Grandes mudanças na qualidade da vida urbana ocorrem a partir de então e são vivenciadas de forma mais radical na arquitetura, na circulação de informações, nas relações sociais e de trabalho, todas permeadas por uma percepção de tempo e espaço que transforma as noções de continuidade. Tudo isso nos leva a reconhecer que a existência de um novo tempo, onde “as crenças no progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional de ordens sociais, na padronização do conhecimento e da produção” são problematizadas pela “heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural” (HARVEY, 2003, p. 19).

Neste ambiente que permite a coexistência de diferentes teorias e de práticas diversas não é concebível a utilização dos instrumentos de resolução de conflitos de enfoque autoritário e contencioso. Esse contexto da cultura contemporânea, que favorece a formação de novas práticas sociais e de diferentes perspectivas sobre a natureza do conhecimento científico, cria os meios adequados ao desenvolvimento de metodologias inovadoras de resolução de conflitos e justifica o intenso crescimento da Mediação, a partir de década de 1970, e a diversidade de âmbitos em que se aplica (KRÜGER, 2003).

Desde então, profissionais das ciências humanas e sociais têm atuado como mediadores de conflitos no âmbito dos problemas familiares, inserindo possibilidades de encaminhamento não adversarial para a crise que se instaura com a ruptura do vínculo conjugal. O desenvolvimento e aceitação das práticas de mediação do divórcio cresceram muito nas últimas décadas, dando espaço para a produção de diversos trabalhos que apresentam a mediação sob diferentes pontos de vistas e diversos aportes teóricos, de acordo com a formação de origem de cada estudioso. A partir da perspectiva de cada profissão, a mediação familiar assume características diferentes e o processo de trabalho do mediador passa a se construir a partir de diferentes abordagens teórico-práticas.

A mediação do divórcio, de uma maneira geral, tem avançado como um modelo de encaminhamento de resolução de

conflitos judiciais, mais breve e com menor custo emocional para as famílias, no qual o mediador se coloca no papel de facilitador de um ambiente propício a construção de um entendimento viável, que atenda a necessidade fundamental de cada pessoa envolvida. Neste contexto, é consenso, nos diferentes modelos de intervenção em mediação, a necessidade de uma postura de acolhimento às diferenças, de facilitação da comunicação e da utilização de recursos que propiciem uma diversidade de soluções.

O processo de trabalho de Mediação do Divórcio, praticado por esta autora foi desenvolvido ao longo dos anos da prática iniciada em 1997, com enfoque na construção de uma proposta de intervenção na crise familiar que se pudesse inserir no contexto judiciário de uma forma inovadora. As características do Projeto Mediação, de hoje, não reconhecem mais aquelas do início deste trabalho, pois na relação com os participantes a concepção inicial foi sendo transformada, ampliando o espaço em direção ao diálogo transformador³⁰.

UM OLHAR SOBRE A CRISE DA RUPTURA DO VÍNCULO CONJUGAL

O trabalho no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, com Mediação do Divórcio, tem proporcionado a convivência com a realidade de muitos casais que buscam a concretização da ruptura da relação conjugal através das ações de separação e divórcio. As diferentes modalidades de separação destes casais revelam em si uma história que se inicia com a escolha do parceiro, perpetua-se durante a vida em comum e persiste nos temas que envolvem a separação.

Para desenvolver este trabalho é preciso entender que o vínculo conjugal não é regulado apenas por regras fixas, estabelecidas pela cultura, pela moral, pela sociedade ou pela lei jurídica, mas se constrói também na relação que se estabelece

entre os parceiros, dando origem a um modelo, que se traduz em normas válidas para aquele par. Toda relação possui um contrato não escrito, sob o qual são estabelecidas as normas que irão conduzir esta união, e que trazem em si aspectos de reciprocidade e complementaridade das necessidades, dos desejos, anseios e medos que fazem parte da vida a dois.

A escolha do cônjuge expressa um jogo extremamente sutil e sofisticado, em que a atenção induzida para a percepção de elementos específicos de interesse é acompanhada por uma desatenção igualmente seletiva de todos os elementos do caráter e do relacionamento que poderiam tornar a relação problemática. A tentativa constante de aproximar-se desses conteúdos ideais, e o desgosto de afastar-se deles estão intrinsecamente ligados à história pessoal e familiar de cada um (ANGELO, 1995).

Os parceiros comprometem-se numa história comum, em que cada um é afetado pelo comportamento do outro; o casamento, então, não diz respeito apenas aos vínculos entre duas pessoas, mas também a todos os sistemas interpessoais que se estabelecem a partir deste encontro e que constituem a rede relacional com a qual essas pessoas estarão interagindo daí para frente. Pode-se dizer, então, que o casamento transforma a realidade dos parceiros.

Na verdade, porém, dois parceiros nunca correspondem nem satisfazem completamente um ao outro, mas o que se espera é que as expectativas pessoais possam ser compatíveis entre si. Muitas das potencialidades evolutivas não podem ser realizadas numa relação a dois, e cada um evolui de acordo com o que é tolerado pelo outro, o que pressupõe a capacidade de negociar entre si, estabelecendo compromissos e encontrando alternativas viáveis que tragam satisfação a ambos. Quando duas pessoas passam a viver juntas, é preciso que cada qual inicie um processo de mudanças internas, sendo esta a condição para que possam conquistar a satisfação no relacionamento a dois.

Um casamento gera satisfação quando convivem harmoniosamente as individualidades e a conjugalidade, ou seja, quando cada parceiro percebe suas necessidades intrínsecas atendidas e o mundo do casal pode permitir estas diferenças e fortalecer-se com o crescimento individual dos cônjuges. Contudo, quando já não é mais possível compartilhar os desejos e expectativas de um em relação ao outro, instaura-se a crise, que por vezes leva ao divórcio.

O período de ruptura do vínculo conjugal inaugura um tempo de sentimentos de desilusão, insatisfação, alienação, ansiedade e descrença. O casal passa a perceber que o casamento está gravemente abalado, surgem sentimentos de desespero, medo, vazio, raiva, auto-estima baixa e perda. A ambivalência é intensa entre negar e tentar recuperar o relacionamento. O momento da revelação é de sofrimento e desequilíbrio na família (KASLOW, 1996).

Os pais ficam de tal forma envolvidos no seu próprio sofrimento, que muitas vezes não conseguem objetivar as necessidades de seus filhos, envolvendo-os no conflito conjugal e descuidando das funções parentais. Sentem-se fracassados no seu projeto de vida marital e impossibilitados de atender adequadamente os filhos, imobilizam-se na dor, tornando-se incapazes de acessar os recursos necessários para a superação da crise. Neste contexto, nenhum dos parceiros quer assumir a responsabilidade pelo “fracasso”; um culpa o outro, e muito raramente culpa a si mesmo pelo insucesso em preservar a integridade do casamento que um dia os dois juraram manter.

Os casais recorrem, então, ao judiciário em busca de um terceiro que os auxilie a resolver os seus conflitos, uma vez que, mesmo eivado de animosidade e ressentimento, o processo judicial desponta como o último canal de conversação. Na interface entre o psicossocial e jurídico, ou seja, entre a objetividade das leis e a subjetividade dos relacionamentos íntimos, coloca-se o tema da ruptura do vínculo conjugal, constituindo-se num objeto de estudo e intervenção interdisciplinar.

O término da convivência e a ruptura do vínculo conjugal são disciplinados, na classificação geral do direito, pelo direito de família. São constitutivos do Direito de Família. Considerado, ainda que de forma controversa, ramo do Direito Privado (GOMES, 1999), o Direito de Família regula e assegura direitos individuais, pois a vida familiar funda-se na autonomia, onde a intervenção dos órgãos públicos tem caráter excepcional: restringindo poderes e atribuindo direitos nas relações domésticas; fazendo-se árbitro através do juiz dos conflitos entre os membros da família.

Os conflitos familiares apresentam-se aos juízos de família em termos de uma violação dos regramentos relativos ao casamento, união estável, filiação (e outros) que constituem sistema de direito e deveres definindo os papéis dos integrantes da família. Trata-se, em última análise, de um rompimento daquilo que foi idealizado para ser perfeito, dentro de uma ótica eminentemente individual: as pessoas recorrem ao judiciário na busca da formalização de situações que materializam a ruptura do relacionamento já acontecido, e na maioria das vezes ainda não realizado, no plano psicológico.

Os Tribunais de Família acolhem estas pessoas que apresentam ao judiciário suas mágoas e desejos reprimidos ou exacerbados. Por trás dos conflitos manifestos ou latentes existe outro conflito, que já se acha patente desde o momento da escolha do parceiro. É no início da relação que começa a se delinear o modelo de casamento e seus conflitos inerentes, que se não superados, podem resultar em separação. Há conflitos que são evidentes e mostram-se ostensivos nas separações judiciais; outros, camuflados nas separações consensuais, só vêm à tona no transcorrer da vida pós-separação.

O Direito de Família, através da separação, prevê a cessação da vida em comum entre os parceiros, transformando o regime jurídico dos direitos e obrigações que haviam sido estabelecidos nesta relação a partir do início da vida conjugal. A separação pressupõe um distanciamento pessoal decorrente de uma crise, na qual a continuidade da convivência se faz impossível, difícil

ou penosa, com danos para ambos os parceiros e para os filhos. Este instituto não dissolve o vínculo conjugal, mas extingue a sociedade, eliminando os deveres de coabitação, fidelidade e regime de bens instituído. Os resultados práticos são equivalentes ao do divórcio, com a exceção da possibilidade de contrair novo casamento (RIZZARDO, 1997). A dissolução do vínculo conjugal, seja qual for a forma e o tempo de sua celebração, ocorre pela morte ou declaração de falecimento dos cônjuges e pelo divórcio.

O divórcio é a dissolução do casamento mediante decisão judicial, em virtude de acordo de vontades, conversão de separação ou por sentença que reconheça causa dissolutória alegada pelo requerente (GOMES, 1999). O judiciário passa assim a constituir-se numa via preferencial de ruptura da relação amorosa entre um homem e uma mulher que tenham entre si um vínculo matrimonial ou união estável.

No ritual judiciário da separação, as noções de culpa e responsabilidade ficam mais vivas. Os deveres decorrentes do direito de família são evocados, mesmo que durante o período de convivência não tenham sido alvo de reivindicação. As histórias de cada um, transcritas nas páginas do processo judicial, apresentam situações distintas que revelam a distância existente entre os parceiros. Uma mesma experiência oferece testemunhos opostos, apontando para a incompatibilidade latente. Na verdade, não se trata de uma mesma experiência, pois cada relato corresponde a uma forma singular de interpretá-lo, subjetivando a realidade. Os parceiros, envolvidos em seu sofrimento não relatam o factual, mas o ficcional (BARROS, 1997).

As ações judiciais, nesta fase, multiplicam-se na busca do reconhecimento da verdade singular de cada um. Através delas, a auto-estima ferida consegue reforços. As demandas em torno do direito de visitas dos filhos iniciam-se a cada fim de semana: não entregou, não devolveu, estava doente, choveu... A pensão alimentícia nunca corresponde ao esperado, ou muitas vezes ultrapassa o recurso disponível; algumas não são bem

administradas e outras nunca chegam a ser pagas sob alegações muitas vezes infundadas. Nesta batalha judicial, os filhos, resultado concreto do projeto de vida em comum que se desfaz, são transformados em instrumentos de retaliações mútuas, a serviço das mágoas e ressentimentos advindos da ruptura do sistema conjugal.

Os profissionais que trabalham com o divórcio têm demonstrado insatisfação com a forma como o judiciário vem abordando as questões de família, e ainda, preocupação crescente com os efeitos psicossociais da separação nos pais e filhos, configurando a necessidade de desenvolver de maneira integrada os campos psicossocial e jurídico para responder de forma eficaz às crescentes demandas nessa área. Neste contexto, se coloca o trabalho de Mediação do Divórcio.

UM OLHAR SOBRE A TEORIA SISTÊMICA DE FAMÍLIA

Neste texto, que tem como proposta abordar o tema da Mediação do Divórcio, evidencia-se, através de idéias fundamentais, a intencionalidade que rege esta intervenção. Destaca-se nesta seção o aporte teórico, cuja escolha repousa na terapia sistêmica de família por sua significação na transformação pessoal e social. A terapia sistêmica que foi referida é àquela que carrega uma mudança profunda no pensamento, percepção e valores que constituem uma visão de mundo expressa nos novos paradigmas da contemporaneidade: complexidade, intersubjetividade e instabilidade (SCHNITMAN, 1999).

Com referência aos primórdios da terapia familiar, pode-se considerar que uma das suas maiores contribuições foi enfatizar os problemas como sistêmicos, com ênfase nos contextos e na postulação de uma causalidade circular para os fenômenos, ampliando assim a compreensão da pessoa humana para além do psicológico (GRANDESSO, 2000). Ao considerar a pessoa inserida no sistema familiar, os problemas

apresentados pelos indivíduos anteriormente examinados separadamente de sua rede de relacionamentos, passou a ser considerado como um aspecto da maneira como haviam se desenvolvido suas relações sociais (ELKAIM, 1998).

A mudança paradigmática imprimida pelo pensamento sistêmico-cibernético introduziu o enfoque no presente, enfatizando a importância do contexto para a compreensão dos problemas humanos, considerando o indivíduo como um ser em interação com os outros. Para trabalhar nesta perspectiva, os teóricos deste campo precisavam buscar conhecimentos que permitissem compreender a família como totalidade, como organização. Encontraram na teoria geral dos sistemas de Ludwig Von Bertalanffy (1973) e na Teoria Cibernética desenvolvida por Weiner (ELKAIM, 1998; ESTEVES DE VASCONCELOS, 2002) suporte para o desenvolvimento de suas idéias. A teoria geral do sistema estabelece que a família pode ser vista como um sistema, focalizando a ordem e a organização das partes e os processos de interação, busca afastar-se de uma visão de mundo estática, para uma visão de mundo dinâmica, fundada na interação.

A Teoria Cibernética contribuiu sobremaneira para a compreensão do controle da comunicação na família. Seu principal objeto de estudo foi o conceito de *feedback* (retroalimentação ou retroação), desenvolvido com base num dos fatores da atividade humana voluntária, refere-se ao processo que permite o controle da máquina: “à medida que o sistema vai funcionando, vai também sendo informado dos resultados ou efeitos produzidos por seu funcionamento. Uma parte do resultado (*output*) é enviada, como informação (*input*), para a entrada do sistema, constituindo o que se chama de alça de retroação ou ciclo de retroação” (ESTEVES DE VASCONCELOS, 2002, p. 219).

Especialmente com base nestas duas teorias, a teoria sistêmica de família, através de seus fundadores, foi desenvolvendo estudos no sentido de produzir conhecimentos que auxiliassem o trabalho com enfoque nas inter-relações familiares. A

aplicação destes conhecimentos na abordagem de família deve-se especialmente a Gregory Bateson, que partindo do campo da pesquisa, desenvolveu coerência para aplicação destas teorias à prática.

Assim, aconteceu que no final dos anos 60, em vez de se focar os sintomas para definir os tipos familiares (família alcoólica, família esquizofrênica), começou-se a considerar que a estrutura e organização familiar podiam desencadear determinados tipos de problemas. O entusiasmo em ver a família como uma unidade foi seguida por uma cisão entre as escolas, cada uma buscando diferenciar os seus pressupostos teóricos a partir de enfoques diferentes. Inicialmente podemos distinguir dois grandes grupos, um filiado às noções de Gregory Bateson que via as famílias como sistemas condutores de idéias, e outro a Nathan Arckman que via as famílias como agrupamentos de indivíduos lutando para equilibrar sentimentos, irracionalidades e desejos. As diversidades construídas nas décadas de 60 e 70 levaram as novas práticas clínicas de terapia familiar a assumirem uma variedade de nomes: sistêmica, estratégica, estrutural, boweniana, experimental, havendo uma solidariedade entre elas com o objetivo de definir o campo, ficando unidas em sua adoção ao pensamento sistêmico, não obstante terem diferido em suas técnicas terapêuticas. A partir do momento em que a terapia familiar se firmou e se expandiu, começou a abranger diferentes populações de pacientes, com intervenções específicas (NICHOLS; SCHWARTZ, 1998).

Salvador Minuchin, Braulio Montalvo e outros iniciaram um projeto de investigação para estudar as famílias de adolescentes delinquentes, classificando-as em duas categorias: separadas e emaranhadas. Nas primeiras, havia uma ausência de conexões significativas, e os elos de relação entre os membros eram débeis ou inexistentes. Ao contrário, a emaranhada, apresentava um sistema ativado pelo outro, com grande ressonância entre as partes, numa íntima relação entre seus membros. Ashby em “Design for a Brain” (HOFFMAN, 1987)

enfoca os processos de equilíbrio nos sistemas familiares. Suas conclusões referem que uma família não está em suas condições mais eficientes quando suas partes estão demasiadamente conectadas e que uma família funcional é aquela que apresenta diferenciação no *status* entre cada geração, entre diferentes idades, com claras fronteiras. Helm Stierlin (HOFFMAN, 1987) utilizou as classificações “centrífuga e centrípeta” para descrever os princípios organizadores das famílias com adolescentes, que seriam equivalentes aos termos utilizados por Minuchin para famílias “separadas e emaranhadas”. Bowen (1991), que desenvolveu uma das teorias de família considerada mais cuidadosamente elaborada e influente, trabalha também com o que chama de duas forças de vida que se contrabalançam: aquelas que ligam as personalidades na união familiar e aquelas que lutam para se libertar rumo à individualidade.

A complexidade que envolve o fenômeno humano tem levado a uma fragmentação dos objetos de estudos nesta área, correspondendo a distintos sistemas de idéias. A subjetividade humana, enquanto processo constituído ao longo de uma história, com dimensões biológicas, individuais, sociais, culturais, encontra-se dividida entre muitas perspectivas de estudo, que abordam de forma fragmentada as questões relativas à constituição do sujeito.

Elkaim (1998) reconhece o paradoxo no qual a teoria de família estava mergulhada, e o entendimento de que a proposta de Prigogine (1996) ofereceu novas possibilidades para os sistemas familiares, através dos seus trabalhos sobre auto-organização, caos e irreversibilidade temporal, cujo conceito fundamental é o de retroalimentação evolutiva, que significa que um movimento de flutuação de um sistema, em um dado momento, pode gerar uma base para uma reestruturação distinta em outro momento, ou seja, os sistemas vivos têm a capacidade de mudar, tornando-se mais complexamente organizados por meio de pequenas flutuações, habitualmente aleatórias. A partir de então, a nova geração de teóricos da

terapia de família buscou firmar a mudança de um paradigma homeostático para um paradigma evolutivo dentro de uma epistemologia circular.

Este momento do desenvolvimento das teorias sistêmicas de família pode ser considerado como o marco teórico que impulsionou um afastamento da influência simplificadora presente em sua origem (noção de controle, de conhecimento objetivo, de um sistema ordenado em padrões), passando a conceber o imprevisto, o acaso, o surgimento do novo, a possibilidade da interação dialógica entre sujeito e objeto (SCHNITMAN, 1999).

Esteves de Vasconcelos (2002) considera que, a visão de mundo, que contempla as três dimensões designadas por ela de ciência contemporânea, constituem o “pensamento sistêmico” e incluem as práticas sistêmicas fundamentadas nos pressupostos da complexidade, instabilidade e intersubjetividade.

O pressuposto da complexidade refere-se a ampliar o foco da observação através da contextualização, o que nos leva a ver os sistemas mais amplos. Contextualizar, segundo Esteves de Vasconcelos (2002), “significa reintegrar o objeto no contexto, ou seja, vê-lo existindo no contexto” (p. 112). Dessa forma, ao focarmos as relações, os elementos não vão desaparecer e vão continuar mantendo sua importância. Contextualizar significa ampliar o foco de visão de forma a não permitir a redução ou mesmo a disjunção, mas com base na distinção e conjunção, as quais permitem a coexistências das singularidades. Segundo Morin (1996), o pensamento complexo tem como característica fundamental a dialógica, ou seja, unir conceitos que tradicionalmente se opõem, de duas noções heterogêneas que se rechaçam mutuamente, que não podem ser sintetizadas, mas podem coexistir na diferença.

A instabilidade nos diz respeito à visão de um mundo em processo, formado por constante auto-organização, associada às idéias de Prigogine de sistemas que funcionam longe do equilíbrio. Estes sistemas ao afastarem-se dos pontos de

equilíbrio geram flutuações, perturbando o seu funcionamento e viabilizando novas formas inesperadas, ou seja, o sistema escolhe um caminho (bifurcações) entre múltiplas soluções possíveis ao passar por uma crise (flutuação). Esta escolha é influenciada pela história das bifurcações anteriores (PRIGOGINE, 1996), ou seja, leva em consideração o contexto no qual foi concebida. O pressuposto da instabilidade nos coloca a impossibilidade de prever os desfechos, pois de forma autônoma e criativa o sistema gera soluções imprevisíveis e incontroláveis.

Por fim, o pressuposto da intersubjetividade remete a impossibilidade de conhecimento objetivo do mundo. Contrapõe-se ao pressuposto da ciência tradicional sobre o conhecimento do mundo “tal como ele é na realidade” e o estabelecimento da objetividade como critério de cientificidade (GERGEN; McNAMEE, 1998). Na perspectiva moderna, o cientista deveria afastar-se do seu objeto de estudo, colocando-se numa posição privilegiada, de onde poderia discriminar o que é objetivo do que é ilusório, ou ligado a subjetividade, ou opinião, pressupondo desta forma a eliminação do observador. A dificuldade de atender a este critério era considerado próprio das ciências humanas, porém, a partir de “princípio da incerteza” de Heinsenberg, a própria física admite a impossibilidade de conhecimento objetivo do mundo físico, concluindo que o problema do observador não se restringia às ciências humanas (ESTEVES DE VASCONCELOS, 2002; HOFFMAN, 1998). Sobre a questão do observador não se pode deixar de referir a importante contribuição de Maturana (2002), em especial na definição dos seres vivos como possuidores de uma organização autopoietica, o que nos remete a capacidade de criar a si mesmo. Este conceito é aplicado à organização de sistemas vivos que criam componentes necessários para manterem sua própria organização.

A característica de criar a si mesmo, do ponto de vista estrutural, com relação à informação, dá ao sujeito autonomia. Quando se interage com o ambiente, é a estrutura singular do

sujeito que vai configurar a forma de interação: o ambiente perturba o sistema, mas a resposta depende da organização e estrutura do sujeito. Além disto, é dado destaque à linguagem, constituindo o diálogo uma forma de construção do significado de suas experiências. A teoria da autopoiese propõe que os sistemas auto-organizadores selecionam dos ambientes elementos para a sua estrutura. A estrutura refere-se à maneira como os componentes do sistema interagem sem que mude sua organização. A organização identifica o sistema, diz como ele é, atribui identidade (MATURANA, 2002). Estendendo esta noção para o sistema familiar, entende-se que cada membro da família seleciona do contexto aqueles elementos que lhe permitem incrementar sua ordem ou gerar novos padrões, construindo como parte e ao mesmo tempo como todo, a sua singularidade.

Estas idéias trouxeram consistência ao pensamento cibernético, em especial no que se refere à questão do observador. Esta nova cibernética, (ou cibernética de segunda ordem) na qual as estruturas dos observadores podem restringir o tipo de observação que fazemos, influenciou na crença da impossibilidade de separar o observador do sistema observado. Então, a partir da Cibernética de Segunda Ordem, configuraram-se condições para caracterizar a família a partir da idéia de Von Foerster de sistema observante (HOFFMAN, 1990) – o qual se fundamenta na noção de auto-referência de todo conhecimento e da impossibilidade de ter acesso a uma realidade objetiva – e, portanto, um sistema singular cujo desenvolvimento decorre das possibilidades e limitações de seus participantes. Nesse sentido, dentro desta nova concepção, as famílias deixam de ser determinadas por sua estrutura ou papel social e passam a ser identificadas a partir de sua dinâmica relacional organizada em torno de significados compartilhados, colocando ênfase na linguagem.

Assim, não se pode falar em estruturas disfuncionais, na medida em que o conceito de problema passa a ter uma definição lingüística no campo dos significados, permitindo a

polifonia de vozes, coerentemente com os pressupostos do pensamento sistêmico, constituindo um contexto de recursos para novas conexões entre as pessoas, idéias e relacionamentos, validando a conjunção de diferentes singularidades expressas pelas múltiplas vozes. (GRANDESSO, 2000).

Este caminho percorrido pelas teorias de família até a configuração do pensamento sistêmico, fundamentado nos pressupostos dos novos paradigmas, estrutura a noção de sujeito a partir de sua capacidade de criar a si mesmo na interação com o seu ambiente. Neste sentido, a compreensão do significado distancia-se dos contextos ditos objetivos e das subjetividades individuais para inserir-nos nos espaços comuns de pessoas em relação.

Ao olhar as idéias que fundamentam a terapia sistêmica de família, aqui delineadas, cabem algumas considerações:

- ao despertar questionamentos em torno da compreensão dos sistemas familiares, o pensamento sistêmico expõe seu valor de transformação social. Esta transformação deve passar pela recuperação da espontaneidade, da criatividade perdida diante da crise (aqui da crise desencadeada pela ruptura do vínculo conjugal), pressupondo uma relação não diretiva entre o mediador e os participantes da Mediação;
- a percepção das diferenças como valor criativo, inserida na família e em seu contexto social, auxilia a cada um assumir a sua parcela de responsabilidade, bem como a permitir ao mediador afastar-se do papel de especialista, assumindo definitivamente o papel de instrumento para o estabelecimento do diálogo;
- aceitar a realidade multifacetada, em que o observador ao olhar o mundo com outras lentes, tem a possibilidade de ampliar criativamente o narrado, abrindo novas possibilidades de se relacionar com o acontecido,

significa apoiar novas alternativas de resolução para velhos conflitos.

UM OLHAR SOBRE A CONSTRUÇÃO DO DIÁLOGO TRANSFORMADOR

Os conflitos materializam-se nas conversações através da linguagem, logo, o diálogo pode ser a melhor opção para abordar as realidades conflitantes (GERGEN,1999). Uma conversa entre duas pessoas ou mais pode estar dominada por críticas mútuas, ameaças e exigências litigiosas, expressando e exacerbando o conflito. O diálogo, como instrumento da mediação, se caracteriza por uma ação que constrói realidades comuns e solidificadoras, diminuindo a distância entre os participantes. Desta forma, o diálogo surge como gerador de ações que sustentam os relacionamentos, cujo foco não está nem no interior do indivíduo, nem na família, mas na pessoa em relação.

Martin Buber é um dos grandes pensadores da nossa época; sua filosofia constitui um marco na ruptura da noção individualista, presente na primeira metade do século XX, contribuindo para o entendimento do diálogo na transformação da realidade. Buber (2001) acredita no poder das idéias como guia de ação e como instrumento para a compreensão e transformação da realidade. Na filosofia buberiana, o intersubjetivo constitui uma esfera em que o sujeito se defronta com o outro e, neste encontro, se estabelece uma realidade na qual os dois sujeitos convivem.

O ser humano cria o mundo ao nomeá-lo, tomando posse dele através da linguagem. É na linguagem que o sujeito afirma a sua existência, a do outro e a do mundo. Considerando-se, como Buber, que a linguagem é portadora do ser, pode se entender o sujeito como essencialmente diálogo, ou seja, a pessoa é um ser em sua totalidade, que está aberto pelo diálogo

a sua realidade, a sua história e ao outro. O que Buber (2001) chama de diálogo não é apenas o relacionamento das pessoas entre si, mas é o seu comportamento, a sua atitude uma para com a outra, cujo elemento mais importante é a reciprocidade. Ao abrir-se para o mundo no diálogo, o ser humano se liga entre si e se reúne sob a égide dos laços mútuos, na qualidade de pessoas, ao mesmo tempo, dependentes e independentes entre si. Este tipo de ligação constitui, para Buber, o mundo social como criação essencialmente humana, cujos entes sociais, por excelência, são a família e a comunidade (BUBER, 2001).

A Mediação com enfoque sistêmico compartilha com Buber a preocupação com o domínio ético das relações entre as pessoas. A ênfase nos diálogos, na colaboração e na co-criação da relação do mediador com a família estão associados à linguagem de Buber. Assim, também, a ênfase na reconciliação das pessoas com os outros, em oposição à ruptura, e o uso da criatividade como instância do trabalho remetem aos conceitos de Buber.

Para o estabelecimento do diálogo, Gergen (1999) sugere quatro pressupostos: superar a culpa através do reconhecimento da responsabilidade, buscar um ambiente que permita a auto-expressão, a conversação coordenada e a auto-reflexão. Ao culpar alguém, a pessoa que atribui a culpa coloca-se numa posição de totalmente íntegra e o outro como fonte de todos os erros: um digno de elogio e o outro digno de desdém. No entanto, se o foco é a relação que se estabelece e que constrói o vivido, cada um é responsável pelo acontecido, ou seja, todos os envolvidos criam a ação em questão. Para se engajar neste processo é preciso poder superar a lógica que leva aos pressupostos da verdade única, de perder ou ganhar, de certo ou errado, do discurso que coloca as pessoas como fontes originárias e únicas de suas ações.

Enfrentada a questão da culpa, em prol da responsabilidade mútua, é necessário investir na construção de um ambiente que propicie a auto-expressão. A opinião de cada pessoa, eivada de sentimentos, precisa ser ouvida, porque se o que sinto e

penso não é dito, não há diálogo. A forma de revelar estes pensamentos é também particularmente importante. Os participantes devem ser incentivados a contar a sua história na primeira pessoa (Eu), uma vez que, alguém que está contando a sua própria experiência não pode ser confrontado pelo outro, pois aquela narrativa se refere à percepção intrínseca do sujeito único e insubstituível. Com estas características, o contexto construído vai gerando um ambiente propício a necessária afirmação do outro. Afirmar, segundo Gergen (1999), significa encontrar algo dentro da expressão do outro que se pode aceitar e apoiar, ou seja, validar a subjetividade do outro, o que não significa concordar, mas sim agregar os significados aceitando as diferenças.

Ao gerar significados que podem ser compartilhados, incluindo padrões de comunicação sem atritos, desenvolve-se uma mutualidade no ritmo da conversação, pela qual os participantes se aproximam, dividindo um espaço que permitirá seguir em frente. Se as histórias do outro são ouvidas e afirmadas, a conversação torna-se cada vez mais coordenada e tem-se uma situação propícia para a outra contribuição do diálogo, a auto-reflexividade. A auto-reflexão torna-se possível porque as pessoas participam de diversas relações – na família, na comunidade, no trabalho, no lazer – e carregam em si um repertório de significados destas relações, podendo falar com muitas vozes. No caso destas vozes poderem ser identificadas e utilizadas na conversação sobre as diferenças, parte-se para uma transformação (GERGEN, 1999).

A experiência do diálogo no processo de mediação do divórcio é relatada pelos participantes como um momento de retomada da vida, anteriormente paralisada pela crise estabelecida durante a ruptura do vínculo conjugal. Estas mudanças manifestam-se, por exemplo, nos conflitos sobre o exercício da parentalidade no pós-divórcio através de ações colaborativas entre os pais para melhor atender às necessidades dos seus filhos, na criação de um contexto propício a coexistência das diferenças: pais biológicos e pais afetivos encontram espaço

para o exercício compartilhado da parentalidade, as relações homoafetivas são confirmadas em sua legitimidade.

COMENTÁRIOS FINAIS

As idéias apresentadas, neste texto, sobre teoria sistêmica de família, ruptura do vínculo conjugal e construção do diálogo transformador, constituem os pressupostos teóricos que fundamentam o Projeto Mediação e orientam os processos de trabalho dos profissionais que integram a equipe deste projeto.

Estabelecer estes princípios como fundamentais para que o ambiente propício à mudança aconteça no processo de Mediação significa propor uma alteração na relação dos participantes que implique na adoção dos pressupostos da complexidade, da instabilidade e da intersubjetividade. Trata-se de uma proposta de mudança na abordagem da crise do divórcio que busca afastar a análise simplista e objetiva das relações, que, para as famílias que recorrem ao judiciário, se expressam na produção de provas, na busca de culpados e inocentes, na determinação da punição, pressupondo que os conflitos vivenciados pelas famílias podem ser controlados pela racionalidade que se expressa nos códigos e saberes jurídicos e superado no enquadramento em modelos pré-estabelecidos.

A busca do novo foi justificada pela falência destes pressupostos na relação íntima com o sofrimento e as demandas das famílias que experimentam a crise do divórcio. A oportunidade de estabelecer uma conexão com as realidades das famílias revelou que uma mesma experiência compartilhada assume significados muitas vezes antagônicos para os seus atores e que aceitar estas diferenças constitui-se na legítima demanda das pessoas. A coexistência da diferença faz-se possível na complexidade, na circularidade, na visão sistêmica que suporta uma experiência de mundo, que admite a instabilidade, abrindo caminho para a diversidade de alternativas de soluções. Pode-se pensar, a partir daí, que é da

troca que se estabelece entre a experiência intrínseca das pessoas em relação (intersubjetividade) que surge o diálogo criativo (KRÜGER, 2003).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGELO, C. A Escolha do Parceiro. In: ANDOLFI, M.; ANGELO, C.; SACCU, C. *O casal em crise*. São Paulo: Summus Editorial, 1995, p. 47-57.
- BARROS, F. Interdisciplinariedade: Uma visita ao tribunal de Família – pelo olhar da psicanálise. In: PEREIRA, R. (Coord). *Direito de Família Contemporâneo: doutrina, jurisprudência, direito comparado e interdisciplinariedade*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997, p. 523-541.
- BERTALANFFY, L. V. *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BOWEN, M. *De la familia al individuo: la diferenciación del si mesmo em el sistema familiar*. Barcelona: Paidós, 1991.
- BUBER, M. *Eu e TU*. N. A. Von Zuben (Trad). Porto Alegre: Centauro, 2001.
- ELKAIM, M. *Panoramas das Terapias Familiares*, n. 1. São Paulo: Summus, 1998.
- ESTEVES DE VASCONCELOS, M. J. *Pensamento Sistêmico. Novo Paradigma da Ciência*. Campinas: Papirus, 2002.
- GERGEN, K.; McNAMEE, S. *Terapia como construção social*. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- GERGEN, K. Rumo a um vocabulário do diálogo transformador. In: SCHNITMAN, D. F.; LITTLEJON, S. (Orgs.). *Novos Paradigmas em Mediação*. Porto Alegre: Artmed, 1999, p. 29-45.
- GOMES, O. *Direito de Família*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- GRANDESSO, M. *Sobre a construção do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- HARVEY, D. *Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- HOFFMAN, L. *Fundamentos de la terapia familiar: um marco conceptual para el cambio de sistemas*. México: Biblioteca de Psicología y Psicoanálisis, 1987.
- KASLOW, F. *Handbook of relational diagnosis and dysfunctional family patterns*. New York: Willey & Sons, Inc., 1996.
- KRÜGER, L. L. Mediação Familiar: articulando diferenças, construindo alternativas. In: COUTO, S. (Org.). *Nova Realidade do Direito de Família*. Rio de Janeiro: Ed. Jurídica, 1998. p. 98-100.
- KRÜGER, L. L. Por que Mediação agora? A inserção de práticas de resolução de conflitos na justiça de família. In: GUARESCHI, P.; PIZZINATO, A.; KRÜGER, L.; MACEDO, M. *Psicologia em Questão: reflexões sobre a contemporaneidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 22-27.

- MATURANA, H. *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- MOORE, C. *O processo de Mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- MORIN, E. Epistemologia da Complexidade. In: SCHNITMAN, D.F. (Org). *Novos Paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artmed, 1996. p. 274-286.
- NICHOLS, M.; SCHWARTZ, R. *Terapia Familiar: conceitos e métodos*. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- PRIGOGINE, I. O fim da ciência? In: SCHNITMAN, D. F. (Org). *Novos Paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artmed, 1996. p. 25-40.
- RIZZARDO, Antônio. Separação e Divórcio. In: CUNHA, P. (Coord.). *Direito de Família Contemporâneo: doutrina, jurisprudência, direito comparado e interdisciplinaridade*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997. p. 45-52.
- SCHNITMAN, D. F. *Novos paradigmas em Mediação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- VEZZULLA, J. C. *Mediação: Guia para Usuários e Profissionais*. Florianópolis: Dominguez & Dominguez, 2001.
- WARAT, L. A. *Em nome do acordo: a mediação no direito*. Buenos Aires: Almed, 1999.

MEDIAÇÃO FAMILIAR NOS CONTEXTOS DE CONJUGALIDADE

Leandro Castro Oltramari

INTRODUÇÃO

Historicamente, os relacionamentos afetivos sexuais têm mudado sua forma e temos compreendido a conjugalidade, hoje, desde uma união contratual realizada por duas famílias até os relacionamentos em residências separadas desde que motivados por amor. Essas transformações têm influenciado o campo de atuação, por exemplo, de profissionais que atuam na área da Mediação Familiar que se propõe a resolver conflitos no interior das famílias.

É sobre esta temática que este texto trata. Procura compreender como as transformações no âmbito da conjugalidade no mundo contemporâneo podem afetar o trabalho de psicólogos que atuam com processos de Mediação Familiar. Também, serão objeto de avaliação crítica as principais características do campo de trabalho de mediadores e os desafios que se vive atualmente na Mediação nas discussões sobre conjugalidade.

A CONJUGALIDADE NA CONTEMPORANEIDADE

A conjugalidade tem se modificado através dos tempos. Segundo Foucault (1999b) o vínculo conjugal, para os gregos, estava associado a uma relação de ajuda mútua e de companheirismo, além da procriação. Mas os gregos já

compreendiam que o casal era uma forma de unificação dos cônjuges, principalmente porque o casamento era descrito como uma prática cotidiana de encorajamento e de cumplicidade entre os mesmos. Para se ter idéia na visão de Rufo, filósofo grego, “a conjugalidade é para a atividade sexual a condição de seu exercício legítimo” (FOUCAULT, 1999b, p. 169). Podemos, dessa maneira, identificar que o casamento era o lugar da legitimidade do ato sexual, o que não significa que ele fosse o único espaço que a relação sexual pudesse acontecer. Mas o “prazer sexual está, portanto, no coração da relação matrimonial como princípio e como garantia da relação de amor e de amizade” (FOUCAULT, 1999b, p 169).

O casamento passou por uma transformação na Idade Média, sendo concebido, pela Igreja Católica, como o lugar mais apropriado para o controle da sexualidade de homens e de mulheres, bem como a ser visto como lócus apropriado para a monogamia. A conjugalidade vivida dentro do casamento passou a ter fins interessantes tanto para a Igreja quanto para os próprios amantes. A Igreja passou a controlar as condutas sexuais e a reprodução, pois a sexualidade era apenas permitida dentro do casamento onde o sexo fosse realizado para a reprodução.

Compreender a conjugalidade nos tempos atuais exige uma análise das mudanças relações de intimidade no mundo contemporâneo. A análise que será desenvolvida neste texto tem como aportes teóricos principalmente os argumentos dos sociólogos Giddens (1993) e Bauman (2004), que revelam que as incertezas da modernidade trouxeram aos relacionamentos amorosos a mesma quantidade de dúvidas que na ciência. Segundo esses autores, cada vez mais as pessoas sentem a necessidade de buscar vínculos amorosos “materiais” em uma sociedade que coloca dificuldades nas constituições dos vínculos sociais.

Para Bauman (2004), os laços afetivos dentro da modernidade se fazem cada vez mais frágeis, decorrente das crescentes e impositivas relações de consumo. Ele se refere à metáfora do

“amor líquido” como uma forma de compreender a complexidade das relações afetivas do ser humano na modernidade, cada vez mais rápidas e menos cristalizadas. Para ele, apesar das características efêmeras do amor, é interessante perceber o quanto este é almejado como projeto eterno, mesmo sabendo-se de sua fragilidade nos tempos atuais. Nada mais moderno que a frase “que seja eterno enquanto dure”. Segundo Bauman (2004), apesar de incerto, o amor é vivido e percebido como uma realidade necessária, quase como um sinônimo de verdade e de realidade. Dentro de um mundo obcecado por segurança, talvez para sobreviver às incertezas o amor cada vez se torna uma salvação para aqueles que o procuram.

Assim, podemos compreender que, para a existência de uma relação de conjugalidade, o amor é estabelecido através da “confiança” entre os parceiros. Silva (2005) revela que a “confiança” é um dos requisitos fundamentais para a realização do amor. Sem ela, não há possibilidade de relacionamento institucionalizado. As pessoas vivem com o desejo quase indissolúvel da fidelidade como uma instância única de realização do amor romântico. A certeza de que o eleito é “único” e “eterno” é muito forte nesta perspectiva. O imaginário romântico prevê a idéia de indissolubilidade dos amantes. Silva (2005) destaca que o amor, mesmo na sociedade ocidental, é sentido de forma idealista.

Para Giddens (1991), a “confiança” é um fenômeno necessário à sociedade moderna, pois esta deriva das transformações das relações sociais que dão certo caráter de regularidade a sociedade de risco. No caso da conjugalidade, parece-me ser esta a forma de estabelecimento da confiança. Confia-se no relacionamento para evitar-se pensar na possibilidade de risco de um fim do relacionamento. Nos estudos das relações de conjugalidade, a confiança está relacionada com uma possibilidade de risco aceitável para as pessoas, desde que não desestruture as relações sociais entre elas e aqueles com quem se relacionam. Quando confia, o cônjuge pode calcular um risco

sabendo da ameaça do mesmo. Confiando-se, pode-se estabelecer um comportamento de segurança frente aos riscos. Segurança, nesse sentido, definido por Giddens (1991) como “uma situação na qual um conjunto específico de perigos está neutralizado ou minimizado” (p. 43).

Ao identificar que a confiança está diretamente atrelada ao campo da interação social, assim como ao roteiro do que as pessoas identificam como “amor”, é possível compreender a noção de roteiro sexual a partir de Gagnon (2006), que o identifica como uma ordem estruturada de experiências que as pessoas utilizam para dar sentido aos seus comportamentos sexuais. Estas duas categorias “confiança” e “amor” se relacionam mutuamente principalmente no que tange aos roteiros sexuais da conjugalidade. Então, o “amor” será, segundo Freire Costa (1999), uma espécie de “crença emocional”, assim como Giddens (1991) define a “confiança”, quase atrelado a idéia de uma “aposta”. A idéia de crença emocional é fundamental para compreendermos as relações no interior da conjugalidade. Essas “emoções amorosas”, sentidas quando se está no calor do relacionamento, são vividas como fenômenos dissociados da sociabilidade e este sentimento quase metafísico é que impulsiona as pessoas a pensarem no amor como algo transcendental, vivido de forma imortalizada pelos que estão envolvidos. Essa emoção é experienciada como um julgamento irrefletido que faz com que os amantes sintam possuir a mesma identidade do companheiro, já que o amor permite que as pessoas consigam dar estabilidade a algo tão instável como as relações sociais. A partir deste momento, compreenderemos como o amor se constituirá como um importante elemento para a conjugalidade na modernidade.

Para compreendermos como os laços afetivo-sexuais se formam, portanto, é necessário compreendê-los dentro de um leque de interações sociais. Para Freire Costa (1999), o amor não tem nada de mágico; o amor é seletivo, da mesma forma exposta por Bozon (2001a) quando este se refere à homogamia. Ambos os autores revelam que ele é uma experiência que se

faz através de uma lógica prática, como qualquer outra que imprimimos em nossa vida. Ou seja, escolhemos amar os iguais, pessoas que compartilhem as mesmas identidades que as nossas, possuindo os mesmos gostos e identificando-se com características similares de quem se ama. Portanto, é sobre esse misto de construção histórica e inovação moderna que as conjugalidades se conformam atualmente. Podemos compreender que o elemento amor nem sempre foi uma determinação dentro das relações de conjugalidade, como o é hoje. Esta talvez seja uma grande mudança, visto que, na modernidade, não se admite uma relação que vise uma convivência conjugal que não seja pautada por amor. Vários elementos são importantes para a decisão de convivência mútua, mas o amor é determinante dentro delas.

CONJUGALIDADE E GÊNERO

Como podemos identificar até o momento, várias transformações têm acontecido no âmbito da conjugalidade. Segundo Matos (2000), as relações de conjugalidade atualmente, principalmente em camadas médias com maior grau de escolaridade, se estabelecem em um universo pautado em uma dinâmica reflexiva e não hierarquizada. Isto tem ocorrido também em sociedades mais tradicionais ou em camadas médias e baixas. Em sua pesquisa com casais heterossexuais e homossexuais de camadas médias, ela concluiu que existem, nas relações de gênero entre casais, formas de transgressão às normas e acomodamento, de modo que se criam, dentro do relacionamento conjugal, espaços para *transperformances* de cultura e de gênero.

Apesar de os entrevistados relativizarem os papéis de gênero tradicionais que de alguma forma conhecemos, ainda assim houve, entre os pesquisados, uma tensão entre o que homens e mulheres pensavam sobre os relacionamentos de conjugalidade. Os entrevistados relataram que procuraram

estratégias para que o tempo não desgastasse o relacionamento. Para alguns casais, a abertura na relação, como sair com outras pessoas além do cônjuge, foi uma prática aceita, desde que negociada, apesar de as mulheres entrevistadas responderem que, mesmo podendo exercê-la, consideraram que os homens tiravam maior proveito desta situação.

Outra pesquisa que identificou aspectos contemporâneos importantes relativos à conjugalidade e gênero foi de Heilborn (2004). Estudando casais de classe média no Rio de Janeiro, a autora identificou a existência do que denominou “casal fusional”. Ela se refere a uma idéia de troca simétrica entre os parceiros, através de regras estabelecidas entre eles. Conforme Heilborn, o casal tende a fazer uma indistinção dos papéis de gênero dentro do casamento. O casal moderno não se pauta necessariamente em uma idéia de fidelidade, mas sim em um sentimento que seja considerado “legítimo”, dentro do universo da conjugalidade. Em sua pesquisa, observou que o casamento foi revelado como não tendo relação com o que os entrevistados e entrevistadas chamaram de “paixão”, mas sim com uma vontade de quererem ficar junto das pessoas com as quais viviam no momento. O que, portanto, é necessário para o surgimento do casal é a “produção de um vínculo de confiança mútua, que é por sua vez obtido por meio de um assenhoramento da vida passada e modos de pensar de cada indivíduo que compõe o casal” (HEILBORN, 2004, p. 137).

Para a configuração de um casal, é necessário, como diz Heilborn (2004), integrar o outro na sua história, daí a razão de a formação de vínculo fazer com que as pessoas façam o outro saber de sua história pessoal e íntima. Contam segredos, histórias do passado. É uma forma de compartilhar algo com o futuro parceiro. Desta forma, a comunicação é uma das grandes bases para que o relacionamento amoroso aconteça. A linguagem amorosa relaciona-se com uma construção de sentidos para a relação, a partir de lugares e de situações que

compelem os sujeitos a interpretar os eventos sentimentais de maneira específica.

A vida conjugal é percebida como troca e como um “espaço de regras de funcionamento relativos à produção de ‘bens’ (monetários, afetivos, de serviços), à sua devolução ao grupo ou ao indivíduo e aos princípios de igualdade que regem sua partilha” (KELERHALS et al., 1982, p. 26). Assim, a conjugalidade é formulada como uma dialética entre uma fusão e um individualismo. O casal contemporâneo se constitui contra a fragmentação da pessoa, surgindo, assim, a idéia do casal fusional. “Os processos de história social e de estruturas ideológicas contemporâneas dão ao casal “fusional” um lugar de primeiro plano como modo legítimo de realização de si” (KELERHALS, 1982, p. 35). Segundo os autores, o amor romântico está relacionado com esta idéia de fusão. Portanto, tais pesquisas mostram contradições dentro do universo social e fazem com que as cristalizações e transformações aconteçam de forma intercalada.

Em uma pesquisa sobre representações sociais da conjugalidade no México, Valencia-Abundiz (2004) investigou o que homens e mulheres pensam sobre os relacionamentos amorosos, procurando identificar os motivos de se unirem como casais. A família, neste caso, foi considerada pelos entrevistados como uma consequência natural da conjugalidade, um lugar moral e socialmente seguro e o casamento foi percebido como uma aliança dentro de laços de reciprocidade. Dessa forma, a conjugalidade mantém uma relação que se institui através do que a autora denomina de “estratégia matrimonial”, a qual se consolida “em um tipo de capital material, social, cultural e simbólico” (VALENCIA-ABUNDIZ, 2004, p. 20).

Com base nesta e numa breve discussão sobre as relações entre amor e conjugalidade no mundo contemporâneo é possível compreender o desafio dos psicólogos que trabalham na perspectiva da Mediação Familiar.

AMOR E CONJUGALIDADE NA PERSPECTIVA DA MEDIAÇÃO FAMILIAR

A Mediação familiar é um procedimento estruturado e não adversarial de gestão de conflitos de um casal no qual um terceiro qualificado (o mediador) é aceito pelos cônjuges em conflito, para lhes auxiliar a que cheguem, por si, a uma saída satisfatória para ambos (HOFFMANN; MÜLLER; CRUZ, 2007). Nessa direção, Zimerman e Coltro (2002), refere que a resolução dos conflitos deve ser boa para ambas as partes, não devendo haver ganhador ou perdedor, mas sim pessoas que respeitem seus desejos e limites dentro das possibilidades da Mediação. É certo que a quantidade de casais em conflitos conjugais e os seus conseqüentes processos de separação têm aumentado nos últimos anos e a Mediação Familiar tem sido solicitada no meio jurídico como uma alternativa importante no auxílio dos cônjuges no processo de dissolução dessas uniões.

O que são e o que fazem, hoje, os mediadores de conflitos familiares? Atualmente os mediadores são profissionais com curso superior, sendo muitos deles psicólogos, que trabalham em uma perspectiva de resolução de conflitos, principalmente com base na negociação das diferenças. Essa negociação, segundo Cachapuz (2005), se dá, principalmente, por meio do que ele chama de “diálogo”. Ou seja, através de uma pessoa que pode se dizer imparcial frente às duas partes contrárias e que auxiliará as mesmas a discutir para encontrar a solução mais adequada aos seus problemas. Assim, o mediador é de fundamental importância para a busca de soluções e alternativas ao conflito, não devendo haver imposição de nenhuma das partes sobre a outra. (MULLER, 2005). Ela se torna uma estratégia diferenciada para quem pretende escolher seu próprio futuro e não deixar esta responsabilidade à Justiça. Mais, precisamente, na caneta dos magistrados.

Apesar de haver diversas aplicações da Mediação no âmbito familiar, neste texto iremos abordar apenas aquela relacionada

aos assuntos da conjugalidade. Em muitas situações de desavenças conjugais, a Mediação tem sido utilizada, muitas vezes, como uma ferramenta para fazer uma dissolução pacífica ou para “aparar as arestas” que se estruturam na rede da conjugalidade. Este aspecto é importante, pois como vimos anteriormente, apesar das pessoas continuarem acreditando e buscando viver relacionamentos como o casamento, o momento que vivemos tem demonstrado que a manutenção deles tem se tornado cada vez mais difícil (BAUMAN, 2004).

Uma das principais temáticas que tem se apresentado nos processos de Mediação Familiar tem sido o fim do amor nos relacionamentos conjugais. Como já descrito anteriormente, o amor tem sido uma das principais amálgamas da conjugalidade no mundo contemporâneo, mas ao mesmo tempo, tem sido uma das principais causas do rompimento dos casais. Os estudos sobre conjugalidade revelam que as pessoas cada vez mais procuram o amor e ao mesmo tempo, por isso, dissolvem seus relacionamentos conjugais (KELERHALS et al., 1982; HEILBORN, 2004). Isso ocorre, segundo Grunspun (2000), porque existe um mito do amor no interior dos relacionamentos de conjugalidade. Os amantes esperam mais dos amados e isto, invariavelmente, acaba se tornando um problema que irá parar nos fóruns e nas sessões de mediação. Neste caso, o autor revela que cabe ao mediador fazer com que essas representações sobre o casamento sejam expressas pelos cônjuges, e que seja possível de discutí-las em sua dimensão e intensidade vividas.

É importante ressaltar, neste aspecto, o papel que Grunspun (2000) atribui aos mediadores. Para ele, o mediador deve ser um “educador” e um “facilitador de acordos”. O mediador necessita ter um conhecimento do que representa a conjugalidade e a qualidade do sentimento amoroso que está vinculado tanto à paixão e a rapidez nos encontros quanto aos enlaces e desenlaces do cotidiano (BAUMAN, 2004; OLTRAMARI, 2007).

Em geral, chegam até os Serviços de Mediação pessoas que esperam mais de seus ou suas companheiras, mas não conseguem se perceber como agentes deste processo de “desconstituição amorosa”. Estamos nos referindo ao termo “desconstituição” tratando a categoria “amor” como uma prática social construída nas interrelações sociais engendradas no cotidiano dos parceiros. Bozon (2005) se refere ao amor como um jogo social como qualquer outro existente nas relações interpessoais. O amor, nesse sentido, tem relação direta com o que aqueles que vivem a conjugalidade identificam como “confiança”. Esse sentimento de confiança será além de um catalizador dos relacionamentos entre as pessoas uma das grandes amálgamas das relações na modernidade segundo Giddens (1993). Assim, muitas vezes quando os sujeitos chegam à mediação reclamando do sofrimento que o casamento está lhe causando, estes não conseguem compreender quanto ele próprio está envolvido nesta relação social chamada conjugalidade.

Portanto, é nesta relação entre constituir a confiança ou destituí-la que os projetos conjugais se afirmam ou se rompem. Vale a pena dizer que aqui não considero a confiança como uma relação entre o casal, onde não haja as relações de “cuidar” do comportamento do outro para evitar que ele, ou ela, tenha casos fora da conjugalidade. Quero dizer que existe uma relação de confiança no projeto da relação conjugal. Investir socialmente para que esta relação se preserve.

Assim, podemos compreender que constituímos o amor assim como o destituímos. Vale ressaltar que, em uma pesquisa realizada por Salles (2007), no Serviço de Mediação do Fórum de São José (Santa Catarina), foi identificado que os homens e mulheres entrevistados já haviam dissolvido o laço de conjugalidade que eles percebiam como constituinte do laço amoroso até chegar ao casamento, mas não conseguiam identificar porque o mesmo tinha terminado. Porque o amor entre eles (as) e a pessoa amada foi constituído, mas quando romperam o relacionamento apenas percebiam que o

“sentimento tinha acabado”. Essa pesquisa revelou algumas das dificuldades que se têm quando se pretende intervir e facilitar o processo de negociação na mediação.

Moore (1998) afirma, ao menos quando as partes se compreendem como também responsáveis pelo processo de disputa que estão passando, a negociação tem maiores chances de ser concretizada. No caso da conjugalidade, portanto, pode ser que um dos primeiros papéis a ser exercido pelo mediador seja explicitar que o conflito ali presente tem a participação das duas partes e que, para resolvê-lo, devem se imbuir da árdua tarefa de pensar o que podem negociar.

Pode-se fazer com que os sujeitos a serem mediados pensem sobre a vivência da ordem de uma prática quotidiana, na qual chamavam amor, mas que nada mais era que uma forma compartilhada de exercer a sexualidade, os afetos e as obrigações de um para com o outro, ou ainda, com a família ou filhos. É possível dizer, portanto, que os mediadores podem auxiliar para que as partes compreendam os comportamentos de “vitimização” que, muitas vezes, são freqüentes no campo das discussões entre os casais.

A “vitimização” é uma expressão utilizada por Gregori (1992) em seu estudo sobre mulheres vitimas de violência. Neste clássico estudo, ela revela que as mulheres muitas vezes ocupam este lugar, pois isto garante a elas certos “privilégios” dentro de determinadas situações. No caso da Mediação pode ser uma delas. É comum as pessoas acharem que os “mediadores” são pessoas que irão resolver os seus problemas sem necessariamente precisarem se envolver. A “fantasia” é que o mediador irá “dar razão” a quem merece. A posição de vitima pode ser interessante seja para qualquer dos dois parceiros. Portanto, vale dizer que o mediador deve estar preparado para lidar com as situações de possíveis vitimizações de ambos os cônjuges. Nesses casos, o mediador tem uma difícil tarefa que é trabalhar a responsabilização de ambas as partes, mas principalmente daquele que vitimiza-se durante o processo de mediação.

E este processo de repensar a vitimização pode ser possível, pois autores como Conceição (2005) afirmam que a mediação é uma forma de “facilitação de diálogos em situação de discordância, que possibilita a reorganização e a reformulação da comunicação entre as pessoas” (p.66). Mas como já descrito anteriormente esta proposta possui um caráter educativo que requer um conjunto de habilidades de enfrentamento destes conflitos, principalmente por parte dos técnicos que irão realizar esta mediação. No caso da vitimização dentro dos relacionamentos conjugais é importante perceber como se constitui o laço conjugal que pode ser ainda calcado em valores da tradição (VALENCIA-ABUNDIZ, 2004) ou das mudanças nas formas de gerenciamento da conjugalidade com uma diminuição das hierarquias dentro do interior destes relacionamentos (MATOS, 2000). Mas vale dizer que é um sistema híbrido, pois assim como existe a tradição, um sistema complexo de transformações sociais e conjugais se estabelece. Por exemplo, como a conjugalidade não se direciona, nos tempos atuais, apenas para fins de procriação, isto leva os casais cada vez mais a cobrarem dos seus parceiros um investimento maior no interior do relacionamento conjugal. Sem a possibilidade de investimento nos filhos este casal tem um tempo maior de dedicação, e um parceiro cobra isto do outro. Assim ocasião que possa trazer situações de afastamento afetivo, por exemplo, como a diminuição dos relacionamentos sexuais pode fazer com que os casais busquem a dissolução conjugal.

É importante que o mediador reflita sobre estas possíveis “assimetrias” ou “distanciamentos afetivos” que podem provavelmente existir quanto mais estiver pautada a relação dentro de uma lógica patriarcal ou profunda relação hierárquica. Portanto, cabe ao mediador não pensar que a mediação seja uma relação de consenso, mas sim de negociação das diferenças. O mediador pode ser considerado um promotor de alteridade, ou seja, quem vai através dela elencar e auxiliar no compartilhamento das múltiplas visões

que o caso oferece as partes envolvidas. Alteridade, na visão de Joffe (1998), como uma forma de compreender as diferenças sem as desmerecer, nem tornando os diferentes iguais a outros, nem aniquilando a diferença nela própria, mas sim compreendendo as especificidades dentro de um universo específico. Ou, ainda, na definição de Jodelet (1999): alteridade é “produto de duplo processo de construção e de exclusão social que, indissoluvelmente [estão] ligados como os dois lados duma mesma folha, mantém sua unidade por meio dum sistema de representações” (p. 47-48). Assim, nos dias atuais, a necessidade de discutir a alteridade está na ordem do dia. Até porque como afirma Zanella (2005), citando Vygotsky, o “outro” é fundamental para a existência do sujeito, mas ao mesmo tempo é onde este encontra suas principais fontes de discordância. Nesse sentido, é possível afirmar que talvez a Mediação seja uma das técnicas na qual tanto mediados quanto mediadores exercitam a alteridade.

Nos processos de intervenção por meio de Mediação, a conjugalidade é uma temática das mais interessantes, por mais que ainda ocorra o que Bozon (2004) identifica como homogamia, uma relação de aproximação entre iguais. Existe a difícil arte de conjugar diferenças individuais com um projeto coletivo que é a conjugalidade. Conjugalidade esta que tem sido pensada, em alguns casos pelas pessoas que buscam a separação, quase como a idéia fusão (HEILBORN, 2004). Fusão esta em que, muitas vezes, as diferenças têm dificuldades de serem negociadas. Nesse sentido, mais uma vez pode ser citada uma das características que o casal moderno – a reflexividade (GIDDENS, 1993). A reflexividade é a capacidade das pessoas pensarem em si mesmas e no futuro ao qual estão se direcionando, posicionando-se frente a ele, particularizando os relacionamentos dentro de cada relação conjugal.

Esse aspecto deve fazer com que o mediador tenha um cuidado fundamental na abordagem de cada conjugalidade. Assim, os mediadores devem trabalhar na relativização das normas que são percebidas como institucionalizadas, pois estas,

muitas vezes, se apresentam muito heterogêneas no interior de uma relação conjugal. Segundo Conceição (2005), é importante que o mediador consiga fazer com que exista por parte dele:

Uma identificação de interesses comuns e divergentes entre as partes e (...) ampliação das alternativas para a resolução de impasses, produzindo mudança na percepção, neutralizando comportamentos repetitivos, criando contextos alternativos, propondo novas soluções e assegurando condições para o cumprimento de acordos (p. 70).

Um dos desafios para o mediador nestes casos é, segundo Breitman e Porto (2001), controlar a necessidade que os sujeitos mediados têm de tentar fazer com que um seja bom e o outro seja caracterizado como mal nas relações conjugais. No caso de casamentos em que o relacionamento está fragilizado é muito comum ocorrer que uma das partes queira que a outra seja percebida como ruim depois do desenlace. E isso, muitas vezes, acontece quando o projeto viver a conjugalidade já não está mais em pauta.

Breitman e Porto (2001) também avaliam a necessidade de discutir dois importantes aspectos: equilíbrio e a estabilidade no interior da relação de conjugalidade. Equilíbrio como espaço onde ocorre a harmonização das forças opostas, como o “o equilíbrio dos pratos de uma balança” (p.145). Estabilidade entendida como “uma situação sólida, sóbria, que se mantém de uma maneira permanente, sem riscos” (p.146). Esses aspectos poderiam ser compreendidos como relacionados à idéia de “troca social”, que apareceu em pesquisas realizadas sobre conjugalidade em Kelerhals (1982), Matos (2000) e Heilborn (2004).

Para Giddens (1993) existe uma *reflexidade* característica dos relacionamentos contemporâneos devido a esta forma de administração das diferenças dentro dos relacionamentos conjugais. Neste caso, cabe uma reflexão: pode esta “estabilidade e equilíbrio” superar a instabilidade do mundo contemporâneo inclusive nos relacionamentos? Neste caso, parece que o desafio do mediador seria identificar pontos de “sutura” no relacionamento para auxiliar na resolução do

conflito ou até mesmo na conciliação, o que possível de acontecer.

Breitman e Porto (2001) revelam que a melhor estratégia para o mediador é fazer com que um cônjuge perceba seu futuro longe do outro, identificada pelas autoras como uma *negociação assistida*. Nesse tipo de negociação a principal função dos mediadores é fazer com que os participantes da mediação façam uma flexibilização dos papéis dos cônjuges, reforçando, como descrito anteriormente, a importância do exercício da alteridade, para que a chamada *compreensão* sobre os fatos aconteça por parte dos envolvidos.

Outro ponto importante a ser abordado é a necessidade de que na execução desta negociação os mediadores não fiquem presos às causas do conflito, até porque esta seria uma das diferenças do trabalho da psicoterapia de casal. O mediador deve buscar, junto com os envolvidos, a superação dos problemas e não a causa deles. Apesar das autoras revelarem que existe uma fronteira frágil entre a mediação e a terapia, mas que ela deve existir, considerando que os mediadores devam conhecer suas distinções e especificidades.

No caso da Mediação, vale à pena ressaltar alguns tópicos importantes para o trabalho com casais. Segundo César-Ferreira (2004) uma das causas maiores das dissoluções conjugais está no problema de comunicação. Para que a comunicação se estabeleça é fundamental que exista um tema comum entre aqueles que estão no conflito. Segundo Barthes (2003), em seu clássico livro *Fragmentos de um discurso amoroso*, existe uma importância fundamental da comunicação naquilo que chamamos de constituição do laço afetivo conjugal. Dependendo da qualidade e da forma como esta comunicação irá se estabelecer, o mediador poderá ter maior ou menor sucesso em seu trabalho.

Para César-Ferreira (2004) os mediadores são como filtros de comunicação para facilitar as pessoas envolvidas no conflito. Sendo que este filtro deve ser muito bem detalhado, principalmente quando o assunto é relacionamento conjugal.

Este filtro de comunicação facilita e muito a negociação que é uma das principais premissas da mediação. Ela cita quatro elementos básicos para a realização de acordos:

- Deve-se pensar nas pessoas e suas relações e isolar os seus problemas para não confundir os dois elementos. Devemos, sim, trabalhar com o problema das pessoas.
- “As negociações devem se pautar nos interesses e não nas posições” (p. 132) – a mediação deve procurar atender os interesses daqueles que a procuram.
- “Deve-se criar um leque de opções de solução antes de se chegar a qualquer decisão” (p.133). Deve-se criar uma série de opções que devem ser postas na mesa de negociações para que os mediados possam escolher livremente a melhor delas para o momento.
- “Deve-se ter critérios objetivos” (p. 133). As pessoas devem ser instigadas a resolverem problemas e não ficarem presas nas posições que os sustentam que não deixam possibilidades de resolvê-los.

Para que esses elementos básicos funcionem é necessário que ocorra a chamada “escuta cooperativa” (CESAR-FERREIRA, 2004, p.134), uma das técnicas fundamentais a serem desenvolvidas pelos mediadores. Existe, assim, uma necessidade de estabelecimento de estratégias que sejam desenhadas para a cooperação entre os participantes da Mediação e, mais ainda, que façam com que eles tenham a possibilidade de um diálogo que respeite as diferenças e os façam chegar ao tão esperado acordo.

APONTAMENTOS FINAIS

Este texto pretendeu dar conta de uma discussão que é de fundamental importância que são as dissoluções conjugais em um contexto de Mediação no mundo contemporâneo. Vale

dizer que em nenhum momento compreendemos a Mediação como uma “panacéia” que salvará as pessoas de seus conflitos com a vida, nem como uma simples técnica para “desafogar” o sistema judiciário. Mais que isto, percebemos a Mediação como uma forma de discutir e trabalhar a tão propalada “alteridade” que em dias atuais tem sido foco de discussões das ciências políticas e sociais. Lidar com diferenças, respeitá-las sem ter de concordar com ela é assumir posicionamentos de compreensão do outro sem aniquilá-lo, aspectos cruciais para a compreensão do papel da Mediação.

No caso da conjugalidade, as rápidas relações que as pessoas estabelecem devido a busca por emoções apaixonadas, a todo o momento, tornam as relações conjugais cada vez mais instáveis e, portanto, mais propensas a parar na frente de um mediador. A necessidade existente de busca por resoluções na justiça tem feito da Mediação uma importante aliada, mas com significativas diferenças da justiça que trabalha com a idéia de “litígio”. Para haver Mediação é capital construir a possibilidade de que os sujeitos mediados entendam que são partes responsáveis pelo conflito em que se envolveram. Para isso, é necessário “desconstruir” visões estereotipadas do amor ou das configurações de gênero para que se possa fazer uma intervenção satisfatória. E, isto, é função do mediador.

Cabem a futuros psicólogos mediadores ou profissionais de outras áreas que fazem mediação compreenderem quais as significados sociais de conjugalidade, e o que sentem pessoas que investiram parte da vida neste projeto e ficam na frente dos técnicos com um pergunta estampada no rosto: E agora! O que eu faço?

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, R. *Fragments de um Discurso Amoroso*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAUMAN, Z. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

- BOZON, M. "Les cadres sociaux de la sexualité". In: *Sociétés contemporaines*, n. 41-42, p. 5-9, 2001a.
- BOZON, M. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BOZON, M. *Supplément à um post-scriptum de Pierre Bourdieu sur l'amour ou peut-on um théorie d'amour comme pratique* (mimeo), 2005.
- BREITMAN, S; PORTO, A. *Mediação familiar: uma intervenção em busca da paz*. Porto Alegre: Criação Humana, 2001.
- CACHAPUZ, R. da R.. *Mediação nos Conflitos & Direito de Família*. Curitiba: Juruá, 2005.
- CÉZER-FERREIRA, V. *Família, separação e mediação: uma visão psicojurídica*. São Paulo: Método, 2004.
- CONCEIÇÃO, G. A. Mediação como construção da convivência. *Família e comunidade*, v. 2, n. 2, p. 65-78, dez, 2005.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999b.
- FREIRE COSTA, J. *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- GAGNON, J. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade* [Trad. Raul Finker]. São Paulo: UNESP, 1991.
- GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades*. São Paulo: UNESP, 1993. 2 ed.
- GREGORI, M. F. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a pratica feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1992.
- GRUNSPUN, H. *Mediação Familiar: o mediador e a separação de casais com filhos*. São Paulo: LTR, 2000.
- HEILBORN, M. L. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- HOFFMANN, M. H.; MÜLLER, F. G.; CRUZ, R. M. Mediação de conflitos familiares: problemas contemporâneos à Psicologia e ao Direito. *Revista de Direito do CESUSC*, n. 3, jul./dez., p. 105-113, 2007.
- JODELET, D. "Os processos psicossociais da exclusão". In: SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 53-66.
- JOFFE, H. Degradação, desejo e 'o outro'. In: ARRUDA, A. (Org.). *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 109-128.
- KELLERHALS, J; PERRIN, J. F.; STERINOUE-CRESSON, G; VONECHE, L.; WIRTH. *Mariages au quotidien: inegalites sociales tensions culturelles et organisations familiale*. France: Editions Pierre-Marcel Favre, 1982

MATOS, M. *Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

MOORE, C. *O processo de mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MULLER, F. Insuficiência estatal, mediação e conflito. In: CRUZ, R. M.; MACIEL, S. K.; RAMIREZ, D. C. *O trabalho do psicólogo no campo jurídico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 143-156.

OLTRAMARI, L. C. *Representações sociais da Aids, relações conjugais e confiança*. Florianópolis. Tese. (Doutorado Interdisciplinar em ciências Humanas) 2007. 254 f. Tese

SALLES, A K. *Até que o amor nos separe: representações sociais do amor para homens e mulheres em processo de separação conjugal em um serviço de mediação familiar da grande Florianópolis*. Monografia (TCC em Psicologia). UNISUL, Palhoça, 2007.

SILVA, V. V. A. da. “Pra que rimar amor e dor’: um estudo sobre as formas contemporâneas de representação e expressão do sofrimento amoroso”. In: *III Jornada Internacional de Representações Sociais – João Pessoa/PB. IV Jornada Internacional e II Conferência Brasileira sobre Representações Sociais*, 2005 p. 3931-3940.

VALENCIA-ABUNDIZ, S. *Representations Sociales: image ideale et vecu de la relation de couple*. These doctorat: Psychologie Sociale. Paris: EHESS, 2004. 332 p.

ZANELLA, Andréa Vieira. Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia e Sociedade*, v. 17, n. 2, 2005.

ZIMERMAN, D. e COLTRO, A . C. *Aspectos Psicológicos na Prática Jurídica*. Campinas: Milenium, 2002.

IMPASSES DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR NO CENÁRIO DAS VIOLÊNCIAS CONJUGAIS

Regina Ingrid Bragagnolo

Nos olhares castigados
não há lágrimas nem sorrisos.
Só um silencioso pedido de socorro
entre sonhos adormecidos.
O tempo é como sopro, leva sem remorso,
o silêncio da noite, os hematomas,
as escoriações, as mãos vazias...

Andréa Motta³¹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: O ENREDO DAS VIOLÊNCIAS

Esse texto problematiza o papel do (a) mediador (a) familiar face às violências conjugais, considerando a experiência da autora como professora, orientadora de estágios e pesquisadora no campo de estudos de Gênero e Violência. Neste trabalho, procura-se sintetizar aspectos que considero importantes na avaliação crítica do papel do (a) mediador(a)³², com base nos achados da literatura e dos casos de violência conjugal atendidos, entre os anos de 2007 e 2008, em um serviço de Mediação Familiar da Grande Florianópolis. Metodologicamente, foi construído um diário de campo como instrumento para coleta e organização das narrativas dos cônjuges sobre situações de violências e as intervenções realizadas no âmbito do campo jurídico acerca dessas situações.

A violência conjugal é um problema presente nas intervenções dos (as) mediadores (as) que, na maioria das vezes, os desafiam a pensar além das suas concepções sobre relacionamento conjugal. Vejamos algumas narrativas de homens envolvidos na mediação: *“Eu não vou pagar pensão para ela, pois ela sustentará outro cara com esse dinheiro.” “Ela já está com outro homem, eu não preciso pagar pensão nenhuma para ela.” “Eu já disse para ela que não quero bater nela, mas ela me provoca. O que eu faço? O dia que eu pego ela, eu já disse que posso bater tanto até matar”*. Também foram recorrentes falas de mulheres narrando situações vivenciadas cotidianamente de violências conjugais: *“Eu disse que não queria ver ele chegando tarde. É só isso que eu pedia, pois trabalho fora, lavo, passo faço tudo, menos aceitar que fique nos bares. Eu não imaginei que depois das minhas reclamações, ele me expulsaria à noite de casa com um filho pequeno.” “Ele tem que aprender a me respeitar. Antes de casar comigo ele não tinha nada, hoje ele tem tudo e eu não tenho nada.”*³³

Essas expressões que não são ditas somente no universo jurídico, estão em toda a parte, extrapolam o *locus* da Assistência Judiciária, e são vividas por casais de diferentes níveis sócioeconômico e culturais. Para muitos, a violência tornou-se uma epidemia, podendo ser explicada por uma maior visibilidade, ou seja, a violência doméstica tornou-se publicizada em alguns espaços legitimados como delegacias, fóruns, ONGs, dentre outros.

Evidentemente, não se explorará aqui um leque de narrativas cotidianas dos (as) profissionais que realizam mediações, apenas pretende-se exemplificar alguns casos que manifestam diferentes facetas das violências vividas. São violências de gênero que, na maioria das vezes, não são explicitadas por um dos cônjuges durante a triagem³⁴, ou seja, o requerente³⁵ enuncia o motivo da separação sem relatar, relações de violências que o casal estaria vivenciando, mas que se explicitam no processo de comunicação presente no trabalho do mediador de conflitos familiares.

O Serviço de Mediação Familiar do Fórum da Comarca de São José tem realizado o trabalho de mediação por meio de três a seis encontros de uma hora, em que as partes são ouvidas e onde o(a) mediador(a) procura promover o diálogo³⁶ e a construção do processo de negociação das diferenças entre cônjuges – a fim de chegarem a um acordo para que seja encaminhada a homologação da separação. Após essas atividades de mediação, realiza-se o acordo que o advogado(a) torna em petição e é agendada uma audiência para a efetivação da separação com o(a) Juiz(a) da Vara de Família, que homologa a decisão das partes.

As vozes enunciadas durante as mediações realizadas são contextualizadas, sendo possível compreender o modo de vida dos casais atendidos, suas vivências, suas ambigüidades e os sentidos pelos quais interpretam o mundo. Para Bandeira (1999), é possível perceber que as violências conjugais são linguagens, relações que os casais utilizam para solucionar conflitos de gênero. São acontecimentos humanos marcados pela violência diretamente ligada às diferenças construídas socialmente, que empregam lugares definidos para a masculinidade e a feminilidade.

No contexto da mediação familiar, observamos, nas relações conjugais entre homens e mulheres³⁷, os estereótipos dos papéis masculinos e femininos, descritos por Scott (1995), com base em uma análise histórica e cultural da categoria gênero em nossa sociedade ocidental: mulheres que devem demonstrar docilidade, submissão e homens que devem se apresentar como fortes e resistentes, legitimando formas de ser e agir associados às diferenças biológicas.

Diferentes matrizes teóricas orientam pesquisadoras feministas que discutem as relações entre gênero e violência social e familiar, tais como Mariza Corrêa (1981), Maria Amélia Azevedo (1985), Miriam Pillar Grossi (1995), Maria Luiza Heilborn (1996), Lia Zanotta Machado (1999) e Lourdes Bandeira (1999). Estas autoras destacam que as violências conjugais não fazem distinção entre classes, grupos sociais,

etnia e que são praticadas por indivíduos de qualquer segmento social, que partilham de significados culturais entrelaçados pelos constructos de gênero. Essas autoras problematizam a conduta criminosa e/ou patológica associada à figura masculina que, automaticamente, condena o homem e vitimiza a mulher.

Grossi (1998) destaca que foi na década de 80 que a violência contra a mulher ganhou visibilidade e tornou-se um problema social. A violência contra a mulher era denunciada, pelo movimento feminista, com base na crítica da dominação masculina e das relações de poder assimétricas e institucionalizadas, na luta pela garantia do direito de segurança para as mulheres. Bandeira e Suárez (1999) comentam que a adoção da categoria relação de gênero nas violências domésticas, trouxe a perspectiva de um novo olhar, isto é, tratar da violência conjugal com o olhar nas relações estabelecida entre o casal.

Dessa forma, é importante considerar que as violências conjugais são acontecimentos relacionais dos casais decorrentes das relações de gênero, ou seja, não pautados numa lógica de vítima e algoz, pois as relações de poder não estão centradas em uma única parte. Por mais que as narrativas de homens e mulheres, explicitadas no início deste texto, mostrem-se fragmentadas, não é possível manter o olhar apenas na perspectiva da vitimização da mulher, ou muito menos na qualidade atribuída aos homens como agressores, quando a tendência seria recair sobre a perspectiva da culpabilização individual, excluindo as mediações culturais que determinam relações de gênero e o produtos de suas interrelações.

Com base nesses pressupostos, alguns desafios se interpõem ao trabalho dos(as) profissionais da Psicologia: considerando a violência conjugal como um acontecimento que perpassa as relações conflituosas, essa poderia ser considerada um caso raro durante a separação? Se na maioria das vezes as violências conjugais não são reveladas na triagem para o processo de mediação, como estabelecer um diálogo na mediação entre as

partes após o desvelamento das violências conjugais? Como lidar durante as sessões de mediação com as situações em que as violências de gênero se fazem presentes? E o que fazer quando as violências físicas e sexuais surgirem ao longo da mediação de forma explícita ou implícita?

COTIDIANO DA MEDIAÇÃO: HIERARQUIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS

O tema em questão será melhor explicitado pela apresentação de um caso de triagem realizado no Serviço de Mediação Familiar. Trata-se de uma mulher de aproximadamente 25 anos que chegou ao Serviço de Mediação com uma criança de aproximadamente três anos de idade, relatando que encontrou seu parceiro na cama de sua casa com outra mulher. Esta descreve que, inicialmente, violentou fisicamente seu parceiro e ele revidou, agredindo-a. Tal narrativa, composta por cenas de violência conjugal, se constituiu em uma condição impeditiva para manter-ser no serviço de mediação com o objetivo de realizar sua separação, por condições impostas pelo próprio serviço, sendo a mesma encaminhada para a realização de um processo litigioso realizado pelo serviço da Assistência Judiciária. No Serviço de Mediação sempre que as mulheres chegam mostrando as marcas em seus corpos (hematomas, membro do corpo fraturado), assim quando descrevem narrativas de cenas de estupro pelo seu companheiro, são encaminhadas a Delegacias de Mulheres e informadas a respeito da Lei 11.340/2006, conhecida como Maria da Penha.

Este fragmento do cotidiano, apresentado acima, nos remete aos argumentos das pesquisadoras Bandeira e Suárez (1999) quando atrelam a violência de gênero aos relacionamentos conflituosos não apenas de homens contra as mulheres, mas também mulheres contra outras mulheres, homens em relação a outros homens, incluindo, também, as violências praticadas

por mulheres contra os homens, como descrito no caso apresentado – ainda que, historicamente, a maior incidência das violências denunciadas pelos movimentos feministas tenha sido praticada por homens contra as mulheres.

Considerando que um dos pré-requisitos para realizar a mediação familiar é ausência de violência, conforme preconiza Ávila, (2004, p.27) em “*Contra-indicações à mediação: desequilíbrio de poder entre as partes - alguns casos de violência conjugal*” (ÁVILA, 2004, p. 27), sempre que a requerente (no caso a mulher) revela, na triagem, cenas de violência física entre o casal, realiza-se o encaminhamento para a Assistência Judiciária com a abertura de um processo litigioso. No entanto, observamos que o critério “*alguns casos de violência conjugal*” refere-se a uma hierarquização, onde nem toda violência seria considerada impeditiva para continuar a frequentar o Serviço de Mediação. Em primeiro lugar, fica evidente que as violências físicas e sexuais são consideradas de maior gravidade, colocadas como banidas, enquanto, as violências simbólicas, parecem assumir outra conotação, ou seja, consideradas como inerente aos relacionamentos conflituosos. Esse comentário faz-se necessário devido aos critérios que têm sido utilizados durante a triagem para classificar os casais que permanecerão no processo de mediação. Muitas questões permanecem em aberto, como: Por que esses critérios são utilizados? É possível classificar as violências? Como mensurar a dor expressa na violência física e na violência simbólica?

Os critérios utilizados pelo Serviço de Mediação podem ser considerados como referendados em construtos sociais, ou seja, são significados compartilhados socialmente e não construções subjetivas de um(a) mediador(a). Suaréz e Bandeira (1999) comentam que, por muito tempo, os atos-atores das violências contra a mulher não foram vistos como criminosos e, sim, como atos monstruosos. Cada acontecimento violento pode ter vários julgamentos, podendo ser considerado como legítimo ou não. A *violência legitimada/tolerável* pode ser descrita por humilhação e preconceitos que mulheres (companheira)

vivenciam perante situações sociais, como por exemplo, piadas que socialmente que as desqualificam: “*Isso que é mulher! Não é aquilo que tenho em casa.*” Já a lesão corporal, ameaça, espancamento, e assassinato são consideradas *violências intoleráveis*, passíveis de punição.

Nos critérios mencionados acima, as violências físicas e sexuais são colocadas no patamar das *violências intoleráveis*, de maior gravidade, enquanto a violência simbólica, psicológica, é percebida como de menor gravidade, ainda que ambas possam ocorram concomitantemente. Percebe-se que nesta hierarquia da violência, a simbólica, considerada como *violência tolerada*, tende a estar presente na maioria das narrativas dos casais durante as mediações. Ou seja, as ameaças, as desqualificações, os envergonhamentos e as deprecições mescladas pelos construtos de gênero apresentam-se como violências simbólicas vivenciadas pelos casais em processo de separação. Esta observação nos traz uma nova indagação: Não seria importante perguntar ao(à) requerente, que narra as situações de violência física e sexual, se seria possível estabelecer um diálogo, ao invés de encaminhá-lo imediatamente ao processo de litígio? Este encaminhamento predefinido poderia estar reforçando estereótipos de casal violento, na medida em se trabalha com a idéia preconcebida de que não existiria mais diálogo?

Essa questão é discutida na pesquisa de Gregory (1993) que publiciza a estratégia que mulheres em situação de violência conjugal utilizam para serem legitimadas como vítimas, acusando seus parceiros de agressivos (agressividade exacerbada, uso de bebidas alcoólicas, comportamento sexual inadequado, etc) e responsáveis pela violência existente entre o casal. A autora problematiza o lugar estereotipado da passividade feminina, como vítima, sem descontextualizar a responsabilidade do agressor pelos seus atos. Demonstra como a dinâmica decorrente dos conflitos de gênero está presente na violência conjugal, por meio da relação estabelecida entre os

cônjuges, desmistificando o lugar de opressor pelo homem e de oprimida da mulher.

Nessa perspectiva, as relações de violência conjugal são relacionais e não se centram numa única figura (feminina ou masculina), pois ambos estabelecem formas de organização e comunicação específicas em cada relação. Como aponta Grossi (1998, p. 305), nessa perspectiva, a violência é parte da relação afetivo/conjugal, em que “há uma circulação do poder no interior do casamento e não uma divisão estanque do mesmo”. Nesse sentido, o critério utilizado pelo Serviço de Mediação - *“contra-indicações à mediação: desequilíbrio de poder entre as partes”* - estaria ainda se utilizando de conceitos onde se pressupõe a violência a partir da teoria do patriarcado. Segundo Grossi (1998), neste sentido, mantém-se a centralidade do poder no homem, que o utiliza para dominar a mulher, ou seja, a explicação da violência doméstica, num enfoque reducionista, ficaria localizada na dominação do poder masculino sobre o feminino.

A mediação familiar, em geral, responde aos problemas do contexto judicial, tendendo a orientar-se pelo viés do saber jurídico, que se constitui em argumentos de verdades. É esse saber que classifica e demarca as fronteiras do que pode ser identificado por violências. Segundo Foucault (2003) o sujeito se torna objeto de conhecimento e objeto das técnicas de governamentalidade pautadas no saber jurídico. São dispositivos de poder, revestidos de um caráter técnico e organizados em uma racionalidade, que orienta o pensamento e a linguagem.

Foucault (1988, p. 21) analisa como as relações de poder são exercidas a partir das produções de saberes, ambas implicadas entre si, pois “não há uma relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder”. No momento que não se pergunta ao casal se existe ou não possibilidade de diálogo, pode-se estar persistindo numa abordagem onde a verdade jurídica prevaleceria sobre o sujeito. A seguinte pergunta se faz

necessária: Será que casais em situações de violência conjugal não seriam capazes de negociar ou de pensar sobre sua própria condição?

Por outro lado, o processo de separação através da mediação familiar é menos moroso. Em alguns meses³⁸ pode-se fazer o acordo e o encaminhar ao juiz(a), que fará a homologação do caso. Chaves e Maciel (2005, p. 180) apontam que há uma “diminuição de gastos por parte do Estado, já que atrelada à diminuição dos processos ocorre um ‘desafogamento’ do judiciário e indubitavelmente uma economia de tempo”. Assim, num outro ponto de vista, poderíamos pensar que esta diminuição do tempo poderia ser positiva para a resolução de casos onde a violência predominaria, evitando maior prolongamento de situações de violência para a mulher.

DESAFIOS E PARADOXOS NA MEDIAÇÃO FAMILIAR A PARTIR DA LEI 11.340/2006

A Lei 11.340 de agosto de 2006, intitulada de Lei Maria da Penha, dispõe sobre o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, provocando imediato impacto na sociedade através das acaloradas reações do movimento de mulheres. A nova legislação é resultado de um longo processo histórico de construção social do problema da violência contra as mulheres no Brasil e traz, em seu texto, várias marcas reveladoras dos embates dos movimentos de feministas (FARAH, 2004).

É preciso considerar que a Lei Maria da Penha é decorrente de articulações das esferas político-acadêmicas, em que o cenário da violência contra a mulher foi tornando-se objeto de reivindicações do movimento feminista. A agenda dos movimentos sociais nos anos 70 em torno das passeatas de protesto agregava a problemática de gênero e a participação das mulheres que deixam a esfera privada e passam a atuar no

espaço público. A década de 80 foi marcada pela criação de políticas públicas como o SOS Mulher, o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) e as delegacias especializadas. Na década de 90 o Estado Brasileiro ratificou diversos compromissos: a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994) e a Declaração e a Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing (1995), que se constituem, no Brasil, a agenda atual de discussão sobre a questão de gênero e violência contra a mulher. Estes acordos, com os quais o Brasil se comprometeu, foram mecanismos importantes na adoção, por parte do Estado, de políticas e medidas efetivas de combate à discriminação e violência contra a mulher (FARAH, 2004).

O caso Maria da Penha Maia Fernandes obteve repercussão internacional, por representar o desamparo vivido por mulheres em situação de violência doméstica no cenário brasileiro. Em 1983, Maria da Penha sofreu duas tentativas de homicídio – por tiros e eletrocução – praticadas por seu companheiro. Na primeira, com arma de fogo, deixando-a paraplégica, e na segunda, por eletrocução e afogamento. O marido de Maria da Penha, professor universitário, só foi punido depois de 19 anos de julgamento e ficou apenas dois anos em regime fechado. Diante do descaso do Estado, da morosidade da Justiça e da impunidade do agressor, o Centro pela Justiça pelo Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) fizeram uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos OEA (Órgão internacional responsável pelo arquivamento de comunicações decorrentes de violação desses acordos internacionais). Essa denúncia resultou numa carta de recomendação da reforma no sistema legislativo brasileiro no combate da violência doméstica contra a mulher (RINALDI, 2008).

Um dos primeiros desdobramentos dessa recomendação, em 2002, com o lançamento da Plataforma Política Feminista e o

consórcio de entidades feministas (CFEMEA, THEMIS, ADVOCACY, AGENDE, CEPIA e CLADEM), foi a criação de uma minuta de Projeto de Lei integral estabelecendo diretrizes para a política nacional articular o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. Entre 2004 e 2006, as discussões do Projeto foram realizadas por meio dos fóruns de mulheres em todos os estados do Brasil, audiências públicas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (CENTRO FEMINISTA DE ESTUDO E ASSESSORIA, 2007).

A lei nº 11.340/2006, sancionada no dia 7 de agosto de 2006, em seu artigo 1º, define sua intenção: *cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.*

Como pode ser observado, a Lei Maria da Penha³⁹, trouxe mudanças ao Poder Judiciário brasileiro, pois prevê a criação de Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, estabelece a criminalização do agressor e o afastamento compulsório do mesmo. Rifiotis (2007) aponta que a violência conjugal passou a partir dessa lei a uma criminalização primária, havendo uma legitimação da penalização de homens e mulheres atores de violência contra mulheres.

Com a criação dos juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher serão agregados os processos cíveis e criminais, conforme consta na Lei: *Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios.* Em Santa Catarina, até a presente data, esses juizados especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher não foram

ainda criados. Como alternativa, cada Fórum da Grande Florianópolis tem elegido uma das Varas Criminais como responsável pelos casos de violência conjugal. Após lavrar o Boletim de Ocorrência e realizar o Inquérito Policial nas delegacias, esses são encaminhados a Vara Criminal do Fórum. Com esse encaminhamento o casal é convocado a comparecer na primeira audiência onde a intenção é realizar a medida protetiva, conforme prevê os artigos 18º e 19ª da Lei Maria da Penha. Nessa audiência⁴⁰, o juiz prevê as medidas protetivas de urgência (afastamento compulsório do agressor da ofendida, pensão, guarda) por caráter temporário e encaminha a mulher à Assistência Judiciária para iniciar o processo de separação.

Como os casos de separação e divórcio, ou ainda, os casos de pensão de alimentos e guarda, são agrupados dentro da variável “questões familiares”, os juízes da Vara Criminal realizam o processo penal e encaminham as mulheres para a Vara Cível. Neste momento, as mulheres necessitam ingressar novamente em fila de espera para poder fazer seu pedido junto à Assistência Judiciária.

Frente à complexidade na definição do que é cível e do que é penal, ficam essas mulheres desamparadas, haja vista a morosidade dos serviços da Justiça., configurando nova situação de violência. Este tipo de violência pode ser definido como institucional, na medida em que a Justiça nega um serviço diferenciado como previsto pelo o artigo 8º da Lei 11.340-2006 que dispõe: “*I – a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação*”.

Mulheres em situação de violência doméstica chegam freqüentemente ao Serviço de Mediação insistindo que sejam atendidas, pois querem agilizar a separação. Além da morosidade dos processos de separação, há o desamparo vivenciado, e os Serviços de Mediação parecem trazer novas possibilidades para elas. Tomando as narrativas das mulheres, tem-se um impasse para o (a) mediador (a) já que, como

apontado anteriormente, tem-se um critério definido que exclui essas mulheres desse atendimento. A questão que se coloca é se não haveria realmente possibilidade de diálogo entre o casal para a homologação da separação, mesmo após situações de violência, de forma que pudessem ser atendidos pelo serviço de mediação.

O acesso à Justiça por formas alternativas, como é o caso da mediação familiar, poderia ser um meio capaz de atender essas mulheres em situação de violência conjugal, pois na maioria dos casos o casal continuará encontrando-se em diversas situações processuais. Entende-se que, alguns casos de violência, ainda que não todos, poderiam ser acolhidos na mediação familiar enquanto não houver as mudanças necessárias no Judiciário que a Lei 11.340/2006 prevê com a criação dos juizados especiais para os casos de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher. Esse serviço poderia ser uma alternativa imediata e mais eficaz para a homologação da separação de casais em situação de violência psicológica e moral.

A mediação familiar pode ser identificada como *locus* da Assistência Judiciária privilegiada para acolher essa demanda. Como essa lei tem se popularizado, as mulheres poderão associar o espaço jurídico, em específico a mediação familiar, como local no qual elas poderão estar enfrentando suas vivências marcadas pelas violências. O Serviço de Mediação Familiar também pode se inserir na rede de apoio à mulher em situações de violência conjugal, pois nesse espaço existe amparo jurídico estatal de suporte do enfrentamento à violência. A mulher pode sentir-se beneficiada com um processo de separação menos moroso, pois enquanto não há separação o vínculo entre o casal persiste havendo mais chances da violência ser reincidida, além dos possíveis encaminhamentos às inúmeras entidades participantes das políticas públicas como Delegacias, CEVIC (Centro de Atendimento a Vítima de Crime), dentre outros.

Gregori (1993), Soares (1999) e Rifiotis (2004) problematizam as políticas de atenção e enfrentamento às violências, como os SOS mulher e as delegacias de mulheres no contexto norte-americano e nacional, e sua complexidade na mediação das violências conjugais como espaço de prevenção e acolhimento dessas mulheres. Grossi (2008) nos sugere pistas de como, metodologicamente, lidar com relações intersubjetivas onde as dores decorrentes da violência se fazem presentes, referindo-se a busca dos diferentes significados culturais do sofrimento humano, assim como, o exercício *antropológico do distanciamento* que nos possibilita desnaturalizar as violências presentes no âmbito social, incluindo as de origem conjugal.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Este artigo problematizou a objeção no atendimento de casais em situação e/ou histórico de violência no Serviço de Mediação Familiar. As discussões apresentadas mostram que as relações de poder presentes nas situações de violência tiveram recentemente leituras mais críticas, a partir das contribuições de Foucault, que trata das facetas do poder não apenas de uma forma coercitiva, punitiva, mas produtiva e operante em todas as relações sociais. As relações de poder ainda incluem “a possibilidade de resistência, que é fundamental na contraposição a todas as formas de opressão e violência” (NARVAZ; NARDI 2007, p. 56). A partir de análises foucaultianas sobre o poder, compreendido como não centrado na dominação masculina, as estudiosas de gênero passam a problematizar a violência como parte da relação afetivo-conjugal, na qual “há uma circulação do poder no interior do casamento e não uma divisão estanque do mesmo” (GROSSI, 1998, p. 305).

Assim, considera-se importante que essas mulheres vítimas de violência tenham o direito de escolha em serem atendidas no Serviço de Mediação Familiar, não definindo a priori que casais

em situação de violência não tenham possibilidade de diálogo. As discussões de gênero, adotada pelas Ciências Humanas, se inscrevem na noção de *violência conjugal*, devido ao novo olhar proposto, que destaca as violências como relacionais. A partir dessas leituras, o conceito de *violências conjugais* como relações não mais centradas na noção de “mulher vítima” e “homem agressor”, pois ambos os atores, estabelecem formas de organização e comunicação específicas em cada relação.

Por fim, salienta-se que, enquanto não houver a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher previstos na Lei 11.340/2006 essas mulheres enfrentam filas para realizar o processo de separação. Sendo assim, o Serviço de Mediação Familiar pode se constituir como uma rede de apoio à mulher em situações de violência conjugal, na medida em que se pode realizar a separação, contribuindo para não reincidência da violência. Além disso, a mediação pode ser um instrumento de transformação das relações violentas, devido a esta, ser intermediada por um profissional qualificado que poderá realizar inúmeros encaminhamentos.

Conclui-se por uma proposta em que casais em situação de violência conjugal possam ser abordados no Serviço de Mediação por uma perspectiva menos cristalizada, constituindo-se em um espaço para o reconhecimento de suas demandas por meio de uma escuta qualificada. Ainda que não seja possível concretizar-se a mediação, com o casal, a escuta dessas mulheres poderá ser uma forma de intervenção, onde cabe ao mediador(a) apreender a lidar com esta problemática sem se pautar em seus atributos morais com base apenas na noção simples e particularizada do crime, do ato provocado contra as mulheres, ou até mesmo na cumplicidade que torna o fenômeno velado. Faz-se necessário discutir essas práticas através das complexas relações que são organizadas no conjunto da sociedade. Trata-se de incluir, no fenômeno das violências conjugais, a reflexão sobre saberes e atitudes morais que foram incorporados e permanecem vigentes em relação às questões de gênero e a conjugalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁVILA, E. M. *Mediação Familiar* - formação de base. Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Florianópolis. Maio/2004.
- AZEVEDO, M.A. *Mulheres espancadas*. São Paulo: Cortez, 1985.
- BANDEIRA, L. Violência sexual, imaginário de gênero e narcisismo. In: BANDEIRA, L.; SUÁREZ, M. (Orgs). *Violência, Gênero e Crimes no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15. Editora Unb, 1999.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
- CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.
- BONETTI, A. de L. *Entre Feministas e Mulherista – uma etnografia sobre promotoras legais populares e Novas*. Dissertação (Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social. UFSC Florianópolis, 2000.
- CHAVES, N.M.; MACIEL, S.K. Mediação Familiar nos casos de dissolução de sociedade e vínculo conjugal. In: CRUZ, R.M.; MACIEL, S.K.; RAMIREZ, D.C. *O trabalho do psicólogo no campo Jurídico*. Casa do Psicólogo, São Paulo, 2005.
- CENTRO FEMINISTA DE ESTUDO E ASSESSORIA. *Lei Maria da Penha: do papel para a vida, comentários a Lei 11.340/2006 e sua inclusão no ciclo orçamentário*. Brasília: CECIP, 2007.
- CÔRREA, Mariza. *Os crimes da paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FARAH, M.F.S. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 1. 2004
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Cabral et al. Rio de Janeiro: NAU, 2003.
- GREGORI, M.F. *Cenas e queixas: um estudo sobre as mulheres, relações violentas e prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1993.
- GROSSI, M.P. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, J.M.; GROSSI, M.P. *Masculino, Feminino, Plural – gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis. Ed. Mulheres, 1998.
- GROSSI, M.P. O significado da violência nas relações de gênero no Brasil. *Sexualidade, gênero e sociedade*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1995.
- GROSSI, M.P. Violência, Gênero e Sofrimento. RIFIOTIS, T.; HYRA, Tiago (Org.). *Educação em Direitos Humanos: Discursos críticos e temas contemporâneos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
- HEILBORN, M.L. Mulher e Violência. In: VELHO, G. e ALVITO, M. (Orgs). *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- MACHADO, L.Z. Introdução. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (Orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- MAGNANI, J.G.C. *Festa no pedaço – cultura popular e lazer na cidade*. 2. ed. São Paulo: Hucitec UNESP: 1998.

NARVAZ, M.; NARDI, H.C. Problematizações feministas à obra de Michel Foucault. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, v. VII, n.1, Fortaleza, mar/2007, p. 45-70.

RINALDI, A.A. Violência e gênero – A construção da mulher como vítima e seus reflexos no Poder Judiciário: a lei Maria da Penha como um caso exemplar. Trabalho apresentado na 26ª. *Reunião Brasileira de Antropologia*, junho/2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

RIFIOTIS, T. Violência, Judicialização das Relações Sociais e Estratégias. In: VII Reunión de Antropología del Mercosur, 2007, Porto Alegre, *VII Reunião de Antropologia do Mercosul. Desafios Antropológicos*. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2007. p. 1-14.

SOARES, B.M. *Mulheres Invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

PSICOLOGIA, VIOLÊNCIA E ORGANIZAÇÕES PRISIONAIS

Marcos Erico Hoffmann

ORGANIZAÇÕES PRISIONAIS E SEUS DILEMAS

O desafio da tarefa de estudar temas como violência, criminalidade e organizações prisionais, reside no fato de que são termos que não se referem a seres, tampouco a situações e realidades com vida própria. Dizem respeito a resultados de situações, de realidades e de decisões com múltiplos objetivos e interesses, nem sempre muito claros. Para deixar ainda mais turva a visão desses fenômenos, existe a influência ideológica que, de alguma forma, obnubila a todos, ainda que haja intenção de se manter afastados de tais influências. Todavia, a realidade aí está, atinge a todos e de forma cada vez mais direta, próxima e, aparentemente, inevitável. Diante disso, o estudo desses temas se faz necessário, não apenas para contribuir com a Ciência, mas também no intuito de buscar soluções para problemas sociais que necessitam de respostas urgentes. Na tentativa de fomentar o debate sobre essa temática tão controvertida, algumas reflexões precisam ser realizadas.

As categorias de profissionais que costumam oferecer filiados para trabalhar em estabelecimentos penais, por exemplo, geralmente possuem Códigos de Ética que norteiam sua práxis. Em seus compêndios, há princípios e normas que visam assegurar a liberdade, a dignidade, a igualdade e a integridade do ser humano. Ou seja, nada diferente daquilo que preconiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Contudo, é no confronto com a realidade que o profissional começa a sentir o

quão complexa é a sua prática, uma vez que é aí que se depara com a multiplicidade (com suas respectivas contradições) dos objetivos de uma organização. Depara-se, também, com as freqüentes limitações de recursos e as influências externas. Da mesma forma, são comuns as interrogações a respeito de “para quem o psicólogo trabalha?” e “o seu cliente será a segurança da sociedade? Ou o próprio preso?”. Certamente, um profissional atento ao seu papel social, dedica tempo para refletir sobre esses complexos dilemas. Com certeza, pelo menos para ele, as ações ideológicas não retiraram, de todo, sua capacidade crítica.

Quando uma organização é criada, naturalmente, há razões que legitimam esse fato. Trata-se dos objetivos, cujo alcance se efetiva com as ações desenvolvidas na organização. Vale destacar, tais ações justificam não somente a criação, mas, também, a existência daquela entidade. Entretanto, à revelia dessa gênese formal, assim que se começa a avaliar os fenômenos comuns às organizações em atividade, uma série de fatos e situações novas são observados. Katz e Kahn (1987) destacam os movimentos de sobrevivência que as organizações realizam, tentando assegurar também a autopreservação, tal como um ser biológico. Ou seja, procuram combater a dispersão e a tendência a desorganizar-se, que os autores chamam de entropia. Nessa contínua busca pela preservação, geralmente importando e armazenando mais energia do que precisariam, as organizações acabam lutando por objetivos que diferem daqueles para os quais foram criadas. Além disso, há, também, as metas daqueles que fazem parte da organização. Incluem-se aí os objetivos de sua equipe dirigente, dos demais empregados, do público externo, dos fornecedores, etc. Perrow (1976) e Etzioni (1989) apontam essa complexidade como um dos principais agentes de conflitos nas organizações.

Por conseguinte, no caso das organizações prisionais, uma série de objetivos podem ser constatados, muitas vezes, em desacordo entre si. Destacadamente, dois importantes objetivos são previstos em lei, para que sejam buscados nessas

organizações: *custódia* - manter os presos confinados e sob a tutela do Estado, no período em que for legalmente determinado; *reabilitação* - proporcionar ao preso a assistência necessária para que ele retorne depois para a sociedade, livre dos fatores que o levaram à prisão (BRASIL, 1986). Ocorre que esses dois objetivos não apresentam uma convivência harmônica entre si, pois a busca de um parece mitigar o alcance do outro, na prática. Os funcionários da segurança, cuja missão é a manutenção da ordem, vêem as atividades de reabilitação como quebras de rotinas, movimentação inútil e como ameaças à paz e à tranquilidade do estabelecimento. Por sua vez, os profissionais da reabilitação e assistência, tendem a ver os funcionários da segurança como “insensíveis” ou “truculentos”, ou ainda “não conscientes”, pois parecem se preocupar demasiadamente com as rotinas da organização que garantam a calma e a anulação do poder de ação dos internos (HOFFMANN, 1992).

As organizações carcerárias, até agora, mesmo com a introdução de modernas técnicas psicoterapêuticas e educacionais, têm se mostrado ineficazes em seus objetivos de socialização e reinserção dos internos. Pelo contrário, o aprisionamento constitui o momento crucial para o fenômeno da marginalização (o infrator passa a ser visto e tratado como criminoso, delinqüente). E esta população, agora, é administrada já como ocupante do novo papel (BARATTA, 1997). Da mesma forma, as inovações das novas leis penitenciárias não têm mudado de modo significativo a natureza desses estabelecimentos.

Historicamente, as prisões têm apresentado fracassos como agências controladoras da criminalidade e como encarregadas de reabilitação do indivíduo. Por isso, a extinção das prisões é vista como uma possibilidade que tem significado semelhante ao fim dos manicômios, para a Psiquiatria. O que parece dificultar ainda mais os processos de reinserção social é a própria contradição de sua natureza. Se, de um lado, há uma sociedade que exclui (o preso), como esperar que esta

sociedade vá interessar-se pela reinserção desse mesmo indivíduo? As ações pedagógicas que objetivam a reinserção vão de encontro às ações e atitudes de exclusão. Enfim, é incompatível pretender, ao mesmo tempo, excluir e incluir (BARATTA, 1997).

Convém destacar, entretanto, que situações contraditórias e paradoxais não são características exclusivas das organizações prisionais. Pagès e colaboradores (1987) descrevem as contradições e ambivalências detectadas em outros tipos de ambientes organizacionais. Para os seus internos, por exemplo, a organização pode ser comparada a máquinas: de um lado, uma grande máquina de prazer e, de outro, uma máquina de angústia. Contudo, é nesse ambiente de oposições e situações discrepantes que a pessoa necessita conviver, no seu dia-a-dia. Quando não se consegue mudar ou alterar de forma significativa o ambiente e a estrutura que causam desconforto, uma das saídas é recorrer às alternativas de adaptação e de negociação.

O processo que costuma servir de aliança entre as restrições (coerções) da organização e os privilégios (vantagens) oferecidos aos indivíduos recebe o nome de mediação (PAGÈS et al., 1987). Esse fenômeno ocorre de múltiplas formas, atingindo diversas áreas da vida de uma pessoa, como: econômica, política, ideológica e psicológica. A organização pode ser vista como um sistema de mediações, pois, dinamicamente, emite resposta a contradições. A mediação implica antecipação dos conflitos, absorvendo e transformando as contradições, para que não culminem em conflitos coletivos. Para tanto, a organização costuma dedicar alguns cuidados a fim de manter o controle sobre o indivíduo, considerando os diversos aspectos de sua vida. Ela procura atuar de forma congruente para evitar choques de valores, por exemplo, e outras situações consideradas intransponíveis. Concretizada esta primeira etapa, o indivíduo passa a ser convocado a reproduzir a organização à sua maneira. Com isso, evita-se, sempre que possível, pelo menos em alguns aspectos, as

medidas coercitivas, dadas as conseqüências indesejáveis que acarretam.

O uso de coerção como forma de buscar mudanças de comportamento, tal como é utilizado nas prisões, é questionado por Sidman (2003). Para o autor, um sistema de Justiça que se baseia somente na punição, até pode manter afastadas do crime algumas pessoas e criar a oportunidade de revanche para com aqueles que transgrediram as leis. O problema são as contra-indicações e efeitos que as práticas coercitivas ocasionam. Via de regra, as pessoas que sofrem coerção procuram escapar das situações que lhes causam punição. Quando isso não é possível, o efeito colateral mais freqüente é o contracontrole. Ou seja, diante da impossibilidade de fugir ou de se esquivar, as pessoas desenvolvem outras maneiras de se livrar das punições ou ameaças. Elas aprendem a controlar seus coatores. Resultados mais eficazes seriam obtidos se fosse ensinado às pessoas o que fazer e não, simplesmente, alertadas sobre o que não fazer. Nas prisões, em determinadas rotinas, práticas e condutas, é difícil determinar se quem controla é o preso ou o agente prisional. Freqüentemente há acordos não escritos e pactos informais, que sequer chegam a ser verbalizados. Além disso, um Código Penal coercitivo pode também causar reações de subterfúgio e desobediência, bem como de brutalidade para aqueles encarregados de fazer cumprir o sistema.

O que a sociedade espera das prisões é o seguro confinamento dos reclusos, destaca Foucault (2005). É como se quisesse manter a idéia de que, com um lugar demarcado para prender os “delinqüentes”, fosse assegurada a tranqüilidade dos demais e a ilusão de que, efetivamente, os sujeitos nocivos para a comunidade são os que praticaram determinados delitos – e não outros membros da sociedade que ficam livres, portanto, de tais acusações. Assim, para Foucault (2005), a principal utilidade das prisões consiste em apontar e definir determinado tipo de transgressão como delinqüência, diferenciando-a de outras, talvez mais nocivas para a sociedade do que as primeiras, aquelas que levam determinados tipos de indivíduos

para o interior das prisões. Baratta (1997), por as vez, chama atenção para o tratamento dispensado pela sociedade punitiva ao preso e questiona se, de fato, o que se quer é a reinserção. Pode ser verificado, com facilidade, que há controle e observação mesmo após a detenção, parecendo visar à perenidade do estigma que a condenação marcou no indivíduo. Nesse novo panóptico, que não necessita de muros, perdura o controle e a gestão desta nova categoria particular de marginalização, o mundo dos criminosos. Para o autor, o sistema penitenciário, em seu conjunto, é contrário à reinserção do preso e obtém sucesso ao criar e manter a nova forma de marginalização.

Todavia, o enfoque ideológico que justifica a existência das prisões, prega que as mesmas têm finalidades retributivas, para prevenir, por meio da intimidação. As outras funções seriam as da reeducação, numa prevenção especial. Enfim, a pena pode ser analisada na perspectiva de uma teoria polifuncional, sendo que as atuais tendências, ainda sob o enfoque ideológico ou idealista, procuram dar ênfase às finalidades de reeducação. Diferente dessa perspectiva, Baratta (1997) defende o que chama de enfoque materialista ou político-econômico, que se opõe ao que tem sido dominante na sociedade. Na concepção materialista há duas teses principais: a primeira preconiza que, para compreender a realidade das prisões e o seu desenvolvimento histórico, é preciso considerar a função que estas efetivamente têm cumprido na sociedade. A segunda defende que, para estudar as prisões, há que considerar os tipos de sociedade em que as mesmas surgiram e se desenvolveram como estabelecimentos penais.

Independente das diversas concepções sobre prisão, quando o indivíduo ingressa numa delas, passa por processos de admissão que, conforme Goffman (1974), podem ser chamados de “arrumação” ou “programação”. Após serem “enquadrados”, os novatos passam por uma espécie de reificação para constituir parte da máquina administrativa do estabelecimento, incorporando-se às ações de rotina. Ao fazer parte do ambiente

prisional, o sujeito, muitas vezes, é obrigado a pedir permissão ou solicitar instrumentos para realizar atividades que, no mundo externo, faria sozinho. Assim, há um controle e interferências sobre atividades como fumar, barbear-se, ir ao banheiro, telefonar, colocar cartas no correio, etc. Por essa razão, o autor utiliza o termo “instituição total” para definir o local em que residem um grande número de pessoas que ali realizam todas as suas atividades e necessidades básicas. Inclui-se o trabalho, a alimentação e o lazer. Levam uma vida fechada e separada da sociedade por considerável período de tempo e possui uma administração formal. Por conta disso, a instituição total é considerada um híbrido social, ou seja, é tanto comunidade residencial, quanto organização formal. Goffman (1974) destaca que os internos das instituições totais têm todo o seu dia previamente determinado. Dessa forma, suas próprias necessidades essenciais precisam estar dentro de certo planejamento. No que se refere ao trabalho, por exemplo, o incentivo que lhes é dado tem um significado diferente do mundo externo. Com isso, há diferentes motivos e atitudes que podem levar um indivíduo a trabalhar no interior das instituições.

Como instrumento de poder de primeira ordem, assim como qualquer outra organização burocrática, segundo Weber (1982), a prisão existe como elemento de dominação política e social. Por conta disso, a organização vale-se da disciplina, que é a força escolhida para fazer cumprir as ordens dadas. De acordo com Goffman (1974), os integrantes da equipe dirigente tendem a se sentir superiores e responsáveis pelos aspectos corretos da organização. Por sua vez, os internos tendem a se sentir inferiores, frágeis, censuráveis e culpados. Com tal separação entre o pequeno grupo dos que mandam, do grande grupo dos que obedecem, quando se fala em interesses ou interpretações da instituição, refere-se aos interesses ou interpretações da equipe dirigente. Apesar de as organizações burocráticas serem instrumentos de dominação para quem exerce poder sobre elas, estando isso visível ou não, as prisões têm a

peculiaridade de deixar explícito com quem está o controle, seja para demonstrá-lo à sociedade, seja para assegurar a disciplina e a docilidade de seus internos.

Nas prisões, há também o fenômeno da “aculturação” ou “prisionalização”, que ocorre quando o encarcerado desenvolve comportamentos e assimila valores próprios da subcultura prisional. Tais aspectos, via de regra, são opostos aos ideais de mudança que levariam a uma reinserção na sociedade dos “livres” (BARATTA, 1997). Como decorrência da prisionalização, ocorrem dois tipos de processos de “educação”: para ser criminoso e para ser um bom preso. No caso da “educação para ser criminoso”, a hierarquia e as relações informais do conjunto dos presos é dominada por um pequeno grupo com fortes características anti-sociais que, com o prestígio e o poder que desfrutam, servem de modelo para os demais. Não raras vezes, os dirigentes das organizações necessitam negociar com tais lideranças para tomar decisões e conduzir o dia-a-dia do estabelecimento.

Por seu lado, a “educação para ser um bom preso” exige também alguns acordos para manter certo grau de ordem, tanto com relação às normas formais da organização, quanto com relação às normas informais (implantadas por parte dos funcionários). O exercício dessas normas implica, entretanto, a assunção e a prática de padrões exteriores de comportamento, úteis para a manutenção das rotinas da prisão. E essa prática parece ser a finalidade maior, uma vez que os objetivos de educação ficam relegados a um plano sem maior relevância, considerando as atividades desenvolvidas. Uma das principais conseqüências disso é que as atitudes se caracterizam mais pela hostilidade, desconfiança e uma submissão sem consentimento.

O ato de fazer submeter e assegurar a disciplina é uma das principais características da prisão. Para Foucault (2005), a disciplina “fabrica” os indivíduos. Ela consiste numa técnica que considera os indivíduos ao mesmo tempo como objeto e instrumento de seu exercício. O êxito da disciplina se deve ao

olhar hierárquico e às sanções normalizadoras, valendo-se do exame para as tomadas de decisão. O controle se dá, acima de tudo, sobre o corpo do indivíduo. É exercida sobre ele uma coerção contínua, em que seus movimentos, gestos, atitudes, tempos e espaços são também minuciosamente considerados. Nesse novo mecanismo, o corpo humano é obediente para ser mais útil e é útil para ser mais obediente.

Para Prestes Motta e Bresser Pereira (1984), a prisão é uma das muitas burocracias da violência e da assistência voltadas para o problema da delinquência. Suas funções consistem em manter sob controle uma das conseqüências de um modo de produção antagônico e minimizar seu potencial político. Além disso, cumprir o papel em que a ideologia fracassou e tentar reformar, ou manter à margem, aquelas pessoas que não foram atingidas com eficácia pela ideologia dominante. Conforme Prestes Motta e Bresser Pereira (1984), a utilidade da prisão está na docilidade dos corpos que é imposta aos internos, por meio da disciplina. O corpo, alvo e objeto de poder, passam a ser manipulável. De acordo com Goffman (1974), na prisão pouco importam as identidades pessoais e há uma ruptura com o passado do indivíduo e com o meio externo. A impessoalidade ganha lugar e, por conta disso, os uniformes, números e rituais são uma constante no exercício disciplinar.

O profissional que atua nos estabelecimentos penais tem dificuldades até mesmo para definir quem é o seu cliente. Por um lado, sabe que foi contratado por uma organização que representa a sociedade, que lhe remunera por seus serviços e força de trabalho. Por outro, o profissional tem diante de si seres humanos, com os quais precisa trabalhar, seguindo princípios que considerem a liberdade, a dignidade, a igualdade e a integralidade. Haverá compatibilidade nessa situação? Até que ponto conseguirá esse profissional manter-se afastado da influência ideológica?

Pagès e colaboradores (1987) também detectaram e descreveram contradições e ambivalências nos integrantes da organização, muitas vezes, no intuito de permitir a

permanência em seu quadro de trabalhadores. A complexidade dessa situação exige do profissional de Psicologia a consciência de que há diversos fatores envolvidos e que seu maior desafio consiste em administrar a presente realidade, não apenas com preocupação em relação à técnica, mas também com uma postura ética. Do contrário, não haveria sequer razão para a própria existência da organização que contratou seu trabalho. Essa organização, freqüentemente apontada como palco que concentra (ou explicita) ações violentas, precisa ser avaliada como parte de um organismo bem maior – a sociedade.

VIOLÊNCIA, PRISÕES E TENDÊNCIAS

No estudo de temas como prisão, violência e suas relações entre si, há que se avaliar os tipos de transgressões e de ações violentas praticados na sociedade, pois nem sempre estão visíveis e tampouco são percebidos pela maioria. De acordo com Amoretti (1992), o ato de violentar pode ser classificado em dois grupos: o primeiro, que o autor chama de violência explícita, inclui assaltos, homicídios, seqüestros, atentados, estupros, guerras, etc. No segundo grupo, o de violência implícita, inclui fome, miséria, analfabetismo, baixos salários, desemprego, impunidade, corrupção, mudança abrupta das leis, desigual distribuição de riquezas, mortalidade infantil, etc. Ou seja, no primeiro grupo a violência é logo percebida e visivelmente há um sujeito violento e um sujeito-objeto violentado. Há um horror na cena imaginada ou vista. Costuma ser rapidamente reconhecida e priorizada pela mídia e pelo imaginário social. Permite a ilusão de que se sabe de tudo o que ocorre e que nada fica oculto no meio em que se vive. Por sua vez, no segundo grupo não há o sujeito visível da violência e não se constata de imediato o ato violento, tampouco os seus autores. Apenas, supõe-se uma violência mascarada ou invisível. Para muitos, tais fenômenos são vistos com naturalidade (êxito da ação ideológica?), fazendo parte da

história da humanidade. Para outros, seriam estas as causas das outras violências, as mais visíveis e explícitas. Essa violência mascarada, freqüentemente é aceita ou, pelo menos, tolerada e justificada. No interior das prisões, os mesmos fenômenos costumam se repetir, a despeito das peculiaridades do ambiente.

De certa forma, em sua estrutura mais elementar, as organizações prisionais são a ampliação, de modo mais objetivo e menos sutil, de características típicas da grande sociedade: o egoísmo e a violência ilegal, que imperam nas relações sociais (BARATTA, 1997). Nelas, os indivíduos mais frágeis são constrangidos a papéis de exploração e de submissão. Há que ser então questionado, para qual sociedade se pretende incluir o indivíduo que sai de uma prisão. Não seria o caso de, antes, repensar os valores e os comportamentos praticados na sociedade em que se pretende incluir o condenado? Talvez, com isso, se possa atingir o mecanismo de exclusão, bem como identificar com mais propriedade onde estão e quais são os tipos de violência existentes.

Por meio da ação ideológica, uma série de crenças são inculcadas nas organizações. Entre elas, a de que o homem é mau e perigoso (PAGÈS et al., 1987). Por sua vez, a organização é apresentada como boa e protetora. Assim, o culpado não é aquele que age contra a sua consciência, mas aquele que age contra as normas e regras. Dessa forma, é assegurada a perenidade dos preceitos organizacionais. Vale ressaltar, porém, o sistema de regras tem também a função de regular o uso da autoridade sobre os subordinados. Com isso, esse sistema pretende evitar que um dirigente coloque em risco sua autoridade ou que a mesma seja questionada por subordinados, bem como evitar abusos e ações violentas de ambos os lados.

Para fazer frente à situação de grandes limitações e contínuas proibições ditadas pelas normas e regras, os internos desenvolvem os chamados “ajustamentos secundários” (GOFFMAN, 1974). Tais práticas não chegam a desafiar diretamente a equipe dirigente, mas possibilitam, ao interno,

algum tipo de satisfação. Para tanto, utilizam de algum meio ilícito para obter algo desejado, ou utilizam de algum meio lícito, para conseguir satisfações proibidas. Mediante tais providências, os ajustamentos secundários sugerem a presença de certo grau de autonomia e controle do ambiente. Seria uma espécie de abrigo para sua integridade, uma reserva para o eu. Igualmente, o grupo de internos cria mecanismos para resguardar-se de eventuais delações. Por conta disso, cria códigos e meios de controle social informais, visando impedir que um indivíduo vá até a equipe dirigente informar sobre os ajustamentos secundários do outro. Sob o ponto de vista dos internos, as instituições totais podem ser comparadas a um “mar morto”, onde pequenas ilhas costumam apresentar atividades vivas e atraentes. Tais atividades servem para ajudar o indivíduo a suportar o dia-a-dia, bem como as tensões psicológicas provenientes das agressões ao eu.

Como a maioria das organizações, a prisão constitui um *locus* de contradições, em que várias necessidades, obrigações, objetivos e desejos diferenciados precisam conviver. Sendo sistemas de mediações, segundo Pagès e colaboradores (1987), procuram emitir respostas a contradições, antecipando conflitos e minimizando os desacordos. Tentam anular a possibilidade de ocorrer problemas maiores, como os coletivos. Contudo, na prisão, dada a forma coercitiva com que as pessoas são levadas a ingressar e a permanecer em seu interior, a tarefa de conseguir acordos e manter relações pacíficas não é das mais tranquilas (SIDMAN, 2003). De fato, uma guerra de astúcias e de interesses costuma ser continuamente travada, seja para fugir (literalmente) do local, seja para obter uma situação de maior conforto, quando não de segurança, de saúde e de melhor aproveitamento do tempo, entre outras. Registre-se que a satisfação dessas necessidades e desejos ocorre independentemente de estarem ou não dentro dos limites da legalidade. Por isso, uma adequada avaliação dessas condutas não pode ser feita simplesmente do ponto de vista de alguém externo à organização, mas sim, de uma perspectiva que

considere a realidade enfrentada pela pessoa que está vivenciando a situação de aprisionado.

De um lado, os internos, que ali estão contra a sua vontade, procuram amenizar ou livrar-se das situações de coerção, carências e de limitações no seu dia-a-dia. De outro lado, os funcionários do sistema, que sofrem contínuas pressões para que sejam evitadas fugas, rebeliões, motins e outros atos de indisciplina. Um erro, mesmo que ínfimo, um descuido ou uma simples omissão, pode resultar num acontecimento de grandes repercussões, seja para o ambiente, para a sociedade ou, até mesmo, para a integridade física do funcionário, quando não à sua reputação e à sua carreira. Nesse sentido, as movimentações dos presos, os seus pertences, as visitas, os presentes e outros materiais que recebem, passam a ser vistos como ameaças que precisam ser verificadas com rigor. Naturalmente, se possível, completamente evitados, sob tal ponto de vista. Por conseguinte, atividades como aulas, cursos, prática religiosa, trabalho, atendimento técnico, interação com visitas e outras pessoas de fora, costumam ser encaradas com antipatia e também como situações de riscos. Muitas vezes, esses sentimentos e sensações são estendidos aos próprios profissionais que fomentam e incentivam tais práticas. Nessa plêiade de objetivos conflitantes, a tendência é que prevaleça o que a sociedade espera e cobra das prisões: em primeiro lugar, o eficaz confinamento dos reclusos. Pressupõe-se a anulação de seu poder de ação, numa vida disciplinada em que o cumprimento de rituais intramuros seja a garantia do seguro afastamento dos “delinqüentes”, com relação às demais pessoas da sociedade (FOUCAULT, 2005). Para lograr êxito, a prisão utiliza um arsenal de saberes, mesmo que nem sempre originalmente desenvolvido para esse fim.

Vale destacar, a complexa e imbricada relação entre saber e poder. De acordo com Foucault (1992), não existe saber neutro, pois todo saber é político. Não apenas porque o Estado se apropria do saber e dele faz instrumento de dominação, mas porque todo o saber nasce de relações de poder. E, além de todo

saber constituir novas relações de poder, nestas relações há novas formações de saber. Alguém então poderia perguntar, por que se obedece ao poder se, aparentemente, este se caracteriza por ações repressoras e proibitivas? Conforme Foucault (1992), o poder não é uma força que se limita a apenas dizer “não”, mas que também permeia, produz, induz ao prazer, forma saber e produz discursos. Do mesmo modo, a verdade não existe, em seu sentido absoluto. O que distingue o verdadeiro do falso também é fruto de relações de poder. A verdade pode ser entendida como um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. Ela está ligada a sistemas de poder que a produzem e a apóiam. Portanto, seria ilusório querer “depurar” a verdade dos sistemas de poder e de outras influências. Para o autor, o problema está na própria verdade. Com isso, não bastaria querer mudar a “consciência” das pessoas, mas precisaria ser repensado o regime político, econômico e institucional que produz aquilo que é conhecido como verdade.

Se os regimes político, econômico e institucional, bem como os sistemas de poder produzem o saber e a própria verdade, o mesmo se pode esperar das organizações que fazem parte de determinada sociedade. Não costuma haver significativas diferenças entre as características da organização e as da sociedade na qual está inserida. Dessa maneira, se há ações que podem ser apontadas como violentas na coletividade, seja de forma explícita ou implícita, o mesmo pode ser esperado de suas organizações, inclusive as prisionais. Conforme Pagès e colaboradores (1987), uma organização não possui ideologia própria. Ela tem por base os aparelhos ideológicos da sociedade, como a família, a religião e a educação, sendo reforçada por eles e os reforçando ao mesmo tempo. Tais “aparelhos” são chamados de “instituições” por Schvarstein (1995). Para este autor, as instituições “atravessam” as organizações, sendo que estas constituem o *locus* em que as instituições se materializam.

Prisões constituem um tipo de organização que, regra geral, ninguém quer fazer parte de seu grupo de internos. Todavia, as pessoas nelas ficam trancafiadas, não apenas devido à força da Lei, mas também pela aceitação da ideologia que as criou e as mantém. Dessa forma, nem sempre é necessário recorrer à força física para deter ou manter alguém aprisionado. A ideologia refere-se a um sistema de representação, do qual os dirigentes se utilizam para mascarar e interpretar a realidade (PAGÈS et al. , 1987). A ideologia predominante em determinado grupo ou organização é constituída por diversos elementos, com variadas heranças de épocas diferentes. A classe dominante só consegue difundir sua ideologia e defender seus próprios interesses, se conseguir integrar as ideologias daqueles a quem deseja atingir. Para tanto, precisa interpretar a realidade de forma que sejam consideradas as práticas sociais dos membros da organização, e que a concepção de mundo oferecida contemple as suas aspirações.

Na prática, tudo isso ocorre de forma dinâmica e uma série de novos fenômenos e situações são gerados, merecendo também algumas considerações. Assim, uma primeira observação a ser destacada refere-se ao caráter de impessoalidade que, usualmente, caracteriza o tratamento dado aos internos das chamadas instituições totais, conforme Goffman (1974). Nessas organizações, em que as pessoas costumam realizar todas as atividades mais elementares em seu interior, são ignoradas as suas características individuais, importando mais o andamento das rotinas planejadas para o estabelecimento. Provavelmente, é por isso que, com frequência, os reclusos se mostrem mais sensíveis a contatos pessoais, e os resultados dos trabalhos realizados sejam bem mais exitosos quando efetuados individualmente. Tal constatação corrobora, uma vez mais, os princípios da maioria dos procedimentos terapêuticos que consideram o perfil e os objetivos pessoais dos pacientes/clientes atendidos.

Nessa mesma perspectiva, não é difícil observar que, com um número menor de pessoas a serem “tratadas”, viabiliza-se com

melhores resultados os objetivos propostos. Isso confirma, outra vez, a inadequação dos tratamentos “de massa” que costumam ser dedicados aos indivíduos internados em organizações que abrigam dezenas, centenas ou, até, mais de 1000 pessoas. Vale lembrar, as dificuldades presentes nesses locais, não se limitam ao fracasso dos procedimentos terapêuticos. Novos problemas têm origem, como a luta pela mera sobrevivência, uma vez que novos conflitos são criados, seja pela tensão entre os próprios internos, seja pela necessidade de se relacionar com o grupo de empregados da organização. Diante disso, é visível o caráter pernicioso das grandes organizações prisionais, em que a luta pela sobrevivência, muitas vezes brutal, alimenta ainda mais as ações violentas, fazendo com o que o próprio aprisionamento, apregoadado como de caráter reformador, na verdade desempenhe um papel criminogênico no que se refere à prática delituosa. Daí a necessidade de se pensar em pequenas organizações e, ainda assim, somente para aqueles casos em que há efetiva necessidade do afastamento de determinados indivíduos do restante da sociedade.

A outra modalidade de reprimenda, possivelmente a mais recomendável, no conjunto de possibilidades desse “mal necessário”, como o reconhece Foucault (2005), parece consistir nas chamadas penas alternativas. O trabalho, a prestação de serviços à comunidade e, via de regra, o acompanhamento profissional, sugere ser uma prática bem próxima daquilo que pode ser considerada uma ação terapêutica. Nessa modalidade, o “sentenciado” tem o compromisso de trabalhar, seguir horários e uma conduta prescrita em códigos, mas livre das pressões, ameaças e riscos que caracterizam as organizações coercitivas para onde são levados indivíduos que lá deverão ficar contra a sua vontade.

Outra importante constatação, principalmente a partir de 1990 (aproximadamente), diz respeito à presença da droga na maioria das ocorrências criminosas. Não apenas nos delitos praticados na sociedade, mas também nos conflitos existentes

na prisão. Há que ressaltar, a busca e o fornecimento das drogas têm alterado significativamente as relações de poder no interior das organizações prisionais. Da mesma forma como acontece na sociedade dos “livres”, a luta pelo espaço de comercialização, assim como a competição em torno de quem manda nesse segmento, tem criado fatos novos que, freqüentemente, têm culminado em novas ações violentas. Com isso, a problemática das drogas não se restringe mais às preocupações dos profissionais da Saúde, mas também da Sociologia e da própria Ciência Política, entre outros.

As razões pelas quais os reclusos recorrem ao uso das drogas mereceriam um estudo à parte. No entanto, não é difícil constatar que, além das dificuldades pessoais, a ociosidade, o tratamento impessoal, o excessivo número de normas e regras a cumprir, a falta de práticas laborais adequadas, além das limitadas ofertas de atividades educacionais e de instrução para o trabalho, parecem intensificar o problema. Sem falar que o preso costuma demonstrar sinais de carência, dos mais diversos tipos. Além de não dispor de muitos recursos materiais e financeiros, revela-se curioso e interessado por atividades novas, por aprender mais e, simplesmente, por livrar-se da rotina. Talvez por isso, ele geralmente seja receptivo a atividades inusitadas, mostre-se empenhado em freqüentar a escola, cursos profissionalizantes e quaisquer outros que, de alguma maneira, lhe despertem algum interesse.

Precisa também ser mencionada e discutida a situação dos egressos. Não obstante as dificuldades todas vivenciadas, tanto pregressas como durante o período em que o indivíduo ficou preso, muitas vezes está ele interessado em levar uma nova vida, distante das práticas criminosas. Porém, o egresso se depara com problemas de toda sorte. Freqüentemente, sua família se encontra em situação mais precária do que quando de sua entrada na prisão. O mercado de trabalho transformou-se rapidamente e, por conta disso, suas possibilidades de conseguir lugar nesse meio se encontram ainda mais prejudicadas. Sem falar do peso do estigma de ex-presos que o

indivíduo agora carrega consigo. Por isso, há necessidade de uma estrutura que trate especificamente dessa população, pois o ex-presos, principalmente nos primeiros tempos pós-cárcere, necessita de um suporte amplo, não apenas de recursos materiais, mas também de apoio psicológico e social, entre outros.

A problemática até aqui apontada não constitui uma particularidade que a categoria dos psicólogos constata ou enfrenta. Outros profissionais, principalmente aqueles de alguma forma ligados aos objetivos de reabilitação de reclusos enfrentam os mesmos conflitos e limitações. É válido também destacar, as pessoas que se encontram internadas nos estabelecimentos penais precisam de diversas intervenções e não apenas de âmbito psicológico. Como quaisquer outras pessoas, carecem de atenções também em outros aspectos de sua vida, como saúde, educação, fé religiosa, convivência social, preparação profissional, etc. Portanto, precisa ser percebida de forma holística, ou seja, no seu todo. Daí a necessidade de um trabalho interdisciplinar, como sugere Fazenda (1993). Segundo a autora, a parceria entre as várias formas de conhecimento favorece a construção coletiva do conhecimento novo, prático ou teórico. Mais que isso, a interdisciplinaridade é categoria de ação, estimulando a efetiva contribuição de cada um em busca da saúde (em seu sentido amplo) do ser humano.

Ao leitor, parece não ser difícil perceber o grande distanciamento que existe entre o que a Ciência até agora conseguiu produzir e a realidade das prisões. Não apenas no Brasil, mas em todas as partes do mundo, as organizações prisionais parecem refletir as falhas, as lacunas, os abusos, as injustiças e as situações de desigualdade que caracterizam a humanidade. O referido distanciamento, provavelmente, não se deve unicamente ao que a Ciência produz ou deixa de produzir, mas também a fatores políticos, ideológicos, culturais, educacionais, etc. Daí a importância das trocas entre os profissionais, seja de informações e de práticas, seja de idéias e de projetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ponderações críticas sobre as organizações prisionais costumam existir e das mais diferentes formas. Regra geral, as prisões são vistas como *locus* de dilemas e paradoxos dos mais diversos tipos. Alguns de seus críticos mais célebres, como Foucault (2005), Baratta (1997) e Sidman (2003) questionam a própria existência das organizações prisionais. Contudo, ainda as vêem como “um mal necessário”, não conseguindo criar alternativas que, de forma concreta, dispensem a sua existência. O saldo dessas contribuições críticas e da própria Ciência, de modo geral, são reflexões que podem proporcionar mudanças nessas organizações. Todavia, os conhecimentos, bem como qualquer produção científica, são meros instrumentos e, como tal, não possuem vida própria. Tudo depende da vontade política das coalizões de poder que exercem algum tipo de mando sobre as organizações. Se as organizações são instrumentos de poder para quem controla o aparato burocrático (WEBER, 1892) e quem controla o poder recebe influências da sociedade, a responsabilidade é de todos os cidadãos. Desse modo, uma nova situação dilemática surge: ou os cidadãos percebem a sua responsabilidade e fazem uso de seu poder de influência ou omitem-se, uma vez que a diluição da responsabilidade também é um fenômeno típico das situações que envolvem grandes grupos de pessoas. Subsistirão, com certeza, as decisões que sofrerem mais eficazes influências das ações ideológicas. E estas, vale lembrar, não são oriundas somente de um determinado grupo, mas são fruto da interação dos diversos grupos e das comunidades envolvidas. Novamente, a sociedade toda está potencialmente envolvida.

A despeito da complexidade da situação, as organizações prisionais aí estão e, em algumas delas, psicólogos e outros profissionais realizam seu trabalho. O psicólogo certamente tem, aprioristicamente, intenção de atuar seguindo os preceitos de seu Código de Ética. Porém, para o êxito de seu trabalho e

para a sua própria sobrevivência na organização, terá que conhecer e levar em conta as pressões pela custódia, cuja eficácia a sociedade espera e exige da prisão. Assim, suas ações oscilarão entre as de um agente de transformação e as de um “carcereiro de luxo”, ou seja, limitando-se a apaziguar eventuais anormalidades no ambiente.

Por outro lado, um equívoco que costuma persistir consiste na crença de que prisões seriam violentas e, por isso, diferentes da sociedade na qual estão inseridas. Entretanto, é a sociedade quem define o que é crime, quem são os criminosos, quem aplica as leis e a serviço de quem. Essa mesma sociedade cobra o aquietado confinamento dos reclusos, as pessoas consideradas “nocivas” para a sociedade. Por conta disso, ficam menos visíveis crimes de muito maior gravidade, como os dos grandes desvios de dinheiro público, sonegação, impunidade, mudança abrupta de leis, entre outros, que causam lesão maior à população, mas que não são notados em sua importância. Os internos das prisões, por sua vez, agora com o rótulo de delinqüentes, precisam ser mantidos com seu poder de ação anulado, para que funcione com êxito o estabelecimento que os separa das pessoas que agem “dentro da legalidade”.

Dessa forma, os cidadãos livres “lavam as mãos”, deixando o “trabalho sujo” ou menos nobre para aqueles que trabalham nessas organizações (prisões e policiais). Não é de se estranhar, pois, o estigma que tais profissionais passam também a carregar, como se fossem seres fomentadores ou cúmplices de ações violentas ou, ainda, lá estão porque “não conseguiram algo melhor para fazer”. De qualquer modo, os preconceitos existem e, seja a quem forem conferidos, parecem não contribuir na busca de soluções, uma vez que estagnam o avanço das reflexões e análises.

A ânsia da sociedade por apontar alguns indivíduos como malfeitores e nocivos para os demais, parece gerar alguns movimentos em contrapartida. Isso talvez explique que a maioria dos chamados grupos de defesa dos direitos humanos concentrem suas ações para mitigar os reveses e dores

justamente dos ditos delinqüentes. Desse modo, são relegados a um plano secundário as vítimas dos crimes e seus familiares, bem como os familiares do encarcerado. Enfim, ao mesmo tempo em que a sociedade sente necessidade de lanhar, sente também necessidade de abanar, amenizando o sofrimento daqueles que efetivamente condena.

Reproduzindo o que ocorre na sociedade, os dirigentes das organizações prisionais arvoram-se como seres superiores, o segmento “correto” da organização. Por seu lado, os internos seriam os indivíduos frágeis, errados e culpados (Goffman, 1974). Com esse paradigma, as interações humanas são realizadas e uma série de mecanismos são produzidos para conduzir o dia-a-dia na prisão. Ajustamentos, contracontroles, prisionalização, uso de drogas, estão entre os mais freqüentes entre os presos. Para os dirigentes, o controle dos corpos por meio da disciplina propicia a sensação de que tudo está bem e a organização está sendo dirigida a contento, pois o que costuma ser considerado é o comportamento manifesto dos internos.

O comportamento dócil dos prisioneiros, vale destacar, conduz a ilusões que mascaram até mesmo os resultados de eventuais ações de reabilitação. Por conta desses equívocos, ainda há os chamados tratamentos “de massa”, em que não são consideradas as características individuais das pessoas, tampouco os seus desejos e aspirações. Certamente, essa “impessoalização” contribui para que muitos dos internos sejam tão ávidos por atenção e demonstrem tanta vontade para se dedicar em atividades que levem em conta suas aspirações individuais.

Mais que labor e trabalho, o homem anseia por ação, ou seja, pela intervenção política naquilo que o cerca, por meio de suas interações com os demais (ARENDT, 1987). Quer interferir, começar coisas novas e de forma plural, o que define a sua condição humana. Enfim, é pela ação (política) que os homens diferenciam-se das demais criaturas e fazem-se cidadãos. Na prisão, tudo é feito para que seja anulado o poder de ação do

interno, mormente aquilo que possa alterar a rotina do estabelecimento, pois ele precisa continuar a existir como tal.

Ao longo da história, as prisões têm sido perenes, ainda que de formas diferenciadas. Todavia, não é perene a permanência dos indivíduos em seu interior. Apesar de, para a sociedade, os indivíduos serem presos a fim de pagar um castigo, uma dívida ou simplesmente para ficarem afastados, na prática eles são libertados num período de tempo bem inferior àquele prescrito por suas sentenças condenatórias. Contribuem para isso as chamadas progressões de regime, as reduções de pena, os indultos e as remissões, que abreviam o tempo de permanência no cárcere. Portanto, há que pensar o “processamento” que ocorre nos indivíduos que passam por uma prisão, até porque a Lei de Execução Penal (LEP) prevê, em seu Art. 1º, que uma das finalidades da pena é buscar a integração social do preso: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (BRASIL, 1986, p. 29). Pode-se questionar, então: estará ele livre dos fatores que o levaram à prática criminal? Seu grau de instrução e de esclarecimento permitirão que lhe seja facultado, com dignidade, o título de cidadão? Estará ele habilitado, profissionalmente, a competir por um lugar no mercado de trabalho, de acordo com as regras sociais? Por outro lado, de que forma a sociedade e o egresso se prepararam para superar o estigma de ex-presidiário? Se a sociedade contribuiu para a exclusão do indivíduo (BARATTA, 1997), que mudanças houve nessa sociedade para reverter a situação, promovendo, agora, a inclusão?

A necessidade da sociedade de “etiquetar” alguns indivíduos como criminosos e nocivos para a coletividade, talvez explique a pouca ênfase às penas alternativas, bem como às políticas de efetiva reabilitação. Em troca, um forte conjunto de normas e regras é colocado, seja para assegurar a “paz” no ambiente, seja para estancar eventuais abusos das partes envolvidas. Enquanto isso, um clima de tensão subsiste, ainda que nem

sempre manifesto, mas que exige intervenções mediadoras para evitar conflitos maiores. Não é de se estranhar, também, o intenso uso de drogas e da própria ação ideológica que faz acreditar, entre outras coisas, que quem está internado numa instituição como essa, “só poderia estar ali” (GOFFMAN, 1974).

Essas tensões, muitas vezes agravadas pela superlotação, pelas impessoalidade e reificação no tratamento (peculiaridades das grandes organizações), pela guerra de forças que muitas vezes reúne diversas coalizões de poder, podem ficar fora de controle e de forma abrupta. Motins, rebeliões e atentados fazem parte dos sintomas desse desequilíbrio e, ao mesmo tempo, novos arranjos de poder são buscados. Tal situação dá sentido à expressão popular que se refere às prisões como “barris de pólvora prestes a explodir”, especialmente quando algum novo interesse interno ou externo desequilibra a balança que estabiliza as forças envolvidas.

Pode-se dizer, por fim, que a crítica sobre as prisões constitui uma unanimidade para a maioria dos grupos sociais, uma vez que não há um modelo que seja reconhecido como aceitável, principalmente no que se refere à efetiva reabilitação social dos reclusos. Mais que isso, o aprisionamento parece aumentar os problemas, se forem considerados os índices de reincidência e as manifestações de violência que ocorrem no interior e a partir das prisões. É possível que se esteja chegando a um estágio de grandes transformações, dados os resultados e as consequências predominantemente desfavoráveis. Resta aprender com os fatos, desafio difícil, haja vista a intervenção ideológica. Contudo, nessas relações de poder que hoje existem, novos saberes são gerados, constituindo novas relações de poder. E a verdade que então é produzida, também é fruto dessas relações de poder. Cabe agora assumir o desafio de repensá-la, estudar sua gênese, não apenas nos assépticos bancos acadêmicos, mas também a partir de onde de fato ocorrem tais relações de poder. Ou seja, a partir da própria sociedade, que contribui na criação da delinquência. Uma ação de cidadania, pois.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORETTI, R.(Org.) *Psicanálise e violência*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- ARENDT, H. *A condição humana*. 10 ed.. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2004.
- BARATTA, A. *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: Introdução à Sociologia do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- BRASIL, *Lei de Execução Penal/ Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de Ética Profissional dos Psicólogos*. Brasília, 2005.
- ETZIONI, A. *Organizações modernas*. 6. ed., São Paulo: Pioneira Editora, 1989.
- FAZENDA, I. C. A. *Interdisciplinaridade: um projeto de parceria*. São Paulo: Loyola, 1993.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 30. ed., Petrópolis: Vozes, 2005.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 18. ed., Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- HOFFMANN, M. E. *A organização prisional frente a seus objetivos de reabilitação dos sentenciados: o caso da Penitenciária de Florianópolis*. Dissertação. Mestrado em Administração. Florianópolis: CPGA/ UFSC, 1992.
- KATZ, D.; KAHN, R. *Psicologia social das organizações*. 3. ed., São Paulo: Atlas, 1987.
- PAGÈS, M. et al. *O poder das organizações – a dominação das multinacionais sobre os indivíduos*. São Paulo: Atlas, 1987.
- PERROW, C. *Análise organizacional: um enfoque sociológico*. São Paulo: Atlas, 1981.
- PRESTES MOTTA, F. C.; BRESSER PEREIRA, L. C. *Introdução à organização burocrática*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SCHVARSTEIN, L. *Psicología social de las organizaciones: nuevos aportes*. Buenos Aires: Paidós, 1995.
- SIDMAN, M. *Coerção e suas implicações*. Campinas: Livro Pleno, 2003.
- WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

PSICOLOGIA E SISTEMA PRISIONAL: ALGUNS APONTAMENTOS

Deise Maria do Nascimento

INTRODUÇÃO

Este texto tem por objetivo discutir, do ponto de vista histórico e das práticas cotidianas, os problemas do sistema prisional como desafios da sociedade contemporânea no enfrentamento da institucionalização da violência social por meio dos processos de aprisionamento das pessoas. Decorrente disso, pretende-se discutir o papel dos psicólogos na compreensão da multideterminação histórico-social dos modelos prisionais e na proposição de alternativas à sua atuação como agente de mudança.

O Brasil é o país que mais encarcera pessoas na América Latina. Essa afirmativa está presente no relatório da *Humans Rights Watch*⁴¹ (2007), que destaca o Brasil entre os onze países do mundo que mantém mais de 300.000 pessoas encarceradas⁴², com uma população presa estimada, em julho de 2007, em 373.212.00, segundo os dados do Departamento Penitenciário (DEPEN) do Ministério da Justiça brasileiro, espalhadas em penitenciárias, presídios e delegacias, vivendo em condições degradadas e expostas a todo tipo de violência.

As estatísticas reforçam os argumentos críticos sobre as práticas prisionais institucionalizadas e evidenciam a urgência de reavaliação do modelo vigente de encarceramento. Os profissionais que intervêm direta ou indiretamente no sistema prisional são confrontados invariavelmente com a necessidade de reformular ações, objetivos e propostas de intervenção

diante do complexo emaranhado político, jurídico, econômico, cultural e psicológico que envolve o encarceramento e as freqüentes violações de direitos humanos perpetrados contra a população de presos no Brasil.

Os psicólogos, que tem a incubência social de produzir conhecimentos científicos e operar modos de intervenção profissional visando transformar ou aperfeiçoar as condições de saúde das pessoas, não podem deixar de participar do processo de discussão sobre a realidade do sistema prisional brasileiro, bem como as suas relações com o modo degradado das condições de vida e trabalho das pessoas e o incremento da violência.

SOCIEDADE DISCIPLINAR E INSTITUIÇÃO PRISIONAL

A instituição prisão está inscrita no cenário da modernidade, estruturada a partir de um tipo de racionalidade que responde a esse cenário, ainda que as condições de possibilidades da prisão tenham sido engendradas muitos antes dela se tornar a principal forma de punição. No século XVIII, começa uma ação disciplinar sobre os corpos, que viram objeto e alvo do poder, um processo de adestramento para torná-los úteis e dóceis, integrandos - os em sistemas de controle e produção, assegurados por procedimentos de poder que caracterizam disciplinas. Para ilustrar o processo de disciplinamento dos corpos empreendido a partir do século XVIII, Foucault (2002) relata a descrição do homem ideal para ser um soldado no século XVII e depois como isso de dava no século XVIII, onde não havia necessidade de um corpo perfeito talhado para essa atividade. O soldado poderia ser fabricado a partir de uma ação sistemática sobre um corpo inapto. O método que permite a transformação de corpos rebeldes e desajeitados em corpos dóceis e submissos é a disciplina, a repetição, que para ser eficaz, pressupõe uma determinada organização espacial: colégios, quartéis, hospitais, fábricas e prisões são espaços de

controle, exame e disciplina. Nesses locais há uma rotina, com horários preestabelecidos e um controle sobre as atividades desenvolvidas pelos indivíduos. A vigilância é o recurso para se garantir a disciplina, o adestramento dos corpos e o controle absoluto sobre estes. O modelo de docilidade do século XVIII difere de outros métodos de disciplinamento utilizados nas épocas anteriores: “O momento histórico das disciplinas em que nasce uma arte do corpo humano, e visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofunda sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna mais obediente quanto é mais útil, e inversamente”. (FOUCAULT, 2002. p.119).

A disciplina atua aumentando a força do corpo em termos de sua utilidade, mas tira força do corpo em termos de obediência e servidão. Tira potência, pois se afirma na relação de submissão e sujeição. A sociedade disciplinar também se sustenta num sistema de regras e de sanções que é aplicado aos que se desviam da norma. A idéia de normal tem como princípio abafar e suprimir as diferenças. Tudo que escapa ao normal é tratado como desvio, é preciso ser reformado e aí se instalam duas instituições modelo do século XIX: hospício e prisão, que são objeto deste trabalho. Com o panoptismo, modelo de vigilância do século XIX, os indivíduos são apartados, confinados e formam um coletivo a ser vigiado. Com a finalidade de excluir para incluir, o panoptismo, busca fixar os indivíduos em instituições, em lugares sociais. Inclui os indivíduos no espaço do saber, da produção ou da correção visando à normalização. Para atender a essa nova ordem surgem as instituições “(...) O hospital psiquiátrico não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de correção, a um aparelho de normalização dos indivíduos. O mesmo acontece com a casa de correção ou com a prisão. (FOUCAULT, 1996, p. 114)”. Observa-se que o hospital psiquiátrico e a prisão são partes de um mesmo modelo de sociedade: a sociedade disciplinar e panóptica. Para Foucault (1996) o importante é registrar que a partir desse conjunto de instituições, se forma uma rede

institucional de seqüestro, com funções do controle do tempo e dos corpos dos indivíduos.

A prisão é instituída para atender as necessidades da modernidade, inserida numa configuração econômica, política e dentro de um regime de produção de verdades. A modernidade se afirma pela ruptura com a tradição e com as condições históricas precedentes. O projeto da modernidade incluía tirar o homem das submissões medievais. O marco da modernidade é o século XVII com as idéias iluministas que privilegiam o conhecimento construído racionalmente, o domínio da natureza para acabar com todas as formas de escassez e sofrimento, o rompimento com as irracionalidades dos cultos, das crenças e das trevas presentes no período anterior, retirando o homem das submissões medievais.

No esforço de romper com tudo que caracterizou o período medieval, à prevalência da razão se contrapõe a fé e aos dogmas predominantes no período anterior. Essa mudança não se dá de modo isolado, e outras transformações estão em curso, destaca-se aí as mudanças no modo de produção, onde o capitalismo se estabelece suplantando o feudalismo, privilegiando a moeda e a mercadoria, e com o capitalismo entra em ascensão a burguesia. Na modernidade, o indivíduo está em primeiro plano, é o homem livre, dotado de vontade, senhor de si, marcado pelo seu esforço e pelo trabalho, não está mais submetido ao destino, preso a condição de servo. Todas estas transformações nas relações, no modo de pensamento, no lugar do homem, são acompanhadas também por uma forma particular de produção de conhecimento: A ciência moderna, amparada na filosofia racionalista, e depois positivista, se caracterizava pela aspiração à objetividade, a neutralidade, método experimental.

Com a modernidade se vislumbra um novo mundo, com um conjunto de valores, novas subjetividades, relações econômicas e modos de produção de conhecimento. Podemos afirmar que modernidade é um termo que caracteriza muitas transformações: política (o estado moderno); social (sociedade

civil, leis); econômicas (capitalismo, industrialização), cultural (surgimento da ciência, conhecimento científico). Habermas (1980, p. 88) descreve o projeto da modernidade:

o projeto da modernidade formulado no século XVIII pelos filósofos do Iluminismo consistiu em esforços que visavam a desenvolver tanto a ciência objetiva, a moralidade universal e a lei, quanto à arte autônoma, conforme sua lógica interna. Este projeto pretendia ao mesmo tempo liberar o potencial cognitivo de cada um desses domínios no intuito de livrá-los de suas formas esotéricas. Os filósofos iluministas almejavam valer-se deste acúmulo de cultura especializada para enriquecer a vida cotidiana, ou seja, para organizar racionalmente o cotidiano da vida social.

O século XX, com as duas guerras mundiais e a ascensão do nazismo, põe o projeto da modernidade em crise. Os ideais revolucionários e iluministas não foram atingidos; o capitalismo produz riqueza, mas a maioria não usufrui das riquezas produzidas. Para Santos (2005), a crise da modernidade é irreversível, “resultado interactivo de uma pluralidade de condições sociais e condições teóricas” (p. 41). Ainda para o autor, é preciso uma revolução científica que proponha não apenas um paradigma científico (para uma vida prudente), mas um paradigma social (para uma vida decente), onde o conhecimento possibilite vida digna para todos. Giddens (1991), na introdução de seu livro “As conseqüências da modernidade”, faz referências às efervescências do final do século XX:

muita gente argumenta que estamos no limiar de uma nova era, a qual as ciências sociais devem responder e que está nos levando para além da própria modernidade. Uma estonteante variedade de termos tem sido sugerida para esta transição, alguns dos quais se referem positivamente à emergência de um novo tipo de sistema social (tal como a “sociedade da informação” ou a “sociedade de consumo”), mas cuja maioria sugere que, mais que um estado de coisas precedentes, está chegando a um encerramento (“pós-modernidade”, “pós-modernismo”, “sociedade pós-industrial”). Alguns dos debates sobre estas questões se concentram principalmente sobre transformações institucionais, particularmente as que sugerem que estamos nos deslocando de um sistema baseado na manufatura de bens materiais para outro relacionado mais centralmente com informação (p. 12).

Nesse ambiente de transformações sócio-institucionais, algumas questões parecem inquietar os estudiosos desse campo: Essas transformações se referem a um novo tempo, a uma nova ordem social, ou caracterizam o encerramento de uma ordem existente? Caracterizam possivelmente uma transição, em que outras referências serão ou estão sendo construídas, dado que o principal é o rompimento com os valores vigentes no momento histórico anterior?

A partir de uma crítica mais recente, Harvey (1994) indaga se a partir dos anos de 1970 entramos realmente na pós-modernidade, ou é um modismo acadêmico que não afeta e não chega ao cotidiano das pessoas. O ser pós-moderno, ganha objetividade principalmente nas artes, na moda e na arquitetura, pois são esses segmentos que se auto denominam pós-modernos. A modernidade é associada às idéias positivistas, racionalistas, linearidades homogeneidades e padronização. A pós-modernidade é o rompimento com o racional, é heterogênea, privilegia diferença.

Outra dimensão da contemporaneidade é proposta por Deleuze ao afirmar que o tipo de sociedade que emerge na contemporaneidade é a sociedade de controle. O controle que agora acontece a céu aberto se exerce a partir dos métodos mais simples até os mais sofisticados (satélites). Na sociedade disciplinar tinham-se os espaços delimitados, na sociedade de controle o espaço não está mais delimitado, é a imensidão; segundo Rocha (2004) a sociedade do controle é marcada pela interpenetração dos espaços, por sua suposta ausência de limites definidos e pela instauração de um tempo contínuo no qual os indivíduos nunca conseguiriam terminar coisa nenhuma, pois estariam sempre enredados numa espécie de formação permanente, de dívida impagável, prisioneiros em campo aberto. Na sociedade de controle se desloca a idéia de que o poder é na relação, ele se dá por fluxos, ele atravessa as resistências.

Para Deleuze (1992) a sociedade disciplinar entra em crise após a Segunda Guerra Mundial o tipo de sociedade que emerge

é a sociedade de controle. O controle que agora acontece a céu aberto se exerce a partir dos métodos mais simples até os mais sofisticados (satélites). Na sociedade disciplinar (FOUCAULT, 2002) prevaleciam os espaços delimitados, na sociedade de controle o espaço não está mais delimitado, é a imensidão:

São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares. “Controle” é o nome que Burroughs propõe para designar o novo monstro, e que Foucault reconhece como nosso futuro próximo. Paul Virillo também analisa sem parar as formas ultrarápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado. Não cabe invocar produções farmacêuticas extraordinárias, formações nucleares, manipulações genéticas, ainda que elas sejam destinadas a intervir no novo processo. Não se deve perguntar qual é o regime mais duro, ou o mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e as sujeições. Por exemplo, na crise do hospital como meio de confinamento, a setorização, os hospitais-dia, o atendimento a domicílio puderam marcar de início novas liberdades, mas também passaram a integrar mecanismos de controle que rivalizam com os mais duros confinamentos. Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas. (DELEUZE, 1992, p. 220).

De acordo com Costa (2004) a sociedade do controle é marcada pela interpenetração dos espaços, por sua suposta ausência de limites definidos e pela instauração de um tempo contínuo no qual os indivíduos nunca conseguiriam terminar coisa nenhuma, pois estariam sempre enredados numa espécie de formação permanente, de dívida impagável, prisioneiros em campo aberto. Na sociedade de controle se desloca à idéia de que o poder é na relação, ele se dá por fluxos, ele atravessa as resistências.

A sociedade disciplinar se organizou por meio dos confinamentos que funcionavam como moldes e que produziam distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro. Na educação é a formação permanente, no trabalho se instala a instabilidade, a precarização das relações, os concursos, os desempenhos, as rivalidades. No controle nunca se termina nada, a cada passo as

coisas mudam, se deformam, a sociedade vive em ondas, a máquina que predomina é a máquina da informática, os computadores, é o fim das fronteiras da informação, é o controle das palavras: “O homem da disciplina era um produtor descontínuo de energia, mas o homem do controle é antes ondulatório, funcionando em órbita, num feixe contínuo. Por toda parte o *surf* já substituiu os antigos esportes.” (DELEUZE, 1992, p. 225).

No império contemporâneo, tudo é vendido o tempo todo, na promessa de vida melhor: “consumimos mais do que bens, consumimos formas de vida”. Nas últimas décadas vê-se instalar uma nova relação entre o capital e a subjetividade. Esse novo capitalismo que enaltece a fluidez e a rapidez produz novas formas de exclusão e exploração, novas elites, novas misérias e uma nova angústia – a angústia do desligamento. Antes, “a pertença se dava por indicadores, como modos de vida e relações de comunidade, hoje o acesso é mediado por pedágios comerciais” (PELBART, 2003, p. 20). Na experiência moderna, sociedade disciplinar criou positivities de poder, demarcava itinerários diferentes da sociedade que a antecedeu, mas não a suprimiu totalmente, acrescentou-lhe novos trajetos. A sociedade de controle, que se estabelece na contemporaneidade, não destrói o que a antecedeu: “redimensiona o domínio de maneira mais sutil.” (PASSETTI, 2004, p. 154).

A PRISÃO NA MODERNIDADE E NA CONTEMPORANEIDADE

A prisão só foi prevista pelos reformadores do sistema penal francês no século XVIII para delitos que atentassem contra a liberdade de terceiros e os abusos de liberdade, como nos afirma Foucault (2002). Esses reformadores, inclusive, criticavam a forma prisão, afirmando que a falta de liberdade não surte efeito no público, não cobre todas as penalidades no modelo analógico crime/castigo, é inútil e até nociva à

sociedade, é cara, é um exercício de tirania e foi associada ao arbítrio do Antigo Regime, onde o rei e uns poucos juízes detinham o poder de punir. Contudo, a partir do século XIX, a prisão se consolidou como a única forma de punição, com seus muros altos, soturnos, sombrios, configurando-se como a expressão material e simbólica do poder de punir. A prisão se espalhou pela Europa e América.

A supremacia das prisões como forma única de punição se deve a algumas semelhanças entre as propostas dos reformadores e as grandes casas de recolhimento de pobres e arruaceiros do século XVI. Decorre dos grandes estabelecimentos de recolhimento do século XVI os princípios que regem as prisões no século XVIII. Casas que se utilizam da pedagogia do trabalho penal para os mais refratários, com objetivo de reduzir o número de processos, ressarcirem os prejudicados, formar novos operários, desenvolver o gosto pelo trabalho, proporcionar condições econômicas para sobrevivência dos detentos, assegurarem possibilidades do recluso melhorar suas condições após a soltura. (FOUCAULT, 2002).

O modelo jurídico antropológico que conhecemos tem sua origem na nova técnica disciplinar que faz funcionar esses mecanismos das sanções normalizadoras. O século XIX vai se caracterizar por aplicar todas as tecnologias da sociedade disciplinar (vigilância, norma e exame) nos espaços de exclusão. Ao saber jurídico associam-se outros saberes como o da vigilância e o da correção, entre estes saberes paralelos, o saber psicológico ocupa lugar de destaque desde o início; liga-se a ele o saber psiquiátrico e o saber criminológico com objetivos de através do exame, prever comportamentos e propor correções. É o que Foucault chama de “ortopedia social”, é o tempo do controle, onde o corpo supliciado dá lugar ao corpo reformado, e a alma é o objeto de intervenção. A prisão chega aos nossos dias como a mais óbvia das punições, a mais identificada com o modelo econômico político vigente. Ela priva da liberdade numa sociedade onde a liberdade é um bem

coletivo. Ao pagar a pena com seu tempo o condenado está reparando seu dano à sociedade. E, finalmente, a prisão é um aparelho eficaz de transformação dos indivíduos. De acordo com Foucault (2002):

(...) a obviedade da prisão se fundamenta também em seu papel, suposto ou exigido, de aparelho para transformar os indivíduos. Como não seria a prisão imediatamente aceita, pois se só o que ela faz, ao encarcerar, ao retreinar, ao tornar dócil, é reproduzir, podendo sempre acentuá-los um pouco, todos os mecanismos que encontramos no corpo social? (p. 196).

A prisão não nasce no código dos reformadores, ela nasce nos mecanismos de poder da sociedade disciplinar. Ao produzir a delinqüência ela produz um mecanismo de manutenção, pois ela não corrige, chama continuamente os mesmo. Produz aos poucos uma população marginalizada, identificada e controlada. A prisão possibilita a circunscrição dessa população, facilita o controle após a soltura, e possibilita a organização de um meio delinqüente, fechado em si mesmo e de fácil controle. A prisão acarreta uma série de dificuldades de reinserção, praticamente obrigando ex-presidiários à continuidade no crime, ou na delação. No sistema penitenciário não há nada mais atual do que o arcabouço produzido nos séculos XVIII e XIX e que continua a ser constantemente reproduzido e atualizado, isto é a vigilância, a sanção normalizadora e o exame que procuram corrigir indivíduos “anormais” para que se tornem dóceis e úteis à sociedade. Todavia, tudo que a prisão consegue é violar direitos, produzir delinqüência e reproduzir violência.

UM NOVO CONTEXTO, UMA NOVA PRISÃO?

Pensar a prisão na contemporaneidade nos remete a discussão da violência como um fenômeno mais abrangente e que ganha destaque no processo de constituição do sujeito a partir dos anos 90. É nesse contexto que a discussão da violência como um fenômeno mais abrangente torna-se central

no processo de constituição do sujeito. Para Santos (2004), esse panorama configura a crise global do final do século XX, em que se assiste ao fim do estado de bem estar social. As instituições sociais, como a polícia, o sistema judiciário e as prisões, sistemas que eram orientados para a reabilitação com intenções punitivas e ressocializadoras entram num processo de descrédito e fragilização. Os modelos de controle social correcionais perdem espaço e o sistema de normas e sanções por eles criados não garantem suporte para o bem estar social. Decorrem desse contexto contemporâneo o acirramento da exclusão social, ruptura de laços sociais, situações de apartação e desfiliação de algumas categorias sociais. São os desplugados do novo capitalismo em rede (PELBART, 2003).

Na emergência da sociedade de controle, as periferias são grandes campos de concentração, onde a população pobre está concentrada, domesticada, aprisionada a céu aberto. O enfrentamento da criminalidade é associado ao modelo da “tolerância zero”, com o endurecimento das penas e a penalização do mínimo, constatando-se uma criminalização maior dos comportamentos, em que novos delitos são criados, novas formas de criminalização são propostas em leis pouco debatidas com a sociedade. Nesse cenário, segundo Pelbart (2003), os jovens das periferias, os mais visados pelas novas formas de criminalização e penalização máxima, buscam através da música, uma outra estética de ser, vendendo através da música e da poesia sua vida, procurando valorizar modos de subjetivação na exclusão:

Quando um grupo de presidiários compõe e grava sua música, o qual eles mostram e vendem não é só música, nem só suas histórias de vida escabrosas, mas seu estilo, sua singularidade, sua percepção, sua revolta, sua causticidade, sua maneira de vestir, de “morar” na prisão, de gesticular, de protestar e de rebelar-se - em suma, sua vida. (2003, p. 22).

A situação das prisões e das pessoas presas no Brasil mobiliza preocupações com a segurança pública, com a ineficácia do modelo, com o futuro das instituições, com a violação de direitos humanos. As prisões brasileiras são na sua maioria

estabelecimentos superlotados, com estruturas física e administrativa comprometidas pela falta de investimentos e pela corrupção, com trabalhadores em profundo sofrimento, dado a exposição contínua à violência e frustração. Quanto à população carcerária, esta sofre os efeitos do próprio modelo, o sistema de confinamento tem se mostrado um modelo ineficaz, estigmatizador e facilitador da aprendizagem da criminalidade, servido como ponto de encontro da cultura da delinquência. A prisão é um lugar de sociabilidade, entendemos não ser possível reformar a prisão.

O debate sobre o modelo de privação de liberdade dá ênfase às formas mais eficientes de punição, identificando-se, inclusive, um incremento no endurecimento das punições. A modificação das leis ocorre de forma fragmentada, feita, muitas vezes, para conter o clamor popular como foi o caso da implantação do RDD (regime disciplinar diferenciado), no qual um sentenciado pode ficar 360 ou até 720 dias em completo isolamento.

Os prisioneiros são descritos nos meios de comunicação de massa como seres monstruosos, perversos, psicopatas. A manchete da Revista Época (2004, p. 89), a respeito do massacre em Benfica, reflete isso: “Carcereiro conta como os traficantes executavam os rivais e brincaram com seus cadáveres”. Há crescentes manifestações na imprensa de que a ineficácia da prisão e o aumento da criminalidade se dão pela concessão de benesses aos sentenciados, como por exemplo, as saídas autorizadas para condenados em regime semi-aberto. Percebe-se acirrada crítica às ações voltadas principalmente para aqueles dispositivos que caracterizam a finalidade de reinserção social prevista para os encarcerados. A prisão, portanto, não é um espaço de reforma, mas explicitamente de confinamento e se possível de eliminação dos perigosos. Segundo Passeti (2004) não há mais tolerância, o limite é o zero, chegando à contradição da intolerância “não se sabe mais o que é uma ou outra; apenas que é preciso perseguir o dissidente, o perigoso o monstro” (p. 156).

Neste contexto de acirramento da pena de prisão, aumento das situações de violência, ampliação do controles sobre as chamadas “classes perigosas” (COIMBRA, 1999) emerge o discurso do abolicionismo penal, um modo de lidar com a infração como situação problema, onde cada caso é visto na sua singularidade, rompe com a economia das penas e atua pela via da conciliação entre as partes, numa proposição de educação livre de castigo. Passeti (1999) define abolicionismo penal a partir da proposição de Louk Hulsman – um dos seus principais formuladores contemporâneos:

Abolicionismo penal é um movimento social e acadêmico”. Procura envolver pessoas e organizações solidárias à liberdade, interrogar os efeitos provocados pelas sucessivas reformas penais modernas, que não solucionam os problemas acumulados no interior do sistema penalizador, e amplificar a constatação acerca da exploração já conhecida e sistematizada desde o século XIX. (PASSETI, 1999, p. 8).

O abolicionismo penal congrega uma pluralidade de discursos, desde os humanistas até marxistas contemporâneos. O abolicionismo penal é chamado de utopia, mas é no interior desse discurso que se explicita a finalidade da prisão na contemporaneidade, ela não é mais lugar de ressocialização, é um depósito de corpos onde todo investimento se converge para redução de fugas a zero, com rigorosa vigilância, inclusive eletrônica, construção de fortalezas como as penitenciárias federais, monitoramento eletrônico e aumento das penas. O abolicionismo penal é uma utopia necessária ao tempo presente que precisa de muitos debates, da organização e participação de movimentos sociais e de espaço na mídia.

AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA AO DEBATE PRISIONAL

Para entendermos as posições da psicologia acerca do contexto prisional é preciso resgatar seu nascedouro no interior das Ciências Humanas. Para Foucault (1985), as Ciências

Humanas “apareceram no dia em que o homem se constituiu na cultura ocidental, ao mesmo tempo como o que é necessário pensar e o que se deve saber”. Nesse contexto, a Psicologia, como uma tentativa disciplinar de obter conhecimento sobre os processos subjetivos, surge muito antes da solenidade dos laboratórios⁴³, mas no desenvolvimento da nascente sociedade industrial.

O reconhecimento da Psicologia como uma disciplina científica está diretamente associada a necessidade de constituir um objeto de investigação relativamente restrito às interferências dos procesos históricos, políticos e culturais, constitutivas do psiquismo. Ao priorizar a objetividade, a psicologia, de orientação positivista, como as demais disciplinas que se organizam nessa tradição de exclusivização do objeto de estudo (sociologia, economia, política, etc.) quase perdeu a possibilidade de pensar o sujeito. Para Politzer (1976, p. 54), ao comentar a afirmativa de Watson de que a Psicologia deveria renunciar a qualquer tentativa de conhecer “a vida interior”, declara: “a tentativa de Watson é afetada da mesma insuficiência das anteriores: salva a objetividade, mas perde a Psicologia”, A ciência psicológica foi se constituindo dessa maneira, ora reconhecendo, ora desconhecendo seu objeto e, nessa esteira, muitas escolas psicológicas se constituíram, gerando a diversidade que é, hoje, característica dessa ciência, composta de um conjunto rico de idéias e formulações, mas também de embates epistemológicos e teóricos e fragmentações conceituais.

Figueiredo (1991), que ao se referir à epistemologia do pensamento psicológico, identifica duas vertentes: uma delas oriunda de escolas e movimentos gerados por matrizes românticas e pós românticas, que reivindicam a independência da Psicologia em relação às outras ciências. A outra vertente assenta-se na Biologia:

Encontramos (...) escolas e movimentos sendo gerados por matrizes científicas, em que a especificidade do objeto (a vida subjetiva e a singularidade do indivíduo) tende a ser desconhecida em favor de uma

imitação mais ou menos bem sucedida e convincente dos modelos de prática vigentes nas ciências naturais. Quando, seguindo esta linha evolutiva, a psicologia ultrapassa o nível da imitação formal e caricata, é para extinguir-se como ciência independente e afirmar-se solidamente como uma disciplina biológica.

Conforme Prado Filho (2006), as psicologias que se organizam até o final dos anos 1920 são marcadas pelo pensamento científico clássico, submetidos aos paradigmas mecanicistas da física newtoniana - condição fundamental para se obter o *status* de ciência. Nesse contexto, há um predomínio do pensamento funcionalista e de um biologismo naturalizante.

Na mesma vertente positivista que produziu o discurso da psicologia científica tradicional foram construídos outros discursos, entre eles aqueles que produziram saberes sobre a criminalidade e se organizam em torno da criminologia e da sociologia, marcados pela teoria da degenerescência de Morel (1857), que afirmava que as degenerações são desvios do homem normal, transmitidas às gerações futuras por ser de natureza hereditária, cujos portadores vão se deteriorando progressivamente até o seu desaparecimento. Surgem, neste contexto, às teorias frenológicas e antropomórficas. Jacó-Vilela (1999), na discussão acerca dos primórdios da Psicologia Jurídica, resgata a alternativa encontrada no século XIX para explicar as diferenças, “sem macular a redescoberta da natureza humana”, que está na base do direito positivo moderno “todos são iguais”: a diferença está situada na interioridade e o conhecimento que vai explicar as diferenças é a Biologia, que se ao empenhar em explicar questões pré-societárias, pode também explicar comportamentos humanos.

Esses argumentos são as bases da criminologia de raiz positivista darwinista, cujo objeto de atenção é o crime e o criminoso. Essa criminologia produz o paradigma etiológico, que tem como foco o estudo das causas da criminalidade. Nesse paradigma se instalam teorias como a Frenologia de Galton e a Antropologia criminal de Cesare Lombroso, que afirmam que o comportamento criminoso é determinado por causas biológicas

de natureza, sobretudo hereditária (JACÓ-VILELA, 1999; BARATTA, 2002).

No processo de detalhamentos das formas de poder, Foucault (2002), se refere à transformação da infração em objeto de conhecimento científico, em que a Psicologia, a Psiquiatria e a Antropologia criminal encontram sua função:

Introduzindo solenemente as infrações no campo dos objetos susceptíveis de um conhecimento científico, da aos mecanismos da punição legal um poder justificável não mais simplesmente sobre as infrações, mas sobre os indivíduos; não mais sobre o que eles fizeram, mas sobre aquilo que eles são, serão, ou possam ser” (p. 20).

A inserção de conhecimentos psicológicos no sistema prisional se pautou, desde o início, no pressuposto de que o delito é compreendido como uma produção individual, e que, portanto a intervenção deva se dar sobre o indivíduo, fundamentando-se no paradigma etiológico que atribui nexo de causalidade entre personalidade do indivíduo criminoso e delito. Mantém a idéia de periculosidade, como conjunto de elementos e circunstâncias que indicam a probabilidade de alguém praticar ou tornar a praticar um crime. Cohen (1999) em um estudo sobre a relação entre periculosidade social e doença mental, descreve como o campo tórico tem pensado o fato criminal:

O entendimento da transgressão ao ilícito penal somente poderá ser alcançado através de um maior conhecimento a respeito da personalidade das pessoas que os cometem, e de uma melhor classificação das características comuns a estas personalidades. Dessa forma, poderá ser possível identificar as pessoas que infringem a Lei como pessoas com características na sua personalidade que não lhes permitem a adaptação social, em vez de continuar reduzindo todo e qualquer indivíduo infrator da Lei apenas sob o rótulo de portador de transtorno mental do tipo personalidade psicopática ou anti-social. Aliás, já há um aspecto positivo da nossa Lei de Execução Penal⁴, em seu art.5º, que prevê a necessidade de se avaliar a personalidade do condenado para individualizar a execução da pena, ainda que na prática isto não venha sendo cumprido. (COHEN, 1999, p. 2).

A Psicologia, segundo Antunes (2001, p. 55), antes de se tornar ciência autônoma, foi entendida e praticada como ciência

auxiliar da psiquiatria, que em sua origem “pretendia abarcar as questões sociais e sobre elas exercer seu controle, com vistas ao estabelecimento da ordem no espaço urbano, palco de conflitos, o que implicava na eliminação da desordem”. Posteriormente, embora fosse ciência autônoma, a psicologia manteve o mesmo paradigma, compreendendo o indivíduo criminoso dissociado de seu contexto social, naturalizando o fenômeno criminal, não problematizando o modelo de privação de liberdade.

A lei de execução penal 7.210 de 11 de junho de 1984, em seus artigos art. 6º e 7º, institui o exame criminológico e cria a Comissão Técnica de Classificação que acompanhará a execução das penas privativas de liberdade, devendo propor, à autoridade competente, as progressões e regressões dos regimes. A mesma será presidida pelo diretor do estabelecimento e composta no mínimo, por dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social. Com esse texto o legislador contempla a atuação do psicólogo no sistema prisional, com uma convocatória de características laudatória, avaliativa, normalizadora e corretiva. Estas técnicas de exame se inserem naquilo que Foucault chama de tecnologias da sociedade disciplinar, acumulam-se registros, relatórios e documentos sobre o objeto, no caso o homem preso, que se transforma em objeto descritível e essa descrição vira instrumento de poder; o saber psicológico, como saber da vigilância e de correção, deve através do exame prever comportamentos e propor correções.

A atribuição de elaboração do exame criminológico conferiu ao psicólogo, no universo prisional, um papel e um espaço muito definido e que em muitas situações, o afastou do cotidiano prisional, não por escolha, mas pela demanda excessiva do trabalho de aplicação e elaboração de laudos. Desde a década de 1980 e com maior ênfase no início do século XXI começaram a surgir artigos que questionavam a prática do psicólogo no sistema prisional, problematizando a concepção de que o confinamento possa ser estratégia de transformação e

promoção de saúde, apontando as condições deletérias da prisão na constituição do sujeito.

A produção teórica brasileira aponta para os malefícios do sistema de privação de liberdade: Ramalho (1979), Rocha (1984), Castro (1984), Nascimento (2000) e Daufemback (2005), Rocha (1984, 1994), Paixão (1985), Capeller (1985), Adorno e Bordini (1985), Zaluar (1990), Cabral (1990), Rauter (1994), Otoni (2000), Kolker (2004). Estes estudos relatam os efeitos da prisionização, referindo-se a mecanismos institucionais que produzem o esfacelamento do eu, onde o indivíduo preso submete-se às leis da prisão, pautadas em relações construídas na violência. Mais recentemente, artigos têm apontado à contradição posta no modelo prisional e as controvertidas práticas do psicólogo, dando ênfase a prisão como “espaço de humilhação, de segregação e exclusão social.” (SÁ e SILVA; FRANÇA; NEVES; OTONI; DAUFEMBACK, 2007, p. 41).

A partir das alterações da Lei de execução penal, em dezembro de 2003, com o fim do exame criminológico, abre-se a possibilidade de um reposicionamento da psicologia diante da questão prisional, saindo da função pericial e laudatória que a caracterizam e pode-se pensar na construção de políticas públicas, pautada na ética, em referenciais que se desenvolvam a partir da compreensão da psicologia com compromisso social, que se apropria da realidade em que se constitui como ciência e profissão. O relatório de “Diretrizes para atuação e formação do psicólogo no sistema prisional brasileiro” (2007) elaborado pelo Ministério da Justiça, em parceria com Conselho Federal de Psicologia estão apontadas algumas posições importantes para a atuação pautada em mudança da racionalidade que institui a psicologia nas prisões.

O relatório propõe a intervenção dos psicólogos pautada na promoção da autonomia, na desconstrução de estigmas, atuação em projetos interdisciplinares, promoção intersectorialidade de projetos de saúde com os de integração social. Também o relatório prevê como meta abolição do exame criminológico, e durante esse processo de eliminação do exame criminológico,

trabalhar na direção de problematizar conceitos como o de periculosidade. Na interface com a sociedade, é proposto ao psicólogo que participe de órgãos de controle social, articule discussões com a sociedade, ampliando sua compreensão sobre os aspectos excludentes da prisão e oportunizando na comunidade a organização de rede social de assistência. Buscar fortalecimento de posicionamento ético nas entidades da psicologia. (SÁ e SILVA; FRANÇA; NEVES; OTONI; DAUFEMBACK, 2007).

A mudança de atuação do psicólogo na prisão não se restringe a mudar-lhe algumas atribuições, é preciso modificar a racionalidade instituída na construção da ciência psicológica. Pensar a produção de conhecimento sobre a prisão e os presos, e a atuação do psicólogo no sistema prisional precisa se pautar em outra racionalidade, superando as concepções de homem natural, adotando uma perspectiva de homem produzido no conjunto das relações sociais, propondo ações que possibilitem conforme Sawaia (1999), modos para o sujeito agir, se afirmar e se expressar no contexto social, produzindo espaços de potência, se colocando ao lado de pressupostos epistemológicos que superam as dicotomias, os racionalismos e nos possibilitam pensar outras saídas para os “problemas” da contemporaneidade, que colocam “interrogações poderosas” que fazem avançar o conhecimento.

Nessa perspectiva, e de acordo com Lane (1995), propõe-se uma Psicologia que se pergunta e coloca em discussão qual é o seu lugar, se é um saber que dispõe a enfrentar as emergências do nosso tempo ou se colabora com a opressão, a exclusão e a manutenção do *status quo*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, M. A. M. *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. 3. ed. São Paulo: EDUC/UNIMARCO, 2003.

CASTRO M.M.P.; RESENDE, R.G. de A.; ABREU, S.F. A de; CHACON, Y. de C.P. “Preso um dia, preso toda a vida”: a condição de estigmatizado do egresso penitenciário.

Temas IMESC, v., n. 2, p.p. 101-117, 1984.

COSTA, R. Sociedade de controle. *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 1, jan./mar., 2004.

DAUFEMBACK, V. *Condições de aprisionamento e condições de aprendizagem de encarcerados*. Florianópolis, 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

DELEUZE, G. *Sobre as sociedades de controle*. Conversações: 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FIGUEIREDO, L.C. *Matrizes do Pensamento Psicológico*. Petrópolis: Vozes, 1991.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalheite, 25. ed., Petrópolis: Vozes, 2002. [Edição Original publicada em 1975].

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 1996.

GERRIG, R. J.; ZIMBARDO, P. *A Psicologia e a Vida*. 16. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

HABERMAS, J. *Modernidade e pós-modernidade*. São Paulo: USP, Revista Estudos Avançados. 1980.

HARVEY, D.A. *Condição pós-moderna; uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

JACÓ-VILELA, A.M. Os primórdios da psicologia jurídica. In: BRITO, L. M. T. (Org). *Temas de Psicologia Jurídica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

LANE, S.M.T. Avanços da psicologia social na América Latina. In: LANE, S. M. T; SAWAIA, B. B. (Orgs.). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense: EDUC, 1995.

NASCIMENTO, D. M. *Um estudo sobre o significado do trabalho em reclusos do Presídio Masculino de Florianópolis*. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

POLITZER, G. *Crítica aos fundamentos da Psicologia*, v. II, Lisboa: Presença, 1976.

PRADO FILHO, K. Para uma arqueologia da psicologia (ou: para pensar uma psicologia em outras bases). In: GUARESCHI, N.M.F.; HUNING, S. M. (Orgs.). *Foucault e a Psicologia*. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2005.

PASSETTI. E. Sociedade de controle e abolição da punição. *São Paulo em Perspectiva*, v. 13, n. 3, jul./set. 1999.

PASSETTI. E. Segurança, confiança e tolerância: comandos na sociedade de controle. *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 1, p. 151-160, jan./mar., 2004.

PERBART, P. P. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

RAMALHO, J. R. *O mundo do crime – a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ROCHA, L. C. da. *Vidas presas: uma tentativa de compreender a tragédia da criminalidade junto às suas personagens oprimidas*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de São Paulo, 1984.

SÁ e SILVA, F.C.M.; FRANÇA F.; NEVES, L.C.D.; OTONI, F.; DAUFEMBACK, V. *Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro*. Brasília: Ministério da Justiça, DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional, Conselho Federal de Psicologia, 2007.

SANTOS, B. de S. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SAWAIA, B. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes. 1999.

PRISÕES FEMININAS: UM ESPAÇO DIFERENTE?

Rosalice Lopes

Os presídios talvez possam ser entendidos como a face oculta daquilo que se recusa a ver em si mesmo. É difícil adentrar esses espaços e não perceber a estranha lógica produzida em seu interior. As reações daqueles que entram em contato com o sistema prisional, quer sejam trabalhadores, voluntários ou pesquisadores, são, por certo, bem variadas.

O senso comum tende a compreender as pessoas que cumprem pena nas prisões como pertencente à categoria de delinqüentes ou, como é mais usual na cultura brasileira, à condição de “vagabundos.” No entanto, a razão nos leva a admitir que não existe qualquer ontologia do crime ou uma “essência criminosa.” As pessoas que se encontram presas possuem entre si pouco em comum, além do fato de serem invariavelmente pobres, jovens, semi-alfabetizados e pertencerem a um mesmo gênero (LIMA, 2008). Nesse sentido, o que as torna distintas não é, comumente, nem mais nem menos do que aquilo que nos faz diferentes. Nesse sentido, as prisões são “fábricas de delinqüentes” além de serem, concretamente, um dos fatores criminogênicos mais relevantes (FOUCAULT, 1977, p. 253).

Para os que trabalham nas prisões, especialmente os agentes de segurança, grupo que permanece mais tempo concretamente “ao lado” dos homens e mulheres encarcerados, é possível observar o seu progressivo adoecimento, um certo anestesiamiento diante da degradação humana que as prisões promovem. Para esses trabalhadores, muitas vezes, torna-se “natural” tratar os internos como “seres de outra espécie” e

encarar a instituição prisional como um mal necessário: “Se a maldade tem entre nós uma função legitimada, é possível afirmar que aqueles que a sustentam são funcionários do mal” (LOPES, 1998, p. 149).

Mas, as prisões também contam com a presença – nem sempre tão freqüente quanto se gostaria – daqueles que se horrorizam diante da sua existência e, reconhecendo a humanidade do outro, desenvolvem para com eles uma atitude solidária. Estagiários de diferentes cursos de graduação, pesquisadores, membros de entidades nacionais e internacionais de preservação dos direitos humanos formam sobremaneira esse grupo de “questionadores e denunciadores” do sistema penal vigente. Não podemos afirmar que a presença dessas pessoas na prisão seja sempre um ato de escolha voluntária, mas, provavelmente é influenciada por um determinado senso moral. Alguns desempenham suas atividades de forma discreta, oferecem acolhimento, apoio e compreensão às dores dos prisioneiros sem nada pedir em troca. Outros, pertencentes sobremaneira a grupos religiosos, são mais vigorosos em sua intervenção e aguardam o momento da conversão do condenado.

Ao pesquisador cabe uma postura distinta. Embora sua convicção ideológica e opção metodológica possam levá-lo a diferentes conclusões, há os que analisam fatos e os que apreendem fenômenos. No entanto, diante de uma realidade como as prisões, há que se ter o compromisso de uma visão crítico-prospectiva, que aponte alternativas para a solução de problemas ou conflitos e proponha alternativas de mudança. Assim, quando se aborda a questão “prisão” – como em relação a qualquer outro fenômeno social – há que se delimitar a posição que se ocupa nela ou em relação a ela, uma vez que esse lugar diferenciado seleciona a atenção, hierarquiza nossos sentimentos e fixa – ou desvia – o olhar. O lugar que se ocupa configurará as possibilidades de compreensão e captação do real – prisão – em diferentes níveis de significação.

Existem diferentes relatos sobre a história das prisões. A maioria aborda fatos sobre o surgimento dessas instituições da perspectiva de quem olha para elas de fora, como um observador ou crítico. Numa sociedade em que o humano tem sido há séculos sinônimo de masculino, o que mais se sabe sobre as prisões foi registrado por estudiosos desse sexo, mas se as prisões foram durante muito tempo “lugares de homens”, isso talvez não cause surpresa. Neste texto salientamos, no entanto, que olhar a prisão de uma perspectiva masculina ou feminina faz uma significativa diferença. Não são muitos os dados sobre prisões de mulheres. As informações se mesclam com a história das prisões masculinas, embora em alguns pontos cruciais se distanciem.

Foucault (1977, 1984, 1996), Rocha (1994) e Salla (1999) são autores que se dedicaram ao estudo da instituição prisional centrando suas análises não só nos aspectos históricos relativos à sua origem, mas também à sua função social. No entanto, não manifestaram uma preocupação com a questão *gênero* nas prisões abordando os grupos humanos nelas confinados de forma abrangente. A inclusão desses autores nesse texto se deve não só à qualidade de suas contribuições, as quais salientam a história dos oprimidos – e, nesse sentido, tanto homens como mulheres viveram histórias de opressão –, mas também ao fato de que praticamente inexistem trabalhos que contenham a história das prisões de uma perspectiva de gênero, no caso feminino.

As prisões, da forma como as conhecemos hoje, espalharam-se pelo mundo, a partir do século XIX, porém suas origens mais remotas se localizam no século XVI. Durante esses trezentos anos, a história das prisões esteve marcada por fatos que foram definindo um perfil das populações que, preferencialmente, ocupavam esses espaços. O surgimento das primeiras prisões se deu em função da necessidade social de substituir as penas mais violentas como os suplícios, banimentos e até a pena de morte, por um tipo considerado mais humano. Àqueles que eram considerados desviantes aplicava-se, a partir de então, a

pena de reclusão. Os comportamentos inicialmente tipificados como desviantes – as blasfêmias, heresias e a usura – foram cedendo lugar aos pequenos furtos e assaltos tal como se conhece atualmente. No entanto, é possível admitir que as prisões tenham surgido como resultado de mudanças sociais mais amplas, ou seja, como uma forma de punição muito mais vinculada à origem sócio-econômica do criminoso do que ao crime propriamente dito (ROCHA, 1994).

As prisões, tendo-se originado e desenvolvido fora do âmbito da justiça penal, aprimoraram-se, de fato, em práticas de aprisionamento e subjugação das populações pobres a regimes de trabalho obrigatório. Aqueles que foram desapropriados de seus meios de subsistência e que não se adequavam às novas formas de produção que passaram a existir desde o século XVII, formaram, a partir daquela época, o grande contingente de excluídos que, de fato, até hoje, ocupam as prisões (FOUCAULT, 1977).

A sociedade mercantilista do século XVI já possuía instituições com a finalidade de submeter seus internos a um sistema de trabalho forçado. Os internos nas Casas de Trabalho holandesas não eram outros senão os membros das populações pobres; o que evidencia, já a partir dessa época, a exploração de seu trabalho. Esses homens, mulheres, adolescentes e crianças viviam confinados de forma permanente, vinculados à produção de bens que eram comercialmente convenientes à sociedade que se desenvolvia. A Casa dos Rapazes Maus, instituição anexa ao Hospício de São Miguel, em Roma, criada em 1703, por iniciativa do papa Clemente XI, tinha a função de aprisionar e reformar jovens criminosos; entretanto na realidade operava, com sua tecnologia disciplinar, a favor do enquadramento daqueles jovens aos princípios do trabalho e da religião. A Maison de Force de Gand, fundada em 1775, e planejada previamente por Vilain XIV, destinava-se basicamente ao aprisionamento de mendigos e vadios que deveriam ser submetidos a trabalhos forçados. Vilain afirmava que encarcerar mendigos e vadios oferecia a vantagem de

formar uma quantidade de novos operários e baratear os custos da mão-de-obra (ROCHA, 1994).

A mudança social ocorrida no plano econômico, ou seja, um novo direcionamento na aplicação das fortunas é certamente o motivo determinante na mudança da finalidade do aprisionamento. A partir do momento em que os grandes capitais são colocados nas mãos da classe popular na forma de matéria-prima, maquinários e instrumentos utilizados nas indústrias, passa a ser necessário proteger a riqueza que fatalmente estava mais exposta.

A partir do século XVIII, os pobres, as pessoas que procuram trabalho e os desempregados, passam a ter um contato físico direto com a riqueza e, portanto, os roubos, a destruição e a pilhagem passam a ocorrer de modo mais freqüente necessitando, pois, de punição (FOUCAULT, 1984, 1996). Uma decorrência interessante desse fato foi a separação, nas populações pobres, entre honestos e desonestos por meio de campanhas de cristianização junto aos operários. Para Foucault (1984, p.133):

Foi absolutamente necessário constituir o povo como um sujeito moral, portanto separando-o da delinquência, portanto separando nitidamente o grupo de delinqüentes, mostrando-os como perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos. [...] A partir do momento que alguém entrava na prisão se acionava um mecanismo que o tornava infame, e quando saía, não podia fazer nada senão voltar a ser delinqüente.

A tecnologia do aprisionamento cresceu de forma espantosa e as prisões de Gloucester, Walnut Street e Auburn, fundadas, respectivamente, em 1777, 1790 e 1819, foram gradativamente tornando-se locais de encarceramento das camadas pobres da população e expressão cristalizada da reabilitação pelo trabalho. Na primeira instituição, Howard, que propôs sua criação, enfatizava os benefícios que a reforma penal poderia introduzir ao se “[...] utilizar racionalmente o prisioneiro e o asilado que os encarceramentos de exclusão social

desperdiçavam.” Essa instituição ficou conhecida por sua disciplina rígida, sua punição cruel e pela imposição de um trabalho, notadamente desumano, aos sentenciados (ROCHA, 1994, p. 81-82).

O que ficou conhecido como *Sistema Auburn* introduzia ainda a outra penalidade. Uma vez que era impossível o isolamento no trabalho coletivo durante o dia, os condenados eram obrigados ao silêncio total. Com isso, Lynds, idealizador desse modelo, pretendia evitar a solidariedade, impedir as resistências, reforçar a idéia do ‘estar só e desamparado’, ou seja, “[...] à mercê do arbítrio de guardas aos quais os detentos deveriam submeter-se incondicionalmente.” (ROCHA, 1994, p. 86).

Embora as prisões existissem desde a Antigüidade, foi somente a partir do século XVIII que elas adquiriram uma sistemática diferente, a qual, por sua eficácia, perdura até os dias atuais. A população pobre prisioneira passa a ser submetida a uma arte de controle do corpo – a disciplina – que visa não só ao aumento de suas habilidades ou de sua sujeição, “[...] mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente”. Mesmo que as práticas disciplinares tenham se constituído em esquemas gerais de dominação disseminados em vários âmbitos sociais – família, escolas, hospitais, fábricas – as prisões são, sem dúvida, seus maiores representantes. Utilizando inicialmente a idéia do trabalho penal como um aprendizado para a virtude – especialmente para os pobres (é claro!) – as prisões, após 1840, ao empregar mecanismos estratégicos de controle do tempo e dos movimentos, vigilância, sanção normalizadora e o exame, deixam evidente que, na verdade, nada mais fazem do que não ensinar coisa alguma àqueles que ela segrega. A classificação, a diferenciação e a segregação, utilizadas pelas prisões, são uma espécie de garantia de que aqueles que lá estão nada poderão fazer ao sair. (FOUCAULT, 1977, p. 127).

No Brasil, a história das prisões não é essencialmente diferente da de outros lugares do mundo e seguiu de perto o modelo adotado pela legislação portuguesa. Apesar de os modelos de aprisionamento desenvolvidos nas épocas colonial e imperial estivessem em descompasso com os desenvolvidos na Inglaterra, França e América do Norte, ao longo do século XX, os devidos ajustes ao modelo ressocializador foram sendo, gradativa e lentamente, efetuados. As disposições referentes aos crimes no Brasil, até a adoção do Código Criminal do Império em 1830, estavam contidas no Livro V, das Ordenações Filipinas, as quais definiam a legislação sobre as questões mais diversas: blasfêmia feitiçaria, moeda falsa, sodomia, incesto, adultério, homicídio, injúria, furto, vadiagem, baile de escravos, jogos, ocultamento de criminosos, dentre outros (SALLA, 1999).

As penas previstas poderiam ser a de morte, degredo para as galés, o degredo para regiões da África e Índia, além dos açoites corporais tais como a mutilação das mãos, língua e queimaduras tenazes. Confiscar bens e a aplicação de multa eram também, bastante freqüentes. Durante os três primeiros séculos da colonização, a prisão era usada como instrumento de ameaça e de exercício do poder arbitrário nas vilas e cidades. Por volta da segunda metade do século XVIII, os ocupantes das cadeias eram funcionários suspeitos de desvio de dinheiro e índios acusados de desordens ocorridas na cidade. Mais tarde, durante o século XIX, os escravos negros rebeldes também passam a ocupar as prisões (SALLA, 1999).

A cadeia, especialmente em São Paulo, durante muito tempo poderia ser um cômodo, casa alugada ou uma dependência ao lado Câmara, órgão responsável pela execução nas Ordenações. Em cidades ou vilas com maiores recursos o local destinado aos presos eram as enxovias – prisões que se localizavam na parte de baixo da Casa de Câmara (SALLA, 1999). Uma prisão mais sólida e segura só surgiu em São Paulo, em 1787, no largo de São Gonçalo, retirando do encarceramento seu caráter precário, instável e nômade dos primeiros séculos. A Cadeia de São Gonçalo compreendia as

Enxovias (prisões, celas, salas ou casas nas quais ficavam os indivíduos isoladamente ou em conjunto) de homens, mulheres, de pretos, cujo acesso se fazia por alçapões abertos no piso superior e pelos quais se descia com o auxílio de “escadas-de-mão”, isto é, móveis; *caza* para preso (sala para encarceramento sem uma função ou tipo especial de pessoa); *sala-livre*, geralmente destinada à gente “qualificada”; *sala-fechada*, algo provavelmente similar às celas fortes; *albuje*, local (cela) onde ficavam detidos os clérigos; *segredo* ou *moxinga* era a cela onde ficavam trancafiados os presos por culpa grave e onde eram geralmente aplicadas torturas [...] sem abertura para o exterior [...]. O *oratório* era uma sala (cela) com um altar (onde os condenados à morte passavam seus últimos momentos). (SALLA, 199, p. 37-38).

Por volta de 1821, a utilização de presos para serviços públicos, os *galés* como eram conhecidos, era freqüente e visava baratear os custos do erário público. Esse tipo de pena se estendeu por muitos anos e ainda podia ser registrada, cinquenta anos depois. O Código Criminal de 1830 introduziu a idéia do cumprimento da pena de prisão com trabalho. Em seu Artigo 46, determinava que a pena de prisão com trabalho obrigaria os réus a ocuparam-se diariamente com o que lhes fosse destinado no recinto da prisão, de acordo com o seu regulamento.

A pena de prisão teve um importante papel no mundo moderno. Tendo como modelo inspirador as idéias iluministas, as penas, revestidas de um caráter retributivo e igualitário, vieram substituir as práticas sanguinárias. A partir do século XIX as penas deixaram de ser corporais e passaram a confiscar dos cidadãos seu maior bem: a liberdade. Se, na Europa, a pena de prisão foi empregada ao mesmo tempo em que os direitos do cidadão se ampliavam; no Brasil, ela passou a ser usada em uma estrutura social cindida pelo escravismo e pelas diferenças de acesso dos indivíduos à lei. Marcado por uma história de subjugação e submetimento de outros povos, o Brasil evidenciou – e talvez ainda evidencie – uma profunda cisão entre o discurso e a prática da execução penal.

As transformações se faziam necessárias, o espírito reformador alimentava a mente dos mais sensíveis, no entanto, a lentidão na aplicação das novas propostas mantinha os

prisioneiros numa condição de absoluta indignidade. Acompanhando, no discurso, os países europeus as autoridades brasileiras, já durante o século XIX, voltavam sua atenção para o tratamento dispensado aos encarcerados. Vários foram os relatórios de autoridades apontando a necessidade de dar um atendimento diferenciado aos sentenciados e os não condenados, além da necessidade da separação por idade, raça e cultura. Esses relatórios manifestavam as visões preconceituosas que permearam o discurso sobre o encarceramento no Brasil desde os primórdios até hoje, ou seja “[...] condição diferente na hierarquia social determina a situação igualmente diferenciada sob a qual estarão submetidos os indivíduos no cárcere.” (SALLA, 1999, p. 54).

Por volta de 1841, foi proposta a fundação do Sistema Penitenciário com base em três aspectos: a segregação celular noturna, o trabalho e a instrução moral e religiosa. Esse sistema era inspirado no modelo de Gand⁴⁴. Já a Casa de Correção de São Paulo, inaugurada em 1852, assim como a do Rio de Janeiro inaugurada em 1850⁴⁵, tiveram, a partir de outro modelo, o auburniano⁴⁶, a preocupação de organizar o trabalho dos presos de forma a gerar recursos para a amortização dos custos e gerar nos condenados hábitos de moralidade, ordem e reconhecimento da virtude no trabalho. As casas de correção e sua nova proposta visavam à regeneração dos condenados. Os regulamentos desses dois tipos de instituições previam um nível de organização que o Brasil colônia não conheceu e os primeiros anos do império não conseguiu implantar. A preocupação com os horários das atividades, as rotinas de trabalho, as penas disciplinares a serem aplicadas aos rebeldes, o vestuário, a alimentação, o atendimento da enfermagem, as práticas religiosas, além da própria organização administrativa da prisão e a qualificação dos funcionários passaram a ser preocupação fundamental. No entanto, essas instituições eram exceções em relação às outras espalhadas pelo país, onde ainda era registrado um tratamento marcado pela desumanidade.

É importante salientar que as mudanças ocorridas no sistema prisional, não só no Brasil como em outros países, acompanhavam de perto os progressos no âmbito da criminologia, ciência que contribuiu significativamente para instituir a segregação das populações pobres como as “coincidentemente” mais criminosas. No final do século XIX, o discurso em torno do crime e do criminoso apontavam para uma negação sutil do indivíduo genérico, universal, amparado pela lei. Segundo Salla (1999, p.129):

Ao criminoso como cidadão que rompe, de seu livre-arbítrio, o pacto legal, sucede o criminoso portador de uma enfermidade. Os traços biológicos, psicológicos e sociais específicos, particulares a um determinado indivíduo, ganham realce e começaram a fundamentar não só uma teoria sobre o crime e o criminoso, mas também, as formas de atuação de instituições como a polícia e a prisão.

A noção de periculosidade que se instalou a partir dessa concepção de criminoso reforçou as práticas de vigilância e punição apontadas por Foucault (1977) e introduziu a preocupação com a reincidência criminal. O novo discurso científico do positivismo fez retroceder os princípios relativos à dignidade humana, separando-os em grupos antagonistas: superiores e inferiores, normal e anormal, sadio e doente, além de reforçar a antiga cisão homem – mulher.

No final do século XIX e início do século XX, sob a égide de um novo Código Penal em vigência desde 1890 – cuja característica inovadora era questionável uma vez que filosoficamente era, em muitos sentidos, semelhante ao do Império – a sociedade republicana se colocava francamente favorável à criação de unidades prisionais que refletissem os avanços políticos e científicos da escola criminológica positiva. É no início do período republicano que surgiram as primeiras experiências com manicômios e prisões, onde foram produzidas as primeiras “[...] informações científicas sobre os loucos e os criminosos a partir do próprio interior destas instituições.” (SALLA, 1999, p. 146).

Em resposta à necessidade de mudanças no sistema prisional inicia-se, em São Paulo, um longo processo de atividades políticas com o intuito de ser criada uma nova penitenciária que atendesse aos ideais de encarceramento dos criminosos. Porém, foi somente em 1911 que ocorreu o lançamento da pedra fundamental para a construção da Penitenciária do Estado, a partir do projeto idealizado por Ramos de Azevedo em 1901. A inauguração desta unidade prisional só ocorreu em 1920 e foi um marco na história penitenciária brasileira e paulista. De lá para cá, muitas mudanças se processaram no âmbito do sistema prisional brasileiro e como resposta a um aumento significativo da criminalidade, nos últimos 50 anos, o número de unidades prisionais cresceu de forma espantosa.

O Brasil conta hoje com 334 penitenciárias, 181 presídios, 452 cadeias públicas, 48 casas de albergados, 26 colônias agrícolas, industriais ou similares, 31 hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, 10 centros de observação criminológica; 3 patronatos, 2 penitenciárias federais, totalizando 1094 unidades para observação, tratamento e cumprimento das penas. O estado do Ceará aparece com o maior número de unidades prisionais – 144 – em virtude de ter 131 cadeias públicas, sendo que possui apenas uma destinada às mulheres. São Paulo vem logo em seguida, com 143 unidades – de tipos diversos –, sendo que destas 12 são destinadas, exclusivamente, às mulheres. O número total de pessoas presas no Brasil, segundo dados consolidados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em dezembro de 2007, era de 422.590 pessoas. Desse total, 19.034 eram mulheres ocupando 14.165 vagas de unidades do Sistema Penitenciário – penitenciárias, centros de ressocialização, hospitais de custódia e tratamento, etc. Também compondo o conjunto de mulheres presas, mas no âmbito das Secretarias de Segurança Pública – cadeias públicas e distritos, 6.796 mulheres ocupavam 995 vagas. O grave déficit de vagas no âmbito das Secretarias de Segurança Pública vem certamente forçando as unidades do Sistema Penitenciário a abrigar muitas presas provisórias em suas unidades destinadas

ao cumprimento de penas como é o caso, por exemplo, da Penitenciária Feminina de Santana em São Paulo. (DEPEN, 2008).

As prisões, como bem apontaram Foucault (1977, 1984, 1996) e Rocha (1994), surgiram a partir de uma mudança social mais global e serviram especialmente para encarcerar, ao longo dos séculos, um grupo social específico. Se bem que a definitiva adoção dessas instituições tenha se dado em momentos distintos nas sociedades modernas, é possível admitir que, independente do gênero a que pertencia o condenado, a opressão imposta pela prisão afetou todos aqueles que nela permaneceram por anos seguidos, certamente afetando-os de modo distinto. Mulheres e homens são diferentes e, nesse sentido, a história das prisões guarda alguns aspectos particulares quando se trata do aprisionamento de mulheres.

Se para os homens a prisão constituiu-se, desde suas origens mais remotas, como um lugar de execução da pena pelo cometimento de um crime, para as mulheres apresentou não só a função de punir, mas de controle social genérico. As diferentes concepções sobre a imputabilidade de homens e mulheres – resultante de concepções distintas sobre o “sexo” feminino e masculino – perduraram séculos e, sem dúvida, se refletiram tanto na forma como as penas foram aplicadas às mulheres acusadas, quanto nas condições oferecidas para que elas, efetivamente, cumprissem suas penas.

Registros históricos mostram a preocupação com um tipo diferenciado de tratamento para mulheres presas que, embora mencionado, na realidade não ocorria, deixando claro, mais uma vez, a sua condição de invisibilidade. Essa preocupação, na maioria das vezes, resultava da crença de que a mulher delinqüente era alguém “portador de uma enfermidade diferente”, crença esta certamente referida às concepções do “*infirmity sexus*”⁴⁷ (GRAZIOSI, 1999, p. 84).

Na Espanha do século XVII, recomendava-se às condenadas um regime denominado Galera, nos mesmos moldes do tratamento que se dava aos condenados ao remo nas galeras.

Entre os castigos que eram impostos às mulheres existiam: a mordaça para os crimes de blasfêmias, as algemas para as furiosas, os grilhões para impedir que elas se movimentassem e vários aparatos de tortura para aquelas que tentassem fugir (BIERRENBACH, 1998). Tanto na Itália quanto na Espanha, entre os séculos XVIII e a primeira metade do século XIX, o internamento de mulheres resultava da necessidade de salvaguardar a honra e a saúde do corpo e da alma, ou seja, as punições eram aplicadas sobremaneira como uma tentativa de controle de delitos ligados à esfera da sexualidade. Quer fossem viúvas ou órfãs com necessidade de refúgio e proteção, quer fossem prostitutas arrependidas ou esposas rebeldes ou ainda vítimas de doenças venéreas as mulheres eram internadas para a correção de seus desvios ou como uma tentativa de que esses desvios potenciais não viessem a se manifestar (GRAZIOSI, 1999; ARÚS, 1995).

Datam dessa época os primeiros avanços relativos ao tratamento penal como um todo, que apontavam para a necessidade de separar e classificar os condenados do sexo masculino e feminino a partir de critérios pretensamente mais científicos. As diferenças relativas à idade, tipo de delito, tipo de pena e o tipo de conduta na prisão passaram a ser a base de um novo tipo de classificação. A separação e classificação das mulheres visavam às peculiaridades do sexo feminino e a moralidade sexual. São mencionados nesse período dois grupos distintos de encarceradas: o das meretrizes ou mulheres de má fama e o daquelas que tivessem cometido outros tipos de delitos. Muitas mulheres encarceradas eram também mães, porém, a referência ao tipo de atendimento dado àquelas que ficavam grávidas na prisão ou como se dava a relação com os filhos que haviam deixado fora do cárcere é absolutamente ausente. As mulheres e homens encarcerados deviam permanecer presos em alojamentos diferentes de uma mesma prisão de forma a evitar qualquer contato de natureza sexual. Além disso, havia também a preocupação com possíveis abusos sexuais por parte dos funcionários das prisões levando as

autoridades a indicar sempre a presença de funcionárias na prisão. Nas prisões femininas, o diretor geral era sempre um homem, mas a vigilância e a disciplina eram responsabilidade de uma mulher. A presença de um homem era indicada como de um supervisor. Este deveria ser um homem experimentado, e ter como qualidades a esperteza, a prudência, a austeridade e a severidade, colocando-se de acordo com a responsável sobre cada ato administrativo e/ou disciplinar (GRAZIOSI, 1999).

Um fato relevante no que diz respeito às prisões de mulheres na Europa, a partir do século XVIII, foi a utilização – freqüente, porém não generalizada – de matronas ou irmãs de caridade na direção das prisões. Consideradas como mais experimentadas e bem preparadas, as freiras saberiam conduzir as armadilhas, erros e descuidos femininos. A presença dessas mulheres contribuiu, de modo decisivo, para imprimir às prisões femininas – mesmo em momentos posteriores em que já se admitia uma racionalidade penal mais moderna – o caráter de expiação moral e de regeneração pela pena (GRAZIOSI, 1999; ARÚS, 1995; MORENO, 1993).

A história do encarceramento de mulheres no Brasil conta com poucos registros, todavia, naqueles disponíveis fica evidente que o sentido da pena, seguia a mesma orientação de outros países, ou seja, o encarceramento de pobres e a reprodução do domínio masculino. Pouco se sabe do que acontecia com as mulheres encaminhadas a algum tipo de prisão antes do século XIX, mas não é difícil supor que, como os prisioneiros homens, elas devem ter sofrido os mais diferentes tipos de penas aflitivas. Registros mais precisos referem-se ao encarceramento de mulheres em São Paulo.

Em 1810, o governador da capitania de São Paulo considerava danoso o hábito das mulheres ocultarem seus rostos quando circulavam pelas ruas, tendo então proclamado que elas passassem a andar com os rostos descobertos e, ao mesmo tempo, fixado as penalidades em caso de infração. Segundo o Registro Geral da Cidade de São Paulo (1810, p. 305-306), citado por Salla (1999, p. 35-36), o governador afirmava:

portanto, pondo em seu inteiro vigor a lei que proíbe ás mulheres semelhantes rebuços novamente ordeno que toda mulher que for achada rebuçada por qualquer maneira que traga a cara coberta (pois a devem trazer inteiramente descoberta) sendo nobre das quaes não espero a contravenção das reaes ordens, seja recolhida por qualquer official militar, ou de justiça a casa decente, e se mandará immediatamente parte para a mandar a sua casa com decencia devida á sua qualidade e pagará vinte mil réis para o Hospital dos Lazaros desta cidade se fôr mulher ordinária, e mulata ou preta forra pagará oito mil réis da cadeia applicados na mesma forma com oito dias de prisão. As escravas porém não poderão trazer baeta na cabeça, e as que assim forem achadas serão castigadas corporalmente na cadeia a meu arbítrio. (texto original).

Fica evidente, no discurso do governador, o controle masculino sobre o corpo da mulher. As mulheres não tinham direito de ocultar seus rostos com tecidos, deviam deixá-los expostos à observação, certamente para que seus “desejos e instintos” pudessem ser sondados e avaliados a tempo. Mais interessante era a distinção na aplicação da pena, visivelmente relacionada à origem social da infratora.

O relatório elaborado pela comissão da Câmara de São Paulo sobre a Cadeia da Cidade, em 1831, chocou as autoridades uma vez que revelava as péssimas condições em que os condenados cumpriam suas penas. A sugestão da construção de uma nova cadeia compatível com a humanidade era premente. No que dizia respeito, às mulheres foram apresentadas à época duas sugestões. A primeira referia-se à ampliação do espaço. As mulheres passariam a ocupar duas celas de modo a separar as condenadas das não condenadas. A segunda sugestão demonstrava a preocupação no fornecimento de alimentos e vestuário às mulheres de modo que elas não ficassem inclinadas à prática da prostituição (SALLA, 1999). Da mesma forma que em outros países, no Brasil concebia-se que a guarda de mulheres deveria ficar a cargo de pessoas íntegras, honradas, de vida exemplar e de bons costumes. Embora não fique claro, no texto de 1831, que essas pessoas poderiam ser mulheres de reconhecida dignidade, cabe ressaltar que ao longo dos anos que se seguiram, a utilização de irmãs de caridade e de mulheres consideradas firmes e austeras na

diretoria de presídios femininos tornou-se a prática usual. É interessante pensar ainda que essas irmãs de caridade eram símbolos da pureza e castidade inspirados na Virgem Maria, modelo ímpar na constituição do imaginário feminino. Em 1852, com a criação da Casa de Correção de São Paulo, as mulheres passaram a contar com uma ala especial onde cumpriam suas penas, no entanto, são insuficientes as informações disponíveis sobre essa época e quase nada se sabe sobre como as mulheres presas viviam. No início de 1940 foram transferidas para um Presídio de Mulheres – Penitenciária Feminina da Capital – num prédio que já serviu de residência para o diretor da Penitenciária e, posteriormente abrigou a Escola Penitenciária (SALLA, 1999). Ao longo dos anos subseqüentes foram surgindo outras unidades prisionais femininas. Atualmente, as 12 que existem em São Paulo estão subordinadas às Coordenadorias Regionais da Secretaria da Administração Penitenciária.

Muito se discute, hoje, em diferentes países, sobre a condição de invisibilidade das mulheres condenadas a penas de prisão. Um dos fatores atribuídos a essa condição é a inexpressiva criminalidade feminina quando comparada à masculina, o que, provavelmente, levou os órgãos de controle social a manifestarem uma maior preocupação com os homens. No entanto, tomando por referência os dados históricos apresentados a causa da invisibilidade é mais preocupante do que à primeira vista possa parecer.

A mulher criminosa é duplamente discriminada, por ser mulher e por ter rompido com o modelo inferiorizado que a sociedade impõe. Quando comete um delito a mulher assume um lugar, aparentemente, reservado ao homem: o lugar de violadora da ordem estabelecida, uma agressora. A mulher que pratica uma ação com forte carga agressiva é temida e repudiada Spangerberg (1846), citado por Graziosi (1999, p. 66) exprime bem o que era comum as pessoas comentarem sobre essas mulheres “[...] una buena mujer es mejor que um

hombre óptimo; una mujer mala es mil veces más malvada que um hombre pésimo.”

Mulher e agressão não formavam – e ainda não formam – no imaginário social um par aceitável. Dessa forma, qualquer que tenha sido a causa de um comportamento anti-social ou agressivo, manifesto por uma mulher, tendia – e talvez ainda tenda – a ser considerado como um desvio do propósito feminino e não como uma resposta a um dinamismo social excludente. A resposta social às mulheres que cometeram crimes tem sido de um sutil desprezo, ou seja, por mais que se discuta a necessidade de diferenciação, tudo continua como se essas necessidades não existissem.

No Brasil, praticamente, inexistem presídios construídos especialmente para mulheres⁴⁸ e muitos dos que elas ocupam surgiram após adaptações feitas em prédios destinados a outros fins. As prisões de mulheres – embora diferentes, em sua dinâmica, das prisões masculinas – foram idealizadas como “prisões de homens” e seguem, em muitos sentidos, o espírito das prisões masculinas. Não existir um presídio “pensado” para mulheres talvez reflita a obscura concepção de que as mulheres criminosas são inferiores que os já inferiorizados homens que cometem crimes. Isso é absolutamente inaceitável.

As mulheres são diferentes dos homens, mas têm direitos humanos iguais. Não é mais possível ignorar e continuar tratando as questões da criminalidade feminina como “questões de homens.” Isso certamente corresponde ao que Fernández (1995) denominou *direito de gênero*. As mulheres criminosas são hoje condenadas pelos mesmos princípios jurídicos que os homens, mas não podem ser, por suas específicas diferenças de gênero, tratadas da mesma forma.

As mudanças sociais ocorridas nos últimos cinquenta anos colocaram as mulheres, de um modo geral, diante de um número significativo de novos dilemas. Na atualidade, muitas mulheres são chefes de família e arcam com o sustento dos filhos e do companheiro. Outros agrupamentos familiares têm exclusivamente na mulher a responsabilidade para o

atendimento de suas necessidades. Quando uma mulher é presa ocorre um rompimento absoluto da estrutura familiar. Essa desestruturação promove nas mulheres uma série de reações completamente diferentes daquelas observadas em homens nas mesmas condições.

A estigmatização da mulher presa é uma constante: más esposas, mães más, mulheres sem alma. Não é comum pensar que as mulheres possam ser más, no entanto, uma mulher criminosa é vista como alguém portador de significativa maldade. No interior das prisões parecem existir ainda dois tipos de modelo de atendimento às mulheres presas. Um deles, o mais antigo, referido por Moreno (1993), se articula em torno dos valores familiares o qual visa reeducar a mulher na domesticidade. As oficinas de costura, crochê, tricô, bordados são bons exemplos dessa tendência. O outro, aparentemente mais moderno, visa oferecer à mulher condenada diferentes oportunidades de aprendizado para o mundo do trabalho, por meio de oficinas que se assemelham a pequenas indústrias, mas, na realidade, essas mulheres “oficineiras” raramente são empregadas nessas funções quando saem em liberdade.

Mas, para além das descrições oficiais sobre quantas são as prisões femininas, seus objetivos e sentidos, é importante destacar aspectos da experiência das mulheres que lá cumprem suas penas. Lopes (2004) pesquisou a situação de mães presas em uma unidade prisional de São Paulo. Em seu trabalho a autora apresenta uma ampla descrição da unidade e da experiência de significativa subjugação na qual viviam as mulheres. Nos pavilhões encontram-se, ao mesmo tempo, a *casa*, o *barraco*, a *pedra*⁴⁹, o *lugar de trabalho* onde se obtém o complemento para o sustento da família que está lá fora, o *lugar do castigo* nas celas solitárias, os *pátios* onde são realizadas as festas do dia das mães, do natal e do ano novo. [Lá] [...] se vive a coletividade forçada. Partilha-se a casa/cela com pessoas inicialmente desconhecidas que, com o passar dos anos, se tornam mais um da família. Num espaço mínimo com ventilação e iluminação precárias, vivem, em média, cinco

mulheres. A primeira vez que entrei nos pavilhões para visitar “a casa” das mulheres presas foi também a primeira em que pude ver alguma beleza na prisão. (LOPES, 2004, p. 85). Frinhani e Souza (2005) estudaram as representações sociais de mulheres encarceradas sobre o espaço prisional em uma unidade estadual do Espírito Santo. Para as autoras:

As representações do espaço prisional se encontram articuladas com as representações de diferentes objetos: dos espaços, das relações, dos valores e das práticas vivenciadas cotidianamente. Grupos que tenham uma afiliação reconhecida, como é o caso das mulheres encarceradas, informam pontos de vista sobre determinado objeto, que podem ser compartilhados. (p. 64).

Em seu estudo, Frinhani e Souza (2005) nos informam que as mulheres presas sentem-se envergonhadas e diminuídas pelo encarceramento e a busca de superação destes sentimentos aparentemente se dá pelo cuidado que dedicam ao ambiente. Tal como Lopes (2004) as autoras identificaram que essas mulheres buscam tornar este espaço como suas “casas” e é ali que recebem seus visitantes. Este cuidado característico das unidades femininas sinaliza específicas características de gênero que diferenciam estas unidades das masculinas. “O empenho para tornar as celas do presídio semelhantes aos cômodos de uma casa [evidencia que] [...] as detentas procuram tornar familiar o ambiente inóspito e estranho que constitui a penitenciária.” (FRINHANI; SOUZA, 2005, p. 75).

As prisões não abrigam apenas “mulheres”, abrigam esposas, filhas, mães irmãs, pessoas que vivem relações sociais importantes e das quais são apartadas, muitas vezes de forma violenta. Mas a desatenção para com as necessidades das mulheres presas não ocorre apenas no Brasil. Essa triste realidade, guardada as especificidades de cada país, tem sido apontada por vários estudiosos. Suas pesquisas evidenciam, a partir de diferentes ângulos, que as prisões femininas têm sido consideradas como unidades prisionais de “segunda linha”, ou seja, claramente reproduzem o lugar de submissão e descaso

que as mulheres ainda ocupam em vários setores da sociedade (FARRELL, 1998; SCHRAM, 1999).

Schram (1999) em estudos realizados em unidades prisionais da Califórnia concluiu que os prisioneiros em geral, assim como as mulheres presas, tendem a ser infantilizados e vistos como pessoas pouco responsáveis. Nas prisões femininas, as atitudes das mães presas contrapõem-se ao estereótipo de mãe ideal, fazendo com que o sistema correcional conceda um apoio insuficiente para a manutenção do vínculo entre elas e seus filhos. Suas conclusões apontam que as atitudes machistas para com as mulheres, o ideal de maternidade e os estereótipos relativos a mães que estão na prisão, embora se manifestando de modo distinto nos diferentes grupos estudados, resultam em suas múltiplas correlações, na formação de atitudes negativas para com as mães encarceradas.

Farrell (1998), em estudo desenvolvido com mulheres internas em unidades correcionais da Austrália que objetivava examinar os impactos do aprisionamento das mães em seus filhos, demonstra que a sustentação do laço familiar é de extrema importância, não só na reabilitação como também para o bem estar dos filhos. No entanto, as práticas prisionais freqüentemente obstruem o vínculo familiar, sendo necessárias correções no sistema carcerário a fim de minimizar o distanciamento entre as mães presas e sua família. Conclui, o autor, que é indispensável desenvolver uma política de apoio aos tutores das crianças e criar uma assistência financeira para que os filhos mantenham as visitas e os contatos telefônicos com suas mães. Além disso, as unidades devem contar com recursos que facilitem a interação física e emocional entre mães e filhos, recursos esses não só de ordem material como humano, ou seja, a equipe de custódia deve ser treinada para esse fim.

As prisões femininas são verdadeiramente espaços diferentes das prisões masculinas. Por tanto tempo desconsideradas é necessária a urgente produção de mudanças e a introdução de novos sentidos e práticas. Os estudos realizados no âmbito das

prisões femininas, ainda que insuficientes na realidade brasileira, têm sido um alerta para que as autoridades do setor reconheçam a necessidade de mudar. No entanto, em virtude de uma lógica que privilegia os problemas relativos ao encarceramento de homens, estatisticamente mais expressivo, as questões referentes às mulheres que se encontram nas mesmas condições têm sido relegadas a um segundo plano. Não é possível admitir como suficiente as discussões em torno da problemática das prisões femininas. Isso, porém, não deve intimidar aqueles que se empenham em buscar alternativas para as necessidades das mulheres que estão presas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARÚS, F. La mujer y el sistema penitenciario español. *Poder Judicial*, n. 39, p. 65-97, sep., 1995.

BIERRENBACH, M. I. Sistema Penitenciário - A mulher presa. *Revista do Ilanud*, n. 12, p. 71-82, 1998.

DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. Dados Consolidados do Sistema Penitenciário Nacional 2008. Disponível em: < <http://www.mj.gov.br/depen/> > Acesso em: 22/07/2008.

FARRELL, A. Policies for Incarcerated Mothers and their families in Australian Corretions. *Australian and New Zealand Journal of Criminology*, n. 31, p. 101-117, 1998.

FERNÁNDEZ, G.T. Mujer, Cárcel y Derechos Humanos. *Capítulo Criminológico*, v. 23, n. 1, p. 337-358, enero/junio, 1995.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. Tradução de Ligia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

FRINHANI, F.M.D.; SOUZA, L. Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representações sociais. *Psicologia: Teoria e Prática*, v.7, n.1, 61-79, 2005. Disponível em <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/ptp/v7n1/v7n1a06.pdf>. Acessado em 24/10/2006.

GRAZIOSI, M. Infirmis sexus: la mujer en el imaginario penal. *Nueva Doctrina Penal*, p. 55-95, 1999.

LIMA, C.N. A delinquência juvenil sob o enfoque criminológico. In: SÁ. A. A.; SHECAIRA, S.S. (Org). *Criminologia e os problemas da atualidade*. São Paulo: Atlas, 2008.

LOPES, R. *Atualidades do discurso disciplinar: a representação da disciplina e do disciplinar na fala dos agentes de segurança penitenciária*. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento Humano). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 1998.

LOPES, R. *Prisioneiras de uma mesma história: O amor materno atrás das grades*. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. 268f.

MORENO, M.H. Mujeres y prision. *Cuadernos de Política Criminal*, n. 49, p. 339-354, 1993.

ROCHA, L.C. *A Prisão dos Pobres*. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SALLA, F. *As Prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: AnnaBlume, 1999.

SCHRAM, P.J. An Exploratory Study: Stereotypes about mothers in Prison. *Journal of Criminal Justice*, v. 27, n. 5, p. 411-426, 1999.

SOBRE OS AUTORES

Adriano Beiras - Psicólogo, psicoterapeuta, especialista em Terapia Relacional Sistêmica (Familiare Instituto Sistêmico-SC). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutorando em Psicologia Social pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), Espanha, com bolsa da Agencia Española de Cooperación Internacional (AECI), MAEC AECID. Pesquisador dos núcleos Margens (UFSC) e VIPAT (UAB). *E-mail: adrianobe@gmail.com*

Alcebir Dal Pizzol - Assistente Social do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, bacharel em Direito (UNOESC), especialista em Metodologia de Atendimento da Criança e do Adolescente (UDESC), mestre em Serviço Social (UFSC), perito social. *E-mail: adp3344@tj.sc.gov.br*

Ana Celina Garcia Albornoz - Graduada em Psicologia, tem formação em Psicoterapia, aperfeiçoamento em Clínica Psicanalítica e em Psicopatologia do Bebê, e mestrado em Psicologia. É doutoranda em Psicologia. É especialista em Psicologia Clínica e Psicologia Jurídica. Trabalha como psicoterapeuta individual e de pais-bebê e pais-filhos na adoção em consultório, e como psicóloga na Fundação de Proteção Especial da Secretaria da Justiça e Desenvolvimento Social do Estado do RS. É docente no Gaepsi, Esipp, Clip, Cesuca e UFRGS. É autora do Livro Psicoterapia com Crianças e Adolescentes Institucionalizados.

Blanca Susana Guevara Werlang - Psicóloga Clínica. Doutora em Ciências Médicas, área Saúde Mental, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Adjunta e Diretora da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade

Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Membro da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica no Conselho Federal de Psicologia (CFP). *E-mail: bwerlang@pucrs.br*

Carolina Bunn Bartillotti - Psicóloga, especialista em Avaliação Psicológica, professora universitária, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. *E-mail: carol.bartilotti@gmail.com*

Daniele Simone Passarini - Estudante de Psicologia na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Bolsista de Iniciação Científica pelo Programa PIBIC-CNPq, atuando no grupo de pesquisas da prof^a. Vera Regina Röhnelt Ramires.

Denise Ruschel Bandeira - Psicóloga, doutora em Psicologia pela UFRGS, coordenadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRGS.

Deise Maria do Nascimento - Psicóloga, mestre e doutoranda em Psicologia (UFSC), professora da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), membro do Conselho Federal de Psicologia. atua como profissional e pesquisadora do sistema penitenciário. *E-mail: deise@unisul.br*

Fernanda Graudenz Müller - Psicóloga, professora universitária (UFSC e UNOESC) e mediadora de conflitos, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e membro do Núcleo de Estudos em Psicologia Jurídica do Estado de Santa Catarina (NPJ-SC). *E-mail: mediar@terra.com.br.*

Giovana Veloso Munhoz da Rocha - Analista do Comportamento, Psicóloga Clínica e Forense, Doutora em Psicologia Clínica pela USP (2008), Mestre em Psicologia da Infância e da Adolescência pela UFPR (2002). Professora do curso de Psicologia da FEPAR, em Curitiba, no Paraná, é uma das coordenadoras de estágios em Psicologia Forense no

Laboratório de Estudos Forenses (LEFOR). Foi diretora de um Centro de Socioeducação para Adolescentes de Alto-risco e participa de pesquisas nas linhas de relação terapêutica, comportamento antissocial, psicoterapia com transgressores e psicopatia.

Gustavo Espíndola Winck - Psicólogo (ULBRA), especialista em Psicologia Clínica/Avaliação Psicológica (UFRGS), mestre em Psicologia Social e da Personalidade pela PUCRS, no Grupo de Pesquisa em Relações de Gênero. Atualmente, é docente e supervisor acadêmico no Instituto Abuchaim, em Porto Alegre/RS, com atuação profissional centrada nos campos da psicoterapia, dos papéis de gênero, da psicopatologia e da sexualidade humana. *E-mail: gew@pop.com.br*

Larissa Goulart dos Santos - Estudante de Psicologia na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), bolsista de Iniciação Científica pelo Programa UNIBIC desta universidade, atuando no grupo de pesquisas da prof^a. Vera Regina Röhnelt Ramires.

Leandro Castro Oltramari - Psicólogo, professor da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e da Universidade do Vale do Itajaí-SC (UNIVALI), mestre em Psicologia (UFSC) e doutor em Ciências Humanas (UFSC), Pesquisa atualmente assuntos relativos a sexualidade, amor e conjugalidade. *E-mail: leandrooltramari@gmail.com*

Leandro da Fonte Feix - Psicólogo. Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor do Centro de Estudos da Família e do Indivíduo (CEFI). Pesquisador em Psicologia Cognitiva.

Liara Lopes Krüger - Bacharel em Serviço Social, Mestre em Psicologia Social e da Personalidade, Doutora em Psicologia, Especialista em Terapia de Família com Dependência Química.

Terapeuta de Família e Casal, Mediadora do Divórcio no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Coordenadora do Departamento de Serviço Social do Foro Central da Comarca de Porto Alegre - TJRS, Coordenadora de Ensino do Contextos – Terapia de Família e Casal.

Lilian Milnitsky Stein - Psicóloga, Ph.D em Psicologia Cognitiva pela Universidade do Arizona, Estados Unidos. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS. Pesquisadora Nível 1 - CNPq.

Lúcia Capitão - Assistente social, mestre em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Foi assistente social no Juizado de Menores, depois na FASE exercendo suas atividades diretamente na Unidade de atendimento de adolescentes autores de ato infracional ou em atividades administrativas. Nos últimos anos esteve vinculada à Diretoria Sócio Educativa e mais recentemente à Diretoria de Qualificação Profissional e Cidadania. Atualmente exerce suas funções na Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social como coordenadora do Programa RS Socioeducativo.

Marcos Erico Hoffmann - Psicólogo, especialista em Psicologia Jurídica e em Psicologia Organizacional e do Trabalho, mestre em Administração e Doutor em Psicologia pela UFSC. Atua no Sistema Prisional de SC e é membro colaborador do Instituto de Pesquisas e Estudos em Segurança Pública de Santa Catarina (IPESP). *E-mail: amicus@bol.com.br*

Marlene Neves Strey - Psicóloga Social, com Mestrado na PUCRS, Doutorado na Universidad Autónoma de Madrid e Pós-Doutorado na Universidad de Barcelona. Trabalha como professora e orientadora acadêmica, tanto na Faculdade de Psicologia quanto no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS, onde também coordena o Grupo de Pesquisa em Relações de Gênero. É pesquisadora do CNPq, dedicando-se às

questões de gênero desde 1988 em diversas áreas, como em relação ao trabalho, à família, à violência e questões contemporâneas. *E-mail: streymn@pucrs.br*

Paula Inez Cunha Gomide - Psicóloga, mestre e doutora em Psicologia (Experimental) pela Universidade de São Paulo. Professora titular da Faculdade Evangélica do Paraná. Professora Adjunta Aposentada da UFPR (1977-2003). Coordenadorado Mestrado em Psicologia da Infância e Adolescência de UFPR (1999-2003). Pesquisadora na área de Estilos Parentais e Comportamento Antissocial, com livros publicados sobre menor infrator, estilos parentais e relacionamento entre pais e filhos. Psicóloga Forense e Psicoterapeuta.

Ray Bull - Psicólogo, Ph.D. em Psicologia, diretor e professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Forense da Universidade de Leicester, Inglaterra. Membro da Sociedade Britânica de Psicologia. *E-mail: ray.bull@le.ac.uk*

Regina Ingrid Bragagnolo - Psicóloga, pedagoga, professora do curso de psicologia da UNISUL (SC), doutoranda em Psicologia (UFSC) e pesquisadora do NIGS (Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividade) da UFSC. *E-mail: reingrid@hotmail.com*

Roberto Moraes Cruz - Psicólogo, doutor em Engenharia de Produção, professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, coordenador do Laboratório Fator Humano (UFSC) e do Núcleo de Estudos em Psicologia Jurídica do Estado de Santa Catarina (NPJ-SC), perito judicial nas áreas Cível e do Trabalho. Membro da *Psychometrics Society* (EUA). Autor de várias publicações no campo da avaliação psicológica, psicologia do trabalho e psicologia jurídica. *E-mail: robertocruz@cfh.ufsc.br*.

Rosalice Lopes - Psicóloga, psicoterapeuta e docente em cursos de Psicologia e Direito. Doutora em Psicologia Social e mestre em Psicologia do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Especialista em Psicologia Social pelo Conselho Federal de Psicologia. Atuou como psicóloga do sistema prisional durante 13 anos. Pesquisadora da temática prisional, com foco particular no encarceramento de mulheres. *E-mail: rosa.castell@hotmail.com*

Saidy Karolin Maciel - Psicóloga, mestre e doutoranda em Psicologia (UFSC), professora do Curso de Psicologia (UNISUL), psicoterapeuta infantil e familiar, perita judicial na área Cível, membro do Núcleo de Estudos em Psicologia Jurídica do Estado de Santa Catarina (NPJ-SC). *E-mail: saidym@yahoo.com.br*

Samantha Dubugras Sá - Psicóloga clínica, psicoterapeuta, mestre em Psicologia Clínica e doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Assistente da Faculdade de Psicologia da PUCRS e do Curso de Especialização em Direito de Família da Faculdade de Direito da PUCRS. *E-mail: samantha.sa@pucrs.br*

Schirley dos Santos Garcia - Psicóloga e professora do Curso de Psicologia (UNESC e UNIBAVE, Santa Catarina), especialista na Abordagem Centrada na Pessoa, mestre em Ciências da Saúde (UNESC). Atua, ainda, como psicóloga no Secretaria de Segurança Pública, psicoterapeuta infantil e familiar. *E-mail: shi@unesc.net*

Sonia Liane Reichert Rovinski - Psicóloga Especialista em Psicologia Jurídica (CFP), Mestre em Psicologia Social e da Personalidade (PUC-RS), Doutora em Psicologia Clínica e da Saúde (Santiago de Compostela-Espanha). Psicóloga Judiciária do Tribunal de Justiça do RS, professora da FARGS, PROJECTO

Centro Cultural e de Formação e dos programas de Pós-Graduação da Universidade Católica de GO, UFRGS, UPF, UP, FFFCMPA. *E-mail: soniarovinski@terra.com.br*

Vera Regina Röhnelt Ramires - Psicóloga formada pela UFRGS. Especializada em Psicoterapia Psicanalítica de Crianças e Adolescentes, Doutorado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professora, pesquisadora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), atuando na Linha de Pesquisas da Clínica da Infância e da Adolescência. Possui livros e artigos publicados nessa área.

Vivian Roxo Borges - Psicóloga Clínica, mestre em Psicologia Clínica e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Assistente da Faculdade de Psicologia da PUCRS. Psicóloga da Internação Psiquiátrica do Hospital Nossa Senhora da Conceição/GHC. *E-mail: vivian.borges@pucrs.br*

Vivian de Medeiros Lago - Psicóloga, Advogada especialista em Psicologia Jurídica (ULBRA), mestre e doutoranda em Psicologia (UFRGS). *E-mail: vmlago@gmail.com*

¹ Este texto é uma versão atualizada da palestra proferida no III Seminário de Psicologia Jurídica do Estado de Santa Catarina, 27 e 28 de setembro de 2007, Florianópolis, SC, promovida pelo Núcleo de Psicologia Jurídica da Universidade Federal de Santa Catarina.

² A experiência de trabalho como auxiliar da justiça na área da família, infância e juventude acumulada pelo autor deste estudo, a formação em serviço social e direito, a situação de especialista em metodologias de atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco, o mestrado em Serviço Social, o conhecimento mais de perto da Instituição Judiciária, do Ministério Público, da Advocacia e de uma centena de Instituições Públicas e Privadas que tratam do assunto, são fatores que nos estimularam a adentrar em um campo específico da atividade jurisdicional, a fim de melhor instrumentalizar principalmente assistentes sociais e psicólogos quando se deparam com um trabalho pericial.

³ Sobre este fato, Veronese (1994) aborda alguns aspectos históricos: “Em consonância com a Constituição de 1824 – arts. 151 a 164 – a Justiça brasileira tinha sua base de sustentação na legislação ordinária. Pela referida Carta Política, a pessoa do Imperador era sagrada e inviolável, não estando sujeito a qualquer tipo de responsabilidade (art. 99). O Poder Morador constituía-se como a chave de toda a organização política do Brasil do Império. O imperador era o Chefe Supremo da Nação e o seu primeiro representante (art. 98). Também tinha sob a sua direção a Chefia do Poder Executivo, atribuindo-se-lhe a nomeação dos magistrados (art. 102, III).” Segue dizendo que com o advento da República, consagrou-se a fórmula tripartite da divisão do poder, cabendo ao Poder Judiciário a promoção da harmonia e da paz social.

⁴ Nesse sentido é a lição de Arruda Alvim (1996, s/p): “há fatos que exigem conhecimentos especiais, de que o juiz normalmente é carecedor, tornando indispensável o concurso de pessoa habilitada, para subsidiar o juiz.”

⁵ Família de origem, de acordo com o Dicionário de Terapias Familiares (MIERMONT et al., 1994, p.272) refere-se às respectivas famílias nas quais nasceram ou foram criados o pai e a mãe da família nuclear.

⁶ Entendido, neste texto, como o processo de acolhimento ao entrevistado e de motivação ao trabalho, com definição dos limites e objetivos da tarefa.

⁷ O termo simulação é adotado no presente capítulo como sinônimo de mentira.

⁸ Fator de risco é o atributo ou circunstância do ambiente ou característica do indivíduo, herdada ou adquirida, associada à maior probabilidade de este mesmo indivíduo apresentar, no futuro, um dano à sua saúde (BOLETIM BRASILEIRO DE TECNOLOGIAS DE SAÚDE, 2006).

⁹ Um indicador de saúde tem conotação de revelar a situação de saúde de um indivíduo ou da população. É um “conceito de maior abrangência que inclui qualquer medida ou observação classificável - qualitativa e quantitativa- capaz de ‘revelar’ uma situação não aparente”. (MERCHAN-HAMANN; TAUIL; COSTA, 2000, p. 273).

¹⁰ Quanto à finalização deste texto, gostaria de expressar meu agradecimento a psicóloga e psicoterapeuta Denise Duque, coordenadora do Familiar - Instituto Sistêmico (www.institutofamiliar.com.br) pela orientação deste estudo, a Carlos Eduardo Zuma, secretário executivo do Instituto Noos (www.Noos.org.br) pelo rico diálogo e leitura deste texto, a Simone Martins pela parceria contínua em estudos relacionados a Psicologia Jurídica, a equipe do Núcleo Margens-UFSC (em especial a prof. Dr. Maria Juracy Filgueiras Toneli), a equipe do grupo de pesquisa Parentalidade, do IP/UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), em especial a coordenadora deste grupo, Prof. a Dra Leila Torraca de Brito e a Prof. Dra. Leonor Cantera do Programa de Doutorado em Psicologia Social da Universidade Autônoma de Barcelona e do grupo de pesquisa VIPAT.

¹¹ Conceito empregado por Mony Elkaim (1994) em terapia familiar sistêmica, para definir alguns efeitos do sistema familiar ou do casal em terapia no sistema e valores do terapeuta. Este termo, originário da física, é conceituado, segundo o dicionário Aurélio de língua portuguesa (1999), como sendo a transferência da energia de um determinado sistema oscilante para outro. Ocorre quando a frequência do primeiro coincide com uma das frequências que são próprias do segundo. Neste sentido, da mesma maneira que objetos começam a vibrar como efeito de uma frequência, existem situações entre diferentes sistemas humanos que demonstram entrar em ressonância devido a determinados elementos em comum, interligados por sentimentos, visões de mundo, histórias em comum. Segundo Mony Elkaim, esta é uma ferramenta importante para estarmos atentos e questionarmos o contexto no qual emergimos como observadores, bem como para intervenção. Adiciona que uma das particularidades deste recurso está no fato de usualmente aparecer por um elemento detonador que surge em um determinado ponto. Assim, usando o seu próprio *self* e seus recursos, o terapeuta busca atuar nos diferentes pontos de interseção entre os sistemas operantes de modo a modificar aqueles que estão em ressonância.

¹² “1. Que tenha cessado a conduta violenta (fato verificado pelo testemunho da mulher, no caso de a convivência continuar); 2. Que expresse claramente sua necessidade de mudança, assumida como decisão própria e não como resultado de pressões externas” (tradução livre do autor)

¹³ “Se redefine a nova habilidade que adquiriram para resolver conflitos interpessoais de forma não violenta, mas isto requer uma tarefa permanente de autocontrole e de consolidação dos sucessos obtidos” (p. 140) (tradução livre do autor).

¹⁴ A proposta reflexiva de Tom Andersen consiste na formação de uma equipe de observadores no grupo ou num atendimento de terapia familiar, que em determinado momento é chamado a refletir e apontar suas percepções quanto ao que observaram na sessão. Segundo este autor, a equipe reflexiva permite às várias pessoas presentes escutar e falar sobre as mesmas questões, elucidando diferentes perspectivas, as quais multiplicam-se em outras. Após a fala da equipe, a pessoa, família ou o grupo é convidada a falar sobre o que pensaram ao ouvir a equipe. Este processo permite a transição entre o que o Tom Andersen chama de “conversas internas” e “externas”. Segundo ele, o processo de reflexão vem reforçar algo que já estamos familiarizados, mas que não havíamos “organizado” em nossas conversações diárias. Tom Andersen acredita que quando se fala com outras pessoas, em partes, se fala consigo mesmo (ANDERSEN, 1998).

¹⁵ A conotação positiva, usada em terapia de família, a partir dos escritos de Watzlawick, Weakland e Fisch (1973) e Andolfi (1981), caracteriza-se como sendo a redefinição de um problema em termos positivos, eliminando assim uma visão redutora ou depreciativa de ver uma perturbação ou aspecto familiar. O terapeuta procura aspectos positivos que venham a ajudar na transformação da maneira que uma família vivencia determinadas dificuldades. Em outras palavras, conotar positivamente seria reformular, mudar a perspectiva dada a um conceito ou emoção, de forma que ocorra uma harmonização no sistema a partir da mudança de significação. Nesse sentido, o que se altera é o significado dado a uma situação e não um fato concreto.

¹⁶ Pesquisa intitulada *Violência Sexual e Saúde Mental: análise dos programas de atendimento a homens autores de violência sexual*, realizada com auxílio financeiro do Edital 045/2005 – Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos/CNPq/SPM, com apoios da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foi coordenada pelo núcleo “Margens” (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde participo como pesquisador, em parceria com o grupo de pesquisa “Representações, Práticas Socioculturais e Processos de Exclusão” do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e com o núcleo de Pesquisa em “Gênero e Masculinidades (GEMA)” do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a ONG Instituto PAPAI (Recife). A coordenação geral deste projeto foi realizada pela prof.^a Dr.^a. Maria Juracy F. Toneli, da UFSC.

¹⁷ A privação de liberdade representa o convívio com regras institucionais sendo a individualidade sobreposta às determinações da instituição. Goffman caracteriza uma instituição total da seguinte forma: 1-Um espaço onde “todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade”, sendo o contato com o mundo externo restrito. 2-As atividades diárias são realizadas em grupo, e as pessoas são tratadas da mesma forma, são obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. 3-Existe um sistema de regras formais explícitas, impostas de cima, com rigoroso estabelecimento de horário. 4-As atividades compõem um plano

“supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição”. O autor especifica outros aspectos que constituem uma instituição total, quais sejam: a divisão básica entre um grupo de internados, geralmente um grande grupo, e um grupo menor de profissionais; a vigilância, “fazer com que todos façam o que foi claramente indicado como exigido, sob condições em que a infração de uma pessoa tende a salientar diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros” (GOFFMAN, 2007, 18).

¹⁸ Dissertação de pesquisa apresentada pela autora como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, intitulada “Sócio-educação em xequê: interfaces entre justiça restaurativa e democratização do atendimento a adolescentes privados de liberdade”, sob orientação da Profa. Dra. Beatriz Gerhenson Aginsky, Porto Alegre, março de 2008. Disponível em <http://www.pucrs.org.br/biblioteca>.

¹⁹ SINASE. Documento guia na implementação das medidas sócio-educativas. Objetiva primordialmente o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos. Defende, ainda, a idéia dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturada, principalmente, em bases éticas e pedagógicas. (SINASE, 2006, p.16).

²⁰ A experiência social do sujeito engloba as circunstâncias de vida e o seu modo de vida. As circunstâncias de vida dizem respeito às circunstâncias materiais, às condições de vida. O modo de vida é o modo como o sujeito constrói e vive sua vida. Envolve, portanto, seus sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas cotidianas (MARTINELLI, 1999).

²¹ De 2004 a 2006, a autora deste trabalho coordenou, no Estado do Paraná, um Programa de Intervenção para jovens infratores de alto-risco (este programa está descrito na tese de doutorado de Giovana Munhoz da Rocha, referenciada neste texto). As ações desenvolvidas junto aos infratores e equipe técnica tiveram por base tese de doutorado (GOMIDE, 1998), que promoveu a inserção de jovens infratores no trabalho, na escola e em suas famílias de origem, após o desinternamento de uma unidade sócio-educativa no Paraná.

²² Dado obtido em comunicação pessoal junto ao Dr. Antonio de Pádua Serafim, coordenador do Núcleo de Estudos Forenses do Instituto de Psiquiatria do Hospital de Clínicas da USP, em 6 de janeiro de 2009.

²³ Medida utilizada para indicação de reincidência com infrações de gravidade menor.

²⁴ O termo “empatia” é originado da palavra alemã “einfühlung” e surgiu no contexto da teoria da estética do século XIX, momento em que se acreditava que um objeto estético produzia uma resposta emocional no observador e que essa resposta empática era causada por uma projeção que o observador fazia de sua

predisposição interna, atribuindo beleza ou falta de beleza ao objeto (ABBAGNANO, 2000). Posteriormente, conforme Falconi (2006), a empatia passou a ser objeto de estudo da Psicologia, nas áreas evolutiva, social, da personalidade e clínica.

²⁵ Critério da Variedade: segundo Pasquali (1999, 2004), os itens devem ser construídos de tal forma que evitem a monotonia do participante, bem como a tendenciosidade das respostas. A monotonia deve ser evitada ao utilizar diversas vezes a mesma expressão, palavra ou estímulo durante o teste; e a tendenciosidade deve ser suprimida não induzindo a uma resposta estereotipada, por exemplo: todas as opções corretas na resposta “muito importante”.

²⁶ Esse procedimento pode ser verificado nos escritos de Pasquali (1999, 2004) e Alchieri e Cruz (2006).

²⁷ “A princípio, toda a relação profissional-cliente é inerentemente desequilibrada porque o cliente precisa interagir com o profissional, exatamente porque esse tem mais conhecimento. O profissional, seja qual for sua ocupação de origem, está na posição de especialista conhecedor em relação ao leigo, e isso lhe confere poder” (HIGHTON; ÁLVAREZ, 1999, p.193).

²⁸ Dizer de outro modo algo que já foi referido, reenquadrando os fatos dentro de um contexto novo e mais adequado (BREITMAN; PORTO, 2001).

²⁹ Atribuir qualidade positiva às situações que tenham sido referidas de modo negativo, de maneira contextualizada; é a “busca da qualificação e valorização de algum aspecto não lembrado” (BREITMAN; PORTO, 2001, p. 117).

³⁰ KRÜGER (1998), no artigo “Mediação Familiar: Articulando Diferenças, Construindo Alternativas”, apresentou a estrutura de funcionamento do Projeto Mediação. Neste momento, o interesse não se volta para o que é visível, mas para o que está por trás desta intervenção, oferecendo aos leitores um olhar sobre as idéias que fundamentam esta abordagem.

³¹ Poema “Estigma” capturado no site: jardimdepoesia.blogs.sapo.pt/4459.html. Data: 20-09-08.

³² Mediador (a) se refere ao profissional (advogado, assistente social ou psicólogo) que realiza junto à Assistência Judiciária a mediação familiar, que se configura como uma prática de intervenção alternativa e interdisciplinar com casais em situação de conflito familiar com demandas de separação judicial, dissolução de união estável, ação de alimentos, guarda, visita e verificação de paternidade (ÁVILA, 2004).

³³ Notas de campo coletadas no Serviço de Mediação Familiar do Fórum da Comarca de São José, no qual realizo supervisão de estágios curriculares no curso

de Psicologia da UNISUL (SC).

³⁴ Triagem é o primeiro procedimento realizado na mediação. Nessa entrevista inicial o requerente narra a situação familiar, que se caracteriza como conflito. O mediador explicita os critérios e a metodologia para participar desse programa, e agenda a primeira mediação que as partes que participarão.

³⁵ Termo jurídico pela qual nos referenciamos a um dos cônjuges tanto homem quanto mulher que procura o serviço de mediação com uma queixa inicial. É com o requerente que é realizado a triagem. O outro cônjuge, não presente, denomina-se requerido.

³⁶ Reafirmamos que a mediação familiar tem como proposta o diálogo entre as partes, pois segundo Chaves e Maciel (2005, p. 185) seu objetivo é possibilitar “*ao sujeito a condição de ser humano autônomo, que tenha a capacidade de decidir sobre suas necessidades sem ser obrigado a acatar a determinação de um terceiro, correndo o risco desta não ser compatível as suas reais necessidade*”.

³⁷ Estamos nos referindo às relações conjugais heterossexuais, pois não foram demandados atendimentos a casais homossexuais nesta experiência no Serviço de Mediação Familiar. Isso nos faz pensar: Será que esses casais não buscam Serviços de Mediação pelo fato que a justiça não considera essa união como legítima?

³⁸ Não temos como precisar, pois não existem pesquisas para confirmar esse dado; no entanto, no cotidiano do Serviço de Mediação, geralmente, o tempo de duração é de aproximadamente três meses.

³⁹ Essa lei introduziu mudanças, pois na lei nº 9.099/95 a violência doméstica era considerada “infração de menor potencial ofensivo”, a partir do qual se realizava o Termo Circunstanciado que era encaminhado para o juiz do Juizado Especial Criminal para fazer um acordo.

⁴⁰ Essas informações foram obtidas nas audiências públicas de medida protetiva o qual tenho acompanhado nesse ano de 2008 nos fóruns da Grande Florianópolis.

⁴¹ The inhumane conditions, violence, corruption, and overcrowding that have historically characterized Brazilian prisons remain one of the country's main human rights problems. According to the Ministry of Justice, Brazilian prisons held 371,482 inmates in June 2006, exceeding the system's capacity by more than 150,000 inmates.

⁴² De acordo com o relatório do *Humans Rights Watch* (1998) os outros países são: Rússia, Estados Unidos, China, Índia, Irã, México, Ruanda, África do Sul, Tailândia e Ucrânia. Os três primeiros encarceram mais de 1,2 milhões de pessoas.

⁴³ A iniciativa de W. Wundt, fisiologista que se interessava por processos básicos de sensação e percepção e que montou o primeiro laboratório de psicologia na Universidade de Leipzig, em 1879, é reconhecida como o nascimento da psicologia científica. Depois dele, outros pesquisadores montaram laboratórios, os mais conhecidos são os laboratórios organizados por Titchener e Willian James, nos Estados Unidos (GERRIG; ZIMBARDO, 2005).

⁴⁴ Segundo Rocha (1994), a Maison de Force de Gand, fundada em 1775, e planejada previamente por Vilain XIV, destinava-se basicamente ao aprisionamento de mendigos e vadios que deveriam ser submetidos a trabalhos forçados.

⁴⁵ Tanto a criação da Casa de Correção de São Paulo, quanto a do Rio de Janeiro, marcaram uma mudança importante na concepção das penas no Brasil. As cadeias de ambas as cidades, alvos de críticas constantes, foram substituídas por esses presídios.

⁴⁶ O sistema *Auburn* introduzia ainda uma outra penalidade. Uma vez que era impossível o isolamento no trabalho coletivo durante o dia, os condenados eram obrigados ao silêncio total. Com isso, Lynds, idealizador desse modelo, pretendia evitar a solidariedade, impedir as resistências, reforçar a idéia do estar só e desamparado (LOPES, 1998).

⁴⁷ Graziosi (1999) afirma que os juristas do século XIX buscaram as bases de suas afirmações sobre a inferioridade jurídica das mulheres na sabedoria antiga dos jurisconsultos romanos, nos textos de padres ou na literatura canônica. Os termos *infirmas sexus*, *imbecillitas sexus* ou *fragilitas sexus* eram freqüentemente utilizados para estabelecer a discriminação e produzir o controle dos homens sobre as mulheres. O princípio do *infirmas sexus* – impedimento devido ao sexo – afirmava que a fisiologia das mulheres tinha influência sobre seus intelectos, ou seja, em decorrência de uma medula espinhal mais frágil, as mulheres tenderiam a um espírito mais débil e estariam mais inclinadas a se comportar de acordo com sua natureza.

⁴⁸ Os Centros de Reabilitação, construídos em São Paulo, aparentemente seguem uma nova orientação, no entanto não é possível admitir ainda que esta seja uma realidade nacional.

⁴⁹ Pedra é o nome dado à cama de alvenaria onde os presos dormem.